

**ERNESTO CERVEIRA DE SENA**

**ENTRE *ANARQUIZADORES* E PESSOAS DE  
*COSTUMES* – A DINÂMICA POLÍTICA E O IDEÁRIO  
CIVILIZATÓRIO EM MATO GROSSO - (1834-1870)**

Tese apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de  
Doutor, Curso de Pós-Graduação em  
História, Instituto de Humanidades,  
Universidade de Brasília – UnB.

**Orientadora** : Geralda Dias Aparecida

**Brasília**  
**Janeiro/2006**

“(...) Não bastava a minha própria vida, a infância que volta, a projeção quase sempre negativa do futuro? Por que é que a natureza faz a gente se lembrar de mais coisas do que viveu?”

Millôr Fernandes

## ABREVIATURAS

AN – Arquivo Nacional  
APEMT – Arquivo Público do Estado de Mato Grosso  
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro  
IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso  
IMPL – Instituto Memória Poder Legislativo – Cuiabá  
NDHIR – Núcleo de Documentação Histórica e Regional - Cuiabá  
SF – Senado Federal  
DPP. Discurso de presidente de província.  
DVPP. Discurso de vice-presidente de província.  
FPP. Fala de presidente de província.  
FVPP. Fala de vice-presidente de província.  
RPP. Relatório de presidente de província.  
RVPP. Relatório de vice-presidente de província.

A meus pais, Gladys e Clovis,  
desbravadores, amantes e semeadores do Centro-Oeste.

## RESUMO

Esta pesquisa investiga as práticas e idéias políticas em Mato Grosso entre o pós-*Rusga* (1834) e o fim da Guerra do Paraguai (1870). Pouco depois do movimento de “30 de maio”, também conhecido por “Rusga”, um novo grupo passou a dominar a cena política na província. Esse grupo formou o Partido Liberal da região e se tornou hegemônico a despeito da resistência dos presidentes de província e de políticos ligados às antigas lideranças da capital. O novo líder que surgia era fazendeiro do *interior*, que conseguiu se articular eficazmente com outros senhores de vilas e povoados pequenos, retirando, assim, a supremacia de políticos de Cuiabá. Pela sua força, esse partido desafiava constantemente os poderes constituídos. O governo central não os enfrentava frontalmente. Pelo contrário. Muitas vezes cedia aos seguidores de Ribeiro. O receio de uma forte rebelião na província fronteiriça fazia com que o governo fosse bastante cauteloso em relação aos líderes locais.

Esse grupo somente perdeu sua posição vantajosa em 1849, quando um presidente, juntamente com outros desafetos do Partido Liberal, conseguiram desenvolver estratégias para enfraquecer os liberais e finalmente derrotá-los, notadamente nas urnas. Mas a década que começava a seguir, 1850, não iria ser marcada pelo revanchismo e rivalidade sistemática. Ou seja, começou a haver um entendimento entre as principais lideranças políticas, culminando na política de “Conciliação”, que se operava na Corte e era exemplarmente promovida em Mato Grosso sob a batuta de Augusto Leverger.

Quando fracassa na Corte a “Conciliação”, na província fronteiriça também os partidos passam a se antagonizar, como não podia deixar de ser. No entanto, não era mais latente o perigo de um grupo político promover a “desordem”, colocando em perigo a integridade imperial, como acontecia nas décadas de 1830 e 1840. Acontecia que depois da “Conciliação” os espaços políticos estavam definidos, haveria espaço inclusive para quem perdesse eleições, apesar das rivalidades partidárias. A “desordem” agora poderia ser causada principalmente pela *gente miúda*, não mais pelos senhores da política, que ajudavam a construir a *civilização* onde existia *sertão*.

Dessa maneira, na segunda metade do século XIX, o discurso da civilização foi realçado na província, assim como várias práticas consideradas civilizadoras se fizeram mais presentes. O governo central precisava das elites locais para governar, mas necessitava também transformar e integrar toda uma população que deveria ser parte da nação que se construía.

## ABSTRACT

This research investigates the practices and political ideas in Mato Grosso among the *Rusga* (1834) and the end of the Paraguay War (1870). After the movement of “May 30”, also known by “Rusga”, a new group started to dominate the political scene in the province. That group formed Liberal Party of the area and it turned dominant in despite of the province presidents' resistance and of politicians linked to the old leaderships of the capital. The new leader that appeared was farmer of the inland, got articulates efficiently with other gentlemen of small towns, removing the politicians' of Cuiabá supremacy. For its force, that party constantly challenged the constituted powers. The central government didn't face them sharply. On the contrary, a lot of times it gave up benefits to Ribeiro's followers. The fear of a strong rebellion in the frontier province forced the government to be quite cautious in relation to the local leaders.

That group only lost its advantageous position in 1849, when a president, together with other disaffections of Liberal Party, they got to develop strategies to weaken the liberal ones and finally to defeat them, besides in the urns. But the decade that began to proceed, 1850, it would not be marked by the retaliation and systematic rivalry. It began there to be an understanding among the main political leaderships, culminating in the politics of “Conciliation”, that it was operated in the Court and it was promoted in Mato Grosso under Augusto Leverger's baton, like a pattern.

When the politics of “Conciliation” fails in the Court, in the frontier province the parties also pass antagonizing. However, it was not more latent the danger of a political group to promote the “disorder”, putting in danger the imperial integrity, as it happened in the decades of 1830 and 1840. It happened that after the “Conciliation” the political spaces were defined, there would be space besides for who lost elections, in spite of the supporting rivalries. The “disorder” now could be caused mainly by *small people*, no more for party men, that helped to build the civilization where was “sertão” (backlands).

Of that it sorts things out, in the second half of the century XIX, the speech of the civilization was enhanced in the province, as well as several practices considered civilizer they were done more presents. The central government needed the local elites to govern, but it also needed to transform and to integrate an entire population that should be part of the nation that was built.

## AGRADECIMENTOS

Certamente, sem a colaboração, a paciência e o convívio com várias pessoas este trabalho teria menos graça para mim, isto se ainda conseguisse realizá-lo. Dessa maneira, agradeço aos meus irmãos: Clovis Henrique, Oscar, Fernando, Mônica, Olga e Marta. Obrigado pelo apoio.

À professora Geralda, pela orientação e bom humor.

Ao pessoal do Rio: Madrinha e Padrinho. E também Ray, Rô, Naldo, Luíza, Flávia e Fernanda. A acolhida e o carinho de vocês na *cidade maravilhosa* foram primordiais para a minha pesquisa.

Aqui em Brasília pude contar com a ajuda de amigos de longa data. Sou muito agradecido ao Sílvio, Sandro, Sérgio, Dani, Kleyn e Marion.

A Unb foi um espaço excelente para conhecer pessoas que acabaram dividindo comigo, por vários anos, a aventura de fazer mestrado e doutorado, o que incluiu lecionar, viajar participando de congressos e de simpósios, comentar as publicações, escrever e projetar, não deixar o outro se abater, jogar conversa fora e também falar de coisas importantes para nossas vidas. Assim, sou muito agradecido aos meus queridos Neuma, Belinha, Fabrícia, Susane, Bitá, Andréia, Anderson, Paloma Fonseca, Gabriela, Sandra Anui e Américo.

Cuiabá era a cidade que eu tinha escolhido para morar. Por circunstâncias, tive que me mudar. Mas foi com enorme prazer que pesquisei o Mato Grosso, assim sempre estava tendo que voltar para lá. Nessas viagens contei com a ajuda de várias pessoas que me são muito caras. Dessa forma, sou muito grato ao meu mestre Pio, pela acolhida, incentivo e amizade de primeira.

Ao meu mestre João Antônio, que muitas informações, livros e direções me apontou a respeito de Mato Grosso. Foi fundamental.

À minha mestra Leny, que sempre me incentivou e me orientou também. Espero corresponder à altura.

À Luiza Volpato, pelos seus preciosos comentários.

Sou muito agradecido à professora Elizabeth Madureira. Ela me forneceu valiosas informações, além de me mostrar o belo acervo do IHGMT. Devo a ela muitos dados da tabela sobre os deputados provinciais que está em anexo, entre outras coisas.

Aos meus professores de Brasília, que também são bastante responsáveis pela minha formação. Assim sou muito grato à Janaína, à Diva, à Tereza Cristina, ao Jaime, ao Marcos, à Sônia, à Cléria e novamente à Geralda. Seus seminários foram profícuos para mim, assim como as conversas fora de aula. Poderão perceber a influência de vocês nessas páginas de pesquisa.

Sem os meus amigos de Cuiabá muita coisa não teria graça alguma. Por isso sou muito agradecido à Adriana, à Kelen, à Suely, à *outra* Sueli, ao Alexandre, ao Bagacinho, ao Almir, ao Bocão, ao Ivomar, à Ivana, ao Roney à Uvinha, à Olga, ao Roberto Gaúcho, ao Jomar e à Teka. Muito obrigado pela convivência.

Sou grato ao pessoal da secretaria da UnB, Washington, Pedro, Arlete e Nilda.

Sou também agradecido ao pessoal do IMPL, onde Katarina e Sérgio me atenderam muito bem.

Meus primões, Juan e Nanda, Maurício e Mirta, Hilda e Helga. Vocês são pessoas exemplares. Valeu pelo incentivo.

Meus tios João, Rosa, Cleide, Salomão e Helena, obrigado pela força e carinho.

Meu pai e tio Zé Mário, obrigado por me despertarem o interesse histórico quando eu ainda era garoto.

À Dilmene, Lê, Vítor e Márcia. Obrigado por aumentarem a turma.

Aos amigos Antonella e Arnaldo, pela ajuda no computador.

À Angelita, pela prestatividade.

À Joelma e ao Alessandro, por trazerem ares e dados sul-mato-grossenses.

Aos meus amados Cíntia, Renata, Tiago, Marina, Nanda, Bruna, João, Gabi e Giulia. Muito obrigado pela alegria.

À Tahís, você é de Rocha. Valeu.

À minha queridíssima Eliane. A vida é bem melhor com você.

Aos meus pais, Gladys e Clovis, além de dedicar este trabalho, agradeço a tudo. Não tenho como lhes pagar.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 3   |
| Pequenas elites com laços entre si .....   | 6   |
| Projeto monárquico .....   | 10  |
| Por uma pesquisa sobre a política em Mato Grosso .....                                   | 13  |
| Mato Grosso e o projeto monárquico .....   | 16  |
| Documentações .....  | 23  |
| Capítulos da pesquisa .....  | 24  |
| <b>CAPÍTULO I – SENHORES DA POLÍTICA EM TEMPO DE CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA</b> ..... | 28  |
| 1. Cuiabá: cabeça de província .....   | 28  |
| 1.2 Das Juntas para a Assembléia .....   | 34  |
| 2. Cisão intra-elite política .....  | 42  |
| 3. O princípio da ordem .....  | 48  |
| <b>CAPÍTULO II – A ORDEM DISPUTADA</b> .....   | 57  |
| 1. “Não pode existir [liberdade] sem subordinação” .....                                 | 57  |
| 2. O bacharel e o Pompeu Cuiabano .....  | 61  |
| 3. A Assembléia e as novas configurações políticas .....                                 | 67  |
| 3.1 Vice-presidentes e a “falibilidade das eleições” .....                               | 72  |
| 4. A barganha da ordem .....   | 83  |
| 4.1 O “arbitrário” e o “Partido de Camapuã” .....  | 90  |
| <b>CAPÍTULO III – CONCILIAÇÕES CONSERVADORAS</b> .....                                   | 113 |
| 1. Arrefecendo as facções .....  | 113 |
| 2. <i>Transações</i> .....   | 122 |
| 2.1 Governando à distância com a “valiosíssima adesão” .....                             | 130 |
| 3. Fim da “Conciliação” – Conservadores contra conservadores .....                       | 139 |
| 3.1 “Relações e conveniências locais” .....  | 145 |
| 3.2 “Proteção a esta província” .....  | 150 |
| 3.3 “A primeira vítima” .....  | 158 |
| <b>CAPÍTULO IV – A PRÁTICA ELEITORAL EM MATO GROSSO</b> .....                            | 172 |
| 1. A disputa pelo mercado eleitoral .....  | 173 |
| 2. A organização das eleições .....  | 177 |
| 3. A eleição de 1849 – articulações .....  | 182 |
| 4. Representações e “listas” .....   | 187 |
| <b>CAPÍTULO V – REDIRECIONAMENTOS DA ORDEM</b> .....                                     | 201 |
| 1. A ordem na “ínfima classe” .....  | 201 |
| 2. Empregos “bem pouco vantajosos” .....   | 209 |
| 3. Criando vilas, expandindo a <i>justiça</i> .....                                      | 216 |
| <b>CAPÍTULO VI – CONEXÕES COM A CORTE</b> .....  | 223 |
| 1. Longe da “nascente civilização” .....   | 223 |
| 2. Mais perto de Vossa Majestade .....   | 236 |
| 3. “Nenhuma estrada propriamente dita” .....   | 240 |
| 4. De “cuiabano” para “mato-Grossense” .....   | 247 |
| 5. Cadeias <i>civilizadas</i> e outros melhoramentos materiais .....                     | 249 |
| 6. Pelo Paraguai e não pelo Arinos .....   | 257 |

|   |            |
|---|------------|
| 7. Patriotas e notáveis .....   | 270        |
| <b>CAPÍTULO VII - CIVILIZANDO POPULAÇÕES, CONSTRUINDO A NAÇÃO .....</b> | <b>282</b> |
| 1. “Nações” dentro da “Nação” .....                                     | 282        |
| 2. “Ignora-se a totalidade dos habitantes da província” .....           | 296        |
| 3. “Para desenvolver o intelecto” .....                                 | 301        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                       | <b>313</b> |
| <b>ÍNDICE DE ANEXOS .....</b>   | <b>319</b> |
| <b>FONTES DOCUMENTAIS CITADAS .....</b>                                 | <b>348</b> |
| <b>FONTES BIBLIOGRÁFICAS CITADAS .....</b>                              | <b>353</b> |

## INTRODUÇÃO

A pesquisa “Entre *anarquizadores* e pessoas de *costumes* – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)”, está inserida no campo da História Sociopolítica e das Idéias. Ela investiga as idéias e as práticas relacionadas ao fazer política na província entre o pós-*Rusga* e o fim da Guerra do Paraguai. Tais idéias e tais práticas eram encetadas sobretudo pelas elites. Não que somente elas praticassem e pensassem politicamente, mas que eram elas que ocupavam o delimitado espaço, principalmente o institucionalizado, da vida pública na província.

Investigar as elites e como elas concebiam e praticavam a política é pesquisar a *cultura política*. Não seria uma instância, ou uma pré-noção chamada *cultura política* que desse sentido e direção às atitudes e percepções do fazer político em Mato Grosso. Mas, sim, seriam as práticas e as concepções que formariam o que se pode chamar de *cultura política*. Como sugere Paul Veyne, o “que é feito” – no caso, a *cultura política* – não é o que faz “o fazer”- as práticas e representações<sup>1</sup>. É “o fazer” que constituiria o objeto. Dessa forma, percebendo-se as práticas e representações que indicariam uma certa cultura política, estaremos procurando fornecer *vozes* aos próprios atores da arena partidária mato-grossense e perscrutar suas ações. Dessa maneira, este trabalho buscou os significados e ações do que era fazer política (*strictu sensu*) na província de Mato Grosso.

Para Karina Kushnir e Leandro Piquet Carneiro, *Cultura política* refere-se a “atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidências as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”<sup>2</sup>. Não obstante, para esses autores, foram Almond e Verba os primeiros a formular o conceito de *cultura política*, nos inícios dos anos 60 do século XX. Eles procuraram adaptar

---

<sup>1</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história – Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Unb, 1995.

<sup>2</sup> KUSHNIR, Karina, e CARNEIRO, Piquet Leandro. “As dimensões subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política”, in: *Estudos Históricos*, nº 24, Rio de Janeiro, FGV, 1999. Ver também BOBBIO, Norberto, MATTENUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. “Cultura Política” in: *Dicionário de Política*. Brasília: editora UnB, 2004.

o conceito de cultura desenvolvido por antropólogos às análises de sistemas políticos do Ocidente<sup>3</sup>.

No entanto, Kushnir e Carneiro chamam a atenção para que a utilização da noção por parte de seus primeiros formuladores estava vinculada a uma preocupação quanto às condições de desenvolvimento dos “sistemas políticos democráticos”. Viam a democracia como uma conquista da sociedade ocidental. Assim, a *cultura política* teria como viés norteador o grau de representatividade nas sociedades analisadas. Essa teleologia com que pretendiam dar sentido ao conceito de *cultura política* recebeu muitas críticas e acabou por afastar tanto antropólogos e historiadores, quanto cientistas políticos dessa noção<sup>4</sup>. Porém, novos pesquisadores passaram a utilizar o termo relacionado às atitudes e representações do fazer política<sup>5</sup>.

Na tentativa de perceber as práticas e representações que apontariam para uma *cultura política* em Mato Grosso, em parte do período imperial, estamos procurando apreender as idéias e conceitos formulados pelos próprios atores da arena política, assim como suas ações. Como propõe Moacir Palmeira, para se refletir as práticas políticas na sociedade brasileira, notadamente aquelas identificadas como “tradicionalistas” e “clientelistas”, é interessante se destacar não tanto a dimensão individual, racional, da escolha política, que poderia ser refletida também pelo voto, mas sim como atitude que demonstraria a adesão às facções evidenciadas nas disputas<sup>6</sup>. Nesse sentido, ou seja, procurando perceber os significados das práticas políticas, Bezerra sugere – de maneira diferente das análises que normalmente classificam as práticas “clientelistas” e “personalistas” como deturpações de um modelo – que as trocas advindas das relações pessoais (que poderiam mesmo se transformar em corrupção) constituem e regulam, de maneiras diversas, o funcionamento das instituições políticas<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> KUSHNIR, Karina, e CARNEIRO, Piquet Leandro. *Op. cit.*, p. 4.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 12

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, CHALLANDES, Jean Philippe. *A Pátria dos vencidos - O crepúsculo de um projeto de nação. Brasil: 1839-1842*. Brasília, UnB/ICS. Tese de doutorado, 2003. Ver MOREL, Marcos. “Animais, Monstros e Disformidades: a “zoologia Política” no Processo de Construção do Império no Brasil”. In: *Estudos Históricos*, nº 24, Rio de Janeiro, FGV, 1999.

<sup>6</sup> PALMEIRA, Moacir. “Política, facções e voto”, in : PALMEIRA e GOLDMAN, Moacir e Márcio (orgs). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

<sup>7</sup> BEZERRA, Marcos Otávio. *Bases Sociais da prática da corrupção no Brasil*. Série Antropologia, Brasília: UnB, 1994.

Não obstante, as facções em Mato Grosso não eram formadas necessariamente por fundamentos profissionais, como comerciantes versus fazendeiros, ou militares contra profissionais liberais. O que havia eram rivalidades entre grupos que se formaram nas disputas por posições de prestígio e/ou de mando na província.

A cultura política também era marcada pela distinção entre os cidadãos ativos dos não ativos, impressa na própria Constituição imperial. Eram ativos, ou seja, os que poderiam votar e serem votados para cargos públicos somente os que possuísem determinada renda, sexo e idade. Mas além de prescrita, tal distinção era também vivenciada, como se fosse *naturalizada* a diferença entre os que poderiam ser eleitos e os que estariam praticamente fora dessa probabilidade. Nesse sentido, é interessante a análise de Pierre Bourdieu :

Na realidade, o que faz com que esta cultura propriamente política permaneça inacessível à maioria das pessoas é, sem dúvida, menos a complexidade da linguagem em que ela se exprime do que a complexidade das relações sociais que constituem o campo que nela se exprime.<sup>8</sup>

Para uma pessoa participar da elite política pressupunha certa preparação especial. Não necessariamente cursar faculdade, o que começaria a ser mais freqüente na segunda metade do século XIX, mas um “*corpus* de saberes específicos”, como conceitos em voga, problemáticas, tradições históricas, dados comparativos entre as sociedades, etc, produzidos ou apropriados e acumulados pelo trabalho dos políticos do presente e do passado, assim como o “domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política”<sup>9</sup>, indispensáveis nas relações com os *não políticos*, isto é, como marca característica de pessoas que teriam possibilidade de ocupar cargos de mando.

Além do mais, era preciso uma iniciação na vida partidária em uma das facções. Isso queria dizer não somente a aceitação de uma hierarquia dentro do partido do qual iria fazer parte, mas o partilhamento, de maneira pública, dos valores e das idéias de sua facção

---

<sup>8</sup> BOURDIEU, Pierre., in: “A percepção do mundo social e a luta política”, in: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, (1989) 2002, p. 179.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 170.

e de seu líder. Era a maneira de expressar sua lealdade ao chefe partidário. Essa iniciação e adesão política de uma pessoa também poderiam demonstrar a força dos senhores que o lançaram na vida pública. Quando uma pessoa inexpressiva eleitoralmente vencida uma eleição, com o apoio de algum chefe local, isso, por muitas vezes, demonstrava o poderio de seu líder nos mecanismos de votação.

### Pequenas elites com laços entre si

Dentro das práticas que caracterizavam a cultura política, o casamento também era estratégico para as pessoas públicas em Mato Grosso. Ele tanto servia para marcar a adesão e o reforço de elementos às elites, quanto para sua manutenção.

As elites políticas de Cuiabá, que atuaram entre 1834 e 1870, acabaram, muito de seus membros, configurando as “famílias tradicionais” de Mato Grosso. Seus nomes e de seus descendentes tornaram-se identificações de ruas, praças, avenidas. Muitos desses homens públicos puderam desfrutar do *capital político*<sup>10</sup> formado também por seus antepassados. Contudo, este trabalho não caiu no perigo da gênese, como que por uma visão retrospectiva se chegasse mecanicamente ao início de um fenômeno<sup>11</sup>. Na verdade, tais elites políticas, configuradas sobretudo depois da “Rusga” (1834) e em meados do século XIX, tinham seus participantes de proveniências diversas.

As famílias conhecidas como tradicionais, que mereceram genealogias, homenagens e prestígio, se firmaram por serem tradicionais justamente por seu

---

<sup>10</sup> Sigo aqui as idéias de Pierre Bourdieu, em “A representação política”. O *capital político* é um *poder simbólico* em que “aquele que lhe está sujeito dá a aquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”. Contudo, este crédito tem uma condição, a “de ele [o creditado] espalhar os seus benefícios sobre os que assim o apoiaram, o homem político retira sua força política da confiança que um grupo põe nele”. O seu poder “propriamente mágico sobre o grupo” é resultado da fé na representação que ele dá ao grupo, coincidindo, ou aproximando-se da “representação do próprio grupo e da sua relação com outros grupos.” BOURDIEU, Pierre. “A representação política – elementos para uma teoria do campo político”, in: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, (1989) 2002, pp. 187-188.

<sup>11</sup> Ver sobre a ilusão da gênese e a ilusão teleológica, BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, 1976. BOURDIEU, Pierre, “As relações entre a história reificada e a história incorporada”, *Op. cit.*, “A busca da superação distintiva incita os historiadores a recuarem cada vez mais no passado, a mostrarem que tudo começou mais cedo do que se julgava, a descobrirem predecessores dos precursores, a revelarem prenúncio dos sinais anunciativos” p. 78, 79. Vendo de traz pra frente, retrospectivamente, o “que era objetivamente um investimento racional pôde ser vivido como uma aposta arriscada e até como uma loucura”. Contudo a estratégia, ou melhor, o recurso à noção de estratégia “que permite romper com a ilusão bem fundamentada do desinteresse e também com todas as formas de mecanismo (...) não implica a uma forma ingênua de finalismo ( e de interacionismo)”. pp. 80-82.

envolvimento com a vida pública, pela freqüência com que ocupavam cargos considerados importantes, mas também, e sobretudo, por passarem a idéia de que seus destinos estavam atrelados ao destino da província.

Quando se olham as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) da época do Império, ou as publicações do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) nas suas duas primeiras décadas de existência, ou seja, nos anos 20 e 30, já do século XX, assim como as partes relacionadas a biografias, no que se refere a personagens do século XIX (que é a época que nos interessa principalmente), essas pessoas biografadas eram as “dignas” de serem lembradas, ou seja, eram as pessoas que, na visão dos institutos, ajudaram a construir o país ou a província; se o Brasil era uma nação respeitada, e o Mato Grosso merecedor de atenção, foi graças a essas pessoas notáveis. Era a idéia de que os “grandes” eram quem efetivamente executaram (e os que somente eles poderiam executar) as ações em prol de sua terra; eram agentes de transformação na hora certa, ou conservadores da ordem em nome da pátria e/ou de sua região, no momento em que a sociedade *precisava* de tal discernimento. Seriam os defensores da ordem e/ou os condutores do progresso.

Nesse sentido, é considerável o caso de Manuel Alves Ribeiro. Fazendeiro em Poconé, onde tinha sua base política, era líder de uma facção que depois veio a ser chamada de Liberal. Conseguiu os principais postos ambicionados pelos políticos da região, como o de vice-presidente de província e o de comandante da Guarda Nacional. Sua facção dominou a vida pública provincial entre a segunda metade dos anos 30 até os inícios dos anos 50. Chegou a influenciar no afastamento de presidentes de província, conseguiu freqüentemente fazer a maioria na Assembléia provincial, assim como elegeu candidatos opositoristas ao governo como representantes de Mato Grosso na Câmara dos Deputados. Contudo, os pesquisadores do IHGMT, em seus primeiros anos, não se interessaram em fazer e publicar sua biografia em seus periódicos e dicionários biográficos, como fizeram de vários outros homens públicos contemporâneos a ele<sup>12</sup>. Muito menos foi homenageado com o seu nome em logradouro da capital. Está excluído da maioria dos livros de História

---

<sup>12</sup> Somente em 1942, no Rio de Janeiro, foi apresentado um levantamento biográfico sobre Ribeiro. MESQUITA, José de. “Manuel Alves Ribeiro”. In, *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional-IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942.

de Mato Grosso que relatam a política do período imperial<sup>13</sup>. Contudo, Ribeiro era uma personagem destacada no processo de formação partidária em Mato Grosso, iniciada nos anos 30, do século XIX. Sua forma de exercer e conceber a política era paradigmática no propósito de demonstrar os percalços do estabelecimento de uma burocracia nos sertões, onde a “Casa”<sup>14</sup> tinha largo espaço de manobra e gerência.

Alguns irmãos de Manuel Alves Ribeiro também eram políticos na província. Mas após a morte do fazendeiro de Poconé (1853) não o substituíram na liderança dos liberais. Os líderes agora eram da própria capital e já constituíam uma nova geração. Se Ribeiro não conseguiu deixar herdeiros de sangue para o espaço que ocupava na política, seu irmão casou sua filha com um dos mais proeminentes seguidores do fazendeiro de Poconé, o capitão João Batista de Oliveira, que acabou por substituí-lo na direção do partido. Tais práticas eram freqüentes entre as elites políticas que se configuravam em Mato Grosso. Sigo aqui as sugestões deixadas por Letícia Canêdo, ao estudar políticos da Zona da Mata mineira. Se muitos homens públicos não deixaram por escrito suas memórias, ou não foram contemplados com biografias feitas por outrem, elas estavam nas dobras de sua genealogia:

(...)descobri que os políticos mineiros escreveram sua memória, deixando-a escondida nas dobras da genealogia (...) nelas ordenaram sua visão de mundo em listas de casamentos onde a regularidade existente na escolha dos cônjuges e da ocupação profissional indica o domínio prático da lógica necessária para

---

<sup>13</sup> Lembrando por Virgílio Corrêa apenas como o caudilho que desafiou o governo ao impedir que recuperassem uma tipografia levada para sua fazenda em Poconé, assim como o chefe político que recebeu ordem de prisão, mas que nada aconteceu. CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994. O livro de Maria Manuela Novis Neves, um dos poucos que tratam exclusivamente da política em Mato Grosso, desconhece qualquer atuação de Ribeiro. Segue o caminho tradicional, em que depois da *Rusga*, algo *interessante* para se registrar e analisar sobre as disputas políticas surgiram somente depois da guerra do Paraguai. NEVES, Maria Manuela Renha Novis Elites políticas: Competição e Dinâmica Partidário – eleitoral (caso de Mato Grosso), Edições Vértice/Editora Revista dos Tribunais Ltda. São Paulo, 1988. Em outros autores, Ribeiro é apenas referido como um dos vice-presidentes que assumiu por alguns meses o governo da província. Ver, por exemplo, MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso, através de seus governantes*. Cuiabá: Poeria, 1967. Sechinger foi quem maior atenção prestou à atuação de Manuel Alves Ribeiro. SECKINGER, Ron Leroy. *Politics in Mato Grosso, 1821-1851*. Michigan: Ann Arbor, 1986.

<sup>14</sup> Acompanho aqui a elaboração de Ilmar Mattos, em que a “Casa” era o espaço de domínio de senhores escravocratas, patriarcas e latifundiários sobre as pessoas e coisas dentro de sua área de atuação. Com a progressiva centralização do governo Imperial, o governo da casa perdia espaço para atuar. No entanto, Ilmar Mattos demonstra que não houve dicotomia entre o governo da casa e o governo do Estado. A centralização política era justamente para preservar o domínio do governo da casa e forjar uma classe senhorial. Ver MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987, pp. 119-132.

garantir a permanência de uma ordem política baseada no poder da burocracia<sup>15</sup>.

João Batista de Oliveira, que se casou com a sobrinha de Ribeiro, veio a ser por quase duas décadas o chefe dos liberais em Mato Grosso. Por outro lado, Augusto Leverger - que foi a pessoa que por mais tempo governou Mato Grosso no período imperial - apresentado algumas vezes como apartidário<sup>16</sup>, casou sua filha com Cesário Corrêa da Costa, pertencente a uma das famílias mais ricas, que ia se constituindo também em uma das mais tradicionais da política mato-grossense, sendo um dos pilares do partido conservador na província, e chegando à república como um dos sobrenomes mais prestigiados da política mato-grossense<sup>17</sup>.

Claro que o casamento por si não representava a união de dois lados políticos de maneira indissolúvel. André Gaudie Ley, por exemplo, além de militar, era um rico comerciante de Cuiabá com aspirações de ocupar postos de comando na província. No início do século XIX, casou-se com a irmã de João Poupino Caldas. Este era também um próspero comerciante que desejava ocupar posições de comando. Estavam juntos na luta pela transferência da capital da província, de Vila Bela para Cuiabá, durante a segunda e terceira décadas do oitocentos. Mas quando começaram os movimentos *anti-lusitanos*, no período regencial, eles ficaram em lados completamente opostos.

Essas “dobras genealógicas” exercitadas pelas elites políticas constituíam práticas de um *fazer político*. Elas poderiam mostrar a composição de facções. Mas algumas vezes tais tentativas de aliança fracassavam. De qualquer forma, é interessante considerar que não

---

<sup>15</sup> CANÊDO, Letícia Bicalho. “Caminhos da memória: Parentesco e Poder”, in: *Textos de História - Revista da Pós-Graduação em História da UnB*. Vol. 2, número 3, 1994.

<sup>16</sup> Assim mostrado tanto por ele mesmo, como por seus biógrafos e demais admiradores. Ver CORRÊA FILHO, Virgílio. “Augusto Leverger: o bretão cuiabanizado” in: *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional - HIGB - 2º vol.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. Ver também o discurso do desembargador José de Mesquita: “Há um centênio, Leverger se cuiabanizava, aos primeiros afagos desta plaga bendita e acolhedora (...)” “(...) Era o “espelho vivo do tino, da ponderação e do senso de medidas”, era o “exemplo da honradez e da moderação (...)”. MESQUITA, José de. “Discurso de comemoração do centenário da chegada de Augusto Leverger” in: *RIGHMT*. Cuiabá, 1930, ano XII, Tomo XXIV.

<sup>17</sup> CORRÊA DA COSTA, Antônio. *Família Corrêa da Costa - Sua história e sua gente*. Cuiabá, Gráfica Genus, 1998. Andando pelas ruas de Cuiabá, em época de eleição, não é difícil achar pelo menos um sobrenome de candidato “Corrêa da Costa”, como o de Heitor Corrêa da Costa, aspirante a vereador. No início do século XX, outro Antônio Corrêa da Costa foi governador do Estado. Uma das principais avenidas de Cuiabá chama-se Eng. Antônio Corrêa da Costa, relativo a este último governante.

eram muitas famílias que compunham as elites econômicas e políticas de Mato Grosso. Daí uma série de casamento entre elas.

Assim, procuramos outros indícios da cultura política em Mato Grosso além da trilha do casamento, por nos parecer mais reveladoras. Antes, nos atentamos aos documentos que indicam a ocupação de cargos, a demonstração de apoio ou de repulsa a governantes, as reclamações e elogios dos dirigentes à participantes da *boa sociedade* de Mato Grosso, os “credenciados” para mercês, os resultados de eleições, o comportamento das legislaturas na Assembléia Legislativa, os comentários dos jornais, os pareceres dos presidentes de província sobre os cidadãos, as participações das elites em intentos governamentais. Dessa maneira, foi possível perceber os grupos políticos, suas *gerações* e suas atitudes em relação ao poder institucionalizado.

### **Projeto monárquico**

Os senhores que praticavam, pensavam e discursavam para a vida pública, nos sertões do Império, deveriam ser integrados e participantes do sistema monárquico e do jovem país que se construía. Notável, nesse sentido, foi a promoção da política de centralização promovida pela Corte, que visava os políticos provinciais.

As pesquisas recentes sobre o Império brasileiro são unânimes em considerar a promoção da centralização, e as representações dela por muitos políticos imperiais, como a maneira eficaz adotada pelo Estado para resguardar os interesses dos grandes proprietários frente aos distúrbios locais<sup>18</sup>. Contudo, sem divergir desse pressuposto, Richard Graham, em *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*, analisa as leis centralizadoras do período conhecido por “construção do Estado” como o meio de expandir as oportunidades dos potentados locais de todo o Império, através do clientelismo<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Iuperj / Vértice, 1988. FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império - O debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999. GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e política externa no Brasil (1808–1912)*. São Paulo: Unesp, 1997. MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/ Brasília: Hucitec-INL, 1987. SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. Jean Challandes mostra projeto de nação divergente da centralização, que acabou derrotado. CHALLANDES, Jean P. *Op. Cit.* 13 e ss.

<sup>19</sup> GRAHAM, Richard. *Op. cit.*, principalmente, p. 101.

Segundo Graham, venceria o teatro das eleições quem eficazmente manipulasse a fraude e aplicasse a violência de maneira competente. Daí sairia o vencedor, o que se refletiria até na escolha do gabinete de ministros. Ao presidente de província caberia apoiar o lado local mais forte e agraciar com alguns empregos também os derrotados, a fim de não se rebelarem. Os perdedores teriam sempre a esperança de voltar ao poder. Por sua vez, o segmento mais forte aceitaria sem contestação o governo temporário do mais fraco, também este conseguido com fraudes e violência. O novo ministério formado atenderia aos fazendeiros que antes eram oposição, mas agora, estando no governo, distribuiriam os cargos de acordo com os pedidos de empregos dos seus apaniguados espalhados por todo o território imperial <sup>20</sup>.

Para Graham, isso era o principal fundamento do Império: distribuir cargos e postos aos vencedores e acalmar os derrotados <sup>21</sup>. Mesmo considerando que existia uma “via de mão-dupla” ? ou seja, o governo teria uma certa influência na conduta dos governados, e os grandes proprietários de terra, por seu turno, teriam ascendência determinante sobre o governo ? um dos lados (o que favoreceria os interesses clientelísticos dos fazendeiros), fluiria muito mais do que o outro. A via do governo não passava de uma maneira de assegurar a ordem para os proprietários desfrutarem da burocracia do Estado.

Desta forma, o “clientelismo” visto por Richard Graham seria a chave para o entendimento de todo o período imperial. Esse autor, portanto, desconsidera qualquer projeto do governo monárquico que não fosse o atendimento às demandas dos fazendeiros de todo o extenso território imperial, principalmente no que cabia a cargos no aparelho estatal. “Expandir tais oportunidades” para os homens de posse, “constituía a própria razão de ser do Estado”, conclui Graham. <sup>22</sup>

Em posição diametralmente oposta, Raymundo Faoro percebe os homens dos altos postos do Segundo Reinado completamente desvinculados dos proprietários de terras. O grupo que exercia os altos postos burocráticos constituíam um *estamento* <sup>23</sup>, e a partir do

---

<sup>20</sup> *Ibidem, Op. cit.*, pp. 103-133.

<sup>21</sup> “Preencher os cargos com os clientes, amigos e parentes deles [dos latifundiários] constituía a essência mesma da política nacional.” *Ibidem, p.* 101.

<sup>22</sup> GRAHAM, Richard. *Op. cit.*, p. 272.

<sup>23</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Vol.2, 8ªed. São Paulo: Globo, 1989. Faoro utiliza esse termo na acepção weberiana, isto é, de um grupo de pessoas que se apropria, de maneira monopolista, de oportunidades de aquisição garantidas por tradição, por um modo de vida, assim como pela exclusividade de uma educação e

alto de seus cargos regularia toda a economia e a sociedade. Assim, esses burocratas governavam “contra os interesses dos poderosos, de acordo com o aceno do Imperador, este o chefe, comandante do estamento que os nutre e sustenta.”. Seriam os proprietários da soberania nacional. Se houvesse algum projeto além do controle do grupo burocrático sobre o país, seria o de favorecer, através do endosso imperial, os especuladores que auferiam enormes somas às custas dos “proprietários calados e submissos”.<sup>24</sup>

Pesquisas como as de Fernando Uricoechea, José Murilo de Carvalho e Ilmar R. de Mattos<sup>25</sup> sugerem visões com nuances do relacionamento entre burocracia, governo e proprietários, o que permite superar o radicalismo das visões anteriores e abrir perspectivas para se perceber um projeto para o Império no qual as elites burocráticas e políticas, além dos fazendeiros, participavam de sua construção. Seguindo essa linha de interpretação esta pesquisa propõe perceber como o governo político-administrativo do Império brasileiro era correspondido em uma província como a de Mato Grosso, uma extensão considerada periférica no sistema imperial brasileiro, cuja capital se localizava a mais de três meses de viagem, mas ao mesmo tempo relevante num ideário que procurava projetar o país para um determinado futuro.

Esta pesquisa não procurou testar a hipótese de que os altos funcionários imperiais constituíam um estamento, nem se este grupo aniquilava os fazendeiros em favor dos capitalistas especuladores. Também não buscou necessariamente testar a hipótese do *brasilianista*, de que o princípio primeiro e último do Estado era o de empregar a clientela dos potentados locais, e que esse mesmo Estado e seus representantes oficiais não passavam de instrumentos dos proprietários rurais de todo o Império.

Este trabalho parte do princípio de que o governo imperial tinha diretrizes formuladas em um projeto político-social. Era um projeto desenvolvido e reafirmado na medida em que o Estado nacional se consolidava, ao mesmo tempo em que a centralização se tornava mais efetiva, seguindo o rumo dado pela “direção saquarema”<sup>26</sup>. Obviamente não era um caminho único, trilhado sem rupturas nem redirecionamentos casuísticos. Mas,

---

de ações. Sobre estamentos, ver WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol.1. Brasília: Editora UnB, 1998, principalmente pp. 199-202.

<sup>24</sup> FAORO, Raymundo. *Op. cit.*, ver, por exemplo, p. 454.

<sup>25</sup> Ver URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. Rio de Janeiro: Difel, 1978; CARVALHO, José M. de. *Teatro de Sombras, op. cit.* e *A Construção da Ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ / Relume Dumará, 1996. MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema. Op. cit.*

<sup>26</sup> Ver MATTOS, Ilmar R. de. *Op. cit.* pp. 129 e ss.

sim, um projeto em que a burocracia e os potentados locais tinham papel essencial. Dessa maneira, os dirigentes da burocracia, políticos e donos de terras e de gentes são considerados de forma mais matizada nesta pesquisa sobre a política no Mato Grosso.

### **Por uma pesquisa sobre a política de Mato Grosso**

Até há pouco mais de 15 anos, as principais referências historiográficas nos livros de história sobre Mato Grosso eram os trabalhos de Virgílio Corrêa Filho e de Rubens de Mendonça<sup>27</sup>. Esses trabalhos foram publicados pela primeira vez há mais de trinta anos, em meio a uma profunda carência de conhecimentos sobre o passado daquela capitania/província. Esses livros, ainda hoje, são amplamente utilizados por se apresentarem bastante ricos em informações.

Contudo, nos anos 80, começou uma revisão historiográfica em Mato Grosso, encetada por historiadores ligados a universidades. Dentre esses trabalhos, podemos citar o de Luíza Volpato, *Mato Grosso: ouro e miséria no antemural da colônia: 1751-1819*, em que aborda a sociedade colonial em Mato Grosso, em que predominava a pobreza em meio à busca do ouro. Os habitantes da capitania também sofriam com o ônus de defender a fronteira oeste do império português<sup>28</sup>. Também temos o trabalho Lúcia Helena Gaeta Aleixo, *Vozes no silêncio: subordinação e trabalho em Mato Grosso – 1888-1930*, que aborda as várias formas de trabalho, notadamente o coercitivo, depois do fim da escravidão<sup>29</sup>.

No entanto, a região ainda se ressentia de um número maior de trabalhos sobre o que se passou em Mato Grosso, especialmente à luz de conceitos e metodologia atualizados. Dessa forma, ultimamente foi inaugurado um curso de Mestrado em Cuiabá, o que estimula novas pesquisas e debates sobre a região, tais como os trabalhos de Verone Cristina da Silva<sup>30</sup>, de Maria Aparecida de Barros Rocha<sup>31</sup> e de Heleno do Nascimento<sup>32</sup>.

---

<sup>27</sup> MENDOÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. 4 ed. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982. e CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993.

<sup>28</sup> VOLPATO Luiza. *Mato Grosso: ouro e miséria no antemural da colônia: 1751-1819*. São Paulo: USP, FFLCH. Dissertação de mestrado, 1981.

<sup>29</sup> ALEIXO, Lúcia Helena. *Vozes no silêncio: subordinação e trabalho em Mato Grosso – 1888-1930*. Tese de doutorado USP, FFLCH, 1991.

<sup>30</sup> SILVA, Verone Cristina da. *Missão, aldeamento e cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*. Cuiabá: ICHS/UFMT. Dissertação de Mestrado, 2001.

Também já podemos contar com alguns trabalhos, fruto de pesquisas de doutorado na maior parte das vezes – e no rastro da revisão bibliográfica começada nos anos 80 – que em muito contribuem para a visão do Império brasileiro em Mato Grosso. Vale destacar algumas pesquisas. O de Luiza Volpato, “Cativos do Sertão”, trata da vida cotidiana tanto de pobres e escravos, quanto de senhores, em Cuiabá, entre 1850 e 1888<sup>33</sup>. Sobre educação, há a pesquisa de Elizabeth Madureira, que aborda o período entre 1870 e 1889, em Mato Grosso<sup>34</sup>. Podemos igualmente dispor da tese de doutorado de Lylia Galetti, “Nos confins da civilização”, que analisa um conjunto de discursos sobre o Mato Grosso e suas populações, produzidos por viajantes, assim como as *identidades mato-grossenses* elaboradas por governantes e membros do Instituto Histórico local, já nas primeiras décadas do século XX. Esse trabalho aborda o período de meados do século XIX até a terceira década do século XX<sup>35</sup>. Ainda sobre o período monárquico, contamos com a tese de Maria Adenir Peraro, “Bastardos do Império – família e sociedade em Mato Grosso no século XIX”, que traz à tona abordagens demográficas e de relações familiares<sup>36</sup>. Também destacamos uma dissertação de mestrado, de João Antônio Lucídio, que trouxe novas perspectivas sobre a ocupação do leste de Mato Grosso no Oitocentos<sup>37</sup>. Por fim, temos o trabalho de Oswaldo Machado Filho, que, a partir de um crime em Cuiabá, analisa as várias visões e versões sobre o assassinio, seguindo para uma abordagem dos dispositivos de segurança e os elementos de *desordem* em Mato Grosso, entre 1840 e 1880<sup>38</sup>.

Essas pesquisas ajudam a perceber a época do Império em muitos pontos sobre o Mato Grosso, sendo referências para novas pesquisas. Mas a abordagem política no período imperial ainda não constitui foco privilegiado de novas análises. A renovação

<sup>31</sup> ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Igrejas e Cemitérios - As transformações nas Práticas de Enterramentos na Cidade de Cuiabá 1850-1889*. Cuiabá: ICHS/UFMT. Dissertação de mestrado, 2001.

<sup>32</sup> NASCIMENTO, Heleno Braz do. *Lepra em Mato Grosso: caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924-1941)*. Cuiabá: ICHS/UFMT. Dissertação de mestrado, 2001.

<sup>33</sup> VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

<sup>34</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras, Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT-IE. Tese de doutorado, 1999.

<sup>35</sup> GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo: USP/ FFLCH. Tese de doutorado, 2000.

<sup>36</sup> PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império - Família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

<sup>37</sup> LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Nos Confins do Império – Um Deserto de Homens Povoado por Bois. ( A Ocupação do Planalto Sul Mato Grosso 1830-1870)*. Niterói, ICHF. Dissertação de mestrado, 1993.

<sup>38</sup> MACHADO FILHO, Oswaldo. *Ilegalismos e Jogos de Poder: um crime célebre em Cuiabá (1872) e suas verdades jurídicas (1840-1880)*. Campinas: Unicamp, IFCH. Tese de doutorado, 2003.

historiográfica em Mato Grosso abriu muitas possibilidades de investigação, e uma pesquisa sobre as relações políticas (*strictu sensu*) talvez remetesse à tarefa dos antigos historiadores desvinculados dos métodos e procedimentos das universidades. Daí a proposta deste trabalho, por não haver ainda uma investigação, dentro do período abordado por essa pesquisa, sobre as práticas e idéias políticas, e o ideário civilizatório das elites dirigentes.

A sugestão de tratar de política surgiu na defesa da minha dissertação de mestrado, pela professora Luíza Volpato, quando me fez ver a necessidade de trabalhos que abordassem a vida partidária em Mato Grosso. Depois, fui encorajado pela minha orientadora, Geralda Dias Aparecida, a enveredar por esse caminho, e reforçado pelos documentos que encontrava, mostrando a viabilidade da pesquisa, ao mesmo tempo em que acreditava poder contribuir para a historiografia mato-grossense e do Império. De fato, um dos poucos trabalhos sobre política imperial na região produzido em pós-graduação enfoca o acontecimento da *Rusga* (maio de 1834) como uma das rebeliões regenciais, *saltando* para a década de 1870, quando se *iniciaria* o processo de formação das elites políticas<sup>39</sup>. É como se de 1834 até o fim da guerra do Paraguai nada de relevante tivesse acontecido na província no âmbito das disputas partidárias. E é justamente esse o período que eu trato nesta pesquisa. Em outro trabalho, não especificamente sobre política, mas sobre educação na província, um pesquisador preferiu afirmar que depois de 1834, as forças conservadoras, que tinham pessoas como Joaquim Gaudie Ley, foram conquistando espaço, até tornarem-se hegemônicos, e aí permaneceram até o fim do Império<sup>40</sup>. Tais lacunas e generalizações mostram a falta de investigações sobre as configurações políticas no período proposto por essa pesquisa.

As balizes temporais para este trabalho, “Entre *anarquizadores* e pessoas de *costumes*”, foi estabelecida entre setembro de 1834 e fevereiro de 1870, *a priori*. Esses marcos foram escolhidos devido à primeira data indicar a recomposição política depois de um fato marcante, o movimento conhecido por “30 de maio” ou “Rusga, em que foram perseguidos portugueses e antigas lideranças políticas de Mato Grosso, assim como data a

---

<sup>39</sup> NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites políticas: competição e Dinâmica Partidária-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/ Edições Vértice, 1988.

<sup>40</sup> CASTANHA, André P.. *Pedagogia da Moralidade: o Estado e a organização da Instrução pública na província de Mato Grosso*. Cuiabá: IE/UFMT, dissertação de mestrado, 1999.

chegada do Coronel Antônio Pedro de Alencastro, como presidente da província de Mato Grosso, peça importante no reagrupamento das facções. O enviado da Regência chegou à província com a especial missão de procurar estabelecer a “ordem”, depois de uma série de governantes escolhidos dentro da própria localidade, desde a queda do último representante do império português, Francisco de Paula Magessi Tavares, em agosto de 1821.

O limite final da pesquisa, 1870, é assinalado pelo fim da Guerra do Paraguai e o começo de uma maior inserção de Mato Grosso no mercado internacional. O início da década de 70 é quando Leverger, homem fundamental na política da região, se retira da vida pública, e começa a afirmação de uma nova geração de políticos.

Por vezes, para melhor trabalhar o objeto, foi necessário recuar antes do que foi estipulado como balize inicial, assim como se mostrou necessário ultrapassar o marco final de 1870.

### **Mato Grosso e o projeto monárquico**

Em 1834, era o momento da reorganização das facções políticas em Mato Grosso logo depois da “terrível tempestade”. No ano seguinte, começou a funcionar a Assembléia Legislativa, colocando à prova as lideranças locais. Era a ocasião de políticos se firmarem como chefes de facções, de novos atores em cena, ao mesmo tempo em que começava o jogo de poder entre o Legislativo provincial e o Executivo, encabeçado pelo presidente de província.

Os governantes enviados pela Corte para as províncias sentiam forte limitação devido aos poderes concedidos pelas leis regenciais à Assembléia Legislativa. Era o princípio *anti-absolutista* dos regentes e de vários outros políticos que percebiam na descentralização político-administrativo uma barreira à tirania. Tais medidas vistas como liberais, contudo, não foram capazes de conter os vários conflitos que explodiram em diferentes regiões. O sistema monárquico estava em perigo, e não menos o legado territorial do reino português. Diante da impossibilidade de governar, o regente liberal Padre Feijó renunciou. Como liberal, e também devido ao Ato Adicional, o padre percebia o poder Legislativo como preponderante, com mais atribuições do que o Executivo. No entanto, ao sair do governo, atribuiu justamente à resistência “facciosa da Câmara” a sua falta de

autoridade<sup>41</sup>. Segundo Ilmar Mattos, políticos com tendência conservadora, então, se apresentaram com uma forte coesão e com uma proposta centralizadora. Seus membros assumiram a Regência e começaram a colocar em prática suas idéias para estabelecer a *ordem*, sem a qual nenhum projeto poderia prosperar<sup>42</sup>.

Mas o que os defensores da centralização argumentavam era justamente que o desenvolvimento e a disseminação da *civilização* somente iriam se tornar possíveis com um maior controle do Estado sobre as províncias. Uma hierarquização melhor definida no Estado e na sociedade. A centralização equivaleria à *ordem*, única maneira de promover o *progresso*, e conseqüentemente, de disseminar a *civilização* pelo extenso território brasileiro unificado. Ao contrário, o liberalismo predominante no período regencial somente fazia acirrar as lutas internas entre as facções políticas dentro das províncias, impedindo um desenvolvimento “material e moral” das diversas regiões e, em conseqüência, de todo o país. Essa era a idéia e a direção empreendidas pelos dirigentes do Partido Conservador que, segundo Ilmar Mattos, praticamente imobilizaram os liberais, vistos como incapazes de conter as sucessivas rebeliões.<sup>43</sup>

A partir daí, os códigos de leis elaborados durante o período regencial puderam ser modificados na intenção de conceder mais prerrogativas ao governo central, em detrimento dos governos provinciais e mesmo municipais. Tais transformações na condução do Império que se construía se baseava no discurso de que era necessário fortalecer o governo central para melhor proteger os proprietários de terras e gentes do vasto território imperial. Era o discurso da “ordem”, ordem sem a qual, acreditavam os dirigentes conservadores, seria impossível construir uma civilização nas antigas colônias dos trópicos<sup>44</sup>. O discurso dos conservadores foi vencedor no chamado “período de construção do Estado”, mas suas diretrizes tiveram continuidade até o fim do Império, pelo menos. A centralização política e administrativa foi característica de todo o Segundo Reinado, apesar das vozes discordantes, mesmo de conservadores em certos períodos.

Enquanto na Corte, um grupo saído dos liberais começou a propor e adotar medidas centralizadoras, a partir de 1837, formando mais tarde o partido Conservador, em Mato

---

<sup>41</sup> Carta do Padre Feijó ao Diplomata francês Rosière. Apud: SOUZA, Otávio Tarquínio de. *Diogo Feijó - História dos Fundadores do Império*. Edusp. São Paulo. 1988.p.250.

<sup>42</sup> Ver MATTOS, Ilmar R. de. *Op. cit.* pp.144-156.

<sup>43</sup> MATTOS, Ilmar R. de. *Op. cit.* pp. 80-101.

<sup>44</sup> Ver MATTOS, Ilmar R. de. *Op. cit.*, pp. 152 e ss.

Grosso, no mesmo período, iniciou a formação de uma facção, que dominaria a vida política na província, que logo se constituiria no partido Liberal da região. Se os conservadores da Corte imprimiram a direção para a monarquia, por outro lado, em Mato Grosso, o grupo liberal permaneceu hegemônico na política provincial até a metade do século, representado sobretudo pelo seu domínio na Assembléia Legislativa. Tal força viabilizava com que os líderes liberais se chocassem com os presidentes de província - as principais autoridades do governo imperial em Mato Grosso -, desafiassem leis, conseguissem certa autonomia frente ao central.

O governo central, por sua vez, não colidia frontalmente com tal grupo, apesar das leis centralizadoras que, à princípio, retiraria poder dos políticos locais. Pelo contrário, a Corte os fornecia cargos e benesses, na tentativa de atraí-los para os propósitos da monarquia. Caso contrário, eles poderiam ser rebeldes incontroláveis na fronteira provincial. O potencial explosivo da facção comandada por Manuel Alves Ribeiro fazia com que a “ordem” política fosse barganhada, auferindo várias vantagens para os “anarquizadores”.

Foi justamente no sentido de promover a “concordia” que na década de 1850 iniciou-se a política da “conciliação”, após a demonstração de incisivos descontentamentos dos liberais, que já haviam se rebelado em 1842 - em São Paulo e Minas -, e em 1848,- em Pernambuco-. Na província fronteira, o principal representante dessa “política de conciliação” era o capitão de Fragata Augusto Leverger. Francês de nascimento, mas desde os anos 20 morava no Brasil, sendo admitido na Armada Nacional, após lutar com bandeira brasileira nas guerras platinas. Destacado marinheiro, é enviado a Cuiabá em 1830 para organizar a defesa fluvial da província. Aí fixa residência onde se casa e torna-se um dos cidadãos mais respeitados, e é até hoje largamente lembrado por sua “postura sensata, neutra e prestativa”. O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso é chamado “Casa de Melgaço”, alusão ao seu título de “Barão de Melgaço” que Leverger ganhou após sua participação na defesa de Cuiabá ante um provável conflito entre cuiabanos e paraguaios, na guerra do Paraguai, em 1865. Leverger é praticamente um mito em Mato Grosso.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> As poucas pesquisas que existem sobre Leverger contribuem para a construção e acentuação da personagem extraordinária. Ver CORRÊA FILHO, Virgílio. “Augusto Leverger: o bretão cuiabanizado” in: CORRÊA FILHO, Virgílio. *op. cit.*... TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. *Augusto Leverger. Almirante Barão de Melgaço. Antemural do Brasil em Matto Grosso*. São Paulo: ed. Melhoramentos, s.d.. Recentemente foi

Este estudo procurou conhecer melhor não somente a atuação dessa personagem emblemática, situando-a na política provincial e imperial, assim como de outras pessoas que eram atores destacados na vida pública de Mato grosso. A política provincial é entendida nesse trabalho como a política de facções, de formação de partidos e associações. Era a política dos homens que procuravam ocupar os cargos burocráticos do Estado em construção. Buscava-se influenciar (coercetivamente ou não) outras pessoas de que eram as melhores, na ocasião, para o lugar de mando e/ou de benefícios (seja material ou de prestígio). Tais atores formavam uma elite em determinado momento, no sentido de que somente poucos poderiam pleitear o mando e ocupar cargos de destaque na administração ou em associações reconhecidamente políticas.

Leverger era um deles, de grande destaque, é certo, mas que fazia parte de uma série de pessoas na província que poderiam representar, em certo momento, o “predomínio liberal”, ou a “direção conservadora”, ou mesmo uma situação política local peculiar.

Esta pesquisa, portanto, pretende perceber as estratégias de poder dessas elites<sup>46</sup>, cujos cálculos tinham que ter em bastante conta suas relações com o governo imperial, representado principalmente pelos presidentes de província. Era com o esforço político-administrativo desses presidentes e com essas elites da política provinciana que se pretendia construir uma nação.

A província de Mato Grosso era percebida como pródiga em recursos naturais, possuindo, dessa maneira, uma extensa flora ainda desconhecida de suas propriedades, passando por um grande território de “terras ubérrimas”, e por fim, detentora de minas de ouro e de diamantes ainda a serem exploradas. Aliado às suas riquezas fornecidas pela natureza, sua importância para o conjunto do Império se assentava também em sua extensa fronteira com as repúblicas internacionais. Eram mais de 500 léguas, em que os rios muitas vezes faziam o papel de divisor “natural” entre o Brasil e os países de língua espanhola.

Contudo, um dos fatores para se considerarem um lugar *civilizado* era a densidade populacional. O presidente de província Joaquim José de Oliveira, por exemplo, estimava o

---

publicada uma edição da RIHGMT que homenageia Leverger. Ver “Edição comemorativa ao bicentenário de nascimento de Augusto João Manuel Leverger – Barão de Melgaço 1802 – 2002” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Vol. 60, Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

<sup>46</sup> Neste trabalho, consideramos que havia várias elites, como a política, a intelectual, a militar, a intelectual (participar de uma delas não necessariamente significaria que fizesse parte de outras). Contudo, falamos de “elites políticas”, no plural, por considerar as várias gerações de atores políticos.

tamanho da província em um milhão e duzentos mil quilômetros. A sua população era de aproximadamente de 53 mil habitantes. Eram mais de 22 quilômetros quadrados por habitante, uma situação bastante diferente da que a dos *principais* países europeus<sup>47</sup>.

Se a população já era considerada diminuta, além de difícil de ser contabilizada, um outro grande problema que se apresentava para os dirigentes era que grande parte da população constituía-se de analfabetos, de gente *inculta*, de pessoas insensíveis aos símbolos e às práticas correspondentes aos da *civilização*, o que caracterizaria o lugar como *sertão*. As tarefas dos governantes em Mato Grosso, portanto, eram, além de garantir a *ordem*, procurar difundir os símbolos da *civilização* nesse *sertão* e mudar as percepções e as práticas das populações para mais condizentes com as de um lugar *adiantado*.

Dessa maneira, na busca de promover a associação entre os diversos habitantes do extenso Império, assim como para retirar da *barbárie* os que não comungavam com as conquistas do século, era necessário a disseminação da educação. Ela seria um instrumento poderoso de integração nacional, de transformação dos hábitos da população, de inclusão dos *homens-do-mato* na cultura da *civilização*, podendo inclusive, abrir brechas para transformar súditos em cidadãos. A consolidação do Estado pareceria continuar sempre incompleta sem o encaminhamento mínimo de esforços para a educação se disseminar pelo vasto território do Império<sup>48</sup>.

Mas claro era que não só pela disseminação da educação a *barbárie* e o seu território seriam dominados e elevados a um “estágio superior”. Além disso, eram necessários a constituição e o domínio de um quadro administrativo sólido, obediente e confiável, que propagasse a legitimidade do imperador e de seu modelo de se comportar e de ver o mundo<sup>49</sup>.

Os dirigentes de província em Mato Grosso, portanto, se esforçariam para que a população reconhecesse nos progressos materiais, no crescimento da instrução, e nas mudanças de costumes os sinais de um “mundo melhor”, diferente do deles. Ou seja, as teias de significados da população haveriam de mudar, teriam que corresponder ao que os

---

<sup>47</sup> RPP. Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 3 de maio de 1849 “bem que incompletos, eles são os mais exatos que por ora se podem apresentar” p. 9

<sup>48</sup> WEINBERG, Gregório. “Modelos educacionais no desenvolvimento histórico da América Latina”. In: SAVIANI, Demerval. *Para uma História da Educação Latino Americana*. Campinas: Ed. Autores Associados, 1996. Ver p. 37.

<sup>49</sup> WEBER, Max. *Op. cit.*. Sobre formas de dominação, notadamente a burocrática, ver principalmente as pp. 139-145.

dirigentes acreditavam ser a *civilização*. Esse era o esforço e o desafio dos presidentes de província em Mato Grosso: fazer com que os significados mudassem.

Para tal propósito, os presidentes precisavam contar com personagens destacadas da província. Pessoas que seriam escolhidas para ajudar a administrar, mas também partícipes de um ideal de civilização, e não menos sequeiros de manter ou ocupar posição privilegiada nas suas localidades.

Exemplo dessas pessoas era José Antônio da Silva, possuidor de extensas glebas e deputado da Assembléia Legislativa, nos anos 30. Empenhou-se gratuita e voluntariamente na construção de uma estrada que ligaria Cuiabá a São Paulo, chefiando as picadas e construções nos extensos sertões, o que mereceu elogios do presidente de província e recomendações à Corte<sup>50</sup>. Da mesma maneira, eram os “cidadãos ilustres” da Província que colaboraram fornecendo fundos, voluntariamente, para a compra de uma tipografia para a província, – cujo controle e posse seriam do governo – a fim de que em Mato Grosso as Leis e os atos governamentais pudessem ter maior disseminação entre a população<sup>51</sup>.

Eram também cidadãos notáveis os que se associaram para reunir numerário e iniciar a construção de um teatro. O presidente de província, Antônio Pimenta Bueno, notava que “os princípios da sociabilidade, a civilização, os costumes, e as paixões nobres tinham proveito de tais estabelecimentos sempre que bem dirigidos são.”<sup>52</sup>

Procurava-se prover a província com símbolos de um lugar que galgasse os degraus da civilização. Além da saúde, da instrução e educação, os dirigentes provinciais percebiam nos “melhoramentos materiais”, tais como iluminação pública, água encanada, calçamento e mesmo cadeias construídas apropriadamente como símbolos de um lugar que se transformava em direção aos modelos civilizacionais.

Mas para esse lugar poder ficar mais perto dos centros irradiadores e modelos de civilização, eram necessários melhores meios de comunicação. Assim, a franca navegação pelo rio Paraguai era uma aspiração dos habitantes e governantes que se identificavam com o ideal civilizatório. Em 1856 houve um acordo internacional que garantiria o livre fluxo de embarcações pela bacia do Prata. No entanto, em 1864, com a Guerra do Paraguai,

---

<sup>50</sup> DPP. Pimenta Bueno, 1º de março de 1838, p. 7.

<sup>51</sup> DPP. José Antônio Pimenta Bueno, 1º de março de 1837, p. 4.

<sup>52</sup> DPP. José Antônio Pimenta Bueno, 1º de março de 1838, p. 21. Contudo, reclamava que as obras estavam paradas. Os promotores da construção solicitaram “o benefício de uma loteria” para continuarem as obras.

novamente ficou bloqueado o rio fronteiro que corria para o sul.<sup>53</sup> Depois da guerra, o fluxo seria intensificado, não somente pela derrota paraguaia, mas também por Mato Grosso se inserir de maneira mais incisiva no mercado internacional<sup>54</sup>. De qualquer forma, os governantes e as pessoas ilustradas da província demonstravam não poder confiar somente nas embarcações que corriam o rio Paraguai, pois uma outra contenda com algum país platino poderia comprometer novamente a comunicação mais eficiente com a Corte e o litoral. Dessa maneira, era freqüente, principalmente depois de 1870, quando terminou a guerra do Paraguai, expressões de desejo para que se construísse uma estrada de ferro que ligasse a província ao litoral. Tal ferrovia somente se concretizará no início do século XX<sup>55</sup>.

Cuiabá era a cidade-palco das principais transformações urbanas na província e o principal centro propagador da idéia de *civilização* na região. Ou seja, além de ser o lugar privilegiado das transformações urbanísticas na região, fazia o papel de centro político-administrativo na província, correspondendo, em primeira mão, aos desígnios imperiais civilizatórios vindos do Rio de Janeiro.<sup>56</sup>

Enfim, o objeto dessa pesquisa são os dirigentes e “pessoas ilustres” de Mato Grosso através de suas ações políticas e representações que faziam acerca do que consideravam estabelecer *ordem* na província e/ou levá-la à *civilização*. Ou seja, são as estratégias dos *notáveis* da província na produção e disputa de símbolos e na protagonização ou participação de atuações, que os caracterizariam justamente como destacadas personagens da política mato-grossense.

Dessa maneira, durante a execução dessa pesquisa algumas perguntas nortearam esse trabalho, como sejam : Quais eram os grupos e as pessoas mais notáveis que compunham as elites políticas de Mato Grosso? Qual era a relação entre os poderes instituídos, tais como a Assembléia e a presidência? Como os homens públicos de Mato Grosso correspondiam às determinações emanadas do centro político e administrativo do

---

<sup>53</sup> DORATTIOTO, Francisco. *A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

<sup>54</sup> ALVES, Gilberto Luiz. “Mato Grosso e a História:1870-1929”. In: *Boletim Paulista de Geografia*. Nº 61, 1984, São Paulo.

<sup>55</sup> Ver CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso: A construção da estrada de ferro noroeste do Brasil (1905-1914)*. Campinas: Unicamp/IFCH, dissertação de mestrado, 1993.

<sup>56</sup> Depois da guerra do Paraguai, o sul da província passa a ser, paulatinamente, a principal região econômica de Mato Grosso. Contudo, a predominância política de Cuiabá, já nas primeiras décadas de República, acabou por fazer eclodir intensas disputas regionais, provocando até mesmo deposição de governador, à força. Ver CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

Império? Como eram os diferentes momentos e principais práticas políticas em Mato Grosso, durante o período proposto por essa pesquisa? Se as elites políticas mato-grossenses participavam de um projeto imperial, quais as principais maneiras de se tomar parte nesse projeto?

## **Documentações**

Para percebermos as práticas e representações políticas em Mato Grosso nos valem de uma vasta documentação. Muitos desses documentos são inéditos. Outros, já visitados, receberam uma nova abordagem.

Os principais documentos desta pesquisa são os localizados no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, na série “Ministérios” (sob a sigla IJJ), na parte relacionada ao Mato Grosso. Aí pudemos encontrar valiosa documentação. São cartas, ofícios, memorandos, representações, atas de eleições, recomendações, avisos imperiais e até mesmo recortes de jornais. Eram as correspondências que os ministérios recebiam de Mato Grosso e cópias de documentos enviados para a mesma província. O ministério privilegiado para as questões político/partidárias era o do “Interior”.

Outra massa documental importante para esta pesquisa foram os denominados “Relatórios, Falas e Mensagens dos Presidentes”, divididos em 44 livros concernentes ao período que este estudo aborda. Eles se encontram na forma de microfimes no Senado Federal, em Brasília, no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá e também na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Esses “Relatórios, Falas e Mensagens Presidenciais”, já bastante percorridos em outras pesquisas, ainda são ricos em informações e nelas podemos notar nos discursos as modelagens (as representações por meio de modelos), os ordenamentos, as hierarquias, assim como algumas demandas da própria estrutura social que procuravam tecer. Não se tratam, portanto, de frios e burocráticos relatos oficiais sobre a situação da província. Aí também pode-se captar a angústia dos governantes diante da impossibilidade das empreitadas governamentais. Ou, então, o sentimento do dever cumprido, para quem foi temporariamente aos *sertões* levar um pouco de *luzes*.

Também nesses relatórios há indícios sobre a participação política dos locais, suas ocupações em cargos públicos, alguns conflitos com as autoridades estabelecidas, e as diversas formas de participação nas diretrizes governamentais. Esses documentos colaboram para se conhecer as várias configurações políticas na província.

Para as práticas eleitorais, principalmente as atas de eleições, assim como para as composições da Assembléia Legislativa e para os poucos registros de debates no legislativo provincial pesquisamos nas caixas de documentos depositados no Instituto Memória do Poder Legislativo, em Cuiabá.

No Arquivo Público do Estado de Mato Grosso estão depositadas muitas correspondências oficiais dos governantes da província com as autoridades da Corte. Esses ofícios foram complementares aos documentos pesquisados no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, pois muitos que existem no primeiro arquivo não têm cópia no segundo, e vice-versa.

Da mesma forma, também pesquisamos os jornais mato-grossenses do período da pesquisa que estão microfilmados no Núcleo de Documentação Histórica e Regional, na Universidade Federal de Mato Grosso. Diante das informações contidas nos documentos vistos anteriormente, ou mesmo na pequena bibliografia, essa documentação acabou apresentando um caráter secundário na pesquisa, mas, de alguma forma, contribuiu pra formular algumas proposições. De qualquer maneira, o acervo do NDHIR é, sem dúvida alguma, um manancial bastante profícuo para numerosas investigações.

## **Capítulos da pesquisa**

Para alcançarmos os objetivos da pesquisa, dividimos o trabalho em sete capítulos: “Senhores da política em tempo de consolidação da independência”, “A ordem disputada”, “Conciliações conservadoras”, “A prática eleitoral”, “Redirecionamentos da Ordem”, “Conexões com a Corte” e “Civilizando populações, construindo a nação”.

No primeiro capítulo foi necessário abordar o Mato Grosso ainda no período colonial, como uma maneira (mas não a única) de explicar a composição dos principais grupos políticos de depois de 1834. A grande pauta da vida pública era qual seria a capital, Vila Bela situada no vale do Guaporé, ou a área mais próspera, Cuiabá. Esta acabou

ganhando a contenda. Mas a elite política da baixada cuiabana que antes estava unida pela transferência da capital, passou a se dividir em dois pólos bastante rivais. Esse antagonismo iria desembocar na Rusga. A partir daí, quando começa a pesquisa propriamente documental, percebe-se que há uma disputa para caracterizar quem seria o *desordeiro*, quem estaria ao lado das normas. Um novo presidente de província é mandado para a região fronteira, onde procura ser elemento decisivo nas disputas políticas. Era o embate entre o representante do Executivo, enviado pela Corte, e os políticos regionais, que ocupavam a Assembléia Legislativa, expressão do poder localista.

No segundo capítulo investigamos os momentos seguidos à Rusga, quando ocorre uma nova formação dos grupos políticos. O perigo de irromper uma nova rebelião era bastante plausível, o que fazia os dirigentes quererem conjugar o termo “liberdade” necessariamente submetida à palavra “ordem”. Nesse quadro de instabilidade surge a liderança de Manoel Alves Ribeiro. Seu partido torna-se hegemônico em Mato Grosso, desafiando freqüentemente os presidentes de província e as antigas lideranças de Cuiabá. O medo de que detonasse uma insurreição na distante fronteira do Império, fazia com que conseguisse vários dividendos políticos, mesmo estando francamente contra a lei ou negando as diretrizes imperiais. Sua derrocada acontece somente quando um enviado da Corte consegue reunir um contingente considerável de opositores de Ribeiro, para vencê-lo de maneira “legal”, ou seja, pelas urnas, valendo-se de decisivos acordos com chefes locais.

No terceiro capítulo, abordamos a política de “Conciliação”. Se na Corte, na década de 1850, os homens “com razão” entendiam que deveria haver um apaziguamento formal e prático entre os grupos políticos, o mesmo deveria acontecer em Mato Grosso. De fato, a idéia de Conciliação foi bem sucedida na província fronteira. Nessa tarefa, se destacou Augusto Leverger. Os homens públicos perceberam que a transigência nesse momento era mais vantajosa do que a antiga possibilidade de “desordem”. Se, até então, os confrontos entre Executivo e Legislativo eram constantes na Assembléia provincial, por exemplo, ela vai ser o lugar por excelência para demonstrar o entendimento entre os partidos.

O fim da política de Conciliação também vai ter seus reflexos em Mato Grosso. Os liberais na província vão ter um considerável domínio político, mas nada se comparado aos anos da década de 1840, quando existia uma predominância avassaladora. A Corte procurava não desagradar nenhum grupo político frontalmente, o que às vezes descontentava bastante o

partido que estivesse em desvantagem na província. Esses desentendimentos, no entanto, não eram tão perigosos quanto poderia ser antes do período da “primeira Conciliação”.

Se não eram “perigosos” ao sistema monárquico, as disputas não deixavam de ser acirradas, continuando ardilosas e açuladas, mesmo no tempo da fatídica guerra, apesar de apelos patrióticos em contrário.

No quarto capítulo analisamos as práticas eleitorais em Mato Grosso. Não tanto a discrepância entre o sistema normativo e o que se praticava, mas principalmente as estratégias de se vencer as eleições, afinal, era a urna que legitimava o poder político. É certo que havia violência física para garantir os votos, mas eram principalmente os ajustes entre os líderes que garantiriam as eleições. A partir dos anos 1850, os acordos vão se “sofisticando”, até produzirem votações quase unânimes em toda a província.

No quinto capítulo mostramos uma nova ênfase para a “ordem”. Se nas décadas de 1830 e 1840 a palavra “ordem” estava fortemente ligada à manutenção e integridade do território e do regime monárquico, nossa pesquisa mostrou que nas décadas de 1850 e 1860 o termo passou a enfatizar mais a necessidade de ordenamento das “ínfimas classes”. Parecia que o espaço político já estava delimitado.

O sexto capítulo trata das várias formas (mas não de todas) de ligação entre o centro político e administrativo do império e a província de Mato Grosso, desde os aspectos físicos até as correspondências de idéias. Se se buscava integrar a região fronteiriça com o litoral, também era necessário conectar os vários aglomerados de moradores de Mato Grosso entre si, notadamente com a capital, Cuiabá. Era absolutamente necessária a participação dos senhores da política para o estabelecimento dessas ligações. Isso se dá principalmente a partir da segunda metade do século XIX.

Se as diversas partes da província deveriam, em tese, se integrar, o mesmo também deveria acontecer com seus habitantes, que deveriam tender a uma homogeneização em seus modos e costumes, formando um só povo de uma mesma nação. Para isso, era elementar não somente saber quantos eram os habitantes de seu território, mas também aplicar políticas públicas, notadamente as que se relacionavam à escolarização. Somente através da instrução poderia haver uma verdadeira transformação na distante província, e em todo o Império, para disseminar e sedimentar entre a população os valores da monarquia civilizadora. Como as vias de comunicação, foi também na segunda metade do

século XIX que a instrução primária da população ganhou relevância dentro do governo, no mesmo momento também em que os espaços para a atuação na política institucionalizada pareciam estar cristalizados.

## CAPÍTULO I

### SENHORES DA POLÍTICA EM TEMPO DE CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Se eram poucas as pessoas que faziam parte das elites políticas - seja devido ao grau de parentesco e apadrinhamento, seja devido ao *corpus* de saberes específicos, seja até mesmo devido à restrição censitária - essas pessoas geralmente se agrupavam em duas tendências no período proposto<sup>57</sup>, não necessariamente institucionalizada em partido político. Antes da inauguração da Assembléia Legislativa (1835), os blocos políticos formados colocavam duas vilas (que compreendiam dois departamentos administrativos) da capitania como antagônicas. Com um desses lugares saindo vencedor da contenda, Cuiabá, a elite política desse espaço iria se fragmentar. Eram dessas disputas que posteriormente se formariam os dois partidos da província. Assim, se o Mato Grosso aderiu com facilidade aos propósitos de rompimento com Portugal, o mesmo não acontecia sobre o entendimento dos homens públicos em relação à supremacia política na província. Tais disputas desencadeariam na “Rusga”, movimento que assinalava o fim do processo de independência na província, demarcando as composições políticas. Dessa maneira, os homens públicos mais expressivos da região passariam a ocupar lugar na recém-criada Assembléia Legislativa, lugar destinado para o exercício político institucional dos homens públicos locais. O exercício político nessa casa legislativa era marcado, inicialmente, pelo confronto entre o executivo (nomeado pela Corte) e a Assembléia provincial, numa época de reconhecimento de espaços de atuações.

#### 1. Cuiabá: cabeça de província

Quando se deu a independência política do Brasil, em 1822, os *homens bons* de Mato Grosso – que poderiam ocupar os assentos das câmaras de seus municípios -, tinham

---

<sup>57</sup> Para Bourdieu, há uma tendência à polarização entre duas facções, mesmo considerando diversas tendências dentro de um mesmo partido. BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 179.

diante de si um problema que vinha dos últimos anos de colônia. Qual seria a capital de Mato Grosso. A antiga capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, sofria a contestação dos homens envolvidos na política e no comércio da baixada Cuiabana.

Essa luta pela transferência da sede política-administrativa, nos anos 20, encabeçada pela elite política de Cuiabá, colocava do mesmo lado homens públicos que, nos anos 30, teriam destinos e posições diversas, como Poupino Caldas, de um lado, e André Gaudie Ley e Antônio Corrêa da Costa, de outro. Eram militares da antiga estrutura colonial, comerciantes e proprietários de terras, assim como homens pertencentes ao quadro da Igreja que eram os políticos mais representativos da pequena elite da baixada cuiabana. Dessa maneira, também compunham essa elite as personagens Jerônimo Joaquim Nunes, Tenete-coronel da Tropa de 1ª Linha e dono de fazendas de gado; Antônio Navarro de Abreu, Tenente-coronel de milícias e abastado comerciante; Padre José da Silva Guimarães, Comissário da Bula.<sup>58</sup>

Esse grupo buscava as benesses de sua vila tornar-se a sede do governo, pois Cuiabá, além de passar a contar com maior fluxo de verbas governamentais, seria definitivamente o centro das atuações políticas na capitania, podendo inclusive ter maiores chances de participação nos cargos administrativos. A seu favor contava o maior desenvolvimento econômico da baixada cuiabana, pois era lugar de entroncamento comercial e onde as pessoas mais abastadas da província mantinham residência.

Já Vila Bela sofria por muitas décadas a penúria dos negócios. Desde quando a extração de minérios declinou no vale do Guaporé, não houve mais atrativos na capital para evitar-se a acentuada diminuição da população. Acrescentava-se a isso os vários reclames de governantes sobre a insalubridade que reinava no vale<sup>59</sup>.

Vila Bela foi construída como parte da estratégia do governo português para assegurar um território que começara a ser conquistado a espanhóis e índios nas primeiras décadas do Setecentos. Foi uma conquista motivada principalmente pela descoberta e exploração das

---

<sup>58</sup> ROSA, Carlos. *O processo de Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá: Prefeitura Municipal / SEC / Dep. De Cultura e Turismo, 1976.

<sup>59</sup> Contudo, como mostra Leny Caselli Anzai, se os governantes realçavam a insalubridade de Vila Bela, um naturalista enviado pela metrópole, no final do século XVIII, apontava não somente a capital como lugar perigoso para a saúde, mas todo o Mato Grosso, inclusive Cuiabá. Outros senhores com discurso científico também consideravam Cuiabá e o resto da capitania como um lugar insalubre. Era um quadro que, no entanto, era reversível com a devida intervenção da ciência. ANZAI, Leny Caselli. *Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Tese de doutorado. ICC/UnB, Brasília, 2004.

minas de ouro.

A quantidade de minério inicialmente encontrada nas áreas ao oeste das colônias portuguesas, no início do século XVIII, manteve povoamento nos novos espaços incorporados ao governo da metrópole. Depois do ouro encontrado pela bandeira de Moreira Cabral, na baixada cuiabana, novas lavras foram descobertas pela comitiva de Miguel Sutil em um córrego do rio Cuiabá. Foi aí que se formou o povoamento mais denso dando origem à Vila de Cuiabá, em 1727<sup>60</sup>.

Já era delineado esgotamento das minas nos anos quarenta do século XVIII e confirmada na década seguinte. Isto fez com que boa parte da população abandonasse a vila de Cuiabá e a capitania. Outros, porém, passaram à conquista de novas áreas, através de expedições, em busca de novas jazidas. Cuiabá seria o posto de apoio dessas aventuras<sup>61</sup>.

Essas expedições encontraram outros veios de ouro. Os mais promissores, pelo menos à primeira vista, situavam-se no vale do rio Guaporé, na bacia amazônica. Apesar da região ser considerada de difíceis condições para a fixação de povoamento, o fluxo migratório para essas lavras foi intenso, com pessoas vindas principalmente de Cuiabá, Goiás e das Minas Gerais.

A Coroa portuguesa, preocupando-se com o crescente êxodo da baixada cuiabana, - pois confiava na presença de colonos para tentar assegurar a posse do vasto território conquistado ao reino -, resolveu, então, desmembrar as minas dessas novas áreas da capitania de São Paulo. A sede do governo da nova capitania seria instalada em ponto estratégico, no vale do Guaporé<sup>62</sup>.

A exploração de ouro, desenvolvida com baixo nível técnico, procurava se utilizar do braço negro escravo, mas que por uma série de razões, desde a mortandade, fugas e alto valor na capitania,<sup>63</sup> fizeram com que os mineiros procurassem resolver o problema de mão-de-obra com a escravização do índio. Este, conseqüentemente, promovia guerras constantes contra os colonos. Assim como ocorria grande mortandade entre os silvícolas,

---

<sup>60</sup> VOLPATO, Luíza. *A Conquista da Terra no Universo Da Pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1987.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p.31.

<sup>62</sup> Segundo Maria do Socorro Castro Soares, quando alguns moradores de Cuiabá souberam que sua vila não seria a capital da nova capitania houve um certo descontentamento. Mas contestação de fato e na prática, somente no século XIX. SOARES, Maria do Socorro Castro. *O Governo Provisório e a Questão da Anexação da Província de Chiquitos ao Império Brasileiro (1821-1825)*. Dissertação de mestrado. ICHS/UFMT, Cuiabá: 2003.

<sup>63</sup> *Ibidem*, ver pp.83-86.

não era muito raro famílias inteiras de chacareiros, próximas às minas, serem massacradas pelos índios. Não menos, as tropas que transportavam mercadorias e até mesmo povoados inteiros conheceram a ira dos ataques dos gentios.

A conquista sobre território indígena trouxe outras dificuldades além das acima referidas. A região, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, pertencia aos espanhóis. Sendo assim, coube à população local a defesa contra os hispano-americanos. Segundo Luíza Volpato, a belicosidade entre portugueses e espanhóis, na fronteira mato-grossense, esteve sempre vinculada à política externa européia. Durante o século XVIII e início do XIX, Portugal e Espanha sempre estiveram em campos opostos, estendendo aos domínios coloniais as diretrizes definidas em Lisboa ou Madri. Contudo, apesar da fronteira oeste não ser a principal área de conflito, não pôde ser desprezada como zona de tensão<sup>64</sup>.

A criação da capitania de Mato Grosso tinha como um de seus objetivos a caracterização da posse da região. Não foi coincidência, portanto, a implantação da capitania anteceder em apenas dois anos a assinatura do Tratado de Madri (1750). Esta assinatura, no entanto, não garantiria a posse da terra para o reino português. A nova região administrativa deveria organizar a defesa não só para conter qualquer possível avanço espanhol, mas também para ocupar áreas não habitadas pelo estrangeiro.

Foi, então, desenvolvida uma política de incentivo à fixação do povoamento no vale do Guaporé com isenções e reduções de impostos e o franqueamento da navegação na via Madeira-Guaporé, ligando Belém a Vila Bela, capital da nova capitania. Portugal, nesse intuito, criou a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que iria promover as trocas com a região guaporeana<sup>65</sup>.

A população, que havia migrado para essa área de fronteira, tinha o ônus da defesa de Mato Grosso.<sup>66</sup> Nas ocasiões em que havia ameaça, os homens das camadas mais humildes da sociedade viam como verdadeira desgraça sua convocação, pois teriam que abandonar suas famílias e suas plantações, deixando-as vulneráveis aos ataques de índios. Outros teriam que paralisar suas atividades de mineração, que certamente significaria mais prejuízo para suas poucas possibilidades.

---

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>65</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso – Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

<sup>66</sup> VOLPATO, Luiza. *Op. cit.*, p. 39.

Na capitania, nem todos os povos indígenas eram considerados inimigos dos portugueses. Muitas vezes tinham os espanhóis como seus oponentes, e assim se aliavam aos colonos de origem lusa. Foi graças à paz estabelecida com os Guaicuru que os colonos puderam expandir a criação de gado bovino pelo pantanal, no fim do século XVIII<sup>67</sup>.

A partir daí foi crescente o número de solicitações de sesmarias para a criação de gado no sul da capitania. No entanto, a produção de carne não foi suficiente para abastecer a região. A população da capitania iniciou então um comércio internacional, recorrendo ao contrabando com os colonos espanhóis, fornecendo o principal produto de exportação da região, o ouro, em troca dos derivados de gado. Outras vezes adquiriam esses produtos dos Guaicuru que saqueavam as fazendas dos hispano-americanos<sup>68</sup>.

Com a crise do sistema colonial, os governos de Portugal e de Espanha deixaram de lado as contendas na raia de Mato Grosso, na tentativa de superação dos problemas internos. A população de Mato Grosso havia conseguido defender e ampliar os domínios devassados pelos bandeirantes. Ficaram as povoações, vilas e fortes construídos nas áreas conquistadas demarcando fronteiras. Apesar da reduzida população, o território era do império português<sup>69</sup>.

Devido à mineração em Mato Grosso, estabeleceram-se, além de comerciantes, cultivadores de cana-de-açúcar, milho, algodão, mandioca, fumo e outros. Com a decadência da mineração essas culturas não declinaram, pelo contrário, algumas, como a cana-de-açúcar e a criação de gado, até prosperaram<sup>70</sup>.

Assim, alguns proprietários de fazenda de gado ou açúcar e comerciantes abastados, que muitas vezes eram também oficiais de milícia ou de tropa de linha, tornaram-se o núcleo econômico privilegiado que não deixaria de influenciar ou tentar influenciar nas diretrizes políticas no Mato Grosso. Estes senhores de cabedais moravam principalmente na baixada cuiabana. Enquanto para Vila Bela, em 1820, havia uma estimativa de que possuía 6.000 habitantes aproximadamente, a região central da Capitania (Cuiabá, Poconé, Santo Antônio do Rio Abaixo, Rosário do Rio Acima) estava em torno de 20.000 habitantes.<sup>71</sup>

---

<sup>67</sup> *Ibidem*. p. 89.

<sup>68</sup> *Ibidem*. pp. 90-92.

<sup>69</sup> *Ibidem*. p. 51.

<sup>70</sup> LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio de Mato Grosso no contexto da mineração*, Cuiabá: UFMT, 1982.

<sup>71</sup> ROSA, Carlos. *Op. cit.*, p. 26.

Dessa maneira, a elite cuiabana reivindicava a transferência da capital para Cuiabá, que por determinação régia ganhava foros de cidade, como também Vila Bela, que passava a se chamar cidade de Mato Grosso<sup>72</sup>. Os cuiabanos argumentavam que sua terra era a principal cidade mato-grossense, com maior população e comércio, enquanto a cidade de Mato Grosso era acusada de possuir alto índice de mortalidade devido à insalubridade da região guaporeana. Reforçavam esse argumento as mortes de autoridades no vale do Guaporé.

Dom Luiz de Melo Pereira e Cáceres, depois de governar por mais de 6 anos, morreu de febre, em 1796. Um de seus sucessores, Manoel de Abreu e Menezes, pediu à Metrópole a transferência da capital para Cuiabá, em 1804. O pedido não foi aceito e Abreu e Menezes também morreu de sezões no ano seguinte, em Vila Bela. O capitão-general que o sucedeu, João d'Oeynhausen e Gravenberg, não conseguiu transferir a capital, mas mudou vários órgãos administrativos para a baixada e passou a governar de lá, até o fim de sua administração em 1819<sup>73</sup>.

Em seguida foi nomeado Francisco de Paula Magessi, que começou governando em Cuiabá. De acordo com vários pesquisadores, Magessi, ao contrário de seus antecessores, era bastante impopular<sup>74</sup>. O pagamento de soldos de oficiais militares e o salário dos funcionários públicos chegaram a atrasar muitos meses. Para resolver a situação de penúria dos cofres, o capitão-general aumentou os impostos e passou a cobrar novas taxas, trazendo grande descontentamento para os moradores da capitania.

Segundo Elizabeth Siqueira, assim como muitos portugueses vinham ao Brasil com a intenção de enriquecer em pouco tempo para logo retornar a Portugal<sup>75</sup>, também Magessi estava no mesmo intento. Para isso, o capitão-general adquiriu uma fazenda na baixada

---

<sup>72</sup> FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus Municípios*. Cuiabá: Ed. Buriti, 2001.

<sup>73</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, p. 448, nota 105

<sup>74</sup> MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. 4ª ed. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso – Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002. CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. *Op. cit.* P. 457.

<sup>75</sup> O que pode não ter sido o caso de Luís e João Pereira e Cáceres, que estiveram à frente da capitania, respectivamente, 11 anos e 11 meses, e 6 anos e 3 meses. Provavelmente também não deve ter sido o caso de João Augusto D'Oeynhausen e Gravenberg que governou por mais de 11 anos a capitania. Esse mesmo capitão-general depois foi para São Paulo, onde governou também por mais de uma década, até a abdicação de D. Pedro I, em 1832. Nesse sentido, C.R. Boxer considerava um exagero a afirmação de que a maioria dos portugueses que vinham para o Brasil desejava logo voltar para a Europa. Na verdade, a maior parte dos emigrantes criava laços com a terra e com a população, que não se podiam facilmente romper. BOXER C.R. *O Império Marítimo Português – 1415-1825*. Lisboa, Edições 70, sd.

cuiabana onde passou a produzir gêneros alimentícios em larga escala. Sua esposa foi testamenteira num contrato que estabelecia a sua fazenda como fornecedora de alimentos para a guarnição militar de Mato Grosso<sup>76</sup>. No entanto, o período do capitão-general em Mato Grosso estava perto de terminar, devido às repercussões dos acontecimentos em sua terra natal.

## 1.2. Das Juntas para a Assembléia

Com a notícia da “Revolução Liberal”, em Portugal, veio a designação de que os capitães-generais devessem jurar a nova constituição portuguesa. Magessi, então, reuniu representantes de várias camadas da população de Cuiabá e fez o ato solene.

Para os grandes proprietários e comerciantes da baixada cuiabana, a proximidade do centro das decisões políticas e administrativas da capitania representava uma maior possibilidade de influência no poder institucionalizado. Contudo, havia um descontentamento com o governo de Magessi que se mostrou decisivo com a notícia de que em outras capitanias, os capitães-generais estavam sendo depostos. Conta-se que foi o rico comerciante Antônio Navarro de Abreu quem chegou de viagem entusiasmado com as novidades, em 18 de agosto de 1821. Prontamente, os fazendeiros e negociantes mais ricos da baixada cuiabana se articularam com setores da área militar e o clero para a deposição do governante. Dois dias depois “Tropa, Clero, Nobreza e Povo” consideraram Magessi deposto e escolhem uma Junta governativa<sup>77</sup>, tal qual se formavam em várias partes do Brasil.

Na verdade, a deposição do capitão-general e a formação de Junta governativa correspondiam aos desígnios das Cortes reunidas em Portugal. Era o movimento *vintista* imbuído de um sentido liberal, pois queriam que o monarca jurasse uma Constituição que estava sendo gestada. Era a defesa do fim do Antigo Regime, em que a *sociedade* deveria se fazer representada, assim como os direitos do cidadão, da liberdade de expressão, de

---

<sup>76</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, p. 74.

<sup>77</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. “Antônio Navarro de Abreu, paladino da maioria”, in: *Anais - Terceiro Congresso de História Nacional- IHGB*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 374.

imprensa, de associações e de reuniões<sup>78</sup>. Várias regiões do Brasil aderiram prontamente ao chamado das Cortes seduzidas pela sua pregação liberal e constitucional. Contudo, os deputados portugueses estavam mais preocupados com a *regeneração* de Portugal, o que logo veio a tornar incompatíveis as pretensões portuguesas com os anseios dos representantes da colônia na América<sup>79</sup>.

Em uma de suas medidas, as Cortes decidiram acabar com as capitânicas nas colônias, passando a formar províncias, onde os homens locais as governariam através de “Juntas”. Assim, tentavam uma relação direta das localidades com Portugal, dispensando a interferência do Rio de Janeiro nos negócios públicos, que havia crescido constantemente desde quando a Corte havia se instalado no Brasil, em 1808. Contudo, ao contrário dessas diretrizes emanadas das Cortes portuguesas, os colonos acabaram por se fazer representar por D. Pedro frente a Portugal, diante da intransigência das Cortes em aceitar a autonomia das províncias brasileiras<sup>80</sup>.

Em Cuiabá, ainda correspondendo às medidas das Cortes, fizeram parte da Junta governativa os representantes da pequena elite política de Cuiabá, com a provisória ausência de Antônio Corrêa da Costa e de Poupino Caldas. Dessa maneira estava coligação como representante do clero: D. Luiz de Castro Pereira, Bispo de Cuiabá; o vigário Geral de Cuiabá, Agostinho Luiz Goulart Pereira e o padre José da Silva Guimarães. A presença do clero era fundamental numa população marcada pelo catolicismo. A *nobreza* era representada pelo proprietário Jerônimo Joaquim Nunes e pelo negociante e também proprietário André Gaudie Ley<sup>81</sup>. A tropa era encabeçada pelo capitão Luiz D’Alincourt,

---

<sup>78</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. “Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823)” in GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e PRADO, Maria Emília. (Orgs.) *O Liberalismo no Brasil Imperial – origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

<sup>79</sup> Até as discordâncias, sonhava-se com a implementação de “um poderoso império luso-brasileiro”.

<sup>80</sup> Se as Cortes em Portugal implementaram as “Juntas”, logo também criou e nomeou o comandante de armas, que passava a dividir o governo com as câmaras locais. As municipalidades começaram a se atritar com Portugal. O apoio a D. Pedro se concretizou por várias vilas, depois que os representantes das províncias perceberam que os portugueses das Cortes eram intransigentes em não acordarem sobre uma Constituição para o Brasil, com uma distribuição proporcional dos impostos, assim como com a permanência do aparato burocrático principal no Brasil. D. Pedro seria o imperador constitucional do Brasil, contra a “tirania” de Portugal. Ver SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada – O Brasil como Corpo Político autônomo 1780-1831*. Ed. Unesp, São Paulo, 1998.

<sup>81</sup> Sobre o grande número de *nobres* em Cuiabá, um viajante, em 1769, fazia notar que “Como há-de conservar-se a república adonde todos são fidalgos, todos querem viver à lei da nobreza, todos têm as mãos sagradas.” SÁ, José Barbosa de. Apud, SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo, Ed. Unesp, 2005. No entanto, no momento das juntas não existia um nobre de “grandeza” na capitania, ou seja, nenhum barão, marquês, visconde, conde ou duque. Considerava-se “nobre” muitas vezes pessoas que tinham

seguido pelo capitão Félix Merme e pelo tenente-coronel Antônio Navarro de Abreu. Eles representavam o descontentamento do oficialato com o governo. Juntos com Jerônimo Joaquim Nunes conseguiram a adesão (ou a não reação) das milícias e das tropas de linha. O capitão João José Guimarães e Silva, funcionário do fisco da antiga capitania, era o representante do *povo*.<sup>82</sup>

As primeiras medidas para consolidar o novo governo, além das iniciativas relacionadas aos comandos militares, foram garantir a saída da província do capitão-general, assegurando-lhe a sua integridade física, e comunicar aos principais povoados de Mato Grosso a instalação de outra administração<sup>83</sup>.

Ao receber a notícia da deposição de Magessi, os políticos da região do Guaporé não discordaram da retirada do capitão-general. Contudo, não reconheceram a “Junta Governativa” instalada em Cuiabá. Via-se como a legítima capital. Em atitude de franca contestação criou sua própria Junta, presidida pelo vigário Antônio de Assunção Batista.

A cidade de Mato Grosso sabia da força política de Cuiabá naquele momento. Era aí onde os últimos capitães-generais escolheram para morar e governar. A elite política da baixada era composta por pessoas economicamente fortes na província. Frente a este poder de Cuiabá, Vila Bela procurou ganhar a adesão de forças populares com medidas consideradas extremadas: estabeleceram a abolição da escravatura em toda a Capitania; e mais, seria extinta a fidelidade conjugal, assim como a castidade das donzelas deixaria de ser obrigatória<sup>84</sup>.

Desta forma, pretendiam minar algumas das bases em que se sustentavam os senhores de cabedal, quais sejam; a moral e a propriedade sobre as pessoas<sup>85</sup>. Não se tem notícia se tais medidas surtiram algum efeito direto, tais como manifestações de apoio à cidade de Mato Grosso por populares ou sublevações. O espaço da disputa política

recebido mercês de alguma ordem, como cavaleiro de Avis, por exemplo. No império a nobreza será inequívoca. Do quadro nobiliárquico somente os titulares do império, como barão, visconde, conde, marquês e duque, e não mais condecorados com títulos de ordem. Ver “Como ser nobre no Brasil” in SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>82</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, COSTA, Lourença Alves da e CARVALHO, Cátia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. 2ª ed.. Cuiabá: UFMT, 1990, p. 51. ROSA, Carlos. *Op. cit.*, p. 35.

<sup>83</sup> ROSA, Carlos. *Op. cit.*, p. 34.

<sup>84</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*. *Op. cit.*, p. 86.

<sup>85</sup> Para Castro Soares, enquanto a Junta de Cuiabá notificava as vilas e principalmente comandos militares, como forma de legalizar sua situação, a “Junta de Vila Bela vai trabalhar com propostas que, naquele momento, extrapolavam os princípios éticos e econômicos da elite cuiabana.” Soares, Maria do Socorro Castro. *Op. cit.*, p. 80.

continuava restrito aos *homens bons* da província. Por outro lado, os homens de cabedais de Mato Grosso, como João Pereira Leite, dono da mais rica fazenda da província, a Jacobina, e de outras 18 sesmarias, morador de Vila Maria (hoje Cáceres), acabou por fechar acordo com a Junta de Cuiabá.

A cidade de Mato Grosso ficou isolada politicamente. Além do mais, foram dificultadas, fisicamente, as comunicações que se fizessem por Cuiabá, vedando a via fluvial para barcos que se destinassem ou viessem do Guaporé. Para chegarem ao litoral teriam que seguir pelos rios do Pará, cujas linhas de comércio estavam desativadas<sup>86</sup>.

No entanto, com a morte do presidente da Junta, D. Castro Pereira, foram convocadas novas eleições para compor o governo. O presidente da nova junta, formada em agosto de 1822, era Antônio José de Carvalho Chaves, ouvidor da província, cuja presença reforçava Cuiabá como sede de Mato Grosso. Foram eleitos novamente para o governo Jerônimo Joaquim Nunes, Joaquim Gaudie Ley, Antônio Navarro de Abreu e Félix Merme. Além desses, passaram a compor a cúpula política/administrativa Antônio Corrêa da Costa e Poupino Caldas.

Quando parecia ter-se consolidado a posição de Cuiabá como capital da província, D. Pedro determinou que o presidente da Junta fosse exercer suas funções na cidade de Mato Grosso. Prontamente foi organizado um abaixo-assinado e enviado ao príncipe regente pedindo que reconsiderasse sua última determinação. Antes de obterem a resposta, chegou em Cuiabá, a 5 de janeiro de 1823, a notícia do rompimento com as Cortes de Portugal.<sup>87</sup> Provavelmente houve festa de comemoração que simbolizava a adesão ao novo imperador, como aconteceu em várias vilas do Brasil<sup>88</sup>. Nenhum povoado da província se mostrou relutante ao novo estatuto político da ex-colônia, como ocorreu em alguns lugares.

Com a notícia do rompimento, foi enviado em seguida um representante de Cuiabá para demonstrar adesão ao príncipe regente. Os homens públicos da baixada cuiabana não se deram por vencidos e continuaram rogando para si o direito de ser capital de fato e de direito. O mesmo enviado que demonstraria adesão também procuraria convencer as autoridades da pertinência de Cuiabá ser a sede administrativa e política da capitania.

---

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 87

<sup>87</sup> ROSA, Carlos. *Op. cit.*, p.47

<sup>88</sup> Ver SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada – O Brasil como Corpo Político autônomo 1780-1831*. *Op. cit.*, pp. 256-281.

Com a convocação da constituinte, as câmaras de Cuiabá, Diamantino e Poconé (essas, além da cidade de Mato Grosso, eram as únicas vilas e cidades, ou seja, povoações que possuíam câmaras) desafiaram a lei e mandaram um deputado como representante de Mato Grosso. Era Navarro de Abreu, já acostumado com as viagens para o Rio, devido ao seu ofício de comerciante.

A cidade do vale do Guaporé, por sua vez, elegeu Luiz Thomaz Navarros de Campos, dois meses depois da escolha de Navarro de Abreu. O representante desta cidade era um funcionário do fisco e residente do Rio de Janeiro<sup>89</sup>.

Chegando ao Rio, Navarro de Abreu foi impedido de tomar assento na Câmara dos Deputados. Os constituintes alegavam que ele não representava a província. Depois de negociação ficou acordado que ele participaria da Constituinte contanto que houvesse também um representante da cidade de Mato Grosso. Quando o deputado eleito do vale do Guaporé se preparava para assumir os trabalhos constituintes, a assembléia foi dissolvida<sup>90</sup>.

Enquanto isso, a Corte procurava resolver o problema da dubiedade de governo em Mato Grosso. Ordenou que iria existir somente uma junta governativa, com sete membros, e que se procedessem as eleições para esse fim. Também confirmava a cidade de Mato Grosso como a sede do governo<sup>91</sup>.

O presidente dessa nova *junta* (que passava a se chamar Governo Provisório) foi Manuel Alves da Cunha, um cônego de Poconé. Cuiabá conseguiu somente dois representantes, o tenente-coronel Félix Merme e Poupino Caldas. Os outros quatro eram moradores da antiga Vila Bela. Em atitude de contestação, Poupino Caldas e Félix Merme se recusaram a tomar posse de seus cargos no governo instalado no Guaporé, que começou a funcionar mesmo sem os membros ausentes. O tenente-coronel Jerônimo Joaquim Nunes acabou por ir no lugar de Poupino, em comum acordo entre ambos<sup>92</sup>.

O presidente do Governo Provisório, no entanto, freqüentemente expedia ofício à Corte pedindo que enviassem para Mato Grosso um governante que não fosse da província<sup>93</sup>. Depois de pouco mais de dois anos, em setembro de 1825, é dissolvida a

---

<sup>89</sup> SECKINGER, Ron Leroy *Op. cit.*, p.109.

<sup>90</sup> *Ibidem*, pp. 110-111.

<sup>91</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso. Op. cit.*, p.469.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 471.

<sup>93</sup> SECKINGER, Ron Leroy. *Op. cit.*, p. 156.

“Junta mista”, com a chegada em Mato Grosso do primeiro presidente de província, o tenente-coronel José Saturnino da Costa Pereira.

Desde a queda de Magessi, o último representante do antigo Estado colonial, em agosto de 1821, Mato Grosso foi governado somente por elementos escolhidos dentro das próprias elites locais. O governo imperial, sediado no Rio de Janeiro, no entanto, não chegava a ser considerado alheio às disputas na região. Mesmo havendo largo espaço para as ações locais, as determinações do centro político do novo Império não eram inteiramente negligenciadas, pelo menos formalmente.

A escolha da capital de Mato Grosso - o exemplo maior de disputas e de tomada de decisões das elites mato-grossenses - acabava por necessitar, acima de tudo, do reconhecimento do Rio de Janeiro. Por sua vez, a Corte, tentando afirmar sua soberania frente ao exterior, ao mesmo tempo em que passava pelo processo de montagem de um Estado e de uma burocracia que deveria se espalhar por todo o território, do estabelecimento de direções para o novo país, não se aventurava a desagradar frontalmente um dos grupos políticos da fronteira do Império. No entanto, um dos dois lugares haveria de ser a capital. Se legalmente era a cidade de Mato Grosso, os argumentos em favor de Cuiabá acabaram por ter maior peso para a decisão do novo governo da província ser sediado na baixada.

O novo presidente de província, José da Costa Saturnino, escolheu governar o Mato Grosso a partir de Cuiabá. Tal decisão já havia sido tomada quando ainda estava no Rio de Janeiro, e era uma condição estabelecida pelo próprio Saturnino para governar<sup>94</sup>. A contestação da antiga Vila Bela, no momento da posse de Saturnino, se restringiu em não mandar comitiva para recebê-lo. Contudo, Manuel Alves da Cunha foi a Cuiabá passar o cargo para o novo governante<sup>95</sup>.

Os guaporeanos prosseguiram reivindicando sua localidade para voltar a ser a capital de fato. Fizeram petições que enviaram para a Câmara dos Deputados e para o Ministério do Império, mas que não lograram êxito. Tentativas de revolta armada não passaram de ameaça. A elite cuiabana contava com o apoio do novo governante. Procurando sedimentar as posições dos cuiabanos, foi escolhido para presidente do

---

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 115

<sup>95</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso. Op. cit.*, p. 472.

conselho da província Jerônimo Joaquim Nunes. Na ocasião em que o governante deixasse Mato Grosso, quem assumiria o governo, na qualidade de vice-presidente, seria o presidente do conselho.

Entretanto, um presidente de província *outsider* não pôde tirar a província de Mato Grosso da penúria orçamentária. Ao final da série de juntas governativas o déficit com os salários do funcionalismo público e os soldos chegava ao montante de 800 contos (a receita da província era entre 30 e 40 contos anuais). Os salários somente eram resgatados com um desconto que chegava a 95% do valor. Segundo Virgílio Corrêa, coube ao governo de Saturnino somente a austeridade. A companhia de mineração, por exemplo, criada na época de Oyenhausen para tentar reverter o abatimento que passava a extração de minérios, foi definitivamente fechada, depois de comprovada ser mais dispendiosa do que lucrativa<sup>96</sup>.

No entanto, demonstrando estar antenado com a ciência em voga, Saturnino encomendou um quadro classificatório de Lineu, para catalogar as plantas da ainda muito desconhecida natureza dessa parte do império. Nesse mesmo intento, procurou criar um jardim botânico. Deixou para cuidar das obras e fazer a manutenção do jardim botânico o médico Patrício da Silva Manso<sup>97</sup>. Tal lugar não se concretizou, mas Patrício da Silva Manso logo se tornaria um dos líderes da política em Mato Grosso.

Saturnino deixou o cargo em 1827, depois de dois anos e 8 meses de governo, para assumir uma cadeira no senado, sendo o primeiro representante de Mato Grosso na Câmara Alta. Jerônimo Joaquim Nunes o substituiu como era previsto. De acordo com as normas do conselho, Joaquim Nunes terminou seu mandato em 31 de dezembro de 1830<sup>98</sup>. Se o fazer político era principalmente ocupar cargos na administração e preencher os cargos eletivos, a política estava cada vez mais restrita aos homens públicos da baixada cuiabana. André Gaudie Ley era o conselheiro mais votado, e assim deveria substituir Joaquim Nunes, em novo mandato, como de fato aconteceu. A posse de Gaudie Ley era a sedimentação da idéia de que a política deveria ser exercida não somente por pessoas de posse, pelos *cidadãos ativos*, mas também pelos moradores da cidade considerada como a principal da província.

---

<sup>96</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, p. 475.

<sup>97</sup> DPP. Antônio Pedro de Alencastro, 1835, p. 10.

<sup>98</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, p. 474.

O bispado de Mato Grosso, criado em 1826, também se transferira da antiga Vila Bela para Cuiabá, em 1833, por intermédio do novo bispo Dom José Antônio dos Reis. Já estavam em Cuiabá, portanto, as principais instituições públicas<sup>99</sup>.

Segundo Virgílio Corrêa, Gaudie Ley era de “espírito conservador”, mantinha-se fiel ao imperador e não comungava com as idéias liberais como as de Evaristo da Veiga, do Rio, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, de Minas, ou de Feijó, de São Paulo<sup>100</sup>. Com a abdicação de D. Pedro I, e assumindo um governo regencial de tendência liberal, Gaudie Ley foi logo substituído por determinação do governo central. O seu substituto foi Antônio Corrêa da Costa, designado como presidente de província.

Entretanto, Antônio Corrêa da Costa não se mostrava defensor de nenhuma das facções liberais em voga no Rio de Janeiro, Minas e São Paulo. Era um político provinciano preocupado em resolver os problemas imediatos no âmbito de sua província, como a falta de numerário<sup>101</sup>. Pode-se dizer que não existia na província uma notória pessoa ligada aos grupos que assumiram a Regência. Antônio Corrêa da Costa, a princípio, mesmo não sendo um “liberal”, como os que atuavam na Corte, não seria um agitador ou um intransigente defensor de D. Pedro. Como sugere Joaquim Nabuco, o principal trabalho dos líderes liberais nos primeiros anos da regência, como Diogo Feijó, Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga, não era exatamente o que eles fizeram pelo *liberalismo*, a grande reputação deles foi “a resistência que opuseram à anarquia”. A glória de “Feijó é ter firmado a supremacia do governo civil; a de Evaristo é ter salvado o princípio monárquico; a de Vasconcelos é ter reconstruído a autoridade.”<sup>102</sup> Dessa forma, o nome de Corrêa da Costa para presidir a província era antes apostar em uma pessoa *moderada*, proprietária de nascimento, com espaço político considerável desde o tempo de colônia, do que em qualquer pessoa que houvesse lutado obstinadamente contra o jugo português e o Império de D. Pedro I, que estivesse abrindo espaço político com os novos acontecimentos<sup>103</sup>.

---

<sup>99</sup> PERARO, Maria Adenir. . *Op. cit.*, p. 37.

<sup>100</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, p. 476.

<sup>101</sup> *Ibidem* A junta da fazenda emitia títulos para tentar resolver o problema, mas os valores impressos eram abatidos em 45% ou mais.

<sup>102</sup> NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

<sup>103</sup> O que não seria o caso de Gaudie ley. O vice-presidente que governava anteriormente, não representava uma pessoa que se opusesse a Corrêa da Costa. Pelo contrário, estavam do mesmo lado nas diversas mudanças e disputas políticas. Contudo, era interessante para a Regência trocar de governante na província, o que demonstraria, no mínimo, que ela estava em seus cálculos.

Além do mais, a troca de governante em Mato Grosso, demonstraria que a Regência governava. Sendo tal substituição respeitada, seja por pessoas aliadas ou não do novo presidente, representava, no mínimo, que a distante e fronteira província continuava fazendo parte do Império num momento em que havia acentuada mudança de rumos no novo país.

Não obstante, os principais representantes da elite política cuiabana, tendo vencido a querela contra a cidade de Mato Grosso, logo passariam a se dividir, formando dois grupos antagônicos, que almejavam o controle político da província.

## **2. Cisão intra-elite**

Foi na época da Regência que a elite política de Cuiabá passaria a ser questionada e seria contundentemente fraturada. Se se acentuava por várias partes do Brasil um xenofobismo, que vinha desde a independência, fundamentado na oposição aos portugueses, em Mato Grosso também floresceu um sentimento de hostilidade aos “adotivos” (como eram chamados os portugueses que moravam no Brasil). Nessa disputa, a figura do militar, comerciante e membro do Conselho de Governo Poupino Caldas impõe sua liderança como chefe de uma facção política, se opondo ao antigo grupo do qual antes fazia parte. Aproveitou-se das insatisfações populares e tornou-se um dos cabeças do movimento anti-lusitano e anti-governo provincial.

Virgílio Corrêa e Seckinger afirmam que o primeiro sinal de rivalidade contra os portugueses partiu da antiga capital, a cidade de Mato Grosso, em 1831, quando endereçaram uma carta ao presidente Antônio Corrêa da Costa exigindo a retirada dos cargos públicos de todos os nascidos em Portugal. Corrêa da Costa engavetou o pedido. Mas a soldadesca começou a relacionar o atraso dos salários e as más condições de vida aos lusitanos. Assim, em Cuiabá, muitos soldados se aglomeraram em frente ao prédio onde o conselho de governo se reunia e exigiram a saída dos portugueses dos cargos de governo, principalmente do comando de armas, que estava sob a chefia de Joaquim Nunes. É nesse momento que começa a ficar clara a divisão dentro da elite política cuiabana; Poupino Caldas deixou o recinto onde estava reunido o Conselho para ouvir as queixas das tropas. Ao retornar anunciou que além da retirada dos lusitanos, queriam que ele assumisse o

comando de armas. Joaquim Nunes aceita e se retira do comando. Poupino é festejado pela soldadesca como o novo comandante de armas. Outros portugueses de nascimento também se retiram dos seus cargos debaixo da pressão<sup>104</sup>.

Ora, do principal grupo político cuiabano que nos referimos anteriormente, somente Joaquim Nunes era português de nascimento, mas na ocasião em que era comandante de armas, já passara a maior parte de sua vida em Mato Grosso, onde era conhecido como “devassador dos sertões”<sup>105</sup>. O número de portugueses, segundo uma estimativa de Leverger, não era grande, passando de pouco mais de uma centena e meia em toda a província<sup>106</sup>. Com a decadência da mineração, já no século XVIII, a maior parte deles se retirou da antiga capitania. No entanto, a maioria dos portugueses no tempo inicial de província era ligada à atividade mercantil, e vários deles ocupavam cargos na burocracia de Mato Grosso, principalmente no *segundo escalão*, desde os tempos coloniais.

O governo regencial, ao saber da deposição dos *adotivos* de seus cargos, ordenou que eles voltassem aos seus antigos postos, mas que isso acontecesse com a maior prudência possível, para que não inflamasse os espíritos contestadores. A volta aos cargos se deu sem nenhum incidente imediato.

Mas, alguns meses depois, em 1832, os soldados se rebelaram no forte do Príncipe da Beira, e também em outros dois comandos da província, depondo seus comandantes. Depois do presidente destacar duas companhias da recém-criada Guarda Nacional, as revoltas foram contidas<sup>107</sup>. Como medida de segurança, Corrêa da Costa passou a ficar sob escolta da Guarda Nacional. O presidente de província também criou uma guarda municipal composta de 60 homens para tentar neutralizar qualquer tentativa de derrubada de governo<sup>108</sup>.

Corrêa da Costa acabou por se retirar, por motivo de saúde, da presidência da província, em abril de 1833. Assume, então, o presidente do Conselho André Gaudie Ley. Mas as hostilidades contra os portugueses continuam, assumindo inclusive forma

---

<sup>104</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, pp. 476-477. SECKINGER, Ron Leroy. *Op. cit.*, p. 128.

<sup>105</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, p. 473.

<sup>106</sup> LEVERGER, Augusto. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá, IHGMT, 2001.

<sup>107</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Mato Grosso: 1817-1840 – e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província*. FFLCH, USP, dissertação de mestrado, 1976.

<sup>108</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Op. cit.*, p. 478.

institucional. É criada a “Sociedade dos Zelosos da Independência” de Mato Grosso<sup>109</sup>. Assim dizia o primeiro e principal artigo do estatuto dos zelosos:

Art. 1º O fim desta Sociedade é procurar ligar pelos mais estreitos laços os verdadeiros Brasileiros, habitantes da Província de Matto-Grosso, por meio da instrução nos seus deveres; o de mutua coadjuvação para segurar a Independência do Brasil, e fazer resistência legal à tirania onde quer que esta se achar.<sup>110</sup>

Essa sociedade se espelhava em várias outras que estavam sendo criadas pelo país, como a Sociedade dos Zelosos da Independência Nacional fundada no Rio de Janeiro, e a maior de todas, Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional<sup>111</sup>, também do Rio de Janeiro. Essas sociedades, como o próprio nome sugere, tinham por objetivo principal resguardar a separação de Portugal e afastar o fantasma da *restauração*, possível ainda, para os *zelosos e defensores*, através do retorno de D. Pedro I.

Em Mato Grosso, a Sociedade dos Zelosos preconizava antes de tudo a derrubada do governo da província. O alvo não era exatamente os portugueses. Ora, desde os tempos coloniais eram as mesmas pessoas de Mato Grosso que ocupavam os principais cargos políticos, e eram elas as que tinham as melhores oportunidades de comércio além de serem as detentores da maior parte das terras valorizadas. O ódio aos portugueses, então, também recaía nos brasileiros que compunham a elite política cuiabana. Poupino, desde 1831, quando assumiu o comando das armas por clamor dos soldados, começou a se posicionar

---

<sup>109</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *O Processo Histórico. Op. cit.*, p. 53. A Sociedade dos Zelosos foi criada em 24 de agosto de 1833.

<sup>110</sup> “Estatutos da Sociedade dos Zelosos da Independência installada na cidade de Cuiabá – Província de Matto Grosso, 27 de fevereiro de 1832”. *RIHGMT*, ano XII, tomo XXIII, 1930, p. 63.

<sup>111</sup> Esta sociedade, que tinha ramificações por várias partes do país, segundo Lúcia Maria P. Guimarães, congregava tanta força que garantiu a vitória eleitoral do padre Feijó e chegou a tentar promover um golpe de Estado em 1832, mas que falhou, entre outros motivos, pela não conivência de membros importantes da própria Sociedade Defensora. Esta congregação representava principalmente a “boa sociedade”, lutando seja contra elementos desordeiros, seja contra recolonizadores. Ver GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Liberalismo moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)”. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e PRADO, Maria Emília. (Orgs.) *O Liberalismo no Brasil Imperial – origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

francamente contra a elite da qual fazia parte. O *Pompeu Cuibano*<sup>112</sup>, antes de tudo, se mostrava anti-português, e assim procurava ser o líder dos que hostilizavam o governo provincial.

Contudo, não foi Poupino quem idealizou a Sociedade dos Zelosos. Na verdade ela abrigava em sua maioria pessoas do *extrato médio e alto* que se viam excluídos do principal grupo político na província. Entre seus membros havia o juiz de fora, na ocasião, e depois juiz de direito, Pascoal Domingues de Miranda; o tenente-coronel da Guarda Nacional Caetano da Silva Albuquerque, que também já havia sido eleito juiz de paz; Caetano Xavier da Silva Pereira, comerciante e sargento-mor da Guarda Nacional; Brás Pereira Mendes, professor de lógica e comerciante; Eusébio de Brito, professor de primeiras letras e ajudante da guarda nacional; e José Alves Ribeiro, fazendeiro e comerciante de Poconé. Poupino era o vice-presidente, mas o presidente e idealizador da sociedade era Patrício da Silva Manso.

Manso era mulato, nascido em Santos, no ano de 1788. Se habilitou como cirurgião em São Paulo e chegou a Cuiabá em 1822. Foi enviado ao Mato Grosso como major-cirurgião. Rivalizava com Poupino na popularidade<sup>113</sup>.

Em oposição à sociedade presidida por Manso, foi criada pelos tradicionais detentores do poder a “Sociedade Filantrópica de Mato Grosso”, congregando os portugueses da província, mas encabeçada por Antônio Corrêa da Costa<sup>114</sup>. Em meio a temores de sublevações, Corrêa da Costa volta ao cargo de presidente de província e tenta estabelecer diálogos apaziguadores com os líderes dos *zelosos*<sup>115</sup>.

No entanto, o grupo de Manso e Poupino prosseguia firmando o antagonismo à antiga nata política e conseguindo postos significativos. Os *zelosos* conseguiram eleger a maioria da câmara de Cuiabá, em 1833. Também elegeram Manso o representante de Mato Grosso na Câmara Geral na Corte. A eleição deste foi contestada, alegaram fraude na

---

<sup>112</sup> Poupino Caldas recebia esse apelido muito mais pela semelhança de seus nomes do que por qualquer outra similaridade com o senador romano.

<sup>113</sup> MENDONÇA, Rubens de. *O Tigre de Cuiabá*. Campo Grande: Sociedade Gráfica Editorial, 1966.

<sup>114</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *O Processo Histórico*. Op. cit., p 53.

<sup>115</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. São Paulo, (dissertação de mestrado) – FFLSH- USP, 1992.

apuração, até que em fevereiro de 1834, ele foi declarado vencedor pela Regência. Seguiu imediatamente para a Corte<sup>116</sup>.

Os *zelosos* também obtiveram três dos quatro comandos de batalhões da Guarda Nacional. Contudo, a presidência ainda estava em mãos dos partidários da Sociedade Filantrópica, ou seja, da antiga elite, cujos membros, fossem eles nascidos em Portugal ou no Brasil, eram chamados de *caramurus* e constantemente insultados em pasquins<sup>117</sup>. Continuavam os protestos direcionados especialmente aos portugueses que ainda faziam parte tanto da administração pública quanto do oficialato militar.

Poupino, em reunião do Conselho de Governo, fez a proposta de que todos os portugueses fossem exilados, e que deixassem seu dinheiro na província. Em seguida, no dia 4 de maio de 1834, ele reuniu mais de 200 pessoas na praça principal para protestar contra os cargos ocupados por adotivos, notadamente o de procurador fiscal, ocupado pelo português José Joaquim Vaz de Guimarães. O governo da província não cedeu<sup>118</sup>.

Logo, porém, chegou a notícia para o governo de que haveria uma grande rebelião comandada pelos *zelosos* para por fim de vez aos portugueses na província. Ao mesmo tempo, percorria pelo Mato Grosso um boato de que não seria crime o matar e roubar por dois meses, segundo ordem regencial<sup>119</sup>.

Seja como for, a data do levante tinha dia marcado, seria 30 de maio. O presidente Corrêa da Costa junto com o conselho de governo resolveram fazer uma manobra para neutralizar o ataque. Passaram o comando da província para Poupino Caldas, na qualidade de 2º vice-presidente, quando faltavam apenas 2 dias para a data da rebelião.

Mas tal medida não surtiu o efeito esperado. O governo fez a proposta de um mês para que os portugueses saíssem de Mato Grosso. Os insurretos disseram que seriam apenas 24 horas, apesar de Poupino ser o governante. No dia 30 de maio, o dia marcado, e 24 horas depois do prazo dado, estavam reunidos na praça principal muitos guardas nacionais, militares e populares. Os saques explodiram pela capital.

Poupino nomeia para os postos de comando os cabeças do levante, ou seja, os principais membros dos *zelosos*. Em seguida são expedidas guarnições para vários pontos

---

<sup>116</sup> SECKINGER, Ron Leroy. *Op. cit.*, p. 147-151.

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 157.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 158

<sup>119</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso. Op. cit.*, p. 33.

da província, como Serra Acima, Rio Baixo e Diamantino. Essas expedições conseguem alcançar vários portugueses que foram mortos em seguida. Suas esposas e filhas foram violentadas e os corpos dos portugueses proibidos de serem enterrados. As orelhas foram cortadas e levadas para Cuiabá como troféus. Joaquim José Vaz de Guimarães, depois de morto, teve os dois olhos perfurados com bastões<sup>120</sup>.

Segundo Seckinger, Poupino, por escolha ou por coerção, cooperou completamente com os *nativistas*<sup>121</sup>. Além de expedir tropas para caçar os portugueses, também instruiu as autoridades judiciais para confiscar a propriedade de todos aqueles que fugiram<sup>122</sup>. No final do mês de agosto, porém, comandou uma tropa, junto com José Alves Ribeiro, *ex-zeleoso*, para acalmar os ânimos em Diamantino<sup>123</sup>. Um mês depois chegava um novo presidente de província, o coronel Antônio Pedro de Alencastro, designado pela Corte.

O resultado imediato do movimento de “30 de maio”, (que ficou sendo chamado posteriormente de *Rusga*), foram assassinados 44 portugueses e três brasileiros<sup>124</sup>. Muitas propriedades foram destruídas e várias famílias seviciadas<sup>125</sup>. Além disso, a antiga nata política parecia que não voltaria mais para suas atividades na província.

Depois da *Rusga*, os representantes da pequena elite cuiabana, que vinha atuando politicamente desde os anos 20, seguem destinos diferentes. Navarro de Abreu havia morrido ainda na década de 1820. Corrêa da Costa, André Gaudie Ley e Joaquim Nunes fugiram de Cuiabá antes do desencadeamento das agressões, no dia 30 de maio. O cônego

---

<sup>120</sup> MESQUITA, José de. “Crimes Célebres”, in: *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

<sup>121</sup> Valmir Batista Corrêa também chama de “partido nativista” os que se opunham aos portugueses e à elite política. Ver por exemplo, CORRÊA, Valmir Batista. *Op. cit.*, pp. 87 e ss. Jancsó e Pimenta em “Peças de um mosaico” chamam a atenção para que a idéia de nativismo é servida de nenhuma precisão conceitual. Os autores não foram explícitos quanto a isso, mas possivelmente estivessem se referindo exclusivamente ao período colonial. Não obstante, Corrêa e Seckinger se referem a grupos atuantes dentro do processo de descolonização, na época das regências, daí este termo querer representar a idéia de pessoas que reivindicavam um sentimento e estatuto de “nacionais” em oposição aos antigos colonizadores. Nesse sentido, Carlos Guilherme Mota afirma que foi na “descolonização” o processo no qual se afirmaram “lideranças nativistas”. De qualquer maneira, é interessante considerar que no período Regencial, em Mato Grosso, ninguém se via como “nativista”, mas como “cuiabano”, “brasileiro”, “zeleoso”, etc. Ver JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: *Viagem incompleta - A experiência brasileira (1500-2000)* Org. MOTA, Carlos Guilherme, Editora Senac \ São Paulo, 2000; ver também MOTA, Carlos Guilherme. *Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)*. In: *Viagem incompleta, op. cit.*

<sup>122</sup> SECKINGER, Ron Leroy. *Op. cit.*, p. 163.

<sup>123</sup> A. N. IJJ(9) 505. Alencastro para Chinchorro da Gama, Cuiabá, 29 de setembro, 1834.

<sup>124</sup> SECKINGER, Ron Leroy. *Op. cit.*, p. 169.

<sup>125</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *Mato Grosso...op. cit.*, p. 102.

Silva Guimarães se absteve das disputas políticas nos momentos mais conflituosos. Poupino era o único remanescente dos principais antigos políticos, nos meses que se seguiram ao “30 de maio”, pois conseguiu, momentaneamente, com que os seus rivais se afastassem tanto do comércio quanto da política exercida na baixada cuiabana. Uma nova situação política começa a ser delineada. Agora o discurso da *ordem* toma maior relevo ainda e passa a direcionar quase que exclusivamente as ações governamentais.

### 3. O princípio da ordem

Se em várias partes do novo país os governos provinciais e central eram desafiados por forças locais, a fronteira oeste do Império também demonstrava o seu potencial explosivo que poderia ameaçar a integridade do país que se formava.

No entanto, depois que os portugueses e os membros da antiga elite – com a exceção clara de Poupino Caldas, que tomou as rédeas da província – foram afastados à força dos principais cargos públicos, assim como de suas atividades econômicas, mesmo que momentaneamente, a atitude do novo governo provincial foi de transigência com o poder central. O ex-líder dos *zelosos* procurou equilibrar-se na delicada situação, do pós-30 de maio, com o apoio de um novo presidente de província.

Poupino Caldas, procurando demonstrar que governava a província nos princípios da *ordem* - o que significava sobretudo não desafiar o governo central, assim como não comungar com insurretos -, comandou uma excursão à vila de Diamantino, prendeu 14 participantes do “30 de maio” e suspendeu o comandante das armas, o coronel Joaquim José de Almeida. Dessa forma, escreveu ao Ministério do Império contando seus feitos como governante e participava que a província estava tranqüila, graças às suas medidas. Não obstante, expressava votos de adesão à Regência e à monarquia <sup>126</sup>. O que soava estranho, contudo, era o vice-presidente em exercício, Poupino, ter sido um dos líderes na campanha contra os portugueses, e agora procurava transparecer subordinação ao governo central e à lei estabelecida.

---

<sup>126</sup> Grifo do Autor. AN. IJJ (9) 505. Poupino Caldas para A. Pinto Chinchorro da Gama, Cuiabá, 3 de setembro de 1834.

Após a abdicação de Pedro I, a regência imprime ênfase no poder legislativo, e se dispõe a promover reformas na constituição de 1824. Contudo, tais tendências liberais previam a necessidade de *ordem*, tanto para garantir a unidade do novo país, quanto para restringir a possibilidade de ascensão de camadas que desde os tempos coloniais eram aliadas de qualquer participação política e administrativa. Era a direção da *ordem* que se apresentava fundamental num momento em que cresceram no império “em número as insurreições negras, as disputas pelas terras, os levantes urbanos, a insubordinação da tropa e as diversas rebeliões.”<sup>127</sup>

Nesse sentido, Poupino Caldas escreveu para o ministro dos negócios do império, Antônio Pinto Chinchorro da Gama, demonstrando não somente adesão à regência mas também procurando indicar quais seriam os responsáveis pela “anarquia” acontecida a alguns dias atrás:

Depois dos acontecimentos que tiveram lugar na noite de 30 de maio (...) não tem havido alteração alguma nesta província, por se ter evadido dela todos *os adotivos dissidentes da ordem*, por isso que achando-se já tranqüilo os ânimos, unicamente anseiam pela chegada do presidente despachado, que se supõe estar já em Goiás.<sup>128</sup>

Poupino Caldas, portanto, representava para a Corte a versão de que os adotivos eram os “dissidentes da ordem”, e graças à saída desses da província, a região não estava em rugas.

O governo regencial já havia designado novo governante para a província, antes mesmo de Poupino Caldas assumir. Em treze anos, desde o último representante do governo português, apenas um governante – o tenente-coronel José Saturnino - havia sido de outro lugar que não do próprio Mato Grosso. As elites locais, de certa maneira, eram

---

<sup>127</sup> MATTOS, Ilmar R. de. *Op. ci.*, p. 200.

<sup>128</sup> AN. IJJ (9) 505. Poupino Caldas para A. Pinto Chinchôrro da Gama, Cuiabá, 3 de junho de 1834.

acostumadas a resolver boa parte de seus problemas na sua própria terra. Contudo, isso não significava de forma nenhuma uma independência ao governo central<sup>129</sup>.

O novo governante, o Coronel Antônio Pedro de Alencastro, que assumiu o cargo em 29 de setembro de 1834, também formulou sua descrição de quem seriam os *dissidentes da ordem*, e os que comungavam com ela:

Tem-se [a província] conservada em grande sossego, prometendo duradoira tranqüilidade, por existir em lugar de três partidos, unicamente o dos moderados, obedientes a Lei, ao Governo e às autoridades legitimamente constituídas.<sup>130</sup>

Na visão de Alencastro, as facções políticas em Mato Grosso tinham analogia com as das partes proeminentes do império. Ou seja, além dos *moderados*, existiam também os *restauradores* e os *exaltados*. Como Poupino, percebia que os adotivos, normalmente agrupados como *restauradores*, eram provocadores da desordem. Mas era notório que os portugueses, e os que os apoiavam e os defendiam, eram os que foram perseguidos, saqueados, expulsos ou mortos. Mas seriam causadores da desordem na medida em que fossem possíveis *restauradores*, ou seja, que fossem desejosos do retorno de Pedro I para governar no lugar da regência. Mas, certamente, foram *desordeiros* principalmente por ainda ocuparem posições-chaves na província.

Da mesma maneira, o governante procurava diferenciar entre os que lhe hipotecaram apoio e os que ainda poderiam se rebelar. Assim estavam apartadas as pessoas que antes estavam juntas na perseguição aos portugueses e às antigas lideranças. Eram separadas, classificadas, umas de *exaltadas*, e *moderadas* outras.

De fato, quando o presidente de província Alencastro chegou em Mato Grosso, contou com a pronta sustentação de Poulpino Caldas. Ora, Poupino, além de se apresentar como a força vencedora da última contenda – e por isso ainda tinha vários seguidores

---

<sup>129</sup> Lembre-se, citando somente um exemplo, da contenda sobre qual junta governaria a província, e conseqüentemente, qual lugar deveria ser estabelecido como a sede de Mato Grosso. Com a designação do presidente José Saturnino, em 1825, Cuiabá foi a vila escolhida, na prática, como cabeça da província. Da mesma maneira, com os acontecimentos da “30 de maio”, apesar da rebelião explícita, o governo instalado na província procurava demonstrar não somente que continuava apoiando o Império, assim como as forças rebeldes estavam neutralizadas.

<sup>130</sup> AN. IJJ(9) 505. A. Pedro d’Alencastro para Chinchorro da Gama., Cuiabá 1º de dezembro de 1834.

armados – já havia demonstrado procurar refrear os insurretos, como fez em Diamantino<sup>131</sup>. Assim, era importante para um designado da Corte ter apoio dos locais, como foi Poupino, mesmo que esse fosse pessoa suspeita de ter promovido fatídicas desordens. Por outro lado, o presidente de província representava o poder imperial. Era delegado da regência. Poupino, então, ao demonstrar adesão ao novo governante que o sucedia, também poderia conquistar apoio das *autoridades legitimamente constituídas*. Assim, possivelmente, também percebia essa aliança como o caminho mais seguro depois da aventura contra a antiga elite e os adotivos.

Pessoas ligadas aos portugueses mortos ou molestados que ainda permaneciam na província, assim como os insurretos que, depois de liderados por Poupino, foram alijados ou mesmo sofreram repressão, transformaram-se em vingadores em potencial. Poupino Caldas era um alvo certo, principalmente depois de ter denunciado ao presidente seus antigos companheiros da Sociedade dos Zelosos, como os promotores dos assassinatos do dia 30 de maio. Assim, cabia ao ex-líder dos *zelosos* e seus camaradas o papel de *moderados*, aos olhos do presidente. E aos demais que desafiaram o governo, havia o lugar de *exaltados*<sup>132</sup>.

Dessa maneira, o vice-presidente Poupino Caldas e alguns de seus seguidores passaram a morar no quartel da cidade, como medida de segurança, pois havia a notícia de que “os malvados sediciosos” estavam nos arredores de Cuiabá<sup>133</sup>. Mas mesmo dentro da cidade, pessoas que compunham os corpos armados apresentavam um potencial para participar de rebeliões, ou ao menos para se abster de reprimir qualquer desordem. A Guarda Nacional, mesmo contendo “alguns elementos probos”, foi dissolvida por tempo indeterminado. Dos 4 batalhões, o único que continuou a funcionar foi o da “Cidade de Mato Grosso<sup>134</sup>, que não teve parte no alarma e sedição no 30 de maio”<sup>135</sup>.

---

<sup>131</sup> AN. IJJ(9) 505. Alencastro para Chinchôrro da Gama, Cuiabá, 29 de setembro, 1834.

<sup>132</sup> De certa forma, a despeito de qualquer oportunismo, Poupino seguia a máxima dos conservadores do Império de que sem os exaltados nem uma revolução acontece, e com os exaltados ninguém consegue governar. ROCHA, Justiniano José. “Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade.” In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: ed. Brasileira, 1956. Ver também NABUCO, Joaquim. *Op. cit.*, p. 55

<sup>133</sup> AN. IJJ (9) 505. Pedro d’Alencastro para A. P. Chinchorro da Gama, 30 de outubro de 1834.

<sup>134</sup> Nova denominação de Vila Bela, a partir de 1835, ano em que a Assembléia Legislativa Provincial votou decreto estabelecendo em definitivo Cuiabá, como capital.

<sup>135</sup> FPP. Antônio Pedro de Alencastro, 1835, p. 7.

Para Alencastro, a Guarda Nacional fora criada para feitos de “valor e de fidelidade” à “Nação e às Instituições que ela reconhecera”, mas que em Mato Grosso, “pelo contrário, quase a maioria dos guardas nacionais, desde a sua organização, procederam sempre com apatia, e foram os agressores dos mais horrorosos crimes e atentados que se tem visto aparecer e perpetrar em nossos dias.”<sup>136</sup>

Outro corpo armado no qual o presidente de província interveio foi a Guarda Municipal. Este corpo tinha sido criado em 1831, por Antônio Corrêa da Costa quando presidia a província. Esta nova guarda visava ser uma força para contrabalançar as possíveis insurreições anti-lusitanas da força de linha, assim como de alguns políticos que começavam a demonstrar forte oposição ao governo. Durante a “Rusga”, esse corpo ficou praticamente inerte, inclusive ocorrendo a participação de alguns de seus membros nos saques. Alencastro decidiu, então, dissolver essa guarda, achando fundamento para tal ação na própria lei que criou essa milícia. A guarda deveria ser composta de “homens retos” para a “defesa do município”, o que não havia acontecido no “30 de maio”. Acabou por recriar o corpo armado, com o mesmo nome, mas com elementos escolhidos por ele<sup>137</sup>.

Para o comando das armas, contudo, Alencastro escolheu o coronel José Joaquim de Almeida. O coronel havia se reconciliado com Poupino Caldas e acabou sendo um dos que apoiavam Alencastro.<sup>138</sup>

Em outubro de 1834, depois de saber que os antigos *zelosos* estavam tramando nova insurreição, Alencastro se moveu efetivamente contra eles. Os principais conspiradores, Pascoal Domingues de Miranda, José Alves Ribeiro, Bento Franco de Camargo, Braz Pereira Mendes e José Jacinto de Carvalho foram presos e mandados para o Rio de Janeiro. Caetano Xavier da Silva Pereira e Caetano da Silva Albuquerque conseguiram escapar. Todos esses, e ainda Patrício da Silva Manso – que estava em sua deputação na Corte – foram acusados formalmente por terem liderado a rebelião de “30 de maio”. Enquanto isso, outras pessoas, de menor expressão na província, mas que participaram da rebelião,

---

<sup>136</sup> *Ibidem*.

<sup>137</sup> AN. IJJ(9) 505. Pedro d’Alencastro para A. P. Chinchorro da Gama, 29 de setembro de 1834.

<sup>138</sup> Ver AN. IJJ (9) 527. Abaixo-assinado de vários cidadãos surpreendidos com a notícia de que o Presidente de Província Antônio Pedro de Alencastro iria ser removido de seu exercício. Cuiabá, 1º de dezembro de 1835.

eram presas e processadas em Cuiabá. Contudo, dos líderes enviados para o Rio de Janeiro, assim como Silva Manso, nenhum chegou a cumprir pena<sup>139</sup>.

Manso, depois que terminou seu mandato, foi morar em São Paulo e não mais retornou para Mato Grosso.<sup>140</sup> Algo semelhante também aconteceu com Domingues de Miranda. Depois de solto no Rio de Janeiro, estabeleceu residência em Minas Gerais. Não se tem notícia de que retornara. Alguns anos depois do “30 de maio”, o presidente de província Pimenta Bueno expediu ofício ao presidente da província de Minas avisando que os vencimentos de juiz de direito, cargo que Domingues de Miranda ocupava em Mato Grosso, estavam suspensos. O presidente, inclusive, estava providenciando o cancelamento definitivo da nomeação de Domingues de Miranda como juiz de direito na província. Para isso, se fundamentava no não exercício do cargo sem o pedido de licença<sup>141</sup>.

Outros retomaram a Mato Grosso como José Alves Ribeiro, José Jacinto de Carvalho e Caetano Xavier da Silva Pereira. José Alves Ribeiro e José Jacinto de Carvalho estavam em Mato Grosso, um ano depois de serem libertos. A presença deles causou enorme preocupação a Alencastro que os queria debaixo do maior cuidado possível, pois eram “homens inteiramente perigosos acerca dos quais dev[ria] haver o mais escrupuloso cuidado na indagação de sua existência nesta cidade e de seus distritos, e em todos os mais da Província, para que [fossem] descobertos e presos”<sup>142</sup>. Somente depois que Alencastro foi removido da província, foi quando os antigos “rusguentos”<sup>143</sup> conseguiram maior participação na política de Mato Grosso.

Contudo, Alencastro se desentendeu mesmo foi com a nova Assembléia da Província de Mato Grosso. O presidente criticava a escolha dos vice-presidentes da província. Tal escolha era uma prerrogativa dos poderes da nova casa inaugurada em 3 de julho de 1835<sup>144</sup>. Normalmente entre os mais votados eram escolhidos o presidente da

---

<sup>139</sup> Taunay, Alfredo d’Escagnole. *A Cidade do Ouro e das Ruínas*. Cuiabá, IHGMT, 2001.

<sup>140</sup> Patrício da Silva Manso ainda receberia alguns votos nas eleições de 1837 para deputado geral, por Mato Grosso, mesmo sem retornar para a província. AN. IJJ(5)16. *Acta da apuração Geral dos votos dos Collegios Eleitoraes da Província de Matto-Grosso, para Deputado à Assembléa Geral Legislativa*. Cuiabá, 13 de fevereiro de 1837.

<sup>141</sup> DPP. Antônio Pimenta Bueno, Cuiabá, 30 de novembro de 1836, pp. 7-8. DPP. Pimenta Bueno, Cuiabá, 3 de março de 1838, p. 17.

<sup>142</sup> AN. IJJ(9) 506. Antônio Pedro de Alencastro para Juiz de Paz do Primeiro Distrito desta cidade. Idêntico a todos os Juizes de Paz da Província.. Cuiabá, 24 de novembro de 1835.

<sup>143</sup> Termo usado por Alencastro. AN. IJJ(9) 505. Antônio Pedro de Alencastro para Antônio Pinto Chinchorro da Gama. Cuiabá, 29 de setembro de 1834.

<sup>144</sup> Em outra parte trataremos das eleições e de novas configurações políticas em Mato Grosso.

Assembléia e também os vice-presidentes da província. Eram seis vice-presidentes. Ou seja, eram eles os que assumiriam o governo, por ordem de escolha pela Assembléia, quando o titular se afastasse temporariamente ou definitivamente, como o caso de ser designado para outro lugar do Império. Numa província distante do centro político, como Mato Grosso, o governo de um vice-presidente poderia durar alguns meses, o tempo entre o presidente demitido e a chegada do novo presidente. O presidente da primeira Assembléia era o cônego José da Silva Guimarães. Ele também foi escolhido como o 1º vice-presidente da província. O 2º vice era Antônio Corrêa da Costa e em terceiro Antônio José da Silva. O quarto, o quinto e o sexto vice-presidentes escolhidos pela primeira sessão da Assembléia Legislativa eram José Leite Gomes, José Gomes Monteiro e Albano de Souza Osório. Ou seja, pelo menos o segundo, o terceiro e o sexto vice-presidente eram pessoas antagônicas a Poupino Caldas, líder do grupo em que Alencastro procurou sua sustentação na província.

Em correspondência ao Ministério do Império, Alencastro se referia aos vice-presidentes escolhidos pela Assembléia, em especial ao segundo e ao sexto, como não probos e indignos para o cargo que ocupavam. Antônio Corrêa da Costa tendo já servido como “presidente de província foi sempre frouxo, e conivente com os principais cabeças dos anarquistas, (...) deixando de efetivar e cumprir algumas ordens superiores do Ministério, deu lugar ao hediondo colo da anarquia que se ergueu nesta capital (...)” causando “tantos males à província”. Albano de Souza Osório, o sexto vice-presidente, era “homem loquaz e temerário, que possuidor de uma extraordinária filáucia, e com justiça tido na opinião do vulgo por doido, o que indispos os ânimos dos celerados para mais depressa aparecer a sedição de 30 de maio do ano passado”<sup>145</sup>.

Era muito difícil o sexto vice-presidente chegar a assumir o comando da província. Tinha que contar com o impedimento de outros cinco vices, além do presidente de província. Mas, como veremos mais adiante, era cargo cobiçado pelos políticos qualquer vice-presidência, mesmo a última delas. Significava, no mínimo, que o detentor do cargo era escolhido entre vários homens públicos para uma possível direção da província. Era um reconhecimento do prestígio do homem público pelos seus pares. Daí o presidente de província se incomodar bastante com o segundo e o sexto vice-presidente, mesmo não

---

<sup>145</sup> AN. IJJ(9) 506. Antônio Pedro de Alencastro para Joaquim Vieira da Silva e Souza, ministro do Império. Cuiabá, 17 de agosto de 1835.

sendo nenhum desses o imediato para assumir a administração de Mato Grosso. Sem embargo, era quase certo que o primeiro vice-presidente, escolhido pela assembléia local, exerceria o primeiro cargo administrativo da província.

Percebendo essa animosidade entre o presidente de província e os dirigentes eleitos pela Assembléia, o juiz de direito na ocasião acusou o presidente de ter recebido carta de sua exoneração, mas que não queria sair da administração, promovendo, desta maneira, desordem em Mato Grosso, já que ia contra as ordens regenciais<sup>146</sup>. Acusava o presidente de ir contra a Regência também por manter Poupino Caldas como Inspetor do Tesouro, já que seu nome havia sido negado pelo governo regente<sup>147</sup>.

Não obstante, o ponto de mais forte desentendimento entre o presidente de província e a Assembléia foi um decreto da casa legislativa que suspendia de suas funções o juiz de paz José de Mello Vasconcelos – considerado um dos mais exaltados partidários de Poupino Caldas –, devido a irregularidades em seu exercício, como a negação de fiança ao antigo inspetor da tesouraria João Luiz Airosa. Alencastro vetou tal resolução, apoiando o juiz.

Para Alencastro, a Assembléia Legislativa “sempre exorbitou de suas atribuições”, e dessa maneira prosseguia “dando lugar a um decreto único, que me parece ter ilegalmente expedido para a suspensão do atual juiz de paz do 1º Distrito nesta cidade”. Segundo o presidente, os fatos mostravam “claramente que a maioria da Assembléia obrou com espírito de partido, e má fé neste particular, arrastada pelo intrigante deputado Antônio Corrêa da Costa, aquele mesmo, que expôs a província ao saque, ao degoladoiro (...)”.<sup>148</sup>

Contudo, com menos de um ano e três meses de governo, chegava a ordem de exoneração de Alencastro. Logo o grupo de Poupino Caldas protestou com abaixo-assinado e algumas cartas endereçadas à Corte. Defendiam que Alencastro fez “acabrunhar o calo anárquico”, e que a província continuava ameaçada por “novas catástrofes”<sup>149</sup>. Entre as

---

<sup>146</sup> Tal acusação não confere com a carta de exoneração de Alencastro, que era a mesma que nomeava Pimenta Bueno para o cargo, em 5 de agosto de 1836.

<sup>147</sup> AN. IJJ(9) 506. “Carta aberta aos Cuiabanos do juiz de Direito Antônio José Guimarães e Silva”. Cuiabá, 27 de novembro de 1835.

<sup>148</sup> AN. IJJ(9) 506. Antônio Pedro de Alencastro para Joaquim Vieira da Silva e Souza, ministro do Império. Cuiabá, 4 de dezembro de 1835.

<sup>149</sup> Ver AN. IJJ(9) 527. “Abaixo-assinado dos cidadãos residentes no distrito do Livramento – Termo da Cidade de Cuiabá”. Cuiabá, 16 de dezembro de 1835; Joaquim José Gomes da Silva para Ministro dos Negócios do Império, José Limpo de Abreu, Cuiabá, 17 de dezembro de 1835; “Abaixo-assinado de vários

peças que encabeçavam o abaixo assinado, de 62 nomes, além de Poupino, e Joaquim José de Almeida, estavam Joaquim Vaz Ferreira, que era um dos rebeldes do “30 de maio”, mas que encontrou proteção em Poupino, o juiz de paz José de Mello Vasconcelos, o deputado provincial Francisco Xavier da Silva e o capitão do exército João José Guimarães Silva, irmão do cônego Silva Guimarães, já renomado político de Mato Grosso. Esses eram os principais do grupo do Pompeu Cuiabano, que tinha contra si o ódio das vítimas sobreviventes do “30 de maio”, o despeito da antiga elite cuiabana, e a vontade de vingança dos que se sentiram traídos por ele quando começou a caça aos rusgientos. A saída de Alencastro enfraquecia e poderia ser fatal para o ex-líder dos *zelosos*.

Alencastro não esperou uma possível resposta da Corte aos pedidos para permanecer no cargo. Deixou Cuiabá no início de fevereiro de 1836. Em seu lugar, para seu desgosto, assumiu Antônio Corrêa da Costa, o segundo vice-presidente, já que o primeiro, por algum motivo, ficou impedido. Mas Corrêa da Costa não ficou a frente do governo mais do que 23 dias. Receoso de novas atribuições passou o cargo para o outro vice-presidente, o capitão Antônio José da Silva<sup>150</sup>, também possuidor de largas glebas.

Era uma ocasião extremamente perigosa, notadamente para os que estavam à frente do governo. A instabilidade política estava latente. Não seria surpresa se houvesse novas deposições e tumultos. Nesse quadro, um novo grupo de políticos estava prestes a substituir as antigas lideranças.

---

cidadãos surpreendidos com a notícia de que o Presidente de Província Antônio Pedro de Alencastro iria ser removido de seu exercício”. Cuiabá, 1º de dezembro de 1835.

<sup>150</sup> Pela série de vice-presidentes que assumiram o governo, não era usual chegar ao terceiro.

## CAPÍTULO II

### A ORDEM DISPUTADA

Os momentos posteriores à Rusga foram delicados. De 1834 a 1850, os governos não eram considerados completamente estáveis, podendo irromper, a qualquer momento, algum movimento de contestação ao governante nomeado pela Coroa. Se nesse período é assinalado o fim da atuação do conturbado Poupino Caldas, foi aí também que se destacou a figura de Manoel Alves Ribeiro, fazendeiro de Poconé, como o principal líder do grupo que veio a se chamar de “liberal”. O governo central tendia a não enfrentá-lo diretamente, concedendo a seu grupo inclusive alguns benefícios, apesar de sua conduta condenável pelos representantes do Império na província.

Marcam também esse período as diversas manobras relacionadas aos corpos armados. Forças policiais são criadas e desfeitas. A Guarda Nacional é reformada ilegalmente com a ajuda dos deputados provinciais. Era um momento em que as relações entre o Executivo e o Legislativo provincial caracterizavam-se por numerosos desentendimentos, deixando sempre a possibilidade do *sossego público* ser atacado. Assim, a *ordem* era barganhada pelos políticos. Sendo factível o advento da *desordem*, os seguidores de Ribeiro obtinham vários ganhos políticos.

#### 1. “Não pode existir [liberdade] sem subordinação”

Após a abdicação de Pedro I, o retorno do príncipe regente a Portugal poderia reconciliar a *nação* “com a verdadeira liberdade”<sup>151</sup>. No entanto, tais tendências liberais previam antes a necessidade de *ordem*. Como dizia o ministro da fazenda, em exposição à Assembléia Geral: “A sedição é um crime, qualquer que seja o pretexto com que se revista;

---

<sup>151</sup> VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. “Exposição dos Princípios do Ministério da Regência - Julho de 1831”, in: *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Org. e intr. José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 1999.

crime também é a violência, porque ela dá princípio à perturbação da ordem que só um governo fraco e as insuficiências das leis podem tolerar.”<sup>152</sup>

Essa *verdadeira liberdade*, que poderia ser alcançada depois da renúncia de Pedro I, tinha correspondência com a *liberdade* que as elites políticas - do que veio a ser chamado Império do Brasil - apregoavam durante o processo de independência. Ou seja, era uma cultura política cujos valores assentava-se na monarquia constitucional, em que a *liberdade* estava ligada à *ordem*, descartando-se, portanto, qualquer revolução. Esse ideal liberal foi incorporado, segundo Pereira Neves, sem grandes dificuldades pelas elites política e intelectual *brasilienses*<sup>153</sup>.

Boa parte destes tinha uma formação ilustrada portuguesa, facilitada por uma numerosa publicação de panfletos, jornais e livros que apregoavam o liberalismo. Era a “liberdade” contra a “monarquia despótica” no início dos anos 20. Imbuídos de noções reformadoras, o liberal aparecia como aquele que “ama sua pátria”, era “amigo da ordem e das leis”. O liberal defendia o direito de opinião e se concebia com o direito de influir na administração do governo. No entanto, isso não tinha a ver com a “democracia” que poderia desembocar na “anarquia”<sup>154</sup>.

O caráter centralizador do Primeiro Reinado corroborava essa necessidade de *ordem*. O monarca era constitucional, mesmo tendo a Carta Magna sido outorgada, em vez de promulgada pela Assembléia Geral. Durante o período das Regências, a *liberdade* residia principalmente no parlamento, que representaria o *povo*.

Nesse período, pregava-se a “liberdade”, lembrando-se por vezes o contraponto exemplar do ex-soberano, que, no entanto, já havia sido promotor da liberdade quando do rompimento com as Cortes portuguesas. “Liberdade”, entretanto, não deixava de ser pronunciada como prática fundamentada na “ordem”.

Quando o fazendeiro mato-grossense Antônio José da Silva, em substituição a Alencastro, assume o governo da província, em 1835, os liberais “moderados” predominavam na Corte do Rio de Janeiro, mas se viam em confronto com a facção dos “exaltados”, que chegavam mesmo a defender a república, embora não houvesse mais o

---

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 201.

<sup>153</sup> NEVES, Lúcia Maria Pereira. “Liberalismo Político no Brasil: Idéias, representações e práticas (1820-1823)” in: in GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e PRADO, Maria Emília. (Orgs.) *O Liberalismo no Brasil Imperial – origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

<sup>154</sup> *Ibidem*. pp. 75-101.

perigo dos restauradores, que viram sua bandeira minguar junto com a morte de Pedro I em 1834<sup>155</sup>. Embora o presidente Alencastro classificasse os políticos na província como “moderados” e “exaltados” não era comum tal classificação entre as lideranças provinciais.

Não obstante, as pessoas sabiam, ou procuravam saber, quem formava os grupos. Assim, o capitão da Guarda Nacional, Antônio José da Silva, buscou não atizar nem um dos “partidos”<sup>156</sup>, apesar de ser mais ligado aos antigos fazendeiros e comerciantes da província. Sua direção era interina, e esperava a chegada do novo presidente nomeado, Antônio Pimenta Bueno, o quanto antes.

Na abertura da segunda sessão<sup>157</sup> ordinária da Assembléia Legislativa, em 1836, coube ao vice-presidente Antônio José da Silva lembrar o que deveria significar o movimento que culminou no “30 de maio”, ao mesmo tempo em que constatava a ausência de conflitos explícitos: “Parece-me que a província se acha em sossego, (...), depois da terrível tempestade que ameaçava internamente um futuro desastroso.”<sup>158</sup> Contudo, o medo de uma nova “terrível tempestade” não iria se esvaír em pouco tempo. Na verdade, tinha-se notícia de que desentendimentos entre o legislativo provincial e o presidente já desencadearam guerras em outras províncias, e diagnosticava-se que o respeito às leis e às autoridades constituídas era fundamental para a preservação territorial e política do novo país. Nesse sentido, Antônio José da Silva tinha a recordação da desavença entre a Assembléia Legislativa e o último presidente, Alencastro. Mas, como terceiro vice-presidente – ou seja, era proveniente da deputação provincial, a primeira –, também trazia consigo a consideração de que a Assembléia fora criada para legislar, isto é, promover leis, e que ao governo caberia executar o que essa mesma casa estabelecia como norma, dentro da sua competência. Essa divisão de poderes incluía a competência do Legislativo em eleger os vice-presidentes, o que havia gerado conflitos com Alencastro.

Dessa forma, Antônio José da Silva destacou em seu discurso que, com a recém-criada casa legislativa provincial, esperava-se que o governo desse “a devida execução das Leis consultando [os] novos meios de promover a felicidade dos nossos concidadãos, tarefa

---

<sup>155</sup> D. Pedro I morreu em setembro de 1834, mas a notícia de sua morte somente chegou a Cuiabá em março de 1835.

<sup>156</sup> Assim eram chamados os grupos ou facções, independentemente de se haver um registro, programa ou qualquer sentido de institucionalização oficial.

<sup>157</sup> Considerava-se uma “sessão” não somente um dia de reunião parlamentar, mas todo o ano legislativo.

<sup>158</sup> DVPP. Antônio José da Silva, 2 de março de 1836, p. 2.

honrosa que nos foi confiada e de que devemos dar boa conta às gerações presentes e futuras”<sup>159</sup>. Dever-se-ia inculcar os diferentes papéis dos diferentes poderes. Isto deveria ser bastante claro para as pessoas coevas, o que poderia afastar riscos de conflitos sangrentos para os que abraçassem a carreira política, inclusive no porvir.

No entanto, a preocupação não se restringiria à divisão dos poderes, ia além. O fator principal e mais abrangente era o reconhecimento das autoridades pelos vários moradores diferentes da província. Assim, o principal papel, seja do Executivo, seja do Legislativo provincial, no momento, era fazer com que as pessoas reconhecessem as autoridades estabelecidas, a supremacia das leis, comungando dessa maneira para a ausência de embates mortais, o que deveria ser visto como um grande triunfo para a sociedade que construía. Dessa forma, dizia o vice-presidente Antônio José da Silva aos deputados provinciais:

(...) o primeiro de nossos deveres [ é ]persuadi-los ao respeito às autoridades constituídas, que mandam em nome da lei, ponderando-lhes que o repouso público é o maior dos bens e as dissensões intestinas o mais terrível dos males<sup>160</sup>.

Restava ainda ao vice-presidente frisar as fragilidades claramente visíveis da província, como a falta de cadeias apropriadas e a perambulação de pessoas “ociosas que andam pela província francamente armadas” sem expressar receio da justiça. Contra tal sorte de coisas pedia que a Assembléia dirigisse esforços para a criação de uma guarda rural.

Um maior policiamento por si não bastava. Acreditava o capitão que faltavam *costumes*: “Sem costumes não pode haver liberdade”<sup>161</sup>. Ao vice-presidente coube expressar, emblematicamente, o que se deveria entender por *liberdade*, e o papel que deveria ter a instrução para fornecer *costumes*: A instrução deveria ser o “suficiente a convencer a mocidade de que a verdadeira liberdade não é inimiga de toda a sujeição, de toda a dependência, que não pode existir aquela sem subordinação, sem respeito às

---

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>160</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 5.

autoridades e sem obediência e submissão às leis” . A liberdade mal entendida levaria à ruína, “convém pois apartar da mocidade a ociosidade, sempre companheira do vício que quebra todas as almas.”<sup>162</sup>

A vida profissional e política de Antônio José da Silva era restrita ao Mato Grosso. Contudo, vivendo em momento conturbado caracterizado por fortes conflitos armados em várias partes do país, e presenciado ao menos um relevante deles em Mato Grosso, mostrava em seu discurso a necessidade de dar significados à *liberdade* e a devida atenção aos *costumes*. Demonstrava também estar com “as vistas” da Corte imperial que procurava preservar a configuração territorial do Brasil e promover a construção de uma nação com pessoas *de costumes*.

Em carta felicitando a eleição de Feijó para a Regência, o cônego José da Silva Guimarães, presidente da Assembléia Legislativa, em 1836, também demonstrava a necessidade de conjugar a *liberdade* com a *ordem*. Elas seriam decorrência da “razão e da eterna justiça”, princípios que Feijó prometera seguir, e “que sós podem fazer a felicidade do povos.” Assim “liberdade e ordem, (...) são as primeiras necessidades da Nação; e a fiel e exata observância de tão saudáveis princípios não podem deixar de manter esta e conservar aquela.”<sup>163</sup>

Ou seja, as pessoas que estavam em cargos de proa, como o comando da província e a presidência da Assembléia, demonstravam não só estar atentas aos debates que ocorriam na Corte, mas incorporavam a missão de estabelecer e reforçar os significados e direção para palavras já conhecidas, *liberdade* e *ordem*.

## 2. O Bacharel e o Pompeu Cuiabano

A vinda de outro presidente de província para substituir Alencastro, poderia colocar em risco a posição de Poupino Caldas na província. Ficou patente que o nome do ex-líder dos *zelosos* estava longe de harmonizar com a “ordem”. A tentativa de Poupino em continuar como o principal político de Mato Grosso provocou conflito direto entre este e o novo presidente de província, o bacharel Antônio Pimenta Bueno. O *Pompeu Cuiabano* não

---

<sup>162</sup> *Ibidem*. p. 1.

<sup>163</sup> AN. IJJ(9)527 Presidente da Assembléia Legislativa Mato-grossense para Senador Diogo Antônio Feijó, 15 de março de 1836.

conseguiu se impor ao bacharel. O presidente demonstrava que para governar era preciso intervir nos corpos armados.

Formado no liberalismo capitaneado por Feijó e Vasconcelos, José Antônio Pimenta Bueno, o futuro visconde de São Vicente, assumiu a presidência de Mato Grosso em agosto de 1836. Mas antes de começar a sua nova função já conheceu Poupino Caldas. Este, valendo-se de seus camaradas, tentou evitar a posse do promissor bacharel. O contra-ataque ficou por conta de Antônio José da Silva que mobilizou forças policiais e garantiu o início dos trabalhos do novo governante<sup>164</sup>.

Era necessário conhecer o melhor possível onde estava, para além das informações que obtivera da Corte, para melhor poder governar. No entanto, em seus primeiros afazeres na província, Pimenta Bueno logo deparou-se com um problema – além, claro, das forças comandadas por Poupino Caldas–, que interferia nas suas avaliações e iniciativas em Mato Grosso. Era a falta de organização administrativa, que refletia no descaso com os documentos oficiais. Muitos estavam se deteriorando, devido a má conservação. Outros tantos simplesmente sumiram. Além das correspondências com os ministérios relativos aos anos 1804-1807, “muitos mapas topográficos, memórias sobre vários assuntos, descrições botânicas e outros escritos também acham-se extraviados constatando que ali existiam somente pelos índices que acompanham alguns dos maços dos documentos”<sup>165</sup>.

Escritos, mapas, memórias eram necessários para um presidente, depois de meses de viagem, conhecer o terreno por onde poderia permanecer por um ano, ou mais, e assim poder traçar diretrizes para além do estabelecimento imediato da ordem. Sua permanência implicava em governar, o que significava saber com quem e com o quê teria que lidar: eram pessoas, objetos, plantas, mercadorias, climas, águas. Seriam as “potencialidades naturais”, as “indústrias”, os gentios, os ribeirinhos, e os homens da política local.

Sem parte material da memória produzida pela (e para) a própria burocracia governamental, o governante sentia-se em desvantagem nas batalhas que certamente travaria. Contudo, ele próprio, como os demais chefes do Executivo na província, tinha o dever de produzir outras memórias, em conformidade com as necessidades, e que ajudariam nas direções imprimidas seja pelos próximos governos provinciais, seja pelo governo imperial.

---

<sup>164</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso. Op. cit.*, p. 494.

<sup>165</sup> DPP. José Antônio Pimenta Bueno, 1º de março de 1837, p. 1.

A memória, portanto, era urdida, tramada<sup>166</sup>, construída nos principais documentos dos presidentes de província: os seus relatórios, mensagens e discursos anuais. Esses documentos eram apresentados aos deputados da Assembléia Provincial e algumas cópias destes eram enviadas para a Corte. Neles, além de apontar a direção em que a província deveria seguir, também lembravam do passado como maneira não apenas de justificar atitudes governamentais do momento, mas como uma pedagogia do agir e portar-se para se formar a nação que eles imaginavam.

Os relatórios presidenciais começaram a ser produzidos em julho de 1835, quase 14 meses depois do movimento conhecido por “Rusga”, como exigência das novas leis que estabeleciam as assembleias provinciais. Uma das preocupações dos chefes do Executivo, na segunda metade dos anos 30, era justamente mostrar como deveria ser lembrando os acontecimentos que envolveram o “30 de maio”. Assim Antônio José da Silva dizia que, em tempo anterior, havia “desvairado este povo, bandeado pela intriga”, o que poderia ter sido a ruína completa da província<sup>167</sup>. Alencastro, quando presidente, dizia lhe “ser sobremodo doloroso” trazer a lembrança do “fatal 30 de maio”<sup>168</sup>. Já Pimenta Bueno percebia que vivia o “legado enfadonho que nos deixou o funesto 30 de maio”<sup>169</sup>.

Apesar das diversas prisões e julgamentos acontecidos no período de Alencastro, o principal promotor de *desordem* estava solto em Cuiabá, e pronto para atentar, a qualquer momento, contra o *sossego público*, quando a oportunidade surgisse. E mesmo com a hostilidade inicial, Pimenta Bueno ainda não se sentia com forças para investir contra Poupino Caldas.

Assim, o presidente procurou na própria reorganização da Guarda Nacional enfraquecer a liderança de Poupino Caldas que tivera o apoio do Coronel Alencastro. Afastou do cargo de Comandante de Armas o Cel. Joaquim José de Almeida, substituindo-o pelo antigo político Jerônimo Joaquim Nunes. Promoveu a reforma de outros oficiais mais graduados, denunciando a culpa em notins via documentação de vários militares, e

---

<sup>166</sup> Para a história feita narrativa, entre outros, ver MAGALHÃES, Nancy Aléssio. “Narradores: vozes e poderes de diferente pensadores”, in: COSTA, Cléria Botelho e MAGALHÃES, Nancy (orgs.) *Contar história, fazer história*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

<sup>167</sup> DVPP. Antônio José da Silva, 2 de março de 1836, p.1.

<sup>168</sup> DPP. Antônio Pedro de Alencastro, 3 de julho de 1835, p. 1.

<sup>169</sup> DPP. Antônio José Pimenta Bueno, 30 de novembro de 1836, p. 6.

solicitou a vinda de outros, mais confiáveis, para reorganizar a força militar em franca decomposição. As tropas de 1ª linha ficaram formadas praticamente só por recrutas<sup>170</sup>.

Nesse sentido, também procurou extinguir a Guarda Municipal, reformulada em setembro de 1835 por Alencastro, que continha homens de Poupino. Pimenta Bueno argumentava que, além dela ter-se mostrado indisciplinada nos momentos turbulentos, era paga pelo cofre provincial, mesmo sendo “Municipal”. O orçamento da província não poderia arcar com essa despesa, composta pelo soldo de 90 homens. Quando fora criada, no governo de Corrêa da Costa, ela era composta por 40 praças. Dessa forma, propôs pagamento somente às “melhores praças”, que eram poucas, o que faria que muitos abandonassem a corporação.<sup>171</sup>

Inicialmente, calculava em extinguir a Guarda Municipal por completo assim que conseguisse aumentar os efetivos do Exército e quando a Guarda Nacional estivesse organizada. De fato, no final de seu mandato, os corpos do Exército ganharam novos efetivos e a Guarda Nacional estava aparentemente reativada. Esta ficou dividida em batalhões e companhias, formando uma única legião, distribuída entre os 4 municípios que existiam na província; Cuiabá, Diamantino, Poconé e Mato Grosso. Era o maior corpo armado da província, com 1553 homens em 1840<sup>172</sup>. Mas os oficiais não eram mais necessariamente escolhidos por votação entre os cidadãos, eram também nomeados pelo governo, assim como os comandantes tinham que ser referendados pelo governo imperial.

Essas mudanças na Guarda Nacional, que indicavam uma maior interferência do governo na localidade, fez com que um presidente imaginasse haver “muito mais entusiasmo” entre os seus membros, e que “a disciplina faz[ia] honrar os seus comandantes”.<sup>173</sup> Somente em 1850 foi promulgada uma lei, na Corte, que regulamentava a escolha dos oficiais da Guarda Nacional pelo governo central. Mas, na prática, os governos provincial e central já procuravam escolher os oficiais e comandantes há mais de uma década<sup>174</sup>.

Ao longo de seu mandato, Pimenta Bueno, que no início pretendia acabar com a Guarda Municipal, percebeu que não poderia prescindir de um corpo armado em Cuiabá. A

---

<sup>170</sup> *Ibidem*, pp. 2-6; DPP. Antônio José Pimenta Bueno, 1º de março de 1837, pp. 19-24.

<sup>171</sup> DPP. Antônio José Pimenta Bueno, 30 de novembro de 1836, p. 6.

<sup>172</sup> DPP. Estevão Ribeiro de Rezende, 1º de março de 1840, p. 31.

<sup>173</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>174</sup> Ver RPP. Estevão Ribeiro de Rezende, 1º de março de 1840, p. 30.

solução foi criar em seu lugar a Força Policial com 40 homens, sendo o comandante de sua confiança<sup>175</sup>, ficando sediada na capital, mas com soldos mais baixos do que a guarda anterior. Pimenta Bueno acreditava, dessa maneira, melhorar um pouco a “nada lisonjeira finanças da província”,<sup>176</sup> como dizia no início de sua administração. Procurava diminuir os gastos dos cofres provinciais, ao mesmo tempo em que os corpos armados eram *revigorados*.

Se os soldos do novo corpo eram baixos, o que fazia um presidente, Estevão de Rezende, pedir à Assembléia que se revissem as gratificações da Força Policial<sup>177</sup>, os outros corpos armados, quais sejam, as tropas de linha e a Guarda Nacional, quase não apresentavam dispêndio algum para a província. O Exército ficava a cargo do governo central e a Guarda Nacional era formada por elementos que serviam gratuitamente, tendo seus custos sido arcados praticamente por seus participantes<sup>178</sup>.

Em plena reformulação dos corpos armados, Poupino Caldas lançou como candidato para deputado geral o seu sobrinho Antônio Navarro de Abreu, o filho. Ele era filho do comerciante de mesmo nome e tinha o *Pompeu Cuiabano* como seu padrinho. Navarro de Abreu, o filho, formou-se na faculdade de direito de São Paulo, sendo o primeiro mato-grossense a se bacharelar nessa instituição, em 1835<sup>179</sup>. Em franca oposição a Pimenta Bueno, Poupino Caldas consegue eleger seu afilhado, com 25 anos, em janeiro de 1837<sup>180</sup>. Não seria pela mera lembrança de seu pai – que havia sido também deputado na Corte – que o jovem bacharel conquistaria seus votos. Navarro de Abreu, o filho, havia concorrido para deputado provincial em 1835, e obteve somente 1 voto. A sua eleição demonstrava que Poupino Caldas controlava consideravelmente os mecanismos políticos.

---

<sup>175</sup> Era o Capitão Manuel Antônio de Barros.

<sup>176</sup> DPP. Antônio José Pimenta Bueno, 30 de novembro de 1836 p. 3.

<sup>177</sup> DPP. Estevão Ribeiro de Rezende, 1º de março de 1840, p. 31.

<sup>178</sup> Ver URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. R.J./S.P. : Difel, 1978.

<sup>179</sup> MESQUITA, José de. “Os primeiros bacharéis matogrossenses” in: *Gentes e Coisas de Antmanho*. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá, 1978, p. 53.

<sup>180</sup> Entre os seus concorrentes estavam Manuel Pereira da Silva Coelho, natural de Cuiabá, mas residente em São Paulo, Gabriel Getúlio Monteiro, natural e residente do Rio de Janeiro, o bispo de Cuiabá José Reis, o então deputado por Mato Grosso Patrício da Silva Manso, e o desembargador Bernardo Pereira de Vasconcelos, de Minas Gerais, que concorria também por sua terra, mas residente na Corte. AN. Pasta IJJ(5) 16. Ver também IMPL. Caixa 1837. “Acta Geral da apuração geral dos votos de todos os collegios eleitoraes desta Província para Deputado que deve representar a mesma na Assembléia Geral Legislativa”. Cuiabá, 13 de fevereiro de 1837.

Segundo Richard Graham, os presidentes de província, durante o período imperial, procuravam determinar as eleições. Eles mobilizavam as forças governamentais e de seus aliados para fazer seus candidatos vencedores<sup>181</sup>. No entanto, em Mato Grosso da segunda metade dos anos 30 e da década de 40, os presidentes de província perdiam freqüentemente eleições para os chefes locais que lhes faziam oposição. Assim era o caso de Pimenta Bueno, que amargou a derrota nas urnas para Poupino Caldas.

O futuro visconde de São Vicente ainda teve que despendar, a contra gosto, a 1:400\$000 réis dos cofres provinciais para pagar a viagem de ida de Navarro de Abreu para a Corte. O candidato vencedor, segundo o presidente, ainda ousou lhe pedir um cargo de juiz de direito na província:

Este cidadão não se havia postado com a circunspecção que devia nas eleições para obter sua nomeação, concorreu mesmo a formar nesta Capital um certo partido de oposição a este Governo, (...) [Mesmo assim], requereu-me posteriormente o lugar de Juiz de direito de Mato Grosso, que deneguei-lhe, pediu-me pessoalmente que lhe mandasse abonar ajuda de custos de viagem para recolher-se a essa Corte (...) <sup>182</sup>

Apesar da demonstração de domínio eleitoral por parte de Poupino nas eleições, seus poderes não foram o suficiente para conseguir depor à força o presidente Pimenta Bueno. O ex-líder dos *zelosos* tentou outro golpe para derrubar o presidente. Para isso insuflou o quartel de Cuiabá para se amotinar, mas sem resultados.

O presidente bacharel, então, ameaçou Poupino Caldas de procurar todos os meios de processá-lo por todos os crimes cometidos, se ele não deixasse a província em pouco tempo. Não se sabe por qual motivo, mas o ex-líder dos *zelosos* concordou com o exílio. Talvez por achar-se sem condições de se proteger, jurídica e fisicamente, dos seus numerosos inimigos que havia feito em sua conturbada carreira política. Seja como for, pouco antes de deixar a província, enquanto ia de uma casa a outra para se despedir, ele é

---

<sup>181</sup> GRAHAM, Richard. *Op. cit.* p. 124 e ss.

<sup>182</sup> AN. IJJ(9) 506 José Antônio Pimenta Bueno para Manoel do Nascimento Castro e Silva, ministro do Império. Cuiabá, 15 de abril de 1837.

baleado e morto na rua, no dia 9 de maio de 1837. Nunca se soube ao certo quem o matou<sup>183</sup>.

### 3. A Assembléia e as novas configurações políticas

A primeira eleição para os vinte deputados da Assembléia foi em abril de 1835. Em julho desse ano, houve a primeira reunião parlamentar. Na abertura do encontro, querendo lembrar a necessária e (se possível) salutar convivência entre os poderes Executivo e Legislativo provinciais, era reservada a leitura do relatório do presidente de província aos deputados. Essa praxe procurava apontar os problemas e as potencialidades da região, norteando os trabalhos do legislativo. Aí também cabia um discurso de saudação ao novo corpo de deputados. Ora, o destaque desse novo poder era o grande símbolo do liberalismo, o qual os dirigentes do país acreditavam estar iniciando. Assim, o presidente deveria dar as “boas vindas” e reforçar o “avanço rumo à civilização”, que consistia em promover leis pertinentes ao seu local, assim como uma maior representação dos homens não escravos e proprietários que não compactuavam com a *tirania* na província:

Se a promulgação da Lei das reformas constitucionais, que outrora vimos aparecer, e brilhar no nosso horizonte, como um Luzeiro guiado pela Providência, exultou os Cuiabanos, (...), não são certamente menos os louvores, e os aplausos com que fez mais evidente a sua glória a instalação da Assembléia Legislativa Provincial, de cujo ato reconhecem, a par de um importante *aperfeiçoamento de nossas Instituições políticas, um instrumento poderoso de civilização, que não pode deixar de ser fecundo de benefícios; principiando a Província a exercer a indispensável atribuição de prover aos seus peculiares interesses por meio de Leis Justas, e adequadas, que há muito eram reclamadas pelo voto dos Brasileiros livres e sensatos.*<sup>184</sup>

---

<sup>183</sup> Nos dias que se seguiram ao assassinato, espalharam pela cidade um panfleto com a seguinte quadrinha: No dia nove de maio/ Depois das Ave-Maria/ Matei Coronel Poupino/ Fiz tudo quanto queria. CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*, Op. cit., p. 519.

<sup>184</sup> AN. IJJ(9) 506. *Discurso de Abertura da Assembléia Provincial Legislativa de Antônio Pedro de Alencastro enviado para Joaquim Vieira da Silva e Souza*. Cuiabá, 15 de julho de 1835. Grifo meu.

Alencastro, em seu discurso, clamava pelos *cuiabanos*. Esperava dos deputados uma *civilidade*, que adviria do *aperfeiçoamento* da nova instituição política. Mas, além de Alencastro não ter maioria na Assembléia, a considerava como uma instituição que exorbitava dos seus poderes. De fato, as delimitações do que pertencia ou não pertencia ao foro das assembléias eram um tanto vagos. Somente nos anos 50, depois de uma série de reformas, as assembléias e o Executivo terão seus papéis melhor definidos<sup>185</sup>.

Responder ao pé da letra as leis que regulavam as assembléias era um exercício não praticado. De acordo com o Ato Adicional de 1834, a primeira sessão deveria ser na capital da província, que por direito ainda era a cidade de Mato Grosso. No entanto, a sede escolhida para a Assembléia foi em Cuiabá. Assim, em agosto de 1835, os deputados provinciais votaram lei que transferia definitivamente a capital para a baixada cuiabana.<sup>186</sup>

A criação das assembléias era decorrência da direção imprimida pela Regência que apontava para uma maior autonomia das províncias do Império. As assembléias provinciais substituíram os antigos Conselhos de Províncias e passaram a contar com várias prerrogativas, como a criação de empregos, de impostos, deliberavam sobre as despesas e receitas provinciais, votavam inclusive o ano fiscal dos municípios, legislavam sobre a instrução e a segurança. As novas casas legislativas forneceram à província maior independência em relação ao governo central, mas, principalmente, retiraram atribuições que antes eram dos municípios<sup>187</sup>.

As elites locais passaram a ver nas assembléias legislativas um espaço para defenderem seus interesses sociais e/ ou econômicos, um lugar para figurar suas lideranças locais, enfim, uma casa para confirmar suas posições de destaque e para exercitarem a política provinciana.

Dessa maneira, a primeira eleição para a Assembléia Legislativa de Mato Grosso aconteceria em pouco menos de um ano depois da “noite do 30 de maio”. Seria o momento para demonstrar quem continuava com prestígio e força na província, e quem havia perdido espaço. Mas antes de tudo, a eleição era uma novidade que despertou o interesse de 1.185

---

<sup>185</sup> SOUSA, Paulino José de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1960.

<sup>186</sup> IMPL. Legislação de Mato Grosso. Lei nº 19 de 28/8/1835.

<sup>187</sup> LEAL, Víctor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

eleitores que votaram em 161 pessoas diferentes. Eram quase 7 eleitores para cada *candidato*<sup>188</sup>.

O presidente de província na ocasião era Antônio Pedro de Alencastro, que com Poupino Caldas representavam a força em destaque na província. Mas tal força não foi o suficiente para impedir que uma liderança da então oposição, o fazendeiro Antônio Corrêa da Costa, fosse o mais votado para a nova casa legislativa, com 50 votos. O segundo colocado, com um voto a menos, foi o prestigiado padre José da Silva Guimarães. Poupino Caldas ficou em terceiro com 37 votos e o tenente-coronel Albano de Souza Osório com 35. Não houve o predomínio absoluto de uma facção sobre a outra nas 20 vagas da Assembléia. Políticos ligados à antiga e tradicional elite conseguiram seus lugares como Antônio José da Silva. Outros, ligados aos antigos rebelados da *Rusga*, como Joaquim de Almeida Falcão - cuja casa era ponto de encontro, outrora, dos *Zelosos da Independência*- e José da Costa Leite de Almeida, - que também não fazia parte da antiga elite cuiabana -, também tiveram seu espaço<sup>189</sup>.

Do antigo grupo tradicional da política cuiabana, que nomeamos anteriormente, dois não figuraram na primeira legislatura, além de Navarro de Abreu que já havia morrido: Jerônimo Joaquim Nunes e André Gaudie Ley. O primeiro nem sequer se *candidatou*<sup>190</sup>. Na verdade tinha se retirado para sua fazenda desde quando correu risco de vida com a perseguição aos portugueses na *Rusga*. Não se atreveria a voltar a Cuiabá enquanto Poupino Caldas estivesse em posição privilegiada na capital. Quando Pimenta Bueno assumiu a presidência e se mostrou antagônico a Poupino Caldas, Jerônimo Joaquim Nunes foi convidado para assumir novamente o comando das armas da província. Na segunda eleição para a Assembléia foi eleito para deputado provincial. Mas logo adoeceu e morreu no final de 1837<sup>191</sup>.

---

<sup>188</sup> Não era necessário se candidatar para receber votos, nem se filiar a qualquer agremiação ou partido. Ver NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

<sup>189</sup> AN. IJJ(5) 16 *Acta da nova apuração geral dos votos dos Colégios Eleitorais de toda a Província, para Deputado à Assembléia Legislativa Provincial*. Cuiabá, 13 de maio de 1835. [ Foi feita a segunda apuração, devido à primeira não ter sido incluído os votos da cidade de Mato Grosso, por chegarem atrasados na data estipulada.] Há quem diga que a eleição de Navarro de Abreu foi um presente de formatura de Poupino a seu afilhado. Ver CORRÊA FILHO, Virgílio. “Antônio Navarro de Abreu, paladino da maioria”, in: *Anais - Terceiro Congresso de História Nacional - IHGB*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 378.

<sup>190</sup> Ou seja, não fez esforço algum para receber votos.

<sup>191</sup> FARIA, Barbosa de. “Apontamentos para a biografia do Brigadeiro Jerônimo Joaquim Nunes”, in: *RIHGMT*, ano XII, tomo XXIII, 1930.

Já o sargento-mor André Gaudie Ley recebeu votos nas duas eleições. Mas seu desempenho foi decepcionante. Conseguiu apenas 2 votos na primeira eleição para a Assembléia<sup>192</sup>. Provavelmente se desgastou com a forte oposição que sofrera quando dirigia a província<sup>193</sup>. Talvez, também, não tenha se interessado mais em se esforçar para receber votos nas eleições. Em 1837, ele recebeu somente 1 voto<sup>194</sup>. Seja como for, seu filho Joaquim Gaudie Ley continuou na política assumindo posições de destaque no partido Conservador.

No entanto, a primeira legislatura ainda era marcada pelas antigas lideranças, mas outros políticos começaram a despontar na província do pós “30 de maio”, como o fazendeiro Antônio José da Silva, na facção que apoiava Antônio Corrêa da Costa, e Joaquim de Almeida Falcão, homem ligado até então a Poupino Caldas.

O futuro Visconde de São Vicente, durante sua presidência, procurou formar o nascente partido liberal em Mato Grosso, com a maior parte de seus membros formada por pessoas não ligadas à antiga elite de Cuiabá. Algumas dessas, que antes compunham a facção de Poupino, começaram a se agrupar em torno dos políticos de Poconé, como os irmãos Manuel e José Alves Ribeiro. Também contava com o apoio do prestigiado cônego José da Silva Guimarães. Poupino Caldas era águas passadas e Joaquim José de Almeida se juntou ao novo grupo que se formava, assim como Joaquim de Almeida Falcão, antigos partidários do *Pompeu Cuiabano*.<sup>195</sup>

Navarro de Abreu, o filho, que poderia ser o *herdeiro* do *capital político* do ex líder dos *zelosos*, nunca mais voltou ao Mato Grosso. Chegou a ser designado juiz de direito no termo de Cuiabá - graças ao seu grupo político no Rio -, para **he** servir de abrigo, caso

---

<sup>192</sup> AN. IJJ(5) 16 *Acta da nova apuração geral dos votos dos Colégios Eleitorais de toda a Província, para Deputado à Assembléia Legislativa Provincial*. Cuiabá, 13 de maio de 1835.

<sup>193</sup> Já na primeira vez em que Gaudie assumiu o governo, na qualidade de vice-presidente, em 1830, Poupino Caldas fez uma representação contra ele, alegando despreparo para assumir a província e pedindo que se enviasse logo um novo presidente. AN. Pasta IJJ(9) 527. João Poupino Caldas para Marquês de Caravelas, Ministro e Secretário dos Negócios do Império. Cuiabá, 6 de janeiro de 1830. – Antônio Corrêa da Costa, em 1833, depois de afastado da presidência, por motivo de saúde, deixando Gaudie Ley em seu lugar, se viu obrigado a retornar à direção da província, pois Gaudie Ley mostrava-se sem efeito para acalmar os ânimos dos oponentes.

<sup>194</sup> AN. IJJ(5) 16. *Acta Geral da apuração geral dos votos de todos os collegios eleitoraes desta Província para Deputado que deve representar a mesma na Assembléia Geral Legislativa*. Cuiabá, 13 de fevereiro de 1837.

<sup>195</sup> Ver AN. IJJ(9) 527. *Abaixo-assinado para o Governo Central conservar Pimenta Bueno na Presidência*. Cuiabá, 13 de outubro de 1837.

nova eleição falhasse, como realmente veio a acontecer. Mas tomou posse por procuração e permaneceu no Rio de Janeiro até sua morte prematura em um asilo de alienados<sup>196</sup>.

Antônio Corrêa da Costa continuou a ser eleito para várias legislaturas na Assembléia. Chegou mesmo a assumir a direção da província, como vice-presidente, em outubro de 1840, permanecendo no cargo por dois dias, passando logo a vaga para o 2º vice; e também no final de 1842, quando dirigiu a província por 5 meses. Mas seu grupo não conseguia mais fazer frente aos que se chamavam liberais. Somente em 1849, foi quando os que se agregavam sob a denominação de conservadores, conseguiram derrotar os liberais nas eleições para a Assembléia provincial.

Um dos poucos trabalhos específicos sobre o poder Legislativo em Mato Grosso, considera que o período que nos interessa, de 1835 a 1870, como caracterizado por quase completa inatividade da Assembléia de Mato Grosso. Segundo o autor dessa pesquisa, nos dois meses em que os deputados se reuniam em sessão, cujas reuniões beiravam o marasmo, os deputados se restringiam a votar o orçamento e a ratificar as leis e decretos encaminhados pelos presidentes de província.<sup>197</sup>

É certo que os poucos documentos preservados das reuniões da Assembléia Legislativa não revelam muita coisa. Havia uma preocupação mais burocrática do que a de mostrar as opiniões divergentes ou convergentes. Assim os registros limitaram-se a dizer que tal lei foi aprovada, quase sempre sem mencionar quem votou a favor ou contra, e sem as discussões da pauta.

Contudo, pode-se perceber pela documentação existente, não necessariamente as atas de sessão, que não foram poucas as contendas entre o legislativo e os presidentes de província. Mesmo com o predomínio liberal na Assembléia, a partir da legislatura de 1837, e com a nomeação de vários presidentes de província por gabinete também liberal, não deixaram de haver várias contendas entre o Executivo e o Legislativo provincial. Quando o presidente era designado por um governo conservador, então, os problemas de relacionamento (incluindo aí a *interpretação* e votação de leis provinciais) entre as duas instâncias poderiam ser conflituosos desde o início do mandato do chefe do Executivo.

---

<sup>196</sup> Na Corte, Navarro de Abreu se juntou aos liberais e foi considerado um dos promotores da propaganda da maioria. CORREA FILHO, Virgílio. *Antônio Navarro de Abreu, Paladino da maioria*. Op. cit., p. 385.

<sup>197</sup> As maiores atenções desse livro são para o período republicano. MENDONÇA, Rubens de. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. Cuiabá: Imprensa Oficial de Mato Grosso, 1967.

### 3.1. Vice-presidentes e a “falibilidade das eleições”

Com o fim da regência de Diogo Feijó, em 1837, uma força conservadora encabeçada por Araújo Lima, com o peso do apoio de Bernardo Pereira de Vasconcelos - que abandonava as fileiras liberais -, assumiu o governo propondo o *regresso*. Logo então substituíram o presidente de Mato Grosso por um bacharel afeito aos novos rumos da Regência. Era Estevão Ribeiro de Rezende, que antes servia como magistrado em Goiás, vindo a tomar posse em Cuiabá no dia 16 de setembro de 1838<sup>198</sup>.

Quando a Assembléia Legislativa se reuniu na sessão de 1839, começaram a se explicitar as diferenças entre o presidente enviado pela Corte e o legislativo provincial. A casa legislativa, como era até então de sua competência e dever, escolheu novamente os vice-presidentes. O segundo e o terceiro vices escolhidos eram pessoas em quem o presidente Rezende depositava confiança, dois homens públicos já bem conhecidos, Antônio Corrêa da Costa e Antônio José da Silva. No entanto, o primeiro vice era o cônego Silva Guimarães, a quem o presidente desqualificava completamente para exercer tal cargo, mesmo tendo sido eleito pela Assembléia. Para Rezende a escolha do cônego era “bem longe de ser isso devido a merecimentos seus, só e unicamente o é [devido] à falibilidade das eleições”. Continuando em seus argumentos, o cônego era detentor de “uma revoltante imbecilidade, reúne a mais escandalosa desafeição a atual ordem das coisas, uma vida eminentemente imoral e precedentes bem desonrosos à sua reputação”<sup>199</sup>.

Os outros três cidadãos eleitos para a vice-presidência, o alferes Manoel Alves Ribeiro, o 1º tenente de Engenheiros José Joaquim de Carvalho, e o capitão José Mariano de Campos, segundo Rezende, “por seus sentimentos anárquicos nem uma capacidade intelectual, e falta de meios para viverem com independência, ou ao menos com decência, são por este governo considerados indignos da confiança do Governo Imperial e prejudiciais a ordem pública”. Manoel Alves Ribeiro, inclusive, já o teriam “mandado recolher a essa Corte em meados do ano próximo passado, onde se acha por sua perigosa

---

<sup>198</sup> Depois de sua passagem por Mato Grosso, será nomeado desembargador na Bahia. Mais tarde será um dos titulares do Império com o título de barão e depois Visconde de Valença.

<sup>199</sup> AN. IJJ(9) 506. Estevão Ribeiro de Rezende para Manoel Antônio Galvão, ministro do Império. Cuiabá, 16 de março de 1840.

conduta militar e civil”. No entanto, para o chefe do Executivo, esses três sujeitos eram desordeiros principalmente por se enganarem em relação ao padre, eram “incautos iludidos pelas péssimas doutrinas daquele cônego Guimarães”.<sup>200</sup>

Já em 1839, o presidente Rezende escrevia ao ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, dizendo que não gostaria de sair da província deixando o governo para tal sorte de políticos: “Permita-me V. Exa., que eu observe, que mesmo receio deste Cuiabá sob o governo de vice-presidentes.”<sup>201</sup> Contudo, essas referências aos vice-presidentes não marcavam ainda um antagonismo definitivo entre o presidente e os parlamentares provinciais. Essas considerações eram uma das tarefas do chefe do Executivo, relatar sua opinião sobre as pessoas escolhidas para governar o Mato Grosso, em substituição ao titular. Segundo o presidente, o antagonismo entre eles começou de fato quando não sancionou dois projetos de lei enviados pela Assembléia. Depois de sua recusa, começaram as hostilidades que “consistiram as primeiras em diatribes contra o governo, e na mais rústica e revoltante censura de todos os meus atos.”<sup>202</sup>

A Assembléia havia mandado dois projetos de lei para que Rezende sancionasse, como de praxe. O presidente se negou a isso por considerá-las fora das atribuições da Assembléia Legislativa. A primeira delas, o projeto de lei nº 4, revogava a lei provincial nº4 de 22 de dezembro de 1836. Essa lei instituía os “delegados do governo provincial” com o objetivo de fiscalizar a ordem. Foi um projeto do tempo de Alencastro que, se não dava poder de polícia para esses delegados, dispunha o chefe do Executivo de vários funcionários pelo Mato Grosso, mantendo-o informado de qualquer perigo ao *sossego público*.

O segundo projeto de lei, o nº 10, previa uma certa imunidade aos deputados. Nenhum deputado provincial seria constrangido a sair da província, por pretexto algum, durante a legislatura, nem mesmo aquele que tiver sido eleito para a legislatura seguinte. Dizia também que não seria “constrangido a aceitar emprego, ou comissão, ainda mesmo

---

<sup>200</sup> *Ibidem*

<sup>201</sup> Estevão Ribeiro de Rezende para Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro do Império

<sup>202</sup> AN. IJJ(9) 506. Estevão Ribeiro de Rezende para Manoel Antônio Galvão, ministro do Império. Cuiabá, 2 de maio de 1840.

para o interior da província, uma vez que o impossibilite de comparecer nas sessões da respectiva legislatura<sup>203</sup>.

Ambos os projetos retiravam força do presidente de província. O nº 4 procurava suprimir algumas ligações que o presidente tinha com o *interior*. O nº 10, segundo Rezende, tinha por objetivo “inibir o presidente de província de poder empregar dentro e fora dela”<sup>204</sup>. Na verdade, o que os deputados argumentavam era que o chefe do Executivo usava dos empregos dos deputados para os transferir para longe de Cuiabá, diminuindo a força da bancada que poderia fazer oposição a ele. Dessa maneira, mandou dois militares, que eram deputados, para irem à Corte, prestar esclarecimentos, antes de começar a sessão de 1840. Boa parte da Assembléia Legislativa não entendeu isso como contingência do emprego.

Depois de vetados por Rezende, os dois projetos voltaram para discussão no plenário, como era prescrito, e teriam que ser aprovados por 2/3 dos votos, para novamente serem encaminhados para a assinatura final do presidente. Dos dezessete deputados presentes, onze votaram a favor. O presidente dizia que não caberia mais a ele sancionar ou não. Defendia que a votação não tinha dado os dois terços necessários<sup>205</sup>. O confronto entre o chefe do Executivo e vários dos deputados se intensificou criando um clima de instabilidade.

O chefe do Executivo acabou por pedir sua exoneração do cargo, em carta ao ministério do Império. Argumentava que sua saúde já não resistia há dois anos nos *confins* do Brasil:

(..)aqui me acho nestes confins do Brasil há quase dois anos; sinto minha saúde arruinadíssima, de dia em dia mais se aumentam os meus incômodos, e sofrimentos, e de certo que sendo eles provenientes em grande parte da insalubridade do País [província], terei de arriscar minha existência, se em tempo não curar do meu restabelecimento em um clima mais benigno. (...)

---

<sup>203</sup> *Ibidem*.

<sup>204</sup> AN. IJJ(9) 506. Estevão Ribeiro de Rezende para Manoel Antônio Galvão, ministro do Império. Cuiabá, 1º de abril de 1840.

<sup>205</sup> De fato, 2/3 de 17 são 11, 333333333...

Nestas circunstâncias pois eu mui respeitosamente rogo a V. Exa a graça de dispensar-me da penosa administração desta província (...)<sup>206</sup>

Os problemas de saúde coincidiam com os confrontos com a Assembléia. Mesmo assim, não deixou de mandar seu parecer sobre a política local, em que faltava civilidade e ilustração. Seu desgosto era tanto que, contra tais pessoas, seria lícito praticar atos de barbaridade, não fossem os preceitos constitucionais:

(...) [a classe política da província são] ainda sem ilustração, e [não tem] mesmo educação alguma, e infelizmente dominada por um pugilo de celerados, cuja malvadez parece, Ex Snr., que desafia, e até justificaria barbaridades, e excessos condenados por máximas constitucionais que cumpre respeitar<sup>207</sup>

A bancada de oposição, em represália ao presidente, usava do instrumento de obstrução. Conseguiu impedir a votação da lei orçamentária. Essa lei era fundamental para a administração fiscal do ano seguinte.

A maioria legislativa também fez uma representação contra o presidente Ribeiro de Rezende, pedindo sua “pronta demissão”. Dizia a representação que ele fomentava os partidos e a intriga, e que também era dominado por uma letargia, despertando dela “de quando em quando” somente para se aproveitar das páginas de um periódico, e parecer que estava em ação. A lei orçamentária não havia sido votada por culpa dele, já que perseguia deputados, mandando dois deles, que eram militares, para o Rio de Janeiro, assim como conseguiu a invalidação do diploma de um outro parlamentar.

Assinaram essa representação deputados de diferentes facções: do grupo ligado ao cônego José da Silva Guimarães, além do próprio, estavam Ayres Augusto de Araújo, Manoel Alves Ribeiro, José Pinto de Siqueira, José Alves Ribeiro, Joaquim de Almeida Falcão, José Mariano de Campos e Manoel Ignácio de Faria. Do grupo ligado a Antônio

---

<sup>206</sup> AN. IJJ(9) 506. Estevão Ribeiro de Rezende para Manoel Antônio Galvão, ministro do Império. Cuiabá, 21 de abril de 1840.

<sup>207</sup> *Ibidem*

Corrêa da Costa, assinavam José da Costa Leite Falcão e Antônio José da Silva.<sup>208</sup> Isso mostra que não era rígida a formação de bancadas e parcerias.

A Câmara Municipal da vila de Poconé, afinada com o seu conterrâneo que mais despontava na política provincial nesse momento, Manoel Alves Ribeiro, também mandou representação para a Corte contra Rezende. A representação dizia que o presidente havia nomeado somente pessoas “desafetas ao município” poconeano. Segundo essa câmara, era o presidente de província quem semeava a discórdia, chegando a deportar cidadãos probos, “somente por intriga e vingança de paixões”. Finalizava dizendo que o presidente Rezende “nunca gozou entre nós a menor confiança”.<sup>209</sup>

Apesar das desavenças entre o chefe do Executivo e vários políticos da província, foi convocada sessão extraordinária em que os orçamentos foram votados. Não obstante, os deputados provinciais mandaram uma enxurrada de ofícios para a presidência, em curto espaço de tempo, pedindo, por exemplo, listagem dos empregados provinciais, coleções de leis da província, quantidade de litros de tipo que existia na tipografia, de como se achava a exploração de tal parte da província, de quanto o gado foi tarifado nos anos anteriores, informações detalhadas sobre a carreira do Pará, etc.<sup>210</sup> Era uma grande quantidade de requisições que se não fossem respondidas em tempo hábil, poderia ser uma contundente prova da ineficiência do chefe do Executivo. Mas o tempo do presidente não era longo, e os liberais que formaram o gabinete da maioria logo providenciaram a substituição de Rezende.

Em substituição a esse presidente, o escolhido foi ninguém menos do que o cônego Guimarães. Assumiu o Executivo com o *status* de presidente de província. Ninguém no Mato Grosso, naquele momento, representava melhor o partido liberal do que o cônego. Parecia que as referências que o antigo presidente havia feito dele, só o fizeram ser mais merecedor do cargo para os liberais da Corte. Ele vai ser o único cidadão da própria província, em treze anos, a ser empossado como o principal delegado do Império em Mato Grosso.

---

<sup>208</sup> AN. IJJ(9) 506. *Representação de Membros da Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso contra o Presidente de Província Bacharel Estevão Ribeiro de Rezende*. Cuiabá, 30 de abril de 1840.

<sup>209</sup> AN. IJJ(9) 506. Câmara Municipal de Poconé para Ministro do Império, 1º de maio de 1840

<sup>210</sup> AN. IJJ(9) 506 “Certifico de Ordem da Assembleia que o livro de Registro dos Ofícios que por esta Secretaria se tem dirigido ao Excelentíssimo Governo, se acha registrado” 1840. Ver também IMPL – Caixa 1840.

Contudo, o governo do cônego Guimarães marca a ascensão e a supremacia de um outro político: o fazendeiro de Poconé, Manoel Alves Ribeiro. Durante a presidência de Guimarães, Ribeiro passa a liderar a Assembléia formando uma forte oposição ao presidente, mesmo ambos sendo, a priori, do mesmo partido. O poconeano tornou-se o grande chefe da facção dominante da política local.

Um dos primeiros desentendimentos do presidente Guimarães com parte dos deputados da Assembléia foi quando se encerrou a sessão ordinária de 1841. O cônego criticou os rumos que a sessão tinha tomado, votando apenas três projetos de lei nos dois meses de reunião, sem votar, para desespero do Executivo, a lei orçamentária para o próximo ano financeiro. Isso havia acontecido, segundo o cônego,

por desavenças entre alguns dos seus membros, que desejosos de preponderarem sobre os negócios públicos a fim de ocuparem os lugares de importância administrativa e eletivas, para assim dirigirem a seu bel prazer os destinos da Província, fizeram desgostar a aqueles que mais trabalham pelos melhoramentos materiais da mesma, para lhes deixar o campo livre, e então obrarem como aspiram em relação a seus interesses particulares.<sup>211</sup>

Eram as disputas políticas que, para o cônego Guimarães, colocavam os interesses pessoais de alguns acima das necessidades da província. Tal disputa inviabilizou o trabalho legislativo de “aqueles que mais trabalham pelos melhoramentos materiais da” província. Esses, que mais “trabalhavam pelos melhoramentos” eram deputados que antes apoiavam o presidente anterior que ele havia combatido, ou seja, deputados como José Gomes Monteiro e José Pereira Gomes, pertencentes ao grupo de Corrêa da Costa.

Ao mesmo tempo, a ala que começava a fazer oposição cerrada ao cônego Guimarães era justamente a que antes estava junto a ele na contenda contra Estevão Ribeiro de Rezende. Essa oposição agora era liderada por Manoel Alves Ribeiro e José Mariano de Campos. Alguns como José Leite Falcão e Joaquim de Almeida Falcão continuavam junto

---

<sup>211</sup> AN. IJJ(9) 506. José da Silva Guimarães para Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, ministro do Império, 2 de maio de 1841.

ao cônego; o primeiro como chefe de polícia, além de deputado provincial, o segundo como empreiteiro de obras provinciais, mas dessa vez sem mandato.

O medo de ver caminho livre para Ribeiro foi quando na sessão de 1842, vários deputados, como Corrêa da Costa e Antônio José da Silva, deixaram seus mandatos para suplentes (os suplentes eram os posteriores mais votados). Da mesma maneira, da legislatura iniciada em 1840 – em que Guimarães era um dos principais líderes parlamentar e presidente da Assembléia – para a de 1842, houve uma renovação de quase 60% de deputados. Nesse momento, Ribeiro já era o líder incontestado da maioria dos novos parlamentares que ingressavam na Assembléia e dos que continuavam.

Mesmo com uma grande oposição, o cônego Guimarães candidatou-se a deputado geral. Os partidários do fazendeiro de Poconé, em oposição, lançaram José Joaquim de Carvalho, um proprietário de terras que nunca havia sido político de expressão na província. Também foi lançado candidato novamente Navarro de Abreu, o filho, mas que já não contava com nenhum apoio expressivo dentro de Mato Grosso.

Segundo o grupo de Manuel Alves Ribeiro, o cônego usou todo o aparato governamental nas eleições<sup>212</sup>. As tentativas de influenciar no “voto livre” começavam pelo dinheiro público para aliciar os militares:

A tesouraria geral da província é para os militares dela um fecundo manancial de soldos adiantados por ordens do presidente, quando nos tempos de eleições eles se tornam doces instrumentos para as suas cabalas, patronato este que não só deixa exaustos os cofres mas também por muitas vezes priva dos soldos os militares destacados nas mais longínquas fronteiras da província, os quais nunca andam pagos em dia!<sup>213</sup>

Da mesma maneira, os empregados provinciais, “se prestam aos acenos do mesmo presidente para tratarem de eleições.” Os funcionários públicos “que vencendo um ordenado, que apenas chegará para satisfazer as primeiras necessidades da vida,” e sem

---

<sup>212</sup> Veremos mais sobre as práticas eleitorais no capítulo 4.

<sup>213</sup> AN. IJJ(9) 506. *Abaixo-assinado de deputados provinciais para demissão do atual presidente de província*. Cuiabá, 13 de setembro de 1842.

terem outros meios de subsistência, que não seja a mensalidade do ordenado, “apresentam um luxo igual aos dos maiores capitalistas da província”.

Os empregados estariam desviados de suas funções. Entre esses, estava Bento Franco de Camargo, que depois de receber “ordenado adiantado” teria ido a Brotas “com missão eleitoral”. Esse cidadão, nos anos 50 e 60, viria a se firmar na política como deputado provincial.

Denunciava ainda que o chefe de polícia, bacharel José da Costa Leite Falcão, que antes das eleições ameaçava os votantes com “processo e prisão”, os que não assinassem conforme a lista do presidente de província, no dia do pleito estava dentro da catedral “já então audaz e insolente” pela proteção da força armada acompanhado de “seus sequazes, que eram pela maior parte empregados públicos”<sup>214</sup>.

Como presidente de província, certamente, o cônego Guimarães poderia fazer muitas mobilizações em favor de sua candidatura. Mesmo assim, o deputado geral eleito foi o do grupo de Ribeiro, José Joaquim de Carvalho. Depois dessa derrota, o cônego, que havia sido presidente da Assembléia Legislativa desde 1835 até 1841, não mais conseguiu se eleger para nenhuma deputação. Ficou excluído dos esquemas partidários. De um lado, não era mais aceito entre os chamados liberais; de outro, os conservadores já tinham seus candidatos, não havendo espaço para o ex-líder liberal ser incorporado.

Apesar da derrota de Guimarães, em 1842, no ano seguinte, o grupo do fazendeiro de Poconé, Manuel Alves Ribeiro, continuava em contendas, com o cônego que ainda permanecia presidente. Dessa maneira, onze deputados provinciais ainda fizeram questão de mandar uma representação contra Guimarães, para apressar sua demissão. Dos deputados que assinaram essa representação, dois tinham também participado do abaixo-assinado contra o presidente Rezende em 1840. Eram Manoel Alves Ribeiro e José Mariano de Campos. Dos outros nove deputados signatários, quase todos eram estreantes na Assembléia Legislativa, exceção feita a Salvador Corrêa da Costa, que era da Assembléia desde 1838. Apesar de filho de Antônio Corrêa da Costa, estava junto ao grupo que queria a deposição do presidente Guimarães<sup>215</sup>.

---

<sup>214</sup> *Ibidem*.

<sup>215</sup> Em 1848, seus irmãos Celestino e Joaquim se posicionam francamente contra Manoel Alves Ribeiro e a favor do presidente de província, de então. Mas Salvador se abstém de se manifestar a favor de qualquer grupo.

Em 1843, a legislatura provincial continuava a não se entender com o presidente Guimarães, que permanecia no governo, apesar de novo gabinete conservador desde 1842, quando a troca de comando no ministério fez os liberais de Minas e São Paulo se insurgirem.

Para o cônego Guimarães, os rebeldes de Minas e São Paulo tinham seus “apóstolos ocultos que guardam o ensejo da irresponsabilidade da tribuna”. Dessa maneira, novamente os parlamentares não tinham votado dentro do tempo das reuniões ordinárias a lei orçamentária. Novamente o cônego dizia que a Assembléia havia perdido o tempo dos dois meses de sessão em “argüições caprichosas e discussões fúteis”. Mas desta vez o presidente não se dispunha a convocar extraordinariamente os deputados. Considerava que o procedimento da mesa em não colocar em votação era mais uma manifestação de que ela era “anárquica”, ou seja, de que se conflitava com a presidência:

Longe de queixar-me a V. Exa. deste irregular procedimento da mesa da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, a minha intenção é somente a de fazer contar ao Governo de S. M. O imperador quanto ela foi este ano anárquica, bem como a razão que me assiste para não convocá-la já para a conclusão da Lei do Orçamento, e mesmo para deixá-la de convocar este ano, e esperar pela reunião ordinária da legislatura futura, se assim me aconselhar o maior bem da Província.<sup>216</sup>

Entretanto, não era somente nesse ano, como queria dar a entender Guimarães, que a Assembléia se desentendia com o delegado imperial. Como vimos anteriormente, esse mesmo presidente já se queixava da Assembléia desde a legislatura de 1841.

Não obstante, o desacordo entre o Executivo provincial e a Assembléia mostrou-se contundente na indicação dos vice-presidentes pelo próprio Guimarães. Se os anos 40 foram marcados por leis centralizadoras, uma delas, dada pouca importância pela historiografia, mas fundamental para o jogo político na província, era a escolha dos vice-

---

<sup>216</sup> APEMT. “Registro de Correspondência do Governo com o Ministério do Império. Ano: 1843-1847”. N. 076. José da Silva Guimarães para José Antônio da Silva Maia, ministro do Império. Cuiabá, 1º de junho de 1843.

presidentes, que deixou de ser feita pelas assembleias provinciais e passou a ser por nomeação via decreto imperial, a partir de setembro de 1841. Era mais uma clara interferência do governo central nas disputas políticas locais, principalmente em uma província como Mato Grosso, onde o vice-presidente poderia assumir o governo por meses, pois poderia somar ao tempo de uma nova nomeação, o prazo de uma considerável viagem.

Apesar dessa interferência, a Corte procurava não principiar conflito com as lideranças locais. Ou melhor, precisava delas para governar nos longínquos *sertões*. Daí os vice-presidentes continuarem sendo escolhidos entre os locais, mesmo com a designação sendo competência do governo imperial. Para essa escolha, a Corte pedia indicações e pareceres dos presidentes de província sobre os homens locais. Mas não necessariamente os vice-presidentes seriam escolhidos entre os indicados pelo governo provincial.

Dessa maneira, foi pedido ao cônego Guimarães juízo sobre quais pessoas deveriam ser nomeadas vice-presidentes. Seus preferidos eram o bispo de Cuiabá, D. José Reis, o coronel Peixoto de Azevedo, o capitão-mor André Gaudie Ley, os fazendeiros José Gomes da Silva e José Leite Pereira Gomes e o tenente coronel Manoel da Costa e Arruda. Opinou que todos tinham “amor à sagrada pessoa de Sua Majestade e à ordem pública”<sup>217</sup>. Somente um, contudo, pertencia nesse momento à Assembleia, que era o deputado José Leite Pereira Gomes. Isso demonstrava a pouca empatia entre o cônego e os seus ex-colegas do legislativo. Ao indicar nomes como André Gaudie Ley e José Gomes da Silva, sinalizava que figuras da facção que ele rivalizava anteriormente, com uma tendência mais “conservadora”, eram as que mais confiava para entrar na fila de sua substituição.

Sua exoneração chegou anunciada pela mesma carta imperial que designava os vice-presidentes pela Corte. Para o desgosto do cônego Guimarães, o primeiro e o terceiro substitutos do chefe do Executivo eram os líderes dos conflitos da Assembleia com o presidente: Manoel Alves Ribeiro e José Mariano de Campos.

Na falta da nomeação e da chegada do governante titular, Manoel Alves Ribeiro assumiu imediatamente como 1º vice-presidente. O gabinete que promoveu as trocas de cargos em Mato Grosso era conservador, mas a política imperial relativa à província demonstrava querer governar com os líderes locais que despontavam no momento. Apesar

---

<sup>217</sup> AN. IJJ(9) 506. José da Silva Guimarães para Salvador Cândido Paz de Araújo Viana, ministro do Império. Cuiabá, 11 de agosto de 1842.

de ser egresso das fileiras liberais, de ser considerado “anárquico” por presidentes anteriores, isso parecia não pesar no momento dessa escolha. O principal líder era Manoel Alves Ribeiro, e isso certamente era o maior quesito para que fosse escolhido vice-presidente pelo governo central .

Assim que o fazendeiro de Poconé recebeu a surpreendente nomeação, em demonstração de firme fidelidade, logo escreveu à Corte, na tentativa de afastar qualquer suspeição de que pudesse ser problema ao governo central:

(...) os mais puros e cordiais sentimentos de minha gratidão, amor e fidelidade para com a sua Sagrada Pessoa; e sendo a honra que acabo de receber da singular Munificência de S. M. I um irrefragável testemunho de sua confiança em mim, protesto por isso, que ela será também um religioso motivo de minha maior adesão e mais firme lealdade para com Ele, se maior adesão e mais firme lealdade podem caber em meu coração, que foi sempre, e será enquanto vivo, todo dedicado ao Monarca.<sup>218</sup>

A Câmara de Poconé, reduto político de Ribeiro, ficou duplamente satisfeita. O cônego fora exonerado e o comando da província ficara nas mãos do líder poconeano. Em apoio ao vice-presidente e em concordância com a demissão do cônego Guimarães, a Câmara de Poconé escreveu à Corte dizendo que a sua vila estava “cheia do mais puro prazer e contentamento pelo benefício” de terem retirado o cônego da presidência. Pois este “já comprometido na província com os que o coadjuvaram nas violências para alcançar o cargo de representante da Nação que não pôde obter”, não deveria continuar no comando da província. As atitudes do cônego como presidente, segundo os poconeanos, eram pautadas na vingança daqueles que “arredaram seu nome das urnas eleitorais.” Assim, sua demissão fora tão acertada quanto a escolha do vice-presidente Manoel Alves Ribeiro<sup>219</sup>.

Da mesma maneira, também demonstrando contentamento com a nomeação do vice e com a demissão do delegado imperial, o presidente e os secretários da Assembléia

---

<sup>218</sup> AN. IJJ(9) 506. Manoel Alves Ribeiro para José Antônio da Silva Maia, ministro do Império. Cuiabá 11 de agosto de 1843.

<sup>219</sup> AN.IJJ(9) 506. Câmara de Poconé para Ministério do Império. Poconé, 19 de agosto de 1843.

Legislativa mandaram carta ao imperador, via Ministério do Império, felicitando tais atitudes, que livravam “da opressão os seus súditos”<sup>220</sup>.

Assim, Manoel Alves Ribeiro e os seus seguidores faziam uma representação de que o fazendeiro de Poconé era leal à monarquia, fiel ao imperador, e de que como político contrastava com a opressão do ex-presidente Guimarães. O alvo dessa representação era o governo central, já que vários cargos na província dependiam de decisão imperial, ao mesmo tempo em que demonstravam querer governar com as instâncias governamentais superiores.

Manoel Alves Ribeiro chegava ao comando do governo, com o apoio da Assembléia. Isto facilitava suas ações na tentativa de encastelar seu grupo nas posições-chave, no mesmo momento em que procurava alcançar maiores patamares políticos.

#### **4. A barganha da ordem**

Era fundamental para os presidentes de província promoverem e manterem a *ordem* em Mato Grosso, e assim, corresponderem “às vistas” do governo imperial. Aproveitando-se disso, a *ordem* poderia ser barganhada pelos políticos locais, a ponto de conseguirem a substituição de presidente de província. O governo central certamente tinha em mente as sedições em Minas e São Paulo de 1842. Por outro lado, os homens públicos - que tinham à frente o fazendeiro de Poconé, Manuel Alves Ribeiro -, faziam leis e reformas que acentuavam seu poderio na província, mas que colidiam com normas do governo central. Este último não poderia enfrentar direta e contundentemente os políticos da extensa e distante província fronteiriça.

Manuel Alves Ribeiro, que tornara-se o principal líder dos liberais em Mato Grosso, assumiu a direção da administração, na qualidade de vice-presidente, em agosto de 1843. Sabia que a permanência de um vice não era muito demorada. Seria até a chegada do titular na longínqua capital. Dessa maneira, Manuel Alves Ribeiro convocou extraordinariamente

---

<sup>220</sup> Presidente da Assembléia Bispo José, 1º Secretário Manoel Pereira Mendes e 2º secretário Manoel Pereira da Silva Coelho para Ministério do Império. Cuiabá, 30 de agosto de 1843.

a Assembléia Legislativa e aprovou a lei orçamentária que estava pendente<sup>221</sup>. Também apressou-se em aprovar uma lei na Assembléia que facultava ao governante da província demitir, incorporar e promover oficiais da Guarda Nacional. Tal lei ia contra o Ato Adicional que estabelecia a Corte como instância para resolver questões atinentes a essa milícia. Não obstante, Ribeiro fez uma lista de pessoas que não seriam mais dessa corporação. Outros tantos foram incorporados a ela, de acordo com a vontade do líder liberal.

Mas o fazendeiro de Poconé não ficou no comando da província até chegar o titular. Antes de encaminharem um novo presidente de província, em maio de 1843, já havia sido assinado um decreto que passava o comando de Mato Grosso para o 2º vice-presidente, Manoel Pereira da Silva Coelho, que era deputado provincial nesse momento, do grupo conservador, que não tinha participado da contenda nem contra Rezende, nem contra Guimarães. Contudo, esse deputado, por algum motivo, não assumiu o comando da província. Em seu lugar tomou as rédeas de Mato Grosso o 3º vice-presidente, José Mariano de Campos<sup>222</sup>.

Manoel Alves Ribeiro havia sido escolhido o 1º vice-presidente, certamente, para satisfazer a sua facção local. Mas o que o qualificou para substituir o presidente Guimarães, parecia não ter mais validade para o gabinete na situação. Provavelmente as modificações na Guarda Nacional – que demonstrava uma certa autonomia local –, aliadas a antigas queixas tenham tido algum efeito. Mas isso não fazia com que o governo central chegasse a mudar a lista dos substitutos locais do chefe do Executivo. O governo central, portanto, procurava não se chocar contundentemente com a facção liberal de Mato Grosso, ao mesmo tempo que procurava retirar algum poder da oposição. De qualquer forma, mesmo sendo o líder poconeano substituído, o seu grupo conseguiu com que o exercício da vice-presidência recaísse em outro de seu partido. Isso, contudo, era enquanto o novo presidente, designado pelo partido conservador, não chegasse à província, o que aconteceu ainda em outubro, 19 dias depois do 3º vice-presidente assumir.

---

<sup>221</sup> APEMT. “Registro de Correspondência do Governo com o Ministério do Império. Ano: 1843-1847”. N. 076. Manoel Alves Ribeiro para José Antônio da Silva Maia, ministro do Império. Cuiabá, 11 de agosto de 1843.

<sup>222</sup> De José Mariano de Campos para José Antônio da Silva Maia, ministro do Império. Cuiabá, 6 de outubro de 1846.

O novo delegado do Império na província era o coronel do Exército Zeferino Pimentel Moreira Freire<sup>223</sup>, que teve que se deparar com uma Guarda Nacional, que na sua concepção, estava totalmente irregular. Assim, dizia ele para os parlamentares provinciais que “devido a uma lei provincial de 23 de setembro de 1843”, a guarda nacional se achava “sem organização, sem armamento, sem disciplina”. Precisava de reforma urgente em seu pessoal: “Se mal estávamos, pior ficamos, criando embaraços para a administração”. Dizia para os deputados “que alguns artigos estão fora da órbita dos poderes da Assembléia, e o simples fato desta lei ser sancionada pelo meu antecessor, [Manuel Alves Ribeiro] (...) não me obriga a cumpri-la”. Dessa forma, suspendeu as promoções que estavam em curso. Argumentou que muitos se apresentavam como oficiais, mas poucos eram habilitados para os cargos. Procurando demonstrar que não era rixa partidária, disse que iria encaminhar o caso para a Corte, e que depois se decidiria conclusivamente<sup>224</sup>.

Ora, os presidentes tinham que procurar ter o maior controle possível sobre os corpos armados, notadamente sobre a Guarda Nacional que abrigava as elites locais, assim como vigiar de perto iniciativas autonomistas. Foram elites armadas que comandaram uma forte rebelião em 1842 na província paulista e na mineira. Essa possibilidade drástica estava sempre em destaque no pensamento dos presidentes, também nessa década de 1840.

O substituto imediato do coronel Moreira Freire foi o tenente-coronel Ricardo Gomes Jardim, em 26 de setembro de 1844, nomeado já por gabinete liberal. Dessa vez, a Corte fez a substituição direta, ou seja, sem o intervalo para o exercício do vice-presidente, que ainda era Manoel Alves Ribeiro. Moreira Freire não deixou a capital até a posse de seu substituto, não abrindo, dessa maneira, espaço para os políticos locais imprimirem alguma medida em nome do governo.

Gomes Jardim, como o presidente anterior, não entendia como correta a forma como estava a Guarda Nacional e a lei provincial que a estaria regendo. Dessa maneira, afirmou que não daria consecução à tal dispositivo: “Não tenho continuado a execução, apenas começada, da resolução Provincial n. 11 de 23 de setembro de 1843”. Entendia o presidente que “a observância desta resolução importa manifesta infração de vários artigos das leis orgânicas da mesma Guarda Nacional”. Preferia deixar tudo como estava “até

---

<sup>223</sup> Assumiu a administração provincial em 24 de outubro de 1843. SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Governantes de Mato Grosso*. Cuiabá: APEMT, 1993.

<sup>224</sup> FPP. Coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire, 1844, pp15-16.

decisão do Governo Imperial, a quem consultei sobre este objeto, logo que entrei para a administração”<sup>225</sup>.

No ano seguinte, em 1846, o presidente Gomes Jardim já tinha as disposições legais para informar a irregularidade da lei provincial: “Um Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Império (...) advertiu a Presidência que a Assembléia Provincial nada podia legislar ou reformar sobre a Guarda Nacional”, por não ser dos objetos da sua competência “especificados nos arts. 10 e 11 do Ato Adicional; e por outro Aviso da Repartição dos Negócios da Justiça de 21 de abril de 1845, em solução as minhas dúvidas e do meu antecessor, a respeito da observância da referida Resolução Provincial”<sup>226</sup>.

Contudo, o presidente de província não se aventurou em tentar organizar a Guarda Nacional, e colocá-la em parada, ou seja, em fazê-la reunir-se com seus oficiais de direito. A Assembléia de Mato Grosso, por seu turno, também não revogou, nesse momento, a lei provincial.

Outro governante, em 1847, com cuidado nas palavras, pedia à Assembléia que tornasse nula a lei provincial: “Acho conveniente que revogueis a resolução provincial nº 11 de 23 de setembro de 1843”<sup>227</sup>. Era o presidente João Crispiniano Soares, advogado, que apesar de sugerir que não se legislassem sobre a Guarda Nacional, desde o início fez *vistas grossas* para várias outras irregularidades do grupo de Manoel Alves Ribeiro.

Uma dessas irregularidades havia sido o seqüestro do médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. Mais conhecido por doutor Sabino, foi um dos líderes da *Sabinada*, revolta contra o governo acontecida na Bahia, em 1837. Enquanto vários dos líderes desse movimento ganharam a anistia, particularmente em 1840, Sabino foi mandado para cumprir prisão em Goiás. Depois de muitos apelos do presidente dessa província, o doutor foi transferido para o Mato Grosso. Iria ficar no forte Príncipe da Beira, no vale do Guaporé. Contudo, sua escolta foi atacada e o médico foi levado para Poconé. O presidente de então, Gomes Jardim, chegou a enviar patrulha para prendê-lo. Mas não havia como tirá-lo do meio dos poconeanos, que argumentavam faltar um médico na localidade. O doutor Sabino acabou sendo levado para a fazenda Jacobina, tida como a mais rica da região, de

---

<sup>225</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim, 1º de maio de 1845, p. 8.

<sup>226</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim, 10 de junho de 1846, p. 10.

<sup>227</sup> FPP. João Crispiniano Soares, 3 de maio de 1847, p. 6.

propriedade dos Pereira Leite<sup>228</sup>, nessa época família aliada de Ribeiro. Assim, passavam-se os presidentes sem que se conseguissem colocar o médico sob o poder judicial<sup>229</sup>.

Crispiniano Soares não somente não se importava com essas irregularidades, como apoiou efetivamente o partido de Ribeiro. Devido a isso, conseguiu sair eleito deputado geral para o Rio de Janeiro pela província. Com exceção de Pimenta Bueno, ainda no final dos anos 30, até 1850, nenhum presidente conseguiu ter uma relação sem conflitos com a Assembléia como foi a de João Crispiniano Soares.

Não obstante, a Guarda Nacional também não se reuniu com esse chefe do Executivo. Foi somente em 1849 que o presidente Joaquim José de Oliveira, sucessor de Crispiniano, conseguiu reunir uma parte da Guarda Nacional e promover alguma rotina nessa fração da milícia. Segundo Leverger, desde a década de trinta que a guarda não se reunia de maneira regular<sup>230</sup>. Mas essa rotina promovida pela presidência não foi com o apoio da Assembléia. Pelo contrário, o presidente Oliveira sofreu forte oposição da facção liberal que dominava o legislativo desde 1837.

Os corpos armados eram importantes elementos não só para a segurança da província, mas também nas estratégias políticas. Se os presidentes de província deveriam procurar ter o maior controle possível sobre esses homens armados, deveriam também se assegurar de que as contendas com os políticos locais não se transformassem em franco conflito.

Nesse sentido, uma situação difícil para os presidentes foi quando a Assembléia provincial, em 1840, simplesmente extinguiu a dotação orçamentária para a força de policia, que servia na capital. O presidente na época, Ribeiro de Rezende, se opôs veementemente a tal medida. Mas a lei que extinguiu a guarda acabou sendo sancionada pela presidência<sup>231</sup>, talvez pela justificativa da falta de recursos, mas certamente pelo receio de causar maiores conflitos com a Assembléia Legislativa dominada pelos liberais<sup>232</sup>.

---

<sup>228</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. "Bahianos em Matto Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, julho de 1948.

<sup>229</sup> Note-se que quando um presidente vai se confrontar fortemente com Ribeiro, em 1849, utilizando inclusive processos judiciais, ele não procura prender o médico da Jacobina. O proprietário da fazenda, nesse tempo, havia tornado-se oponente do chefe de Poconé e aliado do presidente.

<sup>230</sup> RPP. Capitão de Fragata Augusto Leverger, 10 de maio de 1851. P. 10.

<sup>231</sup> Ver DPP. Ricardo José Gomes Jardim, 1º de março de 1845, p. 5.

<sup>232</sup> Estevão Ribeiro de Rezende era advogado. Foi nomeado presidente de província pelo gabinete da regência de Araújo Lima. Quando deixou a presidência foi nomeado desembargador da Bahia e depois chegou a ser um dos titulares do Império com o título de Visconde de Valença.

Em substituição, foi criada uma força formada por 30 praças do corpo de 1ª linha (Exército). Ou seja, não apresentavam gasto nenhum para a província, tal como pensara alguns anos antes o presidente Pimenta Bueno. Para distinguir essa nova força policial das praças do Exército, o chefe do Executivo coronel Zeferino Moreira Freire pedia ao menos uma pequena gratificação para esses soldados. Segundo sua avaliação, qualquer policial teria que receber soldo maior do que o de praça de 1ª linha<sup>233</sup>.

Essa força policial, no entanto, não fazia o presidente de província Ricardo Gomes Jardim sentir a segurança da província em estado satisfatório. Ele era tenente-coronel designado pelo partido liberal, mas desconfiava da eficácia da medida adotada pela Assembléia *luzia*. Assim, Gomes Jardim reclamava que faltava ao governo e às autoridades policiais “todos os meios de prevenção, e quase todos os de repressão, principalmente desde que na Lei Provincial nº 6 de 27 de junho de 1840<sup>234</sup>, e nos orçamentos seguintes, foi suprimida” a força pública. Dizia, ironicamente, não saber “por que motivo, toda despesa com a força policial” havia sido cancelada.<sup>235</sup> Ora, a força policial paga pelos cofres provinciais era diretamente subordinada ao presidente. Uma força composta com soldados de linha, teria toda a influência dos militares locais de alta patente.

Gomes Jardim pedia, então, que se criasse corpo policial que não fosse de soldados de 1ª linha, devendo ter no mínimo 40 homens. Acreditava que as praças do Exército eram “distraídas do serviço militar para que são pagas, e essencialmente destinadas pelo Ministério da Guerra.”. Se não fosse possível, que se dessem pequenas gratificações ao “empregados neste indispensável serviço, como justa indenização do maior uso e consumo que eles dão ao pouco fardamento e calçado que vencem pelas administrações dos corpos”<sup>236</sup>. Além dos soldados estarem exercendo funções para as quais não foram designados pelo governo, seria o serviço de polícia que deveria cuidar das posturas municipais.

---

<sup>233</sup> FPP. Coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire, 1844, p. 14.

<sup>234</sup> Era a Lei orçamentária

<sup>235</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim, 1º de maio de 1845, p. 5.

<sup>236</sup> *Ibidem*, pp. 8-9.

Gomes Jardim deveria ter em mente que servir no Exército era concebido muitas vezes como verdadeira punição. O expediente da violência para recrutar era usual<sup>237</sup>. Daí desconfiar da qualidade de tais homens para policiar a capital, e mais ainda para vigiar posturas. Acima de tudo, percebia-se na formação de um corpo policial formado por praças do Exército como um possível perigo de insubordinação. Dessa maneira, o presidente procurava justificar o seu pedido, baseando-se em possíveis direções do governo imperial. Argumentava que conservar essa espécie de destacamento de 1ª linha “não deve mais continuar em vista de um Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra à presidência do Piauí”, que declarava “tais destacamentos contrários à disciplina militar, como de fato a experiência o mostra a todos.”<sup>238</sup>

Mas tal destacamento não foi dissolvido. Antes com ele, do que sem corpo policial algum. Outro presidente de província, o advogado João Crispiniano Soares – também designado pelo gabinete liberal –, já não tinha esperanças de que a Assembléia restabelecesse uma nova força policial: “Bem longe estou de propor-vos a criação de semelhante força, que chamaria consigo uma despesa superior às possibilidades dos cofres provinciais”, embora assinalasse a sua necessidade<sup>239</sup>.

Acontecia que uma guarda policial, debaixo das ordens imediatas do governo, poderia ser uma força poderosa nas eleições. Por outro lado, os soldados do Exército (força de 1ª linha) tinham toda uma cultura de subordinação primeira aos seus oficiais, daí não estando diretamente ligados ao presidente de província. Mesmo em ocasião em que a maioria da Assembléia tinha como aliado o principal delegado do Império, como no caso de Crispiniano Soares, os deputados continuavam se negando em criar uma força policial, pois sabiam que um chefe do Executivo lhes dando apoio poderia ser somente momentâneo, haja visto a grande rotatividade de governantes.

Se a falta de uma corporação policial, composta por pessoas que não fossem praças do exército, poderia ser justificada pelas dificuldades financeiras, as demissões e promoções na Guarda Nacional tinham caráter francamente político, pois eram

---

<sup>237</sup> O recrutamento, muitas vezes, era percebido como uma punição aos que eram ou tenderiam à delinqüência. Ver MENDES, Faria Fábio. “A Economia Moral do Recrutamento”. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. vol. 13, nº 38, São Paulo Oct., 1998.

<sup>238</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim, 1º de maio de 1845, p. 10

<sup>239</sup> FPP. João Crispiniano Soares, 3 de maio de 1847, p. 7.

direcionadas para o fortalecimento de uma das facções da província. Eram manobras que colocavam à prova os políticos locais e o delegado imperial.

#### 4.1. O “arbitrário” e o “Partido de Camapuã”

O maior embate entre um presidente de província e uma facção local, entre 1835 e 1870, foi durante o governo de Oliveira. Não apenas os relatórios demonstram isso, mas também outras documentações reforçam essa afirmação.

Cabe aqui um comentário sobre os relatórios de presidentes de província. Os dois do major Joaquim José de Oliveira, principalmente o segundo, eram os mais francamente *políticos*. Isto é, o chefe do Executivo falava abertamente os nomes das pessoas com quem se relacionava, positiva ou negativamente. São dezenas de nomes que o presidente fez questão de atribuir comentários sobre seus procedimentos. Por outro lado, há relatórios quase sem se referir ao nome de pessoas locais, como o de Pimenta Bueno, em 1836, e o de Leverger, em 1851. A maior parte desses documentos procurava ser impessoal, algumas vezes citando somente o cargo sem o acompanhamento de quem o ocupava. Na maioria das vezes citava-se o nome somente quando a pessoa desempenhava algum papel digno de louvor. Nomear para atribuir irregularidades, era muito menos freqüente. Contudo, Manuel Alves Ribeiro foi o campeão de citações negativas pelos presidentes de província, contribuindo bastante para isso os documentos produzidos pelo major Oliveira.

Na verdade, vários conflitos que existiam desde quando a facção de Ribeiro se configurara acabaram por se tornar mais agudos na presidência de Oliveira. Pois, este procurou tenazmente, segundo ele mesmo, enfrentar o estado em que a província se achava, a qual era tratada como uma “conquista” dos “anarquizadores”, em que “os dinheiros do cofre públicos, os bens das fazendas nacionais, os direitos dos pacíficos habitantes, tudo estava à mercê dos conquistadores”<sup>240</sup>.

Joaquim José de Oliveira tomou posse em 27 de setembro de 1848, mas foi nomeado por carta imperial de 28 de março do mesmo ano. Ou seja, sua nomeação foi ainda durante um gabinete liberal. Com a queda do ministério, e a ascensão dos

---

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 8.

conservadores, o que ajudou aos liberais praieiros de Pernambuco se insurgirem, o presidente de província não foi trocado imediatamente de seu cargo.

Como delegado do Império, Oliveira queria demonstrar independência aos partidos políticos, sendo um servidor do seu país. Assim, quando pedia aprovação de seus atos para o governo imperial, dizia que

(...) não sou Luzia nem Saquarema, nem simpatizo com estas qualificações. Amo sinceramente o meu País, e não tenho atualmente outro credo em política. Consistindo a minha maior ambição em entregar a administração da Província respeitados os direitos do Império nas suas Fronteiras, e mantidas no interior a segurança e tranqüilidade públicas.<sup>241</sup>

Procurava mostrar-se apartidário, mas ao chegar à província, encontrou logo de início um “partido bastante pronunciado” que se prontificava em fazer oposição. O presidente escrevia para o ministério do Império, lembrando que esse mesmo partido já havia sido classificado pelo Conselho de Estado do Império, em sessão de 1846, como um “partido audaz, que procura manter-se na governança da terra, não poupando meio algum”.<sup>242</sup> Este grupo era conhecido na província como o “partido de Camapuã”, cujo chefe era Manoel Alves Ribeiro. Essa denominação de “partido de Camapuã” era um estigma que os adversários de Ribeiro procuraram colocar na facção liberal. Camapuã era o nome de uma fazenda que fora apropriada por Ribeiro e na qual os seus opositores apontavam várias irregularidades na sua posse. Apesar do pensamento do Conselho de Estado, os vice-presidentes eram todos da facção de Ribeiro, a começar pelo próprio fazendeiro de Poconé que era o primeiro substituto imediato do presidente de província. Segundo o major Oliveira, todos eles tinham sido nomeados com base em informações de Crispiniano Soares.

Não somente os vice-presidentes demonstravam o predomínio do partido de Ribeiro. Dizia o delegado imperial que “pertencem também ao partido de Camapuã os

---

<sup>241</sup> AN. IJJ(9) 507. Joaquim José de Oliveira para Visconde de Monte Alegre, ministro do Interior. 13 de junho de 1849.

<sup>242</sup> AN. IJJ(9) 507. Reservado. De Joaquim José de Oliveira para José Pedro Dias de Carvalho, ministro do Império. Cuiabá, 31 de outubro de 1848.

empregados de nomeação do governo provincial e os de nomeação do governo geral”. Os que não o eram, pouco antes de sua chegada, foram suspensos pelo vice-presidente Nunes da Cunha, como foi o caso do inspetor da tesouraria que foi substituído por um contador “camapuãista exaltado”.

Os postos da Guarda Nacional também estavam preenchidos na sua totalidade com gente do partido Camapuã. Da mesma maneira, foi perto de sua chegada que foi promovida a mudança nos postos que ainda se achavam vagas por lei provincial. Essa mesma lei, feita pelos deputados ligados à Ribeiro, prescrevia que os oficiais da Guarda Nacional não poderiam ser demitidos no espaço de quatro anos. E o chefe da referida guarda era ninguém menos do que Manoel Alves Ribeiro.

Também com a tropa de linha o presidente não podia contar. Os oficiais eram adeptos à facção do fazendeiro de Poconé, “os quais por sua proverbial corrupção encontram naturalmente simpatias nesse partido.”<sup>243</sup> Como dizia o presidente, em seu relatório de 1849, lembrando quando chegara ao Mato Grosso, que uma facção controlava quase tudo: “os funcionários públicos desde os vice-presidentes da província até os contínuos das repartições, desde os deputados até os votantes qualificados, desde o chefe de polícia até os inspetores de quartirão, eram, com raras exceções, da mesma grei”<sup>244</sup>.

Como um intelectual pertencente à burocracia do Império, fazia seu diagnóstico sobre as causas do estado em que a província se achava: “Penso que se pode atribuir ao pouco desenvolvimento dos diferentes ramos da indústria, de onde resulta a escassez dos meios de subsistência”. Dizia que a propensão dos “brasileiros [era] para viverem à custa dos cofres públicos”. Os partidos, dessa maneira, existiam para o “fim de satisfazer essa tendência”<sup>245</sup>. Ou seja, o presidente de província percebia antes uma luta por cargos do que por qualquer outro objetivo, diferentemente dele, que procurava passar a idéia de que servia ao seu país como um administrador apartidário.

Contudo, essa “vocação para o emprego público”, nos dizeres de Nabuco, que o presidente também percebia, era acentuada em Mato Grosso devido à ruína da mineração: “Ora, a exploração das minas de ouro, e de diamantes, que constituía quase toda a indústria

---

<sup>243</sup> AN. IJJ(9) 507. Ofício reservado. De Joaquim José de Oliveira para José Pedro Dias de Carvalho, ministro do Império. Cuiabá, 31 de outubro de 1848.

<sup>244</sup> RPP. Major Joaquim José de Oliveira, 1849, p. 5.

<sup>245</sup> AN. IJJ(9) 507. Reservado. De Joaquim José de Oliveira para José Pedro Dias de Carvalho, ministro do Império. Cuiabá, 31 de outubro de 1848.

da Província, se acha aniquilada”. E a “indústria agrícola” continuava “acanhada, e continuará enquanto a província não tiver livre navegação do Paraguai ao Prata”. Dessa maneira, não era de se admirar um “partido audaz”, como o de Camapuã, querendo “por todos os modos viver à custa dos cofres públicos”. Somava-se a isso a extensa fronteira, por onde bastava a qualquer “malfeitor transpor um rio para se achar exilado nas repúblicas vizinhas”.

Oliveira sentia que não havia segurança para si e para sua administração na província. A “grei” que dominava os principais postos se mostrou hostil a ele quando mal chegara em Cuiabá. Espalharam panfletos com insultos a pessoa do presidente. E a todo momento lembravam ao major Oliveira que ele havia recebido a província em perfeita tranqüilidade pública. Se alguma coisa mudasse, era culpa dele<sup>246</sup>.

O presidente de província procurou, então, apoio no governo central. Escreveu para o ministério do Império dizendo que era urgente que se mudassem logo os nomes dos vice-presidentes. Como estava, acreditava que corria perigo de vida. E com a sua morte, o grupo de Ribeiro assumiria novamente a província: “o punhal de um assassino pode pôr de novo nas mãos de uma facção audaz o administrador da província”<sup>247</sup>.

Os novos vice-presidentes, claro, deveriam ser pessoas de “reconhecida probidade”. Listou seis nomes para a vice-presidência, a começar pelo bispo Dom José Reis. Na seqüência, indicava os outros cinco, que eram Antônio José da Silva, Henrique José Vieira, José Mariano de Campos, José Gomes da Silva e Antônio Peixoto de Azevedo. Com exceção de Henrique José Vieira, todos os outros eram ou já passaram pela Assembléia Legislativa<sup>248</sup>. Suas indicações mostravam sua aproximação com os conservadores da província, tais como Antônio José da Silva, que já havia sido vice-presidente, e Antônio Peixoto de Azevedo, que já havia sido chefe de legião da Guarda Nacional. A indicação de Mariano de Campos demonstrava que este havia saído do “partido de Camapuã”, depois de com ele ter enfrentado vários governantes em Mato Grosso. Certamente era um apoio considerável para o presidente.

---

<sup>246</sup> RPP. Major Joaquim José de Oliveira, 1849, p. 5.

<sup>247</sup> AN IJJ(9) 507. Reservado. De Joaquim José de Oliveira para José Pedro Dias de Carvalho, ministro do Império. Cuiabá, 31 de outubro de 1848.

<sup>248</sup> Henrique José Vieira viria a ser deputado provincial nos anos de 1852-1853 e 1858 – 1859.

O caso do bispo D. José Reis também demonstra uma perda de apoio para o grupo do fazendeiro de Poconé. O bispo concorria desde 1835 para a Assembléia Provincial. Mas muitas vezes não ficava entre os vinte eleitos. Quando ingressou na Assembléia, logo foi escolhido para presidente da mesa diretora, como aconteceu em 1842 e 1843. Durante a presidência da mesa, sendo aliado de Ribeiro, não encaminhou a lei orçamentária, prejudicando a administração do padre Guimarães. Dessa maneira, quando Manuel Alves Ribeiro assumiu pela primeira vez o comando da província, também em 1843, o bispo diocesano correspondeu com entusiasmo a tal acontecimento:

Entregue o ofício em data de ontem, pelo qual dignou-se V. Exa. comunicar-me achar-se empossado da administração desta Província como 1º vice-presidente dela, assegurando-me que em V. Exa. acharei eu sempre em decidido zelo para tudo quanto for tendente ao serviço, e esplendor da Religião, tenho a honra de responder a V. Exa. que excessivo e extremo foi o prazer vendo a V. Exa. encarregado do Governo desta província, pois tendo por fiadores a sua honra, o seu caráter firme e probo, e mais do que tudo o seu amor e respeito à Religião, conto de certo com a prosperidade pública, porque de certo só governará a virtude e a justiça. E se alguma coisa puder a minha fraqueza e limitadíssima, e muito imperfeito préstimo servir a V. Exa. todo me ofereço as ordens de V. Exa.

Deus Guarde e Abençoe a V. Exa. para sempre<sup>249</sup>

Quando Ribeiro assumiu o governo da província pela segunda vez, em abril de 1848, o bispo respondeu à notícia sem o “excessivo e extremo” prazer de antes. Da mesma maneira poupou qualificações à pessoa do vice-presidente, como havia feito em 1843:

Agradeço a V. Exa a comunicação, que em seu ofício de 6 do corrente se dignou fazer-me de estar V. Exa no exercício do cargo de vice-presidente desta província, e que muito folgará se por

---

<sup>249</sup> AN. IJJ(9) 506. José, Bispo de Cuiabá para Manoel Alves Ribeiro. Cuiabá, 9 de agosto de 1843.

ventura tiver ocasião de prestar sua cooperação sobre qualquer negócio que respeite ao serviço da Religião, ou da Igreja desta Província.<sup>250</sup>

Com a chegada de Oliveira, em setembro de 1848, o bispo hipotecou apoio ao novo presidente. Certamente o chefe espiritual gozava de prestígio entre os mato-grossenses, e a indicação como 1º vice-presidente cabia então de maneira justa para Oliveira.

Além das mudanças urgentes nos nomes dos vice-presidentes, o chefe do Executivo também pedia juizes “inteligentes, probos e imparciais” para as duas comarcas da província. O juiz da primeira comarca, o bacharel Joaquim Fernando da Fonseca, mesmo tendo tomado posse por procuração, nunca compareceu à província para fazer o seu trabalho. O juiz da segunda comarca, que ficava na cidade de Mato Grosso, morava na província. Era o bacharel Manoel Pereira da Silva Coelho. Mas havia 2 anos que se retirara para o seu engenho que ficava no termo de Cuiabá, e não mais exercia suas funções. Contudo, era membro seguidamente da Assembléia Legislativa, de 1837 a 1847.

O major Oliveira também pedia que se mandassem oficiais “instruídos e morigerados”. Dizia que a “imperícia e a prevaricação” dos oficiais de tropa de linha da província tinham sido reconhecidas por todos seus antecessores, “sem excetuar o próprio Crispiniano”.<sup>251</sup>

Com a troca dos vice-presidentes, o envio de juizes e oficiais confiáveis, medidas que dependiam do governo central, aliadas às atitudes que poderia tomar no âmbito da legislação já existente, o presidente dizia ter “meios para defender nas fronteiras os direitos da nação, manter no interior a tranqüilidade pública, e conceder a todo o cidadão a proteção que lhe é devida.”<sup>252</sup>

Em matéria de legislação, poderia fazer quase nada. Era minoria na casa legislativa. A Assembléia continuou a vetar verba destinada para à força policial. Dessa forma, contando com apoio dentro da própria capital decidiu criar provisoriamente a “Guarda de Segurança Pública”. A criação dessa guarda foi feita através de uma proclamação pública:

---

<sup>250</sup> AN. IJJ(9) 507. José, Bispo de Cuiabá para Manoel Alves Ribeiro, Cuiabá, 28 de abril de 1848.

<sup>251</sup> AN. IJJ(9) 507. Reservado. De Joaquim José de Oliveira para José Pedro Dias de Carvalho, ministro do Império. Cuiabá, 31 de outubro de 1848.

<sup>252</sup> *Ibidem*.

### Proclamação aos Cuiabanos.

O Governo da Província carece de forças para manter a segurança e tranqüilidade públicas (...).

Vos não podeis de deixar de recordar-vos do lutuoso 30 de maio de 1834, nem também dos assassinatos, que posteriormente se tentaram contra a 1ª autoridade da Província.

A Tropa de Linha acha-se disseminada pelos pontos da Fronteira. A Guarda Nacional acha-se desorganizada, e os seus oficiais, feitas as devidas exceções não podem merecer a confiança do governo. Cumpre pois fazer um apelo ao vosso Patriotismo, a fim de que formeis uma Guarda Provisória para manutenção da Segurança pública.

Convido-vos para que com este fim vos rumais comigo na frente do Palácio da Presidência pela uma hora da tarde do dia de hoje.

Cuiabano, conto com a vossa adesão às Augustas Pessoas de Sua Majestade o Imperador, e sua excelsa família, as instituições do país e aos princípios de segurança, ordem, e confio que o meu apelo não será feito em vão.<sup>253</sup>

O presidente fazia a representação para os cuiabanos de que a *ordem* estabelecida corria perigo. Ele era o delegado do monarca, e dessa maneira falava em nome de Sua Majestade e do Império. Não podia dispor dos aparatos de segurança já existentes, como os soldados do Exército e a Guarda Nacional. O grupo que desafiava a *ordem* era representado como o mesmo que promoveu o “lutuoso 30 de maio”, há 14 anos atrás.

Segundo o presidente, esse mesmo grupo teria ameaçado de morte os governantes Estevão Ribeiro de Rezende e Ricardo Gomes Jardim<sup>254</sup>. Agora era ele o ameaçado. Assim escrevia para o ministério da Justiça dizendo que havia descoberto um plano concreto para assassiná-lo e em seguida iria assumir o cunhado de Ribeiro, o vice-presidente Nunes da

<sup>253</sup> AN. IJJ(9) 507. Proclamação aos cuiabanos de José Joaquim de Oliveira, 19 de novembro de 1848.

<sup>254</sup> Nos documentos pesquisados referentes a esses presidentes, não há nenhuma menção à ameaça de morte contra eles. Isso, no entanto, está longe de invalidar a possibilidade.

Cunha. Seria como no dia 30 de maio, em que se apoderariam do armamento do arsenal de guerra. Daí ter criado a Guarda de Segurança.<sup>255</sup>

Para Oliveira, “a melhor gente” que acompanhava Manoel Alves Ribeiro o fazia por temor ou prudência, e “outros iludidos” pela ostentação que ele faz de “grande influência na Corte”. Ostentação, segundo o presidente, que não era sem fundamento, “visto achar-se com a condecoração da Rosa, ter tido a nomeação de primeiro vice-presidente,” e que até aquele momento seu cunhado era o atual substituto do presidente, mesmo sendo “imbecil vaqueiro”.<sup>256</sup>

Contudo, Oliveira conseguiu reunir ex-simpatizantes e ex-aliados de Ribeiro, tais quais eram o bispo de Cuiabá e o fazendeiro Mariano de Campos, além das pessoas que já eram agrupadas em oposição ao partido de Camapuã, como os Gaudie Ley e Antônio Peixoto de Azevedo. Esses apoios ficaram patentes tanto num abaixo-assinado de sustentação a Oliveira, quanto no sucesso da Guarda de Segurança. O abaixo-assinado enviado para a Corte era encabeçado pelo velho André Gaudie Ley, e seguido por outros 152 nomes, a maior parte se qualificando como proprietário, fazendeiro ou negociante<sup>257</sup>.

Dessa maneira, a guarda voluntária foi formada em seis companhias. No comando de cada uma delas cidadãos de projeção, como Henrique José Vieira, “um dos maiores capitalistas da província”; André Gaudie Ley Júnior, negociante de tradicional família; Joaquim José das Neves, também negociante; Bento Franco de Camargo, militar; José da Costa Leite Falcão, bacharel em leis e João Gualberto de Matos, ex-capitão da Guarda Nacional, que também tinha o ofício de negociante<sup>258</sup>.

Outra medida que estava ao alcance do presidente era mudar o mais brevemente possível o chefe de polícia. Quando chegou à província, o chefe de polícia era o bacharel

---

<sup>255</sup> AN. IJJ(9) 507. Joaquim José de Oliveira para Antônio Manoel de Campos Mello, ministro da Justiça. Cuiabá, 29 de novembro de 1848.

<sup>256</sup> *Ibidem*.

<sup>257</sup> AN. IJJ(9) 507. “Os abaixo -assinados, Cidadãos habitantes da Cidade de Cuiabá, Capital da Província de Mato Grosso tem a honra de apresentar (...) os puros sentimentos de gratidão, e reconhecimento de que são penetrados pela acertada nomeação de Presidente para esta Província (...). Vemos este ato como infalível resultado dos assíduos desvelos e paternais providências com que Vossa Majestade Imperial tanto promove e dispõe o bem e felicidade dos seus súditos. Em verdade, Senhor, um ato tal torna-se tanto mais meritório quando é certo que ele pôs termo ao pesado jugo, que lhes preparou o Presidente destituído Doutor João Crispiniano Soares, que abusando da alta posição, em que a Bondade de Vossa Majestade Imperial o colocou (...)” Cuiabá, 16 de novembro de 1848.

<sup>258</sup> AN. IJJ(9) 507. Relação das pessoas nomeadas para os lugares da Guarda de Segurança Pública desta cidade. (Sem data).

Ayres Augusto de Araújo, que também era juiz municipal do termo de Cuiabá. Claramente percebeu que o bacharel era partidário de Ribeiro. Trocou este por outro magistrado (mas que não exercia suas funções), Manoel da Silva Coelho<sup>259</sup>. Mas Oliveira não o conhecia. Coelho estava há alguns anos fora da capital, em sua fazenda.

Com a chegada de Oliveira, o bacharel Manoel da Silva Coelho se ofereceu para lhe prestar serviços. Eram raros os bacharéis em Mato Grosso, e havia uma recomendação para que se nomeassem formados em direito para a chefia de polícia. Concordou, então, com a oferta. No entanto, o presidente, desconfiando de seu novo auxiliar, investigou suas correspondências. Essas cartas, memorandos e circulares, dizia Oliveira, “concorriam para fazer crer que o processo sobre o assassinato do juiz municipal, que ele organizava, ia se tornando um meio de negociações eleitorais”, como o fora em outro processo, “em que Manuel Alves Ribeiro se achava pronunciado, e que o mesmo magistrado inutilizara”<sup>260</sup>. Colocou, então, no posto de chefe de polícia Joaquim Gaudie Ley, que era juiz de direito substituto da comarca de Cuiabá, mas que não era bacharel.

Sentido-se com mais força, o presidente tomou a iniciativa de demitir Manoel Alves Ribeiro do comando da Guarda Nacional e nomeou em seu lugar o coronel Peixoto de Azevedo<sup>261</sup>, que já havia ocupado o mesmo posto na época dos presidentes Rezende e Jardim. Logo afastou outros seguidores do fazendeiro de Poconé de seus postos. Suspendeu o diretor do Arsenal de Guerra, o major Antônio Bernardo de Oliveira, que desde 1841 votava na Assembléia junto com o fazendeiro de Poconé. O Arsenal de Guerra poderia ser peça-chave para levantes e motins. Também suspendeu o promotor público José Delfino de Almeida, um dos mais “exaltados” seguidores de Ribeiro. Justificava essas demissões, juntamente com os dos chefes de polícia, para o ministério do Império, como atos “reclamados tanto pelo zelo do serviço, como pela segurança e tranqüilidade pública.”<sup>262</sup>

Na verdade, além de aprovação dos seus atos, o presidente queria mostrar para o ministro da Justiça que promovia as suspensões não por perseguição política, mas por dever da *ordem*. Ou seja, respeitava o estado de direito. Assim, dizia que o oficial-maior da

---

<sup>259</sup> RPP. Major Joaquim José de Oliveira, 1849, p. 7.

<sup>260</sup> Era processo por tentativa de assassinato, pois o juiz não morreu no atentado. RPP. Joaquim José de Oliveira, 8 de setembro de 1849, p. 10.

<sup>261</sup> AN. IJJ(9) 507. Ofício de Joaquim José de Oliveira, Cuiabá, 20 de novembro de 1848.

<sup>262</sup> AN. IJJ(9) 507. Joaquim José de Oliveira para Antônio Manoel de Campos Mello, ministro da Justiça, 29 de dezembro de 1848.

secretaria da presidência espiava seus atos para “referi-los aos chefes do partido de Camapuã”. Também o administrador do correio de Cuiabá “abre os meus ofícios, e mostra-os a mesma gente, obrigando-me por isso a remeter” por meio próprio as correspondências. Contudo, o chefe do Executivo dizia que não tinha demitido ainda o oficial-maior e o administrador do correio. Argumentava que não tinha também demitido “ainda um só subdelegado, apesar de serem todos exaltados camapuanistas.”<sup>263</sup>

Segundo o presidente, o acusavam de promover muitas demissões, prisões e deportações. Mostrava então que não era verdade. Se não respeitasse “muito os direitos civis e políticos” dos concidadãos, “Manoel Alves Ribeiro caminharia a esta hora escoltado para a Corte”<sup>264</sup>.

Na verdade, Oliveira procurou afastar tantos *camapuanistas* quanto fosse possível. Dessa maneira, sem poder confiar no serviço de correio, logo pediu para o governo imperial a substituição do administrador, pois não era de sua alçada a mudança no cargo.<sup>265</sup>

As mudanças no comando da Guarda Nacional, no Arsenal de Guerra, na promotoria e na polícia deixaram o presidente confiante para anular as últimas eleições para juizes de paz e para vereadores da câmara municipal de Cuiabá.

Com temor de que o presidente fizesse o mesmo no município de Diamantino, os partidários do líder liberal logo se prontificaram a resistir. Dessa maneira, um morador de Diamantino escrevia para outro de Cuiabá, dizendo que se o presidente quisesse promover novas eleições na sua vila, iria enfrentar o comandante da Guarda Nacional do lugar. A carta dizia que o comandante estava “seduzindo os guardas nacionais a se levantarem contra o governo”. O diamantinense finalizava a carta dizendo que um novo presidente já estava a caminho, e que Oliveira não duraria mais do que três meses.<sup>266</sup>

Na verdade, o principal interesse do presidente era Cuiabá. Aí, desde o início de seu mandato, já havia encontrado aliados contra os *camapunistas*. Procurar interferir no *interior*, ainda nos primeiros meses de governo, poderia ser imprudência. Os municípios que não fossem a capital eram lugares de maior controle do grupo de Ribeiro. Mesmo

---

<sup>263</sup> *Ibidem*

<sup>264</sup> *Ibidem*

<sup>265</sup> AN. IJJ(9) 507. De Joaquim José de Oliveira para José Pedro dias de Carvalho, ministro do Império. Cuiabá, 28 de novembro de 1848.

<sup>266</sup> AN. IJJ(9) 507. B. Mesquita para Gabriel José das Neves. Diamantino, 24 de novembro de 1848.

assim, procurou fazer novas eleições também no município de Poconé, onde encontrou irregularidades.

Contudo, o presidente Oliveira não estava demissionário como queria acreditar o morador de Diamantino. Ainda permaneceria por mais algum tempo tentando desfazer o encastelamento de Ribeiro e montando seu próprio aparato.

O grupo do líder liberal, como visto, tinha aprovado leis como a da Guarda Nacional que poderia vir a influir nas eleições. Outra lei que o grupo camapuense conseguiu aprovar, em 1847, que era diretamente relacionada às eleições, foi a que transferia as freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, de Nossa Senhora do Carmo de Miranda e de Santana do Paranaíba para o município de Poconé, com a sanção do então presidente de província Crispiniano Soares. Essas freguesias pertenciam, anteriormente, ao município da capital<sup>267</sup>.

O que acontecia era que Cuiabá representava uma resistência ao predomínio dos chamados liberais. A Câmara de Cuiabá tinha, freqüentemente, a maioria de conservadores. Retirar essas freguesias da capital, era retirar núcleos que votavam tradicionalmente nas *antigas* lideranças de Cuiabá<sup>268</sup>, ou nos seus *herdeiros*. Assim, os liberais pensavam poder derrotar os conservadores no seu lugar mais forte. E para os cidadãos dessas freguesias não pesarem no pleito municipal de Poconé, simplesmente não fizeram as eleições nas novas áreas anexadas. O presidente Oliveira, então, expediu ofício para a Câmara de Poconé, exigindo que se fizessem eleições nessas freguesias recém-anexadas. Os Poconeanos não só não fizeram novas eleições, como não mandaram nenhuma resposta para o presidente<sup>269</sup>.

O presidente, então, recorreu ao Rio de Janeiro. Foi declarado nulo o último pleito eleitoral de Poconé, ainda em 1848. Mas ficava em exercício a câmara do quadriênio passado, o que não mudava muito a situação<sup>270</sup>.

O *partido de Camapuã*, com as transferências de freguesias, tinha vencido também em Cuiabá. Além das mudanças, o pleito foi faturado por meio de outras fraudes, explícitas o suficiente para a eleição ser posteriormente anulada. Quando Oliveira tomou posse, logo se ateve ao caso. Com o aval do Rio de Janeiro, procederam com novas eleições em

---

<sup>267</sup> RPP. Major Joaquim José de Oliveira, 3 de maio de 1849, p. 4.

<sup>268</sup> Refiro-me aqui aos políticos proeminentes de antes do “30 de maio”.

<sup>269</sup> RPP. Major Joaquim José de Oliveira, 3 de maio de 1849, 18.

<sup>270</sup> Para Oliveira, a câmara de Poconé era um “valhacouto de malfeitores”. RPP. Major Joaquim José de Oliveira, 1849, 8 de setembro de 1849, p. 13.

substituição a do período em que Nunes da Cunha estava à frente da província. Os conservadores ganharam.

Para o major, em 1849, a “nova Câmara,” era “composta de mui distintos cidadãos da capital, tem-se feito criadora de louvores do governo da província, e do reconhecimento dos seus concidadãos pelo seu espírito de justiça e ordem, e pelo seu patriotismo e dedicação no exercício de suas importantes funções.”<sup>271</sup>

Entre outros, fazia parte da nova câmara eleita os vereadores Antônio Luiz Brandão, Luiz da Silva Prado, os padres Antônio da Silva Rondon e Francisco Pereira de Moraes Jardim. Todos esses citados serão deputados provinciais nos anos 50. A câmara era presidida por José Gomes da Silva, fazendeiro da região, que havia sido deputado na Assembléia provincial na primeira legislatura e juiz substituto em Cuiabá<sup>272</sup>. Era um dos homens de confiança na empreitada contra Ribeiro. Seu filho, Joaquim José Gomes da Silva, nos anos 60, será um dos poucos habitantes de Mato Grosso a receber título de nobreza do Império, passando a ser chamado de Barão de Vila Maria<sup>273</sup>.

É certo que as câmaras municipais perderam funções e importâncias durante o Império, principalmente a partir das leis regenciais, que transferiram várias de suas atribuições e competências para a esfera provincial. No entanto, a Câmara da capital ainda possuía “importantes funções”. Ela era a responsável, por exemplo, pela apuração das eleições para deputado provincial, deputado geral, assim como para senador. Muitas circulares e avisos expedidos pela Corte eram enviados à Câmara de Cuiabá para que ela as transferisse aos outros municípios da província e para que também os divulgasse entre os habitantes do termo da capital. Além do mais, a Câmara de Cuiabá era um grande passo para quem desejava chegar à deputação provincial. Não era raro políticos de outros municípios se candidatarem a vereador, ou mesmo a juiz de paz, em Cuiabá, como passo para saltos maiores.

De qualquer forma, as câmaras municipais eram, no mínimo, lugar para os locais exercerem política e angariarem prestígio ou desgosto. Um cidadão que tinha a pretensão de ser um *político profissional*, ficar sem um cargo era quase a morte de suas aspirações.

---

<sup>271</sup> RPP. Major Joaquim José de oliveira, 1849, 8 de setembro de 1849, p. 13.

<sup>272</sup> Ver AN. IJJ(9)527. Joaquim José Gomes da Silva para Antônio Paulino de Abreu, Ministro dos Negócios do Império. Cuiabá, 17 de dezembro de 1835.

<sup>273</sup> MESQUITA, José de. *Nobiliário Matogrossense*, Resenha Tributária/IHG-MT, São Paulo, (1926) 1992.

Assim, a Assembléia Legislativa, em 1838, votou uma lei que reduzia a vereação de 4 para 2 anos. Essa lei acabou sendo revogada, em 1845, por determinação imperial, pois feria o Regulamento das Câmaras<sup>274</sup>. Possivelmente com ironia, um presidente mostrava desconhecer as causas que estimularam fazer tal lei sobre a duração dos mandatos, mas afirmava a sua conseqüência: “Se ela teve em vistas corrigir os defeitos das más eleições, ou se somente repartir o ônus da vereação por entre os munícipes”, contudo, continuava o presidente, “tenho por evidente que esta redução de tempo veio agravar uma das principais causas da impotência das câmaras, a falta de unidade de pensamento e de ação, e acabar de restringi-las à simples vida de expediente”<sup>275</sup>.

Não obstante, além de recuperar o espaço perdido da Câmara para os conservadores, o presidente se concentrou em outras duas “conquistas dos anarquistas”. A primeira delas era a tipografia provincial. Ela foi adquirida por meio de uma subscrição dos moradores, principalmente dos de Cuiabá. O maquinário funcionava regularmente, até que em 1845 parou suas atividades por causa da não destinação de verba, pela Assembléia provincial, para a compra de material de expediente e pagamento dos ordenados dos funcionários responsáveis. Era para se lamentar, pois segundo os cálculos de um presidente, sairia mais caro mandar fazer as impressões em Goiás, como acontecia, do que funcionar a tipografia provincial<sup>276</sup>.

Quando Crispiniano Soares assumiu em 1847, a Assembléia – que era simpática ao presidente – voltou a incluir a tipografia no orçamento. Assim, logo tornaram-se regulares as suas publicações<sup>277</sup>. Contudo, os deputados provinciais votaram lei autorizando o presidente a tomar providências para avaliar e arrematar a tipografia. O maquinário foi avaliado em 800\$000. Crispiniano Soares saiu antes de concluir o processo. O 2º vice-presidente em exercício, Nunes da Cunha, que era primo de Ribeiro, vendeu a tipografia por 810\$000. Os arrematantes pagaram com “as quantias de que eram credores do cofre provincial”<sup>278</sup>. Ou seja, foram deduzidos débitos que a província tinha com algumas pessoas. Em seguida, um cidadão chamado José Leite Penteado se apresentou como o dono

---

<sup>274</sup> DPP. Ricardo Gomes Jardim, 1º de março de 1845, p.10.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>276</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim, 10 de junho de 1845, p. 33 e DPP. Ricardo José Gomes Jardim, 10 de junho de 1846, p. 35.

<sup>277</sup> DVPP. Manoel Alves Ribeiro, 3 de maio de 1848, p. 13.

<sup>278</sup> RPP. Major Joaquim José de Oliveira, 3 de maio de 1849, p.16.

da tipografia. A presidência fechou um acordo com ele, no qual pagaria 1:200\$000 por ano para o maquinário fazer a impressão dos atos oficiais<sup>279</sup>.

O presidente Oliveira tentou invalidar o negócio. Dizia ter o apoio dos cidadãos que participaram da subscrição, e estavam protestando pelo destino da tipografia. O major, então, ordenou que pelos meios legais se anulasse a venda. Achou um dispositivo jurídico para isso. Segundo a legislação, não podia acontecer “encontro de dívidas” para a arrematação de um bem público. Ou seja, não se poderia deduzir uma dívida para pagar outra, com o intuito de adquirir bens públicos. O encontro de dívidas só era possível no caso de impostos<sup>280</sup>.

Enquanto buscava-se reaver o maquinário, ele sumiu. O chefe de polícia Joaquim Gaudie Ley, dessa maneira, foi interrogar o então proprietário, José Leite Penteadado. Este disse a Gaudie Ley que “tinha disposto da tipografia”. Ela estava em Poconé e o novo proprietário agora era Manuel Alves Ribeiro<sup>281</sup>. Simplesmente não existia na província quem tivesse a ousadia de ir resgatar a tipografia em uma das fazendas do grande chefe de Poconé.

Outra “conquista” que a burocracia provincial transformou em contenda contra Ribeiro foi a fazenda Camapuã. Em 1839, aproveitando-se do seu poderio que crescia, Ribeiro resolveu tomar para si essa fazenda. Era lugar de parada quase obrigatória para os que viajavam de barco pelo *interior*, ou seja, pela antiga rota de navegação nos rios que ligavam Mato Grosso a São Paulo. Esse percurso já havia caído em desuso, mas a fazenda ainda apresentava suas potencialidades.

O major Oliveira resolveu investir contra a posse da fazenda, incentivando e apoiando o juiz José Joaquim Graciano de Pina a questionar a legitimidade do proprietário. Não tardou muito, e homens de Ribeiro dispararam contra o juiz, quando ele estava em sua casa. Assim, Ribeiro foi indiciado também por tentativa de assassinato<sup>282</sup>.

Camapuã era fazenda formada, ainda nos tempos de colônia, pela Coroa portuguesa, para facilitar as rotas de comércio. Quando Ribeiro se apossou dela, ela continha ainda vários escravos. Em 1844, Ribeiro vendeu mais de 100 negros, entre eles, alguns libertos.

---

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>280</sup> *Ibidem*.

<sup>281</sup> *Ibidem*. p. 18.

<sup>282</sup> RPP. Major Joaquim José de Oliveira, 8 de setembro de 1849, p. 10.

Assim, Moreira Freire expediu ordem de prisão contra Ribeiro, em 1844, pelo crime inafiançável de reduzir pessoa livre à escravidão. Também era denunciado por vender propriedade de terceiros, no caso, os escravos da fazenda. Nada aconteceu a Ribeiro, pois se escudou em imunidade parlamentar. Contudo, os escravos da fazenda de Camapuã voltaram a ser propriedade da Fazenda Nacional<sup>283</sup>.

Ribeiro se sentia perdendo terreno. Era cada vez mais pressionado. O presidente de província enfrentava-o em diversos âmbitos. Com a aproximação das eleições para a Câmara dos Deputados, o fazendeiro de Poconé resolveu empreender uma viagem até a Corte, e lá fazer pessoalmente esforços para a derrubada do presidente, junto aos conservadores que dominavam o gabinete. Como as coisas estavam, a próxima eleição poderia ser um desastre para o grupo de *Camapuã*, que dominava a política local há mais de uma década.

Ciente dos propósitos da viagem de Ribeiro, a Câmara de Cuiabá promoveu um novo abaixo-assinado em apoio ao presidente de província. O documento ressaltava em seu texto que a administração anterior havia tirado pessoas qualificadas de seus empregos para colocar somente as de um partido. Elogiava o presidente Oliveira, dizendo que o seu governo era “ilustrado, justo e imparcial”. Por fim, agradecia a escolha do major Oliveira para presidente da província de Mato Grosso<sup>284</sup>.

Enquanto isso, o presidente colocava o chefe de polícia para vigiar de perto as ações dos demais integrantes da facção de “Camapuã”. Consideravam a ida de Ribeiro para a Corte como uma “fuga”. Desde que o fazendeiro de Poconé partira, o chefe de polícia Joaquim Gaudie Ley dizia que os deputados liberais tinham ficado “acéfalos”. No entanto, o chefe de polícia tinha recebido informação de reunião noturna com 8 deputados provinciais na casa de Delfino de Almeida. Foi então surpreender os deputados reunidos. Achou 4, que eram além do próprio Delfino, os deputados Antônio de Oliveira, Manoel Felipe Fernandes Cuiabano e João Batista Prudêncio. Eram deputados que começaram a aparecer na vida pública no rastro de Ribeiro, na metade dos anos 40. Sem maiores atritos, o chefe de polícia encaminhou os 4 deputados para o quartel, onde os interrogou “sobre o que estavam a tramar” antes de serem surpreendidos. Disseram que conversavam sobre o

---

<sup>283</sup> *Ibidem*.

<sup>284</sup> AN. IJJ(9) 507.. Abaixo -assinado a favor do Presidente de Província Major Joaquim José Oliveira promovido pela Câmara Municipal de Cuiabá. Cuiabá, 7 de maio de 1849.

recrutamento em Diamantino. Foi pedido, então, que assinassem termos de bem-viver. Contudo, para Joaquim Gaudie Ley a reunião deveria “ter por fim tramar alguma coisa” contra Oliveira. “É certo o ressentimento, o ódio, que eles de há muito nutrem contra” o presidente de província. Constava para ele que Bento Franco de Camargo havia chegado de sua fazenda, para Cuiabá, com o propósito de redigir uma “representação ao Governo Supremo” combatendo o major<sup>285</sup>.

É interessante notar que Bento Franco de Camargo foi uma das pessoas designadas para chefiar a nova polícia criada pelo presidente de província. Seria, então, uma defecção para o grupo que havia se reunido para desafiar Ribeiro.

O presidente procurava presumir os passos do partido de Camapuã. Assim, em um dos ofícios que freqüentemente tinha que mandar para a Corte, falando sobre o estado da tranquilidade pública, aproveitou para dizer que os camapuanistas esperavam a morte do atual senador pela província, José Saturnino da Costa Pereira, para elegerem a Pimenta Bueno. De fato, Saturnino era senador desde 1827. Veio a falecer naturalmente em 1852, o que provocou novas eleições pouco tempo depois.

No afã de perceber os passos do fazendeiro de Poconé, os comandados do presidente Oliveira conseguiram interceptar uma carta de Ribeiro para o coronel Severo de Souza Lima, quando estava em São Paulo, a caminho para o Rio de Janeiro. Na carta tratava o coronel por compadre e dizia que depois de cinquenta e nove dias de viagem, iria partir para Santos, onde pegaria uma barca para o destino final. Dizia também que tinha sido bem tratado pelos correligionários paulistas, mas que “o estado político parece não prometer resultado algum de utilidade”<sup>286</sup>. Acontecia que os liberais de Pernambuco haviam se rebelado contra o governo. Os liberais de São Paulo que haviam se revoltado em 1842, dessa vez estavam fora de qualquer insurreição contra o gabinete. Na verdade, havia uma expectativa quanto ao posicionamento de São Paulo e Minas depois de eclodir a praieira. A definição dessas duas províncias era acompanhada de perto pelos mato-grossenses. Era pedido pelo governo atenção expressa, por exemplo, quando o bacharel Antônio Corrêa do Couto chegou a Cuiabá levando a notícia de que teria entrado muitas armas e munições nas províncias de Minas e São Paulo, o que o chefe de polícia logo

---

<sup>285</sup> AN. IJJ(9) 507. Chefe de Polícia para Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 7 de maio de 1849.

<sup>286</sup> AN. IJJ(9) 507. Manoel Alves Ribeiro para Coronel Severo de Souza Lima. São Paulo, 11 de fevereiro de 1849.

considerou como boato<sup>287</sup>. Mesmo não percebendo nenhum espírito de desavença dos liberais paulistas com o governo imperial, Ribeiro dizia para Souza Lima que continuava firme no seu propósito de “obter remédio a remover os obstáculos” que os oprimiam na província<sup>288</sup>.

Essa carta interceptada foi mandada para a Corte como *prova* do envolvimento do coronel Souza Lima com Ribeiro. Isso somente por si não incriminaria o coronel não fosse o fato do perigo que o líder liberal representava para o presidente de província.

Juntava-se a essa carta o fato dos partidários de Ribeiro terem promovido duas festas, uma no dia 27 de maio, para o Espírito Santo, e outra no dia 30 de maio, o dia em que aconteceu a *Rusga*. O chefe de polícia foi pessoalmente investigar tais eventos, especialmente a do 30 de maio, numa data em que normalmente seria caracterizada por tristes lembranças. O chefe de polícia presumiu que a festa do Espírito Santo era marcadamente política. O festeiro era do partido liberal, e a maneira como ela ocorreu, parecia ser mais uma marcação de posicionamento político:

A festa do Espírito Santo tomou o caráter de devoção especial de um partido, que *in totum* a ela concorreu, mediante rigoroso convite tanto para os atos da cerimônia religiosa, como para os mais festins de uso, respirando expressiva exclusão de convidar-se pessoas do lado do Governo: ora, este fato, insignificante em si, destacadamente não mostra mais que a indocilidade de seus autores, mas combinado com as esperanças que cruzam de probabilidades de rompimento em Minas e S. Paulo, inculca mais alguma cousa, pelo menos, aptidão para de pronto aderirem à ele e nos mimosear com a repercussão por aqui.<sup>289</sup>

A comemoração do dia 30 de maio, por sua vez, foi considerada pelo chefe de polícia como “propriamente uma orgia, e não um divertimento”, tendo em vista “a

---

<sup>287</sup> AN. IJJ(9) 507. Manoel Pereira da Silva Coelho, chefe interino de Polícia, para Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 1º de junho de 1849.

<sup>288</sup> AN. IJJ(9) 507. Manoel Alves Ribeiro para Coronel Severo de Souza Lima. São Paulo, 11 de fevereiro de 1849.

<sup>289</sup> AN. IJJ(9) 507. Chefe interino de Polícia para Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 1º de junho de 1849.

qualidade do pessoal que nela se achava”. O principal promotor dessa festa era José Delfino de Almeida quem se “atreveu a festejar o aniversário desse dia que a piedade pública e cristã comemora com dobres de sino, missas e mais cerimônias religiosas!”. As pessoas que compareceram ao evento “foram escrupulosamente escolhidos segundo seus antecedentes e preconceito, com títulos para terem ingresso”. Contudo, o chefe de polícia percebia em tal festa também uma provocação. Era porque o presidente na convocação para formar o corpo de segurança havia lembrado dos “horrores do dia 30 de maio de 1834”, e dessa maneira, “acintemente houve um sarau no aniversário” da *Rusga*.<sup>290</sup>

Sendo provocação ou não, Oliveira interpretou como ameaça à ordem, pois dois oficiais graduados haviam participado das festas: o coronel Souza Lima, que era compadre de Ribeiro, e o major Gabriel Alves Fernandes. É de se notar que os dois haviam sido deputados provinciais por Mato Grosso. Dessa maneira, o presidente conseguiu interferir na oficialidade da força de linha. Para isto, escreveu ao ministro da Guerra contando que os dois oficiais estavam em orgias anárquicas comemorando a “proximidade do rompimento de Minas e São Paulo”, e deram “saúdes e vivas ao ministério de 2 de fevereiro”<sup>291</sup> (que era o ministério liberal que havia caído em 1848). Dizia que os oficiais, pelas suas relações, não poderiam ser motivos para constante desconfiança do governo provincial. Daí, apoiando-se em uma circular do Ministério da Guerra, de 1839 – que prescrevia que os militares suspeitos de poder provocar desordem deveriam se apresentar ao ministro –, o presidente enviou para a Corte o coronel Sousa Lima e o major Gabriel Fernandes<sup>292</sup>.

Outra vitória do presidente, mesmo que parcial, foi a chegada da notícia com novas nomeações para vice-presidente, que ele tanto pedira. Alguns nomes do partido de “Camapuã” continuavam, mas as novas colocações eram favoráveis aos conservadores. Para primeiro vice-presidente, o escolhido era o presidente da câmara municipal José Gomes da Silva, que já tinha sido indicado na época do presidente Silva Guimarães, visto como homem capaz de fazer frente a Ribeiro, e agora era um dos indicados do próprio major. O segundo vice-presidente era o coronel Antônio Peixoto de Azevedo. Como José Gomes da Silva, era um dos homens fortes do partido conservador, nesse momento, e

---

<sup>290</sup> *Ibidem*.

<sup>291</sup> AN. IJJ(9) 507. Joaquim José de Oliveira para Manoel Felizardo de Sousa e Mello, ministro da Guerra. Cuiabá, 2 de junho de 1849.

<sup>292</sup> RPP. Major Joaquim José de Oliveira, 8 de setembro de 1849, p. 11.

também tinha sido indicado pelo cônego Guimarães. Em terceiro e quarto lugares, continuavam os homens da facção camapuanense; Severo de Souza Lima e Antônio Nunes da Cunha. A permanência desses dois na lista dos seis vice-presidentes certamente seria para não desagradar completamente os liberais da província, pelo menos por algum tempo. O quinto e o sexto vice-presidente escolhidos foram Joaquim Gaudie Ley e Luiz da Silva Prado. Eram pessoas que atuavam ao lado de Oliveira e que começaram a despontar para a política provincial desde então, passando a serem eleitos deputados para a Assembléia Legislativa nos anos seguintes ao término do mandato do major.

Em junho de 1849, chegava na Câmara Municipal de Cuiabá uma carta imperial exonerando do cargo de quarto vice-presidente Nunes da Cunha, satisfazendo ainda mais o presidente de província<sup>293</sup>.

Quando Oliveira deixa o cargo de governante de Mato Grosso, o titular seguinte assume sem que se passasse pelo posto nenhum vice-presidente. Isso acontecia não somente para evitar qualquer atitude dos locais considerada contraproducente pelo governo central, mas, principalmente, para o major exercer o seu mandato pelo maior tempo possível.

Antes de Oliveira sair da província, contudo, encarou uma prova de fogo contra a facção de Ribeiro. Era a eleição para deputado na Assembléia Geral da Corte, em que os principais candidatos eram o próprio presidente e o líder dos “camapuanenses”. Havia ainda outros dois candidatos, José Joaquim de Carvalho e Martin Francisco de Andrade. José Joaquim de Carvalho já havia sido eleito deputado geral três vezes. Primeiramente, ele serviu na legislatura de 1842, que foi logo dissolvida. Em seguida, foi eleito para os anos de 1843 e 1844. A Câmara foi novamente dissolvida nesse último ano. Por último, deputou nos anos de 1845 a 1847. Todas suas eleições tinham sido com o apoio do grupo do fazendeiro de Poconé. Agora, em 1849, concorria sem ser mais o candidato da facção de *Camapuã*.

Martin Francisco de Andrade era bacharel em leis, mas não tinha a menor expressão na política provincial, apesar de ser nome da Corte. Depois dessa eleição para uma vaga na Câmara dos Deputados, não figurou mais entre candidatos em Mato Grosso.

---

<sup>293</sup> AN. IJJ(9) 507. Joaquim José de Oliveira para Visconde de Monte Alegre. Cuiabá, 8 de junho de 1849.

A disputa acirrada era entre o presidente de província e Manoel Alves Ribeiro. Este fez uma “entrada triunfal” em Cuiabá, quando retornou da Corte, nos próprios dizeres do presidente de província<sup>294</sup>. O fazendeiro de Poconé chegou à capital de Mato Grosso dizendo que havia feito acordo com os conservadores da Corte. O presidente de província iria ser demitido. O próprio Oliveira reconheceu a eficácia da viagem de Ribeiro que tinha o intuito de depô-lo: “Partiu para o Rio de Janeiro donde logo escrevera assegurando a minha demissão”, o que realmente veio a acontecer. Assim, reclamava dos estadistas, “a que a força moral do governo e dos seus delegados deve ser um dos elementos indispensáveis para bem governar.”<sup>295</sup>

Contudo, dessa vez, a distância do “centro” do Império favoreceu o chefe do Executivo provincial. A intenção de Ribeiro era que o major saísse da presidência antes das eleições para deputado não só para a Câmara dos Deputados - ou Assembléia Geral-, mas também para a Assembléia Legislativa, que seriam em datas próximas. O novo presidente, entretanto, somente chegou a Cuiabá no dia 7 de setembro, um dia depois das eleições para a Assembléia Legislativa e dois dias depois da eleição de deputado geral. Nesse intervalo, o presidente não passou o cargo para o vice. Dessa forma, Oliveira pode usar do *arsenal* que dispunha um governante nas eleições, fazendo frente ao aparato dos liberais, mesmo já com a presença do novo presidente na capital, João José da Costa Pimentel. Acabou havendo acusações de irregularidades dos dois lados.

A apuração geral dos votos foi já na presidência do novo governante, mas que não colaborou com a facção de Ribeiro. O resultado foi a vitória de Oliveira, com 29 votos. Manoel Alves Ribeiro obteve 24 votos. José Joaquim de Carvalho ficou com 6. Finalmente, Martin Francisco de Andrade recebeu apenas 1 voto.<sup>296</sup>

As eleições provinciais também foram favoráveis aos conservadores. Desde 1837, os que poderiam ser considerados *liberais* dominavam a Assembléia Legislativa, devido principalmente ao seu grau de organização visando as eleições.

---

<sup>294</sup> RPP. Major Joaquim José de Oliveira, 8 de setembro de 1849, p. 9.

<sup>295</sup> *Ibidem*

<sup>296</sup> IMPL. Caixa 1849. *Acta da apuração geral dos votos dos collegios eleitorais desta província de Matogrosso para eleição de um deputado*. Cuiabá, 4 de novembro de 1849.

Da mesma maneira, houve uma mudança na rotina de escolha do deputado geral. Nos anos 30, o grupo liderado por Poupino Caldas, que se opunha aos políticos tradicionais da capital, elegia freqüentemente seus deputados para a Corte. Com a formação de um outro grupo, que também se opunha aos homens públicos tradicionais de Cuiabá - que veio formar o partido Liberal-, foi mantida a hegemonia nas eleições. Esse grupo, até então, além de eleger o deputado geral também fazia a maioria na Assembléia, a despeito da oposição de qualquer presidente de província e dos homens que procuravam ser os *herdeiros* dos antigos políticos como Antônio Corrêa da Costa e André Gaudie Ley, que dominaram a vida pública até 1834. Os sucessores desses antigos políticos, que formariam o partido Conservador da província, eram, entre outros, o comerciante Joaquim Gaudie Ley, o bacharel José da Costa Leite Falcão, o militar Peixoto de Azevedo e o negociante Silva Prado. Apesar de se candidatarem a cargos eletivos desde o início da década de 40<sup>297</sup>, chegaram à Assembléia para fazer a primeira maioria conservadora somente em 1850.

No entanto, essa vitória dos *saquaremas* da província não havia sido completa. Depois das eleições, a Câmara dos Deputados resolveu abrir mais uma vaga de parlamentar para a província de Mato Grosso, passando ela a contar com dois representantes. Assim, procedeu-se à eleição no início de 1850<sup>298</sup>. Dessa vez, sem a forte presença do major Oliveira, que já estava rumando para a capital do Império como parlamentar, saiu vencedor do pleito o fazendeiro de Poconé. Assim, Oliveira e Ribeiro serviram como deputados gerais de 1850 a 1852.

De fato, Ribeiro e sua facção detiveram o controle da província até 1849/1850. O poder político se traduzia, no mínimo, em dividendos pecuniários, passando pelo prestígio dos postos que ocupavam. Para o controle político na província, os assentos na Assembléia provincial continuavam como os principais cargos, apesar da contínua interferência do governo central, intensificada a partir de 1837. Os delegados do governo imperial chegavam a conseguir obstaculizar algumas medidas, mas o tempo que demoravam para a reversão (em alguns casos) de certas matérias, mostrava uma larga autonomia dos políticos

---

<sup>297</sup> Alguns deles até antes, como Costa Leite Falcão.

<sup>298</sup> AN. IJJ(9) 506. João José da Costa Pimentel para Visconde de Monte Alegre, ministro do Império. Cuiabá, 20 de dezembro de 1850.

provinciais, principalmente nos anos 30 e 40, não obstante várias leis centralizadoras serem promulgadas desde o fim da Regência.

De qualquer forma, pode-se dizer que foi surpreendente a vitória dos conservadores em 1849, pois o grupo de Ribeiro já havia derrotado várias vezes o aparato que um presidente poderia dispor<sup>299</sup>. Nessas ocasiões ganhavam as eleições com folga nos municípios do *interior* e conseguiam votos suficientes na capital para lhes garantir o predomínio político<sup>300</sup>. Quando esse grupo se opunha francamente ao presidente de província, a Corte não interferia incisivamente em apoio a este, nem cedia por completo para o grupo liberal local. Certamente o governo central tinha medo de sedições nessa parte considerada longínqua do Império. A facção de Ribeiro sabia bem desse receio, mas eram bastante cautelosos em se apresentarem como ameaçadores da *ordem*.

Dessa maneira, é ilustrativa uma carta dos deputados provinciais derrotados nas últimas eleições, em 1849, logo depois do pleito, escrita para D. Pedro II, via ministério do Império<sup>301</sup>. Esse ofício demonstrava o descontentamento dos parlamentares provinciais não só com a eleição de Oliveira, mas também com a sua estadia em Mato Grosso. Vale a pena mostrar alguns trechos dessa carta:

A Assembléia Legislativa da Província de Mato Grosso, possuída do mais vivo prazer, (...), parabeniza V.M.I e expressa sua gratidão pelo considerável bem que acaba de receber esta Província com a demissão do Major Joaquim José de Oliveira do cargo de presidente dela e a nomeação do Coronel João José da Costa Pimentel.

Grave e assustadora, Senhor, era por certo a situação desta Província pelo acervo de materiais inflamáveis que lhe depositara em seu seio uma administração desregrada e febril, cheia de atos irrefletidos e arbitrários, como a que desenvolveu o Major Joaquim José de Oliveira; e se tão de pronto não viesse em socorro dela o

---

<sup>299</sup> Delfino de Almeida, do Partido Liberal, mostrava que deveria ser suspeito o resultado da eleição de 1849, quando ganharam os conservadores. Dizia que o seu partido era maioria na província, pois havia “triunfado em todas as eleições havidas na província desde 1837 ou 38, sem a menor proteção do governo”. NDHIR. *Echo Cuiabano*. 4 de julho de 1850.

<sup>300</sup> No capítulo “4” trataremos especificamente de como eram as eleições em Mato Grosso.

<sup>301</sup> O protocolo determinava que as correspondências endereçadas ao imperador, deveriam ser enviadas para a Secretaria do Ministério do Império.

Coronel João José da Costa Pimentel a assumir as rédeas da administração, medonha explosão teria aparecido, e a dor e o pranto de muitas vítimas enlutariam hoje o paternal coração de V.M.I.

[Muitos] meses, Senhor, perdidos para o progresso de todos os melhoramentos, que sempre foram o objeto da maior solicitude do Governo de V.M.I, foram empregados pelo Presidente em preparar terreno para vencer na eleição geral, e se fazer deputado por esta província, afetando perigos, que nunca existiram,(...)<sup>302</sup>

Apesar de louvarem a ida de um novo presidente de província – o Coronel Pimentel –, a maior parte dos deputados provinciais estava saindo da casa legislativa, onde até então fazia a maioria liberal. No entanto, pela carta acima, percebe-se que a *ordem* na província era questão a ser barganhada com a Corte. Quando os deputados de província escreveram dizendo que o presidente anterior poderia ter causado uma “medonha explosão”, não só procuravam atribuir uma culpa para o delegado do Império, mas também mostravam (ou lembravam) o potencial explosivo da província. Era o medo de uma sedição que fazia o governo imperial ceder a Ribeiro, como foi no caso da demissão do presidente Oliveira.

Por outro lado, a Corte sabia muito bem quem era o chefe dos liberais. Depois que Crispiniano Soares deixou a presidência, em abril de 1848, para ser investido como parlamentar na Câmara dos Deputados, assumiu o governo da província o chefe de Poconé, por ser 1º vice-presidente. Contudo, em menos de dois meses de cargo, chegava uma carta do governo imperial exonerando Ribeiro e ordenando para que assumisse o 2º vice-presidente. E assim se procedeu. Assumiu Antônio Nunes da Cunha. Era liberal, era fazendeiro de Poconé, e era primo de Ribeiro; mas não era o próprio Ribeiro quem estava no comando da província. Se a Corte demonstrava suas prevenções em relação ao líder de Camapuã, também não tomava medidas em que indicassem afrontamento contra a facção liberal em Mato Grosso.

---

<sup>302</sup> AN. IJJ(9) 527. Assembléia Legislativa da Província de Mato Grosso para Imperador Pedro II. Paço da Assembléia, 31 de dezembro de 1849.

### CAPÍTULO III

#### CONCILIAÇÕES CONSERVADORAS

A partir do novo presidente, o coronel João José da Costa Pimentel, deixou de haver a forte oposição entre a Assembléia Legislativa e o Executivo provincial. É certo que contribuiu para isso, num primeiro momento, o predomínio relativo dos conservadores da província na casa legislativa de Mato Grosso; mas somente isso não bastava, os parlamentares liberais também mudaram sua postura aguerrida, assim como os chefes do executivo, na maioria das vezes, procuraram não desafiar os herdeiros da política de Ribeiro, notadamente o presidente de província Augusto Leverger, em seu primeiro mandato. Os anos cinquenta eram um novo tempo, em que a “ordem pública” não deixou de subsistir como preocupação dos governantes, mas passou a ser época em que o paradigma da civilização tornou-se cada vez mais acentuado. Em vez da contundente oposição entre um presidente e uma das facções, o delegado imperial procurará se postar como um *conciliador*, como se fosse a melhor maneira de se promover o “progresso material e moral” da região.

No entanto, depois de naufragar a política de “Conciliação” na Corte, na província de Mato Grosso também se desfazem as relações amistosas que antes contentavam a ambos os partidos. Um lado se sente mais prejudicado do que outro. Mas a *ordem* política e institucional parecia não correr mais tanto perigo, como acontecia nos anos 30 e 40. Alguns princípios da “Conciliação” permaneceram, afastando, em certa medida, a ameaça da *anarquia*.

#### 1. Arrefecendo as facções

Se os anos 50 marcam um abrandamento das relações entre o Executivo e o Legislativo provincial, essa década começa também com os conservadores assegurando posições em Mato Grosso, em detrimento dos liberais.

O presidente coronel João José da Costa Pimentel - que assumiu a província em setembro de 1849 - juntamente com os parlamentares da nova legislatura da Assembléia de 1850, impuseram medidas que mudavam partes da legislação provincial, pela qual os *luzias* de Mato Grosso tinham se beneficiado nos anos anteriores. Assim, revogaram a lei que conferia imunidade parlamentar aos deputados da Assembléia Legislativa<sup>303</sup>. Era com base na lei de imunidades, por exemplo, que o fazendeiro de Poconé, Manoel Alves Ribeiro, havia conseguido se esquivar dos processos movidos contra ele.

Outra ação imediata dos conservadores foi retornar os distritos de Albuquerque, Miranda e Santana do Paranaíba para o termo de Cuiabá, pela Lei nº 2 de 1850<sup>304</sup>. Como visto anteriormente, quando esses distritos ficaram pertencentes ao termo de Poconé, os conservadores da capital ficaram ainda mais enfraquecidos ante aos liberais. Dois anos depois dessa lei, o deputado Silva França, proveniente do distrito de Diamantino, exercendo sua primeira legislatura provincial, enviou projeto na Assembléia com a intenção de revogar essa prescrição, retornando aquelas freguesias para a esfera de Poconé. O projeto foi rejeitado pela própria Assembléia<sup>305</sup>.

Entretanto, a casa legislativa não se configurava mais como antes. Ou seja, não existiam dois blocos bastante definidos, fundamentados no apoio ou na rejeição ao presidente de província. Isso não queria dizer que os desentendimentos entre os deputados tinham cessado. Joaquim Gaudie Ley, por exemplo, em uma sessão da Assembléia de 1851, requeria que a ata desse dia se tornasse secreta, visto ter sido desafiado para brigar na rua com o deputado Timóteo Ribeiro, de Poconé. Este considerou Gaudie Ley ter entendido mal um aparte seu, e que mesmo assim estava pronto para repelir verbalmente as agressões que também havia sofrido, tanto na “casa quanto na rua”. Para evitar maiores conflitos, o deputado poconeano acabou retirando uma expressão utilizada, que havia instigado o parlamentar conservador para uma briga física.<sup>306</sup> Timóteo era o deputado provincial mais votado do *interior*, e entrava na política provinciana no momento em que seu primo, Manoel Alves Ribeiro, estava longe da província, morando na Corte.

---

<sup>303</sup> IMPL. Legislação de Mato Grosso. Lei nº 1 de 28 de maio de 1850.

<sup>304</sup> IMPL. Legislação de Mato Grosso. Lei nº 2 de 28 de maio de 1850.

<sup>305</sup> IMPL Caixa 1852. Actas das Sessões Legislativas. Cuiabá, 21 de maio de 1852.

<sup>306</sup> IMPL Caixa 1852. Actas das Sessões Legislativas. Cuiabá, 23 de junho de 1851.

No entanto, essas pequenas desavenças não chegavam a estimular uma oposição formando um bloco. Pelo contrário, os deputados liberais, que poderiam francamente se opor a um presidente designado por gabinete conservador, passaram a tomar mais atitudes de aproximação do que de oposição. Isso se dá principalmente a partir da designação do capitão da Marinha Augusto Leverger para presidente de província, em fevereiro de 1851.

Desde 1843 que um morador da própria região não era nomeado para chefe do Executivo de Mato Grosso. Mas se um governante habitante do próprio lugar parecia ser uma exceção nos cálculos do governo imperial, Leveger governou sua província por mais de 7 anos, distribuídos em quatro oportunidades diferentes. Foi a pessoa que mais tempo esteve à frente do governo provincial, passando por vários gabinetes. Era um acontecimento raro no Império do Brasil. Semelhante a Leverger somente Francisco do Rego Barros - que depois veio a ser o conde de Boa Vista-, que ficou na direção do governo de Pernambuco também por 7 anos, indo de 1837 a 1844. Sua qualidade principal era a de reter os ânimos dos políticos da Praia, assim como os dos conservadores, o que provavelmente contribuiu para que a rebelião de 1842 não se estendesse para o norte<sup>307</sup>.

Certamente, o que levou Leverger a ficar tanto tempo no governo provincial foi não deixar uma facção dominar completamente os postos da província, mesmo sendo nomeado por gabinete conservador e identificado como tal pelos liberais. Procurava ser *conciliador*, o que não o impedia de por vezes ser parcial ou se desentender com algum líder político opositor em determinado momento.

O capitão Leverger recebeu a notícia de sua primeira nomeação quando estava a serviço na fronteira do *baixo Paraguai*<sup>308</sup>. Tão logo recebeu a notificação rumou para a capital da província. Chegando a Cuiabá, mandou ofício para o ministério do Império dizendo que já estava em exercício, afirmando que iria redobrar o zelo no “serviço de Sua Majestade e do país”. Contudo, dizia achar-se sem os predicativos para exercer a contento o

---

<sup>307</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Op. cit., p. 71.

<sup>308</sup> Segundo Verone Cristina da Silva, toda a região de Albuquerque, Miranda, Corumbá e entorno, era denominada no século XIX de baixo Paraguai. Atualmente toda essa região até o rio Apa é classificada como Bacia do Alto Paraguai. Utilizaremos nesse trabalho o termo como era empregado no século XIX. Ver SILVA, Vernone Cristina. *Missão, aldeamento e cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*. Dissertação de Mestrado. ICHS, Cuiabá, 2001.

elevado cargo de presidente de província. Sendo assim, dizia que “desde já” vinha “solicitar a [sua] exoneração”<sup>309</sup>. Exoneração essa que, apesar de seu pedido, não ocorreu tão cedo.

Uma das maiores preocupações de Leverger, como governante, seria como as facções se comportariam, notadamente na Assembléia Legislativa, que durante muitos anos havia demonstrado grande disposição para se conflitar com os presidentes de província. A seu favor contava com um parlamento de feição conservador, o que não acontecia antes. Mas mesmo assim, a facção liberal poderia se manifestar contra os desígnios presidenciais. O presidente tinha de levar em consideração que apesar dos *luzias* de Mato Grosso não terem vencido as últimas eleições, não era comum os vinte deputados eleitos comparecerem às sessões. Ela normalmente funcionava com onze, doze, no máximo quinze deputados. Com alguma organização, os liberais poderiam fazer maioria em determinados momentos. E mesmo estando como minoria, poderiam obstaculizar projetos de lei de interesse do governo.

Contudo, tal bloco oposicionista na Assembléia Legislativa não se formou, refletindo a debilidade dos liberais também na Assembléia Geral. Talvez os liberais da província tivessem recebido orientações do Rio de Janeiro para não serem mais aguerridos. Seja como for, em vez de bloco oposicionista, aconteceu o contrário. O deputado Delfino de Almeida, um dos homens mais próximos do líder Ribeiro, que havia obstado o corpo policial com o fim de enfraquecer os presidentes de província nos anos 40, acabou por apresentar um projeto autorizando a criação de uma companhia de policiais<sup>310</sup>. Ou seja, fazia um projeto que era do interesse de um presidente designado por gabinete conservador.

Outro projeto do interesse do governo era constituir juntas de cobrança de impostos nos distritos da província. Esses impostos recairiam principalmente sobre o gado e a lavoura. O deputado que assinava e encaminhava a proposta de lei era João Batista Prudêncio, que havia sido deputado do lado “camapuense” de 1844 a 1849, e agora, em 1852, voltava para a Assembléia. Delfino de Almeida se opôs a tal proposta, mesmo sendo, *a priori*, ambos do mesmo partido<sup>311</sup>.

---

<sup>309</sup> AN. IJJ(9) 507. Augusto Leverger para Visconde de Monte Alegre, ministro do Império. Cuiabá, 11 de fevereiro de 1851.

<sup>310</sup> IMPL. Caixa 1851. Actas das Sessões Legislativas. Cuiabá, 27 de junho de 1851. Contudo, os deputados presentes não deram continuidade ao projeto nesse momento.

<sup>311</sup> IMPL. Caixa 1852. Actas das Sessões Legislativas. Cuiabá, 21 de maio de 1852.

Pode-se aventar a hipótese de que Prudêncio tenha mudado de lado. Mas o certo era que os liberais não agiam mais como um bloco coeso. Da mesma maneira acontecia com os deputados conservadores. O deputado Joaquim Pires da Silva, por exemplo, apresentou, em 1854, um projeto que aumentava a taxaço sobre a aguardente. Joaquim Pires da Silva tinha sido oficial da tesouraria provincial no governo do major Oliveira. Também foi um dos que assumiram um dos comandos da “Guarda de Segurança” criada pelo mesmo presidente. Com o respaldo de Oliveira iniciou a carreira parlamentar, sendo eleito em 1849 para a legislatura de 1850-1851. Era, portanto, um deputado conservador preocupado em aumentar as receitas provinciais. No entanto, Joaquim Gaudie Ley, um dos principais líderes dos *saquaremas* na província, pronunciou-se contra a nova taxaço<sup>312</sup>. Gaudie Ley havia estreado na deputação provincial na mesma eleição que Silva Pires, valendo-se do obstinado esforço do major Oliveira em derrubar os liberais da Assembléia. Contudo, no momento da votação sobre a aguardente, ele se posicionava como um dono de engenho na Chapada, que produzia e comercializava derivados da cana-de-açúcar. Sua liderança de nada valeu para barrar o projeto, que era de interesse governamental. O presidente de província, Augusto Leverger, acabou por sancionar a nova lei.<sup>313</sup>

Outro projeto que causou polémica entre os deputados foi o que autorizava o governo a construir cemitérios laicos. Chegava na província, novamente, a notificação de que os enterros nas igrejas eram insalubres para os frequentadores dos templos. Era uma época que demandava campos somente para os cadáveres serem enterrados. Assim, foi um dos líderes do partido liberal, o deputado liberal Delfino de Almeida, quem fez o projeto de lei, que era do interesse do governo. Houve a requisição para que a votação do projeto fosse nominal, um procedimento bastante raro. A favor votaram deputados conservadores e liberais, como o padre Pereira de Moraes Jardim, que no momento era conservador, e Albano de Souza Osório<sup>314</sup>, conhecido por ser do partido liberal. Contra o projeto estavam vários conservadores, como José Gomes da Silva, Joaquim Pires e Silva Prado. A lei acabou sendo aprovada<sup>315</sup>. Essa contenda mostra que as elites não eram coesas em um “projeto modernizador” de enterramentos, ao contrário do que defende Maria de Barros

---

<sup>312</sup> IMPL. Caixa 1854. Actas das Sessões Legislativas. Cuiabá, 15 de maio de 1854.

<sup>313</sup> IMPL. Caixa 1854. Actas das Sessões Legislativas. Cuiabá, 1º de julho de 1854.

<sup>314</sup> Era filho do homônimo que foi deputado provincial nas primeiras legislaturas.

<sup>315</sup> IMPL. Caixa 1851. Actas das Sessões Legislativas. Cuiabá, 26 de maio de 1851.

Rocha<sup>316</sup>, como se as elites agissem em bloco contra toda uma população que, por sua vez, desejava autenticamente a permanência de sepulturas dentro da igreja.

Entretanto, o que marca esse novo período é a apresentação e votação de projetos independentes da filiação partidária. Dessa maneira, não seria de admirar que, em 1853, o deputado liberal Delfino de Almeida, antes um ferrenho guerreiro *camapuanista*, era quem proporia para a Assembléia Legislativa a confecção de um ofício felicitando o presidente pela sua “retidão e imparcialidade com que tem administrado a província”.<sup>317</sup>

Da mesma maneira, no ano seguinte, o deputado João Batista de Oliveira, - que seria logo conhecido como o chefe do partido liberal em Mato Grosso, pouco depois da morte de Manuel Alves Ribeiro-, requeria que fosse constituída uma comissão de três membros para, em nome da Assembléia, novamente felicitar o presidente Augusto Leverger, por seus “desvelos e solicitude”<sup>318</sup>. Como tal medida não contrariava os deputados conservadores, pelo contrário, entraram na comissão os parlamentares Gaudie Ley, Silva Prado e Franco de Camargo<sup>319</sup>, todos governistas da primeira hora<sup>320</sup>.

O capitão Leverger, claro, não deixava de agradecer as manifestações de felicitações, que eram, na verdade, demonstrações de adesão. O presidente, dessa maneira, assegurava aos deputados que faria tudo “quanto puder para não desmerecer” as cordialidades.<sup>321</sup>

Foi sobretudo na indicação dos vice-presidentes que o capitão Augusto Leverger assinalava sua aproximação com os *luzias* da província. No entanto, o capitão não deixaria de propor ao governo imperial que a escolha de um provável governante – como eram os vice-presidentes – recaísse primeiramente em pessoa que não estivesse diretamente ligada à política provincial, como um juiz designado pela Corte, vindo de outro lugar. Vamos

---

<sup>316</sup> Ver ROCHA, Maria Aparecida de Barros. *Igrejas e Cemitérios... Op. cit*, p. 23.

<sup>317</sup> IMPL. Caixa 1853. Actas das Sessões Legislativas. Cuiabá, 12 de maio de 1853.

<sup>318</sup> IMPL. Caixa 1854. Actas das Sessões Legislativas. Cuiabá, 6 de maio de 1854.

<sup>319</sup> IMPL. Caixa 1854. Actas das Sessões Legislativas. Cuiabá, 27 de maio de 1854.

<sup>320</sup> Joaquim Gaudie Ley, como já vimos, era um dos líderes da facção conservadora. Silva Prado era negociante e serviu também como juiz municipal. Fez parte da Câmara Municipal eleita em 1849, com o apoio do Oliveira. Silva Prado era um dos signatários dos abaixo-assinados que apoiavam o presidente Oliveira, se posicionando contra a facção liberal. Já Franco de Camargo, também era proprietário e negociante. Apesar de dizer que iria cooperar com os liberais a redigir uma representação contra o major Oliveira, em 1849, também era acusado pelos mesmos liberais de ir para o *interior* “fazer” as eleições para o presidente. Era um dos comandantes da polícia provisória criada por Oliveira. Foi durante vários anos deputado provincial.

<sup>321</sup> APEMT. “Registro de Correspondência da Secretaria com a Assembléia Legislativa Provincial, 1854-1870”. Augusto Leverger para Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 30 de maio de 1854.

acompanhar o processo de escolha dos vice-presidentes, que eram elementos indicativos do jogo político, nesse período de Leverger .

José Gomes da Silva, que era o primeiro vice-presidente da província, havia pedido exoneração do seu cargo por se achar muito doente. O governo imperial não concordou com tal pedido, devendo ele permanecer no posto, e assim, podendo assumir o governo a qualquer momento<sup>322</sup>. Contudo, Gomes da Silva morreu em 1º de fevereiro de 1852, “depois de longa enfermidade”<sup>323</sup>.

Leverger, então, aproveitou o momento em que fez a comunicação desse falecimento para sugerir um nome para o lugar de Gomes da Silva. Considerando que o próprio governo central iria pedir para que o presidente indicasse alguém para o cargo, o capitão dizia que já se antecipava, fazendo seu parecer, pois as correspondências eram muito demoradas. Assim, sugeriu o nome do doutor Silvério Fernandes de Araújo, “de cuja inteireza e ilustrado zelo” era testemunha. Essa nomeação não poderia “recair em pessoa mais digna e idônea”. Silvério Fernandes de Araújo era juiz de direito da comarca de Cuiabá e chefe de polícia de Leverger. Até então, não fazia parte do círculo formal de políticos da província. Tinha vindo de outro lugar para assumir a magistratura em Mato Grosso<sup>324</sup>.

Dessa maneira, em setembro, chegava carta imperial nomeando o bacharel Fernandes de Araújo para 1º vice-presidente da província<sup>325</sup>, demonstrando a confiança que o governo tinha na indicação do presidente. Mas o magistrado não ficaria por muito tempo no novo posto. Nas eleições para deputado geral de 1852, Fernandes de Araújo acabou sendo o candidato dos conservadores e ganhou uma das vagas. A necessária postura de neutralidade do magistrado não o eximia de entrar na política já por um cargo elevado por Mato Grosso. Note-se que a nomeação do magistrado passava antes pelo crivo do gabinete

---

<sup>322</sup> AN.IJJ(9)41. Visconde de Monte Alegre para Presidente de Província de Mato Grosso. Cuiabá, 18 de julho de 1851.

<sup>323</sup> AN. IJJ(9)507. Augusto Leverger para Visconde de Monte Alegre, ministro do Império. Cuiabá, 3 de fevereiro de 1852.

<sup>324</sup> *Ibidem*.

<sup>325</sup> AN. IJJ(9)507. Augusto Leverger para Francisco Gonçalves Martins, ministro do Império. Cuiabá, 21 de setembro de 1852.

em exercício, o que certamente já tinha uma conotação política. Mas um juiz não deixava de ter uma certa aura de isenção, ainda que minguada<sup>326</sup>.

Leverger gostou da experiência do 1º vice-presidente. Com a saída de Silvério Fernandes, o marinheiro então escreveu para a Corte pedindo pessoas para ocupar postos vagos e sugeria novos nomes e condições profissionais. Entre eles, um magistrado que pudesse ser também vice-presidente, como havia sido o juiz anterior. O presidente passava a idéia de que seria uma pessoa isenta em relação às manobras e pressões políticas locais.

Ora, a escolha de um primeiro vice que não fosse da política local era uma solução e segurança que Leverger via dos próprios problemas que a província havia apresentado em relação à substituição de governança. Isso porque poderiam surgir ações ou boatos de que haveria movimentações para depor um presidente, e em seu lugar governaria um vice que antes lhe fazia oposição; possibilidades como essa sacudiu o governo provincial nos anos 30 e 40. Ou seja, o sentido da governabilidade passava pelo exercício em postos oficiais, reconhecidos pelo governo central, mesmo que o governo local fosse alcançado de maneira irregular. Dessa maneira, não sendo o 1º vice um político enraizado nas disputas locais, tais movimentos suspeitos não teriam fundamentos.

Se Leverger percebia até então como amistosa a relação com os homens públicos de Mato Grosso, não deixava de se precaver. Assim, o capitão escreveu para a Corte solicitando que se mandassem logo um bacharel para servir de juiz de direito na comarca de Cuiabá. O bacharel seria naturalmente também seu chefe de polícia. Mas principalmente deveria chegar em Cuiabá já com uma carta imperial designando-o como 1º vice-presidente.

Isso, porém, não queria dizer que o marinheiro prescindisse dos políticos locais. Pelo contrário. Na sua intenção de evitar conflitos, e mais ainda, de se aproximar dos liberais, como já vinha acontecendo, Leverger pedia também que fossem nomeados para 2º e 3º vice-presidentes dois fortes membros que despontavam no partido Liberal: Albano de Sousa Osório e João Batista de Oliveira. O presidente os requisitava em substituição ao coronel Severo José de Sousa Lima e a Antônio Nunes da Cunha. Sousa Lima havia sido

---

<sup>326</sup> Logo depois, em 1855, foi aprovada no Congresso a Lei de Incompatibilidades, que proibia funcionários públicos, inclusive juizes, de concorrerem a cargos eletivos nos distritos onde exerciam suas funções. Essa lei tinha como fim último dar maior autonomia ao Legislativo frente ao Executivo. CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 367.

enviado para a Corte e nunca mais voltara. Antônio Nunes da Cunha tinha sido exonerado do cargo desde 1849, mas ainda não tinham nomeado ninguém para ocupar o seu lugar.

As propostas de Leverger foram acolhidas em parte, pois não foi mandado um magistrado para a vaga de primeiro vice-presidente. No entanto, Batista de Oliveira e Sousa Osório ganharam suas vagas e assumiram, algumas vezes, o governo de Mato Grosso na qualidade de 1º e 2º vice-presidente. O governo central continuou com sua política de nomear vice-presidentes os políticos locais, quase sempre por intermédio dos pareceres dos presidentes de província.

Certamente as indicações de Sousa Osório e Batista de Oliveira aproximavam o presidente de uma facção que poderia ser problemática, como fora em outros tempos sob a liderança de Ribeiro. Era em observação a essas dificuldades impostas aos antigos presidentes de província que Leverger escreveu para a Corte:

Apresso-me em exprimir a opinião que levo exposta, antes que se manifeste alguma indisposição que porventura me não deixe encarar as coisas com a imparcialidade com que julgo tê-las visto até agora, pois, não obstante a retidão das minhas intenções e o desejo que me anima de corresponder às vistas do Governo Imperial, não tenho a vaidosa esperança de contentar a todos e ficar isento das contrariedades que sofreram meus antecessores.<sup>327</sup>

Se Leverger não tinha a *vaidosa esperança de contentar a todos*, logo percebeu que satisfazia os líderes da facção que poderia lhe fazer oposição. Notando o sucesso da política de aproximação e participação dos liberais, Leverger logo defenderia a imagem dos políticos de Mato Grosso:

Os governos anteriores tinham espalhado versão desfavorável aos políticos locais que os hostilizavam, na qual os apresentavam como insubmissos ao regime e à centralização<sup>328</sup>

---

<sup>327</sup> LEVERGER, Augusto apud CORRÊA FILHO, Virgílio. “Augusto Leverger: o bretão cuiabanizado” in: *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional – HIGB – 2º vol.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 429.

<sup>328</sup> Apud *Ibidem*, p. 428.

Era como se houvesse esquecido completamente o período da Rusga até 1849, quando as disputas com a *principal autoridade na província*, os presidentes de província, eram uma constante, assim como várias ações revelavam um desafio à ordem política e institucional.

## **2. Transações**

Na verdade, Leverger estava vivendo o momento da “Conciliação”, na qual não deixava de prevalecer a centralização política-administrativa. A proposta da centralização era apresentada como a única forma de manter a unidade do país, e o exclusivo meio de se promover a *civilização* no extenso território nacional. Os atritos dos locais contra os governantes provinciais, portanto, significariam insubmissão ao regime, já que os presidentes eram os delegados do governo imperial, e um dos elementos primordiais da concentração de poder no Executivo. A “Conciliação”, portanto, procurava diminuir os riscos de embates entre as facções.

A política de conciliação era anunciada desde 1843<sup>329</sup>. Mas somente nos anos 50 pôde se iniciar formalmente. Com os elementos radicais isolados depois da Praieira, assim como um maior desenvolvimento econômico do Império, liberais e conservadores - sobressaindo suas origens comuns e uma relativa homogeneidade na forma de pensar-, começaram a estabelecer acordos que “preservassem a prosperidade” assim como “favorecessem a grande propriedade”.<sup>330</sup> A estabilidade política no Prata, conseguida com a vitória sobre o líder portenho Manoel Rosas em 1852, assim como uma nova lei de terras conjugada com um maior incremento da migração de estrangeiros para o país, parecia mostrar que o Brasil caminhava rumo à prosperidade, mantendo os homens da política ligados à *principal indústria do país* - que era a agricultura - apresentando-se mais concordantes do que discordantes em relação aos rumos do Império.

---

<sup>329</sup> Ver CASTRO, Paulo Pereira. “A reação monárquica” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 2º volume. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

<sup>330</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Coronéis, clientes e bacharéis”, in NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira e MACHADO, Humberto Fernando. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Dessa maneira, um ano antes da política formal de “Conciliação”, D. Pedro II discursava em comemoração aos 30 anos da independência, fazendo destacar que fora a estabilidade das instituições que conseguira fazer figurar o Império entre os povos civilizados, assim como ressaltava a importância do “amor ao trabalho” aliado à religiosidade, como condições para a riqueza da nação:

À sombra de nossas instituições conseguimos colocar-nos na lista dos povos independentes e civilizados. Elas nos têm dado o sossego e a prosperidade de que gozamos. Conto pois que, voltando a vossos domicílios, procureis torná-los cada vez mais respeitados; e que, empenhando-vos em extinguir de todo as dissensões políticas e as divisões intestinas, ensinareis ao mesmo tempo a vossos comprovincianos que o cumprimento dos deveres religiosos, o respeito às leis e o amor do trabalho são os mais seguros elementos da grandeza e felicidade dos Impérios.<sup>331</sup>

Contudo, como política ministerial, a “Conciliação” surgiu somente em 1853, no 12º gabinete, sob a batuta do conservador Honório Carneiro Leão, então visconde do Paraná, que logo viria a ser promovido a marquês do Império. A “Conciliação” permitiu uma maior participação de políticos conservadores que procuravam se diferenciar da *trindade saquarema*, ou seja, dos líderes de ferro, Paulino de Souza, o visconde do Uruguai, Joaquim José Rodrigues, o visconde de Itaboraí, e Eusébio de Queirós. Por outro lado, agradava em geral aos liberais, fazendo com que Sales Torres Homem, um jornalista e político que escrevera o *Libelo do Povo*, um panfleto famoso, com grande repercussão na época, atacando a política conservadora do Império, passasse a usar a sua escrita em favor da *Conciliação*. Segundo Joaquim Nabuco, a imprensa, pela maior parte, recebeu muito bem a idéia de *Conciliação*<sup>332</sup>. Dessa maneira dizia o jornalista Sales Torres Homem:

As nações novas, que, como o Brasil, ainda não firmaram de todo os alicerces de sua civilização, necessitam mais que outras dessas

---

<sup>331</sup> Discurso de D. Pedro II comemorando os trinta anos de Independência, na Assembléia Geral, 7 de setembro de 1852, apud, NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.*, p. 242.

<sup>332</sup> NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

paradas, e não podem desperdiçar suas forças vivas em lutas incessantes e estéreis sem exporem-se aos efeitos de uma caducidade prematura.<sup>333</sup>

Para Nabuco de Araújo, então político conservador, mas que cada vez mais se afastava do partido, principalmente de seu núcleo, o “espírito da conciliação” era o da conservação, sem “governo com idéias extremas”, pois a “conservação pura” tornaria o país estático, enquanto, por outro lado, poderia levar o país à “ruína” o liberalismo reivindicado em 1848. “Obedecendo ao espírito do tempo e da civilização,” a *Conciliação* era o “progresso justificado pela experiência”<sup>334</sup>.

A “Conciliação”, segundo Paraná, era uma política em que os partidários não precisavam sair dos seus partidos para aderirem. Contudo, o ministério formado tinha expressivo número de ministros que acabavam de sair do partido Liberal para ingressar no partido Conservador. Limpo de Abreu, Pedreira e Paranhos eram os que haviam mudado de agremiação, mas não de “crença”, como ressaltava Joaquim Nabuco, porque entre os dois partidos não havia diferença sensível<sup>335</sup>. Daí o sucesso da frase de Holanda Cavalcante, de que não havia *nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder*.

Contudo, as defecções logo começaram a aparecer. O deputado Ferraz, que inicialmente apoiara a política da “Conciliação”, logo pronunciou forte discurso contra o gabinete. Dizia que a nova política não passava de uma compra de adesões, e transformara antigos conservadores, como era ele, em “meros cargueiros de pastas”<sup>336</sup>..

Em seguida, tanto vozes liberais quanto conservadoras acusavam a nova política de “matar os partidos”. Contudo, o programa de “Conciliação” permaneceu firme, com poucas trocas de ministros, e com o gabinete conseguindo a maioria no parlamento, sendo a principal bancada a de conservadores.

No entanto, se *não existia nada tão parecido com um saquarema do que um luzia no poder*, havia uma hierarquia entre os dois, já podendo ser percebida na disposição da própria frase<sup>337</sup>; era o *luzia* que se parecia com o *saquarema*, e não o contrário. Segundo a

---

<sup>333</sup> HOMEM, Sales Torres. *Apud*, NABUCO, Joaquim. *Ibidem*, p. 174.

<sup>334</sup> ARAÚJO, Nabuco de. *Apud*, NABUCO, Joaquim, *op. cit.* p. 397

<sup>335</sup> NABUCO, Joaquim, *Ibidem*, p. 171.

<sup>336</sup> *Ibidem*, p. 176

<sup>337</sup> MATTOS, Ilmar R. de. *Op. cit.* p. 105.

análise arguta de Ilmar Mattos, os conservadores impuseram uma derrota aos liberais não somente no campo de batalha, nos anos de 1842 e 1848. Eles também venceram ao imporem suas concepções.

O Império deveria existir e funcionar de tal maneira que a “liberdade” jamais poderia trazer a associação com uma “igualdade”. As disputas acirradas entre os dois partidos poderiam enfraquecer o sistema e fazer com que a “plebe” reivindicasse direitos e posições. Assim, os liberais proeminentes deveriam perceber que também faziam parte do “mundo do governo”, como os conservadores. Era um mundo que os separava e os distinguia da massa da população. Ao mesmo tempo, esse mundo deveria garantir as diferenciações dentro da sociedade<sup>338</sup>. Era uma diferenciação que era vivenciada e naturalizada cotidianamente. Como dizia um fazendeiro dos últimos decênios do Império, “cada um sabia mais ou menos o seu lugar”<sup>339</sup>.

Aos liberais cabia saber que dentro do “mundo do governo” também havia uma distinção, uma hierarquia, que colocava os saquaremas como os vencedores na disputa pela direção do Império. Eram os *luzias* que procurariam estar parecidos com os *saquaremas* justamente para preservar o “mundo do governo” entre os políticos defensores da proeminência da “boa sociedade”. A “ordem”, portanto, deveria prevalecer entre a população de tal maneira que o exercício político não colocasse em perigo as instituições imperiais, e, conseqüentemente, seus notáveis representantes, assim como as diferenças no interior dessa mesma sociedade<sup>340</sup>.

A própria defesa do direito de insurreição dos liberais, feita alguns anos antes da “Conciliação”, ilustra bem o discernimento que deveria cravar os diversos seguimentos. Sales Torres Homem – que foi contundente defensor da Conciliação –, antes, porém, na ocasião do fim da Praieira escreveu um panfleto sob o pseudônimo de Timandro, defendendo o direito de insurreição dos liberais, tanto nos movimentos de 1842 como no de 1848. Ao contrário dos movimentos que explodiram no Brasil na época das regências, nos quais se envolveram fortemente a “escória” da população, aquelas dos anos 40 “era a flor da sociedade brasileira, tudo que as províncias contavam de mais honroso e eminente em

---

<sup>338</sup> Ver MATTOS, Ilmar R. pp. 112-136.

<sup>339</sup> REZENDE, Francisco de P. Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

<sup>340</sup> Ver MATTOS, Ilmar p. 131-151

ilustração, em moralidade e riqueza”.<sup>341</sup> Assim, a “Revolução” era legítima não somente pela *qualidade* das pessoas envolvidas, como era o próprio governo e a instituição monárquica que provocavam a “desordem”. A opressão que o monarca fazia em relação ao “partido da Liberdade”, de forma alguma era em nome do princípio da “segurança social”<sup>342</sup>. Pelo contrário, a “sanha” e o “orgulho” do imperador eram o que desestabilizava a nação:

A nação! Ah! se ela tivesse o direito de querer alguma coisa, seria simplesmente a continuação da ordem, que é condição única e suprema de toda felicidade, e além da qual nada há mais que desejar.<sup>343</sup>

Dessa maneira, a “ordem, a liberdade e o repouso do Brasil” caíram quando caiu também o gabinete liberal em 7 de setembro de 1848.<sup>344</sup>

A “Conciliação”, por outro lado, como visto acima, era apresentada como o momento em que as paixões partidárias deveriam ceder lugar para a sustentação de um governo que viabilizasse a paz e o progresso da nação. Justiniano José da Rocha, um parlamentar, professor e jornalista a serviço do conservadorismo, chamou esse momento, que começaria em 1852, de *Transação*. Em seu texto *Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade*, apresentava um “estudo refletido da história” que distinguia três movimentos básicos das ações humanas em sociedade. Desses movimentos, ele explicava a história do Brasil, de sua independência aos dias coevos, os quais mereciam especial atenção.

Segundo Justiniano, a *Ação*, que buscava a liberdade contra a tirania, predominaria de 1822 até 1836. Dentro desse período, existia a fase da *Luta* (1822-1831), ou seja, até a abdicação de D. Pedro I, e a do *Triunfo* (1831-1836), sendo que esse último ano marcava as articulações para o *Regresso*. No tempo da *Ação* a Câmara dos Deputados era o “Conselho Diretor” do país, “tudo era ela”. O Poder Legislativo estava “senhora do

---

<sup>341</sup> HOMEM, Sales Torres. “Libelo de um povo”, in MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1956, p. 81.

<sup>342</sup> *Ibidem*. p. 66.

<sup>343</sup> *Ibidem*. p.55.

<sup>344</sup> *Ibidem*. p. 116.

governo<sup>345</sup>. Nesse período prevaleceria o sentimento “anti-português” e “anti-monárquico”, fazendo com que fosse quase impossível se governar o Império; “a ordem se fez no caos”<sup>346</sup>.

Dessa ordem constantemente ameaçada surgiu a *Reação*. Aí se fez destacar a “autoridade” frente aos perigos advindos da descentralização. A reação também se dividia em duas fases, a da *Luta* (1836-1840) e a do *Triunfo Monárquico* (1840-1852). A *Luta* seria marcada pela tomada do poder pelos regressistas e o *Triunfo Monárquico* era indicado principalmente pelo coroamento de D. Pedro II e pelas leis centralizadoras. Foi o medo da anarquia que fez acentuar a reação monárquica:

A reação monárquica se havia operado nos espíritos, não tanto pela eficaz propaganda das doutrinas, como pela lição prática da anarquia, pelo desejo de evitar o calamitoso porvir das ex-colônias espanholas que o patriotismo já eminente.<sup>347</sup>

Mas não somente os espíritos se tornariam conservadores, as mudanças práticas acompanharam as doutrinas do conservadorismo. A força de linha e a marinha foram reestruturadas, o judiciário reformulado, o poder de polícia passou a ser ligado diretamente ao ministro da Justiça, os vice-presidentes nomeados pelas assembléias passaram a ser escolhidos pela Corte. Para Justiniano, na sociedade organizada pela *Reação* tinha acabado a influência local; “tudo partiu do governo, tudo ao governo se ligou, o governou foi tudo”.<sup>348</sup>

Dessa forma, a *Reação* já deveria ser entendida como concluída. Segundo Justiniano José da Rocha, a *Reação* não pararia por si mesmo, o “poder” tenderia a se expandir se outras forças não o detivessem; “Se vai por diante, irá despertar novas lutas”.<sup>349</sup> Se continuasse a reação, viria em contrapartida uma nova luta pela liberdade.

Era, pois, chegado o momento da *Transação*, que havia começado em 1852. Na teoria da História do professor e jornalista Justiniano, depois dos períodos da *Ação* e da

---

<sup>345</sup> ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade”, in: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Op. cit.*, p. 179.

<sup>346</sup> *Ibidem.* p. 178

<sup>347</sup> *Ibidem.* p. 205.

<sup>348</sup> *Ibidem.* p. 214.

<sup>349</sup> *Ibidem.* p. 215

*Reação* viria a grande época da *Transação*. São nos períodos de *Transação* que se “realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização”.<sup>350</sup> Era necessário que os partidos aproveitassem esse momento.

É claro que para Justiniano não interessava se os que participaram da “*Luta*” na época da independência eram completamente diferentes dos que “triumfaram” na época da Regência, possuindo idéias políticas diversas. Contudo, a teoria da História do jornalista e professor foi amplamente utilizada por políticos para explicar o que vinha acontecendo com o Brasil, principalmente pelos adeptos da “*Conciliação*”, como também por Joaquim Nabuco, ao fornecer uma visão retrospectiva do Império, já no tempo de República.

Assim, a “*Conciliação*” tinha um fundamento histórico para se realizar. Mas a direção era a apontada pelo princípio conservador. Não houve uma redefinição dos poderes das Assembléias Legislativas, não voltaram a delegar poder de polícia para o juiz de paz eleito na localidade, não passaram a aceitar vice-presidentes de província eleitos pelo legislativo local, muito menos a escolha dos presidentes de província pelos eleitores do lugar.

Não obstante, a “liberdade” defendida pelos liberais nos anos 30 e 40 havia se tornada confusa até mesmo para os próprios liberais. Os conservadores requalificaram a palavra “liberdade”; seria inequívoca, não deveria mais possibilitar a idéia de uma “igualdade”<sup>351</sup>. Ao mesmo tempo, o exercício político estava assegurado, sem revoltas, sem revoluções, com a proeminência da “boa sociedade” garantida em sua localidade. As disputas partidárias seriam dentro do jogo institucional da monarquia.

Em Mato Grosso, Leverger era a pessoa designada pelo governo central para ser encarregada dessa *transação*, na missão de arrefecer os sentimentos que traziam perigosos conflitos. Tal *transação*, como visto nas atitudes dos deputados na Assembléia, foi também assimilada pelos líderes liberais, seja propondo projetos de interesse do governo, seja promovendo cartas de apoio ao presidente. Certamente os homens públicos da província estavam antenados, para não dizer comprometidos, com a “*Conciliação*” que se tramava na Corte.

O presidente Leverger demonstrava aproximação com os liberais provinciais, não somente

---

<sup>350</sup> *Ibidem*. p. 163.

<sup>351</sup> MATTOS, Ilmar. R. de. *Op. cit.* p. 142.

recomendando-os para a vice-presidência, como resolvendo outras pendências. A venda da tipografia, por exemplo, que tanta disputa causara nos anos 40, acabou sendo aceita, sem contestação, pelo governo provincial<sup>352</sup>.

A “Conciliação” fazia seus efeitos em Mato Grosso. Isso significava principalmente a ausência de ameaça ao governo provincial, que por sua vez não restringiria as ações do partido “perdedor” pela perseguição e pela exclusão. O ajuste das partes seria demonstrada inclusive nas eleições. Mas a *Conciliação* que se operava não era exatamente a *Transação* esperada por Justiniano José da Rocha, ou seja, tendo como fator principal o progresso da nação. A ocupação de cargos era o principal, não havendo uma mudança no que se relacionava a maiores poderes para os locais, - antiga reivindicação liberal - . Pelo contrário, a *necessidade* de saber o que se passava na distância província, conhecê-la melhor, e assim poder mais “de perto” governá-la se faziam constantes para o governo central. A reunião anual da Assembléia provincial, por exemplo, não deixava de trazer preocupações para os governos, tanto provincial quanto central. Era o momento em que se percebia se poderia haver grandes obstáculos e oposições para a administração. Dessa forma, Augusto Leverger participava para o ministro do Império que havia encerrado os trabalhos ordinários da Assembléia Legislativa, “não tendo havido incidente algum de que deva fazer especial menção”.<sup>353</sup>

Se era importante comunicar à Corte sobre não ocorrer fatos inconvenientes na Assembléia, melhor ainda seria relatar ao ministério do Império que não só tinha o apoio dos deputados provinciais, como não havia perigo algum de perder sustentação. Dessa forma, Leverger dizia para o ministro do Império que “teve lugar a abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial. Não tenho o menor receio de que esta nova legislatura retire o apoio à minha administração”.<sup>354</sup> Essa sustentação era percebida antes mesmo do início dos trabalhos legislativos, mesmo com a nova legislatura composta por vários liberais, como Leopoldino Lino de Farias e Antônio da Silva Rondon, além dos líderes Albano de Sousa Osório e João Batista de Oliveira.

---

<sup>352</sup> AN. IJJ(9) 507. Augusto Leverger para Visconde de Monte Alegre, ministro do Império. Cuiabá, 23 de agosto de 1851.

<sup>353</sup> AN. IJJ(9) 507. Augusto Leverger para Visconde de Monte Alegre, ministro do Império. 13 de junho de 1852.

<sup>354</sup> AN. IJJ(9) 508. Augusto Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Cuiabá, 3 de maio de 1854.

A “Conciliação” era promovida com eficácia na fronteira província. Leverger assumia um papel fundamental para que os conflitos – fossem eles entre Legislativo e Executivo, fossem entre as próprias facções locais – não assumissem proporções que colocassem a *ordem* política em perigo.

Um exemplo da eficácia de Leverger foi em uma eleição para deputado geral. Conta-se que se posicionando os dois partidos antagonicamente, o marinheiro fez um entendimento entre os chefes das facções locais. Iriam formar uma chapa única, na qual tanto conservadores quanto liberais votariam nos mesmos candidatos, elegendo, assim, um deputado de cada partido nas duas vagas. Para garantir o acordo, cada lado depositaria 10 contos de réis, que ficariam com o deputado que perdesse as eleições. Dizem que os chefes riram e concordaram.<sup>355</sup>

Não houve mais conflitos no grau que existia nos anos 30 e 40. Claro que desentendimentos e disputas não deixaram de acontecer. Mas nada que pudesse ser tão contundente quanto aos anos que antecederam a “Conciliação”. Mesmo depois desse período, as disputas políticas não chegaram a colocar a ordem institucional em xeque, tal como na década de 40, em que o presidente de província dizia correr perigo de vida<sup>356</sup>.

## **2.1. Governando à distância com a “valiosíssima adesão”**

Não obstante, Leverger, ainda em seu primeiro mandato, não deixava de demonstrar desconfiança em relação ao líder liberal, Albano de Sousa Osório, que poderia entrar em exercício, já que este havia sido designado como 1º vice-presidente. Ao mesmo tempo, o marinheiro também não se via com a possibilidade de perder apoio da Assembléia Legislativa, ou o que vale dizer, que pudesse haver relevantes conflitos com os políticos locais. Essa situação política se mostrou quando Leverger teve que partir para a fronteira e posicionar guardas armados.

Acontecia que o governo imperial estava pressionando a república guarani para assinar um acordo de livre navegação pelo rio Paraguai. Tal navegação era vista com muito

---

<sup>355</sup> CORREIA FILHO, Virgílio. “Augusto Leverger” ... *op. cit.* p. 474.

<sup>356</sup> Na década de 60, por exemplo, o presidente de província Alencastro iria se desentender fortemente com um dos líderes conservadores, padre Ernesto Camilo Barreto. Mas o jogo institucional demonstrava estar garantido. Veremos mais à frente sobre essa e outras contendas que continuariam depois da “1ª Conciliação”.

apreço pelo Império, pois facilitaria as comunicações com as partes de sua porção ocidental, sendo estratégico para sua política no Prata<sup>357</sup>. Nas tentativas de negociação, o governo imperial designou Leverger, que presidia a província, para ficar aquartelado no forte de Coimbra, na fronteira do baixo Paraguai, junto com um destacamento reforçado.

O tempo que iria passar em Coimbra era indeterminado. Não era uma simples viagem de inspeção. Então, o capitão Leverger se viu obrigado a tomar providências excepcionais relacionadas à sua ausência da capital. Normalmente, ao ter que se entregar a outras atividades se afastando da sede da província, sem data para voltar, o presidente poderia passar o cargo para o 1º vice-presidente. No entanto, o capitão resolveu transferir a sede do governo para o forte de Coimbra e de lá passaria a governar. Assim explicava ao ministro do Império:

Ocorreu-me, como era natural, dar a mencionada incumbência [a de assumir a província] ao 1º vice-presidente Albano de Souza Osório, pessoa de cuja honradez faço o melhor conceito; falta-lhe porém experiência e prática dos negócios públicos, e além disso, ainda não está completamente restabelecido de uma enfermidade que, se tornasse a agravar-se, poderia frustrar os fins que me proponho.<sup>3587</sup>

Não era somente a alegada “falta de experiência e prática dos negócios públicos” que desqualificavam o 1º vice-presidente. Ele também não era a pessoa confiada para chefiar o estafe do governo encarregado inclusive das correspondências, como seria o caso se assumisse a direção da província. As várias cartas que chegavam, entre elas ordens do Tesouro, Decretos e decisões do governo imperial, demoravam aproximadamente três meses do emissor ao destino. Iria tardar ainda mais 15 dias até chegar ao forte, e mais vários outros dias até que o presidente despachasse sobre o que lhe foi enviado e retornasse à capital. Assim, o presidente incumbiu o bispo de Cuiabá para receber as correspondências e as reenviasse para os órgãos responsáveis; para que desse publicidade às comunicações

---

<sup>357</sup> BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: ed.UnB, 1996.

<sup>358</sup> AN IJJ(9) 508 Augusto Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Cuiabá, 29 de janeiro de 1855.

que assim fosse exigidas; que selecionasse as que não deveria ser de conhecimento de pessoa além do presidente; e que finalmente enviasse ao forte de Coimbra cópia de todos os ofícios que chegassem. Interessante notar que o secretário da província, que normalmente fazia essa seleção, era parte da comitiva que iria ao baixo Paraguai junto com Leverger.

Sobre essas medidas, que o presidente considerava “excepcionais”, perguntava ao ministro do Império se havia alguma irregularidade, se o governo imperial as desaprovava<sup>359</sup>. Ao que tudo indica, o governo imperial não se importou com a instalação provisória da sede do governo de Mato Grosso no baixo Paraguai, nem com as demais medidas, pois o marinheiro ficou um tempo considerável longe da capital.

Ter a sede da província e o chefe do Executivo provincial em lugar que demoraria dias de viagem até a capital poderia trazer problemas para a administração, assim como para o jogo político. Uma das preocupações dessa distância era justamente o funcionamento da Assembléia Legislativa. Fazia-se necessário, por lei, a presença do presidente de província para iniciar os trabalhos legislativos na abertura de sessão em cada ano. Normalmente a Assembléia era instalada no início de maio. Percebendo que a data se aproximava, o marinheiro presidente marcou a abertura da Assembléia para o dia 1º de agosto. Depois adiou seguidamente para os dias 1º de outubro e 15 de novembro de 1855. Contudo, não contava muito em cumprir a nova data:

Tenho porém pouca esperança de que se verifique a instalação no dia designado, pois que, embora não me conste que seja ameaçada esta fronteira, basta que o governo imperial assim o receie para que não me retire dela sem ordem ou insinuação do mesmo governo.<sup>360</sup>

Notando novamente que não seria dispensado de seus trabalhos na fronteira para que chegasse na data marcada, postergou a data para o último dia do ano. Ou seja, todo esse tempo a província ficava sem a reunião dos deputados. Mas o dia 31 de dezembro de 1855 parecia ser a data limite, pois, para cumprir a lei, a Assembléia deveria votar no ano

---

<sup>359</sup> *Ibidem*.

<sup>360</sup> AN. IJJ(9) 508. Augusto Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz ministro do Império. Forte de Coimbra, 10 de outubro de 1855.

anterior o ano financeiro seguinte. O presidente já havia escrito sobre tal problema para o governo imperial. O governo, porém, ordenou que permanecesse no mesmo lugar, que não se ausentasse por nenhum instante<sup>361</sup>.

A solução dada para esse impasse foi reeditar a lei orçamentária do ano anterior. Leverger, que havia chegado ao forte no dia 12 de fevereiro de 1855, adentrava o ano de 1856 no baixo Paraguai. Por outras vezes adiou novamente a instalação da Assembléia, sem saber ao certo quando poderia voltar. Em 1856 era uma nova Assembléia eleita, mas o presidente somente pôde estar na capital nos últimos meses desse ano.

Enquanto estava no forte de Coimbra, Leverger passava para o governo imperial tranqüilidade em relação à política de *conciliação*, apesar de que ela já ia se tornando palavra gasta na Corte. As eleições de 1856 na província, por exemplo, segundo o capitão, haviam sido “tranqüilas”. Mas, principalmente, confiava novamente numa boa relação com a nova deputação eleita: “(...) tenho toda a razão de persuadir-me que, entre a futura Assembléia e a presidência haverá a perfeita harmonia que desde há bastantes anos não há sido perturbada.”<sup>362</sup>

Não obstante, a certeza de que não haveria conflitos políticos na capital, Leverger pedia para ser exonerado da presidência. Dizia que possuía “deficiência de habilitação para desempenhar tão elevado cargo”. Contudo, afirmava que não iria insistir em tal pedido.

Sua permanência na fronteira era-lhe desgastante não somente por achar-se sem condições para tal empreendimento. Dizia temer que sua ausência da capital, “se ressinta dela a administração civil da província”, e que se aumentassem os inconvenientes por uma falta tão prolongada. Apesar de assegurar que não receava a perda de controle sobre os governados: “Ainda bem que não tenho motivo de temer que se perturbe a ordem e a tranqüilidade pública.”<sup>363</sup>

Além disso, as “angústias” e “inquietações” por que vinha passando Leverger na fronteira eram também por vários problemas de comunicação, que o fazia sentir-se isolado em relação aos acontecimentos no Prata, à sua própria participação nessa operação, assim

---

<sup>361</sup> AN. IJJ(9) 508. Augusto Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Forte de Coimbra, 19 de setembro de 1855.

<sup>362</sup> AN. IJJ(9) 508. Augusto Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Forte de Coimbra, 11 de outubro de 1855.

<sup>363</sup> AN. IJJ(9) 508. Ofício Reservado. Augusto Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Forte de Coimbra, 1º de outubro de 1855.

como por não se achar bem assistido em matéria de provimentos e guarnição. O ministério da Guerra havia informado, no início de 1855, que enviaria para o forte em que estava equipamentos de guerra, gente e dinheiro “de que havia grande falta”.<sup>364</sup> Contudo Leverger exclamava “acabou o ano sem que se recebesse coisa alguma!”. Mas em janeiro de 1856 chegou uma remessa com munição e palamentos. Os canhões, reclamava o marinheiro, permaneciam na província de São Paulo. Soube que soldados designados para o forte que partiram da Corte, em agosto de 1855, chegaram somente no dia 22 de julho de 1856, “ao cabo de onze meses!”. Ao chegarem os praças, reclamou de sua qualidade e quantidade. Observava que eram quase todos “recrutas sem disciplina e que a metade delas haviam desertado no caminho.”<sup>365</sup>

Leverger mostrava que estava sendo bastante ignorado pelo governo imperial. De fevereiro até outubro de 1855 havia recebido apenas uma carta relativa às operações na bacia do Prata. Somente soube que o presidente do Paraguai tivera audiência com um chefe de esquadra brasileira através de um semanário de Assunção, de 17 de março, que conseguiu com dois desertores paraguaios. Em julho, havia chegado um pequeno vapor de salineiros no forte, no qual os tripulantes alegaram que em breve o tratado entre os dois países estaria feito. Eram as únicas notícias, naquele momento, que tinha acerca do Paraguai: “Por plausíveis que sejam não minoram a perplexidade em que me achava”, dizia o presidente, “pois ficava sempre inexplicada a falta absoluta de qualquer comunicação a mim dirigida por via de Assunção.”<sup>366</sup>

Em setembro de 1856 obteve notícia, através do Jornal do Comércio, de 27 de maio, de que a divisão militar que se achava na foz do rio Paraguai havia sido dispersada, e que ela se encontrava em Buenos Aires, rumo à Corte. Ou seja, uma divisão estava a par do que acontecia e ainda era dispensada de seu serviço na fronteira, enquanto a guarnição em Mato Grosso parecia ser esquecida.

O que também atormentava o capitão era não saber exatamente o que fazia no baixo Paraguai, com uma guarnição destacada. Seria para defesa de uma possível invasão paraguaia, ou esse reforço militar tinha outros objetivos? Poderia ser para um provável ataque?

---

<sup>364</sup> *Ibidem.*

<sup>365</sup> *Ibidem.*

<sup>366</sup> *Ibidem.*

Não tendo a menor idéia de quais sejam as intenções do Governo, nem dos motivos que tem para reear a invasão do nosso território, não me animo a retirar-me desta fronteira, sem que alguma comunicação oficial revogue, pelo menos implicitamente, a ordem do Sr. Ministro da Guerra.<sup>367</sup>

Não obstante, o presidente acusava estar com suas “forças terminando”. Além da demonstrada aflição, agravava a situação o fato do secretário e os ajudantes de ordem terem deixado o forte e retornado para Cuiabá, por terem ficado doentes. Dizia que, dessa maneira, escrevia de despachos à simples requisições com o próprio punho. No que se concernia ao serviço militar, era muitas vezes forçado a intervir minuciosamente “nos mais pequenos detalhes”<sup>368</sup>.

O desejo de Leverger em voltar para a capital se tornou mais forte ao saber que sua mulher e sua filha estavam adoentadas. Contudo, o marinheiro somente largaria seu posto quando houvesse ordens para isso<sup>369</sup>.

Em maio de 1856 chegou comunicação do ministério do Império dispensando a guarnição de seu posicionamento na fronteira. Mas a alegria do “Bretão Cuiabano” não se fez cumprir de imediato. Chegou quase ao mesmo tempo uma designação do ministério da Guerra dizendo que o comandante deveria permanecer no forte até a chegada de um oficial, que sairia da Corte, para substituí-lo<sup>370</sup>. Isso significaria mais alguns meses no baixo Paraguai para o líder da *Conciliação* na província de Mato Grosso. Apesar de Leverger escrever para o ministério do Império sobre que ordem seguir, se a do ministério do Império ou a da Guerra, a possível ausência de resposta lhe assinalaria para que permanecesse onde estava.

Durante o ano de 1856 houve um pouco mais de correspondências entre a Corte e a sede provisória do governo de Mato Grosso, se comparada com o ano anterior. Mas mesmo assim eram bastante espaçadas, continuando a deixar o comandante angustiado. Reclamava

---

<sup>367</sup> *Ibidem*.

<sup>368</sup> *Ibidem*.

<sup>369</sup> AN. IJJ(9) 508. Augusto Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Forte de Coimbra, 20 de julho de 1856.

<sup>370</sup> AN. IJJ(9) 508. Augusto Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Forte de Coimbra, 1º de outubro de 1856.

Leverger, em ofício escrito em agosto desse ano, que daquele dia até a última data de correspondência da Corte fazia o tempo de 173 dias. Dizia também temer que acontecessem “graves males” à província se não retornasse logo<sup>371</sup>. Ou seja, pedia para que não ficasse esquecido num lugar considerado mais isolado ainda do que a capital, onde certamente era privado de conforto, de assistência e dos seus entes. Como dizia em ofício anterior: “todos sabem os trabalhos e privações que sofro neste lugar”<sup>372</sup>.

Finalmente, o tenente coronel Caetano Manoel de Faria Albuquerque chegou ao forte de Coimbra para ficar em seu comando. Leverger partiu da fronteira, no dia 19 de outubro, chegando à sua cidade no dia 17 de novembro de 1856. Entretanto, passados alguns dias, acusaria estar fortemente enfermo, faltando-lhe condições físicas e mentais para estar na gerência da província<sup>373</sup>.

Antes de passar o cargo para o vice-presidente, Leverger ainda abriu a sessão legislativa de 1856. Na ocasião, o capitão pedia desculpas por não ter o conhecimento preciso sobre a província, pois ficara quase dois anos afastado da capital. Mas o assunto do momento era a abertura da navegação pelo rio Paraguai:

(...) folgo de poder dar-vos a notícia oficial de acharem-se enfim removidos os obstáculos políticos, que nos vedavam o trânsito dos rios Paraguai e Paraná em toda a sua extensão. As vantagens que podemos esperar da franca navegação dos ditos rios foram-nos facultadas por um Tratado de amizade, comércio e navegação, concluído entre os plenipotenciários do Governo Imperial e da República do Paraguai em 6 de abril deste ano, e cujas ratificações foram trocadas em 13 de junho último.<sup>374</sup>

A Assembléia Legislativa, muito satisfeita com esse novo fato, logo formou uma comissão para felicitar o presidente de província. A abertura da navegação era apresentada

---

<sup>371</sup> AN. IJJ(9) 508. Augusto Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Forte de Coimbra, 18 de agosto de 1856.

<sup>372</sup> AN. IJJ(9) 508. Augusto Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Forte de Coimbra, 20 de julho de 1856.

<sup>373</sup> Augusto Leverger para Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 1º de Abri de 1857. Anexo ao RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 4 de dezembro de 1856.

<sup>374</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 4 de dezembro de 1856.

como um feito do “bretão cuiabanizado”<sup>375</sup>, contribuindo para a imagem heróica que começava a se construir sobre Leverger. Então, a comissão parabenizava com muitos vivas o presidente de província “pelo fato da realização daquela grandiosa obra, sem o sacrifício de uma só gota de sangue, na constância da administração de V. Ex., e com o pujante concurso (que se não pode negar sem injustiça) da preciosa pessoa de V. Ex., e dos seus esforços por este lado do Império.”<sup>376</sup>

Os parlamentares também congratulavam o presidente pelo estado de *ordem* em que se manteve a província, apesar de sua ausência de Cuiabá. A “continuação da paz e da tranquilidade pública, da união e da harmonia em toda a província” eram graças ao discernimento de Leverger. O presidente honrou os principais políticos locais “delegando-nos o seu alvedrio, para que em seu nome reiterarmos a V. Exa., com o acento dos sentimentos de gratidão que compartimos (...)”. Assim, a paz se fez presente devido “à pacífica, mas vigorosa administração” do marinheiro.<sup>377</sup>

Da mesma forma, o aparato burocrático continuou com seu expediente normalizado. A Assembléia Legislativa registrava que era ciente da “ordem e regularidade com que as repartições públicas funcionaram durante a ausência” do presidente de província, e que isto se devia, “assim como tudo o mais, principalmente à perspicácia e às normas” de Leverger<sup>378</sup>.

O homenageado respondeu às felicitações, em texto breve, demonstrando a usual modéstia, mas dizendo que as felicitações pelos seus serviços faziam justiça “aos meus bons desejos e amor que atribuo ao País”. E que a “valiosíssima adesão” da Assembléia assegurava que a administração da província estivesse conforme “a vontade de nosso Augusto Soberano.”<sup>379</sup>

Ou seja, Leverger, quando tinha oportunidade, declarava sua lealdade ao imperador e os seus sentimentos pela sua pátria adotada já há algumas décadas. Mostrava que estava a serviço do Império, e para isso frisava o quanto era importante a adesão da Assembléia.

---

<sup>375</sup> Expressão utilizada por Virgílio Corrêa Filho para designar Augusto Leverger, que adotou Cuiabá para morar.

<sup>376</sup> “Alocução da Deputação nomeada pela Assembléia Legislativa Provincial para Felicitar ao Presidente da Província pelos Serviços que tem prestado à Mesma”. Cuiabá, 16 de dezembro de 1856, anexo RPP. Augusto Leverger, 1856, *op.cit.*P. 23-24.

<sup>377</sup> *Ibidem*, p. 23

<sup>378</sup> *Ibidem*.

<sup>379</sup> Anexo ao RPP. Augusto Leverger, 1856. Cuiabá, 16 de dezembro de 1856.

Assim, todos estariam seguindo *as vistas do governo imperial*, principalmente nesse momento em que alguns ainda entendiam como *Conciliação*, já outros, na Corte, não.

Apesar das precauções de Leverger, quem assumiu a província foi Albano de Sousa Osório, como 1º vice-presidente. No entanto, não passado muito tempo, o marinheiro seria nomeado 1º vice-presidente<sup>380</sup>, cargo que permaneceria até 1866. Sua carta de nomeação chegou quase junto com o novo governante, Joaquim Raimundo de Lamare.

Note-se, apesar de Leverger, quando presidente, não recomendar um dos líderes dos liberais para ser o seu substituto imediato, que no caso era Albano de Sousa Osório, o capitão de fragata não deixava de ter boas relações formais com o reformulado Partido Liberal da província. Pelo contrário, Albano de Sousa Osório, como os demais políticos que estavam na Assembléia Legislativa, demonstraram ter o capitão, pelo menos formalmente, em alta conta. Leverger era referência para os principais políticos locais. Assim, ao felicitar a posse de Albano de Sousa Osório, em nome da Assembléia, uma comissão formada por deputados provinciais esperava que o vice-presidente continuasse a promover “o progresso material e moral encetado e desenvolvido” pelo capitão francês, “que por motivo de moléstia” havia passado “as rédeas do governo”<sup>381</sup>. Em resposta, Albano agradecia o apoio da Assembléia, assim como dizia que iria levar avante, “como me seja possível”, o progresso material e moral da província, “tão habilmente desenvolvido pelo Exmo. Presidente”, seu antecessor<sup>382</sup>.

O vice-presidente Albano de Sousa Osório assumiu a administração em abril de 1857 sob a responsabilidade de não reverter o quadro pacífico no qual Leverger era apontado como o grande responsável. De fato, o líder dos liberais cumpria o que lhe era proposto. Não promoveu notável mudança de cargos, não removeu batalhões ou recriou corpos armados; fez o trivial, que era esperar o próximo presidente de província nomeado pela Corte chegar a Cuiabá. Esse sim, era quem deveria imprimir o ritmo da administração

---

<sup>380</sup> AN. IJJ(9)508. Augusto Leverger para marquês de Olinda, ministro do Império. Cuiabá, 3 de março de 1858.

<sup>381</sup> “Alocução da deputação nomeada pela Assembléia Legislativa Provincial para felicitar o Exmo. Vice-Presidente da Província.” Cuiabá, 15 de maio de 1857. Anexo ao RVPP. Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 3 de maio de 1857.

<sup>382</sup> “Resposta do Vice-Presidente Albano de Sousa Osório.” Cuiabá, 15 de maio. Anexo RVPP. Albano de Sousa Osório. *Op. Cit.* O que não impedia de Sousa Osório, em data posterior, demonstrar que não tinha tanto apreço a Leverger, mas que também não significaria um antagonismo voraz.

pública e fazer os maiores arranjos políticos. Era quem deveria ligar a política da Corte com a da distante província.

### 3. Fim da “Conciliação” – Conservadores contra conservadores

Depois da morte do marquês de Paraná, em 1856, a política de *conciliação* começou a ruir a passos largos, passando a antagonizar-se novamente liberais e conservadores. Na verdade, ocorria uma nova composição política no Rio de Janeiro, que desembocaria no surgimento de um novo partido, o Partido Progressista, que contaria com a dissidência de parte dos conservadores, os chamados “moderados”.

Para substituir o gabinete de Paraná, foi escolhido para presidente do Conselho de Ministros, - o que equivaleria a primeiro-ministro – Araújo Lima, o marquês de Olinda. Este era um dos chefes conservadores, que já havia se mostrado contrário à *conciliação* durante o gabinete de Paraná. Mas agora era chamado para organizar novo ministério. No entanto, para continuar a dar o tom de *conciliação*, o marquês chamou dois liberais para comporem o ministério: Souza Franco e Jerônimo Francisco Coelho. A atuação de Souza Franco no seu ministério – o da Fazenda – era tão marcante que o gabinete ficou conhecido como “Gabinete Olinda-Souza Franco”. Tal composição heterogênea não havia se mostrado nem mesmo no ministério de Paraná, quando ainda havia uma certa homogeneidade entre os ministros, prevalecendo os conservadores nas principais pastas. Dessa forma, os *vermelhos*, como eram chamados os conservadores mais ligados à *trindade saquarema*, começaram a acirrar oposição ao gabinete, mesmo sendo este liderado por Olinda. É interessante notar que a partir da formação desse ministério, o marquês de Olinda começou progressivamente a se afastar dos seus antigos partidários, acabando, em 1868, a ingressar no novo partido Liberal.

Ao assumir o ministério, Olinda, até então chefe tradicional dos conservadores do nordeste, era de fato um dos poucos a poder fazer frente à *trindade saquarema*, que tinha na lavoura do café no Vale do Paraíba sua base política e econômica. O novo chefe de gabinete, dessa maneira, na tentativa de prolongar a política de *conciliação*, aproximava-se dos liberais, à despeito da desconfiança do principal núcleo conservador.

Contudo, a decisão do ministério da Fazenda em permitir a vários bancos a emissão de papel-moeda acabou trazendo instabilidade para o mercado, fazendo crescer a atividade especulativa e proporcionando a algumas empresas enriquecerem facilmente, enquanto outras iam à bancarrota. O próprio imperador discordava da “pluralidade bancária”. O gabinete não resistiu e caiu.

Foi chamado para substituir o marquês de Olinda o experiente político Limpo de Abreu, o visconde de Abaeté - que havia sido liberal nos anos 30 e 40-, assumindo o gabinete no final de 1858 como membro do partido Conservador. Para a pasta da Fazenda, foi escolhido Sales Torres Homem. Alguns deputados conservadores se postaram contra a nomeação do autor de *O Libelo do povo*. Ainda era forte a impressão do panfleto que exaltava os liberais e denegria a monarquia. Por outro lado, a defesa de Sales Torres Homem argumentava que se pessoas que tinham pegado em armas contra o Império foram perdoadas, por que não absolver quem havia escrito um panfleto? Sales Torres Homem acabou tornando-se um dos políticos conservadores mais ortodoxos. Sua política financeira conseguiu agradar o núcleo do partido conservador, ao restringir as emissões de papel-moeda, assim como a de fixar prazo para o pagamento de títulos bancários. Contudo, tais medidas racharam a Câmara, demonstrando que o gabinete não tinha fácil sustentação no Congresso.

Houve uma maior divisão entre os políticos do parlamento, notadamente entre os que eram do Partido Conservador, quando o gabinete começou a nomear pessoas mais ligadas aos *conservadores puros*, do que a de outras tendências. Nesse momento, os congressistas estavam divididos em *conservadores moderados* - que eram os que continuavam a transigir com uma possível política de *conciliação*; os liberais - que se viam cada vez mais excluídos dos quadros e direção governamentais; e os *conservadores puros*, que encastelados no Senado, procuravam paulatinamente se firmar nos postos governamentais, que, por sinal, muitos destes haviam lhes escapado na época de Paraná e Olinda.

A palavra “conciliação” ficou extinta do gabinete Abaeté, notadamente depois que Nabuco de Araújo saiu do ministério da Justiça. Trocava-se o termo “Conciliação” por “Justiça e Moderação”, o que demonstrava o fim da política iniciada por Paraná. De fato, o gabinete passava a trabalhar exclusivamente com os *vermelhos*.

Uma medida do gabinete de Abaeté que causou repulsa aos então chamados conservadores moderados e ao partido Liberal foi a que regulava as associações de empresas. Era retirado o caráter livre de associação, fazendo com que as sociedades mercantis e sociais passassem primeiro por uma aprovação do governo. Isso ia contra o princípio liberal da livre iniciativa, o que causava vários protestos<sup>383</sup>. O mentor de tal restrição era o ex-liberal Sales Torres Homem, que lutava contra o período de forte especulação que havia começado durante o gabinete que antecedeu o ministério do qual fazia parte.

A “liberdade de associação” seria mais tarde bandeira de uma coalizão de facções. Mas como afirmava Nabuco de Araújo, não existiam idéias efetivas que distinguíssem e dirigíssem os grupos que se formavam no período “pós-conciliação”:

Em nome de que princípio político atual o partido Conservador guerreia os Liberais, exclui os Moderados e despreza mesmo os Conservadores Independentes?(...). Não há senão o passado, discute o passado, procura a tradição do passado para justificar a existência. Os outros dois partidos, o Moderado e o Liberal, também não têm outro programa definido, mas o fim comum de combater esse *uti possidetis* do partido Conservador.<sup>384</sup>

A expressão *uti possidetis* era utilizada para designar a “posse” dos vários cargos oficiais pelos saquaremas. Era como se tivessem direito de estar continuamente nos cargos justificado pelo seu uso de muito tempo. Por outro lado, os conservadores lembravam que fora graças à sua direção que o Império não se fragmentou, que as insurreições contra as instituições foram abafadas, que eram o *partido da ordem*. Se o Império estava no caminho do progresso, e o imperador dizia estar ele figurando como *nação civilizada*, era porque muito se devia ao aparato criado pelos saquaremas. Mas era um tempo em que as insubordinações locais pareciam já ter ficado um pouco para trás. Os

---

<sup>383</sup> Segundo Tavares Bastos, era como se o Estado dissesse: “Ao direito de associação: eu vos modero e vos dirijo, e posso embaraçar-vos! A todas as indústrias: Ninguém mais sábio e mais prudente do que eu: segui-me! Meu dedo soberano apontar-vos-á o caminho...” Apud: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. P. 429-430.

<sup>384</sup> ARAÚJO, Nabuco de, *apud* NABUCO, Joaquim. *Op. cit.*, p. 435.

políticos da Corte não deixaram de conjugar ordem com progresso, mas os chamados moderados conservadores, assim como os liberais, se ressentiam das suas exclusões dos quadros governamentais, o que poderia trazer novas complicações para as instituições imperiais. Contudo, não se rebelariam mais veementemente, como os liberais do norte em 1848. Nem queriam que a política deixasse de ser ocupação restrita aos membros da “boa sociedade”, ou que colocassem isso em risco. Assim, pelo próprio jogo institucional conseguiram uma vitória nas eleições no Rio de Janeiro, em 1860, elegendo para o Parlamento o maior símbolo liberal de então, Teófilo Otoni.

O gabinete Abaeté caiu depois desse sucesso dos liberais no principal centro político dos saquaremas, a província fluminense. Foi chamado para contornar a “maré democrática”<sup>385</sup>, na expressão de Joaquim Nabuco, o conservador marechal Caxias, que formaria novo gabinete.

O ministério foi formado em 2 de março de 1861, mesmo faltando dois ministros para o quadro ficar completo. Os conservadores moderados e os liberais esperavam que os cargos restantes fossem preenchidos por pessoas não ligadas ao núcleo saquarema, já que os que tinham sido selecionados até então não correspondiam às suas aspirações. Acabaram sendo escolhidos Saraiva e Sá e Albuquerque, duas pessoas ligadas aos *moderados*. No entanto, pouco mais de dois meses depois, esses mesmos ministros vistos como moderados se retiraram do gabinete. As ações governamentais estavam bastante tendenciosas para o lado dos *vermelhos*. A reação não se fez esperar. Nabuco clamava pela união dos moderados conservadores com os liberais. Dessa forma poderiam alcançar o governo. E foi o que aconteceu. A Câmara derrubou o gabinete de 2 de março. Zacarias de Góis e Vasconcelos passou rapidamente pela presidência do Conselho de ministro, assumindo em seguida o marquês de Olinda, em 30 de maio de 1862, como expoente da “Liga” que se formava.

Ainda sob o curto ministério de Zacarias, passaram a chamar a coalizão de sustentação do gabinete de “Liga”, designando a união de conservadores moderados e liberais. Logo a “Liga” se autodenominava também de partido Progressista. Era uma retomada da política de *conciliação*, e significava a tentativa de isolamento do núcleo principal do partido conservador. Segundo Pereira das Neves, os conservadores ortodoxos

---

<sup>385</sup> *Ibidem.* p. 421.

passaram a ser chamados de “emperrados”, em oposição ao termo “progressista”. Este termo, “progressista”, era por influência da política portuguesa naquele momento, mas também era uma retomada “da tradição regencial representada pelos partidários de Feijó”, fazendo oposição ao “Regresso”, que era percebido nos chamados *conservadores puros* os seus herdeiros diretos<sup>386</sup>.

A nova formação partidária convocou eleições para a Câmara em 1863. A vitória foi arrasadora. Os conservadores conseguiram eleger somente um deputado entre cem vagas<sup>387</sup>. Contudo, o nome “Progressista” e a ocupação de cargos oficiais eram a única coisa que tinham em comum os elementos do novo partido. Logo começou a haver uma disputa ferrenha por cargos entre os liberais e os ex-conservadores. Ficava cada vez mais patente que existiam dois grupos distintos dentro do mesmo partido. Não havia um programa, ou uma idéia de governo, que mantivesse relativamente coesos os progressistas. Assim, Sales Torres Homem atacava a nova situação:

A beleza dos princípios e dos planos preciosos foi talvez o que o fascinou e inspirou suas preferências ilegítimas. [ Referindo-se a Olinda, o presidente do Conselho de Ministros] (...). Qualquer que possa ser a natureza das doutrinas ocultas destes corpos auxiliares, há na escuridão que as envolve um ponto luminoso, e é que não são uniformes e comuns à frações diversas em que eles se dividem. Reunidas para o fim especial e transitório da demolição da atualidade, cada uma das turmas conserva segregadas suas crenças e aspirações, e as não inclui no contingente da guerra. Sendo esta a verdade, que meio maravilhoso descobriu o nobre marquês para tornar seu governo o representante geral e unitário das opiniões variadas, confusas e repugnantes das parcialidades coligadas?<sup>388</sup>

O “meio maravilhoso” para governar elementos tão diferentes em um partido com “falta de idéia”, segundo Torres Homem, era o “desmoronar a obra que o tempo e o patriotismo de tantos homens eminentes levantaram com o concurso do país!”<sup>389</sup>. Os

---

<sup>386</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, MACHADO, Humberto Fernandes. *Op. cit.*, p. 251.

<sup>387</sup> CARVALHO, José Murilo. *Teatro de Sombras. Op. cit.*, p. 372.

<sup>388</sup> HOMEM, Sales Torres. *Apud* NABUCO, Joaquim. *Op. cit.*, p. 445-446.

<sup>389</sup> *Ibidem* p. 446.

gabinetes progressistas não trabalharam efetivamente pelo “desmonte” da obra conservadora, tal como a eleição para presidente de província, como queriam alguns liberais nessa época, nem sequer favoreceram qualquer iniciativa que indicasse uma maior autonomia local. Além do mais, mesmo idéias como o restabelecimento do livre direito de associação, reclamadas pelos moderados e liberais durante o gabinete de Abaeté, não foram avante com a coalizão. Tudo indicava que a “obra” que os progressistas queriam desmorrar eram os quadros funcionais comandados antes pelos conservadores.

Dessa forma, o senador Nabuco de Araújo, um dos principais promotores do Partido Progressista, em carta para Sá e Albuquerque, demonstrava justamente seu temor de um partido formado por uma coalizão, que não tinha idéias que dessem sentido aos seus membros: “Éramos uma grande esperança e seremos a triste realidade de uma facção que só se contenta com empregos públicos: tenho medo deste estado de coisas.”<sup>390</sup>

Essa falta de uma mesma direção na Liga Progressista e a disputa acirrada pelos cargos acabou por separar de fato os liberais dos conservadores moderados na Corte. Aqueles passaram a se chamar de *liberais históricos*, formando um novo partido. O antagonismo entre o que restou do Partido Progressista e o novo partido era mais forte do que o que existia na época da Liga, quando eles estavam juntos se opondo aos chamados *conservadores puros*<sup>391</sup>.

Os progressistas continuaram ocupando os gabinetes. Contudo, as câmaras formadas não davam sustentação ao ministério. Segundo José Murilo de Carvalho, o período de 1862 a 1868, “foi o de maior instabilidade ministerial no Império”. Subiram e caíram seis ministérios, mesmo em uma época de guerra externa, quando o poder Moderador procurava com todo empenho manter contínuas as administrações para não prejudicar o esforço bélico<sup>392</sup>.

Depois do fracasso da “Liga,” progressistas e liberais somente estarão juntos em 1868. Já no início desse ano, Caxias, que comandava as operações de guerra, pediu demissão do cargo, alegando falta de apoio do governo progressista. O imperador não aceitou o seu pedido. Mas à medida que Caxias conseguia vitórias nos campos de batalha, fortalecia o seu partido, o Conservador. Outra conquista dos saquaremas, para desgosto dos

---

<sup>390</sup> NABUCO, de Araújo. *Apud* NABUCO, Joaquim *Op. cit.* p. 441.

<sup>391</sup> *Ibidem*, pp. 440-444.

<sup>392</sup> CARVALHO, José Murilo. *Teatro de sombras. Op. cit.* p. 376.

progressistas, foi a escolha de Sales Torres Homem como senador, saído da lista tríplice do Rio Grande do Norte. Liberais e progressistas conseguiram anular a votação, mas feita nova eleição, Torres Homem foi escolhido novamente. O ministério não pôde suportar tal revés e Zacarias, que era presidente do Conselho de Ministros, pediu demissão<sup>393</sup>.

Dissolvido o gabinete, o imperador chamou nada menos do que o visconde de Itaboraí, um dos principais chefes dos saquaremas, para organizar novo ministério. O descontentamento dos progressistas e liberais foi enorme. O Partido Progressista se desmanchou. Líderes como Nabuco de Araújo e o marquês de Olinda entram para o novo partido Liberal. Outros mais radicais fundaram logo depois o Partido Republicano. Contudo, quando convocadas novas eleições, os conservadores elegeram todos os deputados. A *sorites* de Nabuco de Araújo se cumpria<sup>394</sup>.

### 3.1 “Relações e conveniências locais”

A primeira “política de conciliação” somente demonstrou seu fim, em Mato Grosso, no início dos anos 60. Antes disso, e desde 1850, os que governaram a província procuraram manter a idéia de pacto entre as facções, ou seja, sem que se digladiassem pública e contundentemente.

Depois da administração do vice-presidente Sousa Osório, assumiu a direção provincial o almirante Joaquim Raimundo de Lamare, em fevereiro de 1858. Tinha experiência de ter sido ministro da Marinha no gabinete do marquês de Olinda, em 1852. Possuía alguma ligação com Mato Grosso (pelo menos nominalmente), já que havia representado a província em uma comissão na Câmara em 1856. Depois seria novamente deputado geral pelo Mato Grosso em 1861, e no ano de 1880 seria eleito senador pela mesma província, em lugar de Paranhos, o visconde do Rio Branco.

Raimundo de Lamare havia sido indicado pelo gabinete de Olinda, formado em 1856, que procurava prolongar a *Conciliação*. Assim, buscou fazer uma administração que não suscitasse grandes divergências. Tanto os denominados liberais quanto os

---

<sup>393</sup> NABUCO, Joaquim. *Op. cit.*, p. 447.

<sup>394</sup> A *sorites* consistia no seguinte: O poder moderador escolhia a quem quisesse para organizar os ministérios. Depois essa pessoa ganhava as eleições por todo o Império. Os eleitos formariam a maioria que daria sustentação ao gabinete formado. Veremos mais adiante algumas implicações dessa *sorites* na província.

conservadores da Assembléia Legislativa demonstraram boa aceitação em relação ao presidente. A administração de Lamare foi facilitada pela remessa extra de 20 contos de réis, para serem aplicados em obras e mais 10 contos para a instrução pública<sup>395</sup>. Desde os anos 40 o governo geral havia cessado de enviar recursos para tais finalidades na província.

O que poderia ser uma divergência inconciliável entre o presidente de província e a casa legislativa era a eleição de Albano de Sousa Osório para a Assembléia Provincial, em 1857. Durante o pleito, Sousa Osório estava como vice-presidente em exercício. Assim, por lei, não poderia participar de eleição. Mas concorreu e foi eleito. Lamare levou o caso ao governo geral, como era de seu dever<sup>396</sup>. Contudo, a situação não foi revertida. Logo, porém, uma comissão da Assembléia escreveria agradecendo “sinceramente pela escolha” do almirante para presidente da província<sup>397</sup>.

Tudo parecia convergir para que continuasse a *conciliação* em Mato Grosso. Dessa maneira, Lamare escrevia ao governo dizendo que a Assembléia havia encerrado seus trabalhos do ano sem que nada de extraordinário tivesse ocorrido. A boa relação parecia interessar a todos, ou seja, aos principais políticos da província e ao chefe do Executivo.

Continuava a contribuir para isso as indicações para postos e as ocupações de cargos. Assim, Lamare, tentando promover um equilíbrio entre os políticos locais, sugeria para a Corte o nome de Batista de Oliveira para 2º vice-presidente, representando os liberais. Por outro lado, indicava Manoel Antunes de Barros para o lugar de 4º vice-presidente, que estava vago, por ser “pessoa prudente, de bons serviços e belas qualidades.”<sup>398</sup> Antunes de Barros era coronel comandante superior da Guarda Nacional e ligado ao grupo dos conservadores. Tinha assumido o alto posto na guarda durante a presidência de Leverger. Da mesma maneira, cargos como o de inspetor-geral de instrução continuava com o conservador Gaudie Ley, desde 1850, passando incólume pelos mais de

---

<sup>395</sup> AN. IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para Marquês de Olinda, ministro do Império. Cuiabá, 10 de março de 1858. Provavelmente o retorno de remessas do governo imperial para a província tenha se dado devido à abertura do rio Paraguai. A província de fronteira deveria se fortalecer não somente militarmente, mas em seu aspecto geral para fazer frente às repúblicas vizinhas. Acrescente-se a isso uma melhor condição financeira do tesouro imperial, se comparada às décadas de 1830 e 1840.

<sup>396</sup> AN. IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para Marquês de Olinda, ministro do Império. Cuiabá, 10 de maio de 1858.

<sup>397</sup> Representação da Assembléia Legislativa Provincial a V. M. o Imperador, pelas mãos do Marquês de Olinda. Cuiabá, 3 de julho de 1858.

<sup>398</sup> AN. IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para Marquês de Olinda, ministro do Império. Cuiabá, 7 de dezembro de 1858.

10 meses de governo de Albano de Sousa Osório, e referendado nesse momento por Lamare.

O almirante chamou ambas as facções para a tarefa de ajudá-lo na administração da capital. A escolha de uma comissão para combater a carestia, por exemplo, contemplava os liberais. Acontecia que, nesse momento, em todo o Império prevalecia uma alta de preços. O presidente notava que a distante província sofria mais intensamente esse efeito. Assim, conseguiu uma verba extra com o governo geral, 10 contos de réis, para que fossem comprados gêneros alimentícios “em primeira mão” e revendidos a preço de custo para a população mais carente. Para fazer esse trabalho, designou os cidadãos João Batista de Oliveira, Leopoldino Lino de Farias (ambos liberais) e José Pinto Gomes (provável parente de um dos políticos de expressão). Certamente, participar de uma comissão como essa, traria alguma popularidade para os participantes, assim como demonstraria certa confiança do presidente aos designados<sup>399</sup>.

Na necessidade de construção de uma cadeia pública na capital, o almirante nomeava também uma comissão composta de 3 cidadãos, para a compra de materiais, para a contratação de pessoal e para fazer o acompanhamento da obra. Eram essas pessoas Antônio Cerqueira, Henrique José Vieira e Moreira Serra<sup>400</sup>, todas ligadas aos conservadores (Moreira Serra era o principal pagador de impostos da província, mas não entrava na política ocupando ou disputando cargos, tais como o de deputado provincial).

Tal forma de agir, ou seja, procurando governar com as diferentes facções, fazia com que o presidente se sentisse à vontade para relatar que reinava a paz na província e assim poderia melhor cumprir seus demais objetivos de governante. Em seus relatórios, Lamare praticamente não abordava assuntos considerados diretamente políticos, com exceção da redivisão dos colégios eleitorais, que havia sido ordenado pelo governo central para todo o Império. A paz, apontada como realizável graças à coadjuvação da Assembléia e dos homens públicos locais, deveria continuar reinando na distante província, que necessitaria de estar em freqüente contato com o governo central.

Se o almirante Lamare escrevia para a Corte informando sobre o “estado de tranqüilidade” na província no momento do encerramento dos trabalhos da Assembléia, os

---

<sup>399</sup> Ver RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1860. p. 17.

<sup>400</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 33.

ofícios relacionados ao “sossego público” foram se tornando cada vez menos frequentes. Antes, nos anos 30 e 40, as cartas relatando o “estado de tranquilidade pública” eram emitidas continuamente. Houve períodos em que eram enviadas de 10 em 10 dias, não obstante o tempo que levassem para chegar ao destino. No período de Lamare, esses tipos de ofícios já haviam passado a ser escritos somente em ocasiões específicas, como a abertura e o fechamento dos trabalhos legislativos, assim como pela ocasião da saída e chegada de viagens pela província.

Não obstante, além de sustentar a *Conciliação*, o almirante tinha que fazer várias incursões pela província, levando em conta a recém-aberta navegação pelo rio Paraguai, assim como possíveis conflitos com os vizinhos, notadamente os da bacia do Prata. Se no tempo em que Leverger estava na fronteira, o presidente não sabia exatamente o porquê de estar ali, o almirante Lamare provavelmente sabia que apesar do Tratado de Paz e Navegação com o Paraguai, uma guerra poderia surgir em breve. O Brasil havia conseguido esse acordo na base da coação aos paraguaios. O Paraguai, por seu turno, continuou a dificultar a passagem de embarcações brasileiras que rumavam para Mato Grosso, por meio de complicados regulamentos. Carlos López, o presidente paraguaio, temia que a livre navegação fortalecesse militarmente essa província, e assim ameaçasse seu país<sup>401</sup>.

Ser presidente de província de Mato Grosso, portanto, não era ser um funcionário somente de gabinete e palácios. Talvez por isso predominassem os militares como presidente da fronteira província. Assim, Lamare fez duas viagens em direção ao sul de Mato Grosso, em seus pouco mais de 19 meses de governo. Nessas viagens, demorando 60 dias aproximadamente em cada uma delas, o presidente foi conferir a criação das colônias militares de Miranda e Dourados. Revistou o forte de Coimbra. Conferiu a remodelagem do lugar chamado Corumbá, que futuramente deveria ser importante ponto de comércio. Nas suas viagens observou as condições físicas de navegabilidade dos rios<sup>402</sup>. Certamente para uma melhor segurança dessas incursões, dever-se-ia ter como condição uma boa relação com os políticos locais, podendo assim o presidente ausentar-se da capital e empreender as tarefas de organização de defesa e de viabilização do comércio com mais segurança.

---

<sup>401</sup> Paulino de Sousa afirmava, em 1857, que naquele momento aplicava-se “o princípio de que na paz cumpre preparar a guerra.” Ver DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra – Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

<sup>402</sup> AN. IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para José Antônio Saraiva, ministro da Marinha. Cuiabá, 6 de setembro de 1858.

Contudo, o cargo de presidente e o de vice-presidente deveriam ser vistos de maneira diferente, apesar de a ambos caber a administração da província. O presidente, que na maior parte das vezes vinha de outro lugar, era apresentado como “isento” das paixões locais. O vice-presidente, por seu turno, era sempre um político da região. Sendo assim, suas atitudes poderiam ser suspeitas de favorecer seus partidários e amigos.

Dessa maneira, apesar de Lamare não deixar de promover a *conciliação* na província, argumentava à Corte que determinadas atitudes de seu antecessor, Albano de Sousa Osório, continham faltas de imparcialidade. Foi o caso da lista de pessoas que receberiam mercês do governo imperial. O governo central havia pedido à administração provincial que mandasse uma lista com os nomes das pessoas dignas de receberem mercês. Quem estava no governo e preparou a lista foi o líder dos liberais em Mato Grosso, Sousa Osório. Nela figuravam 42 pessoas, não somente de Cuiabá, mas de vários distritos da província<sup>403</sup>. Interessante notar que não havia o nome de Leverger nessa relação. Se o marinheiro não recomendava Sousa Osório para assumir a província, ele também não era indicado pelo líder dos liberais para mercês. Contudo, Albano de Sousa Osório recomendava “opositores” tais como Antônio de Cerqueira Caldas, líder dos conservadores, e Antônio José da Silva, prestigiado fazendeiro ligado aos “saquaremas” da província. Mas a maior parte, claro, era da sua facção.

De acordo com as correspondências do presidente Lamare, a Corte negou a lista feita por Sousa Osório. O novo presidente deveria fazer outra. Também era recomendado que Lamare tomasse ciência da lista feita pelo vice-presidente, mesmo que não fosse mais válida. No entanto, dizia o então presidente que não havia cópia da relação feita por Osório na secretaria da província. Possivelmente esse sumiço se deu para que o vice Osório não se comprometesse com os outros senhores da “boa sociedade”. Seja como for, Lamare parecia compreender perfeitamente a negação da Corte em relação à classificação feita pelo seu antecessor:

E como na escolha das pessoas assim classificadas, deveria, naturalmente, achar-se o vice-presidente em embaraços, atenta a sua interinidade, relações e conveniências locais, *me parece* que o

---

<sup>403</sup> AN. IJJ(9) 508. “Relação dos cidadãos Dignos de receberem mercê”. Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 3 de junho de 1857.

Governo Imperial *entendeu* não dever por isso tomá-la em consideração.<sup>404</sup>

Aproximadamente um ano depois, o almirante tinha sua relação de notáveis que deveriam receber mercês da Coroa. A nova lista continha 21 nomes de cidadãos, ou seja, a metade da anterior<sup>405</sup>. Nela continuava contendo nomes como os de Batista de Oliveira e de Cerqueira Caldas, líderes das diferentes facções. Continha inclusive o de Sousa Osório e de seu irmão, João de Sousa Osório. Leverger, que estava de fora da outra, aparecia em primeiro lugar.

Leverger não somente tinha indicação para mercê, mas, dessa vez, era recomendado para a carta de Conselheiro de Estado. O “Bretão Cuiabano” não foi içado para tal posto, mas continuou por um bom tempo, dentro dos cálculos do governo imperial como pessoa fundamental para a política local.

### 3.2. “Proteção a esta província”

Se Leverger e Lamare desempenharam a contento a política de *conciliação*, o presidente seguinte não teve a mesma sorte. Essa política já vinha definindo na Corte, como já visto. O novo posicionamento do gabinete, no final dos anos 50, francamente conservador, tinha suas implicações em Mato Grosso. Mas o conflito que surgia não era devido ao presidente ser delegado *squarema*. Antes, fora o contrário.

No final da década de 50, o gabinete do Visconde de Abaeté designou para administrar o Mato Grosso o tenente-coronel Antônio Pedro de Alencastro, que esteve à frente da província de setembro de 1859 a fevereiro de 1862. Ele era homônimo do coronel Alencastro que governou a província de setembro de 1834 a fevereiro de 1836<sup>406</sup>.

Quando Alencastro assumiu, como já vinha tornando-se rotina, foi muito bem recebido pela Assembléia Legislativa, que felicitava o novo presidente “pela sua

---

<sup>404</sup> AN. IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para Marquês de Olinda, ministro do Império. Cuiabá, 9 de setembro de 1858. Grifo meu.

<sup>405</sup> AN. IJJ(9) 508 “Relação de vinte e um Cidadãos Respeitáveis residentes nesta Província, que me parecem dignos da Munificência Imperial”. Raimundo Joaquim de Lamare. Cuiabá, 1º de setembro de 1859.

<sup>406</sup> Houve ainda um terceiro “Alencastro”, que governou o Mato Grosso. Era José Maria de Alencastro, que esteve à frente da administração de maio de 1881 a outubro de 1883.

investidura”, e que estava, sem dúvida, “bem pronunciada a confiança do Governo de S. M. O Imperador”. Para demonstrar adesão, dizia que começava a votar a Lei Orçamentária logo, com a devida atenção às “judiciosas propostas” de Alencastro<sup>407</sup>. Note-se que em anos anteriores, quando a Assembléia se atritava com o representante do poder Executivo, não somente não levava em consideração suas propostas, como também os deputados não votavam em tempo hábil a Lei Orçamentária.

Na reunião dos deputados no ano seguinte, a Assembléia apresentou outro texto em apoio ao presidente Alencastro<sup>408</sup>. O tenente coronel tinha apoio da maioria da Assembléia, o que lhe proporcionava continuar nas viagens pela fronteira com certa tranqüilidade, como fizeram seus antecessores<sup>409</sup>. Houve inclusive eleições para deputado geral, sem que a “tranqüilidade pública” fosse “alterada em parte alguma da província”<sup>410</sup>, segundo Alencastro.

Contudo, essa maioria que lhe fornecia felicitações não era composta dos principais políticos conservadores, apesar de ter sido o próprio presidente designado por gabinete *squarema*. Ter um gabinete conservador e não poder usufruir de condições políticas vantajosas a seus adversários, fez com que os *squaremas* da província se voltassem contra o tenente-coronel.

Os conservadores da província começaram a externar seu descontentamento quando o jornal *A Imprensa de Cuiabá*, publicou várias críticas e insinuações de corrupção relacionadas ao presidente Alencastro. A autoria desses artigos era atribuída ao padre Ernesto Camilo Barreto, que também exercia a função de lente do seminário episcopal, tendo chegado ao Mato Grosso há poucos anos. Segundo Alencastro, o padre seria o verdadeiro proprietário do jornal, sendo o editor responsável Eduardo Luiz Teixeira, cuja moralidade era questionável. Como colaborador, tinha um “pretinho há pouco liberto, que estava respondendo por crime de falsidade”<sup>411</sup>. Na verdade, assinavam o expediente do jornal os principais elementos do partido conservador, tendo como redatores Antônio de

---

<sup>407</sup> “Alocução da Deputação da Assembléia Legislativa Provincial, nomeada para felicitar ao Presidente da Província a sua nomeação”. Cuiabá, 22 de maio de 1860.

<sup>408</sup> Alocução da Deputação da Assembléia Legislativa Provincial, nomeada para felicitar ao Presidente da Província.” Cuiabá, 20 de maio de 1861. Anexo ao RPP. Antônio Pedro de Alencastro, 1861.

<sup>409</sup> AN. IJJ (9) 508. Antônio Pedro de Alencastro para João de Almeida Pereira Filho, ministro do Império. Cuiabá, 28 de fevereiro de 1861.

<sup>410</sup> RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1861, p. 4.

<sup>411</sup> AN. IJJ(9) 508. Antônio Pedro de Alencastro para Marquês de Caxias, presidente do Conselho de Ministros. Cuiabá, 28 de junho de 1861.

Cerqueira Caldas, Celestino Corrêa da Costa, Henrique José Vieira, José Eugêncio Moreira Serra, José Porfírio Antunes, Antônio Antunes Galvão, Luiz da Silva Prado, Sousa Neves, além do próprio padre Camilo Barreto. Era impreso numa tipografia que havia chegado à província em 1860, pertencente a Floriano de Sousa Neves. Contudo, os artigos não eram assinados por seus nomes verdadeiros.

O presidente de província, ao tomar conhecimento das publicações, chamou o “maligno e sedicioso” padre ao palácio governamental e disse-lhe “que não podia tolerar que ele continuasse em seus insultos contra a” sua administração, que não ele não poderia continuar a “usar de linguagem insultuosa e ofensiva contra a primeira autoridade da província, procurando desconceituá-la”, e dessa maneira, “propalando idéias subversivas da ordem pública.” Se não parasse, o presidente dizia que “lançaria mão dos meios que” lhe parecessem “convenientes”<sup>412</sup>.

Contudo, as críticas continuaram, mas dessa vez sem o nome do padre no expediente do jornal. Assim, dizia o presidente que “finge o famigerado padre (...) retirar-se da redação,” e apareciam assinando a redação homens inexperientes, “na maior parte analfabetos”. Dessa maneira, para pôr fim à “trama deste anarquista, para que não perturbasse a ordem”, o presidente mandou prendê-lo. Em seguida o embarcou para Montevidéu, e de lá seguiria para a Corte. Conta-se que quando Camilo Barreto foi preso, estava em plena celebração de missa. No entanto, o governo central ao tomar conhecimento da prisão do padre, providenciou logo a exoneração de Alencastro.<sup>413</sup>

Antes disso, porém, o tenente coronel buscou apressar um processo contra Eduardo Luiz Teixeira, “por crime de irregularidade de conduta”, tendo produzido notas falsas em 1856, e por ter-se entregue ao “vício de embriaguês”<sup>414</sup>. Luiz Teixeira era alferes da Guarda Nacional. Note-se que o alferes não aparece em nenhum expediente do jornal dos conservadores.

Pouco antes da chegada de seu substituto, Alencastro respondeu às acusações de corrupção ao governo central. Dessa maneira escrevia: “ (...) folgo de anunciar a V. Exa.

---

<sup>412</sup> *Ibidem*.

<sup>413</sup> SIQUEIRA, Elizabete Madureira. “Padre Ernesto Camilo Barreto”, *in*: FÁVERO, Maria de Lourdes e BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002.

<sup>414</sup> AN. IJJ(9) 508. Secretaria da Polícia de Cuiabá, Jesuíno de Sousa Martins. Cuiabá, 11 de junho de 1861.

que deixo esta Província mais rica e florescida do que a encontrei, e dela me retiro tão pobre, como vim.”<sup>415</sup>

A pessoa escolhida para substituir o presidente, era o administrador de províncias mais experiente do Império naquele momento: Herculano Ferreira Penna. Ele já havia sido presidente de outras seis províncias, inclusive de Pernambuco no momento conturbado da Praieira. Já era senador do Império. As circunstâncias de Mato Grosso indicavam algum cuidado, e para lá o senador foi mandado ter nova experiência administrativa.

O presidente Ferreira Penna logo recebeu apoio da Assembléia. Mas sabia que somente isso não bastava para prevenir conflitos entre as facções na província. Assim, desmobilizou alguns destacamentos da Guarda Nacional, reservando o direito de convocá-los somente quando achasse realmente necessário, pois esta era acusada de influir nas eleições<sup>416</sup>.

O senador não promoveu viagens pela fronteira, como fizeram seus antecessores, talvez pela constante atenção que parecia merecer a capital naquele momento. Contudo, 1862 era um ano de muitas mudanças na política do Prata. Houve uma reunificação da Argentina em torno de Buenos Aires. No Paraguai, Solano Lopez ascendeu ao poder, assim como expirava o prazo para Brasil e a república guarani definirem suas fronteiras. Dessa maneira, Ferreira Penna, mesmo sem fazer excursões, recebia informações freqüentes das guarnições militares nos limites do Império<sup>417</sup>.

Internamente, o presidente fazia questão de destacar o papel das instituições do regime monárquico na promoção do progresso. O respeito às instituições estava diretamente ligado à paz. Somente assim se cumpriria a antiga idéia do *poderoso e vasto Império* :

Quanto às Instituições fundamentais são unânimes as convicções e os desejos da nação inteira, porque a nossa própria experiência, e os exemplos de outros países tem posto para sempre fora de dúvida que da existência do Sistema Monárquico Constitucional

---

<sup>415</sup> AN. IJJ(9) 508. Antônio Pedro de Alencastro para José Ildfonso de Sousa Ramos, ministro do Império. Cuiabá, 8 de fevereiro de 1862.

<sup>416</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 15.

<sup>417</sup> AN. IJJ(9) Herculano Ferreira Penna para marquês de Olinda, ministro do Império. Cuiabá, 23 de agosto de 1862.

Representativo dependem inteiramente, não só a paz e prosperidade que hoje gozamos, como também a futura grandeza do Vasto Império de Santa Cruz.<sup>418</sup>

Dessa maneira, o presidente demonstrou ter atenção especial nas eleições. Sob seu governo houve uma eleição para senador. São várias as cartas ao ministério do Império relatando os cuidados que teve para garantir o “voto livre”. Dizia o presidente aos deputados provinciais que “posso (...) afiançar-vos que nenhum votante terá razão para queixar-se de haver a ação ou influência do governo prejudicado, ou coartado de qualquer modo a independência e liberdade, que a todos garante a Lei para o exercício de seus direitos políticos”<sup>419</sup>.

Para senador, representando Mato Grosso, foi eleito Silva Paranhos, o futuro visconde do Rio Branco. Era tido como político conservador. Não obstante, os homens públicos assumidamente do Partido Conservador de Mato Grosso se sentiam excluídos do comando da província. O presidente Herculano Ferreira Penna em nada mudara os cargos principais, assim como eram os liberais os que tinham a maioria na Assembléia. Para piorar a situação dos conservadores, Batista de Oliveira, líder liberal, continuava firme como comandante geral da Guarda Nacional, desde o governo de Alencastro.

Dessa maneira, um grupo formado dos principais políticos conservadores locais escreveu carta para ninguém menos que o conselheiro Euzébio de Queiroz, a fim de que se revertesse a situação favorável aos *luzias* de Mato Grosso. Euzébio era figura eminente dos saquaremas, senador desde 1854, sendo várias vezes ministro. Era considerável sua influência nas políticas imperiais. Em Mato Grosso, era visto como um dos “salvadores da anarquia”, pelos partidários da facção conservadora, ao ser lembrado como um dos principais atuantes da política saquarema nos anos 40 e 50. Lembravam isso a Euzébio, não somente para elogiá-lo e estabelecer vínculos, mas principalmente por esperarem que o conselheiro concedesse a “proteção a esta província”, o que consistia principalmente em exonerar de seu cargo o comandante da Guarda Nacional, João Batista de Oliveira. Acusavam o líder dos liberais de usar ostensivamente a guarda para fins eleitorais. O experimentado presidente de província não fazia nada para detê-lo e conseqüentemente o predomínio liberal em Mato Grosso, o que determinava que “os principais postos oficiais”

---

<sup>418</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 5

<sup>419</sup> *Ibidem*

fossem ocupados por *luzias*. Aliás, o grupo conservador dizia que esse predomínio havia começado com o almirante Lamare, quando ainda havia “um expirante resto de Conciliação”. A situação piorou, segundo o grupo conservador, com o governo de Alencastro, “que se entregou totalmente para o outro lado”, mesmo sendo a princípio “de um lado”. De acordo com o grupo provincial, o presidente “nada poupou para dar-lhes ganho nas últimas eleições”. Dessa forma, pediam para que Euzébio “olhasse pela província”<sup>420</sup>. O que deixava os conservadores mais indignados ainda era o fato de que em “todo o Império” predominava a situação conservadora, ao contrário do que acontecia na província de Mato Grosso.

Os políticos estavam acenando justamente para o fim da “Conciliação”. Ela de fato se caracterizava por conceder cargos tanto para um partido, quanto para o outro. Mas o término dessa fase já poderia ser considerado há alguns anos, quando praticamente era formado um gabinete conservador atrás do outro, a partir de 1856. Isso não se refletia na província como os conservadores locais queriam. Se a representação política era como a *sorites* pronunciada por Nabuco de Araújo, algo semelhante deveria acontecer na província também. Ou seja, se a partir do Poder Moderador chegava-se à eleição nas diversas localidades, confirmando o gabinete, conseqüentemente as representações provinciais deveriam seguir a direção apontada pelo imperador. Não obstante, Nabuco considerava ilegítima a representação política, pois não eram as eleições que determinavam o gabinete e a política a seguir, mas o próprio gabinete, escolhido pelo imperador, que fazia as eleições<sup>421</sup>.

O que interessava para os políticos provinciais, no entanto, era, principalmente, a mudança ou permanência das pessoas nos cargos locais. Dessa maneira, se um partido estivesse no ministério, os cargos preenchidos por nomeação seriam do mesmo partido, do mesmo jeito que as eleições fariam a maioria que daria sustentação ao gabinete. Seriam as pessoas, nas localidades, do mesmo partido do gabinete, que dariam o suporte ao presidente de província

---

<sup>420</sup> AN. Microfilme PM 1575. Fundo Euzébio de Queiroz. De Henrique José Vieira, Ernesto Camilo Barreto, Luiz da Silva Prado, Antônio Antunes Galvão, Antônio de Cerqueira Caldas. Cuiabá, 14 de fevereiro de 1862.

<sup>421</sup> É interessante notar que essa *sorites* de Nabuco de Araújo era para demonstrar o quanto era “irresponsável” e “ilegítimo” o poder Moderador, não correspondendo à vontade da população. Esse sistema poderia trazer a “ditadura” de um partido. NABUCO, Joaquim. p. 766. Contudo, José Murilo de Carvalho defende que era graças à interferência do poder Moderador que havia rodízio dos partidos no governo, evitando a ditadura de um grupo, fazendo-se representadas as minorias. Ou seja, era o poder Moderador que possibilitava a existência do bipartidarismo. Carvalho, José Murilo. *Teatro de Sombras*, p. 374-375.

designado por essa mesma agremiação. Essa seria a lógica na província em relação às mudanças de gabinete, principalmente depois que a *conciliação* havia naufragado.

Contudo, a Corte continuava a manter elementos em cargos de nomeação do governo central que não fossem do partido que prevalecia no Executivo. Isso mostra que, mesmo terminada a *Conciliação*, o governo central procurava manter prováveis oponentes em posições de destaque nas suas localidades, o que poderia evitar conflitos como ocorreram nos anos 40. Dessa forma, Batista de Oliveira e Sousa Osório eram vice-presidentes tanto no período da “conciliação”, se considerada até 1858, como nos anos seguintes, assumindo a província por algumas vezes. Do mesmo jeito, Batista de Oliveira se tornaria comandante da Guarda Nacional em pleno gabinete conservador. Por outro lado, os próprios correligionários não poderiam se sentir totalmente alijados dos cargos principais, o que também poderia levar problemas para o governo central, como uma derrubada de governo local, em caso quase extremo.

De fato, a carta do grupo conservador fez algum efeito. O líder dos liberais foi afastado do posto de comandante da guarda. Mas isso duraria pouco tempo. Em 1862 sobe ao governo central uma coalizão que restituiria o comando da Guarda Nacional a Batista de Oliveira. Essa coalizão se transformou no Partido Progressista, e sob esse governo Batista de Oliveira ganhou o título de Barão de Aguapeí, reforçando ainda mais a sua liderança em Mato Grosso, ao mesmo tempo em que a monarquia estreitava laços com outros líderes políticos do *sertão*. Um título de nobreza sinalizava adesão e cooperação do agraciado à monarquia, mas também mostrava que o governo central precisava dos chefes locais como aliados.

O governo progressista mandou para a província, em substituição à Ferreira Penna, o general Manuel Albino de Carvalho, que governou o Mato Grosso de julho de 1863 a agosto de 1865, já no início da guerra contra o Paraguai. Durante a presidência de Albino de Carvalho houve eleições tanto para deputado geral quanto para provincial. A coalizão formada na Corte obteve os dois deputados de Mato Grosso. Eram eles Joaquim Raimundo de Lamare, nesse momento progressista e ex-conservador *moderado*, e o bacharel morador de Cuiabá, Caetano Xavier da Silva Pereira Júnior, tido como liberal, fazendo parte do bloco progressista. A vantagem desses para os candidatos conservadores foi enorme: 108

votos para os liberais/progressistas e 25 para os conservadores<sup>422</sup>.

Contudo, os políticos liberais da província não iriam se auto-denominar progressistas na política local, muito menos se coligariam com os conservadores. A “segunda conciliação”, caracterizada por deputados “progressistas”, originários tanto do partido conservador quanto do liberal, não chegava a contagiar a província. Ou seja, em Mato Grosso continuavam “liberais” versus “conservadores”. Os partidários do barão de Aguapeí se tornariam progressistas quando era eleição em nível nacional. Não obstante, os liberais locais também venceram as eleições para a Assembléia provincial, em 1863, além da disputa para deputados no Rio.

O presidente Albino de Carvalho não procurou alterar a ordem dos vice-presidentes de província - ou seja, Leverger em primeiro, seguido por Osório e o Barão de Aguapeí – nem tampouco alijar completamente os conservadores da administração provincial. Assim, as obras do seminário episcopal estavam “vantajosamente a cargo do capitão Antônio de Cerqueira Caldas”<sup>423</sup>, expoente do partido conservador. Por outro lado, o líder dos liberais, barão de Aguapeí, tinha também o posto de diretor geral dos índios<sup>424</sup>.

No entanto, mesmo estando em um ambiente político local que não lhe era francamente hostil, o general Albino de Carvalho queria ser transferido logo da província. O seu sucessor, que seria o coronel Frederico Carneiro de Campos, quando estava a caminho de Cuiabá, foi preso junto com a embarcação e demais tripulantes, em Assunção, no dia 12 de novembro de 1864.

Das tensões pelas quais passava o Prata, acabaria por ser deflagrada a guerra. O conflito com o Paraguai, de um lado, e de outro, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, mudaram de forma dramática o viver na maior parte habitada por “civilizados” na província de Mato Grosso<sup>425</sup>. A situação de guerra consumiria os principais esforços governamentais. Não obstante, os homens públicos não deixaram suas disputas e demais práticas políticas de lado.

### 3.3. “A primeira vítima”

---

<sup>422</sup> RPP. Alexandre Manoel albino de Carvalho. Cuiabá, 3 de maio de 1864, p. 7.

<sup>423</sup> RPP. Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá, 3 de maio de 1864, p. 21.

<sup>424</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>425</sup> Sobre o cotidiano em Cuiabá, na época da guerra, ver VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

A guerra do Paraguai foi resultado dos antagonismos regionais no Prata. A Argentina vinha de lutas internas na tentativa de reunificação do país, mas ao mesmo tempo tinha interesse pela restauração territorial do vice-reinado do Prata, demonstrando intenções anexacionistas tanto em relação ao Paraguai quanto ao Uruguai. Este último país, dividido entre “colorados” e “blancos”, ora tendia a uma aproximação de Buenos Aires, ora do Rio de Janeiro, ora de Assunção. O Paraguai estabelecia um relativo isolamento em relação aos seus vizinhos do Prata. Procurava modernizar-se e compensar a sua falta de litoral, mas as desconfianças aos países limítrofes o levaram a investir fortemente no militarismo. Ao Império do Brasil, interessava que os demais países banhados pelo Prata franqueassem a livre navegação para ter um melhor acesso ao Mato Grosso. A todos interessava definir fronteiras que sempre estavam em questionamento. Uma situação política no Brasil, Argentina e Uruguai, adversa ao Paraguai, fez com que Solano Lopez arremessasse seu país à guerra<sup>426</sup>.

Depois do aprisionamento do navio “marquês de Olinda”, tropas paraguaias tomaram o forte de Coimbra, em 28 de dezembro de 1864. No início de janeiro, as forças guaranis ocuparam Miranda, Dourados, Nioaque e Corumbá. Apesar de haver destacamentos brasileiros nesses lugares, justamente para um possível confronto, foram vencidos facilmente. A força que existia em Santana do Paranaíba, foi abandonada pelos seus oficiais<sup>427</sup>. Logo a notícia da invasão chegou na capital, causando enorme “consternação e alvoroço”<sup>428</sup>. Calculavam que os paraguaios estariam na foz do rio Cuiabá. A “capital foi presa do terror”, nos dizeres de Leverger<sup>429</sup>. Muitas pessoas começaram a sair da cidade. O próprio chefe de polícia “deu exemplo ao mandar sua família para fora” de Cuiabá<sup>430</sup>. Uma grande quantidade de soldados de linha (exército) abandonou seus postos, assim como a Guarda Nacional não conseguia se organizar. No meio da agitação, foram chamar a Leverger, que estava em seu sítio, distante alguns quilômetros da capital. Quando o marinheiro chegou, se pôs a animar os soldados, e passou a organizar a defesa da cidade. O

---

<sup>426</sup> Ver, entre outros, MENEZES, Alfredo da Mota. *Como construímos o conflito – Guerra do Paraguai*. São Paulo: ed. Contexto, 1997.

<sup>427</sup> RPP. *Barão de Melgaço se apresentando para transmissão de cargo ao vice-presidente Abano de Sousa Osório*. Cuiabá, 8 de maio de 1866, p. 10.

<sup>428</sup> RVPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 17 de outubro de 1865, p. 6.

<sup>429</sup> RVPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 17 de outubro de 1865, p. 16.

<sup>430</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. *Augusto Leverger...op. cit.*, p. 442.

presidente Albino de Carvalho logo o nomeou comandante da Guarda Nacional, como também das forças fluviais e terrestres da província. Leverger, passando a ser seguido por numerosos soldados e guardas, escolheu o morro de Melgaço, numa encosta do rio Cuiabá, para fazer dali o principal ponto de resistência, caso os paraguaios avançassem. Para a proteção da cidade, Leverger dizia que “até os militares que se achavam presos” coadjuvaram na formação da defesa<sup>431</sup>.

Assim, no morro de Melgaço, um grande contingente de homens ficou esperando os paraguaios subirem o rio. Passados 4 meses de acampamento, chegaram à conclusão de que os soldados de Solano Lopez não viriam mais, ao menos nesse ano. O rio estava secando e pensavam ser impossível uma frota militar navegar até as proximidades da capital. Assim, parte da guarnição voltou para Cuiabá, ficando 2 batalhões da Guarda Nacional, uma companhia da força de linha, inclusive com aqueles militares que haviam sido presos, e alguns “voluntários cuiabanos”<sup>432</sup>. Apesar disso, em fins de maio, tiveram que reforçar novamente os locais de defesa (não apenas Melgaço), devido a um boato de que os soldados guaranis estivessem rumando para a capital<sup>433</sup>.

Leverger era de fato a grande liderança na província. Pelo reconhecimento de seus atos na organização da defesa de Cuiabá, era saudado por muitos do Rio de Janeiro. Taunay dizia que o marinheiro tinha sido o “antemural de Cuiabá e de todo o Brasil”<sup>434</sup>, recebendo por isso o título de barão de Melgaço, em novembro de 1865.

Pouco antes dessa nomeação, em agosto, assumiu a província como vice-presidente. Logo, porém, escrevia para a Corte dizendo que não tinha condições de permanecer nos cargos em que o haviam incumbido:

A minha falta de habilitações e avançada idade incapacitam-me para comandar forças, em caso de guerra, e em todo o tempo, para curar devidamente da administração tanto militar como civil. A

---

<sup>431</sup> RVPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 17 de outubro de 1865, p. 7.

<sup>432</sup> RVPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 17 de outubro de 1865, p. 7.

<sup>433</sup> RVPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 17 de outubro de 1865, p.10.

<sup>434</sup> TAUNAY, Alfredo de Escagnolle. *Augusto Leverger. Almirante Barão de Melgaço. Antemural do Brasil em Matto Grosso*. São Paulo: ed. Melhoramentos, s.d.

vinda de um presidente é necessário ao meu ver urgente e não menos de um comandante de armas.<sup>435</sup>

Seus apelos não adiantaram. Em fevereiro de 1866, passou de vice para efetivamente presidente de província. Na verdade, o governo central procurou antes outras pessoas para presidir o Mato Grosso. Além de Frederico Carneiro de Campos, que iria substituir o general Albino de Carvalho, a província também ficou à espera do visconde de Camamu. Mas antes de seguir viagem foi chamado para o ministério da Guerra. Em seu lugar, então, foi nomeado presidente o coronel Manoel Pedro Drago. Contudo, a Corte acabou mudando de plano<sup>436</sup>. Parecia que o destino atrapalhava a vinda de altos funcionários, ou eles mesmos conseguiam um modo de não ir para um sertão que estava em guerra. Enquanto isso, Leverger permanecia administrando como vice, até que a Corte resolveu nomeá-lo de fato presidente de Mato Grosso. Note-se que não era mais um gabinete predominantemente conservador que o designava para tal cargo. Apesar de Leverger se mostrar como não-partidário, todos sabiam, suas relações mais próximas eram com os *saquaremas*<sup>437</sup>.

A principal tarefa do Barão de Melgaço era cuidar dos afazeres relacionados à luta contra a república guarani. Assim, mesmo cansado, deveria animar a população provincial que via a sua terra como “a primeira vítima” de um sangrento conflito<sup>438</sup>. Para isso cuidava dos diversos corpos armados.

No momento em que decidiram fazer resistência a um possível ataque paraguaio, em janeiro de 1865, criaram na província uma companhia chamada de “voluntários cuiabanos.” Essa companhia, no entanto, não teve vida longa. Segundo Leverger, devido aos elementos de que era composto, assim como da maneira de sua organização, o seu governo teve que dissolvê-lo<sup>439</sup>. Mas o serviço de “voluntários” armados não pararia por aí. Ao mesmo tempo em que criavam na província os “voluntários cuiabanos”, a Corte, concebiam-se por decreto imperial os corpos de “voluntários da pátria”. A ordem para criação e organização dessa força chegou à capital em abril de 1865. Até agosto desse ano, o número

---

<sup>435</sup> APEMT. “Registro de Ofícios expedidos pelo presidente da província aos ministérios dos negócios do Império. 1865-1866” Barão de Melgaço para Antônio Saraiva, ministro da Guerra. Cuiabá, 19 de dezembro de 1865.

<sup>436</sup> RVPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 17 de outubro de 1865, p. 3.

<sup>437</sup> Ver NDHIR. *O popular*. Cuiabá, 24 de outubro, 1868.

<sup>438</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 8 de maio de 1866, p. 3.

<sup>439</sup> RVPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 17 de outubro de 1865, p.15

de pessoas alistadas era o suficiente apenas para formar uma pequena companhia. Mas daí em diante o número de voluntários aumentou consideravelmente. Segundo Leverger, isso provavelmente tinha acontecido devido à “chegada de promessas para os incorporados.” Assim, o presidente acreditava que em breve as companhias estariam completas<sup>440</sup>.

De fato, os “voluntários da pátria” recebiam melhores soldos do que os outros corpos armados, além de um bônus ao se alistarem. Tinham também a promessa de benefícios pecuniários e doações de terras ao fim do conflito. Além disso, o governo se comprometia a conceder pensões para as viúvas e órfãos desses soldados, assim como auxílio no caso de mutilação. “Esses benefícios seriam depois estendidos aos membros da Guarda Nacional alistados, mas não às tropas regulares.”<sup>441</sup>

A criação de corpos armados chamados de “voluntários”, tinha como objetivo recrutar pessoas que dificilmente se alistariam nas tropas regulares e que estavam excluídas da Guarda Nacional. O exército era considerado como *hordas armadas*. As tropas sofriam o profundo estigma de repositório de criminosos e marginais de toda a espécie. A idéia de voluntário, então, trazia o sentido de cooperação cívica, o que não se poderia esperar da força de linha regular. O próprio imperador, que era representado como o grande pai da nação<sup>442</sup>, aparecia como o “voluntário número um” da pátria. Era o “Rei Guerreiro” que se envolvia pessoalmente na direção dos esforços de guerra. Houve um ganho enorme de popularidade de D. Pedro II nesse início de conflito, mas com o prolongamento inesperado da guerra, o faria perder essa condição<sup>443</sup>.

As tropas paraguaias também haviam invadido o Rio Grande do Sul, em 1865. Logo essa parte tornou-se o principal foco da guerra para o Império. O próprio imperador foi à província meridional verificar os andamentos das operações. Era o monarca deixando o conforto da Corte para se aproximar dos campos de batalha. Era um verdadeiro incentivo aos súditos, como incitava Leverger:

---

<sup>440</sup> *Ibidem*. p. 16

<sup>441</sup> SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa – O império e o interamericanismo*. São Paulo: ed. Unesp, 2003, p. 105.

<sup>442</sup> Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>443</sup> SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *Op. cit.*, p. 102.

O magnânimo Monarca, desprezando incômodos e perigos, quis aproximar-se do teatro de guerra, onde a sua presença há de robustecer os esforços e redobrar os brios das legiões que de todas as partes do Império tem acudido a vingar a honra da pátria ultrajada.<sup>444</sup>

Para os governantes de Mato Grosso, durante a guerra, um de seus principais papéis era o de arrebatrar e transmitir coragem aos súditos do Império. O exemplo de D. Pedro II era providencial: “A quem deixará de entusiasmar a heróica dedicação do Defensor Perpétuo do Brasil!”.

Da mesma maneira, comunicavam-se os fatos que aconteciam no conflito internacional, em que o Império levava a melhor, como a batalha naval de Riachuelo, “onde cobriu-se de glória a Esquadra Imperial”.

Mesmo as derrotas, em que morriam milhares de pessoas dramaticamente, deveriam ser passadas como atos de bravura e heroísmo do soldado imperial. Assim foi no caso do episódio que depois ficou conhecido como a “Retirada da Laguna”, que entrava nos anais da história militar:

Conheceis (...) a heróica retirada das forças expedicionárias ao sul desta província, que depois de terem penetrado no território paraguaio, viram-se obrigadas a retroceder tendo de lutar com a fome, a guerra, a peste e o fogo que devorava os campos por onde marchavam. É um dos feitos mais brilhantes da história militar contemporânea.<sup>445</sup>

Não obstante, apesar do conflito atingir o sul da província, as tropas recrutadas em Mato Grosso mantiveram-se afastadas dos campos de batalha, nos primeiros anos da guerra. De qualquer forma, os governantes de Mato Grosso conseguiram com a Guarda Nacional, os “voluntários da pátria” e as tropas de linha reunir um contingente de soldados considerável,

---

<sup>444</sup> RVPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 17 de outubro de 1865, p. 19.

<sup>445</sup> RVPP. Barão de Aguapeí. Cuiabá, 3 de maio de 1868, p. 8.

a maior parte estacionada em Cuiabá<sup>446</sup>.

Sentindo-se motivadas, então, pessoas representativas da província sugeriam ao Barão de Melgaço que se formasse expedição e fosse tomar de volta Albuquerque, Corumbá e Coimbra. O Barão de Melgaço, contudo, embargou tal iniciativa. Considerava “semelhante empresa imprudente”. Alegando o mesmo motivo comunicou às autoridades da Corte que não iria organizar expedições naquele momento<sup>447</sup>.

Se o problema era saber mais sobre o inimigo, Leverger havia mandado uma pequena expedição ao sul da província para fazer um levantamento sobre as forças paraguaias nas áreas ocupadas. Calculavam em 1.000 homens na região de Corumbá, Albuquerque e Coimbra, e outros 2.000 nas colônias de Miranda, Dourados e proximidades. Conseguiram informações de que havia centenas de presos brasileiros. Contudo, 6 deles haviam sido fuzilados em novembro de 1865. Dizia-se que a causa desse fuzilamento poderia ser a de terem conseguido contato com um dos emissários do presidente de província que observava o lugar. Segundo Leverger, fosse esse fato “exato ou não”, julgou dever abster-se “de outras semelhantes expedições, cuja utilidade estava longe de compensar os funestos resultados que podiam acarretar”.<sup>448</sup>

Não obstante, dever-se-ia continuar sempre em observância dos diversos corpos militares da província. Os recrutamentos se intensificaram durante a guerra. O exército imperial concentrava seu recrutamento naqueles que não dispunham de proteção de pessoa influente, sendo incorporados principalmente desempregados, desocupados e criminosos em potencial. Dessa forma, tanto os governos provinciais, como o central, dependiam em larga medida da boa vontade dos chefes locais, “que procediam à seleção dos recrutamentos segundo as conveniências políticas regionais”<sup>449</sup>.

---

<sup>446</sup> Força na capital – 3 corpos destacados da Guarda Nacional, o batalhão de Voluntários, batalhão da Infantaria de Linha, o de Artilharia de Linha e o Corpo de Cavalaria. Em Poconé - o 2º batalhão de artilharia a pé e um corpo destacado da Guarda Nacional. Em Vila Maria - um contingente de primeira Linha, e um Corpo da Guarda Nacional destacado. Na cidade de Mato Grosso – 100 guardas nacionais destacados e um contingente de primeira Linha. Tinha ainda a flotilha com os vapores Jauru, Corumbá, Cuiabá e Alfa, tripulados por praças do Corpo de Imperiais Marinheiros. RVPP. Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 4 de julho de 1866, p. 3.

<sup>447</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 8 de maio de 1866, p. 5.

<sup>448</sup> *Ibidem*. p. 4-5.

<sup>449</sup> ISECKSOHN, Vitor. “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”, in: CASTRO, Celso, HENDRIK, Kraay e IZECKSOHN, Vitor. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004. É interessante notar, como faz Peraro, que o recrutamento da população também trazia problemas para o espaço familiar dos recrutados e engajados, pois, mães, esposas e filhos eram

Por outro lado, os comandantes da Guarda Nacional usavam o seu poder de seleção e comando para pressionar nas eleições com os recrutados. Política e corpos armados andavam juntos, mesmo durante a guerra do Paraguai.

Dessa maneira, Leverger apelava para que o caráter competitivo das facções cedesse lugar à união. Assim seriam mais fortes para enfrentar o Paraguai que desafiava a todos da pátria imperial. Não havia motivos para não se conciliarem:

O perigo comum é, pelo contrário, penhor de que quaisquer sementes de discórdia [que] ficarão abafadas pelo amor que todos tributamos ao nosso país e às nossas famílias. Tanto mais fortes seremos quanto unido.<sup>450</sup>

Se era atribuído a Leverger o predomínio do espírito de “concordia e união” das facções durante o período da “conciliação”, durante a guerra, nem na Corte (que ensaiou uma “segunda conciliação”), nem na província deixou de haver disputa pelos cargos eletivos e de nomeação, não obstante os discursos do presidente de província. Dessa maneira, o “Bretão Cuiabanzado” iria se indispor com o barão de Aguapeí, que exercia o comando superior da Guarda Nacional.

Em governo anterior, Leverger havia ajudado a promover a facção liberal, inclusive indicando Batista de Oliveira para a seqüência de vice-presidentes. Nesse momento, era somente a facção liberal que se identificava com o governo progressista na Corte, ficando os conservadores na oposição. Mas mesmo Leverger sendo escolhido presidente de província, os altos cargos permaneceram com os liberais de Mato Grosso. O capitão chegou a sugerir Almeida Louzada, antigo secretário do governo, e visto por muitos como bastante eficiente, para que fosse o primeiro vice-presidente da província<sup>451</sup>. Mas a Corte manteve os mesmos vices. Quando houve eleição, Leverger não conseguiu se sobrepor ao comando da Guarda Nacional, que foi decisivo para os liberais ganharem o pleito provincial. Dizia o

---

levados a assumir “funções e tarefas nos lares e nos espaços públicos, como tavernas, igrejas e no campo.” PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império – Família e Sociedade em Mato Grosso no Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 54.

<sup>450</sup> RVPP. Augusto Leverger, Cuiabá, 17 de outubro de 1865, p. 12.

<sup>451</sup> AN. IJJ(9) 509. Barão de Melgaço para marquês de Olinda, ministro do Império. Cuiabá, 27 de fevereiro de 1866.

capitão, que a Guarda Nacional tinha virado instrumento “de manejos eleitorais”<sup>452</sup>:

(...) com raríssimas exceções, os oficiais incumbidos da qualificação, não se importando com a observância da Lei, alistam, sem distinção, o maior número possível de indivíduos sobre que possam exercer influência para levarem às mesas paroquiais as listas, que se lhes distribuem (...) <sup>453</sup>

O capitão se sentia bastante incomodado com o comando de corpos armados nas mãos de Aguapeí, cujos procedimentos reprovava. Mesmo sendo a principal autoridade na província, e estando em guerra, percebia que determinados benefícios somente aconteciam aos seguidores da parcialidade liberal:

a demora de seis e mais meses no pagamento dos vencimentos a alguns corpos militares, ao mesmo tempo que outros corpos estão pagos quase em dia, porque seus comandantes conseguem, por suas relações particulares, que entrem nos cofres da Tesouraria as precisas quantias com a condição de terem esta especial aplicação <sup>454</sup>.

Dessa maneira, Leverger escrevia para o ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, pedindo a exoneração do barão de Aguapeí. Segundo Leverger, Aguapeí tinha abusado

da notória influência que exercia sobre o seu antecessor [General Albino de Carvalho] fez com que mal, tarde, e com pouca sinceridade e eficácia se cuidasse da formação dos corpos destacados e dos voluntários da Pátria, e não bem cessado de intrigar e suscitar dificuldades a fim de estorvar os meus esforços para a organização dos referidos corpos. (...) Entendo que convém ao serviço público a demissão do barão de

---

<sup>452</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 8 de maio de 1866, p. 12

<sup>453</sup> *Ibidem*.

<sup>454</sup> Notar que os guardas nacionais passaram a receber soldo durante a guerra. RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 8 de maio de 1866.

Aguapeí<sup>455</sup>.

O pedido de exoneração do líder liberal não surtiu pronto efeito. Nabuco de Araújo e o Imperador não concordaram imediatamente com o pedido do capitão por considerarem os seus “termos não bem explícitos” em seu ofício <sup>456</sup>. Diante da recusa, o barão de Melgaço se demitiu do cargo de presidente de província. Nem Nabuco, nem o imperador esperavam tal atitude do barão. O ministro da justiça tentou contornar a demissão. Diante da possibilidade de não terem Leverger, experiente administrador e militar, à frente da província, Nabuco e o imperador decidiram pelo afastamento de Aguapeí. Assim, Nabuco de Araújo escrevia para o barão de Melgaço pedindo que reconsiderasse sua posição, como também informava que o comandante da Guarda Nacional já estava demitido. Mas logo o gabinete caiu<sup>457</sup> e foi designado novo presidente para o Mato Grosso. Houve uma interinidade do vice Albano de Sousa Osório, para em seguida assumir a administração o doutor José Vieira Couto de Magalhães, que já havia sido presidente das províncias do Pará e de Goiás.

O presidente Couto de Magalhães governou de fevereiro de 1867 a abril de 1868, como delegado do gabinete progressista. Durante esse tempo, Aguapeí continuou no comando da Guarda Nacional, e ainda passou para primeiro vice-presidente, assumindo interinamente a administração em abril de 1868<sup>458</sup>.

Couto de Magalhães ficou conhecido durante o Império, e posteriormente, não somente pelos seus escritos, mas sobretudo pela sua aventura de transportar um vapor da bacia do Prata para um afluente do Amazonas que segue de Goiás até o Pará, tendo para isso que desmontar e depois montar a embarcação, percorrendo uma parte de terra caracterizada pela densa mata<sup>459</sup>.

Se para muitos que eram designados para assumir postos da *distante província* viam isso quase como uma punição, para Couto de Magalhães era um verdadeiro presente. O bacharel

---

<sup>455</sup> APEMT. “Registro de Ofícios expedidos pelo presidente da província aos ministérios dos negócios do Império. 1865-1866”. Barão de Melgaço para José Tomás Nabuco de Araújo, ministro do Império. Cuiabá, 28 de novembro de 1865.

<sup>456</sup> NABUCO, Joaquim. *Op. cit.*, p. 587.

<sup>457</sup> NABUCO, Joaquim. *Op. cit.*, p.588.

<sup>458</sup> Ainda assumiria mais uma vez a chefia da província, também como vice-presidente, de março a julho de 1878.

<sup>459</sup> MACHADO, Maria Helena P. T.. “Um mitógrafo no Império: a Construção dos Mitos da História Nacionalista do Século XIX” in: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV, nº 25, 2000/1.

tinha um interesse todo especial em formular uma identidade nacional, cujos índios eram a base da “raça americana”. Conhecer e explorar o seu território era desfrutar de mananciais que o enriqueciam como indivíduo, numa sociedade que queria deixar marcas:

Devo notar que a minha ida ao Mato Grosso determinou por assim dizer o resto da minha existência, e tudo na minha vida se encadeia àquilo tão profundamente que o meu destino seria totalmente outro se eu não houvesse feito a dita viagem<sup>460</sup>

Contudo, foi durante o governo de Couto de Magalhães que uma forte epidemia de varíola atacou a província, matando milhares de pessoas na capital. Além dos sofrimentos da guerra, Cuiabá fora castigada por uma grande enchente (1866) e pela *doença das bexigas* (1867)<sup>461</sup>.

O bacharel, no entanto, não deixava de ser bastante animado na sua função de governante. Se Leverger exigia cautela para qualquer atitude em relação aos paraguaios, Couto de Magalhães tratou logo de organizar uma expedição, que iria por terra e por água, para retomar Albuquerque, Corumbá e Coimbra (Miranda, Dourados e Nioaque já haviam sido abandonados pelos paraguaios, depois que tropas goianas ocuparam um lugar próximo desses, denominado Coxim). O comando dessa expedição tinha que ser de um militar. Assim foi escolhido o tenente coronel Antônio Maria Coelho, militar ligado aos liberais. No comando da flotilha que desceria o rio Paraguai foi designado outro militar que não o experiente Augusto Leverger. Depois de expedida as tropas, o próprio Couto de Magalhães seguiu viagem para se unir à vanguarda da expedição<sup>462</sup>.

As tropas enviadas foram bem sucedidas lutando por terra e por água. Assim, a Assembléia agradecia “a glória militar alcançada no assalto de Corumbá e no combate do Alegre”<sup>463</sup>. É verdade que nesse momento, as forças paraguaias estavam concentrando seus esforços na defesa de seu próprio território, onde estavam acontecendo a maioria e mais

---

<sup>460</sup> *Ibidem*. p. 77.

<sup>461</sup> Sobre essa epidemia de varíola em Cuiabá, além de VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *Cativos do Sertão. Op. cit.*, ver também MENEZES, Marlene Vilela. *Quando o dedo de Deus apontou nossa província ao Anjo da Morte: a ocasião da varíola em Cuiabá (1867)*. Dissertação de mestrado, Cuiabá: ICHS/UFMT, 2001.

<sup>462</sup> IJJ(9) 509. José Vieira Couto de Magalhães para José Joaquim Fernandes Torres, ministro do Império. Cuiabá, 8 de junho de 1867

<sup>463</sup> IMPL. Caixa 1868. *Carta de agradecimento da Assembléia para o presidente de província Couto de Magalhães*. Cuiabá, 23 de junho de 1868.

disputadas batalhas, como o cerco de Humaitá. Mas se os conservadores da província tinham seu herói de guerra, os liberais também tinham suas figuras de grandes feitos, como Couto de Magalhães e Antônio Maria Coelho.

Couto de Magalhães saiu da província em abril de 1868, quando soube que fora eleito deputado geral por Goiás. Quem o sucedeu como vice-presidente foi o barão de Aguapeí. Mas eram os conservadores que haviam ganhado a última eleição para deputados na Corte. Assim, o período de Aguapeí à frente da administração era pequeno. Mesmo assim não deixou de agir. Mudou o comando de dois corpos destacados na província por outros militares, provavelmente pessoas de sua confiança<sup>464</sup>.

Contudo, logo o governo imperial nomeava um outro vice-presidente para ficar em seu lugar, enquanto não escolhiam um presidente efetivo. Era o cirurgião do exército José Antônio Murtinho, pessoa ligada aos conservadores. Murtinho ficara no cargo por seis meses, quando, novamente, Augusto Leverger assumia a província como seu presidente nomeado.

Se o barão de Melgaço já havia escrito várias vezes para a Corte dizendo que era doente, se cansava logo, e tinha avançada idade, os *squaremas* pareciam não ter outra pessoa para substituí-lo. Era ele o principal homem de confiança dos conservadores na província, e era ele quem deveria ser a “primeira autoridade” numa região que tinha a guerra em suas fronteiras.

Assim, Leverger dizia ocupar a maior parte da sua administração nos esforços bélicos, não havendo tempo para outras matérias que também demandavam atenção.<sup>465</sup> Vivia-se o momento do fim da guerra contra o Paraguai. O ministério da Guerra havia ordenado que a província mandasse o principal de seu contingente para o *front*. Dessa maneira, segundo Leverger, foi quase uma *epopéia* reunir os soldados vários, armá-los, e encaminhá-los para a república Guarani que ainda resistia em seu próprio território<sup>466</sup>. Mas isso não era um problema que afetava somente o Mato Grosso. Segundo Vitor Izecksohn, desde o terceiro ano da guerra, a capacidade dos agentes do Estado em obter recrutas para reabastecer as forças militares estacionadas no Paraguai foi significativamente diminuída, notadamente pelo prolongamento da disputa para além do esperado, pelas várias baixas que

---

<sup>464</sup> RVPP. Barão de Aguapeí. Cuiabá, 8 de julho de 1868, p. 3.

<sup>465</sup> RPP. RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869.

<sup>466</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869. pp. 10-11

os corpos armados sofriam, pelas epidemias que assolavam o Paraguai, assim como por uma expectativa do recrutado ficar afastado de sua casa por vários anos<sup>467</sup>.

Leverger se ressentia principalmente era do estado em que se encontrava a Guarda Nacional, que havia ficado durante boa parte da guerra justamente sob o comando do barão de Aguapeí. Ainda em 1866, Leverger lembrava a importância da Guarda Nacional numa província como Mato Grosso, que tinha que garantir uma fronteira de quinhentas léguas, com “nações”, “as quais temos pendentes questões de limites”. Caracterizava-se a província também por “vastos sertões de difícil trânsito, mormente por falta de habitantes”, e que não se poderia receber socorro sem excessiva demora. Sendo estas as circunstâncias da província, “quem, senão a Guarda Nacional há de acudir a um ou outro distrito da fronteira invadida ou insultada?”<sup>468</sup>.

Dessa maneira, em 1869, lembrava o quanto a *milícia cidadã* tinha sido organizada e patriótica por ocasião da possível invasão paraguaia à capital, no início de 1865<sup>469</sup>. Mas nesse momento que se fazia necessário organizar os vários corpos armados - entre eles a Guarda Nacional - para avançar sobre o inimigo, a desorganização se fazia prevalecer, em que muitos procuravam “se subtrair desse último esforço”, já que se percebia que o fim da guerra estava próximo. O barão de Melgaço recordava aos políticos locais que “milhares de guardas nacionais de todas as províncias do Império, ainda das mais remotas do teatro da guerra, têm derramado seu sangue nos campos de batalha”. Por quê então esse estado da guarda na província.

Contudo, não era somente em Mato Grosso que se tinha problemas com a Guarda Nacional. A dificuldade de se arregimentar parte da população e mandá-la para o *front* era problema em qualquer lugar. O presidente da província do Rio de Janeiro diagnosticava como quatro as causas da leniência da Guarda Nacional: a desorganização da maioria dos batalhões; o fato de muitas pessoas estarem nos “voluntários da pátria”; o grande número de isenções legais; e o absenteísmo de alguns comandantes<sup>470</sup>.

Essas causas provavelmente também atuavam em Mato Grosso para o serviço pouco proveitoso da guarda. Não obstante, o barão de Melgaço apontaria três causas

---

<sup>467</sup> ISECKSOHN, Vitor *Op. cit.*, pp. 182 e ss

<sup>468</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 8 de maio de 1866, p. 11.

<sup>469</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869, p. 14-15.

<sup>470</sup> IZECSONH, Vitor. *Op. Cit.*, pp. 191-192.

particulares à província para o “desleixo e indisciplina” da Guarda Nacional: A peste de 1867 que matou muitas pessoas, deixando outras tantas de luto; O desgaste da guerra, que há tempos se anunciava o fim, mas que nunca chegava; e era também devido “à política”. Nesse ponto o barão se ateve mais em explanar para os homens públicos locais, num documento que seria lido e conhecido também pelos políticos da Corte. Leverger frisava que o espírito de partido procurava e conseguia “desvirtuar a Guarda Nacional e convertê-la em manejos eleitorais”. Contudo, ponderava, “verdade é que as influências não são as mesmas em todas as localidades e que, no mesmo lugar, variam com o tempo”, mudando as predominâncias. Mas essas alternâncias eram o que agravavam “ainda mais a descrença e a desmoralização”. Era isto, dizia o capitão, que no decurso de sua “vida administrativa não tenho cessado de combater, mas não me há sido possível extirpá-lo.” Ou seja, para o barão, todos os dois partidos procuravam se aproveitar dos postos de comando. Leverger demonstrava em seus discursos uma isenção, que o caracterizaria como um administrador *racional*, querendo que fossem separadas as guarnições armadas dos jogos eleitorais.

Não obstante, nesse ano de 1869, foram eleitos como deputados gerais pela província dois conservadores de primeira linha<sup>471</sup>. Os *saquaremas* de Mato Grosso também passaram a predominar na Assembléia Legislativa, a partir de 1870. Se o barão de Melgaço queria se mostrar um homem público neutro, os conservadores tinham mais possibilidades de êxitos frente aos liberais quando ele administrava a província.

As alterações nas vice-presidências durante o seu governo foram indicativas que a partir daí os conservadores deveriam estar nos principais postos. Essas mudanças também indicavam a ascensão de novos políticos, nesse momento, do lado conservador. Assim o comerciante e comendador Luiz da Silva Prado passava de 6º para 2º vice-presidente. Era o virtual sucessor do barão de Melgaço, pois este detinha também o cargo de 1º vice-presidente, mesmo sendo o titular do Executivo no momento. Albano de Sousa Osório caiu de 2º para 3º, e Aguapeí de 3º para 5º. O 4º vice-presidente era Antônio Murtinho, mas que foi substituído por outro conservador, Antônio de Cerqueira Caldas<sup>472</sup>. Silva Prado, que prometia ser o principal líder dos conservadores na província, morreu repentinamente ainda em 1870. Assim, tornou-se a liderança *saquarema* incontestemente o coronel Cerqueira Caldas,

---

<sup>471</sup> Eram os membros do Partido Conservador José da Silva Paranhos Jr. e o Padre Ernesto Camilo Barreto.

<sup>472</sup> AN. IJJ(9) 509. Luiz da Silva Prado para Paulino José Soares de Souza. Cuiabá, 15 de fevereiro de 1870.

que também ganhou o seu título de nobreza em 1871, passando, a partir daí, a assinar como barão de Diamantino. Já barão de Aguapeí, continuaria sendo o líder dos liberais no início dessa década. Mas novos políticos começariam a aparecer com mais força.

Em fevereiro de 1870, Leverger saía pela última vez do palácio do governo como presidente da província. Estava perto dos sessenta anos, idade avançada para a época. Seu casamento havia sido com uma viúva de rica herança, o que lhe garantiria uma aposentadoria confortável, além da sua pensão militar e do matrimônio de sua filha com um homem de posses.

Ao aposentar-se também na marinha, Leverger tinha sido antes incluído no seletivo grupo de almirantes. Fato esse ainda mais raro, quando considerado tal graduação para uma pessoa que morava numa província sem litoral. Depois de sair da presidência de Mato Grosso, não mais voltou às atividades de homem público, indo morar em seu sítio, num lugar chamado Santo Antônio, hoje município de Santo Antônio de Leverger. O barão de Melgaço morreu em 1880, sendo um dos cidadãos mais prestigiados da “boa sociedade” mato-grossense.

## CAPÍTULO IV

### A PRÁTICA ELEITORAL EM MATO GROSSO

A prática eleitoral legitimava o espaço político ocupado pelos homens públicos. Dominar esse processo era fundamental para se garantirem nos cargos. Ao mesmo tempo, o governo provincial participava como elemento de peso no processo eleitoral, mas nem sempre de forma hegemônica. Os acordos intra-elite, principalmente a partir da década de 1850, se faziam mais eficazes do que a violência explícita. Eram através desses acordos que, inclusive, o Mato Grosso escolhia seus representantes na Câmara dos Deputados e no Senado imperial, onde, nesse último, nunca foi eleito um morador da própria província.

Além da Constituição, era o fato de ter eleições para os representantes dos diversos lugares que demonstravam que o Império era uma monarquia liberal. Apesar de alguns autores terem especificado o que deveria ser entendido por “liberal”, ou seja que o liberalismo tinha sua face “real” na Europa, e que no Brasil essa idéia não passava de simples macaqueação<sup>473</sup>, para os senhores proprietários de terras e escravos, negociantes de renda expressiva e burocratas de escalões importantes, a legitimidade de sua monarquia liberal estava na garantia de suas posses e na possibilidade de representação em nível local e nacional.

Era a existência de eleições, assegurada pela Constituição, que mostrava que o Império rejeitava o absolutismo que marcara o Antigo Regime. A legitimidade dos representantes dos territórios e instâncias políticas passava pela prática eleitoral estabelecida para o novo país, que nos primeiros anos teve sua Carta Magna.

As elites políticas conseguiam através das eleições um princípio de legitimidade de suas autoridades, não mais necessariamente baseadas na norma da hereditariedade, do direito divino, ou da tradição. Era um ditame das “nações modernas” que mostrava o quanto o Império estava de acordo com o século.

---

<sup>473</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – Momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 3ª ed. 1985.

Para se definir quem podia votar e quem podia ser eleito, houve numerosos debates no início do Império<sup>474</sup>. Da mesma maneira, a prática da eleição foi objeto de vastas leis eleitorais, que se modificavam em algumas coisas durante o tempo<sup>475</sup>. Contudo, pode-se dizer que alguns traços fundamentais permaneceram durante a monarquia. A partir da Constituição de 1824, o voto sempre foi censitário, variando o montante a ser constatado e a maneira de se averiguar a renda. Eram somente os homens que podiam eleger e serem eleitos. Da mesma maneira, havia uma série de pessoas que estavam excluídas de votar, como clérigos recolhidos em monastério e criados de servir. Os praças rasos do exército foram excluídos do voto em 1846. Havia um piso etário que indicasse maturidade : 25 anos em geral, mas 21 anos se casados e oficiais; para os bacharéis e clérigos não havia o critério de idade.

As eleições para os cargos municipais, tais como juizes de paz e vereadores, eram diretas. Para os de nível nacional, quais sejam, senador e deputado geral, eram indiretas, como também para a Assembléia Legislativa. Isto é, as eleições indiretas se caracterizavam pela qualificação de pessoas como votantes, que em seguida elegiam os eleitores também qualificados. Estes últimos, numa segunda rodada de votação, escolhiam quais candidatos eram os eleitos. Em 1859, por exemplo, Mato Grosso tinha 5.199 votantes e 93 eleitores<sup>476</sup>. A partir de 1881, as eleições em todo o Brasil tornaram-se diretas, passando a votar somente os qualificados como eleitores.

Segundo José Murilo de Carvalho, durante o Império, houve uma “involução” na participação popular nas eleições. Aconteceu um constante movimento que restringia cada vez mais a participação do eleitorado, “culminando na lei de 1881”, que retirou o direito do analfabeto de votar e excluiu os votantes do processo eleitoral.

## 1. A disputa pelo mercado eleitoral

---

<sup>474</sup> Ver OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Sales. “Nação e cidadania: a constituição de 1824 e suas implicações políticas” in: *Horizontes*, v.16, pp11-37. Bragança Paulista, 1998.

<sup>475</sup> Ver SOUSA, Francisco Belisário Soares. *O sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal/Universidade de Brasília, 1979.

<sup>476</sup> AN. IJJ(9) 508. Antônio Pedro de Alencastro para Sérgio Teixeira de Macedo. Cuiabá, 28 de novembro de 1859.

Era a própria maneira em que se praticavam as eleições que garantia um ótimo grau de controle sobre os votantes. Contribuiu fortemente para isso o voto ser assinado durante certo período do Império, ou seja, era de conhecimento de todos quem votava em quem, até 1842. De qualquer forma, o chefe político era caracterizado por possuir toda uma clientela cujos votos lhe eram fiéis. Esses membros da clientela eram em grande parte moradores da zona rural, que se transformavam em votantes na época das eleições. A dependência desses votantes era medida desde o pedaço de terra em que trabalhavam e/ou viviam, até os cuidados médicos que recebiam. O homem do campo tinha no “coronel” o seu benfeitor. Era dele que o homem pobre conhecia quase que todos os favores<sup>477</sup>. Na cidade, a possibilidade de arrumar um emprego público ou um serviço numa companhia de comércio contribuía para a cooptação de votantes<sup>478</sup>. Isso sem contar os recrutamentos, que de diversas maneiras eram usados para benefício eleitoral.

Se o chefe político era aquele que tinha cabos que poderiam ser influentes, assim como muitos votantes para lhe apoiar, era aquele também que sabia negociar sua clientela com outros chefes locais no momento certo. Em época de acordos amplos, por exemplo, ficaria isolado se não cedesse; em época de supremacia, por outro lado, se imporia sob seus adversários usando de todos os seus recursos, inclusive de adesões a outros senhores que anteriormente eram seus adversários. Em momento de inferioridade, manter sua clientela era essencial, para uma possível vitória no futuro e limitar as ações dos seus oponentes.

Dessa maneira, para o predomínio político dos locais era essencial que objetivassem o *mercado eleitoral*<sup>479</sup>. Quanto mais pudessem desfrutar desse mercado em condições monopolistas, melhor. Assim, se em várias partes do Império a violência e a fraude eram amplamente empregadas como recurso nas eleições<sup>480</sup>, não deveria ser diferente em Mato Grosso.

---

<sup>477</sup> Ver LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 25.

<sup>478</sup> Mesmo assim, o número de pessoas que moravam na área urbana e tinham como principal ofício o trabalho na terra era bastante grande na Cuiabá do século XIX. Em 1871, por exemplo, de um total de 5.286 moradores da paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 4.171 se diziam lavradores e 772 agricultores. Ver PERARO, Maria Adenir. *Op. cit.*, p. 101. Não obstante, na segunda metade do século XIX, as pessoas mais ricas da província, como Henrique José Vieira e Silva Prado, deviam muito de suas fortunas mais ao comércio interprovincial e movimentações financeiras do que à posse de fazendas.

<sup>479</sup> Tomo aqui a expressão de Weber para designar os possíveis eleitores. WEBER, Max. *A política como vocação*. Brasília: Ed. Unb., 2003. Ver também BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.*, p. 166.

<sup>480</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras*, pp. 359 e ss. GRAHAM, Richard. *Op. cit.*, 17 e ss.

No entanto, os relatos dos presidentes de província não eram incisivos quanto a tais práticas. Possivelmente por serem também atores participantes da cenografia eleitoral. Além do mais, essas práticas, em certa medida, acabaram por se constituir intrínsecas ao processo de votação. Isso não queria dizer que o governo central ou mesmo os presidentes de província não tomassem medidas contra as fraudes. Mas havia determinada tolerância, até certo limite, conquanto não fosse colocada em risco a unidade do Império por alguma facção local, ou que as irregularidades chegassem a ser muito destacadas. Dessa maneira, um presidente de província, em 1845, – que sofria amiúde oposição da Assembléia Provincial - dizia em seu relatório:

Tenho observado, e com satisfação, que ambos os partidos, aliás irreconciliáveis, que costumam nesta província disputar fraudulentamente as eleições, mostram, enquanto o mais, amor e adesão à monarquia, e às instituições juradas, não sendo separados, ao menos ostensivamente, por nenhum pensamento político infenso à Constituição e às Leis; o que permite ao Governo Provincial, sem quebra dos princípios do sistema representativo, (..) intibir de algum modo a intensidade e acrimonia de seu recíproco ódio.<sup>481</sup>

Outro presidente, em 1851, já pela experiência, já pelo conhecimento das pessoas que faziam parte do jogo político, também percebia que as irregularidades não comprometiam o sistema monárquico, nem ameaçavam a integridade do Império. Contudo, as fortes disputas, que acabavam incluindo fraudes, eram reprováveis por poderem causar danos à sociedade:

Como eu, e melhor do que eu, sabeis, Senhores, que os partidos, em que se divide a província, contendem por interesses meramente locais e pessoais; e com quanto a sua luta nem sempre se contenha nos limites do justo e do honesto, todavia não ameaça de perigo a conservação do regimen legal. Fora entretanto muito para desejar que cessasse semelhante luta, que muito prejudica a prosperidade

---

<sup>481</sup> DPP. Ricardo Gomes Jardim. Cuiabá, 1º de março de 1845, p. 5.

do país, pela maléfica influência que exerce sobre as relações sociais.<sup>482</sup>

Se as fraudes, no entanto, tornavam-se parte do jogo político, a violência física parecia não ser generalizada e extremada, segundo os presidentes de província. Leverger, em 1863, dizia que apesar das rivalidades pessoais, e o desacato à moralidade e à lei, podia se gabar que não lhe constava de “uma só eleição haver sido manchada com sangue”<sup>483</sup>.

Contudo, quase três anos antes, um “delegado do Império” contava que nas eleições ocorridas em setembro, na freguesia do Livramento, o lado vencido tentou arrebatador de noite a urna, “que felizmente foi logo retomada”. Mas o “arrebatador” feriu três pessoas que “correram ao seu alcance.” Esse incidente com feridos não fez com que o presidente de província deixasse de considerar que essas eleições tinham sido tranqüilas<sup>484</sup>.

Semelhante aconteceu também na freguesia da Chapada, no início da década de 1860, quando um subdelegado da freguesia “prendera em tronco na véspera da eleição dois votantes qualificados”. No mesmo distrito, uma patrulha volante que havia ido até a Chapada “afastara alguns votantes de uma das parcialidades.” Não obstante, o presidente no mesmo documento considerava que as eleições “ocorreram pacificamente, sem que nem de leve se alterasse o sossego público”<sup>485</sup>.

Na verdade, para o período pesquisado, os presidentes em seus relatórios anuais freqüentemente diziam que as votações “foram tranqüilas”, apesar de por vezes serem constatadas fraudes e violências. Note-se que a parte em que tratavam de eleições nos relatórios era, na maioria das vezes, na mesma rubrica de “segurança pública”. Assim, assassinatos, roubos, ataques de índios, eram tratados no mesmo lugar que as eleições. A prática eleitoral era antes de tudo questão de “ordem”. E manter a “ordem” era uma das principais tarefas de um presidente de província.

Se um dirigente exagerava ao querer que pensassem que nas votações nunca havia corrido sangue, por outro lado, a violência que se praticava era baseada muito mais na

---

<sup>482</sup> RPP. Capitão de Fragata Augusto Leverger. Cuiabá, 10 de maio de 1851, p. 4.

<sup>483</sup> RVPP. Augusto Leverger apresentado ao presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá, 14 de maio de 1863, p. 5.

<sup>484</sup> AN. IJJ (9) 508. Antônio Pedro de Alencastro para João de Almeida Pereira Filho, ministro do Império. Cuiabá, 1º de outubro de 1860.

<sup>485</sup> AN. IJJ(9) 508. Alexandre Manoel Albino de Carvalho para marquês de Olinda, ministro do Império. Cuiabá, 15 de agosto de 1863.

coação. A violência física, de fato, não era o mais comum. Eram mais usuais outras estratégias, como o constrangimento pela ostentação de força, usando-se soldados e camaradas, assim como outras mais sutis, envolvendo acordos e até mesmo a “interpretação” da lei.

## 2. A organização das eleições

Para percebermos melhor a prática eleitoral na província, faz-se necessário conhecer como era a organização das eleições. Com base em seus arranjos e brechas, os homens públicos buscavam oportunidades para agir, assim como montavam suas estratégias para saírem vencedores.

As províncias eram divididas em colégios eleitorais. Em 1849, por exemplo, a província de Mato Grosso era formada por quatro colégios eleitorais. Eram os da cidade de Cuiabá, da Vila de Poconé, da cidade de Mato Grosso, e da vila do Diamantino. Cada colégio eleitoral continha várias outras freguesias.

### Quadro dos Colégios Eleitorais, das cidades e vilas e comarcas da província de Mato Grosso em 1849.

| Colégios Eleitorais | Municípios | Cidades | Vilas | Comarcas Judiciais | Freguesias pertencentes aos colégios |
|---------------------|------------|---------|-------|--------------------|--------------------------------------|
| Cuiabá              | X          | X       |       | X                  | Senhor Bom Jesus                     |
|                     |            |         |       |                    | São Gonçalo de Pedro II              |
|                     |            |         |       |                    | Nossa Senhora das Brotas             |
|                     |            |         |       |                    | Santo Antônio do Rio Cuiabá Abaixo   |
|                     |            |         |       |                    | Nossa Senhora do Livramento          |
|                     |            |         |       |                    | Santana da Chapada                   |

|             |   |   |   |   |                                       |
|-------------|---|---|---|---|---------------------------------------|
| Diamantino  | X |   | X |   | Alto Paraguai<br>Diamantino           |
|             |   |   |   |   | N.S. do Rosário Rio<br>Acima          |
| Poconé      | X |   | X | X | Poconé                                |
|             |   |   |   |   | São Luiz de Vila<br>Maria             |
|             |   |   |   |   | N.S de Albuquerque                    |
|             |   |   |   |   | N.S. do Carmo de<br>Miranda           |
|             |   |   |   |   | Santana do<br>Paranaíba               |
| Mato Grosso |   | X |   |   | Santíssima Trindade<br>de Mato Grosso |

Fonte: AN. IJJ(9) 507. Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso em Cuiabá, 23 de janeiro de 1850.

No processo de eleição indireta, primeiro os cidadãos habilitados votavam nos eleitores na sua própria freguesia. Já os eleitores, tinham que ir até o colégio eleitoral de seu município para votar. Depois esses votos eram contabilizados na Câmara Municipal da capital.

Os presidentes de província, com a homologação da Assembléia Legislativa, tinham alguma autonomia para designar quais freguesias faziam parte de quais colégios eleitorais. Esperava-se o bom senso, ou seja, que determinada freguesia pertencesse ao colégio eleitoral mais próximo ou com mais facilidade de acesso. Contudo, a transferência de sedes de votação não deixou de ser uma das táticas para as eleições, como no caso do presidente Crispiniano Soares, que fez os eleitores do baixo Paraguai terem que andar cerca de 50 quilômetros a mais, por terra, do que o trajeto antigo para poderem votar<sup>486</sup>. Os eleitores que não compareceram, foram multados por isso<sup>487</sup>.

<sup>486</sup> Depois disso, o governo central passou a acompanhar freqüentemente como eram constituídos os colégios eleitorais, seguidos de recomendações para que se respeitassem as distâncias. Nos anos 50, auge da “reação”, digamos assim, era o próprio governo central quem determinava a formação dos colégios eleitorais. Assim, em 1852, o governo central determinava que existiriam 4 colégios eleitorais, sendo eles a capital Cuiabá;

Cada freguesia montava sua própria mesa eleitoral. Isso se dava da seguinte maneira, segundo as atas de eleição: o juiz de paz, eleito pelos cidadãos ativos do distrito, abria a sessão, que normalmente era na igreja da paróquia. Os cidadãos reunidos no lugar, sob a coordenação do juiz de paz, escolhiam um presidente para a mesa eleitoral, que em muitas vezes era o próprio juiz de paz. Também eram eleitos os secretários e os escrutinadores para a mesa. A partir daí começava-se a eleição, indo ao lugar de votação os eleitores qualificados e averiguados pela mesa eleitoral, após a sua chamada. A formação da mesa em si já era bastante indicativa de como poderia ser o resultado do pleito.

Num texto recente, a autora Letícia Canêdo sugere que eram os padres que detinham o controle das eleições, tanto por sua ascendência sobre os fieis quanto por serem os responsáveis pelas listas paroquiais, atestando, assim, as qualidades requeridas para ser cidadão. Daí uma grande quantidade de padres na vida política imperial<sup>488</sup>. Da mesma maneira, segundo a mesma autora, as pessoas que compunham a mesa eram as que o padre e o “juiz de fora” propunham à população reunida na igreja<sup>489</sup>.

Contudo, nossa pesquisa aponta para outras direções nas eleições. É verdade que o pároco tinha um destaque especial entre os fieis, já pela tradição, já pela religiosidade. Mas seu controle sobre os paroquianos não chegava a determinar as eleições nem a sua supremacia política no lugar. Note-se que mesmo em relação à vida privada, os párocos não dispunham de tanto controle. O concubinato, por exemplo, tão condenado pelos padres, era fartamente praticado na capital mato-grossense, tanto por pessoas das elites política e econômica, quanto pela população pobre<sup>490</sup>.

Era comum a presença de padres na vida política. O próprio bispo de Cuiabá fez uma certa carreira política, sendo mal sucedido em algumas ocasiões, apesar do grande respeito que muitos cidadãos demonstravam a ele. O bispo chegou a ser eleito para as legislaturas de 1842/1843 e de 1844/1845 da Assembléia Provincial. Contudo, perderia nas disputas seguintes, recebendo apenas 2 votos nas eleições de 1847, por exemplo, e 1

---

Poconé, que se juntaria à cidade de Mato Grosso; o terceiro seria Diamantino; e o último seria em Albuquerque. Decreto nº 671 de 13 de setembro de 1852. Ver RPP. Augusto Leverger, 1853, p. 7. No entanto, as Assembléias Legislativas continuaram com o poder de transformar povoados em vilas e cidades.

<sup>487</sup> IMPL. Caixa 1847. *Acta da Eleição do Deputado à Assembleia Geral Legislativa*. Poconé, 8 de dezembro de 1847.

<sup>488</sup> CANÊDO, Letícia Bicalho. “Aprendendo a votar”, in PINSKY, Jaime e BASSANEZI Carla. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

<sup>489</sup> *Ibidem* p. 527.

<sup>490</sup> PERARO, Maria Adenir. *Op. cit.*, pp.124 e ss.

voto nas de 1851. No sufrágio para senador de 1852 ficou somente com 4 votos. Mas no ano de 1854, participando novamente de eleição para a Câmara Alta, ficaria com 51 votos, sendo o mais votado. No ano seguinte, ao concorrer para a Assembléia ficou novamente fora dos 22 eleitos, chegando em 26º lugar. Seu desempenho nas eleições, portanto, dependia do momento, de sua inclusão nos esquemas partidários, dos acordos políticos, do sucesso de sua facção e não somente de sua batina.

Vários outros clérigos fizeram o percurso de homem público na província. Alguns poucos, como Ernesto Camilo Barreto e José Silva Guimarães chegaram a ser lideranças. Mas não cabia a eles ser a liderança incontestada, por vários anos, de seu partido na província. O fato de serem clérigos certamente os ajudava, mas não os colocava como determinantes no controle das eleições e muito menos do jogo político.

A lista dos votantes apresentada à mesa eleitoral era elaborada tanto pelo pároco como pelo juiz de paz da freguesia. Mas depois de 1842, era somente o juiz de paz quem convocava os cidadãos para escolher os mesários e os votantes passaram a ser alistados com antecedência<sup>491</sup>. Não obstante, um dos principais controles estava na mesa de votação. Eram as pessoas que compunham a mesa eleitoral que atestavam se determinado votante estava qualificado ou não, ou até mesmo se chamariam tal eleitor para depositar sua cédula na urna. Eram eles quem naquele momento interpretavam a lei eleitoral.

Dessa maneira, a Corte, num dos movimentos de restrição eleitoral, promulgou que a quantia mínima para uma pessoa ser votante passava de 100 para 200 mil réis<sup>492</sup>, averiguáveis em prata. Sem tardar muito, essa lei encontrou sua aplicabilidade na distante província. Na disputada eleição para deputado provincial, em 1849, não puderam votar José da Silva Campos de Oliveira e Antônio Pereira da Silva, “como faltos de circunstâncias por não terem suficiente renda avaliada em prata”.<sup>493</sup> Essa averiguação em metal era meramente circunstancial, não se fazendo sempre aplicável<sup>494</sup>.

Outro exemplo de como a mesa poderia ser bastante influente, ou, no caso, determinante, foi a presidência da mesa eleitoral por Lino de Faria, na freguesia de São

---

<sup>491</sup> Até 1842, os votantes eram qualificados no mesmo dia da votação. Ver SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O Sistema Eleitoral do Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

<sup>492</sup> Ver NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

<sup>493</sup> IMPL. Caixa 1849. *Acta de eleição de vinte Deputados à Assembleia Provincial Legislativa desta província, na vila do Alto Paraguai Diamantino*. Diamantino, 6 de setembro de 1849.

<sup>494</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras*. Op. cit., p. 360.

Gonçalo de Pedro II, em 1867. Lino de Faria era juiz de paz do “1º ano”. Ou seja, tinha sido eleito em primeiro lugar numa eleição que se fazia de quatro em quatro anos. Os quatro juizes mais votados assumiam cada um em um ano as tarefas eleitorais, entre elas a de qualificar previamente os cidadãos e a de formar a mesa quando houvesse eleição. A eleição de 1867 era para deputado geral, ocorrendo no “3º ano”. Quem deveria fazer os trabalhos eleitorais, portanto, era o 3º juiz mais votado, que na ocasião era Francisco Xavier Castelo.

Contudo, Francisco Xavier Castelo se afastou dos trabalhos de formar a mesa, pois estava em “serviço de guerra”. Isso não o impediu de preparar a primeira lista de qualificados e fixar no local de votação. Pela sua ausência, quem assumiu a formação da mesa foi o 1º juiz de paz, Leopoldino Lino de Faria. Este, além de juiz de paz, era também candidato a deputado geral. Note-se que ser juiz de paz era quase obrigatório para quem queria seguir a carreira política. Os principais contatos com políticos mais experientes, assim como o angariamento de eleitores começavam aí. Mas mesmo já sendo político estabelecido, de vez em quando servir como juiz de paz poderia lhe ser benéfico, tal como fez por vários anos, por exemplo, Batista de Oliveira, e mesmo Manoel Alves Ribeiro, antes de serem os chefes supremos de seus partidos.

Lino de Faria era do lado liberal. Naquele momento, deputado provincial. Já havia sido da Câmara Municipal de Cuiabá e chegou a assumir como suplente de deputado geral nos anos de 1857 a 1860. O próximo passo era ir para a Corte como deputado titular. Para isso, procurou valer-se da situação de juiz de paz. Ao chamar os eleitores, que eram dez, para votarem na formação da mesa de sua freguesia, simplesmente excluiu sete deles, mesmo com esses eleitores estando presentes. Assim convocou para a votação da mesa somente o quinto, o sétimo e o nono da lista. Em substituição aos outros sete designou suplentes. Eram todos esses substitutos “da sua parcialidade”, segundo a ata da eleição para deputado geral de 1867. O próprio Lino de Faria foi eleito presidente da mesa. Precavendo-se de alguma turbulência, dois dias antes o juiz de paz tinha requisitado força armada para ficar à sua disposição, “aquartelando-se naquela mesma freguesia”. O resultado dos dez votos da freguesia foi, como não podia deixar de ser, todos para o juiz de

paz e também para o seu companheiro de chapa Antônio Corrêa do Couto<sup>495</sup>. Na época, votava-se em dois candidatos, se houvesse duas vagas. O número de pessoas em que se votava era o número de vagas<sup>496</sup>.

A eleição nessa freguesia, considerada “viciada”, foi anulada. Mas quem venceu foi também um liberal da província, Caetano Xavier da Silva Pereira, secundado por um progressista “de fora”, Joaquim José de Assis.

Contudo, as constatações de irregularidades pelas atas nem sempre faziam com que fossem cancelados seus resultados. Tinham o poder de anular as eleições das mesas nas freguesias, as mesas apuradoras dos colégios eleitorais. E o resultado dos colégios eleitorais poderia ser invalidado pelos deputados gerais, em caso de eleição para a Assembléia Geral, e pelos Senadores, em eleição para a Câmara Alta. Os deputados provinciais também podiam anular eleições para a Assembléia Legislativa. A Câmara municipal da capital, que contava os votos de todos os colégios nas eleições para deputados e senador, também poderia cancelar eleições ocorridas nas freguesias. Mas os casos de anulação, como o visto ainda há pouco, não eram muito freqüentes, não obstante as tentativas do lado perdedor. O risco de uma invalidação de resultado deveria fazer parte dos cálculos dos homens públicos<sup>497</sup>.

### 3. A eleição de 1849 – articulações

Para perscrutarmos melhor as práticas eleitorais na província de Mato Grosso, que envolviam tanto coação como outras atitudes mais sutis, acompanharemos a eleição para deputado geral em 1849, em que saiu eleito o major José Joaquim de Oliveira. Analisar essa eleição nos remeterá a outras votações, assim como a outros pontos de discussão, o que permitirá uma visão mais ampla do processo eleitoral na província do Oeste.

O major Oliveira tinha como principal contendor o “comendador” Manoel Alves Ribeiro, o maior caudilho da região. Oliveira tinha uma carreira tendendo mais para a

---

<sup>495</sup> IMPL. Caixa 1867. *Acta da eleição de dois Deputados à Assembleia Geral Legislativa do Império por esta Província de Matto Grosso, Collégio Eleitoral de Cuiabá*. Cuiabá, 5 de março de 1867.

<sup>496</sup> Quando a Assembléia Provincial possuía vinte vagas, por exemplo, cada eleitor votava em vinte nomes.

<sup>497</sup> Não era à toa que entre os deputados provinciais eleitos, os cargos mais disputados na Assembléia Legislativa, e que neles figuravam os principais líderes, eram justamente os da comissão de poderes, que averiguava a autenticidade de cada parlamentar que entrava para a casa.

burocracia imperial do que para lideranças políticas regionais. Sendo um dos poucos doutores em Matemática no Império, tendo estudado na Europa, era aproveitado pelo governo participando do Imperial Corpo de Engenheiros. Também exercia o ofício de catedrático da Escola Militar da Corte. Tornar-se presidente de província significava entrar para o seleto grupo de altos-administradores do Império. Contudo, sua entrada na política era um “desvio” não raro de acontecer com os governantes provinciais. Mas era uma trajetória diferente da de Manoel Alves Ribeiro, que se caracterizava desde o início por cargos eletivos em âmbito local. Ribeiro, apesar de ter suas propriedades em Poconé, estreou na política na antiga Vila Bela da Santíssima Trindade. Foi juiz de paz e vereador da câmara local. Mudou-se para essa vila acompanhando seu tio, que havia sido escolhido como um dos administradores da então capitania. Contudo, desejando vãos maiores, comprou um sobrado em Cuiabá e mudou-se para lá. Tentou eleger-se deputado provincial em 1835, mas perdeu. Por outro lado, foi eleito juiz de paz em Cuiabá. A partir daí conseguiu uma base mais sólida, vindo a ser eleito sucessivas vezes para a Assembléia Legislativa. Em 1849, era de longe o nome mais proeminente do grupo que se chamava de “liberal”. Essas duas trajetórias diferentes se rivalizaram desde o início do governo do major Oliveira. A “disputa final” demonstraria qual dos dois era “o mais forte” na *distante* província.

Praticamente casada com a eleição de deputado geral havia a de deputados da Assembléia Legislativa da província, o que tornava ainda mais acirrada a disputa. Se Oliveira era o representante do governo de Mato Grosso, Ribeiro tinha a Assembléia de seu lado. Era, a princípio, o homem com os aparatos legais do governo contra o cidadão que dispunha do apoio dos políticos mais influentes do momento.

A maior força de Ribeiro ficava no *interior*, ou seja, na sua vila natal, na ex-capital, e no colégio eleitoral de Diamantino. Se não fossem os acordos com os homens públicos desses lugares, os liberais não tinham chegado ao predomínio na província, na década de 1840. Na capital, a supremacia era dos políticos mais *tradicionais*, de pessoas ligadas às famílias dos Corrêa da Costa, dos Gaudie Ley, dos Silva Prado, que viam em Oliveira a melhor maneira de barrar a ascensão do homem de Poconé e reverter a situação na província que há muito tempo estava nas mãos dos liberais. No entanto, para Ribeiro ter chegado onde estava, era porque tinha conseguido apoio também na capital. Cuiabá

figurava, com folga, como o maior colégio da província. Tinha 35 eleitores, contra 7 do colégio eleitoral de Diamantino, 8 da cidade de Mato Grosso e 20 do colégio de Poconé. Certamente os “camapuanistas” contavam com uma sobreavaliação dos eleitores desse último colégio eleitoral. Se em 1856, Cuiabá era calculada em aproximadamente 23.144 habitantes, Poconé teria somente 2.303 almas<sup>498</sup>. Se diminuirmos dos 20 eleitores desse colégio os 2 que eram de Vila Maria e os 5 de Santana do Paranaíba, (as outras duas freguesias, Albuquerque e Miranda, não qualificaram eleitores), Poconé contava com 13 eleitores, o que fazia um eleitor para cada 177,15 habitantes. Em Cuiabá a proporção era de 1 para cada 661,2 moradores. Perto de 4 vezes menor. Mesmo se somarmos a população de Vila Maria (1.670 aproximadamente) e a de Santana do Paranaíba (estimada em 1.932) com o respectivo número de eleitores à população e eleitores de Poconé, a proporção era de 295,25 para cada habitante desse colégio eleitoral. A representação desse núcleo de eleição, portanto, mostrava-se proporcionalmente bem mais vantajosa do que a da capital, nesse momento.

Em 1863, a freguesia de Poconé iria ficar com 14 eleitores, um a mais do que em 1849. Mas a capital passava a contar com 83 eleitores, num total de 138 em toda a província<sup>499</sup>. Representava pouco mais de 60% dos votos de todo o Mato Grosso. Em 1849, eram 50 %. Possivelmente os políticos de Cuiabá procuraram se reforçar como o principal colégio, não obstante o seu aumento de população, ao mesmo tempo em que afastava a possibilidade de surgirem fortes líderes baseados no *interior*. Mas também cresciam outros lugares da província, a partir da metade da década de 50 tais como Miranda, Carmo e Albuquerque, que passaram a fornecer eleitores e chegaram a se constituir em um único colégio eleitoral, em 1859.

Em 1849, sendo o *interior* a metade dos votos de Mato Grosso, o grupo de Ribeiro procuraria obviamente se garantir nos lugares onde continuamente tinham levado a vantagem. Por outro lado, os conservadores tentaram neutralizar essa força de Ribeiro nas freguesias fora da capital, fazendo com que cada voto da província fosse considerado decisivo no processo eleitoral. A favor dos conservadores, houve uma ruptura entre antigos aliados justamente no colégio de Poconé. O herdeiro da famosa fazenda “Jacobina”, o então

---

<sup>498</sup> AN. IJJ(9) 508. *Mappa Estatístico da População da Província de Mato Grosso*. Chefe de Polícia Joaquim Costa Freire. Cuiabá, dezembro de 1856.

<sup>499</sup> RVPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 14 de maio de 1863.

capitão João Carlos Pereira Leite, agora era contra a candidatura de seu ex-correligionário Manoel Alves Ribeiro. Possivelmente fosse o fato de José Alves Ribeiro, irmão de Manoel Alves Ribeiro, ter se casado com a mãe de Pereira Leite, que era viúva, para logo depois abandoná-la<sup>500</sup>.

De qualquer maneira, quando chegou o dia para os votantes escolherem os eleitores, o capitão da “Jacobina”, juntamente com outro eleitor da freguesia de vila Maria, Antônio de Magalhães Garcez, acompanhados de mais de 30 praças da Guarda Nacional, foram para Poconé e passaram a ameaçar “de prisão e recrutamento” os cidadãos que não dessem seu voto para o presidente de província e seus seguidores. Segundo o secretário do colégio eleitoral, o capitão Pereira Leite disse ter ordens para vencer as eleições “ainda que fosse à bala”. Também o comandante da Guarda Nacional, Antônio Peixoto de Azevedo, foi acusado de colaborar com os tumultuosos. No dia da apuração das cédulas no colégio eleitoral de Poconé, Pereira Leite tentou colocar à força dois homens seus como escrutinadores da mesa eleitoral<sup>501</sup>.

Contudo, como dizia um secretário em Cuiabá, “os eleitores do colégio de Poconé, à exceção dos dois da freguesia de Vila Maria, [que eram justamente Pereira Leite e Magalhães Garcez], cujos votos se tomaram em separado, votaram “todos em um mesmo indivíduo”. Esse indivíduo era Manoel Alves Ribeiro. Mas o capitão de Vila Maria não se deu por vencido. Reuniu testemunhos e relatou para a Câmara Municipal de Cuiabá, que apurava todos os votos de eleitores da província, que os eleitores de Santana do Paranaíba não tinham ido votar. As cédulas que estavam na urna eram falsas. A mesa apuradora acatou a denúncia de Pereira Leite e anulou os 5 votos que seriam de Santana<sup>502</sup>.

Sobre a ida do capitão a Poconé, a Câmara não considerou nada grave, visto que a existência de destacamento no lugar de eleição não era crime. Da mesma maneira, considerou que o que Pereira Leite havia feito em relação à mesa eleitoral (supostamente coagido os componentes da mesa) na freguesia era parte do serviço de “inspeção”, pois ele também era subdelegado da região<sup>503</sup>.

---

<sup>500</sup> MESQUITA, José de. *Genealogia Matogrossense*. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1992.

<sup>501</sup> IMPL. Caixa 1849. *Acta da Eleição do Deputado à Assembléia Geral Legislativa no colégio Eleitoral de Poconé*. Poconé, 5 de setembro de 1849.

<sup>502</sup> IMPL. *Acta da apuração Geral dos votos dos Colégios Eleitorais desta Província de Mato Grosso para a eleição de hum Deputado*. Cuiabá, 4 de novembro de 1849.

<sup>503</sup> *Ibidem*.

Esses cinco votos de Santana de Paranaíba pesaram no cômputo final. Não obstante, se Ribeiro não conseguia vitória completa no colégio de Poconé, ganhou com facilidade no da cidade de Mato Grosso. Dos oito eleitores, obteve todos os votos<sup>504</sup>. Não deve ter sido à toa que Oliveira, no exercício da presidência, havia tentado persuadir os deputados a anularem o *status* de colégio eleitoral da ex-capital. Argumentava que ela não tinha o número de votantes o suficiente<sup>505</sup>.

O colégio de Diamantino era para ser do mesmo jeito que a cidade de Mato Grosso em relação aos liberais. Mas o distrito ficou rachado. Dos 7 eleitores, 3 votaram em Joaquim de Oliveira, outros 3 em Manoel Alves Ribeiro, e 1 voto no forasteiro Martin Francisco de Andrade<sup>506</sup>. Nesse colégio, Ribeiro tinha como um aliado considerável Batista Prudêncio, que foi o mais votado para a Assembléia Legislativa na sua vila, num total de 49 pessoas votadas.<sup>507</sup> Além de ser do lugar, Prudêncio era o presidente da mesa apuradora nessas eleições na sua freguesia. Contudo, não foi o suficiente para os liberais conseguirem o que tinham obtido no colégio eleitoral de Mato Grosso. Nessa cidade, ao contrário de Diamantino, nenhum dos mesários recebeu votos para a Assembléia. Eles foram absolutamente disciplinados em votar coesos na chapa liberal, tanto para deputado geral quanto para os deputados provinciais. Parecido também foi Poconé. Dos 20 eleitores que votaram para deputado da província, 19 escolheram exatamente os mesmos 20 candidatos para a Assembléia. Todos do grupo de Ribeiro<sup>508</sup>.

Mas nada disso podia fazer frente aos resultados do colégio eleitoral de Cuiabá. Dos 35 eleitores, foram apurados 26 votos para o presidente Oliveira. O ex-partidário de Ribeiro, José Joaquim de Carvalho, ficou com 6 votos. Foram considerados nulos 3, que iriam para José Joaquim de Carvalho, e que eram da freguesia da Chapada. O fazendeiro de Poconé não recebeu nenhum voto de eleitor desse colégio<sup>509</sup>.

---

<sup>504</sup> IMPL. Caixa 1849. *Acta da Eleição do Deputado a Assembleia Geral Legislativa deste Império pela Província de Mato Grosso na Cidade de Mato Grosso*. Mato Grosso, 5 de setembro de 1849.

<sup>505</sup> RPP. Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 3 de maio de 1849.

<sup>506</sup> IMPL. Caixa 1849. *Acta da Eleição do Deputado a Assembléa Geral Legislativa, no Colégio Eleitoral do Alto Paraguai Diamantino*. Diamantino, em 5 de setembro de 1849.

<sup>507</sup> IMPL. Caixa 1849. *Acta da Eleição de vinte deputados à Assembleia Provincial Legislativa desta província, na vila de Alto Paraguay Diamantino*. Diamantino, 6 de setembro de 1849.

<sup>508</sup> IMPL. Caixa 1849. *Acta de Eleição de vinte deputados para a Assembleia Legislativa Provincial, no Colégio Eleitoral da Vila de Poconé*. Cuiabá, 6 de setembro de 1849.

<sup>509</sup> IMPL. Caixa 1849. *Acta da eleição de hum Deputado à Assembleia Geral Legislativa por esta Província de Mato Grosso, no colégio Eleitoral da cidade de Cuiabá*. Cuiabá, 5 de setembro de 1849.

O total, portanto, foi de 29 votos para Oliveira, 24 para o chefe de Poconé, 6 para o ex-deputado Carvalho e 1 para o senhor Martin Francisco de Andrade<sup>510</sup>. A capital se mostrava mais anti-Ribeiro do que a favor de Oliveira. Não havia a mesma coesão em relação aos deputados provinciais. Os 35 eleitores da região de Cuiabá votaram em 76 candidatos diferentes. Mas os liberais perderam de grande distância. Os mais votados eram *saquaremas* como Luiz da Silva Prado (30 votos), José Gomes da Silva (29 votos), Generoso de Moraes Cambará (26 votos) e Joaquim Gaudie Ley (22 votos). Apesar da diversidade de candidatos que foram nomeados em Cuiabá, pessoas bastante próximas ao líder liberal, como o padre Braz Pereira Mendes, receberam somente 1 voto, assim como Ayres Augusto de Araújo, que havia sido chefe de polícia de Ribeiro, não ganhou um voto sequer nesse colégio eleitoral.

A despeito da rivalidade entre Cuiabá e Poconé nesse momento, mesmo assim há a hipótese de Oliveira ter usado homens de farda contra o grupo dos liberais também no município da capital. Mas, certamente, para o resultado final, foi decisivo o controle da Câmara Municipal da capital pelos conservadores. Como visto em outro capítulo, Oliveira tinha conseguido anular a eleição anterior para essa câmara, fazendo com que ascendessem os conservadores na representação municipal. Estando na maioria absoluta da vereação em 1849, cabia aos conservadores a coordenação da apuração final. Anularam uns votos, como os que seriam de Santana do Paranaíba e os da Chapada. Fizeram vistas grossas para a coação, como a que aconteceu em Poconé. Mas, sobretudo, se mantiveram unidos quando o assunto era Ribeiro.

O resultado final foi contestado, mas quem decidia sobre isso era a chamada Assembléia Geral, no Rio de Janeiro. O major acabou sendo confirmado como representante da província. Em compensação, a Corte rapidamente resolveu abrir outra vaga para deputado geral, e Ribeiro tornou-se o segundo deputado de Mato Grosso, vindo a ser colega de Oliveira, na mesma legislatura (1850-1852).

#### 4. Representações e “listas”

---

<sup>510</sup> IMPL. Caixa 1849. *Acta da apuração Geral dos votos dos Collegios Eleitorais desta Província de Mato Grosso para eleição de hum Deputado*. Cuiabá, 4 de novembro de 1849.

O benefício de uma segunda vaga, possivelmente, não visasse beneficiar exclusivamente o chefe liberal. A composição da Corte, aparentemente, não era favorável a Ribeiro naquele momento. O que acontecia era que o Mato Grosso tinha uma representação mínima, de apenas um deputado numa câmara de 102 parlamentares. Províncias como a de Sergipe e a de Goiás tinham 2 deputados cada uma. A do Pará possuía 3 representantes. A do Maranhão, 4. Alagoas e Paraíba contavam com 5 representantes. As maiores bancadas eram as de Minas Gerais, com 20; a da Bahia e a de Pernambuco que tinham 13; São Paulo, 9 representantes; e a do Rio de Janeiro ficava com 8<sup>511</sup>. Não existia um critério objetivo que seguisse o número das representações na Câmara. Se fosse o de população e riqueza, o Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, não teria menos deputados do que São Paulo, nem seria tão inferior a de Minas Gerais. Não obstante, nas províncias “menores” poder-se-ia justificar a baixa representação tanto pela pequena população quanto pela sua menor parte na parcela de riqueza no Império.

De qualquer forma, a partir de 1860, nenhuma província poderia ter menos de 2 deputados, como ainda acontecia com o Piauí e o Espírito Santo<sup>512</sup>. Na verdade, uma província poder eleger somente um deputado tornava as eleições mais tensas ainda. Com mais de um deputado geral, poderia haver a possibilidade de acordo entre as elites políticas do lugar.

A baixa representatividade de uma província considerada distante, com pouca população e pobre, como Mato Grosso, não a excluía, contudo, dos esquemas políticos nacionais. Dos 28 deputados gerais que foram eleitos por Mato Grosso, a maior parte deles, 15 homens, era “de fora”, ou seja, pessoas que não moravam na província. Consideramos “de fora”, inclusive, os presidentes de província que foram eleitos, apesar de nas atas constarem como residentes de Cuiabá, pois era uma moradia somente circunstancial e provisória. Por outro lado, pessoas como Ernesto Camilo Barreto, vindo de outro lugar - nesse caso para ser lente do seminário episcopal em Cuiabá -, quando foi eleito deputado para o Rio de Janeiro, já residia e militava na província há vários anos.

Muitas vezes um deputado era escolhido como representante da província sem jamais ter ido a ela. Assim foi o caso, por exemplo, de José Maria da Silva Paranhos Júnior,

---

<sup>511</sup> TAPAJÓS, Vicente. *Organização Política e Administrativa do Império*. Brasília: Funcep, 1984.

<sup>512</sup> *Ibidem* p. 143.

o futuro barão do Rio Branco. Nas eleições para deputado geral, em 1852, tanto os liberais quanto os conservadores da província apresentaram candidatos “de fora”. Foi eleito um por partido para as duas vagas. Eram o padre Feliciano José Leal e o bacharel Viriato Bandeira Duarte. Nas eleições de 1856, também foram eleitos um por cada partido. Mas nessa ocasião eram os dois - Antônio Peixoto de Azevedo e José Delfino de Almeida - , políticos da própria província. Às vezes poderia ser eleito um provinciano e um “de fora”, como foram eleitos Caetano Xavier da Silva Pereira, o filho, e Joaquim José de Assis, em 1866.

Desde quando abriram as duas vagas para deputação, no início dos anos 50, até 1860, os deputados gerais eleitos para a mesma legislatura eram um de cada partido. As duas vagas certamente contribuíram para amainar as contendas políticas na província, durante um certo período. Contudo, de 1860 a 1869, houve um predomínio dos deputados liberais, mesmo se considerarmos que o “progressista” Raimundo de Lamare não era partidário dos *luzias* da província, muito menos ele era próximo dos *saquaremas* de Mato Grosso. Em 1869 os conservadores reverteriam a situação e fariam as duas vagas para deputado geral.

Da mesma maneira que os políticos locais se articulavam com os políticos nacionais, também era necessário o entendimento com os outros lugares da província, como visto no exemplo das eleições de 1849. Lugares como Diamantino ou Paranaíba eram semanas de viagem, quando não mais de mês, até a capital. Assim, existiam pessoas de vários lugares de Mato Grosso na Assembléia Legislativa, mas eram predominantes os moradores de Cuiabá.

Essa articulação, portanto, é verificada nas listas produzidas, em que os eleitores votavam. Ou seja, tinha uma lista de candidatos que os eleitores recebiam e depositavam, se não a própria lista como cédula, outra parecida. Essa “lista” era fruto de vários acordos intraprovinciais. O grau máximo dessas articulações, para o período estudado, foi entre 1859 a 1869, quando presidiram a província o segundo Alencastro, Herculano Ferreira Penna, Albino de Carvalho, Couto de Magalhães e Augusto Leverger. Este último assumiu por algum tempo dentro desse período, mas não conseguiu ser obstáculo a uma certa direção nos “acordos”, nos quais os liberais tinham imprimido a direção.

Vejamos o resultado da apuração geral dos votos de eleitores para a Assembléia Provincial, em 1861:

|  |          |
|--|----------|
| 1. Brigadeiro João Batista de Oliveira         | 56 votos |
| 2. Tenente-coronel Albano de Souza Osório      | 56       |
| 3. Leopoldino Lino de Faria                    | 56       |
| 4. Cônego Manoel Pereira Mendes                | 56       |
| 5. Tenente-coronel Alexandre José Leite        | 56       |
| 6. Tenente-coronel João de Souza Osório        | 56       |
| 7. Manoel da Costa Arruda                      | 56       |
| 8. Cônego Joaquim Antônio da Silva Rondon      | 56       |
| 9. Capitão José Marcelino da Silva Prado       | 56       |
| 10. Capitão Thomaz A. de Miranda Rodriguez     | 56       |
| 11. Capitão Joaquim José Gomes da Silva        | 56       |
| 12. Tenente Francisco de Assis Pereira         | 56       |
| 13. Alferes João D'Alincourt Sabo de Oliveira  | 56       |
| 14. Padre Francisco José de Couto              | 55       |
| 15. Alferes Francisco Pereira de Moraes Jardim | 55       |
| 16. Bento Franco de Camargo                    | 54       |
| 17. Capitão Joaquim Gaudie Ley                 | 52       |
| 18. José Leite Galvão                          | 52       |
| 19. José Caetano Metelo                        | 52       |
| 20. Tenente Caetano da Silva e Albuquerque     | 51       |
| 21. Manuel da Cunha e Abreu                    | 43       |
| 22. Capitão João Augusto de Macedo             | 12       |
| --   | --       |
| 23. Padre Antônio Pedro de Figueiredo          | 7        |
| 24. José Paes de Barros Júnior                 | 6        |
| 25. Tenente Miguel Paes de Barros              | 5        |
| 26. Tenente João de Albuquerque e Silva        | 5        |
| 27. Ten. Antônio Romualdo da Silva Pereira     | 3        |
| 28. Tenente Manoel Maria de Figueiredo         | 2        |
| 29. Joaquim José Rodrigues Calhau              | 1        |

|  |   |
|--|---|
| 30. Tenente Joaquim da Silva Albuquerque | 1 |
| 31. Capitão Luiz da Fonseca e Moraes     | 1 |
| 32. Alferes Thomaz Pereira Jorge         | 1 |

Fonte: IMPL: Caixa 1861. *Acta da apuração Geral dos votos dos Collegios eleitorais desta Província para a eleição de 22 membros a Assembleia Legislativa Provincial*. Cuiabá, 7 de outubro de 1861.

Ou seja, existia um grupo com pouco mais de 40 eleitores em que seus votos decidiram a eleição. Nessa época, eram 22 pessoas que ocupariam as vagas na Assembléia. Desses, os 13 mais votados receberam quase a quantidade máxima de votos. Do décimo quarto para o vigésimo, a diferença era mínima. Mas note-se que do grupo dos eleitos para os que não foram eleitos a margem se amplia bastante. Do 21º lugar, com 46 votos, para o 23º, com 7 votos, a diferença era de 39 votos. Ficaram de fora, sem receber qualquer nomeação em cédula, figuras expoentes do partido conservador como Silva Prado, Cerqueira Caldas, Camilo Barreto e Leite Falcão. O número de pessoas votadas era somente de 32. Em eleições anteriores, passava-se facilmente dos 50, como em 1851, em que 59 pessoas foram votadas<sup>513</sup>; em 1855, em plena “Conciliação”, com 96 políticos nomeados<sup>514</sup>, e em 1835, na primeira legislatura, quando mais de 150 pessoas foram assinadas nas cédulas<sup>515</sup>.

Não obstante, a lista de 1861, que foi seguida por dezenas de pessoas em todas as freguesias da província, incluía conservadores, como Joaquim Gaudie Ley e José Marcelino da Silva Prado. Mas a maioria presente era principalmente de partidários de Batista de Oliveira e de Sousa Osório. Esses “acordos”, portanto, levavam em conta vagas para os adversários.

Para a legislatura da Assembléia de 1864-1865, o esquema foi “aperfeiçoado”. Os 58 eleitores, com direito a um total de 1.276 votos, nomearam somente 26 candidatos para as 22 vagas:

<sup>513</sup> IMPL. Caixa 1851. *Acta da apuração geral dos votos dos colégios eleitorais desta província para a eleição de vinte membros a Assembleia Legislativa Provincial*. 7 de novembro de 1851.

<sup>514</sup> IMPL. Caixa 1855. *Acta da apuração geral dos votos dos collegios eleitoraes desta província para a eleição de vinte deputados à Assembleia Legislativa Provincial*. Cuiabá, 7 de novembro de 1855.

<sup>515</sup> AN. IJJ(5) 16 *Acta da nova apuração geral dos votos dos Colégios Eleitorais de toda a Província, para Deputado à Assembléia Legislativa Provincial*. Cuiabá, 13 de maio de 1835.

|   |          |
|---|----------|
| 1. Leopoldino Lino de Faria                 | 58 votos |
| 2. Capitão Joaquim Pinto Guedes             | 58       |
| 3. Capitão Francisco Nunes da Cunha         | 58       |
| 4. Tenente Caetano S. Albuquerque Júnior    | 58       |
| 5. Alferes Manoel Bento de Lima             | 58       |
| 6. Doutor José Augusto Barbosa de Oliveira  | 58       |
| 7. José Caetano Metelo                      | 58       |
| 8. Alf. Antônio Pinto Nunes de Figueiredo   | 57       |
| 9. Tenente-coronel Albano de Souza Osório   | 57       |
| 10. Tenente-coronel Alexandre José Leite    | 57       |
| 11. Cônego Manoel Pereira Mendes            | 57       |
| 12. Cônego J. Antônio da Silva Rondon       | 57       |
| 13. Cap. Tomás A. de Miranda Rodrigues      | 57       |
| 14. Ten. Francisco Pereira de Moraes Jardim | 57       |
| 15. Tenente Francisco de Assis Pereira      | 57       |
| 16. Tenente Antônio de Pinho e Azevedo      | 57       |
| 17. Alf. João D'Alincourt Sabo de Oliveira  | 57       |
| 18. Bento Franco de Camargo                 | 57       |
| 19. Francisco João Botelho                  | 57       |
| 20. Manoel da Costa e Arruda                | 57       |
| 21. Tenente Francisco Xavier Castelo        | 47       |
| 22. Joaquim Pires da Silva                  | 47       |
| -----                                       | ---      |
| 23. Tenente Joaquim de Albuquerque e Silva  | 12       |
| 24. Capitão José Leite Galvão               | 11       |
| 25. Protonário Francisco José do Couto      | 11       |
| 26. Alferes Joaquim da Costa Marques        | 01       |

Fonte : IMPL. Caixa 1864. *Acta da apuração geral dos votos dos Collegios Eleitoraes desta Província para a eleição de vinte e dois membros à Assembleia Legislativa Provincial.* Cuiabá, 24 de janeiro de 1864.

A margem entre os 22 eleitos e os outros 4 votados, que não conseguiram vaga, foi bastante acentuada. Tanto a capital como os vários povoados do *interior* tinham praticamente os mesmos candidatos. Na cidade de Mato Grosso, por exemplo, os 10 votos foram iguais nos mesmos 22 políticos<sup>516</sup>. Em Poconé, a lista de 22 nomes somente não foi totalmente homogênea porque um eleitor resolveu votar em um candidato em vez de outro, na lista das 22 pessoas<sup>517</sup>, fazendo com que o alferes Joaquim da Costa Marques recebesse seu único voto no cômputo geral.

Dessa vez, até Joaquim Gaudie Ley ficou de fora, diminuindo ainda mais a representação dos conservadores. Essa situação somente se reverteu quando os gabinetes progressistas foram substituídos por um *saquarema*, a partir de 1868. Contudo, a prática de se ter uma única lista acatada majoritariamente, que circulava pelas várias freguesias, restringindo o número de candidatos, não deixou de existir. Mas agora, claro, os *arranjos* eram mais favoráveis aos conservadores da província:

|   |          |
|---|----------|
| 1. Doutor José Antônio Murinho              | 80 votos |
| 2. Doutor Francisco Antônio de Azevedo      | 80       |
| 3. Antônio Corrêa da Costa                  | 80       |
| 4. Luiz da Costa Ribeiro                    | 80       |
| 5. Antônio Augusto Ramiro de Carvalho       | 80       |
| 6. Salomão Alves Ribeiro                    | 79       |
| 7. Comendador Luiz da Silva Prado           | 79       |
| 8. Tomás Pereira Jorge                      | 79       |
| 9. Padre Antônio Henrique de Carvalho Ferro | 79       |
| 10. Coronel Antônio de Cerqueira Caldas     | 79       |
| 11. Alferes Antônio Manoel da Silva Fontes  | 79       |
| 12. Capitão João Roberto da Cunha Bacelar   | 79       |
| 13. Tenente Coronel João de Souza Neves     | 79       |
| 14. Padre José Joaquim dos Santos Ferreira  | 79       |

<sup>516</sup> IMPL. Caixa 1863. *Acta da Instalação da mesa do Collegio Eleitoral e apuração dos votos para membros da Assembleia Legislativa Provincial na cidade de Matto Grosso*. Matto Grosso 24 de dezembro de 1863.

<sup>517</sup> IMPL. Caixa 1863. *Acta de Eleição dos membros à Assembleia legislativa Provincial, no Collegio Eleitoral de Poconé*. Poconé, 24 de dezembro de 1863.

|   |    |
|---|----|
| 15. Padre José Antônio Peixoto            | 79 |
| 16. Doutor José da Costa Leite Falcão     | 79 |
| 17. Comendador Henrique José Vieira       | 79 |
| 18. João Felix de Azevedo                 | 79 |
| 19. José da Silva Rondon                  | 79 |
| 20. Ten.-cor. Celestino Corrêa da Costa   | 79 |
| 21. Ricardo Franco de Almeida Serra       | 79 |
| 22. Major Antônio Luiz Brandão            | 79 |
| 23. José da Silva Tavares                 | 4  |
| 24. Gabriel de Souza Neves                | 3  |
| 25. Antônio José Zeferino Amarante        | 2  |
| 26. Doutor Luiz Alves da Silva Carvalho   | 2  |
| 27. Amâncio Pulcherio de França           | 1  |
| 28. Comendador Joaquim Gaudie Ley         | 1  |
| 29. José Joaquim Graciano de Pina         | 1  |
| 30. Tomás Antônio de Miranda Rodrigues    | 1  |
| 31. Ten. Cor. Luiz Benedito Pereira Leite | 1  |
| 32. Urias Alves Ribeiro.                  | 1  |

Fonte: IMPL. Caixa 1869. *Acta da apuração geral dos votos dos collegios eleitoraes desta Província para a eleição de 22 membros à Assembléa Legislativa Provincial.* Cuiabá, 22 de novembro 1869.

A diferença do 22º para o primeiro lugar era de apenas 1 voto. O 23º nunca esteve tão longe da última vaga da Assembléia. Em tempos como na década de 1850, a vantagem entre o último eleito e o primeiro suplente<sup>518</sup> era de apenas um voto.

Em 1869 começava já uma nova geração de conservadores, com Antônio Murtinho, Ramiro de Carvalho e Antônio Corrêa da Costa, tendo ainda à frente do partido o coronel Cerqueira Caldas. Joaquim Gaudie Ley já não tinha mais espaço nessa nova geração que ia se afirmando, apesar de subsistirem ainda antigos correligionários como Leite Falcão e Henrique José Vieira entre os escolhidos.

---

<sup>518</sup> Os suplentes eram de acordo com a ordem de votação.

Mesmo em Poconé, dos 15 eleitores, somente um não votou na lista completa que favorecia os conservadores. Esse eleitor depositou seu voto em 21 nomes da “lista”, mas em vez de votar em Salomão Alves Ribeiro, votou em outro do mesmo clã, Urias Alves Ribeiro<sup>519</sup>. Dentro dessa lista que circulou pelas freguesias da província, 2 eram de Poconé: Salomão, já citado, e Luiz da Costa Ribeiro. Mas a maioria absoluta era de conservadores da capital.

Isso não impedia, por exemplo, que no novo colégio eleitoral de Santana do Paranaíba, todos os 11 eleitores votassem homogeneamente nos candidatos da “lista”, que não tinha nenhum nome dessa freguesia. Nesses arranjos, certamente, os políticos provinciais tinham que se entender como os “Garcia Leal” e os “Barbosa”, fazendeiros de Paranaíba. Eram famílias que tinham deixado Minas Gerais, na primeira metade do século XIX, para se afazendarem no leste de Mato Grosso<sup>520</sup>. Eram elas que normalmente serviam como juizes de paz e compunham a mesa eleitoral do lugar, além de serem as de maior prestígio de sua região. Essas famílias deixaram Minas Gerais por problemas políticos, mas suas atividades públicas na sua nova província não passaram do âmbito municipal<sup>521</sup>.

Poconé, por outro lado, era lugar da prevalência dos “Ribeiro”, dos “Nunes da Cunha”, dos “Alves da Cunha”. Tiveram seu momento máximo com Manoel Alves Ribeiro, mas depois disso continuaram elegendo seus representantes para a Assembléia, mesmo sem se tornarem figuras de proa. Tudo indica que depois de Manoel Alves, os poconeanos não estimularam uma rivalidade entre a pequena vila e a capital. Pelo contrário, foram vários os casamentos entre os liberais poconeanos e a família conservadora de “Gaudie Ley”<sup>522</sup>. Assim, tinham seu quinhão nas representações provinciais. Não obstante,

---

<sup>519</sup> IMPL. Caixa 1869. *Acta de apuração dos votos para Deputados à Assembleia Legislativa Provincial no Collegio Eleitoral de Poconé. Poconé, 23 de outubro 1869.*

<sup>520</sup> LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Nos Confins do Império – Um Deserto de Homens Povoado por Bois. (A Ocupação do Planalto Sul Mato Grosso 1830-1870). Op. cit., pp. 31 e ss.*

<sup>521</sup> No período proposto por essa pesquisa.

<sup>522</sup> A família do patriarca André Gaudie Ley foi pródiga em casamentos que denotavam relações políticas, além do interesse de preservação ou expansão patrimonial. Joaquim Gaudie Ley, que ocupou cargos expressivos na província, tais como deputado provincial, provedor da Santa Casa e inspetor-geral da Instrução – casou-se com Catarina Dulcina Bueno do Prado, sobrinha de Manoel Nunes da Cunha, o futuro barão de Poconé. Se esse casamento demonstrava uma certa ligação entre os conservadores de Cuiabá e os liberais de Poconé, isso de fato ficou mais nítido com o segundo casamento do então viúvo Joaquim Gaudie Ley, que foi com a própria filha do barão de Poconé, Idalina Nunes da Cunha, já nos finais dos anos de 1860. Por outro lado, houve também muitos casamentos dos Gaudie Ley com os conservadores. A filha de André Gaudie Ley, Constança Carolina, se casou com José da Costa Leite Falcão, membro expressivo do quadro conservador, que além de deputado, foi também juiz de direito e chefe de polícia na província. Outra filha de

eram os “Nunes da Cunha”, os “Alves da Cunha”, e os “Ribeiro” que quase sempre estavam à frente das mesas apuradoras do seu colégio eleitoral.

Contudo, lugares como a cidade de Mato Grosso dificilmente tinham um representante na Assembléia Provincial. Apesar disso, seus poucos eleitores eram bastante “disciplinados” nas eleições. A mesma cidade em que seus eleitores deram todos seus votos para o liberal Caetano Xavier da Silva Pereira e para o presidente Joaquim Raimundo de Lamare, nas eleições para deputado geral, em 1861, foi o mesmo lugar que foi unânime na votação dos conservadores Ernesto Camilo Barreto e José Maria da Silva Paranhos Júnior, oito anos depois<sup>523</sup>.

Certamente não eram os princípios de um ou de outro partido que guiavam a maioria dos votos, se não fossem o de todos. Se Leverger dizia que “os partidos, em que se divide a província, contendem por interesses meramente locais e pessoais”, da mesma maneira, outro presidente dizia que

as antigas lutas dos partidos, mais excitadas por ódios ou paixões individuais do que por verdadeira diferença de princípios políticos, lutas que por tanto tempo, e tão infelizmente estorvaram o nosso progresso, tem serenado (...) <sup>524</sup>.

Uma comissão da própria Assembléia Legislativa escrevia ao chefe do Executivo dizendo que os partidos “constantemente se batiam sem fim algum político”<sup>525</sup>. Contudo, se o exercício da política era guiado muito mais por questões pessoais, era notório que o presidente de província era uma força enorme dentro dessas disputas. É certo que houve momentos - como nos anos 40, assim como numa das administrações de Leverger - , em

Gaudie Ley, Maria Antônia, foi desposada por Antônio de Cerqueira Caldas, que mais tarde viria a ser o chefe incontestado do Partido Conservador, assim como também receberia o título de barão de Diamantino. O irmão de Cerqueira Caldas, João Cerqueira Caldas, também obteve enlace matrimonial com uma Gaudie Ley, que se chamava Regina e era filha de Joaquim Gaudie Ley, o principal filho de André na política provincial. Ver ALENCAR, Adauto. *Roteiro Genealógico de Mato Grosso*. 3 vol. Cuiabá: CCS editora, s/d. Note-se que quase não há referências a partidos políticos nessas genealogias.

<sup>523</sup> IMPL. Caixa 1869. *Acta da apuração dos votos para Deputados à Assembléia Geral Legislativa do Império, na cidade de Mato Grosso*. Mato Grosso, 2 de março de 1869.

<sup>524</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 4.

<sup>525</sup> “Alocação da Deputação nomeada pela Assembléia Legislativa Provincial para felicitar ao Presidente da Província pelos serviços que tem prestado à mesma” Cuiabá, 10 de maio de 1854. Anexo ao RPP Augusto Leverger, Cuiabá, 3 de maio de 1854.

que os governantes não conseguiram barrar a vitória dos políticos locais de uma facção oposta a da sua preferência. Mas na maioria das vezes, depois de 1849, o presidente conseguia com que seus aliados tivessem vantagem nas disputas eleitorais. Não obstante, quatro pessoas que haviam sido presidentes da província foram eleitas para a Assembléia Geral. Se Crispiniano Soares e Joaquim de Oliveira venceram eleições quando estavam praticamente no exercício do governo, Raimundo de Lamare e Couto de Magalhães, eleitos depois do exercício de seus mandatos, certamente puderam valer-se de sua influência e popularidade do tempo em que foram presidentes.

Em razão da interferência do governo nas eleições, o governo central, em 1855, aprovou uma lei que proibia não apenas os presidentes de província, mas também os chefes de polícia, os juizes de direito e municipais, os inspetores da fazenda geral e provincial de serem eleitos pela mesma província em que trabalhavam para as vagas no Senado e na Câmara dos Deputados<sup>526</sup>. Contudo, uma lei como essa não impedia que, por exemplo, Raimundo de Lamare deixasse o cargo de presidente, para poucos meses depois ser eleito para a Câmara pela província em que presidira. Era escolhido deputado juntamente com Correia do Couto, político provincial do lado dos liberais.

Se eram as aproximações pessoais que definiam a opção política, os presidentes eram os encarregados de que os candidatos do governo central obtivessem logro, não obstante os próprios líderes locais terem alguma relação com os políticos nacionais.

Dessa forma, em 1852, auge do predomínio conservador, Leverger recebeu uma carta de ninguém menos do que Eusébio de Queiroz, pedindo “sua muito especial proteção”, para os candidatos B. Roiz e o desembargador Miranda. “São ambos cidadãos muito conhecidos por seus méritos e serviços, e que de certo muito merecem a honra de representar essa província no Senado.” Mas o mais importante, que Leverger deveria notar, era que eles eram “os candidatos do governo”<sup>527</sup>.

Ao que tudo indica, B. Roiz desistiu do pleito, ficando o caminho franqueado para João Antônio de Miranda como o único candidato do gabinete. Acabou sendo eleito derrotando os políticos de Mato Grosso, cuja principal figura havia sido Manoel Alves Ribeiro. Na verdade, Ribeiro morreu de febre amarela no Rio de Janeiro, logo após as

---

<sup>526</sup> NICOLAU, Jairo. *Op. cit.*, pp. 19-20.

<sup>527</sup> AN. Microfilme. PM 743. Fundo Eusébio de Queiroz. De Eusébio de Queiroz para Augusto Leverger. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1852.

eleições de 1852, mas antes da escolha do Imperador que faria a partir da lista tríplice. De qualquer forma, mesmo com o fazendeiro de Poconé sendo o mais votado, Miranda estava na lista tríplice e provavelmente venceria a seleção do imperador. Devido à morte de Ribeiro, houve novas eleições para senador, quase um ano e onze meses depois. A pessoa que recebeu mais votos foi o bispo de Cuiabá<sup>528</sup>, mas o desembargador Miranda, novamente figurando entre os três primeiros, acabou sendo o senador pela província.

Dos cinco senadores nos quais os cidadãos de Mato Grosso tiveram o direito de votar durante todo o Império, todos os cinco eram moradores de outro lugar. Houve eleição que nem sequer um habitante da província chegou ao menos a concorrer, como a de 1862. Nessa ocasião, eram candidatos somente figuras de expressão nacional, tais como os conselheiros Silva Paranhos e Luiz Pedreira do Couto Ferraz e o deputado Teófilo Otoni. O mais votado nesse pleito foi o futuro visconde do Rio Branco<sup>529</sup>. Ele também foi o escolhido da lista tríplice.

Mato Grosso, então, era um lugar para o governo central, na maior parte das vezes, eleger seus candidatos. Se por um lado a Corte fazia leis que restringiam o poder do executivo nas eleições - como em 1846, em que proibia o recrutamento num período de 60 dias antes e 30 depois do pleito -, por outro lado, o governo central sabia que existiam várias outras manobras em que o presidente de província poderia se valer no processo eleitoral.

Dessa forma, Leverger, presidindo a província em 1857, escrevia para o marquês de Caxias, que era presidente do Conselho de Ministros. O capitão dizia que estava ciente das ordens e recomendações para não interferir nas eleições de maneira “direta”. Contudo, ele dizia também que tinha ciência, pelas explicações que recebera em carta anterior, de “como e em que caso podia nela intervir indiretamente”<sup>530</sup>.

Intervir “diretamente” seria colocar os soldados para coagir as pessoas em seu lugar de votação. Mandar prender eleitores. Ameaçar os votantes com os guardas nacionais. Mas

---

<sup>528</sup> IMPL. Caixa 1854. *Acta da apuração geral dos votos para a eleição de hum Senador por esta Província*. Cuiabá, 17 de agosto de 1854.

<sup>529</sup> AN. IJJ(9) 527. *Acta da Eleição para substituir o falecido senador e desembargador João Antônio de Miranda*. Cuiabá, 2 de setembro de 1862.

<sup>530</sup> APEMT. “Registro de Avisos Reservados recebidos dos Ministérios dos Negócios da Guerra, da Marinha, do Império, da Justiça, da Fazenda e Estrangeiros. 1865.” [Na verdade, o maço documental é de 1855 até 1865] De Augusto Leverger para Senador marquês de Caxias, Presidente do Conselho de Ministros. Cuiabá, 2 de janeiro de 1857.

o que seria intervir “indiretamente”? Não encontramos a carta de Caxias para Leverger, mas certamente deveriam ser ações que não atingissem frontalmente lei alguma. Provavelmente seriam os acordos com os líderes locais. Em troca, esses chefes políticos poderiam receber nomeações, comendas, cargos, ou mesmo o benefício de algum negócio. Eles, então, é que “convenceriam” os votantes e eleitores. Não seria necessariamente o governo agindo diretamente sobre os eleitores.

Se não se podia dispor de corpos armados nas eleições, o próprio Leverger, em 1869, mostrava como essas corporações poderiam ser usadas, sem infringir nenhuma disposição legal frontalmente:

Na parte menos esclarecida da massa dos cidadãos, tem-se baralhado as idéias, de modo que muitos confundem o dever de guarda, com o direito de votante e estão praticamente convencidos de que a cédula que levam à urna da sua paróquia decide do rigor ou da indulgência com que hão de ser tratados em relação ao serviço.<sup>531</sup>

O barão de Melgaço se posicionava em seus relatórios contra tais usos dos corpos armados. O serviço da Guarda Nacional e o alistamento eleitoral eram práticas que se confundiam. Fazer parte de um, necessariamente remetia a participar do outro. Compor a lista de eleitores exigia uma considerável participação dos chefes políticos para que o resultado lhes fosse favorável. Não era raro um chefe político ser oficial da Guarda Nacional. Na verdade, era a regra. Assim, seus subordinados deveriam se mobilizar em favor de seu chefe. Ora, o próprio alistamento da Guarda Nacional entre a população era uma medida que contava com a “cooperação” dos chefes políticos locais. Assim, os alistados eram pessoas sobre as quais os senhores da política tinham considerável ascendência.

Eleições “pacíficas”, portanto, como freqüentemente relatavam os presidentes de província, eram disputas em que os principais homens públicos não chegassem a se desentender contundentemente, possibilitando inclusive abrir brechas para que recrutas e recrutáveis, ribeirinhos e camaradas deixassem de contribuir com seus chefes políticos e/ou até mesmo

---

<sup>531</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869, pp. 14-15.

atentassem violentamente contra as elites. As infrações deveriam estar sob controle e mando tão somente dos senhores que exercitavam a política institucionalizada. Se por vez ou outra acontecia um ataque físico a algum votante, ou uma pressão por corpos armados, isso não colocaria em questão a legitimidade dos distintos homens que estavam sendo eleitos para representar a província.

Esse entendimento se dá principalmente depois dos anos 40, quando começa a ficar mais claro o papel das elites políticas da província e do Império. A elas caberiam as benesses de um país que cada vez mais excluía a participação popular na política. E mesmo com alguns dos moradores considerados pobres tendo sua parcela de participação como votante, era uma atuação tutelada e direcionada pelos que se firmaram na vida pública. Era nesse sentido a produção de “listas” de candidatos. Se determinavam de antemão o lado vencedor, elas também abriam um pequeno espaço para o partido perdedor, naquele momento, evitando assim maiores conflitos intra-elite.

## CAPÍTULO V

### REDIRECIONAMENTOS DA ORDEM

Com a definição do espaço político e da maneira de atuação nele, as atenções governamentais passaram a se concentrar mais em uma outra derivação da “ordem”. Não necessariamente aquela relacionada a uma possível subversão do sistema monárquico, ou às pessoas que poderiam se organizar, formando um “partido anarquizador” e se tornando poderosas desafiadoras do governo . Era sim uma ordem mais direcionada na segurança de indivíduos e de suas posses do que no ordenamento político/partidário.

Para esses objetivos foi necessário restabelecer um corpo policial fixo, como se a preocupação maior passasse a ser com os meliantes e não com as disputas meramente eleitorais. Para coadjuvar com o policiamento, procurava-se efetivar um corpo burocrático judicial na província. Criava-se instâncias judiciais na tentativa de maior abrangência da *justiça*.

#### **1. A ordem na “ínfima classe”**

Foi justamente a desconfiança do uso da polícia para fins políticos que a Assembléia Legislativa extinguiu este corpo armado, em 1840. O Legislativo provincial estava em franca disputa com o Executivo, e a polícia ficava sob comando direto do presidente de província e de seu chefe de polícia. Os deputados, então, suprimiram a dotação orçamentária que era prevista para esses policiais.

O policiamento das ruas da capital passou a ser feito por soldados do Exército. Assim, não deixava de existir uma mínima vigilância, mas freqüentemente os presidentes reclamavam da qualidade desses homens, que além de serem mal selecionados, recebiam péssimas gratificações. Não obstante, esses soldados estavam sob ordem imediata de seus superiores militares, mas que muitas vezes não deixaram de entrar em conflito com os seus oficiais ou presidentes de província, como demonstra o histórico de insubordinação dessa

corporação<sup>532</sup>. Ainda assim, os chefes do Executivo tinham sob seu comando os cargos de chefe de polícia, de delegados e de subdelegados, apesar de não poderem contar sempre com um corpo formado de recrutas policiais, frutos de uma “organização própria”<sup>533</sup>.

No entanto, no final dos anos 50, um corpo policial foi criado depois de muito tempo sem a existência deste, com a aprovação da Assembléia Legislativa e a pedido do presidente de província. Se desde 1850 os deputados provinciais não faziam contundente oposição ao chefe do Executivo, o que favorecia o restabelecimento de uma força policial, também contribuía para isso uma maior dotação orçamentária na província. Ora, esses novos soldados seriam pagos pelo cofre provincial, ao contrário do que acontecia com os soldados do Exército. As rendas da província permitiram que, em 1859, somente 20 homens fizessem parte da polícia recém-inaugurada<sup>534</sup>.

Em 1865, a força policial foi suprimida novamente. Dessa vez não era devido à política regional, mas por motivo de guerra. Os policiais foram incorporados ao grupamento de “Voluntários da Pátria”. Em 1869 o corpo foi restabelecido. Nesse momento, contava com 62 praças, entre “oficiais e inferiores”<sup>535</sup>. Era evidente que o número de policiais era bastante reduzido face o tamanho da província e da dispersão de sua população, mas era o que os recursos provinciais poderiam sustentar. De qualquer forma, essa nova corporação parecia ser mais eficiente do que os soldados do Exército que faziam a ronda nos anos anteriores

A criação desse corpo armado sinalizava que não havia mais uma grande desconfiança dos parlamentares em relação ao uso de policiais para fins políticos. Ora, mesmo em 1847, por exemplo, quando a maioria dos deputados provinciais era perfeitamente concordes com o presidente de província, o bacharel Crispiniano Soares, os parlamentares não votavam o suprimento de um corpo policial. Não era então pelas afinidades do momento entre Executivo e Legislativo provincial que fazia existir a polícia. Isto porque o presidente tinha passagem breve pela província. Não se sabia qual seria o próximo *delegado do Império* em Mato Grosso, e de que forma ele poderia dispor desses policiais. Assim, em 1858, ano em

---

<sup>532</sup> Ver CORRÊA, Valmir Batista. *Mato Grosso: 1817-1840 – e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província*. São Paulo: FFLCH, USP. Dissertação de mestrado, 1976.

<sup>533</sup> FPP. Coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire, Cuiabá, 1º de março de 1844, p. 14.

<sup>534</sup> RPP. Coronel Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1860, p. 9. Em 1836, a força policial continha 50 praças. SF. DVPP. Antônio José da Silva. Cuiabá, 2 de março de 1836.

<sup>535</sup> Contudo o presidente de então considerava o número insuficiente, ao se considerar o número de habitantes da capital. RPP. Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior. Cuiabá, 20 de agosto de 1871, p. 20.

que a polícia foi aprovada definitivamente pela Assembléia, os papéis tanto dos deputados quanto dos presidentes de província já estavam melhor definidos. Tudo indicava que o novo corpo armado não seria necessária e ostensivamente um trunfo nas mangas do chefe do Executivo numa disputa política.

Longe de demonstrar uma intenção estritamente eleitoral, o presidente Joaquim de Lamare, por exemplo<sup>536</sup>, assim argumentava a necessidade de um contingente policial em substituição aos soldados de linha que faziam a ronda na cidade: As praças

que sendo empregadas na condução das malas do correio, em destacamento no sertão, e em outras diligências, mal podem chegar para aquele serviço [o de ronda da cidade]. Algumas vezes acontece, como agora, que por falta de quem o execute, deixa a cidade de ser de noite rondada.<sup>537</sup>

O presidente falou isso pouco mais de um mês antes da criação efetiva da polícia<sup>538</sup>. Não que somente ele e outros governantes percebessem que faltava um contingente armado e profissional para o fim de guarnecer a capital. Suas palavras certamente iam ao encontro de uma necessidade crescente dos cidadãos. O século XIX era marcado pelo crescimento da riqueza material e das populações urbanas, como acontecia com Cuiabá na década de 1850. Mas junto com o crescimento dos bens materiais, concentrando-se principalmente nas áreas citadinas, também vinha a preocupação com a violência. Assim diz uma autora sobre o mundo urbano do século XIX: “O caráter defensivo da cidade desloca-se dos muros para a vigilância policial constante e substitui o estrangeiro por um inimigo potencial presente no dia-dia da cidade.”<sup>539</sup>

Longe de ser uma metrópole, porém, a capital mato-grossense passou a ser objeto de maiores cuidados em relação à criminalidade, pois o inimigo podia estar dentro da própria urbe. A guarnição policial, portanto, era necessária para que se resguardasse “a vida e a

---

<sup>536</sup> Outros presidentes anteriores também diziam da importância de uma força policial na capital, como Leverger e Costa Pimentel. Antes, com exceção de Oliveira que criou sua própria polícia, os outros presidentes pareciam resignados com a não existência de polícia.

<sup>537</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p 10.

<sup>538</sup> IMPL. Coleção de Leis. Lei Provincial n. 3 de 9 de junho de 1858.

<sup>539</sup> BRESCIANI, Maria Stela. - "Metrópoles as faces do monstro urbano". In: *Revista Brasileira de História* V. 5 no. 8/9, 1985.

propriedade”, contra os infortúnios<sup>540</sup>.

Esses infortúnios passaram a ser mais medidos, analisados e principalmente divulgados com maior frequência e abrangência na década de 1850. Não que não houvesse registros e contagem dos crimes em décadas anteriores, como no início de 1840, quando José da Costa Leite Falcão, que exercia o cargo de chefe de polícia, contabilizava números completamente díspares referentes aos anos de 1834 a 1839<sup>541</sup>. Mas a partir da década de 1850 os dados estatísticos sobre a delinquência passaram a figurar no principal documento oficial produzido pelos presidentes de província, os seus relatórios anuais, demonstrando uma nova direção e objetivo da “ordem”. Certamente não era uma maior confiança nos números apurados que fez ganharem relevância as estatísticas criminais. Era, sim, um novo redirecionamento da “ordem”, quando a “desordem” passava a ser localizada e concentrada nos delitos contra a “propriedade e a pessoa”, e não mais na subversão contra o governo, nos possíveis sinais de hostilidades ao regime monárquico e às instituições do país que se construía<sup>542</sup>.

Antes, em 1844, por exemplo, o presidente em seu relatório apenas constatava que se havia “perpetrado *alguns* assassinios em vários pontos da província”<sup>543</sup>, sem propor um número e especificar outros crimes. Em 1849, na rubrica de “segurança pública”, o único crime relatado pelo chefe do Executivo era o de uma tentativa de assassinato a um juiz<sup>544</sup>, fato ainda estritamente ligado à ação entre políticos<sup>545</sup>.

Já em 1852, o presidente Leverger enumerava alguns crimes, além de assassinatos e tentativas de homicídios, acontecidos no ano anterior, o que não havia ocorrido nos relatórios precedentes. Não obstante, considerava que muitos delitos, como o de “ferimento leve”, “tenham sido cometidos” sem que se chegassem a ser registrados<sup>546</sup>.

De qualquer maneira, as autoridades provinciais procuraram medir e localizar as ações

---

<sup>540</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 3.

<sup>541</sup> Eram dados de crimes que foram julgados no mesmo ano, e somente na capital. Assim, em 1835, 32 homicídios com roubo. Em 1836, 31. Em 1837, 2. Em 1838, somente 1. Em 1839, nenhum. Em 1835, total de 61 crimes julgados. Em 1839, 9 crimes julgados. FALCÃO, José da Costa Leite “Mapa dos crimes cometidos na cidade de Cuiabá e seu termo, referente aos anos de 1834 a 1839, e julgados no mesmo ano”. Cuiabá, 7 de fevereiro de 1840, *apud* MACHADO FILHO, Oswaldo. *Ilegalismos e Jogos de Poder. Op. cit.*, p. 419.

<sup>542</sup> Ver, entre outros, SF. FPP. Estevão Ribeiro de Rezende. Cuiabá, 1º de março de 1840, p. 18.

<sup>543</sup> FPP. do Coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire. Cuiabá, 1º de março de 1844, p. 4.

<sup>544</sup> RPP. Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 8 de setembro de 1849, p. 9.

<sup>545</sup> Pois o magistrado já movia processo contra o principal suspeito, um político, de o ter tentado matar.

<sup>546</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1852, p. 7.

condenáveis, classificando-as. Dispondo dos dados fornecidos pelos vários delegados e subdelegados distribuídos pela província, o chefe de polícia fazia um relatório anual dos crimes cometidos e os remetia para o presidente de província, que por sua vez colocava o problema da quantidade e qualidade das ocorrências como tema no seu relatório para a Assembléia Legislativa.

Em alguns anos, os presidentes de província já podiam fazer comparações dos números, percebendo redução ou aumento de várias categorias de criminalidade. Assim, em 1858 publicava-se no relatório os números de 1856 e 1857, imprimindo-se pela primeira vez no principal documento presidencial uma comparação estatística. Para satisfação dos governantes, a quantidade de crimes havia diminuído. De 14 assassinatos no primeiro ano, caiu para 12 no segundo. Os furtos diminuíram consideravelmente, de 7 para 1. De 2 infrações de postura, para nenhuma. Por outro lado, havia aumentado o número de “ofensas físicas graves”, de 8 para 11. Comparava-se também a totalidade das ocorrências: em 1856 eram 52, e em 1857, eram 35, sinalizando uma redução expressiva, apesar da precariedade do levantamento dos dados.<sup>547</sup>

Essas publicações com comparações de dados passaram a se fazer constantes desde então. Em 1859, seguindo os dados tabulados pelo chefe de polícia, o presidente mostrava que havia crescido os delitos. Eram agora 74 crimes, mais do que o dobro de 1857. Se o número de homicídios era quase o mesmo, 10, outros delitos aumentaram bastante, como o de furtos, agressões leves e fuga de presos<sup>548</sup>. O presidente não arriscava uma explicação para esse aumento, mas provavelmente era devido à parte da população ter se sentido incentivada a registrar as agressões com a formação de um corpo policial naquele ano, não obstante Machado Filho indicar que parte considerável dos crimes era praticado justamente por policiais e soldados<sup>549</sup>.

Dessa maneira, a exposição do presidente em 1860 sobre o ano anterior, já mostrava níveis mais baixos de ocorrências. Eram 42 crimes, sendo 8 assassínios, uma tentativa de homicídio e 13 furtos<sup>550</sup>. Já em 1861 eram registrados 80 atentados contra pessoas e propriedades, sendo 17 homicídios, 7 tentativas de assassínios e 12 furtos. Era o maior

---

<sup>547</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 4.

<sup>548</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 4.

<sup>549</sup> MACHADO FILHO, Oswaldo. *Op. cit.*, p. 309.

<sup>550</sup> RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1860, p. 8.

número desde quando começaram a fazer as estatísticas criminais. O presidente de então, Herculano Ferreira Penna, diagnosticava que esse número “comparado com qualquer dos antecedentes”, tinha a

mais natural e verdadeira explicação no aumento progressivo da população de certos distritos, e na maior atividade com que, a despeito da deficiência dos necessários meios, se tem procedido na investigação e descobrimento do crime<sup>551</sup>

Em outros anos, até 1870, não houve aumento significativo dos números de crime<sup>552</sup>. Mas os próprios presidentes de província sabiam que eles não podiam dizer com muita precisão o estado de segurança. No entanto, Leverger considerava a província, se comparada com outras, como um lugar de não muitos delitos. A estatística criminal do Império mostrava que “o número de atentados contra a vida e a propriedade, perpetrados por pessoas pertencentes à população civilizada [não índios], não é maior nesta do que em outras províncias”, particularmente naquelas onde a “vastidão do território e a disseminação dos seus habitantes muito contribuem a dificultar a prevenção e a repressão” dos crimes<sup>553</sup>.

Seja como for, as infrações tinham autores certos. O que demonstrava que a “ordem” tinha um lugar na sociedade mais específico para atuar. Para o presidente Leverger, “os assassinios são geralmente provenientes de rixas e de paixões desordenadas de gente das últimas classes da sociedade”<sup>554</sup>. Da mesma maneira, em 1854, o capitão apontava as camadas mais baixas como o local privilegiado para as ofensas à lei. Esses agressores, por vezes, ao resistir às autoridades, eram os maiores prejudicados, seguindo o ditame do “crime não compensa”. Assim, as infrações ocorridas na província

provieram, pela maior parte, de rixas entre gente da ínfima classe do povo, e em que foram às vezes vítima os [próprios] agressores: um destes foi um escravo *altivo* que sucumbiu na luta que travou

---

<sup>551</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 7

<sup>552</sup> Ver Anexo VII, p. 341.

<sup>553</sup> RVPP. Augusto Leverger apresentado ao presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá, 14 de maio de 1863, p. 6.

<sup>554</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 10 de maio de 1851, p. 5.

com quem o ia prender; um dos ferimentos foi também resultado da resistência que opôs um desertor à escolta que o capturou.<sup>555</sup>

Em 1858, o presidente Lamare arriscava uma explicação pelas transgressões. Elas aconteciam principalmente na “ínfima classe” da população devido aos seus costumes que iam de portar armas ao consumo de bebidas. Isso em um grupo da população que tinha aversão ao trabalho, desprezava os parâmetros religiosos e via na impunidade um incentivo para os crimes.

As principais [causas da criminalidade] nascem do desconhecimento e desprezo dos princípios religiosos na classe baixa, donde de ordinário saem os criminosos, da ociosidade e aversão ao trabalho e da impunidade; e as secundárias derivam do hábito imoderado das bebidas alcoólicas, e do uso e armas defesas; as primeiras preparam a ocasião, e as segundas facilitam o atentado.<sup>556</sup>

Dizia-se que as causas dos crimes eram, portanto, morais, como a embriaguez e a ociosidade. Ainda não havia aparecido as teorias científicas de fim de século, indo desde as características físicas, ao meio que proporcionava o desenvolvimento das taras, passando pelas condições étnicas, apontadas por Nina Rodrigues, em um estatuto científico, ou o tempo da criminologia psicológica adotada pelo desembargador mato-grossense José de Mesquita, quando procurava as razões das infrações, no início do século XX<sup>557</sup>.

Seja como for, durante a guerra contra o Paraguai, as autoridades se demonstravam satisfeitas pela quantidade apurada de delitos. O transtorno do conflito internacional não havia possibilitado que os desfavorecidos, inclusive escravos, desafiassem a “ordem”. Assim dizia o Barão de Melgaço sobre essa situação:

O estado anômalo em que se acha a província há dezesseis meses não tem produzido alteração na sua costumada tranqüilidade

---

<sup>555</sup> RPP Augusto Leverger, 3 de maio de 1854, p. 6.

<sup>556</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, pp.4-5.

<sup>557</sup> MACHADO FILHO, Oswaldo. *Op. cit.*, pp. 140-147.

pública interior, nem mesmo entre aquela classe da população que era de reear se aproveitasse das circunstâncias para agitar-se a fim de mudar de condição.<sup>558</sup>

A “ordem”, portanto, era a manutenção das *condições* das diversas classes, inclusive *daquela*, como dizia Leverger. Se as leis não eram estritamente seguidas pelos senhores da política, acabava por contribuir com que amiúde se pensasse que os códigos legais eram feitos principalmente para os pobres<sup>559</sup>. Nesse sentido, um pensador francês mostra que as reformas judiciais elaboradas em parte da Europa, em fins do século XVIII e início do XIX, passaram a englobar e descrever cada vez mais os “crimes populares”<sup>560</sup>. Isso sem dúvida tinha a ver com o aumento de riqueza por que passavam várias partes do globo, acabando as legislações por se concentrar no direito sobre os bens produzidos, assim como procurava-se padronizar formas de conduta. No Brasil, pode-se acrescentar, em meados do XIX, era também o momento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, sendo de suma importância a disciplinarização e coerção, ou tentativa destas, de toda uma população<sup>561</sup>.

No Império, os seguimentos menos afortunados tinham todo um aparato para lhes mostrar o *seu lugar*, não obstante as *leis serem para todos*. Dessa maneira, foi a tentativa de aplicação do que era disposto pela Lei de Terras, de 1850, e regulamentada em 1854. Essa lei previa que as áreas não requeridas e demarcadas eram do governo. Isso, como se sabe, acontecia no mesmo momento em que se abolia o tráfico atlântico de escravos, procurando contribuir para que não escasseasse demais a oferta de mão-de-obra. As terras devolutas não poderiam mais ser ocupadas, passando a ser mercadoria, restringindo-se, portanto, o acesso ao solo. Considerava-se que, em um vasto território, com acesso livre à terra, a mão-de-obra encareceria, atrapalhando a atividade agrícola, “entravando a civilização”.<sup>562</sup>

---

<sup>558</sup> RPP. Barão de Melgaço apresentado para transmissão de cargo ao vice-presidente Abano de Sousa Osório. Cuiabá, 8 de maio de 1866, p. 6.

<sup>559</sup> MATTOS, Ilmar. *Op. cit.*, pp. 105-107.

<sup>560</sup> A “justiça tende a levar em conta toda uma pequena delinquência que antigamente ela deixava mais facilmente escapar.” FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

<sup>561</sup> Ver MACHADO FILHO, Oswaldo. *Op. cit.*, p. 341.

<sup>562</sup> MATTOS, Ilmar R. de. *Op. cit.*, pp. 244- 245.

Tal dispositivo foi perfeitamente interpretado na *distante* e *vasta* província. Considerou-se que a “ordem” foi perturbada no “interior”, mais precisamente no distrito de Vila Maria, quando um grupo de homens se ocupava em “fazer roças, serrar madeiras e fabricar canoas” sem autorização alguma. O presidente, ao saber do arranchamento, mandou uma guarnição para debandar essas pessoas e prender os “desertores ou outros criminosos que fossem encontrados naquelas paragens.” Contudo, o grupo resistiu.

Os intrusos, que não só ameaçaram resistir às escoltas, como retiraram um réu pronunciado que uma delas conduzia preso para a cabeça do Termo. Prenderam (...) os comandantes e mais praças e meteram-nos em troncos de pés, soltando-os depois de vinte e tantas horas<sup>563</sup>.

Leverger, então, enviou outra expedição, com trinta praças, além de um comandante e um oficial de justiça. Essa tropa encontrou e prendeu no caminho 25 pessoas suspeitas de serem “autoras ou cúmplices dos atentados”. Os restantes, aproximadamente outras 50 pessoas, fugiram em diversas direções. Leverger, contudo, considerava o acontecimento um fato isolado, mas que não deixava de “magoar os amigos da ordem”.<sup>564</sup>

De fato, era raro algum presidente registrar no seu relatório algum problema relacionado à ocupação de terras. A Repartição de Terras Públicas foi instalada em 1858, para demarcar as glebas “possuídas por particulares” assim como as devolutas. Esse trabalho, segundo um presidente de província, era feito “sem o menor embaraço ou oposição”<sup>565</sup>. O assunto de grandes áreas de terras, ao que tudo indica, era objeto delicado, ficando os acordos e demarcações das fazendas sem grande interferência do poder público. Os presidentes de província não demonstravam preocupação com as demarcações, antes com os “arranchamentos” ilegais de pessoas sem posse.

## 2. Empregos “bem pouco vantajosos”

---

<sup>563</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869, p.6

<sup>564</sup> *Ibidem* p. 7.

<sup>565</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, pp. 36-37.

Para a manutenção da ordem era necessário ir além da polícia que se constituía na capital, e do numeroso contingente militar e miliciano que existia na província<sup>566</sup>. Era necessário também um corpo judicial civil que fornecesse legitimidade à aplicação das leis na província, ao mesmo tempo em que reforçava a idéia de que o novo país possuía instituições modernas. Mas para isso faltavam elementos fundamentais, como as próprias pessoas que representariam a lei: juizes formados em direito.

As províncias eram divididas em *comarcas*, *termos* e *distritos* de paz. A comarca continha dois ou mais termos. Na hierarquia do judiciário era a instituição superior dentro da província. Em algumas unidades administrativas havia o Tribunal da Relação, que era a última instância de apelação, mas que não era o caso de Mato Grosso. Cada comarca possuía um juiz de direito que deveria ser bacharel em leis. Nas províncias mais populosas, havia comarcas com dois ou três juizes. Esses magistrados eram escolhidos pelo governo central.

Os termos eram jurisdições correspondentes aos municípios. Assim, cada termo tinha um juiz municipal. Esse juiz era escolhido pelo presidente de província de uma lista de três cidadãos elaborada pela câmara do município. Era dada a preferência aos bacharéis, mas cidadãos considerados de boa postura podiam assumir a função. Essa nomeação, após 1841, poderia dispensar a lista feita pela Câmara Municipal. Depois de escolhidos pelo presidente de província, esses magistrados eram ratificados pelo imperador.

Também os promotores e os juizes de órfãos (encarregados de administrar fundos públicos alocados para cuidar de viúvas e órfãos) eram nomeados pelo imperador, apesar de selecionados a partir de uma lista elaborada pelas câmaras municipais.

Em uma jurisdição geográfica menor, havia os juizes de paz, que atuavam nas freguesias. Até 1841, além das funções eleitorais e cadastrais, podiam prender suspeitos, julgar acusados de crimes menores e sentenciar multas. Mas suas funções policiais foram perdidas em favor do chefe de polícia, que era também nomeado pelo governo central, assim como várias das suas atribuições judiciais passaram para os juizes municipais e de direito. O juiz de paz, no entanto, mesmo com as modificações na Constituição e com o Código de Processo Criminal, não deixou de ser uma figura eleita pelos cidadãos de sua freguesia.

---

<sup>566</sup> A Força de linha dispunha de 1635 praças. A Guarda Nacional continha 4696 elementos do serviço ativo, mais 1089 da reserva. RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1861, p. 6.

Pelo caráter político e por ser escolhido localmente, não faltavam pessoas na província de Mato Grosso para ocupar os juizados de paz. O mesmo não se pode dizer dos cargos superiores na magistratura provincial.

Até 1858 existiam apenas duas comarcas em Mato Grosso: a de Cuiabá e a da ex-capital. Já em 1835, o primeiro Alencastro dizia que faltavam “juizes letrados” na província<sup>567</sup>. “Juizes letrados” era a maneira como se chamavam os magistrados formados em direito.

Em 1838, o presidente Pimenta Bueno aguardava a vinda de um juiz designado para a comarca de Mato Grosso. Esse magistrado havia sido nomeado em 1836, e até aquela data não se tinha notícia se ele iria ou não para a província. Pela demora, o presidente buscava meios judiciais para tornar vago o cargo, a fim de requisitar novo juiz para o governo central<sup>568</sup>.

Para ocupar esse posto na cidade de Mato Grosso, a Regência nomeou o filho de André Gaudie Ley, João Gaudie Ley, um dos raros mato-grossenses formados em direito. João Gaudie Ley era juiz na comarca de Goiás. Contudo, antes de sair dessa província e ir para o seu novo local de trabalho, foi assassinado ainda na província goiana, por questões políticas do lugar<sup>569</sup>.

Em 1838, o primo do juiz assassinado, Antônio Navarro de Abreu Júnior, foi nomeado juiz da comarca de Cuiabá. Ele estava como deputado geral na Corte, e não podia ir para o Mato Grosso. Contudo, mesmo depois de terminado o seu mandato, continuou no Rio de Janeiro, sem nunca ter ido à província exercer o seu cargo.

Dessa maneira, em 1840, o presidente de província Estevão Ribeiro de Rezende dizia que as duas comarcas de Mato Grosso estavam sem juizes de direito<sup>570</sup>. A solução era substituí-los por juizes municipais enquanto não chegassem os nomeados<sup>571</sup>.

Em 1844, a província podia contar com os dois juizes de direito<sup>572</sup>. Mas no ano seguinte, o magistrado da Comarca da cidade de Mato Grosso foi para a capital servir como chefe de polícia<sup>573</sup>. A partir daí, tornou-se comum um dos juizes de direito passar a ocupar o cargo

---

<sup>567</sup> SF. DPP. Antônio Pedro de Alencastro, 1835, p. 8.

<sup>568</sup> SF. DPP. José Antônio Pimenta Bueno, 1838, p. 16.

<sup>569</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. “A. Navarro de Abreu (...)” *Op. cit.*, p. 379.

<sup>570</sup> SF. DPP. Estevão Ribeiro de Rezende, 1840, p. 12.

<sup>571</sup> APEMT. “Registro de Cartas, Alvarás, Atos Imperiais, 1825-1870”. Ministério da Justiça, 23 de maio de 1843.

<sup>572</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim. Cuiabá, 1º de março de 1845, p. 6.

<sup>573</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim. Cuiabá, 10 de junho de 1846, p. 8.

de chefe de polícia, como já previa a “a Lei de Interpretação do Ato Adicional”. Para esse posto, preferia-se também que fosse ocupado por pessoa formada em direito.

Contudo, os juizes de comarcas eram na maioria das vezes funcionários do Império transferidos para a distante província, provenientes geralmente das áreas litorâneas. Assim, estando no cargo, faziam todo o esforço para que fossem logo transferido novamente para outro lugar. A falta desses bacharéis nos cargos judiciais na província, indicava que Mato Grosso não era um lugar promissor para pessoas formadas em direito. Dessa forma, assim dizia um presidente de província:

Não vos pertence, (...) prover de remédios a estes males, que tem de continuar com a falta de bacharéis, que aspirem a tais empregos, bem pouco vantajosos para poderem convidar aos naturais de outras províncias.<sup>574</sup>

No “segundo escalão” do judiciário provincial, ou seja, para os termos dos municípios, também se aspirava que seus titulares tivessem passado por uma faculdade de direito. Em 1846 faltava juiz municipal formado em todos os termos da província. A Corte prorrogava as nomeações - talvez pela dificuldade de encontrar bacharéis-, deixando que fossem ocupados os cargos por juizes suplentes, que não precisavam ter formação acadêmica.

Um dos poucos bacharéis que morava na província, José da Costa Leite Falcão, havia sido nomeado juiz municipal em Poconé, em 1846. No entanto, em 1850, ele ainda não havia tomado posse no município, vindo em seguida a desistir do cargo<sup>575</sup>. Nesse caso, possivelmente existiam implicações políticas. Poconé, nesse tempo, era o centro dos liberais na província. Leite Falcão era do outro partido. Se fosse para esse município, certamente teria problemas.

Por outro lado, o desprezo pelos lugares judiciais na província podia ser por outros motivos, como o pouco desenvolvimento. Dessa forma, o juiz de direito da Comarca de Mato Grosso preferia continuar morando na capital. Segundo o presidente Oliveira, o bacharel Manoel da Silva Pereira Coelho havia “mostrado repugnância para residir nessa

---

<sup>574</sup> DPP. Ricardo Gomes Jardim. Cuiabá, 1º de março de 1845, p. 6.

<sup>575</sup> RPP. Joaquim José de Oliveira apresentado ao presidente João José da Costa Pimentel. Cuiabá, 8 de setembro de 1849, p. 6.

comarca”. Considerava que nem deveria ter sido ela criada<sup>576</sup>, mesmo sendo juiz dela.

Em 1851, existia somente uma pessoa formada exercendo cargos judiciais. Era o chefe de polícia, Bandeira Duarte, que também acumulava o cargo de juiz da comarca de Cuiabá<sup>577</sup>.

Para o termo de Mato Grosso, havia sido nomeado o bacharel Afonso Cordeiro de Negreiros Lobato, em junho de 1849. Mas ele não só não se apresentava, como não dava qualquer “satisfação de si”.<sup>578</sup>

O mesmo acontecia com Maximiliano Lopes Machado. Teria sido removido de outra província para ser o juiz municipal de Diamantino, em março de 1850. No entanto, em maio de 1851, ainda não havia passado pela capital para rumar ao seu novo local de trabalho<sup>579</sup>.

Em 1852 o presidente Leverger constatava que não existia sequer um juiz “letrado”. Bandeira Duarte, o único que havia, tinha sido eleito deputado à Assembléia Geral, com o apoio do próprio presidente de província. Mas logo chegaria novo juiz e chefe de polícia. Recorde-se que Leverger queria que o novo chefe de polícia já fosse para o Mato Grosso nomeado também como vice-presidente, tal era a confiança que depositava nos burocratas vindos de fora, em contraste com os políticos locais.

Contudo, a falta de juizes continuava crônica. Enfim, em 1853, conseguiram um juiz formado para o termo de Poconé. Ele também acumulava o cargo de juiz de direito da 2ª comarca que funcionava antes na cidade de Mato Grosso. Mas para exercer os dois cargos, conseguiu a transferência da sede da comarca para a vila de Poconé. No entanto, faleceu três anos depois<sup>580</sup>.

Note-se que a principal preocupação, até os inícios dos anos 50, em relação aos municípios, era a de conseguir juizes para os termos de Poconé e Diamantino. Esses lugares eram povoações em que o governo sentia maior necessidade da ação do poder judiciário. Como dizia um presidente, em 1845:

Não se acha ainda enfraquecido, principalmente em certos distritos, como no de Poconé, o inveterado hábito de cada um

---

<sup>576</sup> RPP. Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 3 de maio de 1849, p. 7.

<sup>577</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 10 de maio de 1851, p. 24.

<sup>578</sup> RPP. José Joaquim de Oliveira. Cuiabá, 3 de maio de 1849, p. 5.

<sup>579</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1851, p. 6.

<sup>580</sup> RVPP. Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 3 de maio de 1857, p. 6.

tomar vingança por si, ou servir-se de um vil instrumento para esse fim.<sup>581</sup>

Ou seja, as punições deveriam partir de um poder institucionalizado. Não tanto diretamente do próprio soberano, mas também não deveria advir dos sentimentos mesquinhos dos súditos. O século XIX, portanto, é marcado por uma justiça representada como “autônoma”, ou melhor, como “coextensiva à sociedade”, ao mesmo tempo em que deveria “inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir”<sup>582</sup>, retirando, assim, as formas de justiças particulares e o despotismo do soberano.

A intenção sempre fora a de preencher todos os juizados com magistrados formados. Daí adviria maior legitimidade dos atos de justiça. Não seria um particular que aplicaria as penas que lhe conviesse, mas pessoas instruídas na “ciência jurídica”, aptas a representar o Estado nos conflitos da sociedade, que inclusive poderiam envolver as próprias instituições do governo. Seriam os profissionais da justiça.

Como fazia notar Augusto Leverger, os cidadãos que exerciam os cargos na judicatura em substituição aos titulares, mesmo demonstrando “dedicação e empenho” tinham outros afazeres e formações. Apesar de serem zelosos, isso não bastava “para suprir a carência do estudo metódico da jurisprudência e da prática dos negócios forenses”<sup>583</sup>. Era o tempo do bacharelismo, mas que pela escassez desses “letrados”, procurava-se primeiro suprir os lugares considerados *mais perigosos*<sup>584</sup>.

Na década de 1860, essa situação muda um pouco. Começaram a preencher com mais freqüência as vagas do termo da capital com juizes “letrados”, antes do que tentassem ocupar lugares como Diamantino e Poconé. Provavelmente percebiam que não adiantava priorizar as vilas menores do *interior*. A capital, com maior população, praticamente iria ficar sem juiz municipal se dependesse do preenchimento prévio de outros lugares. Não obstante, no final da década de 1850 e início da de 1860, mais famílias da província passaram a enviar seus filhos para as faculdades de direito, notadamente para a de São

---

<sup>581</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim. Cuiabá, 1º de março de 1845, p. 5.

<sup>582</sup> FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 70.

<sup>583</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1853, pp. 18-19.

<sup>584</sup> Na década de 1920, um historiador mato-grossense atribuía aos bacharéis do século XIX a orientação da cultura local, sendo, portanto, beneméritos do “progresso mental que presentemente fruimos”. MESQUITA, José de. “Os primeiros Bacharéis Matto-Grossenses” In *Gentes e coisas de antanho Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978 (1924).

Paulo<sup>585</sup>. Mas se poderiam vir a ser juizes municipais na sua terra, muitas vezes preferiam outros caminhos, como a política, ou eram transferidos para outras províncias, como aconteceu com Caetano Xavier da Silva Pereira, o filho, e Manoel José Murtinho<sup>586</sup>.

Assim, pelo próprio rodízio que havia nos cargos judiciais, era fácil um lugar de juiz ficar vago, mas não era da mesma maneira para preenchê-lo. Foi uma surpresa, então, quando criaram uma terceira comarca, em 1858, e os cargos judiciais foram logo preenchidos. A nova sede judicial ficava na freguesia de Miranda, que junto com Santana do Paranaíba - ambas acabavam de tornar-se vilas- formavam a recente comarca. O preenchimento desses lugares, o que não acontecia com as outras partes da província<sup>587</sup>, talvez acontecesse pela proximidade desses municípios a São Paulo.

Chegar um juiz na província não queria dizer que ele fosse permanecer o mandato inteiro em Mato Grosso. Um juiz municipal do termo de Cuiabá, em 1864, era recém-empossado, mas logo pedia demissão, sem maiores explicações, e tornava à capital a esperar novamente por um magistrado<sup>588</sup>.

Um outro caso ilustrativo. O juiz da comarca de Miranda pediu licença de três meses para ir à Corte, também no ano de 1864. Em 1866, o vice-presidente pensava que ele não voltaria mais, já pela experiência de casos anteriores<sup>589</sup>. Contudo, há de se considerar que Miranda havia ficado sob posse dos paraguaios, por pouco mais de um ano, a partir do início do ano de 1865. Mas mesmo assim nenhuma notícia o juiz licenciado havia mandado para as autoridades da província. Em 1869, surpreendentemente, ele mandou notícias para a capital e retornou para a comarca<sup>590</sup>. Se já era difícil um magistrado exercer o cargo na província, as chances diminuiriam ainda mais com o estado de guerra.

Além da carência dos titulares de comarcas e termos, faltavam também escrivães, tabeliães e amanuenses que fossem funcionários fixos nos aparatos judiciais. A constante troca desses funcionários, apontava um presidente, resultava no “extravio e desaparecimento dos autos”. Esses acontecimentos contribuía para que “pouca confiança se tenha na ação da

---

<sup>585</sup> *Ibidem*, pp. 40 e ss.

<sup>586</sup> O primeiro tornou-se deputado várias vezes chegando a ser deputado geral. O segundo foi juiz municipal de Poconé, de direito em Cuiabá, e chegou a ser ministro do Supremo Tribunal.

<sup>587</sup> Ver RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p.7.

<sup>588</sup> RPP. Alexandre Manoel albino de Carvalho. Cuiabá, 3 de maio de 1864, p. 6.

<sup>589</sup> RVPP. Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 4 de julho de 1866, p. 4.

<sup>590</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869, p. 25. A sede da 3ª comarca passou a ser Santana do Paranaíba. Talvez por ser mais longe de lugares de litígios internacionais e, portanto, menos sujeito a conflitos e invasões.

Justiça.”<sup>591</sup>

### 3. Criando vilas, expandindo a *justiça*

Se muitos tinham pouca fé na *ação da justiça*, ela não deixava de ter que abranger o maior espaço possível dentro da província. Reclamava-se, por exemplo, que em casos de homicídios acontecidos a grande distância da residência das autoridades, não se podia fazer corpo de delito. Quando os responsáveis pela investigação sabiam das mortes, os corpos já haviam sido sepultados há tempos<sup>592</sup>.

Dessa forma se justificava a criação das vilas de Miranda e Paranaíba, para além do crescimento econômico e populacional. Muitos processos estavam parados pela “dificuldade das testemunhas, inconveniente que quase sempre” acontecia “nos processos por crimes de morte ou roubo cometidos nas fronteiras do baixo Paraguai e Bolívia”<sup>593</sup>. Era muito difícil as pessoas se deslocarem desses lugares para a capital, sede da jurisdição do juiz municipal, onde se formava o processo. Passando Miranda e Paranaíba de freguesias da capital para vilas, automaticamente cada lugar desse se tornaria um termo, tendo então o seu próprio magistrado municipal, além de delegado.

Mas transformar uma freguesia em vila, tinha suas implicações. Uma vila requeria gastos com a vereação, com funcionários, sem falar nas construções da cadeia e da câmara. Isso se a igreja já estivesse construída e contasse com um pároco. A maior parte dessas despesas normalmente era por conta do próprio município que surgia. Mas o ordenado do juiz municipal, por exemplo, era do cofre imperial, assim como do padre. Por esses gastos todos, assim como para se evitar jogos políticos, os presidentes tinham ordens de tentar barrar projetos que elevassem freguesias a vila, assim como de povoados a freguesias, não obstante a autonomia da Assembléia provincial para legislar sobre esses assuntos. Somente seriam apoiados pelo presidente os casos que fossem “alta e evidentemente reclamadas pela necessidade pública”<sup>594</sup>.

Já se tinha, por exemplo, a experiência da criação da freguesia do Piquiri. Ela foi formada

---

<sup>591</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 10 de maio de 1851, p. 24.

<sup>592</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1854, p. 18.

<sup>593</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 12.

<sup>594</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 10 de maio de 1851, p. 8.

quando se deu a abertura da estrada que levava o seu nome, por lei da Assembléia, em 1838. Com o fluxo de pessoas que iriam para São Paulo ou Minas, esperava-se que o pequeno povoado crescesse. Mas os constantes viajantes preferiram mudar a rota inicial, seguindo por Santana do Paranaíba, deixando o pequeno povoado do Piquiri quase que sem passantes ou possíveis novos moradores. Assim, em 1851, o presidente de província dizia que a categoria de freguesia para o Piquiri era, “por falta de população, puramente nominal”.<sup>595</sup>

Dessa maneira, o presidente Leverger conseguiu impedir a criação de outras três freguesias, que fariam parte do termo da capital. Eram os lugares denominados Vacaria, Sucuriú e Melgaço. Curioso era que Leverger depois levaria o nome desse último povoado na sua titulação de nobreza. Os argumentos de que “uma medida desta natureza” oneraria “os cofres públicos sem que se dê a circunstância”<sup>596</sup> pareciam ser suficientes para convencer os deputados.

Do mesmo jeito, valendo-se de sua popularidade entre os parlamentares, o presidente conseguiu que revogassem duas leis de 1850, que criavam o município de Albuquerque e o de São Luiz do Paraguai (Vila Maria). Essas leis foram anuladas antes que tais lugares se efetivassem como vila<sup>597</sup>, o que somente aconteceria depois de estabelecidas as autoridades eclesiástica e civis.

Assim, depois de Paranaíba e Miranda serem nomeadas vilas, seus habitantes logo providenciaram os aparatos necessários para que efetivamente mudassem de *status*. Em Paranaíba, um morador chamado Martin Gabriel de Melo Taques, e sua esposa, doaram por escritura uma casa, onde iriam acontecer as sessões da câmara. Também enviaram uma lista com os nomes dos cidadãos e seus predicados para que se pudessem ser nomeados para os cargos de delegado e de suplente de juiz municipal<sup>598</sup>.

Em Miranda foi feita uma “subscrição voluntária” entre os habitantes para a construção da igreja matriz. Também enviaram uma relação nominal dos que estavam “notoriamente nas circunstâncias de ser nomeados para os cargos” que dispunha a nova vila<sup>599</sup>.

Já Rosário do Rio Acima não obteve o mesmo empenho de seus habitantes. Apesar dos

---

<sup>595</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 10 de maio de 1851, p. 7.

<sup>596</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1853, p. 8.

<sup>597</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1854, pp.9-10.

<sup>598</sup> RVPP. Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 28 de fevereiro de 1858, p.10.

<sup>599</sup> *Ibidem* p. 11.

apelos de Leverger, esse lugar passou de freguesia para vila por lei provincial de 1861. Em 1864, ainda não funcionava como vila pois não tinham construído uma casa para as sessões da câmara, nem edificado uma cadeia, que deveriam ser feitas às custas de seus moradores<sup>600</sup>. Mas no ano seguinte, finalmente, tudo parecia estar pronto, e a ex-freguesia pôde comemorar a instalação do seu lugar como vila. A freguesia de Brotas deixava de pertencer a Cuiabá para se ligar ao município de Rosário do Rio Acima<sup>601</sup>.

No entanto, poucos anos depois a nova vila reclamava de problemas financeiros. O imposto de comércio de aguardente nas tabernas, que era provincial, passou então para municipal, somente em Rosário. Depois de um ano do acréscimo desse imposto às rendas da vila, a câmara municipal escrevia para o presidente de província dizendo que sua receita não chegava para o “pagamento dos funcionários”. Cumpria-se então o que Leverger temia a respeito da mudança de categoria de novos lugares. Assim, então, o barão dizia: “Triste demonstração de imprudência que há em erigir vilas as povoações cuja minguada riqueza não comportam semelhante criação.”<sup>602</sup>

Na verdade, muitas dessas criações atendiam a demandas políticas. Um fazendeiro de prestígio presenciar e participar do processo de transformação de seu lugar para sede judicial e administrativa de uma área poderia reforçar ainda mais o seu poderio como homem público. Contribuía para isso também a abertura de cargos municipais. Muito provavelmente esse foi o caso de Vila Maria. À beira do rio Paraguai, navegável até o mar desde 1856, essa freguesia experimentava um crescimento maior do que a da sede de seu município, que era Poconé. Além disso, os líderes políticos desses lugares não se entrosavam mais, como acontecia na maior parte da década de 1840 e nos períodos anteriores. Assim, os moradores de Vila Maria - que apesar do nome não tinha o estatuto de vila -, tentaram ficar “independentes” de Poconé, em 1850, como já foi assinalado. Poderia ter facilitado isso a composição da Assembléia, que na época era majoritariamente de conservadores, e assim poderia minar um dos núcleos dos liberais, que era Poconé. Mas o presidente de província foi irredutível, ficando a criação da vila para outra oportunidade.

Dessa maneira, em 1859, o presidente Lamare voltava entusiasmado de uma viagem que havia feito pela fronteira. Nessa excursão, havia passado por Vila Maria, e voltou com a

---

<sup>600</sup> RPP. Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá, 3 de maio de 1864, p. 5.

<sup>601</sup> RVPP. Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 4 de julho de 1866, p. 6.

<sup>602</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869, p. 31.

idéia de que ali era “um dos pontos mais importante da província”, e era de esperar que “mui prontamente prospere”. Além do vantajoso rio, que do sul até lá era facilmente navegável, o lugar possuía o “solo fértil” que prometia avantajar-se “em todos os produtos agrícolas”. A freguesia também tinha “ricas matas de ótimas madeiras para construção”, sem contar “suas abundantes minas”. O local em que estava Vila Maria era “belo e aprazível”, podendo futuramente tornar-se “uma grande cidade”. Falta de população não era empecilho. Pelo contrário, já contava com 502 votantes. Por tudo isso, o presidente pedia aos parlamentares da província que votassem lei para criar a vila.

Determinado a mudar a classificação do lugar, o presidente persistia em sua exposição defendendo a transformação, cujos argumentos iam além da riqueza da então freguesia e de uma população em número suficiente. Dizia também que os estabelecimentos civis necessários para um município já estavam sendo providenciados. Os habitantes haviam feito uma subscrição de 5 contos de réis, e com essa quantia compraram um prédio. Com mais dois contos, que estavam sendo providenciados, iriam fazer as reformas necessárias nessa construção.

O *delegado do Império* também apontava para outro aspecto. Era necessário uma maior abrangência da justiça. Isso queria dizer também que - aspecto que deveria ser caro aos habitantes de Vila Maria -, era inconveniente a subordinação desse lugar ao juizado que existia em Poconé, incluindo seu júri popular. Assim, se Miranda tinha sido elevada à categoria de vila, para aumentar a abrangência do poder judiciário, Vila Maria também mereceria o mesmo destino.

Sendo esse distrito fronteiro, certos crimes só podem ser processados pelo juiz municipal que reside em Poconé, e os que não estão nesse caso são ainda ali julgados pelo júri: daqui resultam os mesmo inconvenientes que lamentávamos a respeito de Miranda, e que motivaram a sua elevação à categoria de vila.<sup>603</sup>

Apesar da distância de Miranda até seu antigo juizado em Cuiabá ser muito maior do que a distância de Vila Maria para Poconé, o presidente considerava injusto essa última freguesia

---

<sup>603</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 8.

não ter o mesmo tratamento que as novas vilas haviam conseguido, já que a freguesia possuía todos os requisitos necessários:

Se não houvesse pessoa, se Vila Maria não estivesse no caso de ter também o seu foro civil, não haveria outro remédio senão continuar nesse estado de dependência em que se acha, porém tendo-o, como acabo de expor, e estando de mais em iguais senão melhores circunstâncias que Miranda e Santana do Paranaíba, conserva-la assim e não conceder-lhe as mesmas regalias, seria uma injustiça manifesta, incompatível certamente com as vossas luzes e patriotismo.<sup>604</sup>

No ano seguinte, Vila Maria era elevada a realmente vila. Assim, em 1861 e em 1863, Lamare concorreu para deputado geral, recebendo todos os 4 votos de eleitores do município recém-criado. É verdade que ele foi o deputado mais votado da província, sendo seu nome bem recebido também em outros lugares. Mas Vila Maria parecia ser ao menos uma segurança para as votações. Não obstante, a vila continuava pertencendo ao colégio eleitoral de Poconé. Talvez pela rivalidade entre as duas, em 1863, esse colégio eleitoral anulou todos os votos da nova vila, tomando-os em separado<sup>605</sup>. Poconé tinha perdido uma importante freguesia. Mas como recompensa, também em 1863, recebia os foros de “cidade”.

Essas criações de vilas, de freguesias, de cidade, certamente correspondiam a anseios políticos/eleitorais. Mas isso não chegava a refletir numa maior participação efetiva desses lugares na política mato-grossense. Na eleição para deputado provincial, em 1861, dos 22 deputados eleitos, 18 eram de Cuiabá. Somente um era de Miranda, um de Albuquerque, e dois de Diamantino. Vila Maria não apresentava nenhum morador dentro da “lista”, nem mesmo Poconé, nessa ocasião. Rosário, que também estava se tornando vila, conseguia eleger um suplente, ou seja, também estava fora da “lista” principal. Possivelmente, então, mudar os foros de um lugar, não queria dizer que esse mesmo lugar estivesse sendo bem representado na Assembléia, ou que viesse a sê-lo. Mas para os políticos da capital,

---

<sup>604</sup> *Ibidem*

<sup>605</sup> IMPL. Caixa 1863. *Acta da eleição de dous Deputados a Assembléia Geral Legislativa no Collégio Eleitoral da Cidade de Poconé*. Poconé, 8 de setembro de 1863.

significava que poderia estreitar seus laços com outros lugares, nesse processo de criação de novas vilas e cidades, e assim favorecê-los nas disputas eleitorais.

Mas era claro também que a criação de vilas e cidades trazia um orgulho para os moradores desses lugares. Da mesma maneira, fazendo surgir um município onde somente tinha antes um povoado, ou transformar em cidade um lugar de economia decadente, como Poconé, poderia ao menos trazer a impressão de que a *extensa e vasta* província estava sendo ocupada em seus grandes espaços. Ou em outros termos, pode-se dizer que a fundação de vilas e cidades territorializava o Mato Grosso, delimitava extensões, demarcava fronteiras, circunscrevia os lugares indicando o espaço de atuação jurídico e político.

Certamente a preocupação com uma maior segurança também estimulava a criação de vilas que iriam constituir termos judiciais. Haveria não somente juiz, mas também delegado e cadeia regularizada. Era a tentativa de chegar nos *sertões*, com os aparatos representativos do Império. Como dizia um presidente de província, em 1844,

ninguém ignora o estado de fereza da nossa povoação do sertão, e quando se acha ainda fraca a mola da justiça, origem dos freqüentes assassínios que aparecem em diferentes pontos da província.<sup>606</sup>

Dessa maneira, apesar de terem criado um corpo policial nos anos 50, no principal núcleo urbano da província, era no chamado *sertão* onde acontecia a maior parte dos atentados contra a “vida e a propriedade”. O presidente Leverger constatava que os crimes aconteciam principalmente nas “freguesias mais ou menos distantes da Capital,” por onde a população estava se disseminando. Esses lugares eram “destituídos de meios de prevenção”, e a polícia “pouco pode fazer, não obstante o zelo de algumas autoridades subalternas”<sup>607</sup>.

Procurava-se, portanto, disseminar as instâncias legais pelo território da província. O corpo policial, guardião por excelência da “ordem”, não deveria mais ser visto com desconfiança, mas como medida necessária para o predomínio do “sossego público”. Essa

---

<sup>606</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim, 1º de março de 1845, p. 13.

<sup>607</sup> RPP. Augusto Leverger, 10 de maio de 1851, p. 7.

“ordem” passava a visar sobretudo os delitos contra a propriedade e a pessoa, tornando-se objeto de maior atenção tanto pela sua exposição quanto pela quantificação e análises mais frequentes. Ela deveria ser exercida na maior área possível. Colaborava com isso os povoados serem transformados em vilas ou mesmo em cidades e a construção de cadeias. Nesses lugares, as principais autoridades provinciais deveriam ansiar por prevalecer a justiça institucionalizada. Percebia-se, então, como fundamentais juizes *letrados* nos termos e comarcas, apesar da dificuldade de tê-los em Mato Grosso.

A “ordem”, dessa maneira, assumia uma feição mais voltada para a repressão da delinqüência “popular”, que eram elementares para a província se inserir na “civilização” que se pretendiam construir. Uma “civilização” cujos modelos eram propagandeados principalmente do centro político do Império, a Corte e o Rio de Janeiro, para a *periferia*.

## CAPÍTULO VI CONEXÕES COM A CORTE

O Mato Grosso era considerado área característica de *sertão*. Daí o dever civilizatório dos presidentes de província, correspondendo aos desígnios imperiais. Era nesse sentido que deveriam procurar melhorar as vias de comunicações com a Corte, assim como ligar os vários pontos da província. Também deveriam promover várias outras mudanças físicas consideradas *melhoramentos materiais*, característicos do século, de cadeia ao calçamento. Na tarefa de elevar o grau civilizatório da região, as autoridades tanto do governo central quanto provincial contavam com os *notáveis* da província, partícipes do ideal civilizatório.

### 1. Longe da “nascente civilização”

Se a Corte irradiava os padrões de uma *civilização*, essa idéia tinha como derivação e referência a Europa. Norbert Elias, em *O Processo Civilizador*, mostra que o conceito de *civilização* refere-se a uma gama variada de fatos, idéias, atitudes e representações, desde o nível da tecnologia até o da moral, passando pelas idéias religiosas e os costumes. Mas esse conceito, acima de tudo, “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”, ou seja, o conceito, construído historicamente, resume o que a sociedade ocidental, nos últimos séculos, julga ser um conjunto de atitudes e valores que a caracterizam superiores aos das sociedades anteriores ou contemporâneas, consideradas *atrasadas*. Ele expressa o orgulho, principalmente para os franceses e ingleses, pela sua importância e influência nas demais “nações para o progresso do Ocidente”<sup>608</sup>.

As diferenças entre os povos seriam minimizadas, até certo ponto, sendo enfatizado o que todos os seres humanos deveriam ter em comum, segundo os propagadores da *civilização*. Se o conceito de *civilização* apresenta diferenças entre principalmente alemães, de um lado, e franceses e ingleses de outro, não deixa de ser axiomático que a maneira

---

<sup>608</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

destes povos verem o mundo representava a maneira pela qual os outros povos deveriam “ser vistos e julgados”<sup>609</sup>.

Os políticos que conseguiram chegar à Corte e lá se tornarem expressivos não raro citavam os pensadores europeus como indicadores de qual caminho seguir, e a Europa como modelo de *civilização*. José Murilo de Carvalho, pesquisando nas atas do Conselho de Estado, localizou 16 países citados como referência a modelos de *civilização*. Mas eram a Inglaterra e a França os exemplos por excelência, *locus* onde a *civilização* se materializava<sup>610</sup>. No entanto, se no hemisfério Norte a indústria fabril se incrementava trazendo as transformações derivadas e viabilizadoras da expansão do capital industrial, no Brasil a agricultura era vista como a fonte que possibilitaria o progresso e o estabelecimento de uma *civilização* na América do Sul. Mesmo o liberal ortodoxo Tavares Bastos, opositor intransigente da intervenção do governo no comércio e na indústria, homem considerado paradigma do liberalismo durante o Segundo Reinado, não acreditava que no Brasil houvesse condições para o desenvolvimento industrial<sup>611</sup>.

A escravidão, quase sempre associada à agricultura, também não deveria constituir-se em impedimento para a construção de uma *civilização*, mesmo que essa idéia contrariasse os pensadores europeus. O Marquês de Olinda, por exemplo, em relação às idéias abolicionistas européias, diria: “Os publicistas e homens de Estado da Europa não concebem a situação dos países que têm escravidão. Pra cá não servem suas idéias”.<sup>612</sup> Se os políticos imperiais citavam muitos autores estrangeiros, isso não queria dizer que procurassem seguir ortodoxamente o que vinha da Europa, o centro propagador desse “padrão”.

Entre os principais políticos da Corte, representados pelo exercício que faziam no Conselho de Estado, não havia um consenso por qual caminho o Império deveria seguir para chegar à “civilização” plena. Liberais e conservadores divergiam (mesmo no interior de seus grupos) quanto às medidas alfandegárias protecionistas, sistema eleitoral, entre outras. De qualquer forma, instituir uma *civilização* nos trópicos era uma meta para todos, uma *civilização* que não ferisse os interesses das elites que construía o Império. Mesmo

---

<sup>609</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>610</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Teatro...* p. 114.

<sup>611</sup> FERREIRA, Gabriela. *Op. cit.*, p. 73.

<sup>612</sup> Atas do Conselho de Estado. v. 6, p. 189. *Apud*: CARVALHO, José Murilo de. *Teatro(...)* *Op. cit.*, p. 116.

fazendo constantes referências e “declarações de admiração pelos exemplos e idéias do mundo civilizado”, cotidianamente os políticos da Corte mantinham suas ações de maneira pragmática.<sup>613</sup> A escravidão e a agricultura deveriam ser as bases em que a *civilização* monárquica se assentaria.

No Segundo Reinado, era axiomático também que a Corte constituía a área de *maior grau civilizatório* em todo o Império, e precisava levar seu modelo ao restante do novo país. Esse *restante*, que correspondia a maior parte de um território que configuraria uma nação, era visto como um lugar habitado por pessoas *atrasadas, inferiores* ao padrão do centro político e econômico. Lugares e pessoas que deveriam ser conhecidos e subjogados, e que constituíam o *outro geográfico* dentro do mesmo território, no dizer de Galetti:

(...) não foi um fato incomum que o procedimento intelectual de setores significativos das elites latino-americanas levasse à invenção, para consumo interno, da figura de um outro geográfico dentro de seus próprios países(...) projetavam regiões bárbaras e atrasadas, sobre as quais uma outra parte do país, em geral aquela onde os efeitos da modernização capitalista eram mais visíveis e que portanto representavam a sua face ocidentalizada, podia e devia exercer a sua própria missão civilizadora(...)<sup>614</sup>

Esse *outro geográfico*, que deveria ser, continuamente, objeto de uma missão civilizadora por parte da Corte, expressa uma alteridade em relação ao lugar mais *ocidentalizado*, uma diferença que deveria ser minimizada por meio da ação modernizadora. Esse lugar, ou lugares, eram conhecidos pelos coevos como *sertão*, ou *sertões*.

*Sertão*, região interiorana do vasto Império brasileiro, era representado como oposição a *litoral*; de tal forma os dois conceitos eram interligados que um só existia tendo

---

<sup>613</sup> *Ibidem*, p. 22.

<sup>614</sup> Vale notar que “esse *outro geográfico* interno, se o podemos chamar assim, ao mesmo tempo que incorporava e re-alimentava a retórica civilizadora européia, forneceu também, em muitos casos, elementos simbólicos decisivos na construção de identidades nacionais” GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Op. cit.*, p. 18.

como referência o outro. *Sertão*, como mostra Amado, foi uma categoria espacial construída durante a colonização pelos portugueses (mas que já existia antes mesmo destes aportarem na América), que preferiam fixar os núcleos habitacionais na costa. Era área de grande extensão, quase sem a presença de cristãos morigerados, mas lugar de natureza indomada e animais ferozes. *Sertão* era região de difícil acesso, perigosa, na qual as autoridades portuguesas, religiosas ou leigas, conheciam e controlavam muito tênueamente. Se nele se poderia achar ouro e pedras preciosas, também era lugar de habitação dos sanguinários selvagens.<sup>615</sup>

Se na colônia o termo tinha características de lugar inóspito e hostil à cristandade e ao povoamento do *branco*, mas também de lugar do ouro e de outras riquezas, durante o Império esses significados de *sertão* se mantiveram, sendo-lhes acrescentando ainda novos atributos. Passou a incluir praticamente todo o “mundo rural”, mesmo as áreas de pecuária e extrativismo, contando também com as vilas espalhadas pelo interior, enquanto na colônia raramente *sertão* se relacionava aos pequenos núcleos urbanos afastados da costa<sup>616</sup>. Ao lado desses sentidos negativos, durante o Império<sup>617</sup>, alguns romances e poesias do século XIX passaram a apresentar também sentidos positivos, mesmo edênicos, ao conceito, concebendo *sertão* como palco de amores brejeiros e de harmonia da natureza.<sup>618</sup>

“Paraíso ou inferno, tudo depende do lugar de quem falava”, observa Janaína Amado, em relação ao período colonial<sup>619</sup>. Também no século XIX, enquanto alguns escritores viam o *sertão* como palco para atores desfrutarem seus romances e contemplarem a natureza, os dirigentes da Corte, por sua vez, os consideravam como um persistente empecilho para o Império prosseguir rumo à *civilização*.

Os dizeres do futuro visconde do Uruguai são ilustrativos e reveladores sobre como se caracterizavam, para a Corte, os habitantes do *sertão*:

Essa população que não participa dos poucos benefícios da nossa nascente civilização, falta de qualquer instrução moral e religiosa,

---

<sup>615</sup> AMADO, Janaína. “Região, Sertão, Nação.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 15: 1995.p. 147-148.

<sup>616</sup> GALETTI, Lyliá da Silva Guedes. *Op. cit.*, p. 209.

<sup>617</sup> AMADO, Janaína, *Op. cit.*, p. 150.

<sup>618</sup> CRISTOVÃO, Fernando. “A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito - A divina comédia do Sertão”. *Revista USP - Dossiê Canudos..* n? 20: 1993-1994. p. 48.

<sup>619</sup> AMADO, Janaína. *Op. cit.*, p.149.

porque não há aí quem lha subministre, imbuída de perigosas idéias de uma mal-entendida liberdade, desconhece a força das leis, e zomba da fraqueza das autoridades, todas as vezes que vão de encontro aos seus caprichos. Constitui ela, assim, uma parte distinta da sociedade do nosso litoral e de muitas de nossas povoações e distritos, e principalmente por costumes bárbaros, por atos de ferocidade, e crimes horríveis se caracteriza.<sup>620</sup>

O projeto civilizador estava intimamente ligado à “construção” e “expansão” do Estado, viabilizadas principalmente pelo trabalho na terra. Dessa maneira, a região de agricultura de exportação, a maior fonte de recursos para o Império, também fazia parte da *nascente civilização*. O “resto”, o que se estendia pelo interior, longe da costa, era “mato”.

Além da distância da costa e das áreas *laboriosas* um outro sinal de que se estava no *sertão* era a grande presença de mato, seja ele floresta fechada, cerradões, ou caatinga. O mato seria uma natureza pouco tangível e soberana, mas que poderia oferecer sustento, sobrevivência. O homem que vivesse no mato era um “homem - do - mato”<sup>621</sup>, um ser que pertencia ao “reino da natureza” e se confundia com esta, sendo, portanto, uma pessoa que desconhecia ou não reconhecia as *benesses da civilização*.

A procura da associação das pessoas que moravam longe da costa ao Império que se construía era essencialmente tarefa do Estado e de seus agentes. Esta associação procurava fazer com que o *homem-do-mato*, abastado ou não, se reconhecesse pertencente a uma *nação*, tanto quanto o cidadão que vislumbrava uma *nascente civilização*. Todos estavam dentro de um mesmo território, o território nacional, onde as pessoas eram perfilhadas pelo Império e deveriam reconhecer-se irmanadas numa *nação* que se construía. Era preciso, então, fundar uma história que atribuísse legitimidade a essa associação, ou seja, transformar o território em *nação*. Esse foi um papel reservado sobretudo às instituições oficiais, principalmente aos institutos históricos e geográficos, inaugurados ao longo do período imperial e início da República: “construir uma história da nação, recriar um

---

<sup>620</sup> SOUZA, Paulino José Soares de. *Relatório do ministro da Justiça, 1841.*, p. 19. Apud: MATTOS, Ilmar R. de. *Op. cit.*, p. 34.

<sup>621</sup> SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. *Espaços do Sertão*. Brasília: UnB/ICHS. Dissertação de mestrado, 1995. Ver pp. 19-20.

passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”.<sup>622</sup>

Na elaboração de um passado histórico, intelectuais do Império imputaram uma continuidade que procurava mostrar o porquê de um país no presente, “construindo uma identidade nacional e um sentido de destino” derivado desse passado revirado nas pesquisas<sup>623</sup>. No Segundo Reinado, esse papel ganhou especial relevo na justificativa do Estado centralizado, quando políticos e pensadores “buscavam em tradições mais remotas elementos que fortalecessem os laços e traços comuns” de toda uma população<sup>624</sup> circunscrita a um território que também deveria ser naturalizado.

Assim, o discurso geográfico produzido nos institutos cumpria o mesmo papel que o discurso histórico, ao delimitar fronteiras e interpretar a territorialidade como condição fundamental para a existência de uma nação. “A tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço”, sintetiza Magnoli em relação ao sentido dos estudos geográficos da época,<sup>625</sup> produzidos no *locus* privilegiado do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em seus congêneres provinciais. Fazia-se uma nação, portanto, como uma entidade histórica e geográfica, em que a interpretação de seu passado e a de sua natureza eram imprescindíveis para entendê-la “ao mesmo tempo em que era um elemento de sua própria constituição”<sup>626</sup>. Essa empreitada de construção da “nação” não poderia deixar de ser feita a partir do *litoral*, em direção aos *sertões*<sup>627</sup>.

Ilustra bem essa idéia o concurso, promovido em 1844 pelo IHGB, que premiaria o melhor projeto sobre “Como escrever a história do Brasil” vencido pelo alemão Karl Friedrich von Martius, sócio-correspondente da instituição. O projeto de von Martius relacionava o desenvolvimento da história da “nação” com as “três raças mescladas e formadoras”, cada qual com um diferente papel na formação nacional: ao branco, cabia ser

---

<sup>622</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870 - 1930*. Companhia das Letras. São Paulo:1993, p. 99.

<sup>623</sup> MAGNOLI, Demétrio. *Op. cit.*, 94.

<sup>624</sup> SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, p. 32.

<sup>625</sup> Vários estudiosos procuraram demonstrar que o território brasileiro era uma “ilha” na América do Sul, onde a bacia do Prata aparecia ligada à bacia amazônica, configurando o que chamariam de “Ilha Brasil”, ancorando o Estado nos desígnios da natureza. MAGNOLI, Demétrio. *Op. cit.*, p. 110.

<sup>626</sup> SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, p.14

<sup>627</sup> Segundo Lima, o dualismo litoral/ interior ou sertão marcaria o pensamento social brasileiro como uma das mais fortes representações no processo de *nation-building*. LIMA, Nísia Trindade de. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1998, p.207.

o elemento civilizador; ao índio, ser considerado passível de galgar os degraus da *civilização* com a ajuda do primeiro; e ao negro, o espaço da detração, pois era fator de impedimento do progresso da nação<sup>628</sup>. Como mostra Neuma Rodrigues, o projeto de von Martius tornar-se-ia um referencial para os debates, pesquisas e artigos produzidos por muitos intelectuais brasileiros durante todo o Império.<sup>629</sup>

Lançado o projeto do historiador alemão, dez anos depois, Varnhagen apresentou a *História Geral do Brasil*. A obra foi considerada fundamento da história brasileira pelos contemporâneos e posteriores. Baseada nos preceitos de von Martius, foi elaborada sob patrocínio do IHGB e do próprio imperador<sup>630</sup>.

Construía-se, portanto, uma história das pessoas dos diversos “sertões” e das diferentes localidades do litoral reunidos em um “território gigantesco”. Assim, configurando um conjunto único da história, podendo articular esta com o presente “foi dada a possibilidade de estabelecer-se uma aliança entre a intelectualidade e o poder unificador monárquico-constitucional no Segundo Reinado.”<sup>631</sup>

Pessoas possuidoras de curso superior, intelectuais que se preocuparam com o Brasil em que viviam para além de suas próprias “especialidades” profissionais, e mesmo os raros escritores que sobreviviam da literatura, segundo Nísia Trindade, procuravam construir uma teoria que compreendesse o Brasil<sup>632</sup>. Intrínseco a esse movimento do saber, esses intelectuais, geralmente imbuídos de um sentimento patriótico, buscavam o conhecimento em sua totalidade, ou seja, devotavam à “ciência o mesmo fervor com que veneravam a *arte*<sup>633</sup>”. Queriam o “progresso do conhecimento” e por meio deste, o “progresso e a grandeza da pátria”.<sup>634</sup>

O Império queria diferenciar-se das repúblicas hispano-americanas buscando assemelhar-se aos modelos europeus de civilização e conhecimento. Não bastava apenas a população residente no Brasil reconhecer-se como pertencente a um país, a um império. Era preciso o Brasil ser reconhecido no exterior através de uma imagem moderna, industrial,

<sup>628</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 112.

<sup>629</sup> RODRIGUES, Neuma Brilhante. *O amor da pátria e o amor das letras*. Brasília: UnB/ ICHS, dissertação de mestrado, 2001.

<sup>630</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>631</sup> DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1998, p. 35.

<sup>632</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Op. cit.*, p. 53.

<sup>633</sup> No caso, a “arte”, está se referindo principalmente à literatura, pelo autor.

<sup>634</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins Editora, 1968.

civilizada e científica, mesmo sendo apresentado também como um país jovem. Para isso contribuía o ilustrado imperador, freqüentador de exposições científicas no exterior, assim como participante de viagens e reuniões sobre ciência, dentro como fora do território brasileiro<sup>635</sup>. Se o monarca tinha relevante influência política em seu território, sendo o representante do principal Poder em uma organização centralizadora, ele queria ser reconhecido também como um verdadeiro promotor do ilustre conhecimento: “A ciência sou eu” dizia o Imperador, numa alusão à famosa expressão de Luís XIV.<sup>636</sup>

Um dos problemas detectados para o Império atingir o esplendor da civilização eram os aborígenes, negros e mestiços. Mesmo fazendo parte da história preconizada por von Martius, esses eram vistos como uma barreira ao país se reconhecer como nação, atrapalhando a “formação de uma verdadeira identidade nacional”.<sup>637</sup>

**Se era corrente reconhecer no negro inferioridade e foco propagador de doenças, o aborígene recebeu representações mais ambíguas. Se por um lado era concebido como atrasado, pagão e incivilizado, protótipo do *homem-do-mato*, por outro lado, logo conquistaria um espaço, na tentativa de se construir uma identidade brasileira, nos chamados “romances indianistas”, de que são modelos os de José de Alencar.<sup>638</sup> Mesmo o IHGB, instituição que levava a empreitada de construir uma identidade nacional, não apresentava consenso sobre o índio enquanto símbolo nacional. Eram participantes conhecidos dessa controvérsia Gonçalves Dias, que pesquisava em longas viagens os silvícolas, e Varnhagen, que via “riscos subversivos do índio esboçada na literatura romântica”<sup>639</sup>.**

**Ao contrário do que propalavam os românticos “patrioteiros”, dizia Sílvio Romero, no final do Império, era o negro e não o índio quem tinha maior influência sobre os costumes, a cultura, a formação do Brasil em geral, pois o negro “foi quem mais cruzou com o branco”. Romero considerava que ao negro não era negada a faculdade de aprender, o que, pensava, era dificultoso ao índio devido à desconfiança**

---

<sup>635</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, pp. 30-32.

<sup>636</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico, 1878. Apud: *Ibidem*, p. 31.

<sup>637</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Op. cit.*, ver pp.114-115. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 240.

<sup>638</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Op. cit.*, p. 224.

<sup>639</sup> LIMA, Nísia Trindade. *Op. cit.*, pp. 63-64.

deste<sup>640</sup>. Da mistura do europeu com o negro e o índio saíra o “genuíno brasileiro”, “aquele que não se confunde mais com o português e sobre o qual repousa o nosso futuro”<sup>641</sup>. Era corrente à época obliterar o descendente de africano das tradições que formariam a nacionalidade, pois este, com toda sua carga de elemento servil, inculto, incapaz, infiel e propagador de males, certamente não poderia ajudar a erigir uma civilização à semelhança europeia.

Na busca para construir uma civilização, pode-se dizer, com Nísia Trindade Lima, que os intelectuais brasileiros encontravam-se em uma tensão, entre a América e a Europa, divididos por um duplo sentimento de estranhamento, ou seja: sentiam-se estrangeiros no próprio país, por serem os poucos letrados que consumiam as *luzes* da Europa, num “mar de analfabetos”. Aí também percebiam os sertanejos, caboclos, mestiços, e os demais possuidores de hábitos rústicos - a maior parte da população brasileira e, portanto, o próprio Brasil, do qual esses intelectuais faziam parte - como também alienados de um processo de modernização, ou seja, como não participantes dos nascentes símbolos de um lugar civilizado<sup>642</sup>.

Os pensadores europeus eram lidos e interpretados pelos estudiosos brasileiros. Contudo, tal como os políticos (se quisermos distinguir entre uns e outros), faziam seus próprios juízos, elaborando, desse modo, um conhecimento que aplicariam em suas pesquisas, satisfazendo ou não às perguntas e respostas daqueles. Não eram idéias “fora do lugar”, porque a interpretação que se fazia delas, de suas “matrizes”, era mais uma das diversas reinvenções que se fizeram em muitas outras ocasiões e lugares, como analisa Lilia Schwarcz<sup>643</sup>.

Um desses pensadores europeus, o britânico Buckle, por exemplo, percebia inviável a possibilidade do Brasil tornar-se uma civilização devido justamente às suas matas exuberantes, e também aos gigantescos animais e chuvas intensas. O que o sergipano Sílvio Romero afirmava ser uma avaliação equivocada, apesar de considerar também que no país

---

<sup>640</sup> A respeito da pouca importância que davam ao negro na formação do Brasil, ao mesmo tempo que romantizavam o índio, Romero perguntava provocativamente: “*Se é questão de amor para com as raças que constituíram o nosso povo, por que motivo não se estuda o negro, como se estuda o índio?*” ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Vol. 1. Rio de Janeiro : J. Olympio , 1954, p.105. e Vol. V. p.1245

<sup>641</sup> *Ibidem*, p.120.

<sup>642</sup> LIMA, Nísia Trindade, *Op. cit.* p.207.

<sup>643</sup> Sobre a discussão a respeito das idéias “fora de lugar”, ver MORSE, Richard. “A miopia de Swchartzman”. *Novos Estudos Cebrap*. Nº. 24, 1989, pp. 166-178.

não se erguera ainda uma civilização, e que a população tinha “hábitos tão bárbaros como antes”. Mas, para Romero, “temos sempre sido vítimas da exageração. Os nossos rios, montanhas, matas, feras... são sempre os mais gigantescos do mundo, o que é uma vantagem, dizem os patriotas; o que é um empecilho, diz Buckle; o que é um erro, digo eu.”<sup>644</sup>

Romero acreditava que o Brasil necessitava de mais pesquisas; não bastaria a aplicação das leis e doutrinas modernas ao Brasil, mas sim o surgimento de investigações que viessem mostrar a singularidade do Brasil, a qual muitas vezes fugia dos determinismos expostos pelos mais célebres pesquisadores, como o “geólogo de gabinete”, Buckle<sup>645</sup>.

Assim, se para alguns estudiosos, por diversos motivos, o país não constituía uma *civilização*, para os dirigentes que trabalhavam na Corte existia uma “nascente civilização”. De qualquer forma, parecia não haver dúvida de que os hábitos da população, ou pelo menos de parte dela, eram “bárbaros”.

Nesse sentido, é pertinente a análise de Elias sobre a idéia de civilização. Esta se caracterizaria pela transformação e domínio da natureza para produzir bens, mas também por mudanças e padronização nos hábitos e costumes das pessoas, tendo como referência as maneiras e instituições européias constituídas historicamente. A idéia de civilização “não é apenas de um estado, mas um processo que deve prosseguir”. O contraconceito de civilização é o da “barbárie”, um estágio que deveria ser superado pelo próprio desenrolar da civilização, mas que tinha uma pré-condição, “a pacificação interna do país pelos reis.”<sup>646</sup>

---

<sup>644</sup> ROMERO, Sílvio. *Op. cit.*, p. 86.

<sup>645</sup> *Ibidem*, p. 83-86. É interessante notar que Romero, como outros pensadores do século XIX, procurava a influência da geografia na população. O resultado desse enfoque era uma população “mórbida, de vida curta, achacada e pesarosa em sua mor parte.” E qual a relação disso com a literatura? Ao que Romero respondia: “Toda. É o que explica a precocidade de nossos talentos, sua extenuação pronta, a facilidade que temos em aprender e a superficialidade de nossas faculdades inventivas” E concluiu: “a nação precisa mais de um regímen dietético acertado e caprichoso do que mesmo político.” O meio podia determinar, mas não era preponderante a ponto de fundar uma raça; “pode modificá-la e nada mais”. A raça era outro fator que influenciava não só as letras mas também toda a sociedade “d’alto a baixo”. Este fator, para Sílvio Romero, tinha uma influência ainda superior à do meio. ROMERO, Sílvio. *Op. cit.*, Ver pp. 268 - 287.

<sup>646</sup> É importante notar que o *processo civilizador* se fez constituir historicamente com a ascensão da burguesia em determinados países europeus, e que este conceito, com toda a sua gama de idéias e práticas eu enfeixava, justificavam suas colônias e interferências em países considerados primitivos. Dessa maneira, Norbert Elias numa análise *desnaturalizante* mostra que o conceito de civilização foi construído e disseminado como uma ordem e modelo mundial. ELIAS, Norbert. *Op.cit.* p. 62.

Recorde-se que, no Império, coube à Coroa promover a centralização, durante o chamado período de construção do Estado, apresentando-a como fundamental para superar o estágio de “incivilidade”. Mesmo depois, a Coroa continuou a procurar a centralização e a recentralização, num movimento que era o tecer de uma rede de relações, que mais parecia uma verdadeira teia de Penélope<sup>647</sup>. Dessa maneira, na busca para promover a associação entre os diversos habitantes do extenso Império, assim como para retirar da “barbárie” os que não tinham o espírito associativo, era necessária a disseminação da educação. Ela seria um instrumento poderoso de integração nacional, de transformação dos hábitos da população, de inclusão dos *homens do mato* na cultura da civilização, podendo inclusive, abrir brechas para transformar súditos em cidadãos. A consolidação do Estado parecia continuar sempre incompleta sem o encaminhamento mínimo de esforços para a instrução se disseminar pelo vasto território do Império<sup>648</sup>.

Mas claro era que não só pela disseminação da instrução e educação a “barbárie” e o seu território seriam dominados e elevados a um estágio “superior”. Antes disso, eram necessárias a constituição e o domínio de um quadro administrativo sólido, obediente e confiável, que propagasse a legitimidade do imperador e de seu modelo de se comportar e de ver o mundo<sup>649</sup>.

Nesse extenso território a ser dominado, portanto, a burocracia do Estado preocupou-se em irradiar sua influência para a periferia<sup>650</sup>, para os *seus confins*, ou seja, para as áreas do *sertão*, onde a população não usufruía das *benesses da nascente civilização*. Durante o período considerado formalmente como o de construção do Estado, qual seja, nas décadas de 1840 e 1850<sup>651</sup>, o aparato estatal cresceu vertiginosamente, em especial no núcleo administrativo baseado na Corte, consumindo a maior parte das despesas imperiais. A partir desse núcleo, progressivamente, a influência dessa burocracia irradiou-

---

<sup>647</sup> Pois nunca se completava inteiramente. Cf. MATTOS, Ilmar R. de. *Op. cit.* p.215

<sup>648</sup> WEINBERG, Gregório. *Op. cit.*, p. 37.

<sup>649</sup> WEBER, Max. *Op. cit.*. Sobre formas de dominação, notadamente a burocrática, ver principalmente as pp. 139 - 145.

<sup>650</sup> Segundo os estudos de Uricoechea, a burocracia não se modificou somente por ir adquirindo maior volume nas diferentes províncias, mas por cada vez mais procurar restringir o patrimonialismo que vigorava com quase exclusividade até os anos 40, impondo um “ritmo acelerado de racionalização”. Cf. URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro* (...). *Op. cit.*, pp. 95-111.

<sup>651</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção .... Op. cit.*, p. 51.

se até as demais províncias . No final da Monarquia, a burocracia já estava enraizada nos lugares mais distantes do território imperial. <sup>652</sup>

O vértice desse quadro burocrático, em cada diferente província do Império, era o presidente de província. Nos dizeres de Paulino de Sousa, um dos principais arquitetos da construção do Estado imperial, os presidentes eram agentes diretos da administração imperial nas províncias, pois estavam em "imediato contato com o chefe do Poder Executivo ou com seus Ministros"<sup>653</sup>. Devido a esses contatos, e por ser o chefe da burocracia local, o presidente de província era o principal instrumento do governo central na tarefa de administrar o "imenso território" e de torná-lo uma nação<sup>654</sup>. Por meio do complexo de agentes que formavam a administração é que o governo central se colocava "em contato com os particulares, que lhes transmite as suas ordens, que estuda as suas necessidades e recebe as suas reclamações."<sup>655</sup>

Mas nesse contato com *os particulares*, a administração deveria apresentar-se distinta do poder político, constituída como uma burocracia que tendia à *racionalidade, isenta* das paixões locais<sup>656</sup>. No entanto, "o poder político serve-se da administração para fazer prevalecer o seu sistema, e dar aos serviços públicos um impulso em harmonia com suas vistas"<sup>657</sup>. Ou seja, a administração provincial não deveria ser apresentada como um poder político *per si*, mas deveria procurar executar as ordens elaboradas na Corte<sup>658</sup>, solucionar os problemas locais e encaminhá-los às instâncias superiores, quando a avaliação desta fosse necessária; mas, acima de tudo, teria de possuir uma postura e uma visão condizentes com o núcleo político do império.

O Mato Grosso, que em seu nome já trazia as características de qual tipo de lugar pertencia, era uma das regiões consideradas *sertão*. Pode, por isso, ser considerada também

---

<sup>652</sup> URICOECHEA, Fernando. *Op. cit.*, pp. 101-103.

<sup>653</sup> Na Corte, os agentes administrativos diretos eram os próprios ministros. SOUSA, Paulino José de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1960, p.117.

<sup>654</sup> Não deve deixar de ser notado que os presidentes ficavam pouco tempo, em média um ano, exercendo seu cargo na província. Geralmente eram oriundos de outras localidades que não a do seu posto de liderança. Uricoechea acredita que essa pequena permanência dos presidentes em seus cargos era justamente uma tentativa para que não se criassem vínculos e solidariedades enraizadas no lugar e nem alianças com os interesses locais. *Op. cit.*, p. 103.

<sup>655</sup> SOUSA, Paulino José de. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>656</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>657</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>658</sup> Segundo Uricoechea, no final do Império as estruturas burocráticas associadas aos órgãos executivos tornaram-se generalizada nas províncias. URICOECHEA, Fernando. "A formação do Estado brasileiro no século XIX." In *Dados*, nº 14, 1977.

uma metáfora do próprio Brasil<sup>659</sup>: grande território com escassa população. Esse território tinha uma extensa fronteira com instáveis repúblicas hispano-americanas e também continha *grandes riquezas naturais*, porém “pouco aproveitadas” por sua população. Por sua vez, essa população, em sua maior parte, ainda possuía hábitos *bárbaros* ou *semi-bárbaros*, o que os dirigentes imperiais consideravam grande obstáculo para o desenvolvimento do lugar.

Dessa maneira, quando um presidente de província chegava ao Mato Grosso, não deixava de frisar que o seu principal objetivo era “elevar o grau de civilização e moral” da região. Para isto, sonhava com uma burocracia *racional*, característica de uma administração moderna, de um Estado moderno<sup>660</sup>. A burocracia racional deveria ser orientada, então, para os valores concernentes ao que acreditavam ser a *civilização*. Assim, *civilização* pode ser percebida como um valor a ser disseminado, devendo, os presidentes, ser o seu principal representante na região.

Dessa forma, a *civilização* pretendida pelos dirigentes das províncias pode ser considerada como uma cultura ou uma intenção de cultura. Pode-se afirmar isso baseando-se no conceito de cultura utilizado por Geertz: o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu; cultura representa essa teia de significações<sup>661</sup>. Contudo, é pertinente considerar que tais significados não são partilhados igualmente por todos, como faz notar Panofsk<sup>662</sup>. As representações do mundo social, que seriam os referentes para os significados, são apropriadas de maneiras diferentes por cada grupo social<sup>663</sup>. Roger Chartier, em seu estudo sobre a História Cultural, defende que as representações do mundo social são sempre construídas e determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam.

---

<sup>659</sup> Segundo Marco Schettino a distância do sertão à civilização européia permitiu a construção de novas identidades, que “no seu conjunto ajudam a construir a identidade nacional nesse interior, antes de tudo, metafórico.” Cf. SCHETTINO, Marco. *Op. cit.*, p.65.

<sup>660</sup> Sobre as características de uma administração moderna, ver a tipologia de Max WEBER. *Op. cit.*, p. 142.

<sup>661</sup> GEERTZ, Clifford. "Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura". In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997, p.15.

<sup>662</sup> Apud, CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Difel, Lisboa, 1990.

<sup>663</sup> o que não implica dizer que não haveria apropriações diferentes mesmo dentro de cada grupo social. Por razões operacionais podemos aqui esboçar alguns grupos sociais em Mato Grosso como, por exemplo, o grupo dos alfabetizados, o que os distinguiria dos não-alfabetizados. Temos os ribeirinhos, que se diferenciavam dos que moravam no centro de Cuiabá. Temos os que não se consideravam índios, que se diferenciavam das várias etnias existentes na província. Mas dentro dos chamados “índios”, temos os Mâbiquara, que se viam completamente diferente dos Bororo.

Tais representações, contudo, aspiram à universalidade, em detrimento das particularidades<sup>664</sup>.

Os presidentes de província em Mato Grosso, portanto, se esforçariam para que a população reconhecesse nos progressos materiais, tais como estradas e urbanização, no crescimento da instrução, e nas mudanças de costumes os sinais de um “mundo melhor”, diferente do deles. Ou seja, as teias de significados da população haveriam de mudar, teriam que corresponder ao que os dirigentes acreditavam ser a *civilização*. Esse era o esforço e o desafio dos dirigentes de província em Mato Grosso: fazer com que os significados mudassem, com que fossem os mesmos do centro político e civilizador do Império.

Para tal intento, os presidentes precisavam contar com personagens destacadas da província. Pessoas que seriam escolhidas para ajudar a administrar, mas também partícipes de um ideal de civilização, e não menos sequiosas de manter ou ocupar posições privilegiadas nas suas localidades.

## 2. Mais perto de Vossa Majestade

Em trabalho baseado nos relatórios dos presidentes da província de Goiás, Ledonias Franco Garcia defende que as ligações desta província interiorana com a Corte eram quase que somente as inscrições obrigatórias em que os delegados do Império faziam referências ao imperador na abertura dos documentos. Essas poucas menções ao *centro*, de certa forma, mostravam o isolamento em que vivia a província, e, conseqüentemente, as poucas e lentas mudanças por que passava Goiás. A “apresentação repetitiva de cada assunto nos relatórios” segundo a autora, “reforça a tese de que as mudanças, quando ocorreram, foram em grau muitíssimo lento”. Dessa maneira, do começo da monarquia até o fim do Império, a província “permanecia quase inalterada”<sup>665</sup>.

Já os relatórios de Mato Grosso, podemos dizer, mesmo apresentando quase sempre as mesmas rubricas, demonstravam um interesse maior ou menor em determinado assunto

---

<sup>664</sup> CHARTIER, Roger, *op. cit.*, p. 17.

<sup>665</sup> GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma Província do Sertão: entre o signo da unidade nacional e a força do isolamento*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de doutorado. 1999.

pelos governantes dependendo da época, assinalando, dessa maneira, as mudanças, os projetos, os obstáculos, o que acontecia em muitos âmbitos, o que interessava ao governo provincial. Deixam inclusive entrever as disputas e disposições políticas, locais ou nacionais - que também não eram estáticas. Através desses documentos podemos igualmente perceber as muitas conexões da *distante e vasta* província com o centro político e administrativo do Império.

De fato, era freqüente os presidentes de província abrirem seus discursos fazendo referências à saúde do monarca e aos episódios da família imperial, tais como casamentos e nascimentos. Certamente era uma prescrição da burocracia. Mas as referências ao imperador e a seus parentes eram uma maneira de reforçar a idéia de que todos tinham uma instância superior, a realeza, ao mesmo tempo em que intencionavam fazer com que as pessoas se reconhecessem como pertencentes e súditas do Império. Não obstante, cada presidente imprimia uma forma de saudar a família real.

Leverger, estrangeiro de nascimento, se mostrava muito mais identificado com a monarquia brasileira do que com qualquer “aprendizado da República” de 1848- que por sua vez era “filha da Revolução” de 1789 -<sup>666</sup> ocorrido no seu país natal. Desse modo, na ocasião de ser o principal administrador de Mato Grosso, o “bretão cuiabanizado” se referia aos casamentos dentro da família real:

**a 15 de outubro e a 15 de dezembro do ano próximo findo, celebraram-se as núpcias de SS. AA. A Princesa Imperial com S. A. R. o Snr. Conde d’Eu e da sereníssima princesa a Sra. Leopoldina com S.A. R. o Sr. Duque de Saxe.**

**Unamos, Srs., os nossos votos aos de todos os brasileiros para que estes consórcios, abençoados pelo céu, perpetuem a Dinastia, cuja prosperidade e glória identificam-se com a prosperidade e glória do Brasil<sup>667</sup>.**

Muito provavelmente os habitantes do Império se interessavam por notícias da família real. Certamente a realeza exercia um fascínio sobre boa parte da população, em

<sup>666</sup> AGULHON, Maurice. *1848- O aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

<sup>667</sup> RVPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 17 de outubro de 1865, p. 4. Ver também, RPP. Augusto Leverger, 3 de maio de 1852, p. 3.

maior ou menor grau, dependendo do momento. Assim, na primeira década de independência, além de saber novidades sobre o seu monarca, muitos súditos gostariam de conhecer o Imperador, mesmo na longínqua província do Mato Grosso. Se não era possível vê-lo pessoalmente, um retrato satisfaria essa vontade.

Ilustra bem esse desejo de aproximação a passagem da expedição científica de Langsdorf, em 1827, por Cuiabá. Compunha essa missão o pintor francês Aimé Taunay, que fez a “generosidade” de ofertar à “população da cidade” uma efígie de D. Pedro I, pintada a óleo, com as insígnias imperiais. As pessoas faziam grande fila para contemplar a pintura “executada primorosamente”. O “brinde”, segundo o presidente de província na ocasião, tinha um valor inestimável, e enchia “da maior satisfação” os habitantes da cidade. Pois, “vivendo em lugar tão remoto”, estavam privados da fisionomia da “pessoa do seu Soberano”<sup>668</sup>.

No processo de independência, retratos de D. Pedro foram enviados para várias vilas do Brasil. Segundo Iara Lis, promoviam-se grandes festas nesses lugares quando chegava a pintura sobre D. Pedro. Essas festas, com grande participação popular, celebravam o pacto entre o soberano e a sua gente, extrapolando os acordos de adesões, existentes até então somente entre o imperador, que se constituía, e as elites das diversas vilas<sup>669</sup>. Cuiabá, ao que parece, não foi um desses lugares que prontamente receberam o retrato de seu monarca.

Contudo, em um outro momento, ao que tudo indica, a impopularidade de D. Pedro I chegou também às raias do Império. Seu retrato não figuraria mais como atração, restando somente a moldura. Possivelmente, isso aconteceu quando a Regência assumiu. Desta maneira, o presidente Antônio Pedro de Alencastro escreveu para o ministério do Império, em 1835, pedindo que se mandassem um retrato do menino herdeiro do trono, para “os devidos cumprimentos nos dias de cortejo”, pois na província não existia “retratista algum para esse desempenho”. O presidente dizia as medidas que deveria ter o pano, para caber na

---

<sup>668</sup> AN. IJJ(9) 527. Saturnino da Costa para Visconde de São Leopoldo, ministro do Império. Cuiabá, 31 de maio de 1827.

<sup>669</sup> SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Op. cit.*, pp. 205 e ss.

“rica moldura (...) que *pertenceu* ao retrato de D. Pedro I”<sup>670</sup>. Onde foi parar o retrato que dele somente restou a “rica moldura”?

Não sabemos também se a Regência chegou a despachar a encomenda pedida pelo presidente Alencastro. Mas, no Segundo Reinado, uma outra solicitação de retrato do soberano não demorou muito para ser atendida. Chegando o aviso de que a efígie estava pronta, o presidente José da Silva Guimarães encarregou o tenente coronel da Guarda Nacional Manoel Joaquim Corrêa para transportá-la da Corte para Cuiabá. Dessa forma, os súditos poderiam apreciar a imagem “do melhor dos monarcas do mundo”<sup>671</sup>.

Quando começa a guerra do Paraguai, a popularidade de D. Pedro II estava em elevados níveis. Assim, para compartilhar a sua devoção ao monarca, o barão de Poconé oferecia à Assembléia Legislativa um retrato “de Sua Majestade o Imperador”, que ele havia mandado fazer. Seria para a imagem ficar na sala de sessão. A “valiosa e patriótica oferta” foi prontamente aceita pelos parlamentares<sup>672</sup>.

Mas as conexões com a Corte não se faziam somente pela admiração das imagens reais e pelas freqüentes referências à família imperial pelo presidente de província. Elas, na verdade, eram numerosas, expressadas desde as diretrizes administrativas e políticas empreendidas pelos presidentes de província - que eram esboçadas no centro do Império -, passando por vários acordos e desacordos com as elites locais, indo até o recrutamento de soldados e o comparecimento de professores à sala de aula. Não eram os meses de perigosa e cansativa viagem que tornariam o Mato Grosso uma província terminantemente isolada<sup>673</sup>, com um percurso político e social autônomo. É notório que mesmo com as dificuldades de comunicação, a província tinha um extenso *diálogo* com as áreas litorâneas, especialmente com a Corte.

---

<sup>670</sup> AN. IJJ(9) 506. Antônio Pedro de Alencastro para Joaquim Vieira da Silva e Souza. Cuiabá, 1º de abril de 1835.

<sup>671</sup> IJJ(9) 506. José da Silva Guimarães para Cândido José de Araújo Viana, ministro do Império. Cuiabá, 2 de janeiro de 1841.

<sup>672</sup> IMPL. Caixa 1865. 1ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 18 de outubro de 1865.

<sup>673</sup> Lenharo e Volpato apontam que o mito do isolamento em Mato Grosso serve sobretudo às elites dominantes do lugar. Desprezado pelos governos centrais, o atual estado sofreu as conseqüências do isolamento, cabendo a elas (as elites) o desenvolvimento que a região havia conseguido. Ver LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio de Mato Grosso no contexto da mineração*. Op. cit., pp. 7 e ss. e VOLPATO, Luíza. *A Conquista da Terra no Universo Da Pobreza*. Op. cit., pp. 15 e ss.

### 3. “Nenhuma estrada propriamente dita”

As comunicações com o centro administrativo e político do Brasil eram uma das principais preocupações de governantes, assim como de muitos homens de negócios. Era necessário que as estradas viabilizassem um melhor contato da província com o litoral do Império, e assim facilitassem a subida dos *degraus da civilização*.

Dessa maneira, na década de 1840, um presidente assim resumia as carências de vias de comunicação, ao mesmo tempo em que se mostrava perplexo com a não utilização de uma estrada nova:

(...) é princípio incontestável que um país torna-se mais abundante, rico e civilizado à proporção que seus meios de comunicação interna são mais fáceis, o comércio não só utiliza com isso, como a administração, porque a ação do governo é mais rápida e por conseqüência a justiça mais pronta: ora, se estes princípios são verdadeiros e de suma utilidade, qual a razão do torpor ou indiferentismo para com a estrada nova desta cidade até São Paulo?<sup>674</sup>

Zeferino Pimentel estava se referindo à chamada “estrada do Piquiri”, que havia começado a ser aberta em 1832. Por ela esperava-se uma ligação mais rápida com a Corte, em lugar da antiga estrada que ia por Goiás. Mas os viajantes, depois de alguma experiência pelo novo caminho, retornaram a trafegar pela rota antiga. Reclamavam que a estrada do Piquiri era de difícil trânsito, principalmente na época das águas. Diziam que precisava de melhoramentos. O presidente, por sua vez, argüia que “são os cascos dos animais que fazem a estrada melhorar.”<sup>675</sup>

O governante que assumiu em seguida, Ricardo Gomes Jardim, dizia que “nenhuma estrada propriamente dita” possuía a província. As pessoas passavam eram por “trilhos” e “picadas”. Mas como o outro presidente, dizia que somente com o uso constante das que existiam se adquiririam “melhores vias de comunicação com as províncias vizinhas.”

---

<sup>674</sup> RPP. Zeferino Pimentel Moreira Freire. Cuiabá, 1º de março de 1844, p. 11.

<sup>675</sup> *Ibidem*, p. 12.

Assim, também acreditava que o caminho pelo Piquiri deveria ser preferido pelos viajantes, que nele já havia sido despendido mais de 10 contos de réis desde seus primeiros ensaios. O caminho de Goiás, ao contrário do novo, tinha “grande número de voltas desnecessárias e inúteis”<sup>676</sup>.

Ambos os presidentes procuravam convencer a Assembléia de usar um recurso bastante tradicional para incentivar o uso de uma via e desestimular a frequência de outra. A franquia para uma e o aumento de impostos para outra. No entanto, esses presidentes não tiveram muita receptividade entre os deputados. Ademais, nessa década, as estradas praticamente não figuravam no orçamento provincial, que era bastante curto.

Dessa maneira, em 1846, o governo central mandou dois contos de réis, especialmente destinados para a “abertura de picada para a nova estrada de comunicação”, a do Piquiri, no trecho entre Mato Grosso e São Paulo. Para essa via, o governo imperial tinha mandado também um engenheiro, o capitão Ernesto Lassance Cunha<sup>677</sup>.

Mas parecia que as melhorias encomendadas não se fizeram tão sensíveis. O presidente nomeado para o Mato Grosso, em 1849, o coronel João José da Costa Pimentel, fez o percurso pela estrada nova. Sua experiência foi a de um grande tormento. Vale mostrar aqui o seu breve registro de viajante:

A enfermidade, de que fui acometido no meio dos sertões desta Província me privou de chegar a esta Capital no tempo em que pretendia. Parte da estrada nova, que conduz da Vila da Constituição na Província de São de Paulo, ao rio Paraná, não estando ainda aberta, tive de romper por entre um mato cerrado de grandes paus e espinhos, e povoado de marimbondos, carrapatos e todo o gênero de inseto daninho, de modo que me dilaceraram, e, passado o Paraná, os sóis abrasadores, as areias, as marchas forçadas, e o único e constante alimento de carne de porco salgada e farinha de milho, determinaram uma inflamação em uma perna, que, vindo afinal a supuração, receei por minha existência, e estive por muitos dias em um deserto sem o menor recurso, nem socorro, e impossibilitado de seguir viagem apesar dos esforços, que nesse sentido empreguei

---

<sup>676</sup> DPP. Ricardo Gomes Jardim. Cuiabá, 1º de março de 1845, p. 23.

<sup>677</sup> FPP. João Crispiniano Soares. Cuiabá, 3 de maio de 1847, p. 17.

deixando logo minha tropa em São Paulo, e seguindo escoteiro, e fazendo extraordinárias despesas.

No dia 7 do corrente pude com efeito aqui entrar, e achando os animais no último estado de exacerbação, tive a fortuna de ser recebido com qual contentamento, e de ver hoje calmo essa espécie de furor.<sup>678</sup>

Acrescente-se que parte de sua comitiva ainda foi atacada mortalmente por índios. Pelas dificuldades e revezes dessa estrada, o presidente anterior, Joaquim José de Oliveira, considerava esse caminho apropriado somente para estafetas<sup>679</sup>. Ora, esses eram soldados que levariam quase que somente documentos, com o menor volume e peso de carga possíveis para poderem chegar nos destinos mais rápido. Mas para o transporte de carga, o que era fundamental para o comércio, a nova estrada se mostrava intransitável, principalmente no trecho entre o Piquiri e o interior da província de São Paulo.

Assim, oportunamente, o fazendeiro José Garcia Leal, que povoara a região de Santana do Paranaíba com sua família e camaradas, se ofereceu para administrar a “abertura de comunicação” que passava perto de seu povoado. O resultado foi que esse caminho bifurcou para Santana, podendo o viajante daí seguir para Minas ou para São Paulo, em uma rota com menos percalços na época de cheia dos rios e de alagação nos terrenos baixos. Passou, então, a ser a principal via terrestre já na década de 1850<sup>680</sup>.

A estrada de Goiás, apesar de preterida entre os governantes, continuava a merecer atenção. Se ela havia sido o principal caminho durante mais de cem anos, em meados do século XIX ela sofria muito com os ataques indígenas. Um presidente a considerava “despovoada”, pois “alguns dos moradores que em outro tempo ali existiram”, abandonaram seus sítios, afugentados pelas ameaças dos “índios bravios, que costumam infestá-la”<sup>681</sup>.

---

<sup>678</sup> AN. IJJ(9) 507. João José da Costa Pimentel para Visconde de Monte Alegre, ministro do Império. Cuiabá, 13 de setembro de 1849.

<sup>679</sup> RPP. Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 3 de maio de 1849, p. 15.

<sup>680</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, pp. 111-112. Contudo, depois de 1870, com a navegação pela bacia do Prata, com o povoamento de áreas do sul da província, facilitada pelo fim do perigo representado pelos “coroados”, possibilitando novos caminhos, assim como, já no século XX, com a locomotiva à vapor, esse caminho perdeu sua importância para negociantes e administradores.

<sup>681</sup> FPP. João Crispiniano Soares. Cuiabá, 3 de maio de 1847, p. 17.

Assim, em 1853, a província recebia verba do governo central para o “melhoramento das estradas”. Entre elas, estava a de Goiás. Essa estrada, embora coadjuvante na conexão com a Corte, continuou a receber alguma atenção.

Um desses “melhoramentos” que se faziam nos caminhos era a construção e reparo das pontes. Eram construções essenciais, que obviamente facilitaríamos bastante o trânsito numa província extremamente entrecortada por rios e riachos. Uma das pontes consideradas mais fundamentais era a do Coxipó. Sobre ela, passaria não somente pessoas que iam para Goiás, mas também para a região da Chapada, onde havia muitos sítios que abasteciam a capital de alimentos. As construções que existiam eram improvisações, durando por pouco tempo.

Dessa maneira, em 1841, o governo provincial contratou Joaquim de Almeida Falcão, que era deputado provincial, como empreiteiro da obra da ponte sobre o Coxipó. Ela deveria ficar pronta em dois anos. Entretanto, em 1846, o presidente Gomes Jardim reclamava para os deputados provinciais que o serviço ainda não tinha sido feito. Somente a Assembléia poderia rescindir o contrato. Assim, pedia para a Assembléia “coagir o mesmo arrematante a cumprir pontualmente o contrato.” Lembrava que o empreiteiro já havia recebido várias parcelas referentes à obra, e que era desproporcional ao que havia feito<sup>682</sup>. Mesmo sem o apoio da Assembléia, esse presidente entrou com uma portaria declarando a rescisão do contrato, e solicitando que o arrematante devolvesse o dinheiro recebido<sup>683</sup>.

Joaquim de Almeida Falcão, apesar de não figurar mais entre os deputados, era pessoa que havia participado da política ao lado dos liberais. Mesmo assim, em 1847, o presidente Crispiniano Soares pedia atenção aos parlamentares provinciais para a situação da ponte do Coxipó. Crispiniano tinha ótimo relacionamento com a maioria liberal da Assembléia. No entanto, não deixava de criticar os procedimentos da obra. A ponte tinha sido orçada em pouco mais de nove contos. Desse montante, o empreiteiro receberia a metade no início, uma parte na metade, e o restante depois de concluída a obra. Mas ele já havia recebido 7:800\$000, e quase nada havia sido feito. Ainda por cima, o arrematante havia conseguido recorrer da portaria do governo, e também solicitara a quantia de

---

<sup>682</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim. Cuiabá, 10 de junho de 1846, p. 29.

<sup>683</sup> FPP. João Crispiniano Soares. Cuiabá, 3 de maio de 1847, p. 15.

seiscentos mil réis para finalizar a construção. Crispiniano achava isso um absurdo, pois faltava quase que uma ponte inteira para construir, como ele terminaria com mais esse acréscimo de verba?<sup>684</sup>

A ponte acabou sendo construída. Mas foi de tal maneira, que quase sempre precisava de reparos<sup>685</sup>. Somente no início da República é que foi construída uma ponte de aço no lugar da antiga de madeira sobre o Coxipó, facilitando o trânsito em direção à Chapada e a outros lugares.<sup>686</sup>

Entretanto, não era somente através de arrematante que as obras eram feitas na província. Nessa mesma estrada, que passaria pela Chapada, o tenente coronel João José Siqueira mandou fazer vários reparos às suas custas, sem “dispêndio dos cofres públicos”<sup>687</sup>. Os Siqueira moravam nessa região conhecida também por “Serra Acima”, e lá detinham terras. Se dificilmente o Estado poderia tomar tais iniciativas, por vezes, os interessados que moravam nos lugares necessitados de obras tomavam o empreendimento por conta própria.

Não obstante, se as vias de comunicação eram preocupações freqüentes dos governantes, foi a partir da década de 1850 que começaram a haver maiores ações em relação às obras provinciais, notadamente as relacionadas aos vários caminhos. Ora, era através das comunicações que o Mato Grosso poderia sonhar com o estabelecimento de uma “civilização”, e sair do estado “atrasado” de sua “indústria”.

Esse maior interesse pelas estradas ia além da conexão da distante província com a Corte. Outros lugares de Mato Grosso também passaram a ser alvo de um maior desejo e ação de ligações. Claro que tudo isso acontecia com um maior aumento tanto na receita da província quanto do próprio governo imperial. Mas havia “melhoramentos materiais” que ficavam completamente a cargo dos moradores.

Assim, o governo central mandava 8 contos de réis, em 1853, para o “melhoramento das estradas” que iam de Cuiabá para a Corte, tanto na que seguia por Goiás, quanto na que passava por São Paulo. Mas também mandava outros 4 contos de réis que deveriam ser

---

<sup>684</sup> *Ibidem*. pp. 15-16.

<sup>685</sup> Ver, por exemplo, RPP. Augusto Leverger, 3 de maio de 1853, p.21; RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 4 de dezembro de 1856, p. 12; RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 21; RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1860, p.13.

<sup>686</sup> MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-grossenses*. Niterói: Esc. Tip. Salesiana, 1919, p. 342.

<sup>687</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 4 de dezembro de 1856, p. 15.

“empregados exclusivamente” para o caminho de Cuiabá à cidade de Mato Grosso, lugar que há muito tempo consideravam decadente. Possivelmente isso era devido à posição estratégica que ainda tinha a cidade em relação à política de fronteira.

Mas diferentemente de décadas anteriores, passaram a ser votados dispositivos no orçamento provincial que destinavam verbas para estradas entre os lugares dentro da própria província. Assim, em 1854, foram orçadas três obras para melhorar as comunicações em Vila Maria. Desse lugar para a capital, foi mandado construir uma ponte sobre o “Sangradorzinho” e aterrar “com cascabelho a mata que medeia” o ribeirão, “de modo que, ainda quando nas grandes enchentes alague a dita mata, não seja o trânsito estorvado pelos atoleiros, que o faziam sumamente difícil e perigoso”.

Outra obra era na estrada de Vila Maria para a cidade de Mato Grosso, onde “limpou-se a estiva [ponte feita de paus],” retirou-se mata que tornava o caminho “quase intransitável”, também fizeram um “rancho junto da ponte”, e colocaram uma canoa para a passagem do “ribeirão Barreiros na estação das águas”<sup>688</sup>.

A terceira obra que beneficiaria a freguesia banhada pelo rio Paraguai era uma ponte sobre um ribeirão na estrada que ia para Poconé, a então sede de seu município.

Possivelmente, além de maiores recursos nos cofres provinciais, poderia haver também uma sinalização do direcionamento da política partidária provincial para tantos melhoramentos numa freguesia. Ou seja, o domínio dos conservadores no início da década de 1850, ao mesmo tempo em que Vila Maria não se mostrava mais aliada aos liberais, possivelmente influenciaria para que o lugar fosse palco dessas obras. Por outro lado, nessa região havia começado a se intensificar a extração da ipecacuanha, mas o que por si só não explicaria o melhoramento para o tráfego desse lugar com a cidade de Mato Grosso, por exemplo. É interessante considerar que o responsável pelas obras na freguesia de Vila Maria era o cidadão Miguel Alves da Cunha, morador de Poconé, do clã dos Ribeiro. Isso mostra um certo sucesso de Leverger na sua “conciliação”, para levar Mato Grosso ao “progresso”.

De qualquer maneira, outros governantes também apontaram para a necessidade de mais obras na estrada da capital até Vila Maria (mesmo não sendo designados pelos

---

<sup>688</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1854, pp. 25-26.

conservadores)<sup>689</sup>, assim como para o melhoramento de outros caminhos que ligassem diferentes lugares dentro da própria província.

Assim foi a reedificação da ponte do “Ribeirão do Amolar”, no distrito do Diamantino. Essa obra foi feita por meio de fundos recolhidos pelos próprios moradores do distrito, mas também com “algum auxílio do Cofre” provincial<sup>690</sup>. Alguns anos depois de pronta, essa ponte foi bastante danificada por uma enchente. Para não “perder-se o que exist[ia] em bom estado”, o presidente Lamare requisitava à Assembléia o seu reparo imediato<sup>691</sup>.

Da mesma maneira, a ponte que passava sobre o ribeirão de Santana, na freguesia de Santana do Paranaíba, havia sido destruída também por cheias. O presidente, então, tomava providências para que fosse reconstruída<sup>692</sup>. Fato quase que impensável na década anterior.

A estrada que ia da cidade de Mato Grosso a Casalvasco foi “limpa” e “desobstruída”. Da mesma maneira o caminho que ia da ex-capital para os arraiais de São Vicente e do Pilar. No mesmo distrito também promoveram as passagens dos rios Alegre e Sararé Debaixo<sup>693</sup>, e consertaram uma ponte sobre o rio Guaporé<sup>694</sup>. Se o governo central havia fornecido crédito para a conexão entre Mato Grosso e Cuiabá, os recursos próprios do governo provincial se encarregaram de outras obras no distrito guaporeano.

Os cofres provinciais também financiaram uma ponte sobre o ribeirão do Bento Gomes, na estrada que ia para Poconé, afastando a possibilidade de “revanche” política através da destinação das obras. Na verdade, era uma série de construções que visavam uma melhor comunicação intraprovincial, como dessa maneira, também no caminho de Diamantino foram feitas melhorias na estrada do Livramento, o “melhoramento da serra do Tomador” e do Morro Vermelho; no município da capital foram reparadas as pontes na freguesia da Guia e a a ponte do Aricá,; e construíram barcas de passagem em Vila Maria<sup>695</sup>.

---

<sup>689</sup> RVPP. Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 3 de maio de 1857, p. 11

<sup>690</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1853, p. 23.

<sup>691</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare, Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 21.

<sup>692</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1854, p. 27.

<sup>693</sup> *Ibidem.* p. 28.

<sup>694</sup> RPP. Augusto Leverger, Cuiabá, 4 de dezembro de 1856, p.15.

<sup>695</sup> Ver RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1864, p. 115; RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869, p. 33.

#### 4. De “cuiabano” para “mato-grossense”

No mesmo momento em que as comunicações dentro da própria província passaram a merecer maior atenção dos governantes e homens públicos, era a mesma época em que se promovia a “Conciliação”. Logo em seguida começaram as “listas” de candidatos a deputado provincial e geral a ficar cada vez mais parecidas nas diferentes freguesias de Mato Grosso, não obstante o grande predomínio de políticos da capital. Possivelmente os melhoramentos de comunicação facilitavam também os acordos entre os senhores da política dos vários pontos da província.

Nesse mesmo tempo, os governantes, em seus discursos, ao se referirem à população, deixaram de considerar somente os “cuiabanos”, passando a se referir aos “mato-grossenses” de maneira geral. A integração da província passava pela maneira de tratamento e de consideração de uma maior parte da população.

Na época da abertura dos trabalhos legislativos da recém-inaugurada Assembléia Legislativa, em 1835, o presidente de província saudava e se dirigia aos *cuiabanos*, e não aos *mato-grossenses*, mesmo sendo os deputados representantes, a princípio, de todo o Mato Grosso: “(...)pela primeira vez para entrarem nas obrigações a que são chamados pela escolha os nossos honrados concidadãos *cuiabanos*”<sup>696</sup>.

Da mesma maneira, a instrução deveria ser estimulada em “proveito da mocidade *cuiabana*”<sup>697</sup>, mesmo havendo escolas em outras freguesias que não a da capital.

Quando da chegada da notícia do coroamento de D. Pedro II, muitos homens públicos viam tal episódio como o possível fim do período turbulento por que passava o novo país. Assim o presidente da província escrevia para a Corte, demonstrando o contentamento dos cuiabanos com o coroamento do “anjo conciliador”, como se a província se restringisse à capital. Falava-se dos cuiabanos, dos “irmãos do resto do país”, do imperador, mas parecia não haver *mato-grossenses*:

é o mais que se tem podido fazer neste país tão remoto e tão falto de recursos, para vos trazerem os *cuiabanos* a S.M.I e a seus

<sup>696</sup> DPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de julho de 1835, p. 3. Grifo meu.

<sup>697</sup> *Ibidem*. p. 5. Grifo meu.

irmãos do resto do Brasil os sentimentos de que se acham possuídos pela sagrada pessoa de nosso Augusto Monarca, cujo governo já atribuímos a paz e a tranqüilidade, de que gozamos há um ano<sup>698</sup>

Em 1848, diante da necessidade de criar uma força armada, para contrapor seu adversário político, o presidente Oliveira fazia um chamamento exclusivo ao morador de Cuiabá,

Cuiabano, conto com a vossa adesão às Augustas Pessoas de Sua Majestade o Imperador, e sua excelsa família, as instituições do país e aos princípios de Segurança, ordem, e confio que o meu apelo não será feito em vão.<sup>699</sup>

Um ano antes, da mesma maneira, um presidente considerava que tudo estava em paz. O estado de tranqüilidade pública era garantido “pelo caráter pacífico, e nada menos que nobre e generoso de todos os *cuiabanos*”<sup>700</sup>.

Mas na década de 1850, os governantes começaram a nomear não somente os habitantes da capital, mas os de toda a província. Passa-se a ser usado o termo “mato-grossense” para designar os moradores de toda a unidade administrativa compreendida como Mato Grosso. Eles todos teriam, então, características em comum, não somente o mesmo governo, mas a sua índole, que poderia se distinguir da de outras regiões. Assim, então, dizia Leverger em relação ao estado de segurança da província:

(...)se não é tão completa como fora para desejar, é pelo menos tanta quanta se encontra nas outras províncias; o que se deve menos à eficácia dos meios de prevenção ou de repressão do que à índole, se não à moralidade dos *mato-grossenses*.<sup>701</sup>

---

<sup>698</sup> AN. IJJ(9) 506. José da Silva Guimarães para Cândido José de Araújo Viana, ministro do Império. Cuiabá, 17 de dezembro de 1841. Grifo meu.

<sup>699</sup> AN. IJJ(9) 507. *Proclamação aos Cuiabanos*. Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 19 de novembro de 1848. Grifo meu.

<sup>700</sup> FPP. João Crispiniano Soares. Cuiabá, 3 de maio de 1847. p. 5. Grifo meu.

<sup>701</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1854 p. 7. Grifo meu.

Assim, o termo “mato-grossense” entra no vocabulário dos governantes, que deveriam ter em mente uma área bem maior do que a da região da baixada cuiabana. Dessa maneira, o presidente Lamare ao discorrer sobre os crimes que aconteciam na província, dizia que, não obstante a “índole pacífica dos *mato-grossenses*, o crime mais frequente na Província” era o que atentava “contra a segurança individual, devido certamente ao atraso de civilização e à falta de religião na classe ínfima da sociedade”<sup>702</sup>. Não era mais como na década de 40, quando o chefe de polícia somente tabulava os crimes ocorridos em Cuiabá. Daí a disseminação de cadeias por vários aglomerados urbanos da província. As casas de detenção também eram consideradas *melhoramentos materiais* que contribuiriam para a integração do Mato Grosso.

### **5. Cadeias civilizadas e outros melhoramentos materiais**

Não foi por acaso que, a partir da década de 1850, os presidentes de província se mostravam interessados que fossem feitas, além das melhorias relacionadas às estradas, várias outras obras na província, em especial as cadeias, que deveriam existir nos diferentes municípios de Mato Grosso. Não que antes os governantes não se interessassem por esse assunto. Mas a partir da metade do século XIX, as referências às prisões, por exemplo, tornaram-se muito mais frequentes. Era sem dúvida uma maior atenção à criminalidade *comum*, mas era também um reforço do preceito da “civilização” que se queria construir.

Em parte da Europa e nos Estados Unidos, entre o fim do século XVIII e inícios do XIX, as punições passaram da barbárie dos suplícios para a privação da liberdade nas prisões. Uma nova legislação penitenciária relegou ao esquecimento todas as outras formas de punição dos delinquentes imaginadas nos tempos anteriores, passando a adotar o encarceramento como uma aplicação “humanitária” para as infrações<sup>703</sup>. A cadeia traduzia a idéia de que a delinquência não somente lesava a vítima, mas a toda a sociedade. Dessa forma, a prisão era vista como além da maneira do condenado “pagar o que devia”, mas também de operar modificações no penitente, podendo torná-lo “útil à sociedade”<sup>704</sup>. Com sua rápida aceitação e difusão, a casa de detenção era a “forma mais imediata e mais

<sup>702</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 4. Grifo meu.

<sup>703</sup> FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, pp. 195-198.

<sup>704</sup> *Ibidem*, p. 210.

civilizada de todas as penas”. Constituíam-se, portanto, na “pena das sociedades civilizadas”<sup>705</sup>. De qualquer forma, na monarquia civilizadora brasileira não se aboliram os açoites aos escravos como punição, apesar de regulamentá-los. Da mesma maneira, a chibata somente deixou de ser castigo aplicado aos marinheiros na segunda década do século XX. A forca, os trabalhos forçados e o degredo eram as punições para os crimes considerados mais graves durante o Império<sup>706</sup>.

Se as cadeias eram o espaço por excelência para os ideais do panoptismo, a observação permanente do detento e sua avaliação, o modelo que concentrava todas as tecnologias de coerção do comportamento, sendo a forma disciplinar mais intensa sobre o indivíduo – conforme demonstra Michel Foucault – , isso, no entanto, somente se tornaria possível no Brasil durante o período republicano, devido a um “conhecimento preciso do condenado”, observa Machado Filho.<sup>707</sup>

Não obstante, no Império, em meados do Oitocentos, um lugar com algum número de habitantes não poderia prescindir de um estabelecimento seguro e salubre que detivesse os meliantes. A própria população demandava ao menos uma casa de prisão bem construída, que não possibilitasse fugas fáceis, a despeito de sua salubridade. Já em 1842, existia um regulamento que especificava como deveriam ser as prisões no Brasil<sup>708</sup>. Em Mato Grosso, contudo, chegava-se à década de 1850 com um estado deplorável das construções que serviam como cadeia, e com algumas freguesias sem casa de detenção alguma.

Antes do regulamento de 1842, que passava para as autoridades policiais da província a competência de inspecionar as cadeias, eram as comissões formadas pela Câmara Municipal, seguindo o Regimento das Câmaras Municipais, de 1828, que deveriam verificar a moral e a higiene das prisões<sup>709</sup>. Entretanto, os presidentes de província quase não faziam menção às cadeias, em seu principal documento anual, durante as décadas de

---

<sup>705</sup> *Ibidem*, p. 196.

<sup>706</sup> NORONHA, Fabrícia Rúbia G. S. “O Império dos Indesejáveis: uma análise do degredo e da punição no Brasil império”. In: *Em tempo de histórias*. Brasília: vol. 8, n. 8, 2004.

<sup>707</sup> Ver MACHADO FILHO, Oswaldo. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>708</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 10.

<sup>709</sup> Ver MACHADO FILHO, Oswaldo. *Op. cit.*, p. 34.

1830 e 1840. Ainda nos anos 40, um presidente dizia que fora autorizado a reformar a prisão que tinha na capital. Mas por falta de recursos, ela ficaria como estava<sup>710</sup>.

Se as referências do governo provincial às cadeias nessa década eram lacônicas, assim como as ações escassas, em 1853, por outro lado, o presidente Leverger apontava uma série de medidas. Mostrava que não apenas a capital tinha problemas com sua construção prisional. Também freguesias que tinham razoável número de habitantes, como Livramento e Santana do Paranaíba, precisavam urgentemente de uma casa de prisão<sup>711</sup>.

Na vila do Diamantino e na freguesia do Rosário, que havia principiado a construção das respectivas cadeias desde 1850<sup>712</sup>, finalmente encontravam-se prontas graças a auxílio dos cofres provinciais<sup>713</sup>. A Chapada, por seu turno, iria construir sua prisão contando somente com o dinheiro arrecadado entre os seus próprios moradores. Essa obra ficou pronta em 1856, tendo como principal colaborador o tenente coronel João José de Siqueira, o mesmo que havia feito os melhoramentos na estrada para a sua região.

Logo Livramento e Santana do Paranaíba, citadas por Leverger em 1853, teriam sua casa de prisão. Em 1856, ficaram prontas, graças ao envio do governo central de 5 contos de réis para serem aplicados especificamente em cadeias na província<sup>714</sup>.

Assim, no final dos anos 50, Mato Grosso contava (pelo menos nominalmente) com 8 prisões, contra apenas 3 que existiam até a década de 1840. Eram as antigas da capital, da cidade de Mato Grosso e do município de Poconé. Somaram-se a essas, portanto, as de Diamantino, do Rosário, da Chapada, do Livramento e de Santana do Paranaíba. Nos anos sessenta, ainda dotaram os lugares de Miranda e Vila Maria com casas de detenção e faziam previsões para a construção de outras cadeias nas freguesias da Guia, de Brotas, de Santo Antônio e em Corumbá.

No entanto, tão importante quanto as construções de novas cadeias era a manutenção das que já existiam. Como dizia um presidente de província, “todos os esforços e despesas empregadas em capturar o criminoso serão em pura perda, se ele contar com a ineficiência das cadeias” para fugir da ação da justiça<sup>715</sup>.

---

<sup>710</sup> DPP. Ricardo Gomes Jardim. Cuiabá, 10 de junho de 1846, p. 29.

<sup>711</sup> RPP. Augusto Leverger, 3 de maio de 1853, p. 24.

<sup>712</sup> FPP. João José da Costa Pimentel. Cuiabá, 3 de maio de 1850, p. 11.

<sup>713</sup> RPP. Augusto Leverger, Cuiabá, e de maio de 1853, p. 24.

<sup>714</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 4 de dezembro de 1856, p. 8 e p. 16.

<sup>715</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 25.

Ineficiente havia sido a construção da cadeia de Rosário. Poucos anos depois de construída, ela havia desmoronado. Tentava-se construí-la novamente<sup>716</sup>. A de Santana de Paranaíba também estava em situação crítica. Para um presidente convinha melhor destruí-la e começar a construir outra no lugar. Devido ao seu estado, dos dois únicos presos que ela havia recolhido, os dois “evadiram-se”<sup>717</sup>. Não obstante, havia elogios para outras novas casas de detenção, como o xadrez da Vila de Miranda, que era “espaçoso, seguro e limpo, e pode conter até vinte pessoas”; ou então a cadeia de Vila Maria, que era “arejada” e fora construída com “as necessárias condições de segurança e salubridade”.<sup>718</sup>

Se algumas das novas cadeias foram feitas inadequadamente, as mais antigas necessitavam também de radicais reformas, ou então, que se construíssem novos prédios. Assim era o caso da gasta prisão da vila de Poconé. Igualmente era o caso da cadeia de longa data que existia na cidade de Mato Grosso, que denunciava a ruína também do mesmo município. Valeria mais a pena construir um outro edifício, do que “reparar a velha de dimensões atualmente desproporcionais, em relação à decadência do município”<sup>719</sup>.

Mas o lugar que detinha as maiores atenções sobre a sua prisão, como não poderia deixar de ser, era a capital. Aí deveria existir um modelo exemplar. Não somente por ser a cidade de maior população, e com mais recursos, mas por ser onde o governo e as autoridades deveriam se fazer mais presentes numa província reconhecidamente extensa.

A cadeia que existia na metade do século XIX era uma construção contígua ao quartel militar, ainda do tempo colonial. Ela media “25 palmos em quadro”, ou seja, cinco metros e meio quadrados, onde freqüentemente ficavam mais de trinta pessoas<sup>720</sup>. Esse espaço continha apenas uma divisão, que separava os sexos, quando as prescrições modernas previam que se apartassem também os delinqüentes mais perigosos dos mais brandos, ou seja, o “completamente pervertido” daquele que por um “momento de irreflexão ou cólera foi arrastado ao crime”<sup>721</sup>.

---

<sup>716</sup> *Ibidem*.

<sup>717</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 12.

<sup>718</sup> *Ibidem*.

<sup>719</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 25. Depois que Cuiabá tornou-se definitivamente a capital, era recorrente nos discursos oficiais se referir à “decadência da cidade de Mato Grosso”. Ver por exemplo, RPP. Augusto Leverger, Cuiabá, 3 de maio de 1853, p. 4. Ou FPP. João José da Costa Pimentel. Cuiabá, 3 de maio de 1850, p. 18.

<sup>720</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 24.

<sup>721</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, pp. 9-10.

Eram constantes as referências sobre a condição de salubridade e segurança dessa cadeia. Leverger dizia que os presos jaziam amontoados em um lugar imundo, que servia de prisão<sup>722</sup>. Outro presidente, Raimundo de Lamare, se admirava que ali ainda não houvesse grassado alguma epidemia. Da mesma maneira, também era surpreendente não ter a cadeia sofrido algum arrombamento, mesmo estando anexada ao quartel<sup>723</sup>. Enfim, era insegura, tinha superlotação, era úmida e insalubre, possuía sofrível “estado de limpeza”, resumia o chefe do Executivo de 1862<sup>724</sup>.

**Do contrário da que havia, era preciso que a capital possuísse uma cadeia higiênica, “segura e com alguns cômodos que prescrevem a humanidade e a Lei”<sup>725</sup>. Para isso, pretendiam construir uma cadeia que seria exemplar na província, no lugar da que existia em Cuiabá. Mas sua construção foi quase que uma epopéia, demonstrando as dificuldades várias de seguirem as prescrições civilizacionais, ao mesmo tempo em que denotava uma persistência de um projeto.**

Em 1853, diante da impossibilidade da própria província arcar com os custos da construção do xadrez de Cuiabá, o presidente Leverger solicitou verba para o governo central, com o fim de iniciar as obras. Este, então, determinou que se usassem as sobras do dinheiro que havia mandado para a melhoria da estrada que ligava a capital à cidade de Mato Grosso<sup>726</sup>. Mesmo assim, nos três anos seguintes, o governo imperial destinou mais 6 contos exclusivos para essa construção<sup>727</sup>.

Em 1857, o governo provincial nomeou 3 cidadãos para conduzir a nova obra, que recebia uma nova e maior remessa de dinheiro do governo central. Dois anos depois da comissão formada para dirigir tal empreendimento, existia somente um encarregado, o “prestante cidadão Henrique José Vieira”, tomando para si “essa pesada tarefa”<sup>728</sup>.

---

<sup>722</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 4 de dezembro de 1856, p.16.

<sup>723</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 24.

<sup>724</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 10.

<sup>725</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1854, p. 29.

<sup>726</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1853, p. 24.

<sup>727</sup> AN. IJJ(9) 508. Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Cuiabá, 10 de fevereiro de 1857.

<sup>728</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 27.

Em 1861, a cadeia não apenas não estava pronta, como se encontrava parada a construção<sup>729</sup>, por terem acabado os recursos, apesar dos vários apelos dos presidentes de província para que a Assembléia também destinasse verba para tal empreitada.

Com um balanço dos gastos feito até 1862, o presidente Ferreira Penna, no momento que se reiniciava a construção, apontava já terem sido gastos cerca de 60 contos. Mesmo assim, esse dinheiro parecia que não tinha sido o suficiente para um “impulso tão rápido como conviria”<sup>730</sup>. Para se ter uma idéia, mas guardando as devidas proporções, a cadeia de Santana do Paranaíba havia ficado em 5 contos de réis<sup>731</sup>. A reforma da cadeia do Rosário, que era quase uma outra construção, havia sido orçada em 600 mil réis<sup>732</sup>.

Não obstante, no ano seguinte, o empreendimento recebeu mais três contos do governo imperial, que foram acrescidos de mais 700 mil réis do cofre provincial. Dessa vez a obra passava a ficar a cargo do líder conservador Antônio de Cerqueira Caldas<sup>733</sup>.

Com o início da guerra, essa obra ficou novamente paralisada, por contingenciamento de recursos. Mas no final do conflito ela foi reiniciada. Em 1871, finalmente, era considerada concluída. Segundo o presidente José Cardoso Júnior, era a única na província que preenchia as condições de uma prisão, “pelo lado da higiene, segurança e proporção”<sup>734</sup>.

Se as outras cadeias chegavam no fim do período da guerra em estado reprovável pelo delegado do Império, elas, por outro lado, haviam indicado o percurso do *centro para a periferia*, em que procurava-se estabelecer as instituições imperiais nos *sertões* da vasta província. A Lei e a Ordem, que intentavam garantir a convivência pacífica entre os súditos, e conseqüentemente a adesão ao trono e à civilização, se materializava em construções que deteria os que ameaçavam as normas de convívio, assim como poderia disciplinar uma sociedade que transitava de uma forma de trabalho escravo para a não-escrava. Ao mesmo tempo, essas construções qualificariam e indicariam que um lugar tinha os requisitos para passar de um simples povoado ou freguesia, para a categoria de vila ou mesmo cidade, territorializando a província nos moldes, a princípio, civilizacionais.

---

<sup>729</sup> RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1861, p. 17.

<sup>730</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 10.

<sup>731</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 12.

<sup>732</sup> RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1861, 17.

<sup>733</sup> RPP. Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá, 3 de maio de 1864, p. 24.

<sup>734</sup> RPP. Francisco Cardoso júnior. Cuiabá, 20 de agosto de 1871, p. 13.

Além das cadeias, outros “melhoramentos materiais” eram percebidos como indicadores de que a província seguia no caminho do progresso, galgando os degraus da civilização. O lugar privilegiado desses melhoramentos era a capital. Era ela que deveria irradiar para o restante da província o modelo de um lugar civilizado.

Dessa maneira, nos anos 50, Cuiabá começou a contar com um serviço de iluminação pública<sup>735</sup>. Não era do tipo a gás, como já existia no Rio de Janeiro. Mas o modelo a óleo parecia já cumprir o seu papel de desestimular a ação de meliantes noturnos, ao mesmo tempo em que permitia um maior período de sociabilidade na área central da capital<sup>736</sup>.

Em 1858, foram acrescentados mais 40 lampiões na iluminação pública. O presidente de então mostrava que isso era necessário numa cidade que “cresce de dia em dia”<sup>737</sup>. Contudo, em 1865, devido ao conflito contra o Paraguai, a iluminação pública foi suprimida, devido à “grande carestia do combustível”. Com o fim da guerra não só a iluminação pública foi restabelecida, como passou a ser a gás, possibilitando assim uma luz mais “serena, brilhante e inofensiva”<sup>738</sup>, tal qual era a iluminação nos lugares *mais civilizados*, embora em grande parte da cidade ainda faltasse tal benefício.

Outras transformações urbanísticas que tornariam a capital mais próxima das do *litoral* era o calçamento de ruas. Essa espécie de obra ordenaria melhor o espaço público, ao mesmo tempo em que substituiria a terra batida na porta das casas por um material mais sólido, não tão sujeito à lama e poeiras.

Contudo, na metade do século XIX, quase não havia calçamento em Cuiabá. A “principal estrada da cidade”, como dizia um presidente, era a rua de São Gonçalo. Mas o seu estado era “tão miserável” que era urgente, segundo o mesmo dirigente, que aterrassem logo as partes alagadiças, aplinassem a rua, e finalmente fizessem uma calçada<sup>739</sup>. Seu pedido foi prontamente aceito pela Assembléia, que incluiu tal obra em seu orçamento. Assim, em 1860, a rua de São Gonçalo estava calçada. Também pretendiam fazer o mesmo

<sup>735</sup> RPP. Augusto Leverger, 3 de maio de 1853. p. 25.

<sup>736</sup> Para Machado Filho, a falta de iluminação fazia ser grande o número de prisões correcionais, pois os transgressores eram estimulados pela pouca luminosidade, o que só onerava os cofres públicos, já que grande parte “dessa gente pobre tinha que ser alimentada, enquanto era mantida presa”. P. 31.

<sup>737</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 29.

<sup>738</sup> “Contracto celebrado entre Sr. Ex<sup>o</sup>. Dr. José de Miranda da Silva Reis, e o Sr. Commendador Manoel Leite do Amaral Coutinho, por ser procurador do (...) para fazerem a iluminação à gaz na cidade de Cuiabá”. Anexo ao RPP. José Miranda da Silva Reis, Cuiabá, 3 de maio de 1874.

<sup>739</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 29.

serviço na rua do Campo<sup>740</sup>. Segundo Joaquim Moutinho, na segunda metade da década de 1860, as ruas da capital já eram “quase todas calçadas de pedra cristal, que quando lavadas pelas chuvas, tornam-se muito asseadas. Os habitantes, porém, cuidam pouco de sua limpeza”, contribuindo para isso o relaxamento do fiscal da câmara “em suas obrigações”<sup>741</sup>.

Várias outras espécies de “melhoramentos materiais”, como se chamavam à época, passaram a ser vistas como importantes para a capital. Não só o calçamento de diversas ruas, mas ainda a construção de um cemitério, de um matadouro, de uma praça de mercado. Mas, a mais premente, como apontavam os presidentes de província, era a que solucionasse o “problema da água potável”, que pudesse preservar os habitantes “das muitas privações e incômodos, que lhe causa a penúria daquele elemento”, principalmente quando a época de estiagem era “mais rigorosa e duradoura”<sup>742</sup>.

Assim, consertavam-se chafarizes, construíam-se tanques. Mas o melhor caminho, de acordo com os lugares onde existia uma *nascente civilização*, era o encanamento de água. Em meados do século XIX, estudavam a construção de um duto que iria do ribeirão Mutuca até a cidade. Esse sistema, ao contrário dos antigos chafarizes, levaria o líquido até a população em suas residências e conteria “torneiras apropriadas a não desperdiça-l[o], como atualmente.”<sup>743</sup> Para isso, a província contava inclusive com um engenheiro.

Mas tal obra não foi à frente no ritmo que desejavam os governantes provinciais. Não havia verba do governo central para isso, nem a província se achava habilitada para tal empreendimento. Somente em 1883 o sistema de encanamento foi inaugurado<sup>744</sup>.

Se Cuiabá era o modelo para a província, o Rio de Janeiro sofria transformações que deveriam ser paradigmáticas para todo o Império. Era claro que a falta de recursos impossibilitava a capital mato-grossense de acompanhar os “melhoramentos materiais” por que passavam as partes mais visíveis da cidade do Rio de Janeiro, em meados do século XIX. Quem viajava para o município que sediava a Corte, poderia vislumbrar não somente a iluminação a gás nas áreas centrais, mas muitos calçamentos e alguns *boulevards*, como

---

<sup>740</sup> RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1860, p. 18.

<sup>741</sup> MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Matto Grosso, Seguida d’um Roteiro da Viagem da Sua Capital à S. Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869.

<sup>742</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 128.

<sup>743</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 31.

<sup>744</sup> RPP. Joaquim Galdino Pimentel. Cuiabá, 12 de julho de 1886, p. 26.

também a água encanada, as linhas de bonde e o telégrafo. A capital do Império se assemelhava, em alguns aspectos, aos lugares *mais civilizados* do planeta<sup>745</sup>.

## 6. Pelo Paraguai e não pelo Arinos

Ora, Mato Grosso era antes de tudo *sertão*, região interiorana. O longo percurso até o litoral colocava-o em posição desvantajosa em relação a outros lugares, principalmente aos banhados pelo mar. Assim, então, um presidente explicava a diferença dos lugares mais *adiantados* dos mais *atrasados*:

Ninguém contestará que os países que com mais rapidez têm marchado na senda do progresso e civilização são aqueles em que os meios mais fáceis e de menor despesa para o transporte de objetos comerciais em seu seio, estão mais desenvolvidos. Estas são as vantagens das nações marítimas sobre as situadas a longe do litoral.<sup>746</sup>

A navegação pelo rio Paraguai, portanto, aparecia como fundamental para os propósitos civilizatórios na província. Se se tinham investido na melhoria de estradas, nada porém se comparava em eficiência ao percurso em que os vapores poderiam fazer na bacia do Prata.

Assim, antes da abertura da navegação em 1856, quando uma comissão brasileira ia à república guarani, nas décadas de 30 e 40, se enchia de esperanças no Mato Grosso de que a navegação fosse franqueada pelo rio Paraguai. Com as constantes recusas do governo paraguaio, a decepção deveria ser proporcional à confiança que havia antes.

Dessa forma, foi quando houve um boato da morte de Francia, governante supremo do Paraguai, em 1838. O governo de Mato Grosso logo formou uma comitiva para ir participar com os possíveis novos dirigentes guaranis, esperando que a república saísse de

---

<sup>745</sup> VELOSO, Mariza, MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras - itinerários no pensamento social e na literatura*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1999. “O Rio de Janeiro, sede da Corte, palco de transformações urbanas mais visíveis, tornou - se principal modelo dos novos hábitos, dos novos costumes, difundindo - os por todo o Brasil.” p. 64. Ver também, MATTOS, Ilmar R. de. e GONÇALVES, Marcia de Almeida. *O Império da boa Sociedade*. “História em Documentos” Editora Atual. São Paulo. 1991. p.8

<sup>746</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 18.

seu isolamento. Francia, contudo, continuava vivo e a comitiva voltou para a capital Cuiabana sem uma audiência sequer com as principais lideranças paraguaias<sup>747</sup>.

Em 1841, nova excursão à república guarani. Dessa vez Francia realmente estava morto. Mas tal fato não foi o suficiente para os brasileiros estabelecerem novas relações com os paraguaios. Os barcos brasileiros não passaram do Forte Olimpo.<sup>748</sup>

Novamente, em 1842, partiu comitiva de Cuiabá rumo a Assunção. Augusto Leverger seguia na excursão nomeado “Cônsul do Brasil no Paraguai”. De nada adiantou também por essa vez. Nem mesmo uma carta poderia ser enviada para o novo presidente da república. Essas viagens, não obstante, serviam para o capitão Leverger fazer suas observações sobre a navegabilidade nos rios que iam da capital mato-grossense até os limites com o Paraguai<sup>749</sup>.

Não obstante, em 1847, Mato Grosso e o Paraguai começaram a desenvolver um pequeno comércio, graças à permissão do Presidente Carlos Antônio Lopez à navegação de barcos brasileiros até Assunção<sup>750</sup>.

No século XIX, contudo, muito do território caracterizado como do Mato Grosso ainda era desconhecido, assim como de grande parte do Império. Se já se tinha passado a época das monções, das viagens de canoas que percorriam o Tietê, mesmo assim ainda se formavam expedições que procurariam rotas que facilitassem as conexões da província com as áreas litorâneas, principalmente.

Assim, muitos anos depois de praticamente abandonados os antigos rios que percorriam o interior, o capitão João José Gomes saía com uma comitiva de Miranda, pelo rio Anhanduí-Açu, pretendendo chegar a Porto Feliz, na província de São Paulo<sup>751</sup>. Seria uma forma de integrar melhor o sul da província - região que começava a ser mais efetivamente colonizada - com o restante do Império, já que não havia estradas abertas de fato nessa época que ligassem esse novo povoado com as partes de colonização mais antigas de outras províncias. Ao que tudo indica, se o capitão chegou ao seu destino, esse percurso não se tornou rota fluvial bastante usada pelos moradores de Mato Grosso, não

---

<sup>747</sup> CORRÊA FILHO, Virgílio. A. *Leverger, o Bretão Cuiabanizado*. *Op. cit.*, pp.407-408.

<sup>748</sup> *Ibidem*. p.410.

<sup>749</sup> *Ibidem*, p. 414.

<sup>750</sup> PERARÓ, Maria Adenir. *Op. cit.*, p. 37.

<sup>751</sup> DPP. Estevão Ribeiro de Rezende, Cuiabá, 1º de março de 1840, p. 26.

obstante trajetos por terra terem se desenvolvido posteriormente, transportando principalmente gado.

Pelo norte, também procurava-se melhorar a navegabilidade pelas rotas que já se conheciam ou então achar outras vias fluviais. Essa busca de novas águas para navegar, pelo interior, era muitas vezes semelhante em seu propósito ao “caminho das Índias”, guardadas as proporções. Esperavam-se riquezas como compensação ao se aventurar por lugares *nunca dantes navegados*, tentando estabelecer caminhos mais curtos para alcançar um lugar de consideráveis possibilidades comerciais, que conseqüentemente facilitaria também a ligação ao oceano, como era o caso, por exemplo, de Santarém no Pará.

Assim foi a expedição comandada por José Alves Ribeiro, proprietário em Poconé<sup>752</sup>, e irmão do caudilho Manoel Alves Ribeiro. Essa expedição, entre 1846 e 1847, conseguiu descobrir um varadouro que ligasse o rio Cuiabá ao rio Arinos, possibilitando uma comunicação entre as duas grandes bacias, a do Prata e a do Amazonas<sup>753</sup>. Para melhorar essa navegação, o governo provincial mandou 4 contos e meio para a câmara de Diamantino que se incumbiria das obras necessárias, como desobstrução do canal e construção de cais<sup>754</sup>.

O governo provincial inicialmente incentivava a navegação pelo norte com benefícios fiscais. Também chegou a isentar do recrutamento “camaradas e patrões” que se empregassem nas canoas que seguissem essa direção<sup>755</sup>. Em outros casos, até dispunha homens da força de linha para fazer escolta de comitiva comercial.

Assim foi a expedição do negociante Joaquim Mendes Malheiros, que partiu de Cuiabá rumo a Santarém, em 1837. Foi acompanhado de 22 praças de linha<sup>756</sup>, fornecidos pelo governo provincial, em atenção à “falta de segurança que a sobredita navegação” oferece “pela presença dos anarquistas”<sup>757</sup>. Ainda era tempo da Cabanagem no Pará (1835-

---

<sup>752</sup> Foi deputado provincial entre 1838 e 1841.

<sup>753</sup> FPP. João Crispiniano Soares. Cuiabá de maio de 1847, p. 20.

<sup>754</sup> RPP. Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 3 de maio de 1849, p. 15.

<sup>755</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim. Cuiabá, 10 de junho de 1846, p. 24. Segundo Maria Adenir Peraro, é possível dizer que “em épocas de maior calma na província, o governo” aliviava o recrutamento “daqueles que estivessem desenvolvendo atividades produtivas”, estudando as possibilidades das freguesias em fornecer homens para os corpos armados. “Procurava-se evitar atritos com a população engajada no processo produtivo.” PERARO, Maria Adenir. *Op. cit.*, p. 52.

<sup>756</sup> O número total de pessoas nessa expedição era de 120. DPP. Pimenta Bueno, 1838, p. 7.

<sup>757</sup> AN. IJJ(9) 506. José Antônio Pimenta Bueno para Francisco José de Souza Soares de Andréa, presidente da província do Pará. Cuiabá, 14 de novembro de 1837.

1840), e tinha-se notícia que alguns rebeldes remanescentes estariam num lugar chamado Itaiatuba, próximo à rota da viagem. Essa era uma excursão para “restabelecer a navegação e comércio” com o Pará, que havia cessado desde o início do conflito na província amazônica<sup>758</sup>. Assim, a força que acompanhava o comerciante era “encarregada só e unicamente da defesa das canoas”. Quando Malheiros retornou a Cuiabá, no início de 1839, foi questionado pela presidência sobre os rebeldes. Disse que nada havia percebido, “tanto na ida, quanto na volta”. Não obstante, trazia numerosa mercadoria para a praça da capital<sup>759</sup>.

Na rota fluvial pelo norte, em especial pelo rio Arinos, que depois desaguava no Juruena e seguia para o Amazonas (a partir daí era navegação sem grandes obstáculos), eram averiguadas muitas correntezas, pedras e pequenas quedas d’água, mas principalmente eram contadas “36 cachoeiras grandes, inclusive o majestoso Salto Augusto”<sup>760</sup>. Quando se chegava perto dessas grandes cachoeiras, havia todo um trabalho de descarregamento das canoas, de descida ou subida de penhascos e rochedos, carregado-se todo o material. Era sem dúvida uma viagem difícil e perigosa. Era arriscada também devido a possíveis ataques de índios.

Dessa maneira, os governantes procuraram fazer uma *melhoria* nessa rota, que consistia em estabelecer uma povoação no “majestoso Salto Augusto”. Com moradores nesse lugar, os viajantes poderiam se abastecer de mantimentos, pernoitar, se proteger de ataques indígenas, e ainda ajudariam no transporte das mercadorias pelas rochas. Para isso, foi mandado um capitão, que seria o inspetor, juntamente com um pequeno destacamento para o lugar, com o fim de aldearem os índios Apiacás, considerados *mansos* e que poderiam contrapor à hostilidade de outros povos da região, notadamente os Nambiquaras.

No início, essa *melhoria* na rota fluvial obteve bons resultados, principalmente no que concernia em formar um pequeno povoado com índios e soldados naquele lugar. Sua manutenção, no entanto, que antes era acompanhada com interesse pelos governantes, foi ficando cada vez mais debilitada. Contribuíam para isso os vários meses de precária informação do novo povoado e os constantes dispêndios dos cofres provinciais.

---

<sup>758</sup> AN. IJJ(9) 506. José Antônio Pimenta Bueno para Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro do Império. Cuiabá, 21 de abril de 1838.

<sup>759</sup> AN. IJJ(9) 506. Estevão Ribeiro de Rezende para Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro do Império. Cuiabá, 8 de março de 1839.

<sup>760</sup> FPP. José Antônio Pimenta Bueno. Cuiabá, 1º de março de 1837, p. 10.

Assim, em 1844, o presidente Moreira Freire dizia que não via proveito algum no estabelecimento do Salto Augusto. “É mais um canal para esbanjar nossos dinheiros que podiam ser aplicados em coisas mais úteis”. Dizia então que se limitava a pedir somente 400 mil réis para que a Assembléia votasse na lei do orçamento, o que seria somente para “conservar o que se acha feito”<sup>761</sup>.

Outro presidente também dizia que não compensava o estabelecimento de Salto Augusto. De 1841 até 1846, havia sido gasto mais de 9 contos com a povoação, sem contar as gratificações do inspetor. Acontecia que os aldeados estavam deixando o lugar, alguns praças desertaram e outros faleceram. A situação piorou com a morte do inspetor Manoel Teixeira Amazonas, fazendo com que famílias constituídas no povoado também abandonassem o novo estabelecimento. Por volta de 1852, foi mandado um outro inspetor para o norte da província, para tentar juntar índios que pudessem auxiliar na navegação, assim como para trabalhar em obras nos varadouros, tendo em vista facilitar o trafego das canoas<sup>762</sup>.

Na verdade, a navegação pelo norte definhava progressivamente, e era cada vez menos compensadora. No período colonial era usada uma rota que ia da antiga capital Vila Bela, seguindo pelo Guaporé, pelo Madeira, até chegar ao rio Amazonas. Com o declínio econômico e despovoamento da região do vale do Guaporé, essa via ficou muito restrita a um pequeno comércio “que pode entreter a diminuta população do termo de Mato Grosso” com a província do Pará.<sup>763</sup>

A navegação pelo Arinos, que ligaria aos outros grandes rios amazônicos, também perdia sua importância para os governantes da capital, não obstante a descoberta de um interessante varadouro na década de 40, e de obras recomendadas para a região nessa mesma época. Assim como a navegação pelo Guaporé tinha definhado pela “ruína” da cidade de Mato Grosso, o fluxo de comércio pelo Arinos também enfraquecia devido à situação de Diamantino; “a causa também é a mesma”, dizia um presidente<sup>764</sup>. A vila deixara de crescer desde a virada do século XIX, com o início do exaurimento da mineração que se fazia na região.

---

<sup>761</sup> FPP. Zeferino Pimentel Moreira Freire. Cuiabá, 1º de março de 1844, p. 12

<sup>762</sup> RPP. Augusto Leverger, 3 de maio de 1852, p. 22.

<sup>763</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim. Cuiabá, 10 de junho de 1846, p. 21.

<sup>764</sup> FPP. João José da Costa Pimentel. Cuiabá, 3 de maio de 1850, p. 18.

Já os comerciantes da baixada cuiabana preferiam, na maior parte das vezes, a viagem pelo caminho terrestre que levasse à praça do Rio de Janeiro. Faltavam em Santarém “sortimentos abundantes”, melhor avaliação dos minerais que carregavam, e a “facilidade de compras a crédito”<sup>765</sup>. Se fossem até Belém, onde o mercado era mais atrativo do que o de Santarém, o tempo gasto não compensaria, principalmente na volta, quando se viajaria contra a correnteza.

A Assembléia Legislativa, tentando amenizar o *definhamento* da vila do Diamantino, chegou a formular e votar um projeto de lei que isentava por dez anos os gêneros produzidos no município. Afinal, a vila ainda tinha seus eleitores, assim como de vez em quando tinha um morador do lugar na própria *casa do povo* de Mato Grosso, como o deputado França<sup>766</sup>. Contudo, o projeto de lei não foi sancionado pelo presidente de província, demonstrando que era em outra direção que estavam as diretrizes governamentais. Em 1862, o presidente de província sublinhava o estado de decadência da ex-capital e da vila ao norte de Cuiabá: “à cidade de Mato Grosso e a vila do Diamantino vão de dia em dia decaindo por maneira realmente deprável”<sup>767</sup>. Não que tal constatação sugerisse alguma iniciativa de transformação, mas sim que não valeria a pena persistir com gastos públicos nesses lugares.

**Nos anos 50, juntamente com a acentuação do discurso da civilização, percebia-se que os maiores impedimentos da utilização das rotas do norte eram “os grandes embaraços naturais”, entre eles os índios. Para vencê-los, somente com “o aumento da população”. População essa que não deveria ser tipicamente aborígine.**

Outro presidente, já com a experiência do fracasso do aldeamento dos Apiacás, dizia que as vias fluviais pelo norte eram “impraticáveis” naquele momento, pois teriam que passar “no meio de um imenso sertão habitado tão somente por nações de indígenas, algumas delas com princípios de civilização, mas pela maior parte bárbaras e até antropófagas”<sup>768</sup>.

O presidente Raimundo de Lamare, em 1858, dizia que iria se abster de relatar sobre a navegação pelo norte, pois “hoje [é] quase completamente abandonada”, tanto

---

<sup>765</sup> DPP. José Antônio Pimenta Bueno. Cuiabá, 1º de março de 1837, p. 13.

<sup>766</sup> IMPL. *Acta da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso*. Cuiabá, 25 de maio de 1858. E *Acta da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso*. Cuiabá, 29 de junho de 1858.

<sup>767</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 37.

<sup>768</sup> RPP. Augusto Leverger, 10 de maio de 1851, p. 28.

devido ao “imenso sertão”, quanto por ser habitado principalmente por “índios selvagens”<sup>769</sup>.

Esse discurso, portanto, de “índios selvagens” e “grande sertão” passa a ser recorrente no mesmo momento em que o caminho mais curto para a “civilização” se firma como também o mais rápido para o Rio de Janeiro. O mesmo presidente Lamare, de certa forma justificando porque não cuidaria mais da navegação pelo Arinos (que seria apreciável para a região de Diamantino, por exemplo), mostrava que era mais importante que se atentasse para as vias que levassem à província fluminense, “pois é desta que (...) provirão mais prontamente a indústria e o progresso de que tanto carece” o Mato Grosso<sup>770</sup>, e não de uma província como o Pará.

Sem embargo das diretrizes governativas, o presidente Leverger, nos anos 60, dizia que não havia se extinguida completamente a navegação para o norte, pois ela atendia à “necessidade da importação do guaraná”, que era ostensivamente consumido na província, assim como alguma quantidade de sal, mesmo sendo o comércio feito por “comunicações penosas e dispendiosas”<sup>771</sup>.

Em contraste com as canoas que seguiam para o Pará, era o tempo dos vapores, que somente correriam por águas menos acidentadas. Assim, falava-se com entusiasmo do primeiro barco a vapor a “sulcar as águas do Paraguai Brasileiro”, que foi uma embarcação norte-americana, em novembro de 1852<sup>772</sup>. Esperavam-se mais exemplos como esse, que certamente, acreditavam, possibilitaria o rápido desenvolvimento do Mato Grosso. Acompanhavam, então, com todo o interesse as notícias “sobre os debates” que nesse mesmo ano já acontecia sobre a franquia da navegação no Prata<sup>773</sup>.

Desse modo, se o caminho pelo norte era preterido, antes mesmo do tratado de 1856, os governantes já providenciavam a “remoção de obstáculos”, em certos trechos, que dificultavam a navegação no rio Cuiabá, afluente do rio Paraguai. Mesmo ainda sem barcos

---

<sup>769</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 16.

<sup>770</sup> *Ibidem*.

<sup>771</sup> RPP. Barão de Melgaço apresentado para transmissão de cargo ao vice-presidente Abano de Sousa Osório. Cuiabá, 8 de maio de 1866, pp. 19-20.

<sup>772</sup> RPP. Augusto Leverger, 3 de maio de 1853, pp.4-5.

<sup>773</sup> *Ibidem* p. 4.

a vapor, esse rio era importante para o transporte de madeiras e mantimentos para áreas das freguesias de Brotas e da Guia<sup>774</sup>.

Quando chega a notícia da abertura da navegação pelo rio Paraguai, um morador da capital, capitão Estevão Alves Corrêa, que já havia se candidatado a cargo eletivo na província, deu começo a alguns serviços para o “melhoramento da navegação do rio Cuiabá”. Segundo o presidente Leverger, o capitão não aceitou retribuição alguma pelo serviço<sup>775</sup>.

As primeiras embarcações provenientes do sul chegaram em fevereiro de 1857. Eram os vapores “Corça” e “Maracanã”, e a escuna “Ulisses”. Eram oriundos do Rio de Janeiro os barcos a vapor, e a escuna era de Buenos Aires. O porto de Cuiabá ficou “apinhado de povo”, que recebeu as novas naves “com aquele júbilo e admiração que a novidade demandava”<sup>776</sup>.

Duas dessas embarcações (uma era militar), como se esperava, chegaram cheias de mercadorias. Depois do desembarque do que trouxeram, voltaram carregadas com os “produtos do país”<sup>777</sup> (como também se chamavam as mercadorias da própria região). Parecia começar a cumprir o que os políticos da Assembléia também previam, ou seja, que se iria abrir “à província a porta de um futuro de prosperidade e riquezas”<sup>778</sup>.

Assim, se a província não era beneficiada pelo mar, característica dos lugares em que o progresso mais se fazia presente, com a via fluvial do Paraguai franqueada, o Mato Grosso poderia logo “saborear os frutos da civilização e da riqueza”, confiava um presidente, já que com “mais brevidade e menos dispêndio” poder-se-ia estabelecer “relações comerciais com a capital do Império”<sup>779</sup>.

Contudo, em 1858, o presidente Raimundo de Lamare preferiu ir da Corte até Cuiabá pelas demoradas rotas terrestres do “sertão”, aproveitando para assinalar as melhorias necessárias nesse trajeto<sup>780</sup>. Ou seja, o *delegado imperial* ainda não confiava

---

<sup>774</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1854, p. 28.

<sup>775</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 4 de dezembro de 1856, p. 15.

<sup>776</sup> RVPP. Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 3 de maio de 1857, p. 10.

<sup>777</sup> Augusto Leverger para Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 1º de abril de 1857, em anexo ao RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 4 de dezembro de 1856.

<sup>778</sup> “Alocução da Deputação nomeada pela Assembléia Legislativa Provincial para Felicitar ao Presidente da Província pelos Serviços que tem prestado à Mesma.” Anexo ao RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 16 de dezembro de 1856.

<sup>779</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 18.

<sup>780</sup> *Ibidem*, pp. 16-17.

completamente na navegação pelo Paraguai, não obstante o acordo de 1856. Na verdade, o Paraguai não deixou de colocar obstáculos à *livre navegação* no rio que passava dentro de seu país - exigindo documentações complicadas para as embarcações -, assim como as tensões no Prata não se desfizeram.

O Brasil, na visão do senador representante de Mato Grosso, João Antônio de Miranda, cedia aos caprichos da república Guarani. Antes começasse logo uma guerra; “Não quero essa neutralidade, ela é muitíssimo prejudicial aos interesses da Nação e especialmente da província de Mato Grosso”. Para Miranda, a guerra contra o Paraguai tinha sua data marcada. Seria em 1862, quando, de acordo com o tratado de navegação, teria que haver a definição dos limites fronteiriços, e Lopes não recuaria frente ao Império<sup>781</sup>.

Mas se o conflito armado era, para alguns, iminente, as autoridades provinciais e do governo central não deixaram de procurar fazer os “melhoramentos” percebidos como necessários à navegação pelo Paraguai. Várias dessas medidas visavam também uma melhor guarnição militar, ou mesmo civil, na região fronteiriça.

Nesse sentido foi a criação de Corumbá, perto da povoação de Albuquerque. Foi o próprio governo central quem ordenou que se fizesse o lugar, em aviso imperial de junho de 1857. Assim, no ano seguinte, o “plano da cidade” já se achava concluído por engenheiro designado especialmente para esse lugar às margens do rio Paraguai. Já se começava a demarcar os lotes, as ruas e os edifícios públicos. O presidente Lamare, então, comentava com o ministro do Império, que “debaixo do ponto de vista político como comercial”, era realmente necessário “a fundação de uma cidade nessas paragens”, mesmo que para tal o governo gastasse “algumas centenas de contos”<sup>782</sup>. Além de ser ponto estratégico para negócios, o governo acreditava que com as edificações e com os traços um

---

<sup>781</sup> CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. O Brasil pleiteava o seu limite até a margem do rio Apa, indo além do rio Branco. Justificava isso pelo *uti possidetis*, já que havia brasileiros nessa região. O Paraguai contestava, reivindicando sua soberania até o rio Branco, sendo o Apa já dentro do seu território. Sua justificativa era o tratado de Santo Idelfonso de 1777, assinado entre as coroas de Espanha e Portugal.

<sup>782</sup> AN. IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para Antônio Saraiva, ministro do Império. Cuiabá, 6 de setembro de 1858. Era claro que o “político” eram as relações com os países do Prata, notadamente o Paraguai.

pouco mais definidos de um lugar urbano, Corumbá “chamará por sem dúvida a população”<sup>783</sup>.

De fato, o início das mudanças nessas paragens logo atraíram uma quantidade considerável de habitantes em pouco tempo, inclusive vários estrangeiros seduzidos por novas possibilidades de vida. Em 1862, um levantamento do governo provincial apontava para 1.315 pessoas morando em Corumbá, sendo 1.187 brasileiros, 84 estrangeiros e 44 escravos, vivendo em 36 casas edificadas, 29 em construção e 109 em “ranchos cobertos de palha”. Entre os estrangeiros havia 29 italianos, 26 franceses, 6 espanhóis, 3 bolivianos, 9 uruguaios, 6 argentinos (incluindo corrientinos), 2 alemães<sup>784</sup>. O governo imperial tinha montado um escritório em Montevidéu encarregado de convencer imigrantes a irem para o Mato Grosso, fornecendo passagem e “comedoria” para os viajantes chegarem até Corumbá e, em alguns casos, até Cuiabá. Preferia-se que fossem pessoas com habilidade em algum ofício, tanto por poderem dispor de alguma arte não praticada no lugar, quanto pelo medo de que não se sujeitassem ao trabalho no campo. Contudo, o presidente com satisfação dizia que até aquele momento não tinham causado nenhuma desordem, o que demonstrava se ajustarem bem à sociedade<sup>785</sup>.

Além dessa atenção pelo desenho urbano de um novo povoado e pelo estabelecimento de pessoas no sul da província, o governo central mandou que se transferisse o arsenal da marinha para Corumbá, que antes estava na capital. Para isso forneceu alguma verba e mandou operários, assim como o governo provincial criou uma comissão técnica para cuidar da transferência e obras<sup>786</sup>.

Passaram a ser mais freqüentes as viagens dos presidentes pelas bordas da província. Somente o presidente Lamare foi à Corumbá três vezes. Além da inspeção das fronteiras, os presidentes averiguavam as condições de navegabilidade. O rio Sepotuba, por exemplo, no alto Paraguai, oferecia navegação somente por 10 milhas. Já o rio Cabaçal, era muito estreito e raso para barcos a vapor<sup>787</sup>.

Mas os cuidados maiores eram no rio Cuiabá, por onde se ligaria aos outros rios largos e fundos que desaguavam no mar. Assim, o presidente pedia uma barca de

---

<sup>783</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare, 1859, Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 22.

<sup>784</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 40

<sup>785</sup> *Ibidem*.p. 41.

<sup>786</sup> RPP. Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá, 3 de maio de 1864, p. 24.

<sup>787</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, 21.

escavação “para dar mais profundidade” em determinados trechos, assim como dinheiro para contratar “20 índios” para retirar paus que obstruíam a navegação<sup>788</sup>. Em 1860, o presidente Alencastro considerava que a obra “mais urgente, e de maior utilidade” era a “limpeza do rio Cuiabá”, desde sua foz no rio São Lourenço até o porto da capital. Contudo, sabia que iria ser um empreendimento cuja duração demoraria vários anos<sup>789</sup>.

Com a abertura da navegação, o governo logo providenciou estabelecer uma flotilha a vapor da marinha em Mato Grosso. Em 1861, ela contava com 6 barcos, além de mais três “lanchões”<sup>790</sup>. Mas a utilização dessas embarcações não era estritamente militar, vigiando as áreas limítrofes. Também elas seguiam os rios constantemente para transportar pessoas, mercadorias e documentos, cumprindo muitas vezes funções administrativas.

Outros vapores, de maneira esporádica, faziam transportes pelo rio Paraguai e Paraná. Contudo, os moradores da província e o governo desejavam uma companhia comercial com vapores regulares que ligasse a capital ao Rio de Janeiro, ou a algum lugar no Prata que tivesse conexão com a capital do Império. Não foi de imediato que surgiu essa companhia. Somente quase seis anos depois do tratado de livre navegação uma empresa de navegação passou a operar em Mato Grosso. Essa organização fazia duas linhas, uma ligando Montevideú até Corumbá, passando por Buenos Aires e Corrientes, e outra indo de Corumbá até Cuiabá. Eram quatro os vapores comerciais, construídos especialmente para essa companhia, cujos nomes na maioria das vezes remetiam à figuras eminentes do Império: “Marquês de Olinda”, “Conselheiro Paranhos”, “Visconde de Ipanema” e, o menor deles, “Cuiabá”<sup>791</sup>.

No entanto, essa companhia somente começou a operar na província devido a uma larga subvenção do governo imperial. Eram 200 contos durante 4 anos que estimulavam a companhia a ter suas atividades no Mato Grosso. Em contrapartida, seriam transportados gratuitamente autoridades e malotes do governo para a longínqua província. Essa injeção do governo acabaria no final de 1864<sup>792</sup>. Mas, com o apresamento do “Marquês de Olinda”,

---

<sup>788</sup> AN. IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para José Antônio Saraiva, ministro da Marinha. Cuiabá, 6 de setembro de 1858.

<sup>789</sup> AN. IJJ(9) 508. Antônio Pedro de Alencastro para João de Almeida Pereira Filho, ministro do Império. Cuiabá, 25 de abril de 1860.

<sup>790</sup> RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1861, p. 8.

<sup>791</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, pp. 65-96.

<sup>792</sup> Ver RPP. Alexandre Manoel albino de Carvalho. Cuiabá, 3 de maio de 1864, pp. 14-15. Não obstante a subvenção, é interessante notar que a população reclamava do preço do frete.

em novembro desse mesmo ano, e a guerra desencadeada a seguir, a companhia deixou de existir. A província voltou a contar com novas empresas de navegação nos anos seguintes ao aniquilamento do Paraguai. Assim, numa viagem da capital da província até o centro irradiador da civilização, o Rio de Janeiro, que demoraria por volta de 3 meses por terra, passou a ser feita em 40 dias aproximadamente pela nova embarcação.

Devido ao maquinário e velocidade o vapor era um dos símbolos mais eloqüentes do “progresso”, uma das distinções entre a *civilização* e a *barbárie*. Dessa forma, a chegada da navegação a vapor em Mato Grosso diminuiria o número de dias de viagem, mas não diminuiria a “distância” entre essa província cheia de *sertões* e os lugares onde a havia uma *nascente civilização*. Ao contrário, marcaria o contraste entre o *litoral* e o *interior*:

Experiência estranha era esta de viajar por uma sociedade aparentemente infinda, como se o nosso vapor moderno imergira súbito em algum país pré-histórico, onde o homem nunca plantara o pé e a natureza sonhava ainda da castidade primitiva.<sup>793</sup>

Desta forma, como observa Lylia Galetti, a “viagem a bordo de um *vapor moderno* parecia tornar ainda mais aguda a percepção das distâncias que separavam o Mato Grosso do mundo *civilizado*”. Distâncias não só em léguas, mas também distâncias de épocas, de tempos históricos, “do moderno à pré-história”<sup>794</sup>.

O presidente de província, portanto, tinha como tarefa promover a redução dessa distancia entre o *litoral* e o *sertão*, entre essas duas dimensões históricas e geográficas. A promoção dessa redução se daria sobretudo através de uma ligação regular do centro político e administrativo à longínqua província.

Os presidentes, por conseguinte, depois do tratado de 6 de abril de 1856, não depositaram todas as suas fichas na navegação mais rápida pela bacia do Prata. Para garantir a ligação com a Corte, continuaram tendo atenção para outras vias, notadamente a terrestre que ia pelo sul da capital, seguindo por Santana de Paranaíba. Dessa forma, dizia então um presidente que

---

<sup>793</sup> SMITH, Hebert. *Do Rio de Janeiro à Cuyabá. Notas de um naturalista*. In GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Op. cit.*, p.3.

<sup>794</sup> *Ibidem*.

sem embargo das conveniências, que nos oferece o livre trânsito fluvial do Paraguai, é óbvia a necessidade de uma boa estrada pelo interior da província, que nos faculte segura comunicação com a capital do Império.<sup>795</sup>

Quando estoura a guerra em 1865, obviamente acentuou o embargo da navegação que existia desde novembro de 1864. Mas antes mesmo da tomada do forte paraguaio de Humaitá, em agosto de 1868 - que tornaria o domínio brasileiro completo sobre as águas do rio Paraguai - o governo brasileiro já havia conseguido transportar um vapor para a capital mato-grossense. Tratava-se de uma idéia encabeçada pelo presidente da província Couto de Magalhães. Queriam uma conexão de Cuiabá até o oceano passando pelos rios Araguaia e Tapajós. Pensava-se novamente numa ligação pelo norte, mas dessa vez era uma navegação a vapor, maneira que nunca poderia ser pelos antigos leitos do Arinos e Juruena. Por não ter curso de água navegável de Cuiabá até o rio Araguaia, o barco foi desmontando e transportado pelos “sertões” até o rio que fazia fronteira entre Mato Grosso e Goiás.

Dessa maneira, em 1867, era inaugurada a navegação a vapor no Araguaia. Para Couto de Magalhães, a “questão da navegação a vapor era questão de constituição nacional”.<sup>796</sup> Cuiabá, portanto, participaria mais de perto das transformações que caracterizavam o século e que uniria o império civilizado.

Nesse sentido, foi contratado um empreiteiro, ainda em 1867, para a “abertura de uma via de rodagem”, desde o rio Araguaia até o lugar chamado “Sangrador Grande”, relativamente próximo da capital. Desse lugar até Cuiabá, aproveitava-se o conhecido caminho de Goiás. Em 1869 o empreiteiro considerava sua obra pronta. O vice-presidente Dr. Murinho mandou, então, examinar a tal estrada por uma comissão que incluía inclusive engenheiro formado. A partir do relatório dessa comissão, as autoridades provinciais consideraram que as obras necessárias não haviam sido feitas<sup>797</sup>.

Depois dessa frustrada construção de uma *via de rodagem* até o rio de Goiás, esse caminho deixou de ser objeto das atenções dos governantes, pelo menos até o início da

---

<sup>795</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 19.

<sup>796</sup> MACHADO, Maria Helena P. T.. *Op. cit.*, p. 71.

<sup>797</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869, pp. 32-33.

república. É interessante notar que o presidente da província goiana, Ernesto Augusto Pereira, em 1870, abordava com entusiasmo a navegação pelos afluentes amazônicos, mas nenhuma referência fazia à conexão e aproveitamento da província vizinha do oeste<sup>798</sup>. O principal caminho e a menor distância entre a capital mato-grossense e a Corte, depois da guerra, ficava sendo mesmo a via pelo rio Paraguai.

## 7. Patriotas e notáveis

Para a civilização se fazer em Mato Grosso, era necessária a participação de destacados cidadãos moradores da província. Suas atitudes em prol do Império contribuía para estreitar a distância entre a capital do país e as terras longínquas na região de fronteira. Estreitamento não necessariamente da distância física, mas do compartilhamento da idéia de se construir uma nação civilizada nos “sertões”.

Dessa forma, várias ações voluntárias foram implementadas pelos homens mais notáveis da província. Nos anos 1830, por exemplo, quando se construía a estrada para o Piquiri, foi louvada a ajuda estabelecida pelo capitão José Antônio da Silva, que disponibilizava escravos e camaradas para a abertura da via. Possivelmente essa estrada poderia beneficiá-lo, passando por suas propriedades, mas também era vista como um melhoramento para muitos outros habitantes de Cuiabá e de outras partes da província.

Outro cidadão com “influência no lugar”, João José de Siqueira, mais particularmente em sua freguesia, Santana da Chapada dos Guimarães, além de promover a cadeia e os “consertos” no caminho que ligava a capital à *Serra Acima* (como também se chamavam a região da Chapada), havia feito “vários” outros “serviços prestados à província”<sup>799</sup>, como notava um governante.

Sousa Osório, que também era capitão da Guarda Nacional, ganhava destaque do presidente de província por voluntariamente fardar “à sua custa muitos guardas da sua companhia”<sup>800</sup>. Certamente isso ajudava o capitão a angariar respeito de seus comandados, o que também o ajudaria politicamente.

---

<sup>798</sup> RPP de Goiás. Ernesto Augusto Pereira. Goiás, 1º de agosto de 1870, p. 8.

<sup>799</sup> AN. IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para Sérgio Teixeira de Macedo, ministro do Império. Cuiabá, 1º de setembro de 1859.

<sup>800</sup> AN. IJJ(9) 508. Albano de Sousa Osório para Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Cuiabá, 3 de junho de 1857.

Outro exemplo de filantropia foi em Miranda. Como já assinalado, o cidadão Martim Gabriel de Melo e sua mulher, querendo elevar o *status* de seu povoado para vila, doaram por escritura uma casa para servir de câmara municipal. Da mesma maneira, quatorze habitantes do mesmo distrito fizeram uma cotização entre si para construir a igreja matriz de seu núcleo urbano<sup>801</sup>.

Essa mesma igreja, depois da invasão paraguaia, foi reconstruída graças às doações pecuniárias dos soldados expedicionários de Mato Grosso, como também devido a mais 500 mil réis que o bispo havia arrecadado entre os fiéis da capital da província<sup>802</sup>. Certamente participar da construção de um templo tinha um caráter especial numa sociedade de considerável devoção. Eram significados religiosos e sentimentais que extrapolavam o critério governamental que requeria um templo para o lugar ser considerado vila. No caso dessa igreja, sua reconstrução seria também uma forma de mostrar que foram vencedores numa peleja contra os “bárbaros” paraguaios, desfazendo os atentados que sofreram.

O conflito contra o Paraguai foi um momento oportuno para as contribuições voluntárias. O capitão Antônio Cerqueira Caldas, líder dos conservadores, de “maneira patriótica, distinta e desinteressada” ofereceu a “sua grande casa situada no Largo do Arsenal de Guerra para servir de aquartelamento” dos soldados “durante as emergências atuais”<sup>803</sup>.

Por outro lado, pessoas sem qualquer expressão político/partidária na sua cidade, como João Pedro Augusto, um habitante da capital, doou 500 mil réis para as “urgências da guerra”<sup>804</sup>. O sentimento patriótico também fez o padre Francisco José de Couto ofertar 6 contos de réis como empréstimo, sem juro algum, “para socorrer as mais urgentes necessidades do serviço público”<sup>805</sup>. A oferta foi aceita e agradecida pelo presidente de província.

---

<sup>801</sup> RVPP. Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 3 de maio de 1857.

<sup>802</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869, p. 24.

<sup>803</sup> Comandante do Terceiro Batalhão João de Souza Osório. Cuiabá, 10 de janeiro de 1865, apud PERARO, Maria Adenir. *Op. cit.*, p. 58.

<sup>804</sup> AN. IJJ(9) 509. José Vieira Couto de Magalhães para ministro José Joaquim Fernandes Torres. Cuiabá, 11 de março de 1867.

<sup>805</sup> AN. IJJ(9) 509. Augusto Leverger para marquês de Olinda, ministro do Império. Cuiabá, 4 de novembro de 1865.

Assim, não somente pessoas *notáveis* da província se ofereciam para atitudes generosas. Mas eram os senhores *ilustres* os que mais freqüentemente se dispunham a colaborar com o Império. Claro que não somente por serem as pessoas que desejavam ser reconhecidas como benfeitoras da região, mas também por serem as que mais tinham condições de abrir mão de parte do que era de sua propriedade ou de seu direito em prol de uma causa pública.

Dessa maneira eram as listas de doações e empréstimos na época da guerra. Encabeçava a relação, de agosto de 1865, de empréstimos sem juros para as “urgências do Estado” o conservador Antônio de Cerqueira Caldas, com a quantia de 24:500\$000. Em seguida vinha o chefe de polícia Firmo José de Mattos, que logo também disputaria vaga na Assembléia, com 12:000\$000. Depois aparecia o também homem público Antônio Antunes Galvão, com 4:400\$000. Já o desconhecido Luiz Francisco Padilha disponibilizava 365\$000. Por essa ocasião, o governo conseguia 47:498\$300 sem correção monetária alguma, ou mesmo prazo por escrito para a restituição<sup>806</sup>. Ou seja, era desde o início quase um fundo perdido.

Em outra listagem de concessões, feita anteriormente a esta última, o governo já tinha conseguido 28:073\$132, nas mesmas condições que os citados anteriormente. Somente o fazendeiro e negociante Antônio Henriques de Carvalho forneceu 15 contos de réis.

Numa outra relação, dessa vez de doações de parte do salário, o doutor Firmo José de Mattos vinha à frente, concedendo 200 mil réis. Eram dez por cento de sua remuneração como chefe de polícia. Já o encarregado João Guarim de Almeida disponibilizava vinte por cento de seus vencimentos, que não chegavam a 167 mil réis.

Ora, a riqueza era, ao menos implicitamente, vista como critério para uma pessoa ocupar posições de destaque em sua região, não obstante as exceções. Dessa maneira era, por exemplo, que Leverger recomendava o cidadão Luiz Benedito Pereira Leite para ser o comandante da Guarda Nacional em Vila Maria. Como credencial, ele pertencia a “abastada família” do lugar. Da mesma maneira, o capitão de fragata indicava o negociante

---

<sup>806</sup> AN. IJJ(9) 509. Albino de Carvalho para marquês de Olinda, ministro do Império. Cuiabá, 8 de agosto de 1865.

Henrique José Vieira para Diretor Geral dos Índios na província. Esse homem de comércio era herdeiro de “uma das mais consideráveis fortunas desta Província”<sup>807</sup>.

Era através da riqueza que muitos cidadãos esperavam mostrar que estavam de acordo com as designações e prosperidade do Império, e assim eram merecedores também de graças e notoriedade concedidas pela monarquia. As principais formas de agraciamento eram transformar o morador do jovem país em um de seus nobres, ou seja, conceder-lhe títulos como barão, marquês, visconde, conde ou duque.

Os títulos de nobreza mais usuais durante a monarquia foram os de barão. No Primeiro Reinado 43 pessoas foram agraciadas com essa qualificação. Na época de D. Pedro II, mais de 900 cidadãos ganharam o posto mais raso da nobiliarquia brasileira. Se é possível considerar que houve muitas concessões de lugares na nobreza, em Mato Grosso houve apenas 7 titulares da nobiliarquia do império, todos barões.

Não era necessariamente a riqueza que prevalecia como principal critério nesses casos de agraciamento. Mas era indicadora, e se fosse a ocasião, deveria ser ressaltada. O principal, certamente, era o político, o que muitas vezes faziam coadjuvar os dois requisitos. Leverger foi içado ao baronato num momento em que as atitudes de heroísmo e amor à pátria deveriam ser valorizadas. Não eram propriamente suas posses que o tornaram notável. Aguapeí, além de grande proprietário, era chefe dos liberais na província. Tornou-se barão em época de predomínio dos liberais na Corte. Colocá-lo na nobreza do Império era uma maneira de aproximá-lo mais ainda dos propósitos da monarquia, assim como o fortalecia entre os demais políticos. O título de barão de Diamantino para o coronel Cerqueira Caldas serviu também para reforçar a sua posição política e valorizar sua facção, no caso, o partido conservador, do qual tornou-se o principal comandante na província.

É interessante notar que o primeiro título de barão para um morador de Mato Grosso foi somente concedido em dezembro de 1861. O agraciamento era para o fazendeiro e negociante Manoel Nunes da Cunha<sup>808</sup>, que passou a assinar como Barão de Poconé, nome da mesma vila na qual residia. Se o seu município estava em *estagnação*, principalmente se comparado com outros lugares à beira do rio Paraguai, os poconeanos podiam comemorar que tinham um nobre em sua vila. Apesar do título, Manoel Nunes da

---

<sup>807</sup> AN. IJJ(9) 507. Augusto Leverger para Visconde de Monte Alegre, ministro do Império. Cuiabá, 2 de agosto de 1851.

<sup>808</sup> MESQUITA, José de. *Genealogia Matogrossense*. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1992.

Cunha não se candidatava a cargos eletivos de proa em Mato Grosso, como o de deputado provincial ou geral. Mas, por vezes, servia como juiz de paz em sua freguesia, o que lhe dava praticamente o direito de presidir mesa eleitoral<sup>809</sup>.

Se esse último condecorado poderia ser identificado como ligado aos liberais, o barão nomeado em 1862 era considerado conservador. Era Joaquim José Gomes, o barão de Vila Maria. Apesar do nome, sua residência era em Albuquerque, uma das menores freguesias de então, e onde o barão era um dos maiores proprietários<sup>810</sup>. Tal agraciamento já mostrava o desejo da monarquia em se ligar aos fazendeiros dos “sertões” também do sul da província, área já vislumbrada com grande potencialidade de desenvolvimento com a abertura da navegação.

Firmo José de Mattos, que acabou sendo do partido liberal – inclusive seu chefe em substituição a Aguapeí – , e Antônio Maria Coelho, militante destacado do partido conservador, receberam seus títulos (barão de Casalvasco e barão de Amambaí, respectivamente) somente nos últimos meses da monarquia<sup>811</sup>. Era uma das derradeiras tentativas do Império em manter atraídos seus notáveis súditos para a sua pompa.

Dessa maneira, se desde o início da formação partidária os políticos locais demonstraram ter ligações com os partidos “nacionais”, inclusive por intermediação de presidentes de província, os homens públicos de Mato Grosso também se relacionavam com os senhores da Corte por sua vontade de notabilização e prestígio na sua própria terra. Se um título de nobreza, que os distinguiria acentuadamente dos demais habitantes da província, era quase improvável, vários moradores de Mato Grosso se propunham ou eram propostos a receber mercês menores, mas também honoríficas de Sua Majestade. Era a graça de ganhar a nomeação para alguma ordem imperial, notadamente a do Cruzeiro, a da Rosa ou a de Cristo.

Essas ordens remetiam à lembrança dos tempos medievais na Europa. Eram usadas no império americano, a princípio, como distinção e honra do cidadão do novo país. Em uma formação hierárquica, assim eram divididos os membros das ordens imperiais: No mais alto grau havia o *comendador*, em seguida o *oficial* e por último o *cavaleiro*.

---

<sup>809</sup> IMPL. *Acta de Eleição dos membros à Assembleia Legislativa Provincial*. Poconé, 24 de dezembro de 1863.

<sup>810</sup> MESQUITA, José de. *Genealogia Matogrossense*. *Op. cit.* p. 118.

<sup>811</sup> *Ibidem*. p. 230 e p.241.

Não eram poucos os que desejavam tal notoriedade em qualquer dessas categorias. Para isso, precisavam contar em seu currículo trabalhos como filantropia, bons desempenhos em suas tarefas, alguma liderança política e/ou acumulação de riquezas. Além disso, é claro, deveriam estar de acordo com os desígnios imperiais, tais como a *ordem* em determinado momento, ou como a ajuda da construção da *civilização* em outra época.

Era o *principal delegado do Império* ou o vice-presidente quem encaminhava as solicitações dos cidadãos para receber as mercês. Assim o vice-presidente Manoel Alves Ribeiro enviava o pedido de Cipriano Ribeiro Dias Taques, morador de Diamantino, para receber a nomeação de cavaleiro da Ordem de Cristo. O vice-presidente acrescentava na solicitação dizendo que Dias Taques manifestava os “sentimentos de ordem”, dos quais deu decidida prova quando em “1834 foi a Ordem Pública alterada na Província”, agindo como um dos “elementos de segurança” em seu município, onde era juiz de paz<sup>812</sup>.

Também era ser *elemento de segurança* o comentário que o presidente Zeferino Pimentel fazia sobre o tenente José Mariano de Campos. Este pedia para ser condecorado cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Zeferino colocava que Mariano de Campos era pessoa que gozava de “bom conceito” na província, fazendo parte da comissão do presidente encarregada das nomeações em Mato Grosso. Demonstrava sempre adesão à “Sagrada Pessoa de S. M. o Imperador”. Por ocasião da chegada do presidente na capital, em substituição ao vice Manoel Alves Ribeiro, tomou todas as providências para que a sucessão fosse feita dentro da ordem<sup>813</sup>.

Foi igualmente através do presidente Zeferino Pimentel que o major Félix de Miranda Rodrigues solicitava ser condecorado com a comenda da Ordem de Cristo. O presidente adicionava ao pedido que o suplicante era juiz de paz, “não poupando sacrifício algum para o restabelecimento da ordem”. Também ajudava os “estabelecimentos pios” da capital. Gozava de consideração na cidade, não somente por sua fortuna, como no “acrisolado patriotismo e bons serviços à S. M. o Imperador”<sup>814</sup>.

---

<sup>812</sup> APEMT. “Registro de Correspondência do Governo com o Ministério do Império. Ano: 1843-1847”.

Manoel Alves Ribeiro para José Antônio Silva Maia, ministro do Império. Cuiabá, 4 de outubro de 1843.

<sup>813</sup> APEMT. Registro ... com o ministério do Império. Ano: 1843-1847. Zeferino Pimentel Moreira Freire para José Antônio da Silva Maia, ministro do Império. Cuiabá, 15 de novembro de 1843.

<sup>814</sup> APEMT. Registro ... com o ministério do Império. Ano: 1843-1847. Zeferino Pimentel Moreira Freire para José Antônio da Silva Maia, ministro do Império. Cuiabá, 2 de setembro de 1844.

Outro governante não acrescentava comentário algum ao pedido de mercê de um súdito. Apenas se restringia a dizer que os documentos anexos eram verdadeiros. Assim foi o caso do vice-presidente Antônio Nunes da Cunha ao encaminhar a súplica de Caetano Metelo para receber a mercê de cavaleiro da Ordem da Rosa<sup>815</sup>.

Contudo, havia vez em que o governante não recomendava a agraciação do suplicante ao fazer o encaminhamento. Assim foi o pedido do padre Miguel Dias de Oliveira para ser cavaleiro da Ordem de Cristo. O presidente Ricardo Gomes Jardim comentava junto ao pedido que não via “motivo algum pelo qual o suplicante mereça a graça”, a não ser o fato de ser vigário de uma freguesia<sup>816</sup>.

Do mesmo jeito foi o pedido de Antônio Peixoto de Azevedo, que pedia a comenda da Ordem de Cristo ou a de oficial da Ordem da Rosa. O *delegado imperial* dizia que não eram “tantos” os serviços prestados pelo suplicante, nem eram “tais”, que o fizesse merecer qualquer das duas condecorações<sup>817</sup>.

Interessante notar o pedido de José Alves Ribeiro na mesma época em que era presidente de província Joaquim José de Oliveira. Eram dois desafetos recíprocos. Não obstante, o presidente encaminhou o requerimento do fazendeiro de Poconé para ser honrado com a comenda da Ordem da Rosa, ou a comenda da Ordem de Cristo, ou mesmo o oficialato de Cristo. O presidente se restringiu a dizer que cabia ao ministro deferir a “súplica como achar de justiça”<sup>818</sup>.

Não obstante, Ribeiro já era oficial da Rosa desde 1845. Devido a essa honraria era chamado também de “comendador”, um nível acima do seu título, como na eleição para deputado provincial em 1847<sup>819</sup>. Mas na eleição de 1849, para deputado geral, o chefe

---

<sup>815</sup> APEMT. “Correspondência Oficial da Presidência com o Ministério do Império Ano: 1847-1852”.

Antônio Nunes da Cunha para Manoel Alves Branco, ministro do Império. Cuiabá, 9 de setembro de 1847.

<sup>816</sup> APEMT. Registro de Correspondência do Governo com o Ministério do Império. Ano: 1843-1847.

Ricardo José Gomes Jardim para José Carlos Pereira de Almeida Torres, ministro do Império. Cuiabá, 30 de dezembro de 1845.

<sup>817</sup> APEMT. Registro ... Ministério do Império. Ano: 1843-1847. Ricardo Gomes Jardim para Joaquim Marcelino de Brito, ministro do Império. Cuiabá, 4 de maio de 1847.

<sup>818</sup> APEMT. “Correspondência Oficial da Presidência com o Ministério do Império Ano: 1847-1852”.

Joaquim José de Oliveira para José Pedro Dias de Carvalho, ministro do Império. Cuiabá, 13 de janeiro de 1849.

<sup>819</sup> IMPL. Caixa 1849. *Acta da eleição de vinte Deputados a Assembleia Legislativa de Matto Grosso a que procedeu no Collegio Eleitoral da cidade de Cuiabá*. Cuiabá, 9 de dezembro de 1847.

liberal aparecia nas atas apenas como oficial de Ordem<sup>820</sup>. Possivelmente, então, também chamavam, por vezes, cavaleiro ou oficial de comendador, para ressaltar a importância do agraciado.

Seja como for, na última metade da década de 1850, o governo central se mostrou bastante interessado em distribuir mercês para os habitantes do “sertão”. Dessa forma foi ordenado para que o governo provincial fizesse uma lista das pessoas que poderiam ser agraciadas<sup>821</sup>. Ou seja, não eram mais os interessados do lugar que procuravam as autoridades para receber seus títulos honoríficos, mas a própria Corte que tomava a iniciativa para distribuir tais honrarias, num momento em que já havia fortes sinais do fracasso da “conciliação” no centro político. Procurava-se, portanto, unir mais ainda os *cidadãos ilustres* das várias partes do território nacional para os propósitos do Império, não obstante as dissensões políticas. Era necessário que os homens notáveis se sentissem recompensados.

Dessa maneira, a lista feita pelo presidente Albano de Sousa Osório, já apontada anteriormente, contemplava conservadores e liberais de Mato Grosso. Mas o que interessa agora eram os predicados dos candidatos e sua incidência para delinear o perfil do homem que ajudava a ligar o “sertão” com o “centro” do Império. Assim, das 42 pessoas sugeridas, 39 dessas tinham de alguma maneira desempenhado serviços ao Estado, seja como membro da Guarda Nacional, seja como juiz municipal ou de paz, como delegado, ou em algum ramo da administração pública, como Joaquim de Sousa Caldas, que havia sido tesoureiro das rendas provinciais e era considerado também “proprietário com fortuna”<sup>822</sup>.

Proporção grande era também o de “proprietários, negociantes e capitalistas” (pessoa que vivia de renda). Eram 34 pessoas nessas condições. E entre essas, 16 eram consideradas com “grande fortuna” ou com alguma nomenclatura semelhante<sup>823</sup>.

Já a ocupação de cargos eletivos no legislativo municipal ou provincial, demonstrando a expressão política no lugar onde morava, era frisada em 20 dos possíveis agraciados. Iam desde homens que foram vereadores em seus municípios, como Francisco

---

<sup>820</sup> IMPL. Caixa 1849. *Acta da Eleição do Deputado a Assembléa Geral Legislativa deste Império pela Província de Mato Grosso*. Cuiabá, 5 de setembro de 1849.

<sup>821</sup> AN. IJJ(9) 508. Albano de Sousa Osório para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Cuiabá, 3 de junho de 1857.

<sup>822</sup> *Ibidem*.

<sup>823</sup> Geralmente, quem exercia cargo relevante era também proprietário.

Pereira de Carvalho em Diamantino, até outros que presidiram a Assembléia Legislativa, como João Batista de Oliveira.

Dessa forma, riqueza, cargos públicos e força política andavam juntos na maioria das vezes. Não obstante, entre os 42 sugeridos para as mercês, em sete deles o vice-presidente destacava que haviam feito serviços filantrópicos.

**Qualidades destacadas das 42 pessoas indicadas para mercês, em 1857.**

|   |        |
|---|--------|
| Cargos na burocracia do Estado            | 92,8 % |
| Proprietários, negociantes e capitalistas | 80,9%  |
| Possuidor de grande fortuna               | 38%    |
| Mandatos eletivos no Legislativo          | 47,6%  |
| Serviços filantrópicos                    | 16,6%  |

Fonte: Baseado em dados de AN IJJ(9) 508. Albano de Sousa Osório para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império. Cuiabá, 3 de junho de 1857.

Em uma outra lista mais sintética de condecoráveis, feita em 1859 pelo presidente Raimundo de Lamare, os predicados também não mudavam para os indicados, não obstante serem em proporções um pouco diferentes. Assim, em uma seleção de 21 nomes, o presidente destacou o fato de 19 deles já terem ocupado algum cargo público de nomeação. Apontava oito como ocupantes de cargos eletivos. Foram destacados seis como proprietários. Apenas dois por seus serviços filantrópicos<sup>824</sup>.

**Qualidades destacadas das 21 pessoas indicadas para receber mercês, em 1859.**

|   |       |
|---|-------|
| Serviços no Estado                        | 90,4% |
| Cargos eletivos no Legislativo            | 38%   |
| Proprietários, negociantes e capitalistas | 28,5% |
| Serviços filantrópicos                    | 9,5%  |

Fonte: Baseado em dados de AN. IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para Sérgio Teixeira de Macedo, ministro do Império. Cuiabá, 1º de setembro de 1859.

<sup>824</sup> AN. IJJ(9) 508. Joaquim Raimundo de Lamare para Sérgio Teixeira de Macedo, ministro do Império. Cuiabá, 1º de setembro de 1859.

Se não eram muitos esses serviços voluntários, eles estavam longe de ser desprezíveis. Ora, a filantropia era uma maneira de contribuir para as causas do império, como a disseminação da instrução. O padre Ernesto Camilo Barreto, por exemplo, não figurando em nenhuma relação de condecoráveis feita por governantes, se propôs, ele mesmo, através do presidente de província, a receber do governo imperial uma mercê. Dos vários serviços prestados era destacado o fato de ter mandado imprimir um trabalho seu, “Compêndio Elementar de teologia Dogmática”, às suas custas, que em seguida distribuiu todos os exemplares entre os alunos pobres do Seminário episcopal, onde lecionava. O presidente de província, que encaminhava o pedido, não destacou nenhum outro fato entre os “muitos outros serviços prestados”, além dessa doação e o do seu preparo intelectual. O *delegado imperial*, dessa forma, mesmo sendo designado por gabinete liberal, indicava o padre do partido conservador, parecendo-lhe, “digno de qualquer graça que o Governo de Sua Majestade o Imperador queira dispensar-lhe”<sup>825</sup>.

Não obstante, o fato de um morador de Mato Grosso já ter ou estar servindo o Estado demonstrava ser muito relevante. Não era raro pessoas de posse servirem como delegado ou juiz municipal. Era, inclusive, como já foi apontado, um dos passos da carreira política. Contudo, havia pessoas sem família com riquezas e serviços filantrópicos que devido ao seu trabalho na administração pública conseguia ser lembrado para as honrarias. Era o caso de Felicíssimo de Almeida Louzada. Nas duas listas aparece como funcionário da província, sem qualquer outra menção como “proprietário” ou membro da Guarda Nacional. Na verdade, ele trabalhava na secretaria do governo desde 1845, depois de ter sido professor em uma efêmera escola normal. Era apontado como um funcionário “discreto e inteligente”, que tinha “zelo pelo serviço”. Mesmo tendo sido eleito para deputado provincial para a legislatura de 1844-45, não pertencia às famílias tradicionais e ligadas à política. Parece que abandonou a vida partidária por um bom período, passando a ter como principal atividade, e possivelmente a única remunerada, a de secretário da presidência, servindo a diversos presidentes de diferentes tendências, sendo elogiado

---

<sup>825</sup> AN. IJJ(9) 509. Alexandre Manoel Albino de Carvalho para José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro do Império. Cuiabá, 28 de março de 1864.

quando citavam o seu nome, principalmente porque era levado em consideração seu exíguo salário e a carga de serviço que tinha, sem perder a “discrição” nem a responsabilidade<sup>826</sup>.

Nas décadas de 70 e 80 ele voltaria a ser deputado provincial, com mais freqüência, depois de aposentado do serviço público. Isso reforça a tese de uma certa permeabilidade nas elites<sup>827</sup>. Sem embargo, não encontrei nenhum documento que demonstrasse ter sido esse funcionário agraciado com alguma mercê. Pelo contrário, até o final da década de 1860 continuava assinando somente como secretário da presidência<sup>828</sup>.

Já por outro lado, Henrique José Vieira, citado pelo presidente Lamare como um “dos mais abastados da Província”, no fim dos anos 60, já se encontrava como comendador<sup>829</sup>. Da mesma maneira, foram agraciados o filantropo da Chapada, João José de Siqueira, assim como outros figurões da política na província como Joaquim Gaudie Ley e Luiz da Silva Prado<sup>830</sup>. Ao que tudo indica, a ligação com os “sertões” do Império através de honrarias incidia principalmente em lideranças políticas regionais que haviam desempenhado papel em cargos públicos, sem que fossem descartadas suas riquezas e filantropia.

Dessa maneira, Mato Grosso estava longe de ser uma província isolada. As conexões da região com a Corte eram um desejo compartilhado tanto pelo governo central, a fim de se fazer presente nos *confins do Império*, quanto dos homens notáveis do Mato Grosso, incluindo seus governantes, que esperavam benefícios vários por isso, inclusive o prestígio dentro de sua sociedade.

A vontade de conhecer a fisionomia do monarca nas partes fronteiriças do país, assim como um certo culto da figura do soberano, tornavam as *distâncias* menores. Mesmo

---

<sup>826</sup> Entre outros AN. IJJ(9)508. Augusto Leverger para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império Cuiabá, 29 de janeiro de 1855. RVPP. Barão de Aguapeí. Cuiabá, 8 de julho de 1868.

<sup>827</sup> ROSA, Marcelo Carvalho. “Por uma sociologia do segundo escalão” In: *Sociologias*. Nº 10. Porto Alegre, 2003.

<sup>828</sup> Não obstante, em seu testamento de 1892, já na República portanto, Louzada demonstrava possuir dezenas de contos reis e imóveis na cidade. *Testamento de Joaquim Felicíssimo D’Almeida Louzada*, 14 de junho de 1892. Apud ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Igrejas e Cemitérios. As transformações nas Práticas de Enterramentos na Cidade de Cuiabá – 1850-1889, (...) Op. cit.*, p. 124. Para essa autora, a doação de bens, via testamento, era uma “alternativa muito utilizada com o objetivo de aliviar os pecados da alma, pois a morte, (...), era também o momento mais apropriado para a demonstração de caridade cristã.” *Ibidem*, p. 125.

<sup>829</sup> Ver por exemplo, IMPL. Caixa 1865. *Acta da apuração geral dos votos dos Collegios Eleitoraes desta Província para a eleição de vinte e dois deputados membros à Assembleia Legislativa Provincial*. Cuiabá, 4 de dezembro de 1865.

<sup>830</sup> Ver por exemplo, IMPL Caixa 1867. *Acta da apuração dos vottos para Deputados a Assembleia Legislativa Provincial, na cidade de Matto Grosso*. Matto Grosso, 13 de novembro de 1867.

assim, era preciso estabelecer ligações mais eficientes com a Corte, fazendo, ou tentando fazer, benefícios nas vias de comunicações, principalmente nos caminhos que le vavam ao centro político e administrativo do Brasil, não obstante iniciativas para ligar a província a outras províncias.

Na metade do século XIX, houve um interesse maior em beneficiar também as conexões intraprovinciais. Ao mesmo tempo, os governantes da província passaram a incluir o termo “mato-grossense” no lugar de simplesmente “cuiabano”. A integração não deveria ser somente da capital do Império com a sede da província, mas de todo o território de Mato Grosso e, no limite, do Brasil.

Dessa forma, eram promovidos melhoramentos materiais, que iam desde o calçamento de ruas à construção de cadeias em várias partes de Mato Grosso. Diversas localidades se intercomunicavam, ao mesmo tempo em que procuravam estabelecer uma “ordem” e um padrão de “civilização”.

Contribuía bastante para essa integração as honrarias concedidas aos cidadãos ilustres da província, notadamente aos que representassem alguma liderança em seus lugares de moradia (principalmente no caso do baronato) e que desempenharam funções relevantes no Estado e na sociedade (para as mercês de Ordem). Esses cidadãos contemplados eram fundamentais para intermediar a ligação dos demais habitantes da província - que deveriam fazer parte da civilização que se construía - com a Corte, o centro irradiador desse modo de conceber o mundo.

## CAPÍTULO VII

### CIVILIZANDO POPULAÇÕES, CONSTRUINDO A NAÇÃO

Se, por um lado, o governo central governava com as pequenas elites locais, por outro, um dos principais objetivos do Império era conceber toda uma população como parte integrante e essencial da nação que se construía. “Nação” e “população” deveriam ser elementos indissociáveis, formando o princípio básico para se exercer e justificar um governo de Estado. Dessa forma, as diversas comunidades que habitavam a província eram alvo das ações governamentais, objetivando a constituição de uma “civilização”.

#### 1. “nações” dentro da “nação”

Benedict Anderson, em *Nação e Consciência Imaginada*, procura oferecer um conceito e uma “definição viável” de nação<sup>831</sup>. Nação, desta forma, seria uma comunidade imaginada politicamente, mas imaginada como implicitamente limitada e soberana.

É imaginada “ porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”<sup>832</sup>. Contudo, sendo toda comunidade uma imaginação, a diferença que as levaria a constituírem nações, diferentemente de outras comunidades, Anderson expõe três características para marcar o estilo da nação moderna:

“A nação é imaginada como algo limitado porque até mesmo a maior delas (...), possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações”<sup>833</sup>.

“É imaginada como *soberana*, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico,” governados pelo direito divino<sup>834</sup>.

---

<sup>831</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Ática, São Paulo, 1989.

<sup>832</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>833</sup> *Ibidem*, p. 15.

Finalmente, “a nação é imaginada como *comunidade* porque, sem considerar a desigualdade e a exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas.”<sup>835</sup>

Dessa maneira, tinha-se um considerável *problema* no processo de formação da nação, de constituição de “brasileiros”. Era justamente a pluralidade de comunidades e culturas. Não eram somente os ribeirinhos que esnobavam progressos materiais<sup>836</sup> ou mesmo pessoas da cidade que se recusavam em levar seus filhos à escola, como acontecia frequentemente em Mato Grosso. Eram principalmente os vários povos indígenas, considerados a antítese da civilização, que habitavam o Império do Brasil, inclusive muitos desses na província fronteiriça. Eram povos que muitas vezes não se imaginavam como membros de uma mesma comunidade que a de outras milhões de pessoas, dentro de um único país demarcado em fronteiras/limites. Eram grupos adversos à dos “brasileiros”, formando “nações” dentro de uma “nação”.

Desde a colônia os índios eram objetos de ações governamentais, na tarefa de transformá-los em súditos da Coroa Portuguesa. Com a criação do Diretório dos Índios, na década de 1750, o Estado português procurava trazer os *selvagens* à civilização, ocupando os espaços deixados pelas missões religiosas. O termo *civilização* era bastante usado nos documentos que se referiam às ações dos diretórios dos índios. Conforme analisa Rita Heloísa de Almeida, o sentido de civilização tinha o propósito de educação dos índios, integrando-os às idéias do Ocidente. Dessa maneira, em vez de serem empregadas formas de extermínio imediatas, ou de impor aos índios a condição de escravos, esses deveriam ser vistos como povoadores da América. Civilizar e povoar eram ações integradas.

Dessa maneira, tanto em Mato Grosso como em outras partes da colônia, interessava ao Estado luso a incorporação das populações nativas, pois assim permitiria assegurar a posse das fronteiras e ocupar o interior do território. Para essa ocupação era necessário o aumento demográfico, ou como diz Peraro, o preenchimento “dos chamados

---

<sup>834</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>835</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>836</sup> Por exemplo, os ribeirinhos jogavam lenha nos rios obstruindo a navegação à vapor, ou moradores da cidade que não utilizavam o recém-inaugurado encanamento d'água, preferindo ir pegá-la nos tanques e bicas. Ver, entre outros, RPP. José Joaquim Ramos Ferreira. Cuiabá, 1º de novembro de 1887, p. 118.

*vazios demográficos territoriais*”, no qual se fazia por meio do incentivo aos casamentos interétnicos. Essa política de incorporação da população indígena em Mato Grosso, como no restante da América portuguesa, ocorria de maneira permanente, “com a anuência da Igreja Católica, seja na distribuição dos sacramentos e do batismo, seja em relação aos aldeamentos”.<sup>837</sup>

Contudo, a política indigenista nas capitanias era o de se livrar dos índios não incorporados, ou seja, os que não estivessem assimilados e “debaixo da autoridade da Igreja e do Estado como “filhos” e leais vassallos dos monarcas portugueses”<sup>838</sup>. Com a vinda da família real, continuou a decretar-se “guerra” a vários povos nativos recalcitrantes, aceitando-se a escravidão por meio da “guerra justa”. De fins do século XVIII até meados do século XIX tinha-se o debate acerca de qual procedimento deveria ser o mais conveniente em relação aos aborígenes, se se exterminava logo os índios “bravios”, “desinfestando” os *sertões*, - como em geral propunham os colonos - ou se deveria procurar civilizá-los, incluindo-os como parte da nação. Ou nos termos da época, como aponta Manuela Cunha, ou se usaria de “brandura” ou de violência<sup>839</sup>.

Já no processo de independência política do Brasil, José Bonifácio defendia que o Estado se prontificasse a ter a civilização dos nativos como meta. Contudo, na Constituição de 1824, nada se referia a qualquer política indigenista. Com a descentralização, depois da abdicação de D. Pedro I, cada província estipulava sua maneira de agir em relação aos povos indígenas. Não foram raros os casos em que as assembleias legislativas provinciais decretaram como não pertencentes aos índios as terras em que estavam, ameaçando-os ou concretizando a guerra aos aborígenes que não cumprissem a lei local<sup>840</sup>.

Com a centralização, uma das medidas foi unificar as diretrizes indígenas e ligá-las ao centro político e administrativo do Império. Assim, em 1845, foi decretada a lei Nº 426, que regulamentava as missões e a catequese dos índios. Triunfavam as idéias dos que acreditavam na possibilidade de *assimilação* de qualquer povo indígena.

---

<sup>837</sup> PERARO, Maria Adenir. *Op. cit.*, p. 30.

<sup>838</sup> KARASH, Mary. “Catequese e Cativoiro: Política indigenista em Goiás: 1780-1889” *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>839</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”. *In*: *História dos índios (...)*. *Op. cit.*, pp. 133-134.

<sup>840</sup> *Ibidem*, p. 138.

Em geral, o regulamento determinava como seriam os aldeamentos, sendo muito parecido com o que prescrevia o “Diretório Pombalino”. Criadas as missões, os índios seriam sedentarizados, aprenderiam ofícios, as crianças receberiam as primeiras letras, os aldeados seriam batizados e casados em cerimônia religiosa. Cada missão teria um diretor, leigo ou clérigo. O regulamento também estipulava que haveria um diretor-geral em cada província. Esse diretor-geral, que fiscalizaria os trabalhos nos aldeamentos e os adequaria às propostas do governo, seria de nomeação do governo central.

Para Manuela Carneiro da Cunha, esse regulamento demonstrava que no século XIX a preocupação com os índios deixava de ser o de simplesmente transformá-los em mão-de-obra para ser uma “questão de terras”. Acontecia que se poderia transferir os índios para locais diferentes dos quais estavam antes da missão, abrindo, assim, novas fronteiras agrícolas. Não obstante, procurava-se estabelecer os povos nativos em locais que fossem úteis tanto para serviços nas vias de transportes, como para o fornecimento de mão-de-obra nas lavouras ou mesmo em trabalhos em áreas urbanas. Não era casual a escolha de onde ficariam aldeados os silvícolas. Além disso, considerava-se que o período em que existiria a missão seria um período finito, pois quando *assimilados* os aborígenes, não haveria razão para o aldeamento. As terras em que estavam, então, passariam a ter outro destino, não pertencendo mais aos seus antigos habitantes. Civilizados, eles eram agora mão-de-obra para vários empreendimentos.

Possivelmente tenha sido isto o que aconteceu com os Guaná. Sua aldeia que antes ficava totalmente no sul da província, parte dela foi transferida, entre 1843 e 1845, para Cuiabá, há algumas léguas do Porto. No final da década de 1860, a documentação oficial dizia já ter desaparecido o aldeamento, tanto por “se misturar com a população”, quanto “pelo grande número de mortes em 1867”<sup>841</sup>, quando aconteceu a epidemia de varíola em grande parte das áreas habitadas da província.

Fazendeiros poderiam ser diretores de missões. Consideravam uma troca *justa*, pois proprietários de terras ensinariam os rudimentos da civilização, e os índios cultivariam os produtos para o diretor/fazendeiro. Dessa maneira o capitão Antônio Gomes da Silva, que

---

<sup>841</sup> SILVA, Verone Cristina da. *Op. cit.*, p. 138. A autora ressalta que já fazia parte da cultura desse povo se misturar a outros, antes mesmo de qualquer prescrição de Estado. Não obstante, os Guaná possuíam várias habilidades manufatureiras, assim como eram canoístas, sendo logo, dessa maneira, empregados em diversos serviços.

possuía terras no distrito de Mato Grosso, pedia às autoridades de Cuiabá permissão para que aldeiasse os índios Guaraio, que habitavam perto de suas terras. Para executar o aldeamento, também requeria 600 mil réis para a compra de ferramentas de lavoura e outros objetos necessários, além de 40 praças da força de linha para vigiar os índios. O presidente Leverger considerou louvável a intenção do capitão, mas não poderia fornecer homens. Quanto às demais necessidades, prometeu procurar os meios possíveis para que se conseguissem “os instrumentos precisos para a lavoura”<sup>842</sup>.

De fato, o presidente conseguiu alguns instrumentos para Gomes da Silva. No ano seguinte, 1853, já tinha notícia de que o fazendeiro havia aldeado algumas famílias de Guaraio e que outras poderiam estar indo para o mesmo destino. Em 1854, Leverger dizia que o aldeamento vinha tomando “incremento”<sup>843</sup>.

De maneira semelhante os Bororo Cabaçal também foram aldeados pelo ilustre cidadão João Carlos Pereira Leite. Para conquistar as terras em que estavam esses índios, os Pereira Leite travaram verdadeira guerra contra os silvícolas. Intencionavam incorporar as áreas em que passava o rio Jauru, no distrito de Vila Maria<sup>844</sup>. Vencidos os índios, João Carlos Pereira Leite fez um aldeamento, tornando-se o seu diretor, e passava a aproveitar a mão-de-obra dos Bororo em suas plantações e criações de gado<sup>845</sup>.

Note-se que o trabalho indígena poderia ser alocado por intermédio do diretor-geral dos índios, o que também não excluía o próprio chefe do Executivo dessa transação. Não era à toa que líderes políticos da província freqüentemente serviam no cargo de diretor-geral, como João Batista de Oliveira, do partido liberal, e Henrique José Vieira, do partido conservador. Em tese, poderiam facilitar os trabalhos nas fazendas de seus correligionários, viabilizar o transporte de mercadorias, fazer segurança. Não obstante, eram os diretores-gerais os encarregados de que fossem feitos os pagamentos corretamente aos índios pelos seus trabalhos, apesar do pouco valor de seus serviços.

Sem dúvida, a mão-de-obra indígena poderia ser muito mais barata do que a de escravos negros. Se já era considerado caro tal tipo de trabalhador, a situação se tornava ainda mais custosa com a proibição do tráfico intercontinental de escravos em 1850. A

---

<sup>842</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1852, p. 30.

<sup>843</sup> RPP. Augusto Leverger, Cuiabá, 3 de maio de 1854, p.33.

<sup>844</sup> ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. *Cibáe Modojebádo – a Rosa Bororo e a “pacificação” dos Bororo Coroado (1845-1887)*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá, UFMT, ICHS, 2002.

<sup>845</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. 3 de maio de 1862, p. 122.

possibilidade de imigrantes provenientes de outros países abastecerem a província com mão-de-obra não chegava a empolgar as autoridades em Mato Grosso. Eram nos serviços dos índios, incorporados à “civilização” e ao “hábito do trabalho”, que os dirigentes acreditavam estar a solução para a falta de trabalhadores na agricultura. Contudo, o pouco resultado alcançado nos aldeamentos de silvícolas fazia um presidente reclamar:

Entretanto, é de lastimar, que se não aproveitem esses braços robustos em benefício da nossa lavoura, visto que a posição peculiar desta província não permite esperar que, desde já ela afluia a colonização européia<sup>846</sup>.

Na verdade, apesar de alguns poucos aldeamentos, a maioria projetada não se concretizava. Isso se dava tanto pela indisponibilidade de verbas para realizarem as missões, quanto pela falta de pessoas “idôneas”, ou seja, de pessoas consideradas habilitadas para dirigir e trabalhar em um aldeamento. Apesar de casos como o de Pereira Leite e de Gomes da Silva, as autoridades provinciais encarregadas dos índios tinham a predileção por clérigos, pois acreditavam que estes eram melhor preparados para introduzir os índios na civilização e na religião do Estado.

Desta forma, em 1851, Leverger dizia que “quase nenhuma aplicação se tem feito das disposições do Regulamento nº 426 de 24 de julho de 1845; e muitas delas parecem-me inexequíveis, pelo menos na atualidade”. Isso se dava “mormente pela carência de pessoal idôneo para a administração das aldeias na forma do regulamento.” Pela falta de pessoas que considerasse habilitadas para dirigir os aldeamentos, o presidente dizia estar “pouco disposto a fazer outras nomeações,” e somente excepcionalmente as fazia<sup>847</sup>. Note-se que pelo o que era prescrito, uma colônia indígena deveria conter além do diretor, também um administrador de serviços, um almoxarife, um feitor e dez trabalhadores assalariados<sup>848</sup>, o que era quase impossível pelas condições de Mato Grosso.

Da mesma maneira, o presidente Raimundo de Lamare projetava fazer de um destacamento avançado no Alto São Lourenço um aldeamento para os Bororo Coroado.

---

<sup>846</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 35.

<sup>847</sup> RPP. Augusto Leverger, 10 de maio de 1851, p. 44.

<sup>848</sup> ALMEIDA, Maria Auxiliadora de. *Op. cit.*, p. 67.

Mas a falta de um “indivíduo idôneo para por-se à testa desse serviço,” tornava difícil “a realização desse pensamento”<sup>849</sup>.

Se o ideal era missões dirigidas por padres, existia uma falta considerável desses clérigos na província, com o intuito de ministrar a catequização entre os indígenas. Dessa maneira, o governo imperial havia mandado dois padres missionários para Mato Grosso. O presidente ao receber a notícia de que estes religiosos “deixaram-se ficar” na província de São Paulo, não demonstrou acreditar que pudessem seguir para a província fronteira, “preferindo talvez uma vida mais cômoda às privações que sofreriam na viagem que teriam de fazer, e ao serviço importante que deveriam aqui prestar”<sup>850</sup>.

Certamente o Mato Grosso não era dos lugares mais atraentes do Império. Contudo, já com bastante atraso, os dois missionários acabaram por chegar no seu novo local de trabalho. Se incorporaram às missões de Miranda e de Albuquerque. Esta última era o aldeamento dos Guaná, cuja parte deste povo havia migrado para Cuiabá. Mas a aldeia remanescente era vista como exemplar pelas autoridades, pois os índios que nela viviam eram considerados os que tinham maior “disposição para a civilização”, devido à aprendizagem de ofícios e à forma cordata em que viviam<sup>851</sup>.

Entretanto, havia missão que fracassava, mesmo contando com clérigo capuchinho, ordem que cada vez tinha mais experiência nesse tipo de serviço<sup>852</sup>. Assim foi a empreitada do missionário Antônio de Molinete, que pretendia catequizar os Cadiuéo. Depois de passar três meses entre os índios, viu baldadas as diligências que empregou, na tentativa de fazê-los “renunciar à vida vagabunda e depredadora” a que estavam acostumados. Então, o sacerdote retirou-se para Albuquerque, “desgostoso da índole volúvel e desleal” dos Cadiuéo, e até mesmo receioso pela sua vida<sup>853</sup>.

As duas missões que tinham como diretores sacerdotes católicos, a de Albuquerque e a de Miranda, deixaram de existir quando eclodiu a guerra do Paraguai. Os missionários que estavam no Baixo Paraguai foram todos aprisionados pelo exército guarani. Os serviços relativos à catequização dos índios ficaram completamente suspensos em toda a

---

<sup>849</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 35.

<sup>850</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 35.

<sup>851</sup> Ver, por exemplo, RPP. Augusto Leverger, Cuiabá, 3 de maio de 1854, p. 32.

<sup>852</sup> Ver por exemplo MESQUITA, José de. “O Thaumaturgo do Sertão”, In: RIHGMT 1928, número XIX Cuiabá.

<sup>853</sup> RPP. Augusto Leverger, 3 de maio de 1853, p. 27.

província<sup>854</sup>. Somente no final da guerra as missões dirigidas por religiosos voltaram a se organizar.

Não obstante, o povo indígena que mais atenção chamou dos “civilizados”, e que mais se desejavam como aldeados, eram os Bororo Coroado. Esse aldeamento somente aconteceria na segunda metade da década de 1880. Mas antes disso, eles colocaram à prova toda a política indígena feita pelos *brancos*.

Junto com o regulamento nº 426, as autoridades da Corte passaram a recomendar em outros ofícios que não se utilizassem da violência contra os povos indígenas considerados bravios<sup>855</sup>. Antes se tentasse atraí-los pela persuasão, pela curiosidade ou pela amizade, daí a importâncias dos “brindes”. Ainda mesmo na década de 1870, um presidente de província lembrava de como deveria ser o tratamento aos índios que não se deixavam “civilizar”:

O maior desejo, o empenho paternal de Sua Majestade O Imperador, o maior desvelo do Governo Imperial, tem sido, e com a maior veemência recomendados, que por bons modos se procure captar, já pela curiosidade, já pelo interesse, como pela confiança e gratidão, a amizade desses infelizes, cujo concurso na *comunhão civil é um elemento de prosperidade para o país*.<sup>856</sup>

Tal lembrete ainda acontecia não somente pelo estado de guerra que praticamente existia entre os “civilizados” e alguns povos indígenas, mas também por não acreditarem tanto nos meios persuasivos para o tratamento com os índios que atacavam chácaras, viajantes e até mesmo destacamentos militares no sertão da província. Enquanto os Cabixi, ao disputar território, hostilizavam os moradores do norte da província, os Bororo Coroado atacavam as pessoas em vários pontos de Mato Grosso, como no Alto São Lourenço, - local de passagem das novas estradas que iriam para São Paulo -, no município da capital, - na região da Chapada -, ou mesmo na antiga estrada que iria para Goiás, no leste da província. O *revide* dos “civilizados” consistia, além de promover destacamentos militares em regiões do *interior*, também mandar expedições bélicas chamadas de *bandeiras* para ir ao encalço

---

<sup>854</sup> RVPP. Barão de Aguapeí. Cuiabá, 3 de maio de 1868, p. 5.

<sup>855</sup> Ver, por exemplo, RPP. Ricardo José Gomes Jardim, 1846, p. 32.

<sup>856</sup> FPP. Hermes Ernesto da Fonseca, 1876. p. 21. Grifo meu.

dos índios, podendo estas inclusive exterminar os aborígenes que encontrassem.

Assim, em 1849, quando ia uma comitiva para Cuiabá, um de seus integrantes foi morto pelos Coroados. Era o tenente Antônio Corrêa da Costa Pimentel, filho do presidente de província João José da Costa Pimentel, assim como queimaram e mataram gado de vários estabelecimentos rurais. Claro, o presidente ficou transtornado, como não poderia ser de outro jeito. Em resposta a esse ataque, fez logo seguir “três bandeiras de 50 homens cada uma, a fim de exterminar absolutamente semelhantes feras”. Aproveitava a comunicação com a Corte, para pedir um auxílio financeiro para esse tipo de empreitada<sup>857</sup>.

O ministro do Império, em atenção ao ofício do presidente, respondia que o governo não podia “conceder-lhe auxílios”, pois tais gastos só devem ser fornecidos “para a catequese e civilização dos indígenas, fim que jamais conseguirá com os meios empregados pela Presidência”. E ainda acrescentava, reprovando o envio de *bandeiras*, como já havia providenciado o presidente:

Cumprimento portanto que S. Exa se abstenha de emprego de tais meios, ficando na inteligência de que só é lícito o emprego da força para repelir os ataques dos indígenas, e nunca para provocá-los.<sup>858</sup>

As expedições chamadas *bandeiras*, portanto, tinha uma conotação diferente da época do *Setecentos*, quando eram formadas com o objetivo claro de prear índios<sup>859</sup>. No século XIX, era um agrupamento constituído para “desinfestar” uma área de silvícolas. A violência era implícita a esse tipo de expedição, que era constituída tanto por soldados, quanto por outros aborígenes já aldeados, assim como por moradores do *sertão*, notadamente os afeiçoados à vida no mato. Tal espécie de expedição passava a ser condenada pelo governo central. O governo provincial, por seu turno, não extinguiu essa forma de empreitada imediatamente, tentando se equilibrar entre o que era prescrito pela Corte e os reclames da população que viam nos índios bravios um verdadeiro terror, como de fato eles procuravam instaurar o medo entre aqueles que deveriam cruzar o sertão. Lylia Galetti mostra que a presença dos

---

<sup>857</sup> AN. IJJ(9) 507. João José da Costa Pimentel para Visconde de Monte Alegre, ministro do Império. Cuiabá, 6 de outubro de 1849.

<sup>858</sup> AN. IJJ(9) 507. Monte Alegre para José da Costa Pimentel, presidente da província de Mato Grosso. Corte, 15 de junho de 1850.

<sup>859</sup> ALMEIDA, Maria Auxiliadora de. *Op. cit.*, p. 57.

índios em Mato Grosso contribuiu para caracterizar a província como um espaço onde a segurança era frágil e onde a vida dos “civilizados” era cheia de riscos<sup>860</sup>.

Dessa forma, depois da repreenda do governo imperial sobre o emprego de expedições belicosas, o presidente posterior a Pimentel, Augusto Leverger, mostrando querer se ajustar aos desígnios da Corte, condenava as *bandeiras*, “seja por recomendação imperial, seja por falta de humanitarismo”, além de apresentar absoluta “falta de eficácia nos resultados”<sup>861</sup>.

Em vez das *bandeiras*, o presidente dizia que o melhor meio de prevenir os ataques dos índios era ter uma força policial encarregada de rondar os distritos, e que assim prestasse “auxílio aos moradores, que deles precisassem”. Mas essa medida não era possível por falta de uma força policial, que já não tinha para a capital, quem dirá para esse fim. Desta feita, Leverger não via outro recurso que não fosse o de os habitantes do sertão, assim como os que empreendessem viagem pela província, “estarem precatados por si mesmos e escartê-los quando” os índios “se apresentassem hostilmente”. Contudo, “nunca matá-los, sem provocação”, o que para o presidente já havia acontecido e que dava lugar “a uma interminável série de represálias”<sup>862</sup>. Ou seja, sem as *bandeiras*, eram os “civilizados” que deveriam se preparar contra qualquer ataque, já que o governo se via impossibilitado de qualquer atitude direta. Ao mesmo tempo, as pessoas que estivessem nos sertões, por vezes, poderiam ser a causadora de um círculo de agressões, caso matassem algum índio hostil.

Dessa maneira, nos ataques de índios Coroados em 1853, matando um menino e ferindo vários adultos, o capitão Leverger atribuía a “esses funestos acontecimentos” a falta de previdência e cautela dos que estavam nos lugares passíveis da presença daqueles índios. Também achava como causa, mas que não podia “exatamente ser investigadas”, algumas “imprudentes provocações por parte de nossa gente”. Assim, dizia que esses ataques não legitimavam “represálias”, ou seja, as *bandeiras*, a que somente recorreria “urgido pela necessidade”<sup>863</sup>.

Entretanto, os constantes ataques dos Cabixis, no distrito de Mato Grosso fizeram com que Leverger cedesse aos “repetidos clamores”, os quais faziam os habitantes de arraiais e sítios daquela região há alguns anos. Não viu outra alternativa que não fosse o envio de uma

---

<sup>860</sup> GALETTI, Lyliá. Da Silva Guedes. *Op. cit.*, p. 107.

<sup>861</sup> Augusto Leverger, 10 de maio de 1851, p. 6.

<sup>862</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>863</sup> Augusto Leverger, Cuiabá, 3 de maio de 1854, p. 7.

*bandeira*, que saiu em setembro de 1852. Mas mesmo não resistindo aos apelos aos moradores daquele distrito, enfatizava em seu relatório que havia dado instruções ao chefe da expedição que evitasse “o morticínio”, “quando possível” e que daria prêmio para quem levasse para a capital índios vivos. Com um certo contentamento, o presidente dizia que “essa bandeira, durante muitos dias” perseguiu os “selvagens”, mas “recolheu-se sem os ter podido alcançar”<sup>864</sup>. Ou seja, o presidente autorizou a formação de uma bandeira, mas diferente de outras, não deveria ser francamente mortal. O resultado dela, sem nada conseguir, corroborava com a prerrogativa de que as *bandeiras* não eram a melhor política. De fato, começa-se a elaborar novas estratégias em relação ao contato com os índios considerados hostis. Para Almeida, foi com Leverger que nasceu a tática de instituir prêmios para que as bandeiras levassem índios vivos para a capital, com a intenção de que no futuro esses servissem como intérpretes e medianeiros entre os povos indígenas e os civilizados<sup>865</sup>.

É interessante notar que o termo *bandeira* foi gradativamente sumindo do vocabulário das autoridades como medida governamental para contato com os índios, o que justamente indicava novas práticas, diferentes das de tempos anteriores. Não que os ataques indígenas cessassem, pelo contrário, tornavam-se cada vez mais intensos no correr da segunda metade do século XIX, praticados principalmente pelos Coroados, o que deixavam as autoridades provinciais em cheque.

Assim, em 1856, o presidente destacava que desde 1854 os ataques dos Coroados se intensificaram, promovendo “mortes, roubos e incêndios”, mesmo em sítios “não muito distantes desta capital”. Dessa maneira, o capitão dizia que apesar de sua “repugnância pela expedição de *bandeiras*”, era “urgido pelo clamor público” e pelas participações do chefe de polícia, tendo, então, que aprovar a saída de outra dessa espécie de expedição. Dizia que o resultado fora como receava: despesa excessiva e que não conseguiu “escarmentar os índios de modo que, ao menos, por algum tempo, ficássemos sem receio das suas correrias”<sup>866</sup>. E voltava a insistir em que os moradores “de lugares infestados” eram quem deveriam ter “prudência e cautela” e que não deixassem “suas habitações desprovidas de

---

<sup>864</sup> Augusto Leverger, Cuiabá, 3 de maio de 1854, p. 8.

<sup>865</sup> ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. *Op. cit.*, p. 60.

<sup>866</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 4 de dezembro de 1856, p. 6.

todo o meio de repelir as agressões dos selvagens, que certamente seriam menos afoitos se encontrassem alguma resistência'<sup>867</sup>.

O presidente, então, se via praticamente obrigado a expedir bandeiras, nesse momento, apesar de demonstrar repulsa por esse tipo de medida. Ao mesmo tempo, continuava a argumentar que era o comportamento das pessoas do *sertão* que não estava adequado para lidar com esses problemas. Eram comportamentos que comprometiam a segurança, principalmente por se levar em conta a falta de homens para policiar as vastas terras da província.

Da mesma maneira, o governante seguinte a Leverger, o vice presidente Albano de Sousa Osório, também não reputava benefícios ao expediente das *bandeiras*. Sobre a última enviada dizia que “nenhum proveito” se tirou dela, antes disso, “parece que ela mais instigou os índios às suas crueldades”.

Por outro lado, Albano de Sousa Osório registrava que os “fazendeiros e lavradores” estavam a “instar por expedições de bandeiras”, pois pagavam pesados impostos e mesmo assim estavam “sujeitos a toda a hora a serem vítimas, ou a abandonarem seus estabelecimentos”. Como o governo provincial, a princípio, se negava a organizar tais expedições, inclusive por falta de verba, vários homens do campo, incluindo aí fazendeiros como os ex-deputado Antônio José do Couto, se comprometeram a financiar toda a despesa com a bandeira que se organizasse. Diante disso, e dos “clamores dos viandantes e fazendeiros”, o líder liberal dizia não ver “outro meio de cessar as mortes, incêndios e roubos” do que a de “lançar mão da força e repelir as suas agressões”. Resolveu então expedir a “tão solicitada bandeira”. Contudo, para não ser como em tempos anteriores, recomendava “a humanidade”, além de prometer um prêmio para cada índio que trouxessem<sup>868</sup>.

Diferentemente da expedição enviada por Leverger contra os Cabixi, essa não tinha ordem para capturar somente índios adultos. Pelo contrário, ela se encarregaria de levar para a capital principalmente mulheres e crianças. Pensavam ser essas mais fáceis não somente de agarrar, como de inseri-las na cultura da civilização. Assim, ao fim de quatro meses de marchas pelo sertão, a *bandeira* enviada por Sousa Osório retornava a Cuiabá. Conseguiu

---

<sup>867</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>868</sup> RVPP. Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 3 de maio de 1857, p. 5.

trazer consigo 32 pessoas presas, entre mulheres e crianças dos Coroado. Essas foram entregues à famílias da cidade para que fossem civilizadas<sup>869</sup>.

Em 1886, quando começa a ocorrer a “pacificação” dos Bororo Coroado, a expedição que trava contato com esses índios levava consigo vários outros coroados que anos antes haviam sido seqüestrados pelos *civilizados*. O sucesso em convencer boa parte do povo Bororo foi em grande medida atribuído ao uso dos intérpretes e mediadores bororos que viviam entre os *brancos*. Aqueles silvícolas que aceitaram os termos da expedição de 1886, foram encaminhados para a capital, onde os políticos locais viraram seus padrinhos nas cerimônias de batizado. Em seguida foram feitos dois aldeamentos no sul da província com esses índios.

Nessa época o termo *bandeira* já havia sumido do rol de palavras que indicavam procedimentos dos presidentes de província. Antes, mandavam patrulhas, reforçavam postos militares, promoviam destacamentos, pediam atenção aos homens que passavam pelos *sertões*, ou aí morariam. Ao mesmo tempo, reforçavam a condenação às *bandeiras*:

Persistindo pois na intenção de não enviar bandeiras contra os índios, e dando-se a urgência de, por qualquer modo, prestar auxílio aos fazendeiros mais ameaçados das excursões desses selvagens, sendo patente o desânimo que se vai manifestando em muitos desses fazendeiros; fiz preparar e seguir pelo rio São Lourenço um destacamento regular, afim de estabelecer-se na parte superior deste mesmo rio e nas proximidades de sua confluência com um de seus afluentes, que supondo ser o *Água Branca*.<sup>870</sup>

A não utilização da *bandeira* marcava uma distância de quando os gentios eram objeto quase que exclusivo de políticas das províncias, mostrando que passavam a ser alvo do *civilizado* estado centralizado. Se Leverger autorizou uma *bandeira* contra os Cabixi, em 1852, demonstrando ser meio que a contra-gosto; em 1863, por outro lado, apesar das reclamações dos fazendeiros, terminantemente não utilizaria desse método. Poderia enviar patrulhas atrás dos Coroado que atacaram um sítio perto da capital, mas seriam patrulhas, de cunho policialesco, mas não *bandeiras* que lembrariam guerra de extermínio, ou mesmo

<sup>869</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare, 1858, p. 6.

<sup>870</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 6.

remontaria aos tempos coloniais, em que povos inteiros eram escravizados ou mortos, ou se assemelharia a atitudes relacionadas à não-civilização, à *barbárie*..

Entretanto, *bandeira* continuava a ter ainda um outro emprego certo por parte do governo. Se não era mais contra os índios, tais expedições eram feitas para o desmantelamento de quilombos. Assim, em 1854 Leverger mandou uma dessas expedições para destruir um grande quilombo. No caminho passaram por algumas aldeias de índios Pareci, sendo “muito bem acolhida”. Essa visita deu lugar para que os índios fossem à capital, ocasião em que o presidente de província mandou “brindar com roupas e ferramentas de lavouras”<sup>871</sup>.

Alguns anos depois, Alencastro utilizava o termo somente para designar uma expedição que organizara com o fim único de acabar com um quilombo de escravos fugidos e desertores, sem se referir a índios<sup>872</sup>.

As expedições belicosas, contudo, continuaram a existir a despeito da autorização presidencial. Os fazendeiros resolveram contratar um índio, o capitão Bueno, cacique dos Terena, para perseguir os Coroados. Esse tipo de diligência, portanto, ainda era chamada de *bandeira*, o que levava o presidente da província, João José Pedrosa, na década de 1870, a se manifestar contra tal procedimento. Conforme em vários outros relatórios, as bandeiras eram um procedimento reprovável, pois eram “desumanas”, “já condenadas pelo governo Imperial”, e que só faziam aumentar ainda mais a ira e o desejo de vingança dos selvagens.<sup>873</sup>

Na década de 1880, quando o governo provincial enviava grupos para um provável contato com os Coroados, procurava-se, ao menos oficialmente, revestir a empreitada de caráter não-*violento* aos índios. Assim, ao se organizar expedição que procuraria seqüestrar bororos para uma possível pacificação no futuro, havia toda uma prescrição de “humanidade”. Dessa maneira foi a diligência comandada pelo alferes Duarte, que mesmo tendo vários índios sob cerco e debaixo da mira, conseguiu com que seus soldados “não cometessem ato de desumanidade para com os selvagens, conseguindo por isso aprisionar o número de 17, sendo 5 mulheres e 7 meninas, os quais se acham debaixo de guarda”<sup>874</sup>.

---

<sup>871</sup> RPP. Augusto Leverger, Cuiabá, 3 de maio de 1854, p. 33.

<sup>872</sup> RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1861, p. 22.

<sup>873</sup> RPP. João José Pedrosa, 1878. p. 35.

<sup>874</sup> Apud: RPP. Barão de Maracaju, 1881, pp.6e 7.

Agiram, por esse modo, não obstante os vários anúncios de horror nos jornais e as conversas de pânico nas ruas das vilas e cidades que registravam quase anualmente, desde 1850, as matanças e depredações promovidas pelos Coroados. Civilizar era controlar os instintos. Ora, as práticas governamentais tinham como justificativa e objetivo a ação civilizatória, e dessa forma, atitudes *bárbaras*, condenadas pelo próprio imperador, tais como matanças de índios, seriam a antítese da “governamentalidade” pretendida.

Assim, em 1886, quando duas expedições - com a ajuda dos índios Bororo que foram seqüestrados anteriormente - conseguem a “pacificação” e dão início ao processo de aldeamento dos índios Coroados, já era de forma alguma usado o termo *bandeira* para as incursões promovidas pelo governo. Passava-se a ter mais gente sendo *imaginada*, e talvez também *se imaginando*, como pertencentes à única nação que deveria existir no território brasileiro.

## **2. “Ignora-se a totalidade dos habitantes da província”**

As diversas *gentes*, que deveriam constituir uma única população, seria parte primordial da *nação brasileira*, tendo assim que ser objeto das políticas governamentais. Elas conformariam e integrariam os diferentes habitantes circunscritos nas fronteiras territoriais, mesmo que estas ainda não estivessem completamente definidas. Para isso, era primordial a estatística, que procuraria inclusive fazer um levantamento de quantos índios existiriam no país que se construía, como de qualquer outra população, que também deveria sofrer ações do governo.

A estatística, “um dos fundamentos seguros do cálculo do porvir”, tornou-se, por isso, um dos principais fatores técnicos para as ações e possibilidades de governo, ou seja, da “governabilidade” que se efetuava a partir da segunda metade do século XVIII, no Ocidente. Foi quando a população passou para um primeiro plano das atuações e pensamento, das estratégias enfim, de um governo. O governo de um Estado “não era mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, e em que o território que ela ocupa [era]

apenas um componente.”<sup>875</sup> Esse “Estado de governo” teria como alvo uma população, que o Estado procuraria conhecer melhor, a fim de tentar satisfazer as necessidades dela, mas, ao mesmo tempo, essa mesma população seria objeto das diretrizes dadas pelos governos.

Dessa forma, a estatística tornou-se uma das maneiras de um governo não só saber das necessidades dos habitantes de seu território, mas também de direcioná-la para determinados objetivos<sup>876</sup>. Certamente diversos seguimentos da população tinham diferentes demandas, assim como foram variadas as respostas dadas a essas demandas pelos vários governos de um Estado. O que interessa aqui perceber é que, com base na tradução dos dados obtidos pela estatística, seria possível tornar a população objeto de campanhas de saúde, demográficas, colonizadoras, cívicas, etc. Além de conhecer a população e possibilitar dados para o direcionamento das atividades governamentais, os dados estatísticos forneciam bases para uma comparação com outros países, principalmente os que representavam modelos de civilização.

Também interessava ao governo central conhecer, através de freqüentes levantamentos, além das modalidades e quantidade de crimes praticados em Mato Grosso, o número de estudantes e professores; a quantidade e a movimentação dos índios; dos migrantes e imigrantes; as características das atividades agrícolas e os tipos e montantes de impostos recolhidos; entre outros. O conhecimento das diversas partes do Império possibilitaria aos dirigentes estabelecer estratégias para a difusão da burocracia - a marca por excelência da existência do governo -, assim como outras maneiras e graus de intervenção. Os dados estatísticos, portanto, eram elementos que reforçavam os laços entre a Corte e os diversos habitantes e províncias do território imperial.

Dessa maneira, fundamentais seriam os dados que revelassem a quantidade de habitantes na província. Assim como em outros lugares, desde o tempo de colônia procurava-se contar quantos habitantes teria Mato Grosso, como em 1817, em que o

---

<sup>875</sup> FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 293.

<sup>876</sup> A estatística era fundamental na “Economia Política”. Os governantes não teriam mais a preocupação, em sua primazia, pela sua soberania. Não fosse a relevância dada à população pelo governo, sua soberania inclusive, não prevaleceria. Colocar a população nos cálculos das ações governamentais, seus anseios e necessidades, trouxe longevidade para uma concepção de Estado que conhecemos hoje. *Ibidem*, pp. 293 e ss.

marquês de Aracati contava 29.801 habitantes *livres*, ou seja, excluía escravos e o genérico denominado de índios<sup>877</sup>.

Para o período dessa pesquisa, diversas vezes as autoridades procuraram o número total de habitantes da província. Mas o descrédito dos resultados apresentados fazia-se patente entre os próprios governantes provinciais, que computavam a falta de pessoas na província como um dos motivos do seu *atraso*, ou melhor, como um dos obstáculos para se subir os degraus da *civilização*.

Assim, em 1845, o presidente de província apresentava um número baseado nos levantamentos paroquiais. Seriam 37.826 pessoas, incluindo boa parte dos índios catequizados. Esse número não apresentava a quantidade de escravos, a de índios não-catequizados e em algumas freguesias, como a freguesia do Piquiri, faltavam também os índios já iniciados no catolicismo e na “civilização”. Outro problema nesse número, segundo o presidente, era o de não incluir crianças.

Na tentativa de continuar fazendo o levantamento do número de habitantes da província, o vice-presidente Manuel Alves Ribeiro considerava desde logo tal empreendimento improfícuo. As diligências empregadas pelo chefe de polícia, “em cumprimento dos seus deveres”, para obter o número de pessoas, “tem sido em pura perda”. Assim, “ignora-se a totalidade dos habitantes da província”. Segundo Ribeiro, os dados que a presidência carecia eram fornecidos pelo bispo, mas que mesmo ele, o reverendo, os considerava “imperfeitíssimos”<sup>878</sup>.

Em 1849, o presidente Joaquim José de Oliveira apresentava um outro número: 54.558 pessoas, dessa vez incluindo escravos e indígenas. Esse número foi extraído por sua equipe da “estatística eclesiástica”, assim como da exposição do diretor-geral dos índios. O presidente Oliveira considerava “bem que incompletos” esses resultados. Mas eram “os mais exatos que por ora se podem apresentar”<sup>879</sup>.

Nesse afã de saber o número dos habitantes do Brasil, o governo imperial baixou o decreto nº 797, de 18 de junho de 1851, que mandava às diversas províncias proceder a contagem para o *Censo Geral do Império*. Mas em janeiro de 1852, expedia o decreto de nº 907, que suspendia os trabalhos estatísticos. Assim, Leverger, que era o presidente de

---

<sup>877</sup> RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1861, p. 13

<sup>878</sup> DVPP. Manuel Alves Ribeiro, 1848, p. 7.

<sup>879</sup> RPP. Joaquim José de Oliveira, 1849, p. 9.

província na época, mandou parar de prosseguir na “diligência de coligir informações acerca deste primeiro e essencial elemento de estatística”<sup>880</sup>. Na verdade, quando o governo imperial havia ordenado que se fizesse o recenseamento, também havia designado alguma verba para isso. Ao se suspender o censo geral, também se suspendia qualquer remuneração para tal serviço. A expectativa era que sendo remunerados tais serviços, poder-se-ia executar um trabalho melhor do que o que vinha sendo feito até então. Como dizia Leverger: que sem serem pagos não se podia esperar que esses serviços, “da parte dos informantes, muito zelo e inteira abnegação de quaisquer interesses que não sejam os do bem geral”<sup>881</sup>.

De qualquer forma, mesmo sem o financiamento direto do governo central, continuava-se a levantar dados sobre os habitantes de Mato Grosso, notadamente o número total de pessoas. Se não se fazia um recenseamento geral patrocinado pelo governo imperial, recolhia-se constantemente dos padres de todas as paróquias o número de batismos, de casamentos e de óbitos. Tais dados eram levados para a chefatura de polícia, desde quando fora inaugurada, na década de 1840. Contudo, acreditavam que nem sempre os dados enviados pelos clérigos eram corretos. Às vezes, acontecia que os párocos deixavam de remeter os mapas de sua paróquia, até mesmo quando solicitados, como aconteceu com o vigário da cidade de Mato Grosso em 1859, por exemplo<sup>882</sup>.

Esses problemas de levantamento de dados não impediam que o chefe de polícia apresentasse um número de habitantes da província, mesmo sendo prontamente contestado pelo chefe do Executivo. Assim, em 1861, era apresentado ao presidente Alencastro um total de 26.659 habitantes livres. Esse resultado era incabível para o delegado do governo imperial. Se há 44 anos a província tinha quase 30 mil habitantes, era para ela contar com o dobro naquele momento. Afinal, Mato Grosso não tinha “sofrido essas pestes assoladoras” que atingiam outros lugares, nem mesmo guerra, e o seu clima era “salubre”, como o seu solo era “fertilíssimo”<sup>883</sup>. Não havia motivos, portanto, para tal cômputo.

O presidente Herculano Ferreira Penna, em 1862, mostrava outros resultados para a Assembléia Provincial. Segundo ele, as pessoas que sabiam os meios pelos quais se

---

<sup>880</sup>RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1852, p. 31.

<sup>881</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1854, p. 35.

<sup>882</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 34.

<sup>883</sup> RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1861, p. 13.

procurava obter os dados, teriam “mui pouca ou nenhuma confiança” na “sua exatidão”. Não obstante, esperava que no decurso do tempo poder-se-ia apresentar “trabalho menos incompleto”<sup>884</sup>. Os números apresentados pelo presidente mostravam que houve duas empreitadas diferentes para se tomar conhecimento dos habitantes de Mato Grosso. Um foi diligenciado pelo chefe de polícia, e outro pelo bispo de Cuiabá. Chegaram a resultados diferentes, principalmente no que se referia ao número de escravos. Os dados fornecidos pela autoridade civil contabilizavam 37.538 pessoas, sendo 30.486 livres e 7.052 escravos. Nesse resultado faltavam os dados da freguesia de Albuquerque e dos índios aldeados em Miranda. Ou seja, os índios catequizados eram normalmente englobados no contingente de pessoas “livres”. Mas esses dados excluía a população indígena que não era aldeada, o que o bispo diocesano tentou computar. Segundo os números do bispo, existiam 24.357 pessoas livres, 13.331 escravos (quase o dobro do que o outro levantamento) e existiriam de 10 a 15 mil índios, perfazendo um total de 52.688 pessoas habitando o Mato Grosso<sup>885</sup>.

Leverger, em 1866, se mostrava completamente descrente nos números levantados anteriormente. A província teria muito mais pessoas do que era apurado. Os motivos para o descrédito nos dados estatísticos eram vários. Ia desde a negligência dos funcionários subalternos encarregados do recenseamento, passando pela dificuldade em obter listas das famílias que moravam longe dos povoados, até a “tendência que os chefes de família” tinham em “dissimular o número certo dos seus fâmulos”<sup>886</sup>. Dessa maneira, era uma utopia o poder público conseguir entrar em diversos âmbitos da vida privada, a começar pela sua contagem. Ora, expor quantas pessoas tinham em seu sítio ou fazenda era proporcionar oportunidades para mais impostos sobre escravos, por exemplo, ou poder abrir mão de trabalhadores que poderiam ser recrutados para o exército ou para a Guarda Nacional. Negligenciar informações pessoais, portanto, era procurar se preservar em relação às autoridades constituídas.

Pela impossibilidade de levantamento de dados fidedignos, Leverger propunha um cálculo baseado em duas contagens acontecidas ainda no tempo de colônia, como se nessa época os números fossem mais confiáveis. Assim tomava como referência a população livre de 1793, que segundo documentos oficiais eram 14.000 almas e deduzia-se o número

---

<sup>884</sup> RPP. Herculano Ferreira Penna. Cuiabá, 3 de maio de 1862, p. 32.

<sup>885</sup> *Ibidem.* pp. 33-36

<sup>886</sup> RVPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 14 de maio de 1863, p. 13

de 18.553 pessoas que existiriam em 1817. Desse resultado, fazia-se um coeficiente, procurando saber em quanto tempo a população se duplicava, que era em quase 56 anos. Proporcionalmente ao ano de 1863, portanto, daria 30.580 almas. Somava-se esse número com a população de Santana do Paranaíba (como se esse lugar fosse constituído somente de pessoas de outras províncias) e mais “gente vindo de fora”, que dariam 1.538 pessoas. À essas, o presidente calculava mais 6 mil escravos, além de mais 24 mil indígenas, o que dava o número redondo de 65.000 mil habitantes. O capitão demonstrava certeza nesse resultado: “Cumpre-me dizer a V. Exa., que muitas pessoas autorizadas julgam que a dita população é mais numerosa; mas os argumentos que ouvi não destroem a minha convicção a este respeito.”<sup>887</sup>

De qualquer forma, continuava-se a contar a população como medida provincial, até que em 1872 o governo imperial decretou que se fizesse o *1º Recenseamento Geral do Império*. Não obstante qualquer problema em sua execução, assim como das possíveis contestações de seus resultados, esse censo confirmou o que as autoridades de Mato Grosso já sabiam há muito tempo. Sua população era muito pequena, principalmente se comparada com outras regiões do Império. Eram apenas 60.417 pessoas, ou seja 0,59% de um total estimado em 10.112.061 milhões de habitantes do Brasil. Se somada à de Goiás, compondo a região Centro-Oeste, mesmo assim ainda era menor do que a região Norte; 2,2 % contra 3,3 %<sup>888</sup>.

Mesmo sendo pequena, essa população deveria passar por transformações de acordo com o século, buscando uma homogeneização na sua forma de agir e pensar, integrando-se, de certa forma, com as partes mais civilizadas do Império.

### 3. “Para desenvolver o intelecto”

Se se procurava melhor conhecer a população para num futuro estabelecer políticas públicas com vistas à civilização, assim como inserir a província mais ativamente no comércio intra e extraprovincial e tornar seus habitantes súditos perenes da *ordem*, nada seria tão transformador como a disseminação da instrução pela província. Ela era vista

---

<sup>887</sup> *Ibidem*.

<sup>888</sup> PERARO, Maria Adenir. *Op. cit.*, p. 65.

como uma verdadeira panacéia para os males que afligiam as autoridades. Enquanto não estivesse sido ela amplamente difundida pelo extenso território, pareceria que o Império nunca se completaria como nação civilizada.

Dever-se-ia procurar instruir todas as classes, propagando o primado da razão e difundido as luzes, única maneira de “romper as trevas que caracterizavam o passado colonial” e superar a *barbárie* dos *sertões* e a *desordem das ruas*. Seria consequência da instrução a superação das “tendências localistas representadas pela Casa”<sup>889</sup>, além de preparar a população para os benefícios do *progresso*<sup>890</sup>.

Ao governo do Estado caberia promover a instrução. Mas não só a instrução, como também a educação. Seguindo as lições de Ilmar R. de Mattos<sup>891</sup>, pareceu ser em Condorcet que os homens do Império recolheram a distinção entre instrução e educação. A instrução era o conhecimento positivo e certo, tal como álgebra, gramática e história. Já a educação representava os sentimentos e idéias em assunto religioso e político, “domínio reservado onde o Estado devia abster-se de ingressar, declarando-se independente”.<sup>892</sup> Como Condorcet, na Prússia de Frederico II, outro pensador também diferenciava a instrução da educação: o filósofo Basedow, que percebia a educação como a formação moral dos cidadãos, e a instrução como a transmissão de “conhecimentos científicos”. Contudo, diferentemente do iluminista francês, o pensador prussiano compreendia que tanto a educação quanto a instrução deveriam ser conduzidas pelo Estado<sup>893</sup>.

No Império, apesar das constantes citações dos pensadores franceses, incluindo Condorcet, o Estado procuraria ter uma abrangência maior do que a reservada ao espaço concebido como público. A intenção de centralização política e administrativa, juntamente com a preservação dos monopólios de uma “classe senhorial” e de uma hierarquia social, acabaram por impor ao governo do Estado a competência tanto da educação quanto da instrução<sup>894</sup>.

Nessa época, era atribuição legal das províncias a faculdade de legislar sobre a

---

<sup>889</sup> Ver MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema. Op. cit.*, pp. 119-132.

<sup>890</sup> *Ibidem*, p. 259.

<sup>891</sup> Na introdução do livro de Ilmar R. de Mattos, o autor se propõe apresentar o texto como uma aula; o que realmente faz. *Ibidem*, p. 4 e ss.

<sup>892</sup> *Ibidem*, ver pp. 265-266. Vale observar que as idéias sobre a instrução pública eram inspiradas nos textos de autores europeus, principalmente franceses. Ver também p. 259.

<sup>893</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras. Op. cit.*, p. 36.

<sup>894</sup> MATTOS, Ilmar R. de. *Op. cit.*, p.266.

instrução pública, exceto sobre o ensino superior em todo o Império e a instrução aplicada no município da Corte. Mesmo assim, a progressiva centralização, que ia além das ações administrativas, acabou por fazer o governo na Corte exercer um controle indireto sobre o ensino secundário no Império. Para isto, o Colégio Dom Pedro II, instalado no Rio de Janeiro, foi apresentado como modelo de ensino, “cuja exemplaridade esperava-se ver imitada pelo conjunto das províncias”<sup>895</sup>.

Não somente o ensino de segundo grau realizado no Rio de Janeiro teria uma influência sobre as diretrizes escolares nas províncias, mas também, e principalmente, a concepção mais ampla das estratégias educacionais e instrucionais. Segundo André Castanha, em Mato Grosso, a Assembléia Legislativa Provincial se omitia do direito que tinha em legislar sobre a instrução pública, como previsto no Ato Adicional de 1834, mesmo com tal direito sobrevivendo às posteriores leis centralizadoras. Os deputados provinciais, ao preterir suas prerrogativas, deixavam caminho aberto para que as iniciativas em relação à instrução viessem do presidente de província – representante máximo do centro do Império - e/ou de seu principal assessor nesse assunto, o inspetor geral de ensino<sup>896</sup>.

A própria criação, na província, do cargo de inspetor-geral de ensino, com suas atribuições de supervisão, se deu tão logo fora o mesmo instaurado no Rio de Janeiro. Na província fluminense, depois de vários debates, foi criada essa função quando corria o ano de 1836, e em Mato Grosso, a criação desse cargo se deu em 1837, conforme estabelecido na primeira lei orgânica referente à instrução pública da província. No entanto, nesse primeiro regulamento, ainda eram vagas as funções do inspetor-geral<sup>897</sup>. De qualquer maneira, pode-se dizer que, a partir daí, o ensino teria uma instância especial na província<sup>898</sup>.

André Castanha, em seu estudo, mostra que a elaboração feita na Corte ou na Província do Rio de Janeiro em relação ao ensino, rapidamente tinha reflexos nas legislações em Mato Grosso. O conteúdo dos regulamentos de 1836 no Rio de Janeiro e de

---

<sup>895</sup> *Ibidem*, p.267.

<sup>896</sup> CF. CASTANHA, André P. *Op. cit.*, p. 58.

<sup>897</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>898</sup> Seria como uma “Secretaria de Educação” nos moldes organizacionais contemporâneos.

1837 em Mato Grosso eram bastante parecidos<sup>899</sup>, como a divisão em “três classes de ensino” na instrução primária. A primeira classe previa, no regulamento fluminense, o ensino de “leitura, escrita, as quatro operações de aritimética, frações ordinárias e decimais, proporções; princípios de moral e doutrina cristã e da religião do Estado; gramática da língua nacional. A segunda, noções gerais de geometria teórica e prática. E a terceira, elementos de geografia.”<sup>900</sup> Em Mato Grosso, a primeira classe estudaria redação e leitura, aritmética e doutrina sagrada. Na segunda classe seriam abordados a análise gramatical, frações, proporções e “problemas e elementos de religião e história”<sup>901</sup>.

Um novo regulamento sobre a instrução foi promulgado em Mato Grosso, no dia 30 de setembro de 1854, aproximadamente sete meses depois de aprovado novo código de leis sobre o ensino no Rio de Janeiro. Se os regulamentos do Rio de Janeiro tinham como referência principal o modelo francês, em Mato Grosso, segundo o anteriormente citado historiador da educação, o referencial era o que se fazia na província fluminense e no município neutro<sup>902</sup>.

Contudo, Elizabeth Madureira mostra que em sua intenção de proporcionar uma maior abrangência geográfica do ensino primário, assim como de propor uma mudança das práticas instrucionais na província limítrofe, os dirigentes provinciais, por algumas vezes, acabaram por elaborar e pôr em prática medidas originais, tendo como base a própria experiência na região<sup>903</sup>. O método para o ensino é ilustrativo nesse sentido. Em várias nações que se constituíam durante o século XVIII e XIX, procurava-se uma forma rápida para o ensino rudimentar da escrita, da leitura, e das primeiras noções de matemática, que ao mesmo tempo atingisse grande número de pessoas. O principal método para esse fim era o “método de ensino mútuo” que consistia, basicamente, em lições ministradas apenas por monitores, ou decuriões, enquanto ao professor cabia a supervisão do que era ensinado.

Esse método, no entanto, não obteve grande repercussão em Mato Grosso, nem no restante do Brasil. Os dirigentes provinciais acabaram sugerindo outro método, o “método simultâneo”. Na primeira técnica de procedimento, a ausência prática do professor, inclusive no que se relacionava às chamadas de presença dos estudantes e ao próprio

---

<sup>899</sup> CASTANHA, André P.. *Op. cit.*, p. 96.

<sup>900</sup> MATTOS, Ilmar R. de. *Op. cit.*, p. 262.

<sup>901</sup> CASTANHA, André P.. *Op. cit.*, p. 98.

<sup>902</sup> *Ibidem*, pp. 61 e ss.

<sup>903</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras. Op. cit.*, p. 368.

controle da frequência dos professores, acabava por deixar os alunos um tanto abandonados. No segundo método, o professor ainda se utilizaria de monitores, mas as partes fundamentais das aulas seriam ministradas por ele mesmo, assim como seria ele o responsável pelos exames e frequências.

Um dos problemas do ensino simultâneo, assim como do de qualquer outro método, era o desconhecimento dele por parte dos professores. No entusiasmo desse novo sistema proposto em Mato Grosso, o inspetor-geral de ensino, padre Ernesto Camilo Barreto, se dispôs a ensinar aos diversos professores da província o que consistia essa técnica de ensino<sup>904</sup>.

Outro exemplo de uma elaboração própria dos dirigentes em relação à instrução – que, no entanto, acabou por não ser adotada – foram as mudanças dos períodos das aulas. Considerando o calor na província e a conseqüente possibilidade de desânimo e evasão dos alunos, mudaram-se os horários das aulas três vezes: primeiro as escolas funcionavam pela manhã, seguida por uma sessão à tarde; posteriormente, em turno único de seis horas diárias, diminuído em seguida para cinco horas; finalmente, os dirigentes acabaram por continuar com os dois turnos<sup>905</sup>.

Na maior parte das vezes, no entanto, as diretrizes da instrução em Mato Grosso acompanhavam as políticas imperiais que objetivavam uma vigorosa disseminação da instrução. Essa maior disseminação se fazia acompanhar de mudanças significativas, tais como o fim das aulas régias – ou seja, aulas dadas por um regente, único portador do saber – por aulas em classe, em que os alunos teriam que sair de suas casas para o aprendizado, convivendo com outros “semelhantes”<sup>906</sup>; uma diferença estabelecida entre os próprios alunos, pois alguns seriam monitores de outros; assim como usufruiriam de compêndios, livros didáticos que, por seu conteúdo e programa, retiravam, até certo ponto, o monopólio do saber do professor<sup>907</sup>.

Mesmo seguindo as determinações gerais da Corte, a província, por muito tempo,

---

<sup>904</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Dados biográficos do Pe. Ernesto Camilo Barreto*. Cuiabá: mimeo, 2000, p. 6. O método, porém, não vingou a contento. Em Minas Gerais também demonstravam esperanças em relação ao “método simultâneo”. Ver GONTIJO, Diva do Couto. *Um toque de gênero: História e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: ed. UnB/Finatec, 2003.

<sup>905</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.*, pp. 291-296.

<sup>906</sup> ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864*. Campo Grande: UFMS/Imprensa Universitária, 1984, pp. 102-109.

<sup>907</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Op. cit.* p. 257.

acabou restringindo sua atuação na instrução ao nível primário, pois não só a clientela para esse nível era bem maior, como os requisitos para uma escola secundária, tais como estrutura material condizente e principalmente professores qualificados, eram muito mais difíceis de se obter. Em decorrência disto, acabou ficando em relevo a figura do professor de ensino primário, como acontecia em todo o Império. Era o professor primário quem deveria fazer onexo entre educação e instrução, na sala de aula, cotidianamente. O professor não poderia ser “abandonado a si mesmo”, senão deixaria de cumprir o seu papel e função principal de coesão. Esta coesão se daria na medida em que os professores fossem conscientes do tipo de cultura e sociedade que representavam – *a civilização*?, e o tipo de sociedade e cultura representada pelos alunos – a ausência de *civilização*. Com isto, era sua tarefa propiciar uma inclusão, através do ensino, dos futuros cidadãos<sup>908</sup>.

Se desde a Constituição do Império era previsto que existiria instrução primária pública e gratuita nas freguesias das províncias, foi somente na década de 1850 que realmente começou uma vigorosa expansão do ensino básico. Em 1840, eram contabilizados 185 alunos<sup>909</sup> em Mato Grosso. Em 1849, ou seja, decorrida quase uma década, a situação pouco mudava, 186 discípulos<sup>910</sup>. Mas no ano seguinte, 1850, começava a se esboçar um sensível aumento, 204 estudantes<sup>911</sup>. Já em 1851, o presidente apontava um mínimo de 333 alunos, pois faltavam informações de 6 freguesias que certamente também teriam outras dezenas de alunos<sup>912</sup>. Por outro lado, nesse número já incluía os aprendizes do Arsenal de guerra, que correspondiam a 50 crianças. De qualquer forma, já indicava um acréscimo substancial de matriculados. Os dados sobre o número de alunos passaram a ser mais constantes e precisos, a partir de 1853. Nesse ano, havia 540 alunos nas primeiras letras. Foi a partir daí que passaram a incluir também os índios aldeados em Albuquerque, que nesse ano eram 15, como maneira de aumentar o cômputo geral oficial, não obstante o efetivo aumento de estudantes nas escolas públicas<sup>913</sup>. De qualquer forma, era um

---

<sup>908</sup> MATTOS, Ilmar, R. de. *Op. cit.*, pp. 266 - 267

<sup>909</sup> “Quadro Geral Demonstrativo das Aulas Públicas de Primeiras Letras desta Província”. Anexo ao DPP. Estevão Ribeiro de Rezende. Cuiabá, 1º de março de 1840.

<sup>910</sup> “Mappa das aulas públicas de instrução primária da província de Mato Grosso e dos alunos que as frequentão”. Anexo ao RPP. Joaquim José de Oliveira. Cuiabá, 3 de maio de 1849.

<sup>911</sup> CASTANHA, André. *op. cit.*, p. 87.

<sup>912</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 10 de maio de 1851, p. 22.

<sup>913</sup> RPP. Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1853, p. 18.

crescimento registrado de mais de 290 % em relação à 1849, e 265% a mais do que em 1850.

No ano em que se promulgou um novo regulamento para a instrução, 1854, o cômputo geral de alunos no ensino primário até diminuiu: 417<sup>914</sup>. Mas foi uma exceção. A direção era a expansão como vinha ocorrendo desde 1851<sup>915</sup>. Assim, em 1857, existiam 688 alunos, quando passaram a incluir também estudantes das escolas particulares no número total e oficial<sup>916</sup>. Seguindo a expansão, em 1859 eram 1.170 alunos<sup>917</sup>; e em 1861, 1.214<sup>918</sup>.

O maior número de estudantes se fazia também pelo aumento da base de cálculo, incluindo aldeamentos, por exemplo. Mas também eram criadas novas escolas para efetivar o projeto de ampliar o ensino de primeiras letras, consumindo, algumas vezes, mais da quinta parte do orçamento provincial com esse intento<sup>919</sup>. *Derramava-se* o ensino, portanto, mesmo levando em conta que havia uma considerável defasagem entre o número de matriculados e os que realmente freqüentavam a escola durante o ano. Essa preocupação em relação à assiduidade dos alunos, no entanto, somente se fará mais constante na década de 1870<sup>920</sup>. Por enquanto, o principal era elevar a cifra de pessoas matriculadas nas escolas.

#### Número de alunos matriculados nas primeiras letras (1840-1861)

| Ano    | 1840 | 1849 | 1850 | 1851 | 1853 | 1854 | 1857 | 1859  | 1861  |
|--------|------|------|------|------|------|------|------|-------|-------|
|        |      |      |      | *    | ***  |      | **** |       |       |
|        |      |      |      | **   |      |      |      |       |       |
| Alunos | 185  | 186  | 204  | 333  | 540  | 417  | 688  | 1.170 | 1.214 |

\* Faltavam contabilizar os alunos de seis freguesias.

\*\* A partir desse ano, passaram a incluir no cômputo geral os aprendizes do Arsenal de Guerra.

<sup>914</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 16.

<sup>915</sup> Esses dados demonstram que uma expansão significativa não aconteceu somente a partir do ano de 1854, quando foi lançado o Regulamento da Instrução Pública, como defende CASTANHA, André. P, 88, ao dar grande peso às leis promulgadas, como iniciadoras de um processo.

<sup>916</sup> RVPP. Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 3 de maio de 1857, p. 6.

<sup>917</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 17.

<sup>918</sup> RPP. Antônio Pedro de Alencastro. Cuiabá, 3 de maio de 1861, p. 11.

<sup>919</sup> RPP Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1854, p. 23. Contudo, a média dos gastos com a instrução era de 13,98 %, entre 1845 e 1889. CASTANHA, André. *Op. cit.*, p. 107.

<sup>920</sup> SIQUERIRA, Elizabeth Madureira. Luzes e Sombras. *Op. cit.*, p. 120.

\*\*\* Passaram a incluir os índios aldeados.

\*\*\*\* Entraram para o cômputo geral também os alunos de escolas particulares.

Essa ampliação do ensino primário, principalmente através de escolas públicas, não acontecia da mesma maneira com as de ensino privado. Pelo contrário. Esses estabelecimentos diminuíaam seguidamente.

#### **Número de escolas particulares e de alunos (1858-1863)**

|      |            |            |
|------|------------|------------|
| 1858 | 18 escolas | 250 alunos |
| 1859 | 16 escolas | 198 alunos |
| 1860 | 12 escolas | 186 alunos |
| 1861 | 10 escolas | 129 alunos |
| 1862 | 10 escolas | 154 alunos |
| 1863 | 10 escolas | 133 alunos |

Fonte: RPP. Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Cuiabá, 3 de maio de 1864.

Segundo o presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho, a “constante e sensível” retração dos estabelecimentos particulares de ensino abonava as escolas públicas. Era a expansão da instrução pelo Estado que fazia diminuir o ensino particular. No entanto, André Castanha percebe de outra maneira essa redução da participação privada. Baseado em indícios de que os estabelecimentos particulares passaram a sofrer inspeções constantes dos inspetores de ensino, muitas delas acabaram fechando. Essa era a causa principal. Contudo, o próprio Castanha defende que as escolas públicas também funcionavam debaixo de forte vigilância. Acredito que a maior oferta de escolas públicas, numa província em que, vez por outra, a carestia se fazia fortemente presente, assim como os esforços de uma certa garantia de moralidade dos professores desses estabelecimentos, sem contar na disseminação do discurso da instrução e a obrigatoriedade do ensino - mesmo que somente na letra da lei - contribuíram substancialmente para que muitas pessoas acabassem por preferir colocar seus filhos nas escolas públicas, e, em vários casos, em detrimento do ensino pago.

Na verdade, uma das preocupações dos dirigentes provinciais era justamente a falta de pessoas habilitadas para exercer o magistério. Para o nosso período analisado, tentou-se criar uma Escola Normal, a exemplo da que existia na província do Rio de Janeiro. Assim, em 1839, já estava estudando nessa escola, em Niterói, o morador de Cuiabá Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzada, mediante um contrato assinado com a província, que lhe pagava todas as custas. Ao retornar, lhe caberia a tarefa de conduzir uma escola semelhante à da província fluminense<sup>921</sup>. Contudo, terminado o prazo de contrato de Louzada para a condução da Escola Normal em Mato Grosso, em novembro de 1844, o professor não quis mais continuar com a tarefa, “por doente e desgostoso do pequeno número de discípulos aplicados”<sup>922</sup>. Assim deixou de funcionar a efêmera escola Normal da província. Depois dessa experiência, Louzada entrou para a burocracia provincial, onde serviu por muitos anos.

Dessa maneira, a expansão do ensino, que se daria a partir dos anos 50 deveria ser efetivada mesmo sem professores formados. Como dizia Leverger, “alguns professores há que mal sabem aquilo que devem ensinar. Entendo contudo que essa pouca instrução que recebe a mocidade é preferível à ignorância absoluta”<sup>923</sup>. Para a difusão do ensino por toda província, faziam-se necessários antes de tudo professores. Sabiam as autoridades que os salários baixos eram pouco atrativos. Assim, não se deveria exigir pessoas com habilidades específicas para o magistério, o que inviabilizaria a propagação da instrução primária. Pelo contrário, o presidente Leverger, por exemplo, recomendava que se contratassem inclusive os candidatos a mestre reprovados nos exames de admissão, pois não os julgava “menos idôneos do que outros que estão servindo”<sup>924</sup>. Mesmo assim, o número de professores nunca seria auspicioso para os propósitos governamentais. Havia, inclusive, concursos em que nem sequer um candidato se inscrevia<sup>925</sup>.

Não obstante, se os conhecimentos positivos eram descartáveis, a moral dos professores parecia ser imprescindível. Daí a intensa vigilância, como mostra André Castanha. Se exigia-se posturas dignas dos professores, maiores exigências eram feitas às mulheres que fossem ingressar na carreira de magistério. Além da probidade e idoneidade

---

<sup>921</sup> DPP. Estevão Ribeiro de Rezende. Cuiabá, 2 de março de 1839, p. 6.

<sup>922</sup> DPP. Ricardo José Gomes Jardim, 1845, p. 18.

<sup>923</sup> RPP. Augusto Leverger, 10 de maio de 1851, p. 23.

<sup>924</sup> RPP. Augusto Leverger, 3 de maio de 1852, p. 19.

<sup>925</sup> RPP. Joaquim Raimundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1859, p. 16.

reconhecida, teriam que apresentar documento comprovando a permissão dos pais, se menores de 21 anos, e do marido, se casadas. Ainda não era o tempo em que as mulheres seriam vistas como professoras por excelência das crianças de primeiras letras<sup>926</sup>. Elas ainda constituíam a minoria na categoria e dispunham de poucas turmas para lecionar, que até então eram exclusivamente do sexo feminino. Em 1846 existia apenas uma escola para meninas, e em 1868, a província contava apenas com duas<sup>927</sup>. Certamente meninas filhas das elites que eram preparadas para bem desempenhar seu papel no lar. Enquanto ao homem se instruía “para desenvolver o intelecto”, existia uma concepção generalizada de que “às mulheres se educava para firmar o caráter”<sup>928</sup>. Assim, por ser parte fundamental nas famílias, dizia um presidente de província, que “esta interessante parte da sociedade, que tanta influência tem nos nossos costumes, na moralidade das nossas ações, de quem recebemos as primeiras inspirações, deve-nos merecer toda a atenção”<sup>929</sup>. Contudo, a instrução feminina não ganhou maiores cuidados na distante província, sendo a tentativa de massificação da educação quase que exclusivamente<sup>930</sup> dirigida aos pertencentes ao sexo masculino.

O ensino secundário também não acompanhou a expansão da instrução. Não somente nos anos 1830 e 1840, mas também em boa parte dos anos 50 não era oferecido pela província um currículo completo de disciplinas da instrução secundária. Disponibilizavam-se somente cadeiras dispersas, que somadas não chegavam a conter as disciplinas obrigatórias para o ingresso em cursos superiores.

Isso somente veio a acontecer com o início do funcionamento do Seminário Episcopal da Conceição, em 1858. As cadeiras esparsas, existentes até então, foram concentradas nesse seminário. Os professores desse estabelecimento, em sua maior parte, eram nomeados e pagos pelo governo central. Mas como havia cadeiras freqüentemente

---

<sup>926</sup> Ver GONTIJO, Diva do Couto. *Op. cit.* 278-315. ASANO, Sandra Nui. “Mulheres no magistério: caminhos e descaminhos de uma trajetória”. In: *Em Tempo de Histórias – Revista dos alunos de Pós-Graduação em História*. Nº 5, ano 5, 2001.

<sup>927</sup> Ricardo José Gomes Jardim, 1846, p. 16, e RVPP. Barão de Aguapeí. Cuiabá, 3 de maio de 1868, p. 9.

<sup>928</sup> Ou seja, aos meninos preparava-se para atuarem, “posteriormente, no espaço público, e as meninas, para futuro desempenho no espaço privado”. MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Op. cit.*, p, 184.

<sup>929</sup> DPP. Zeferino Pimentel Moreira Freire. Cuiabá, 1º de março de 1844, p. 8.

<sup>930</sup> Nos aldeamentos que conseguiam estabelecer, era comum enviarem senhoras de Cuiabá para irem ensinar prendas domésticas às indiazinhas.

vagas, sem nenhuma designação de ocupantes pela Corte, o governo da província se encarregava de supri-las, inclusive pagando-lhes os salários<sup>931</sup>.

O curso do Seminário era freqüentado principalmente pelas elites, que antes tinham que mandar seus filhos ir estudar em outras províncias, caso quisessem um dia vê-los bacharéis, médicos, engenheiros ou oficiais militares.

A difusão da instrução, segundo Elizabeth Siqueira, era uma das características da modernidade que se operava em Mato Grosso, mas que se apresentava de maneira contraditória, ao delimitar os espaços em que os graus de ensino iriam *derramar-se* (para usar uma expressão da época):

A modernidade – movimento contraditório –, se de um lado ampliou a possibilidade de instrução primária elementar a um número expressivo de crianças, conseguiu estabelecer, no circuito desse processo, uma cisão clara: aos mais pobres, apenas o ensino básico; às camadas elevadas, todo o percurso: primário complementar, secundário e superior. Por isso, os êxitos no setor instrucional, no entendimento das elites, eram atribuídos à ilustração e civismo dos dirigentes; os fracassos, à população que, vivendo nos limites da “barbárie”, não era capaz de vislumbrar as vantagens que o projeto moderno operaria no interior da nação.<sup>932</sup>

Não obstante, a expansão das primeiras letras começou a encontrar seus limites nas vésperas da guerra. Em 1864 existiam 1.004 alunos na totalidade<sup>933</sup>. Os dirigentes não arriscaram uma explicação para isso. Talvez houvesse se esgotado, mesmo que momentaneamente, a quantidade de pessoas que poderiam ser professores, assim como a experiência da sala de aula não cativasse mais outros tantos alunos e pais, preocupados principalmente com a lida diária. Seja como for, foi durante o período do conflito contra o Paraguai que a diminuição do número de escolas e alunos matriculados se fez de maneira

---

<sup>931</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869, p. 27.

<sup>932</sup> SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. “Educação e modernidade: uma dimensão plural – modernas noções de tempo e espaço nas escolas públicas de MT.” In: Revista de Educação Pública. Cuiabá, v. 8, nº 13, pp. 122-142.

<sup>933</sup> RPP. Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869, p. 26.

acentuada: em 1868 eram 718 alunos registrados, sendo 549 na instrução pública<sup>934</sup>. Some-se à guerra, uma grande enchente na capital em 1865, e o violento contágio da varíola em 1867. Se a população da província diminuiu substancialmente no período do conflito contra o Paraguai<sup>935</sup>, conseqüentemente acontecia o mesmo também com a oferta e a procura pela instrução. Essa retração foi bastante sentida certamente pela mortandade no “ano das bexigas”, mas também devido a muitos que foram engajados no serviço militar, fazendo diminuir consideravelmente o número de professores.

Nas décadas posteriores à guerra, os números passariam novamente dos mil alunos<sup>936</sup>, assim como seria construído um liceu para o ensino secundário e uma Escola Normal. Eram instituições que assegurariam com mais eficácia a difusão da instrução, e se possível fosse, também a propagação da *educação*, procurando promover, dessa maneira, a transformação dos habitantes do *sertão* em filhos *civilizados* da nação que construíam. Ou seja, era como predizia o fazendeiro Antônio José da Silva, ainda na década de 1830: a instrução mudaria os *costumes*, fazendo com que a *liberdade* não se confundisse com a *desordem*. A difusão da instrução, portanto, demonstrava o poder de alcance das instituições governamentais, que se organizavam cada vez mais, saudando a integração de diversas partes da província, assim como desta à nação, num momento em que a desordem política parecia estar para traz, pois demonstravam estar sedimentados tanto os locais para o exercício político, quanto os seus atores.

---

<sup>934</sup> *Ibidem*.

<sup>935</sup> Ver PERARO, Maria Adenir. *Op. cit.*, p. 65.

<sup>936</sup> Em 1880, a província tinha 1.343 alunos nas primeiras letras. CORRÊA FILHO. Virgílio. *Questões de ensino*. São Paulo: Cia Gráfica Monteiro Lobato, 1925.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Me embrenhar nas práticas políticas de Mato Grosso, desde o pós-Rusga (1834) até o fim da guerra contra o Paraguai (1870), me fez perceber três gerações diferentes de homens públicos que atuavam localmente. Através dessas gerações podemos compreender os “tempos” distintos dos políticos de Mato Grosso. Dessa forma, é utilizada aqui a proposta da historiadora Ângela de Castro Gomes, na qual uma geração não se restringe necessariamente às pessoas da mesma idade, valores e classes<sup>937</sup>. Mas sim a uma maneira de operacionalizar a história de grupos, considerando as relações entre as pessoas de um mesmo grupo (no caso, o dos homens públicos provinciais), - independentemente de terem a mesma idade ou de constituírem uma mesma classe -, e de relações de um grupo com outras gerações também. Ou seja, uma geração não se encerra em si mesma.

Essas gerações apresentariam durações completamente disformes, contendo atores que poderiam ter o seu tempo de atuação pública maior ou menor que um período característico de uma geração. Cada fase seria caracterizada tanto pelo destaque político de uma parte dos homens públicos, quanto pela forma de relacionamento entre os representantes das elites políticas. Esses grupos, balizados pelo período de suas atuações, são distinguidos por determinadas práticas, por certas concepções, e por distintos episódios. Claro que as *gerações* são uma formulação arbitrária do pesquisador, mas são uma proposta para se operacionalizar os períodos investigados.

A primeira geração (1834 “pós-30 de maio” -1837) era caracterizada pela forte lembrança da “Rusga” e pelo embate entre a liderança de Poupino Caldas (acusado pelos seus inimigos de ser um dos responsáveis pelas chacinas do “30 de maio” de 1834) e os antigos políticos da capital como Antônio Corrêa da Costa, Jerônimo Joaquim Nunes e André Gaudie Ley. Era marcante nesse tempo a nova experiência constituída pelo exercício político na Assembléia Provincial. Nesse embate, o presidente de província procurava ser a força determinante na disputa local, apoiando Poupino Caldas contra os antigos líderes políticos de Mato Grosso. Com a troca do presidente de província, de Alencastro para

---

<sup>937</sup> GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

Pimenta Bueno, Poupino perdeu sua proteção. Contudo, não foram as antigas lideranças que passaram a ser apoiadas pelo novo presidente de província, e sim um novo grupo de políticos que se formava, tendo muitos de seus membros cidadãos de vilas que não eram a capital.

A segunda geração (1837-1850) era marcada pela liderança de Manoel Alves Ribeiro. Fazendeiro de Poconé, juntamente com seu grupo, conseguiu desbancar a hegemonia de Cuiabá na política provincial. Esse grupo era constituído de fazendeiros e negociantes de Poconé, mas também de outros lugares da província, inclusive da própria capital. Padres e bacharéis também compunham o grupo que veio a ser chamado de Partido Liberal. Essas pessoas formavam um partido muito mais por adesões pessoais ou oposição a outros indivíduos do que por uma idéia política, como a “descentralização”, por exemplo. Nesse tempo, procuravam a supremacia em Mato Grosso combatendo quase todos os presidentes de província, não importando se o *delegado do Império* era designado por gabinete conservador ou liberal. Importava era se sua atuação fosse conveniente ou não aos principais membros do partido hegemônico na localidade. Depois de se oporem fortemente a Estevão Ribeiro de Rezende, por exemplo, o cônego Silva Guimarães, um dos líderes liberais, foi nomeado presidente de província. Contudo, logo os mesmos liberais começaram a se opor contundentemente ao cônego. Este acabou tendo como aliados seus antigos oponentes, os conservadores de Cuiabá. Depois disso, a liderança de Ribeiro no seu partido era incontestada.

Essa geração era marcada pela maioria na Assembléia pelos seguidores do fazendeiro de Poconé. As articulações dos liberais com outras partes da província os faziam vencer quase todas as eleições, a despeito das leis que concentravam poderes no presidente e no governo central. Não era raro elegerem o deputado que iria representar o Mato Grosso na Corte, mesmo tendo como rival o chefe do Executivo na província com todo o aparato governamental. Chegavam a desafiar os poderes policiais do governo com atitudes abertamente ilegais, que iam desde o seqüestro de um preso político, passando pela apropriação da tipografia provincial, até a escravização de pessoas livres. O receio de que os seguidores de Ribeiro causassem alguma rebelião, podendo prejudicar a integridade do Império, acabava por ser uma forte moeda de troca entre os liberais da província e os governantes. Apesar de sinais claros de irregularidades e insubmissão, o governo central

não os confrontava diretamente. Pelo contrário, cedia postos e honrarias, ao mesmo tempo em que tentava afastar o chefe de Poconé do comando direto da província.

O fim da geração de Ribeiro começa com a derrota de seu líder para a deputação geral, em 1849. O chefe de Poconé, devido a abertura de uma segunda vaga, consegue ir para a Corte como representante de Mato Grosso na Câmara dos Deputados. De lá, se candidata a senador. Ainda estava longe de ser um político completamente arruinado quando morreu em 1853, no Rio de Janeiro, em campanha para a Câmara Alta.

No entanto, desde 1850 os liberais ligados a Ribeiro já não eram a maioria da Assembléia em Mato Grosso. Novos atores começaram a aparecer compondo uma outra geração (1850-1870). Era uma fase de políticos que não desafiavam mais constante e francamente os presidentes de província; pelo contrário, os deputados provinciais, no início, mandavam cartas de apoio, querendo demonstrar que a “ordem” não estava mais em perigo, mesmo que estivessem na oposição. Faziam parte dessa nova fase de políticos membros do Partido Liberal como Batista de Oliveira e Sousa Osório, e conservadores como Joaquim Gaudie Ley e Luiz da Silva Prado. Era uma geração que não se caracterizava pela supremacia política de um líder ou de um partido por muito tempo, de maneira avassaladora, como fora a geração anterior.

Claro que essa *transição* de gerações contou com a transigência de atores que antes se mostravam irredutíveis. O próprio Oliveira, um dos expoentes dessa geração, já havia atuado como deputado provincial junto a Ribeiro na legislatura de 1846/1847. Mas em 1850, entrava como parte da minoria da Assembléia, quando seriam de todos os partidos os esforços para demonstrar que a “ordem” não era mais colocada em perigo. Ou seja, os políticos não eram “leões” ou “raposas” em sua essência<sup>938</sup>, mas tinham uma atitude mais aguerrida e exaltada ou mais persuasiva e conciliatória dependendo do momento da vida pública.

Certamente os principais políticos dessa geração já percebiam que transigir com o governo central, e com seus delegados, era mais prudente e proveitoso para conseguirem vãos mais altos, tais como o do próprio Ribeiro que sonhava com o Senado, ou mesmo para objetivos mais *modestos*, como os que desejavam mercês e cargos na administração.

---

<sup>938</sup> NEVES, Maria Manuela Renha de Novis Neves. *Leões e raposas na política de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001.

Provavelmente o governo central havia diminuído espaços para a barganha com a “ordem”, sinalizando que os premiados seriam os que colaboravam com os propósitos da Coroa, e não os que a ameaçassem. Mas o fato era que os presidentes de província deixaram de ser alvo contínuo de contundentes hostilidades das Assembléias, e se tornaram efetivamente poderosas influências nas disputas locais, elegendo amiúde os seus candidatos, fato que não acontecia nas gerações anteriores. Os chefes do Executivo não deixaram de ser objeto de reclamações dos políticos que se viam em desvantagem na província, mas esses não mais promoviam ameaças de deposições à força ou mesmo de assassinatos. Contribuía para isso a não exclusão completa de uma facção dos quadros governamentais ou de tarefas consideradas importantes. A cultura política entre os principais homens públicos, a partir dos anos 50, também consistia em assegurar alguma representação para o oponente que estivesse em desvantagem.

Um ator destacado dessa geração de homens públicos provinciais foi Augusto Leverger. Mesmo sem nunca ter disputado um cargo eletivo, dispunha do maior *capital político* da província. Ele era a própria encarnação da idéia de “Conciliação”, antes mesmo do gabinete do marquês de Paraná se constituir. Com habilidade, soube distribuir cargos e tarefas durante um certo período. No entanto, seu “espírito conciliador” era tal qual o dos gabinetes da “primeira Conciliação”: tendia mais para o partido *saquarema*, o que já indicava as suas próprias relações pessoais. Durante a guerra, quando predominava ministério “progressista”, chegou a pedir demissão do cargo de presidente para pressionar a demissão do barão de Aguapeí, chefe dos liberais, que estava no comando da Guarda Nacional. Mas o seu conservadorismo ia além de qualquer opção partidária provincial. Era verdadeiro defensor das instituições monárquicas, incluindo aí a escravidão e a concentração de terras. Possivelmente, ninguém traduzia melhor na província a idéia de ser *saquarema* do que o barão de Melgaço. “*Saquarema*”, idéia que queria expressar que a disputa política seria somente em determinado âmbito, restrita a poucos, quando às vezes caberia uma “conciliação”, em que os derrotados não deveriam ser humilhados - o que poderia abrir espaço para revanches -; uma política que demonstrava que, se poderia haver rodízio de pessoas nas posições de comando e nos cargos públicos, a *malta* deveria manter o seu lugar.

Dessa maneira, foi nessa terceira geração de homens públicos que o discurso da “ordem” começou a ser substituído pelo discurso da “civilização”. A “desordem” política deixou de figurar como o principal perigo, quando poderia contagiar do “topo” da sociedade à “última classe”. A “desordem”, nesse momento, deveria ser característica restrita às camadas populares. Assim, a capital já poderia voltar a contar com uma força policial. Os deputados provinciais já não tinham ressalvas de seu uso exclusivamente eleitoral pelo presidente de província, reforçando as vontades do poder Executivo. As regras do jogo já estavam acordadas. Claro que por parte dos governos sempre persistia o medo de insubordinação das elites. Mas o projeto de construção da nação se mostrava eficaz em as atrair. Era um projeto que procurava assimilar não somente as elites, através de cargos e honrarias, mas toda uma população, de maneira a hierarquizá-la e conduzi-la.

Dessa maneira, procurava-se inclusive valer-se dos diversos aborígenes na construção do país. Para tais propósitos, era diretor-geral dos índios o líder liberal João Batista de Oliveira, que procurava promover a *integração* dos índios pela *civilização*. Também expandia-se o ensino de primeiras-letas. Dessa maneira, foi inspetor de ensino durante muitos anos o conservador Joaquim Gaudie Ley, procurando mudar os costumes da população. Dever-se-ia ligar física e politicamente as várias partes da província à sua sede administrativa e política. Assim, além de estar à frente da construção de estradas e de outras benfeitorias, Leverger não falava mais “cuiabanos”, mas sim “mato-grossenses”. Era nesse mesmo tempo em que as “listas” eleitorais nas diversas partes da província começavam a ficar cada vez mais parecidas. A *integração* da província, portanto, iria desde a construção de cadeias nas diferentes freguesias, passando pelas criações de vilas, chegando inclusive aos resultados eleitorais semelhantes em todas as freguesias. A capital era a sede incontestada da direção política e moral da província.

Em 1870 foi quando o barão de Melgaço se retirou definitivamente da vida pública. Nesse mesmo ano, os conservadores conseguiram uma vitória estrondosa na política de Mato Grosso. Há uma renovação de quase 70% da Assembléia Legislativa, começando a atuação parlamentar provincial de pessoas que se tornariam líderes de seus partidos, como Antônio Murinho, Ramiro de Carvalho e João de Sousa Neves, sem que isso significasse o fim imediato do período de atuação de Aguapeí e de Cerqueira Caldas, antigos líderes partidários. Mas na própria província se vivia o ano de 1870 como uma nova época, tempo

em que chegava à capital finalmente a notícia, por um vapor, da queda de Solano Lopez, *o inimigo da civilização de Mato Grosso e do Brasil*. Assim, a população da capital comemorava euforicamente o fato que significava o fim da guerra e provavelmente o término de muitos sofrimentos e privações. Lembravam-se os mortos brasileiros, com vivas e missas. Mas era também o momento dos “homens grados” desfilerem pelas ruas<sup>939</sup>, como os responsáveis pelos destinos da província. Era a ocasião em que as tropas se postavam em solenidade, e em que os homens que ocupavam cargos públicos apresentavam seu civismo comparecendo ao *Te Deum* evocativo. Era também uma festa sobre fato especial, que marcaria o início de um novo tempo, mas tempo que não apagaria as distinções e idéias construídas nas gerações anteriores.

---

<sup>939</sup> Para uma descrição testemunhal da chegada da notícia da morte de Solano Lopez, ver AN. IJJ(9) 510. Luiz da Silva Prado para Paulino José Soares de Souza, ministro dos negócios do Império. Cuiabá, 4 de abril de 1870.

## INDICE DE ANEXOS

|  |     |
|--|-----|
| Anexo I - Quadro de Deputados Provinciais e respectivas legislaturas (1835-1871) .....   | 320 |
| Anexo II – Quadro de Governantes de Mato Grosso .....  | 335 |
| Anexo III - Carta do presidente major Oliveira ressaltando a importância do cargo de vice-presidente, ao mesmo tempo em que alertava sobre o perigo de vida por que passava, assim como mostrava o domínio do “Partido de Camapuã” ..... | 336 |
| Anexo IV - Leverger pede para que o juiz nomeado para a comarca de Cuiabá fosse já nomeado vice-presidente. Também solicita que os liberais ocupassem vagas na vice-presidência. Era o momento da “Conciliação” .....                    | 338 |
| Anexo V - Assembléia agradece ao Governo Central pela permanência de Leverger. ....  | 339 |
| Anexo VI - Súplica de mercês .....   | 340 |
| Anexo VII - Quadro dos crimes praticados na Província de Mato Grosso entre 1861 e 1870, com totais por tipo de crime e por ano. ....   | 341 |
| Anexo VIII – Mapa de Mato Grosso no século XIX .....   | 342 |
| Anexo IX – Ata geral da eleição de vinte deputados à Assembléia Provincial de Mato Grosso, em 3 de janeiro de 1837. ....   | 343 |

| Legisl./<br>Deputados                   | 1835<br>1836 | 1837<br>* | 1838<br>1839 | 1840<br>1841 | 1842<br>1843 | 1844<br>1845 | 1846<br>1847 | 1848<br>1849 | 1850<br>1851 | 1852<br>1853 | 1854<br>1855 | 1856<br>1857 | 1858<br>1859 | 1860<br>1861 | 1862<br>1863 | 1864<br>1865 | 1866<br>1867 | 1868<br>1869 | 1870<br>1871 |
|---|--------------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Pe. J. da Sil-<br>va Guimarães          | X            | X         | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| José<br>Gomes da<br>Silva               | X            | X         |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Antônio J.<br>de Araújo<br>Ramos        | X            |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| José<br>Feliciano<br>B Mamoré           | X            | X         |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| José da<br>Costa Leite<br>de<br>Almeida | X            |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Antônio<br>Corrêa da<br>Costa           | X            | X         | X            | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| João<br>Poupino<br>Caldas               | X            | X         |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| José Leite<br>Pereira<br>Gomes          | X            | X         |              | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Antônio<br>Guimarães<br>e Silva         | X            | X         | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Albano de<br>Souza<br>Osório            | X            | X         |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Joaquim de                              | X            | X         | X            | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |

\* Legislatura somente de um ano.

ANEXO I - Quadro de Deputados Provinciais e respectivas legislaturas (1835-1871)









| Dias Castro Jr.                           |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
|---|--------------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Legisl./<br>Deputados                     | 1835<br>1836 | 1837<br>* | 1838<br>1839 | 1840<br>1841 | 1842<br>1843 | 1844<br>1845 | 1846<br>1847 | 1848<br>1849 | 1850<br>1851 | 1852<br>1853 | 1854<br>1855 | 1856<br>1857 | 1858<br>1859 | 1860<br>1861 | 1862<br>1863 | 1864<br>1865 | 1866<br>1867 | 1868<br>1869 | 1870<br>1871 |
| Manoel<br>Felipe<br>Fernandes<br>Cuiabano |              |           |              |              | X            | X            | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Gabriel<br>Alves<br>Fernandes             |              |           |              |              | X            | X            | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Pe. Manoel<br>Pereira<br>Mendes           |              |           |              |              | X            | X            | X            | X            |              | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            |              |
| João José<br>de Siqueira                  |              |           |              |              | X            | X            | X            | X            | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Pe. Manoel<br>da Costa e<br>Silva         |              |           |              |              | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Bento<br>Franco de<br>Camargo             |              |           |              |              | X            | X            |              |              |              | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            |              |              |
| Joaquim<br>José da<br>Gama                |              |           |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Caetano<br>Xavier da<br>Silva<br>Pereira  |              |           |              |              | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Silvério<br>Antunes de<br>Souza           |              |           |              |              |              | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| João<br>Batista<br>Prudêncio              |              |           |              |              |              | X            | X            | X            |              | X            |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |

|                                  | 1835 | 1837 | 1838 | 1840 | 1842 | 1844 | 1846 | 1848 | 1850 | 1852 | 1854 | 1856 | 1858 | 1860 | 1862 | 1864 | 1866 | 1868 | 1870 |
|----------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Legisl./<br>Deputados            | 1836 | *    | 1839 | 1841 | 1843 | 1845 | 1847 | 1849 | 1851 | 1853 | 1855 | 1857 | 1859 | 1861 | 1863 | 1865 | 1867 | 1869 | 1871 |
| J.Felicíssimo de Almeida Louzada |      |      |      |      |      | X    | X    |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| José Maria de Campos             |      |      |      |      |      | X    |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| Manoel Pinto Guedes              |      |      |      |      |      | X    |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| Francisco Nunes Martins          |      |      |      |      |      | X    | X    | X    |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| Severo J. de Souza Lima          |      |      |      |      |      |      | X    |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| José Delfino de Almeida          |      |      |      |      |      |      | X    | X    | X    | X    | X    | X    |      |      |      |      |      |      |      |
| João Batista de Oliveira         |      |      |      |      |      |      | X    |      | X    | X    | X    | X    | X    | X    |      |      |      |      |      |
| Antônio José do Couto            |      |      |      |      |      |      | X    | X    | X    |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| Albano de Souza Osório (filho)   |      |      |      |      |      |      |      | X    | X    | X    | X    | X    | X    | X    | X    | X    | X    | X    |      |
| Fran. A. de Azevedo Francisco    |      |      |      |      |      |      |      | X    |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      | X    |
|                                  |      |      |      |      |      |      | X    |      |      |      |      |      | X    | X    | X    | X    |      |      |      |

| de Assis<br>Pereira                         |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
|---|--------------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--|
| Legisl./<br>Deputados                       | 1835<br>1836 | 1837<br>* | 1838<br>1839 | 1840<br>1841 | 1842<br>1843 | 1844<br>1845 | 1846<br>1847 | 1848<br>1849 | 1850<br>1851 | 1852<br>1853 | 1854<br>1855 | 1856<br>1857 | 1858<br>1859 | 1860<br>1861 | 1862<br>1863 | 1864<br>1865 | 1866<br>1867 | 1868<br>1869 | 1870<br>1871 |  |
| Pe. José da<br>Silva<br>Fraga               |              |           |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
| Henrique<br>Augusto<br>Ferreira             |              |           |              |              |              |              |              | X            |              | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
| José de<br>Souza<br>Canavarros              |              |           |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
| Alexandre<br>José Leite                     |              |           |              |              |              |              |              | X            |              | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            |              |  |
| Pe.<br>Joaquim<br>de<br>Cerqueira<br>Caldas |              |           |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
| Pe. Miguel<br>Dias de<br>Oliveira           |              |           |              |              |              |              |              | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |  |
| José<br>Joaquim<br>Graciano<br>de Pina      |              |           |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
| Joaquim<br>Gaudie<br>Ley                    |              |           |              |              |              |              |              |              | X            |              | X            | X            |              |              | X            |              |              |              |              |  |
| Joaquim<br>Pires da<br>Silva                |              |           |              |              |              |              |              |              | X            |              | X            | X            | X            | X            |              | X            |              |              |              |  |
| Pe. Fr.<br>Pereira de                       |              |           |              |              |              |              |              |              | X            | X            |              |              |              |              | X            | X            | X            |              |              |  |

| Moraes<br>Jardim<br>Legisl./<br>Deputados | 1835<br>1836 | 1837<br>* | 1838<br>1839 | 1840<br>1841 | 1842<br>1843 | 1844<br>1845 | 1846<br>1847 | 1848<br>1849 | 1850<br>1851 | 1852<br>1853 | 1854<br>1855 | 1856<br>1857 | 1858<br>1859 | 1860<br>1861 | 1862<br>1863 | 1864<br>1865 | 1866<br>1867 | 1868<br>1869 | 1870<br>1871 |
|---|--------------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Antônio<br>José<br>Duarte                 |              |           |              |              |              |              |              |              | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Leopoldin<br>o Lino de<br>Faria           |              |           |              |              |              |              |              |              | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            |              |              |
| Antônio<br>Corrêa do<br>Couto             |              |           |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Luiz da<br>Silva<br>Prado                 |              |           |              |              |              |              |              |              | X            |              | X            | X            |              |              |              |              |              |              | X            |
| Joaquim<br>Timóteo<br>Ribeiro             |              |           |              |              |              |              |              |              | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |
| Henrique<br>José Vieira                   |              |           |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              | X            |              |              |              |              |              | X            |
| Benedito<br>José da<br>Silva<br>França    |              |           |              |              |              |              |              |              |              | X            |              | X            | X            | X            |              |              |              |              |              |
| José<br>Caetano<br>Metello                |              |           |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            |              |
| João<br>Gualberto<br>de Mattos            |              |           |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              | X            | X            |              |
| Manoel<br>Antunes de<br>Barros            |              |           |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            | X            | X            | X            |              |              |              |              |              |

| Legisl./<br>Deputados                         | 1835<br>1836 | 1837<br>* | 1838<br>1839 | 1840<br>1841 | 1842<br>1843 | 1844<br>1845 | 1846<br>1847 | 1848<br>1849 | 1850<br>1851 | 1852<br>1853 | 1854<br>1855 | 1856<br>1857 | 1858<br>1859 | 1860<br>1861 | 1862<br>1863 | 1864<br>1865 | 1866<br>1867 | 1868<br>1869 | 1870<br>1871 |   |
|---|--------------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---|
| Pe.<br>Francisco<br>José do<br>Couto          |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            | X            | X            | X            |              |              |              |              |   |
| Pe. Joaqui<br>m Antônio<br>da Silva<br>Rondon |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            | X            |              | X            | X            | X            |              |              |   |
| Luiz da<br>Fonseca e<br>Moraes                |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            |              |              |              |              |              |              |              |   |
| Manoel da<br>Costa e<br>Arruda                |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            | X            |              |              | X            | X            | X            |              |   |
| Celestino<br>Corrêa da<br>Costa               |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |              | X |
| Antônio de<br>Cerqueira<br>Caldas             |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |              | X |
| Antônio<br>Luiz<br>Brandão                    |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |              | X |
| Pe. José<br>Antunes<br>Peixoto                |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |              |   |
| João Alves<br>Ribeiro                         |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            |              |              |              |              |              |   |
| Manoel A<br>Pereira<br>Mendes                 |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |   |

| Legisl./<br>Deputados                               | 1835<br>1836 | 1837<br>* | 1838<br>1839 | 1840<br>1841 | 1842<br>1843 | 1844<br>1845 | 1846<br>1847 | 1848<br>1849 | 1850<br>1851 | 1852<br>1853 | 1854<br>1855 | 1856<br>1857 | 1858<br>1859 | 1860<br>1861 | 1862<br>1863 | 1864<br>1865 | 1866<br>1867 | 1868<br>1869 | 1870<br>1871 |  |
|---|--------------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--|
| João de<br>Souza<br>Osório                          |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            |              |              |              |              |              |  |
| Caetano<br>Xavier da<br>Silva<br>Pereira<br>(filho) |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            |              |              |              |              |              |  |
| Joaquim<br>Antônio<br>Xavier do<br>Vale             |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |              |  |
| José Leite<br>Galvão                                |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            | X            |              |              |              |              |  |
| José<br>Porfírio<br>Antunes                         |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            |              |              |              |              |              |  |
| Tomás<br>Antônio de<br>Miranda                      |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            | X            | X            | X            | X            | X            |  |
| Joaquim<br>José<br>Gomes da<br>Silva                |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              | X            |              |              |              |              |  |
| João<br>D'Alincou<br>rt Sabo<br>deOliveira          |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            | X            | X            | X            | x            |  |
| Pe Antônio<br>Pedro de<br>Figueiredo                |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |  |

| Legisl./<br>Deputados                     | 1835<br>1836 | 1837<br>* | 1838<br>1839 | 1840<br>1841 | 1842<br>1843 | 1844<br>1845 | 1846<br>1847 | 1848<br>1849 | 1850<br>1851 | 1852<br>1853 | 1854<br>1855 | 1856<br>1857 | 1858<br>1859 | 1860<br>1861 | 1862<br>1863 | 1864<br>1865 | 1866<br>1867 | 1868<br>1869 | 1870<br>1871 |  |
|---|--------------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--|
| Manoel da<br>Costa<br>Arruda              |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            |              |              |              |              |  |
| Manoel<br>Sérgio da<br>Costa              |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |              |  |
| José<br>Marcelino<br>da Silva<br>Prado    |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |  |
| Caetano de<br>Silva e<br>Albuquer-<br>que |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            |              |              |              |  |
| Manoel da<br>Cunha e<br>Abreu             |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |  |
| João<br>Augusto de<br>Macedo              |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |              |  |
| Joaquim<br>Pinto<br>Guedes                |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            | X            |              |  |
| Francisco<br>Nunes da<br>Cunha            |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            | X            |              |  |
| Manoel<br>Bento de<br>Lima                |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            | X            | X            |              |  |
| José A.<br>Barbosa de                     |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |              |              |              |  |





|   |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
|---|--------------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--|
| Carvalho<br>Ferro                         |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |  |
| Legisl./<br>Deputados                     | 1835<br>1836 | 1837<br>* | 1838<br>1839 | 1840<br>1841 | 1842<br>1843 | 1844<br>1845 | 1846<br>1847 | 1848<br>1849 | 1850<br>1851 | 1852<br>1853 | 1854<br>1855 | 1856<br>1857 | 1858<br>1859 | 1860<br>1861 | 1862<br>1863 | 1864<br>1865 | 1866<br>1867 | 1868<br>1869 | 1870<br>1871 |  |
| Antônio<br>Manoel da<br>Silva<br>Fontes   |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |  |
| João<br>Roberto da<br>Cunha<br>Bacelar    |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |  |
| João de<br>Souza<br>Neves                 |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |  |
| José<br>Joaquim<br>dos Santos<br>Ferreira |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |  |
| José<br>Antônio<br>Peixoto                |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |  |
| João Felix<br>de<br>Azevedo               |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |  |
| José da<br>Silva<br>Rondon                |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |  |
| Ricardo<br>Franco de<br>Almeida<br>Serra  |              |           |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              |              | X            |  |

Fonte: IMPL: Caixas 1835-1870 e apontamentos de Elizabeth Madureira Siqueira.

## ANEXO II

Governantes de Mato Grosso (maio de 1834 a outubro de 1870)

|  |                      |
|--|----------------------|
| 2º Vice-Presidente João Poupino Caldas       | mai. 1834/set.1834   |
| Presidente Antônio Pedro de Alencastro       | set. 1834/fev.1836   |
| 1º Vice-P. Antônio Corrêa da Costa           | fev.1836/fev. 1836   |
| 2º Vice-P. Antônio José da Silva             | fev. 1836/ago.1836   |
| Presidente José Antônio Pimenta Bueno        | ago. 1836/mai.1838   |
| 1º Vice-P. José da Silva Guimarães           | mai.1838/set.1838.   |
| Presidente Estevão Ribeiro de Resende        | set. 1838/out.1840   |
| Presidente José da Silva Guimarães           | out. 1840/dez.1842   |
| 1º Vice- P. Antônio Corrêa da Costa          | dez. 1842/mai.1843   |
| Presidente José da Silva Guimarães           | mai.1843/ago.1843    |
| 1º Vice- P. Manoel Alves Ribeiro             | ago.1843/out.1843    |
| 2º Vice-P. José Mariano de Campos            | out..1843/out.1843   |
| Presidente Zeferino Pimentel Moreira Freire  | out. 1843/set.1844   |
| Presidente Ricardo José Gomes Jardim         | set. 1844/abr.1847   |
| Presidente João Crispiniano Soares           | Abr. 1847/abr.1848   |
| 1º Vice-P. Manoel Alves Ribeiro              | Abr.1848/mai.1848    |
| 2º Vice-P. Antônio Nunes da Cunha            | mai.1848/set.1848    |
| Presidente Joaquim José de Oliveira          | set. 1848/set.1849   |
| Presidente João José da Costa Pimentel       | set.1849/fev.1851    |
| Presidente Augusto Leverger                  | fev.1851/abr.1857    |
| 1º Vice-p. Albano de Sousa Osório            | Abr.1857/fev.1858    |
| Presidente Joaquim Raimundo de Lamare        | fev.1858/out.1859    |
| Presidente Antônio Pedro de Alencastro       | set. 1859/fev.1862   |
| Presidente Herculano Ferreira Penna          | fev.1862/mai.1863    |
| 1º Vice-P. Augusto Leverger                  | mai.1863/jul.1863    |
| Pres. Alexandre Manuel Albino de Carvalho    | jul. 1863/agost.1865 |
| 1º Vice-P. Augusto Leverger                  | ago.1865/fev.1866    |
| Presidente Augusto Leverger                  | fev.1866/ mai.1866   |
| 1º Vice-P. Albano de Sousa Osório            | mai. 1866/fev.1867   |
| Presidente José Vieira Couto de Magalhães    | fev. 1867/abr.1868   |
| 1º Vice- J. B. de Oliveira(Barão de Aguapeí) | Abr. 1868/set.1868   |
| 2º Vice-P. Albano de Sousa Osório            | set. 1868/set.1868   |
| 3º Vice-P. José Antônio Murтинho             | set. 1868/mar.1869   |
| Presidente Augusto Leverger                  | mar.1869/out.1870    |
| 1º Vice-P. Presidente Luís da Silva Prado    | fev. 1870/mai.1870   |
| 2º Vice-P. Antônio de Cerqueira Caldas       | Mai.1870/out.1870    |

Fonte: COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. *Governantes de Mato Grosso*. Cuiabá: APEMT, 1993.

## ANEXO III

- Carta do presidente major Oliveira ressaltando a importância do cargo de vice-presidente, ao mesmo tempo em que alertava sobre o perigo de vida por que passava, assim como mostrava o domínio do “Partido de Camapuã”.

*Reservado – Ilmo. E Exmo. Snr. – Em referênciã ao meu ofício desta data participando a organização provisória da Guarda de Segurança Pública desta Cidade tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. o seguinte.*

*O Partido que hoje é aqui conhecido pela denomina[ção] de Partido de Camapuã, e que em 8 de junho de 1846 a Sessão do conselho de Estado dos Negócios do Império já qualificava de audaz, é o sucessor do que no dia 30 de maio de 1834, e seguintes, cobriu de luto esta Província com a carnificina e roubos que cometera. Depois quis ele assassinar o Presidente estevão Ribeiro de Rezende, e depois o Presidente Ricardo Gomes Jardim. Nenhum princípio político o caracteriza.*

*O Partido Camapuã recebeu muito favor do presidente José Antônio Pimenta Bueno; foi em virtude de uma Portaria deste Presidente que Manoel Alves Ribeiro, hoje Chefe do Partido tomou de assalto a Fazenda de Camapuã.*

*A proteção dada pelo Presidente João Crispiniano Soares ao Partido Camapuã pode ainda Ter resultados mui funestos para a tranqüilidade da Província. A existência dos atuais Vice-Presidentes, devida ao mesmo Presidente, é um incentivo permanente para a perturbação da Ordem pública.*

*O Partido Camapuã, conhecendo que eu não podia convir-lhe, visto não estar disposto a sacrificar-lhe os meus princípios de justiça, resolveu por de novo na Presidênciã o Vice-Presidente Antônio Nunes da Cunha, parente e cunhado de Manoel Alves Ribeiro, e no comando das Armas o Coronel Graduado Severo José de Souza Lima, compadre de Manoel Alves, seu comensal; assassinando-me no meio de uma comoção para esse fim promovida. Tenho hoje disso toda a convicção.*

*Manoel Alves havia obtido permissão minha para passar uma revista aos Guardas Nacionais de todo o município de Cuiabá, chamando-os das Freguesias de fora da Cidade a comparecerem aqui no dia 25 deste mês. Este dia era o escolhido para a execução do plano projetado, como depois soube; e para isso devia servir o armamento do Arsenal de Guerra; como em 30 de maio de 1834. Entretanto, suspenso o Diretor do Arsenal de Guerra, organizada a Guarda de Segurança Pública, demitido Manoel Alves de Chefe de Legião, e revogadas em tempo as ordens expedidas para a revista do dia 25, nada aconteceu, exceto a fuga de Manoel Alves para a Vila de Poconé.*

*Sou acusado pelo Partido Camapuã de ter dado muitas demissões, feito muitas suspensões, e premeditar prisões e deportações. Exmo. Snr., depois que me acho nesta Província suspendi o Major Antônio Bernardo de Oliveira, de Diretor do Arsenal de Guerra, e o Bacharel Ayres Augusto de Araújo do lugar que não exercia de Delegado de Polícia, Manoel Alves Ribeiro de Chefe de Legião, e José Delfino de Almeida de Promotor. Quanto aos três primeiros indivíduos, os meus atos eram reclamados tanto pelo zelo do serviço, como pela segurança e tranqüilidade pública; e quanto ao último, o Presidente Crispiniano o nomeou estando ele envolvido em dois processos de responsabilidade, e contra essa nomeação existia uma representação do Juiz de Direito Teófilo Ribeiro de*

*Rezende, e outra do Juiz Municipal suplente Joaquim Gaudie Ley, sobre as quais era necessário resolver.*

*Diz-se que o Oficial Maior servindo de Secretário da Presidência espia os meus atos para ir referi-los aos Chefes do Partido Camapuã, e que o Administrados do Correio desta Cidade abre os meus ofícios, e mostra-os à mesma gente, obrigando-me por isso a remeter agora por um próprio a minha correspondência para a Corte. Entretanto não tenho demitido o Oficial Maior da Secretaria, nem suspendido o Administrados do Correio. Ainda não demiti um só subdelegado, apesar de serem todos exaltados Camapuãnistas.*

*Pelo que respeita a prisões e deportações direi somente a V. Exa. que se eu não respeitasse muito os direitos civis e políticos dos meus concidadãos, Manoel Alves caminharia a esta hora escoltado para a Corte.*

*Exmo Snr; não julgo inútil informar a V. Exa que Manoel Alves não tem aqui uma propriedade, tem vendido os escravos, e aconselhado aos parentes que façam o mesmo. Diz-se que nas suas vistas entra também saquear a Província, e retirar-se para a Bolívia. Eu acho um homem como Manoel Alves capaz de tudo, se é certo, como muitos dizem, ter ele assassinado um seu hóspede para roubá-lo, afogando-o no rio Sararé, e Ter matado a sua sogra, envenenando-a. De mais, Manoel Alves nenhum meio tem de vida, já despendeu o produto dos bens de Camapuã, deve aos Cofres Públicos e a todo mundo, e tem necessidade de viver e viver como gastador. Talvez fosse uma medida de grande utilidade pública dar-lhe o Governo uma pensão pela Polícia da Corte.*

*Direi também a V. Exa. que da melhor gente que acompanha a Manoel Alves uns o fazem por temor ou prudência, e outros iludidos pela ostentação que ele faz de grande influência na Corte, ostentação que não é sem fundamento, visto achar-se ele condecorado com o oficialato da Rosa, ter tido a nomeação de Primeiro Vice-Presidente, e ainda hoje achar-se com esta nomeação um seu cunhado, posto que imbecil vaqueiro.*

*À vista do que tenho exposto, V. Exa. reconhecerá a conveniência e necessidade de aprovar o Governo Imperial muito explicitamente os meus atos nesta Província, ou remover-me. No primeiro caso, não careço de mais auxílio para conservar a ordem e tranqüilidade pública se não a nomeação de novos Vice-Presidentes, o provimento dos lugares de Juizes de Direito, e o despacho de oficiais idôneo para o Comando dos Corpos, e das Fronteiras, como já pedi a V. Exa., e aos Snrs. Ministros do Império, e da Guerra. No segundo caso, faço votos para que o meu sucessor não venha ainda uma vez tornar esta Província um Paxalito de Manoel Alves.*

*Deus guarde (...)*

Joaquim José de Oliveira para Antônio Manoel de Campos Mello, Ministro da Justiça.

Cuiabá, 29 de novembro de 1848

## ANEXO IV

- Leverger pedia para que o juiz nomeado para a comarca de Cuiabá fosse já nomeado vice-presidente. Também solicitava que os liberais ocupassem vagas na vice-presidência. Era o momento da “Conciliação”.

*Ofício Reservado (...) Foi servido nomear para o cargo de 1º vice-presidente desta Província ao Juiz de Direito e Chefe de polícia Bacharel Silvério Fernandes de Araújo Jorge. Este magistrado acaba de ser eleito Deputado à Assembléia Geral Legislativa por esta mesma província, e terá de brevemente retirar-se para essa Corte; motivo porque já roguei ao Snr. Ministro da Justiça o mandasse substituir por outro Bacharel, visto que todos os empregos de judicatura desta Província acham-se servidos por pessoas não formadas em direito. Julgo também dever apontar a V. Exa a conveniência que, pelas razões mencionadas no citado ofício, me parece haver em que o Chefe de Polícia nomeado venha munido de Carta Imperial de 1º vice-presidente.*

*E como acham-se vagos os lugares de 3º e 4º vice-presidentes, por achar-se residindo na Corte o Coronel Severo José de Souza Lima e ter sido há tempo demitido o cidadão Antônio Nunes da Cunha, tomarei por esta ocasião a liberdade de propor a V. exa. para os referidos lugares os cidadãos Albano de Souza Osório e João Batista de Oliveira; ambos são homens de 30 a 40 anos, morigerados, possuindo meios de decente subsistência, e que tem exercido e continuam exercer distintos cargos tanto de eleição popular como de nomeação do Governo, como sejam os de juiz de Paz, Deputado Provincial, Delegado e Subdelegado.*

Augusto Leverger para Francisco Gonçalves Martins, ministro do Império

Cuiabá, 22 de dezembro de 1852

**ANEXO V**

- Assembléia agradece ao Governo Central pela permanência de Leverger.

*Ilmo. E Exmo. Snr.*

*Com o mais profundo respeito vem a Assembléia Legislativa da Província de Mato Grosso depositar ante o Augursto Trono de V. M. I. os seus mais sinceros agradecimentos pela conservação do atual presidente da mesma Província o Capitão de Mar e Guerra Augusto Leverger.*

*Este digno delegado do patriótico Governo de V. M. I., Senhor, tem -se feito, na sua administração, credor da maior estima e consideração, pela maneira com que tem sabido congraçar os ânimos, e promover, apesar dos minguados recursos, os bens entendidos melhoramentos materiais e morais da Província, traduzindo desta arte o feliz pensamento que anima o Governo de V. M. I qual o de elevar todo o Império a grandeza para que a Província o tem destinado.*

Albano de Souza Osório, Vice Presidente, Padre Manoel Pereira Mendes, 1º secretário,  
Padre Joaquim Antônio da Silva Rondon, 2º secretário.  
Para Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império

Cuiabá, 1º de julho de 1854

## ANEXO VI

- Súplica de mercês

*Ilmo. E Exmo. Snr.*

*O prestante cidadão José Mariano de Campos, tenente das extintas milícias pede para ser condecorado Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro. Cumpre-me informar a V. Exa que o suplicante está bem estabelecido nesta cidade onde goza de bom conceito, tendo por várias vezes sido ocupado de empregos eletivos, e encarregado de Comissão de nomeação do Governo Provincial, demonstrando sempre no desempenho deste ramo do público serviço discernimento, atividade e adesão à Sagrada Pessoa de S. M. O Imperador.*

*O cidadão acima referido foi nomeado Vice-presidente da província pelo imperador, e aceítara por demissão que houve por bem dar Sua Majestade o Imperador ao 1º Vice-presidente Manoel Alves Ribeiro, entregando-me a administração no dia 24 de outubro próximo passado na mais perfeita ordem, dando todas as providências para que as ordens do Governo fossem pontualmente executadas.*

De Zeferino Pimentel Moreira Freire para José Antônio da Silva Maia, Ministro do Império

Cuiabá, 15 de novembro de 1843

## ANEXO VII

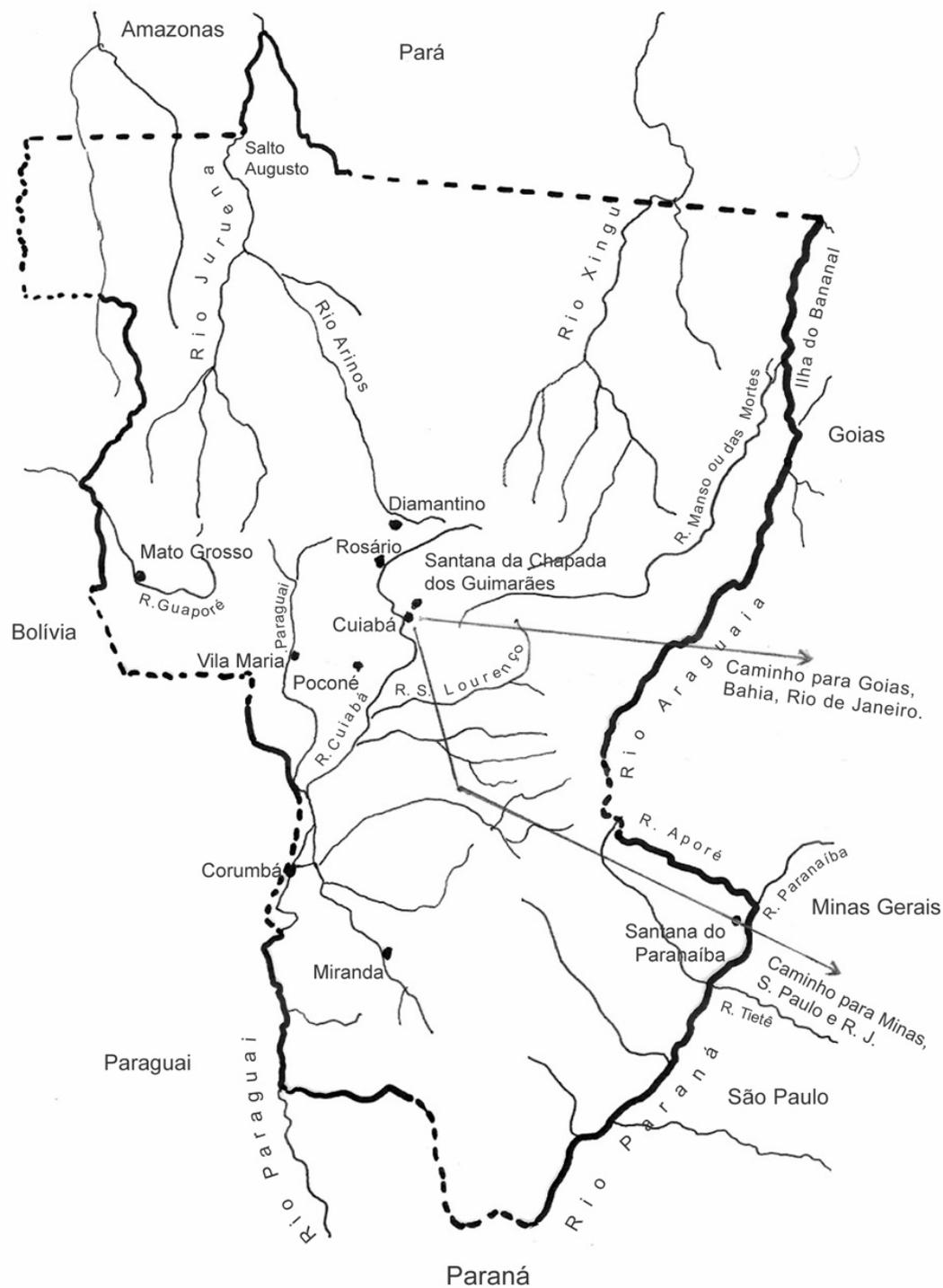
Quadro dos crimes praticados na Província de Mato Grosso entre 1861 e 1870, com totais por tipo de crime e por ano:

| <b>Qualidade dos Crimes</b> | 1861 | 1862 | 1863 | 1864 | 1865 | 1866 | 1867 | 1868 | 1869 | 1870 | <b>Total</b> |
|-----------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|--------------|
| Homicídios                  | 17   | 18   | 16   | 6    | 9    | 10   | 3    | 11   | 5    | 5    | 100          |
| Tentativas de homicídio     | 7    | 6    | 2    | 4    | 3    | 5    | 1    | 3    | 3    | 1    | 35           |
| Ferimentos graves           | 10   | 11   | 6    | 8    | 1    | 4    | 1    | 1    | 2    | -    | 44           |
| Ferimentos leves            | 20   | 20   | 11   | 8    | 2    | 8    | 2    | 6    | 3    | 4    | 84           |
| Roubos                      | 3    | 4    | 1    | 4    | -    | 9    | 1    | 2    | 7    | 1    | 32           |
| Furtos                      | 12   | -    | 1    | 2    | -    | 5    | 1    | -    | 7    | 4    | 32           |
| Falsidades                  | 2    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 2            |
| Fuga de presos              | 2    | 4    | 2    | 1    | 1    | 2    | 1    | -    | 9    | 2    | 24           |
| Resistência                 | -    | 3    | 1    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 4            |
| Tirada de presos            | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 1    | -    | 1            |
| Estupro                     | 1    | 1    | -    | -    | -    | 1    | -    | -    | -    | -    | 3            |
| Tentativa de rapto          | -    | 1    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 1            |
| Estelionato                 | 2    | 1    | 1    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 4            |
| Infanticídio                | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 1    | -    | -    | -    | 1            |
| Dano                        | 2    | 1    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 3            |
| Injúria                     | 2    | 1    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 3            |
| Sedição                     | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 1    | -    | 1            |
| Uso de arma defesa          | -    | 1    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 1            |
| Ameaças                     | -    | -    | 2    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | -    | 2            |
| Tentativa de roubo          | -    | -    | 1    | -    | -    | -    | 2    | -    | -    | -    | 3            |
| <b>Soma</b>                 | 80   | 72   | 44   | 33   | 16   | 44   | 13   | 23   | 38   | 17   | 380          |

Fonte: RPP. Francisco José Cardoso Júnior. Cuiabá, 20 de agosto de 1871.

## ANEXO VIII

Mapa de Mato Grosso XIX



Fontes: Mapa feito a partir de RONDON, Marechal Cândido. *Carta Syntética de Mato Grosso*. AN. 1920; da *Enciclopédia Delta Larrousse*. Rio de Janeiro. Ed. Delta, 1970; e de GARCIA, Domingos S. da C. *Mato Grosso (1850-1889) Uma província na fronteira do Império*. Campinas, Unicamp, IE, dissertação de mestrado, 2001; Mapa feito com a colaboração do arte-finalista Sandro Alves e do analista de sistemas Arnaldo Silva.

mestre Cidado, com sette votos. O Capitão Manoel  
 Mendes de Lima, estabelecido nesta Cidade, com  
 sette votos. O Tenente Coronel Comandante Mi-  
 litar desta Proportion de Valença José Machado,  
 estabelecido nesta Cidade com Logadros de mear  
 cana, e Fardos de lã de mear, e Cavallos, com  
 sette votos. O Cidadão Joaquim Antonio de Sa-  
 concellos Pinto, estabelecido nesta Cidade com Lu-  
 gado de mear cana, com sette votos. O Tenente José  
 Manoel Alves Figueira, estabelecido nesta Cidade,  
 com seis votos. O Cidadão José Luiz e terra de-  
 pto de Thezouraria desta Provincia em Lu-  
 da, com cinco votos. O Cidadão José Feliciano  
 Pereira Moreira, estabelecido, e Negociante na  
 Cidade de Curitiba, com quatro votos. O Tenente de  
 Engenheiros José Joaquim de Lavouralho Villasboas,  
 morador na Cidade de Curitiba, com tres votos. O Ur-  
 gentissimo Felis de Miranda Rodrigues, estabe-  
 lido e Negociante na Cidade de Curitiba, com duas  
 votos. O Alfes José Maria Medeiros, estabelecido  
 nesta Cidade, com duas votos. O Padre José Jo-  
 quim de Saconcellos Pinto, Vigario da Villa de  
 Tocantins, com duas votos. O Padre Antonio Ma-  
 rinho de Alencar, morador na Cidade de Curitiba,  
 com duas votos. O Alfes Manoel Alves Medeiros,  
 estabelecido nesta Cidade com Negocio, e Theoria  
 Mineralogica, com duas votos. O Padre Manoel Ca-  
 mes de Torres, Vigario da Igreja Matriz de Curitiba,  
 com duas votos. O Cidadão Francisco  
 Xavier de Sousa Pernambuco, morador na Cida-  
 de de Curitiba, com hum voto. O Cidadão Francisco  
 Antonio Ribeiro Foy, estabelecido e Negociante  
 desta Cidade, com hum voto. O Cidadão José  
 Nunes Martins, estabelecido, e Negociante na  
 Villa de Tocantins, com hum voto. O Tenente Jo-

mestre Cidado, com sette votos. O Capitão Manoel  
 Mendes de Lima, estabelecido nesta Cidade, com  
 sette votos. O Tenente Coronel Commandante Mi-  
 litar desta Proportion de Valença Sr. Machado,  
 estabelecido nesta Cidade com Logarochas de menor  
 casa, e Fidejussor de Fidei jussorum, e Cavalheiro, com  
 sette votos. O Cidadão Joaquim Antonio de Sa-  
 concellos Pinto, estabelecido nesta Cidade com Lu-  
 garcho de menor casa, com sette votos. O Tenente Sr.  
 Manoel Alves Figueira, estabelecido nesta Cidade,  
 com seis votos. O Cidadão João Luiz e terra Ins-  
 pector da Thesouraria desta Provincia em Luiza-  
 ba, com cinco votos. O Cidadão José Feliciano  
 Pereira Moreira, estabelecido, e Negociante na  
 Cidade de Curitiba, com quatro votos. O Tenente de  
 Engenheiros José Joaquim de Lavouralho Villasboas,  
 morador na Cidade de Curitiba, com tres votos. O Ur-  
 gundo Sr. João de Miranda Rodrigues, estabe-  
 lido, e Negociante na Cidade de Curitiba, com duas  
 votos. O Alfes Sr. Maria Medeiros, estabelecido  
 nesta Cidade, com duas votos. O Padre Sr. Jo-  
 aquim de Saconcellos Pinto, Vigario da Villa de  
 Tocantins, com duas votos. O Padre Antonio Ma-  
 rinho de Alencar, morador na Cidade de Curitiba,  
 com duas votos. O Alfes Manoel Alves Medeiros,  
 estabelecido nesta Cidade com Negocio, e Fidejussor  
 Mineralogico, com duas votos. O Padre Manoel Ca-  
 mes de Torres, Vigario da Igreja Matriz da Cida-  
 de de Curitiba, com duas votos. O Cidadão Francisco  
 Xavier de Sousa Pernambuco, morador na Cida-  
 de de Curitiba, com hum voto. O Cidadão Francisco  
 Antonio Ribeiro Foy, estabelecido, e Negociante  
 desta Cidade, com hum voto. O Cidadão João  
 Nunes Martins, estabelecido, e Negociante na  
 Villa de Tocantins, com hum voto. O Tenente Sr.

Joaquim de Almeida Patente, e Negociante estabelecido  
 na Cidade de Curitiba, com hum voto. O Sargento-mór  
 Joaquim Tom de Souza e Torres, estabelecido na  
 Cidade de Curitiba com Titulo de fidalgo vacante,  
 cavalheiro, com hum voto. O Cidadão João Frazz  
 de Camargo, morador e Negociante na Cidade de  
 Curitiba, com hum voto. O Tenente Joaquim Al-  
 ves Ferreira, estabelecido e Negociante na Cidade  
 de Curitiba, com hum voto. O Offizal João e Alves  
 Ferreira, Negociante na Cidade de Curitiba, com  
 hum voto. O Padre Joaquim José Gomes da Sil-  
 va, morador na mesma Cidade, com hum voto.  
 O Cidadão João Baptista Frederico, estabeleci-  
 do na Cidade de Curitiba, com hum voto. O Padre  
 Fr. da Silva Fraga, Vigario de Villa Maria,  
 com hum voto. O Tenente Luciano Rodrigues  
 Montemor, estabelecido nesta Cidade, com hum  
 voto. O Tenente Coronel Antonio José Guimaraes  
 em Silva, estabelecido na Cidade de Curitiba,  
 com hum voto. O Capitão Antonio Gomes da Lu-  
 zia, estabelecido com Titulo de fidalgo vacante,  
 cavalheiro na Villa de Itoró, com hum voto. O Ca-  
 pitão Antonio Domingos d'Almeida, morador  
 em Curitiba, com hum voto. O Tenente Antonio  
 Christo d'Almeida, e Negociante estabelecido na  
 Cidade de Curitiba, com hum voto. O Capitão-mór  
 Andre Gaudin Ley, estabelecido e Negociante  
 na mesma Cidade, com hum voto. O Tenente  
 Coronel Manoel de Souza Aires, e Negociante  
 estabelecido na Cidade de Curitiba, com hum voto.  
 O Sr. Pereira Mendes, morador na mesma Cida-  
 de, com hum voto. O Cidadão Salvador Corrêa  
 da Silva, e Negociante estabelecido na Cidade de  
 Curitiba, com hum voto. O Padre Miguel Dias  
 d'Almeida, morador na mesma Cidade, com hum voto.

e

Joaquim de Almeida Patro, Negociante estabelecido  
 na Cidade de Guaiabá, com hum voto. O Sargento-mór  
 Joaquim José de Sousa e Torres, estabelecido na  
 Cidade de Guaiabá com Titulo de fidalgo vacante,  
 e cavalleiro, com hum voto. O Cidadão João Frazz  
 de Camargo, morador e Negociante na Cidade de  
 Guaiabá, com hum voto. O Tenente Joaquim Al-  
 ves Ferreira, estabelecido e Negociante na Cidade  
 de Guaiabá, com hum voto. O Offizal João Alves  
 Ferreira, Negociante na Cidade de Guaiabá, com  
 hum voto. O Padre Joaquim José Gomes da Sil-  
 va, morador na mesma Cidade, com hum voto.  
 O Cidadão João Baptista Fudêncio, estabeleci-  
 do na Cidade de Guaiabá, com hum voto. O Padre  
 José da Silva Fraga, Vigario de Villa Maria,  
 com hum voto. O Tenente Luciano Rodrigues  
 Monteiro, estabelecido nesta Cidade, com hum  
 voto. O Tenente Comal Antonio José Guimaraes  
 e Silva, estabelecido na Cidade de Guaiabá,  
 com hum voto. O Capitão Antonio Gomes da Lu-  
 sboa, estabelecido com Titulo de fidalgo vacante,  
 e cavalleiro na Villa de Pôrto, com hum voto. O Ca-  
 pitão Antonio Manoel de Oliveira, morador  
 em Guaiabá, com hum voto. O Tenente Antonio  
 Ernesto de Almeida, Negociante estabelecido na  
 Cidade de Guaiabá, com hum voto. O Capitão-mór  
 André Gaudin de Ly, estabelecido e Negociante  
 na mesma Cidade, com hum voto. O Tenente  
 Comal Manoel de Sousa Dória, e Negociante  
 estabelecido na Cidade de Guaiabá, com hum voto.  
 O Sr. João Mendes, morador na mesma Cida-  
 de, com hum voto. O Cidadão Salvador Corrêa  
 da Silva, e Negociante estabelecido na Cidade de  
 Guaiabá, com hum voto. O Padre Miguel Dias  
 de Oliveira, morador na mesma Cidade, com hum voto.

## FONTES DOCUMENTAIS CITADAS

### Arquivo Nacional - AN.

- Maços e caixas contendo ofícios e documentos diversos:  
“Série Ministérios” – “Mato Grosso”  
IJJ(5) 16; IJJ(9) 41 IJJ(9) 505; IJJ(9) 506; IJJ(9) 507; IJJ(9) 508; IJJ(9) 509; IJJ(9) 527.
- Microfilmes:  
*Fundo Euzébio de Queiroz.*

### Instituto Memória Poder Legislativo - IMPL

- CAIXAS:  
1835 - 1870
- Coleção de Leis de Mato Grosso.

### Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - MT.

- Ofícios e correspondências do Governo de Mato Grosso:  
*Registro de Cartas, Alvarás, Atos Imperiais, 1825-1870*  
*Registro de Correspondência da Secretaria com a Assembléia Legislativa Provincial, 1854-1870.*  
*Registro de Correspondência do Governo com o Ministério do Império. Ano: 1843-1847.*  
*Registro de Ofícios expedidos pelo presidente da província aos ministérios dos negócios do Império. 1865-1866*  
*Correspondência Oficial da Presidência com o Ministério do Império Ano: 1847-1852*  
*Registro de Avisos Reservados recebidos dos Ministérios dos Negócios da Guerra, da Marinha, do Império, da Justiça, da Fazenda e Estrangeiros. 1865 [1855-1865].*

### Núcleo de Documentação Histórica Regional – NDHIR - UFMT

#### Periódicos

- Microfilmes
- . *Echo Cuiabano.* - 1850.
- . *O popular.* - 1868.

Senado Federal – SF.

Relatórios, falas e discursos dos presidentes e vice-presidentes da província de Mato Grosso.

- Microfilmes

*Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Provincia de Matto-Grosso, Antonio Pedro d'Alencastro, na abertura da primeira sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 3 de julho de 1835.*

*Discurso recitado pelo Exmo vice-Presidente da Provincia de Matto-Grosso, Antonio José da Silva, na abertura da segunda sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 2 de março de 1836.*

*Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Provincia de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da terceira sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 1.º de março de 1837.*

*Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Provincia de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembléa Provincial, em o dia 1.º de março de 1838.*

*Falla com que o Presidente da Província de Matto Grosso fez a Assembléa Provincial no dia 2 de março de 1839.*

*Discurso que recitou o Exmo Snr. Doutor Estevão Ribeiro de Rezende, Presidente desta Provincia, na ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.º de março do corrente anno. 1840.*

*Discurso que recitou o Exmo Snr. Doutor Estevão Ribeiro de Rezende, Presidente desta Provincia, abriu a sessão extraordinária da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de junho do anno de 1840.*

*Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinaria no anno de 1844 pelo Exmo senhor Presidente da Provincia, o Coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire.*

*Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Provincia de Matto-Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, em o 1º de março de 1845.*

*Discurso recitado pelo Exmo Presidente da Provincia de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 10 de junho de 1846.*

*Falla dirigida pelo excellentissimo senhor Doutor João Crispiniano Soares, actual Presidente da Provincia de Mato Grosso á respectiva Assembléa Legislativa no acto de sua installação em 3 de maio de 1847.*

*Discurso recitado pelo Exmo vice-Presidente de Mato Grosso, Manoel Alves Ribeiro, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1848.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato Grosso, o major Doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Matto-Grosso, o major Joaquim José de Oliveira, apresentado ao seu sucessor o Exc. Presidente Coronel João José da Costa Pimentel, Cuiabá, 8 de setembro de 1849.*

*Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Mato Grosso na abertura da sessão ordinaria em 3 de maio de 1850, pelo Exmo Sr. Presidente da Provincia, Coronel João José da Costa Pimentel.*

*Relatorio do Presidente da Provincia do Mato Grosso, o Capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato Grosso, o Capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1852.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato Grosso, o Capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1853.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato Grosso, o Capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato Grosso, o chefe de divisão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 4 de dezembro de 1856.*

*Relatorio do vice-Presidente da Provincia de Mato Grosso, o Tenente Coronel Albano de Sousa Osorio, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1857.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato-Grosso, o chefe de divisão Joaquim Raymundo de Lamare, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1858. Cuiabá, Tip. do Not. Cuiabano, 1858.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato Grosso, o chefe de divisão, Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1859.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato Grosso, o Coronel Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1860.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato Grosso, o Coronel do Corpo de Engenheiros, Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1861.*

*Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exmoo conselheiro Herculano Ferreira Penna em 3 de maio de 1862.*

*Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Exmoo conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1863.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato Grosso o Exmo° Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna ao passar a administração da mesma ao Exmo° 1° Vice Presidente Chefe d'Esquadra Augusto Leverger. Cuyabá, 15 de julho de 1863.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato Grosso, o brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinaria de 3 de maio de 1864.*

*Relatorio do vice-Presidente da Provincia de Matto-Grosso, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865.*

*Relatorio do vice-Presidente da Provincia de Matto-Grosso, Tenente Coronel Albano de Sousa Osorio, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 4 de julho de 1866.*

*Relatório apresentado ao Ilmo e Exmo. Sr. Tenente Coronel Albano de Sousa Osorio, vice-Presidente da Provincia de Matto Grosso, pelo Presidente chefe d'Esquadra Barão de Melgaço ao entregar a administração da mesma provincia. Cuiabá, 8 de maio de 1866.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato-Grosso, o Barão de Aguapehy, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1868.*

*Relatorio apresentado ao Ilmo. E Exmo. Sr. Doutor José Vieira Couto de Magalhães, Presidente da Provincia de Mato Grosso pelo vice Presidente Barão de Aguapehy ao entregar a administração da mesma Provincia. Cuiabá, 3 de maio de 1868.*

*Relatorio do Presidente da Provincia de Mato-Grosso, o chefe de esquadra Barão de Melgaço, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial, em 20 de setembro de 1869.*

*Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa do Mato Grosso pelo Exmo Sr. Tenente Coronel Francisco José Cardoso Junior, no dia 20 'agosto de 1871.*

*Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso na primeira sessão da 20.a legislatura, no dia 3 de maio de 1874 pelo Presidente da Provincia, o Exmo sñr. general dr. José de Miranda da Silva Reis.*

*Relatorio com que o Exmo Barão de Maracaju abriu a primeira sessão da Assembleia Legislativa, em 3 de maio de 1881.*

*Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso na primeira sessão da 26.a legislatura no dia 12 de julho de 1886 pelo Presidente da Provincia, o Exmo Snr. Doutor Joaquim Galdino Pimentel.*

*Relatorio que o Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. José Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar a Assembléa Legislativa Provincial de Mato-Grosso. Cuiabá, 1º de novembro de 1887.*

**BIBLIOGRAFIA CITADA**

- AGULHON, Maurice. *1848- O aprendizado da República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- ALEIXO, Lúcia Helena. *Vozes no silêncio: subordinação e trabalho em Mato Grosso – 1888-1930*. Tese de doutorado USP, FFLCH, 1991.
- ALENCAR, Adauto. *Roteiro Genealógico de Mato Grosso*. 3 vol. Cuiabá: CCS editora, s/d.
- ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. *Cibáe Modojobádo – a Rosa Bororo e a “pacificação” dos Bororo Coroados (1845-1887)*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá, UFMT, ICHS, 2002.
- ALVES, Gilberto Luiz. “Mato Grosso e a História:1870-1929”. In: *Boletim Paulista de Geografia*. Nº 61, 1984, São Paulo.
- ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864*. Campo Grande: UFMS/ Imprensa Universitária, 1984.
- AMADO, Janaína. “Região, Sertão, Nação.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 15: 1995.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Ática, São Paulo, 1989.
- ANZAI, Leny Caselli. *Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Tese de doutorado. ICC/UnB, Brasília, 2004.
- ASANO, Sandra Nui. “Mulheres no magistério: caminhos e descaminhos de uma trajetória”. In: *Em Tempo de Histórias – Revista dos alunos de Pós-Graduação em História*. Nº 5, ano 5, 2001.
- BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Brasília: ed.UnB, 1996.
- BEZERRA, Marcos Otávio. *Bases Sociais da prática da corrupção no Brasil*. Série Antropologia, Brasília: UnB, 1994.
- BOBBIO, Norberto, MATTENUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. “Cultura Política” in: *Dicionário de Política*. Brasília: editora UnB, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, (1989) 2002.
- BOXER C.R. *O Império Marítimo Português – 1415-1825*. Lisboa, Edições 70, sd.
- BRESCIANI, Maria Stela. - "Metrópoles as faces do monstro urbano". In: *Revista Brasileira de História* V. 5 no. 8/9, 1985.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins Editora, 1968.
- CANÊDO, Letícia Bicalho. “Caminhos da memória: Parentesco e Poder”, in: *Textos de História - Revista da Pós-Graduação em História da UnB*. Vol. 2, número 3, 1994.

\_\_\_\_\_. "Aprendendo a votar", in PINSKY, Jaime e BASSANEZI Carla. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

CARVALHO, José M. de. *A Construção da Ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ / Relume Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. *Teatro de Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro: Iuperj / Vértice, 1988.

CASTANHA, André P.. *Pedagogia da Moralidade: o Estado e a organização da Instrução pública na província de Mato Grosso*. Cuiabá: IE/UFMT, dissertação de mestrado, 1999.

CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso: A construção da estrada de ferro noroeste do Brasil (1905-1914)*. Campinas: Unicamp/IFCH, dissertação de mestrado, 1993.

CASTRO, Paulo Pereira. "A reação monárquica" In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, 2º volume. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

CHALLANDES, Jean Philippe. *A Pátria dos vencidos - O crepúsculo de um projeto de nação. Brasil: 1839-1842*. Brasília, UnB/ICS. Tese de doutorado, 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Difel, Lisboa, 1990.

CORRÊA DA COSTA, Antônio. *Família Corrêa da Costa – Sua história e sua gente*. Cuiabá, Gráfica Genus, 1998.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993.

\_\_\_\_\_. "Antônio Navarro de Abreu, paladino da maioria", in: *Anais - Terceiro Congresso de História Nacional- IHGB*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

\_\_\_\_\_. "Augusto Leverger: o bretão cuiabanizado" in: *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional – HIGB – 2º vol*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

\_\_\_\_\_. "Bahianos em Matto Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, julho de 1948.

\_\_\_\_\_. *Questões de ensino*. São Paulo: Cia Gráfica Monteiro Lobato, 1925.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

\_\_\_\_\_. *Mato Grosso: 1817-1840 – e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província*. FFLCH, USP, dissertação de mestrado, 1976.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República – Momentos decisivos*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 3ª ed. 1985.

CRISTOVÃO, Fernando. “A transfiguração da realidade sertaneja e a sua passagem a mito - A divina comédia do Sertão”. *Revista USP - Dossiê Canudos*. n? 20: 1993-1994.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1998.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra – Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

DORATTIOTO, Francisco. *A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Vol.2, 8ªed. São Paulo: Globo, 1989.

FARIA, Barbosa de. “Apontamentos para a biografia do Brigadeiro Jerônimo Joaquim Nunes”, in: *RIHGMT*, ano XII, tomo XXIII, 1930.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império - O debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus Municípios*. Cuiabá: Ed. Buriti, 2001.

FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo: USP/ FFLCH. Tese de doutorado, 2000.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma Província do Sertão: entre o signo da unidade nacional e a força do isolamento*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de doutorado. 1999.

GEERTZ, Clifford. "Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura". In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

GONTIJO, Diva do Couto. *Um toque de gênero: História e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: ed. UnB/Finatec, 2003.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Liberalismo moderado: Postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)”. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e PRADO, Maria Emília. (Orgs.) *O Liberalismo no Brasil Imperial – origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ISECKSOHN, Vitor. “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”, in: CASTRO, Celso, HENDRIK, Kraay e IZECKSOHN, Vitor. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: *Viagem incompleta - A experiência brasileira (1500-2000)* Org. MOTA, Carlos Guilherme, Editora Senac \ São Paulo, 2000.

KARASH, Mary. “Catequese e Cativo: Política indigenista em Goiás: 1780-1889” In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KUSHNIR, Karina, e CARNEIRO, Piquet Leandro. “As dimensões subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política”, in: *Estudos Históricos*, nº 24, Rio de Janeiro, FGV, 1999.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio de Mato Grosso no contexto da mineração*, Cuiabá: UFMT, 1982.

LEVERGER, Augusto. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá, IHGMT, 2001.

LIMA, Nísia Trindade de. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1998.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Nos Confins do Império – Um Deserto de Homens Povoado por Bois. (A Ocupação do Planalto Sul Mato Grosso 1830-1870)*. Niterói, ICHF. Dissertação de mestrado, 1993 .

MACHADO FILHO, Oswaldo. *Ilegalismos e Jogos de Poder: um crime célebre em Cuiabá (1872) e suas verdades jurídicas (1840-1880)*. Campinas: Unicamp, IFCH. Tese de doutorado, 2003.

MACHADO, Maria Helena P. T.. “Um mitógrafo no Império: a Construção dos Mitos da História Nacionalista do Século XIX” in: *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV, nº 25, 2000/1.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo . *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: ed. Brasileira, 1956.

MAGALHÃES, Nancy Aléssio. “Narradores: vozes e poderes de diferente pensadores”, in: COSTA, Cléria Botelho e MAGALHÃES, Nancy (orgs.) *Contar história, fazer história*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)*. São Paulo: Unesp, 1997.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo/ Brasília: Hucitec-INL, 1987.

\_\_\_\_\_. e GONÇALVES, Marcia de Almeida. *O Império da boa Sociedade*. “História em Documentos” Editora Atual. São Paulo. 1991.

MENDES, Faria Fábio. “A Economia Moral do Recrutamento”. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. vol. 13, nº 38, São Paulo Oct., 1998.

MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-grossenses*. Niteroi: Esc. Tip. Salesiana, 1919.

MENDONÇA, Rubens de . *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. Cuiabá: Imprensa Oficial de Mato Grosso, 1967.

\_\_\_\_\_. *História de Mato Grosso, através de seus governantes*. Cuiabá: Poeria, 1967.

\_\_\_\_\_. *História de Mato Grosso*. 4ª ed. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.

\_\_\_\_\_. *O Tigre de Cuiabá*. Campo Grande: Sociedade Gráfica Editorial, 1966.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Como construímos o conflito – Guerra do Paraguai*. São Paulo: ed. Contexto, 1997.

MENEZES, Marlene Vilela. *Quando o dedo de Deus apontou nossa província ao Anjo da Morte: a ocasião da varíola em Cuiabá (1867)*. Dissertação de mestrado, Cuiabá: ICHS/UFMT, 2001.

MESQUITA, José de. “Discurso de comemoração do centenário da chegada de Augusto Leverger” in : *RIGHMT*. Cuiabá, 1930, ano XII, Tomo XXIV.

\_\_\_\_\_. “Manuel Alves Ribeiro”. In, *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional- IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942.

\_\_\_\_\_. “O Thaumaturgo do Sertão”, In: *RIHGMT* 1928, número XIX Cuiabá.

\_\_\_\_\_. *Genealogia Matogrossense*. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1992.

\_\_\_\_\_. *Gente e coisas de antanho*. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

\_\_\_\_\_. *Nobiliário Matogrossense* , Resenha Tributária/IHG-MT, São Paulo, 1926 (1992).

- MOREL, Marcos. “Animais, Monstros e Disformidades: a “zoologia Política” no Processo de Construção do Império no Brasil”. In: *Estudos Históricos*, nº 24, Rio de Janeiro, FGV, 1999.
- MORSE, Richard. “A miopía de Swchartzman”. *Novos Estudos Cebrap*. Nº. 24, 1989.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)*. In: *Viagem incompleta, op. cit.*
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Matto Grosso, Seguida d’um Roteiro da Viagem da Sua Capital à S. Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira e MACHADO, Humberto Fernando. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. “Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823)” in GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e PRADO, Maria Emília. (Orgs.) *O Liberalismo no Brasil Imperial – origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites políticas: competição e Dinâmica Partidária-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/ Edições Vértice, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Leões e raposas na política de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001.
- NEVES, Maria Manuela Renha Novis *Elites políticas: Competição e Dinâmica Partidário – eleitoral (caso de Mato Grosso)*, Edições Vértice/Editora Revista dos Tribunais Ltda. São Paulo, 1988.
- NICOLAU, Jairo. *História do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- NORONHA, Fabrícia Rúbia G. S. “O Império dos Indesejáveis: uma análise do degredo e da punição no Brasil império”. In: *Em tempo de histórias*. Brasília: vol. 8, n. 8, 2004.
- OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Sales. “Nação e cidadania: a constituição de 1824 e suas implicações políticas” in: *Horizontes*, v.16,pp11-37. Bragança Paulista, 1998.
- PALMEIRA, Moacir. “Política, facções e voto”, in : PALMEIRA e GOLDMAN, Moacir e Márcio (orgs). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.
- PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império - Família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

- REZENDE, Francisco de P. Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.
- ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Igrejas e Cemitérios - As transformações nas Práticas de Enterramentos na Cidade de Cuiabá 1850-1889*. Cuiabá: ICHS/UFMT. Dissertação de mestrado, 2001.
- RODRIGUES, Neuma Brilhante. *O amor da pátria e o amor das letras*. Brasília: UnB/ ICHS, dissertação de mestrado, 2001.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Vol. 1 e Vol. 5. Rio de Janeiro : J. Olympio , 1954.
- ROSA, Carlos. *O processo de Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá: Prefeitura Municipal / SEC / Dep. De Cultura e Turismo, 1976.
- ROSA, Marcelo Carvalho. “Por uma sociologia do segundo escalão” *In: Sociologias*. Nº 10. Porto Alegre, 2003.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Topbooks , 1996.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa – O império e o interamericanismo* São Paulo: ed. Unesp, 2003
- SCHETTINO, Marco Paulo Fróes. *Espaços do Sertão*. Brasília: UnB/ICHS. Dissertação de mestrado, 1995.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870 - 1930*. companhia das Letras. São Paulo:1993.
- SECKINGER, Ron Leroy. *Politics in Mato Grosso, 1821-1851*. Michigan: Ann Arbor, 1986.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo, Ed. Unesp, 2005.
- SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Governantes de Mato Grosso*. Cuiabá: APEMT, 1993.
- SILVA, Verona Cristina da. *Missão, aldeamento e cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*. Cuiabá: ICHS/UFMT. Dissertação de Mestrado, 2001.
- SIQUEIRA, Elizabete Madureira. “Padre Ernesto Camilo Barreto”, *in: FÁVERO, Maria de Lourdes e BRITTO, Jader de Medeiros. Dicionário de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC -Inep-Comped, 2002.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. São Paulo, (dissertação de mestrado) – FFLSH- USP, 1992.

\_\_\_\_\_. “Educação e modernidade: uma dimensão plural – modernas noções de tempo e espaço nas escolas públicas de MT.” In: *Revista de Educação Pública*. Cuiabá, v. 8, nº 13.

\_\_\_\_\_. *Dados biográficos do Pe. Ernesto Camilo Barreto*. Cuiabá: mimeo, 2000.

\_\_\_\_\_. *História de Mato Grosso – Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

\_\_\_\_\_. *Luzes e Sombras, Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT-IE. Tese de doutorado, 1999.

\_\_\_\_\_, COSTA, Lourença Alves da e CARVALHO, Cátia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. 2ª ed.. Cuiabá: UFMT, 1990

SOARES, Maria do Socorro Castro. *O Governo Provisório e a Questão da Anexação da Província de Chiquitos ao Império Brasileiro (1821-1825)*. Dissertação de mestrado. ICHS/UFMT, Cuiabá: 2003.

SOUSA, Francisco Belisário Soares. *O sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal/Universidade de Brasília, 1979.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada – O Brasil como Corpo Político autônomo 1780-1831*. Ed. Unesp, São Paulo, 1998.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *Diogo Feijó - História dos Fundadores do Império*. Edusp. São Paulo. 1988.

TAPAJÓS, Vicente. *Organização Política e Administrativa do Império*. Brasília: Funcep, 1984.

TAUNAY, Alfredo d’Escragno. *A Cidade do Ouro e das Ruínas*. Cuiabá, IHGMT, 2001.

\_\_\_\_\_. *Augusto Leverger. Almirante Barão de Melgaço. Antemural do Brasil em Matto Grosso*. São Paulo: ed. Melhoramentos, s.d.

URICOECHEA, Fernando. “A formação do Estado brasileiro no século XIX.” In *Dados*, nº 14, 1977.

\_\_\_\_\_. *O Minotauro Imperial*. R.J./S.P. : Difel, 1978.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. “Exposição dos Princípios do Ministério da Regência - Julho de 1831”, in: *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Org. e intr. José Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 1999.

VELOSO, Mariza, MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras - itinerários no pensamento social e na literatura*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1999.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história – Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Unb, 1995.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

---

\_\_\_\_\_. *A Conquista da Terra no Universo Da Pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1987.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol.1. Brasília: Editora UnB, 1998.

WEINBERG, Gregório. “Modelos educacionais no desenvolvimento histórico da América Latina”. In: SAVIANI, Demerval. *Para uma História da Educação Latino Americana*. Campinas: Ed. Autores Associados, 1996.